



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1393

Sexta-feira - 20 de Dezembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	5
Antônio Carlos	7
Arroio Trinta.....	11
Ascurra.....	11
Biguaçu	12
Bom Jesus do Oeste	21
Braço do Trombudo	22
Caçador.....	63
Camboriú.....	64
Campo Alegre	75
Campos Novos	105
Canoinhas.....	127
Capinzal	129
Catanduvas.....	133
Chapadão do Lageado	135
Cocal do Sul.....	137
Concórdia	137
Cordilheira Alta	141
Coronel Martins.....	144
Corupá	149
Curitibanos	160
Ermo	190
Erval Velho	190
Faxinal dos Guedes.....	191
Forquilha.....	194
Fraiburgo.....	194
Garopaba.....	202
Garuva	210
Gaspar	215
Governador Celso Ramos	218
Grão Pará	219
Guaramirim.....	220
Herval d'Oeste	222
Ibiam	256
Imbituba	257
Iomerê	261
Ipumirim	264
Irineópolis	265
Itapoá	279
Joaçaba.....	282
José Boiteux	303
Lages	303
Lauro Muller	311
Leoberto Leal.....	312
Luzerna	319
Mafra	364
Massaranduba.....	366
Modelo	369
Navegantes.....	369

Nova Trento.....	375
Novo Horizonte	394
Ouro Verde	400
Palhoça	400
Papanduva.....	426
Passo de Torres.....	432
Passos Maia	435
Peritiba.....	436
Pinheiro Preto	436
Pomerode.....	438
Ponte Serrada	440
Porto Belo.....	441
Porto União.....	442
Presidente Castello Branco.....	478
Rio do Sul.....	479
Salto Veloso.....	484
Santa Rosa do Sul	487
Santa Terezinha do Progresso	488
São Bento do Sul.....	493
São Domingos.....	500
São João do Sul	504
São José.....	507
São Lourenço do Oeste.....	508
São Pedro de Alcântara.....	512
Schroeder	516
Serra Alta	526
Siderópolis.....	532
Sombrio.....	535
Timbé do Sul	536
Timbó	536
Três Barras	542
Tunápolis.....	542
Turvo	542
Vargeão.....	544
Vargem Bonita	547
Videira.....	548
Vitor Meireles.....	555
Xavantina	559

Associações

FECAM	559
GRANFPOLIS.....	560

Consórcios

ARIS	561
CIDEMA.....	562
CINCO.....	563
CIS/AMFRI.....	578
CIS/AMUNESC.....	578
CIS/AMUREL.....	594

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br
www.diariomunicipal.sc.gov.br



20 DE DEZEMBRO

Parabéns, Garuva, por seus 40 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





20 DE DEZEMBRO

Parabéns, Meleiro, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





20 DE DEZEMBRO

Parabéns, São João do Sul, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Decreto Nº 118/2013

DECRETO Nº 118/2013 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
GENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012 um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 145.360,00 (cento e quarenta e cinco mil trezentos e sessenta reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção dos Departamentos em geral.

Art. 2º. Fica suplementado os elementos de despesas 3.1.90.00.0.1.0095/01/30/174/79/91/139 Aplicações Diretas e 3.1.90.00.0.1.0086/48 e 69 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

02 Gabinete do Prefeito
01 GABINETE DO PREFEITO E VICE
04.122.0004.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE
3.1.90.00.0.1.0095/01 Aplicações Diretas R\$ 1.590,00

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0019.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
3.1.90.00.0.1.0095/30 Aplicações Diretas R\$ 4.780,00

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.1.90.00.0.1.0086/48 Aplicações Diretas R\$ 44.985,00

12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.1.90.00.0.1.0095/174 Aplicações Diretas R\$ 49.610,00

12.365.0033.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.00.0.1.0086/69 Aplicações Diretas R\$ 38.795,00

01 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0036.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.1.90.00.0.1.0095/79 Aplicações Diretas R\$ 1.810,00

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE PROMOÇÃO SOCIAL
3.1.90.00.0.1.0095/91 Aplicações Diretas R\$ 1.920,00

16 DEFESA CIVIL
01 DEFESA CIVIL
06.182.0006.2.011 SEGURANÇA CONTRA SINISTRO

3.1.90.00.0.1.0095/139 Aplicações Diretas ..R\$ 1.870,00
TOTAL R\$ 145.360,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de recursos próprios e de repasse do FNDE _ PNAE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 119/2013

DECRETO Nº 119/2013 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
GENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012 um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 56,21 (cinquenta e seis reais e vinte e um centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Transporte Escolar Convênio Estado -S.E.E .

Art. 2º. Fica suplementado o elementos de despesa 3.3.90.00.0.1.0022/59 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.023 TRANSPORTE ESCOLAR CONVÊNIO - ESTADO - SEE
3.3.90.00.0.1.0022/59 Aplicações Diretas R\$ 56,21
TOTAL R\$ 56,21

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de Convênio Transporte Escolar - SEE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de dezembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 120/2013

DECRETO Nº 120/2013 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL DO TESTE SELETIVO Nº 004/2013 DE 04.03.2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do disposto no item 14.2 do Edital nº 004/2013 de 04.03.2013,

combinado com o inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal de 1988.

DECRETA:

Art. 1º. O prazo de validade do Edital do Teste Seletivo nº 004/2013 de 04.03.2013 fica prorrogado por mais 12 meses contando da data de vencimento do prazo do teste seletivo 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Educação, poderá efetuar exoneração do profissional, em qualquer tempo, caso não disponibilize mais de tal vaga.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de dezembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 121/2013

DECRETO Nº 121/2013 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.466,23 (dezoito mil quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação de recursos repassados pelo FNDE.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.0.1.0647/176 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.3.90.00.0.1.0647/176 Aplicações Diretas .R\$ 18.466,23
TOTAL R\$ 18.466,23

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de dezembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 122/2013

DECRETO Nº 122/2013 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica através do presente Decreto homologada a Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, que ESTIMOU A RECEITA E FIXOU A DESPESA PARA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC), no valor de R\$ 21.466.156,55 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), para o exercício de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de dezembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 123/2013

DECRETO Nº 123/2013 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
"REINTEGRA FUNCIONÁRIO COM BASE EM SENTENÇA JUDICIAL"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Reintegra o funcionário PAULO CESAR SIGNORI, inscrito no CPF 386.946.979-04, com base em sentença judicial, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 02/01/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de dezembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 124/2013

DECRETO Nº 124/2013 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
"HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DOS CONSELHOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE /SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce/SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 72, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno dos Conselhos Escolares do Município de Água Doce/SC, instituído pela Lei nº 2.225/2013 de 18.09.2013.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce/SC, 18 de dezembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Portaria 271/2013

PORTARIA Nº 271/2013 de 16 de dezembro de 2013
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Luciandro de Luca, inscrita sob CPF nº 029.331.069-65, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Defesa Civil, a partir de 02/12/2013 31/12/2013, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/12/2013, revogando-se as disposições em contrário

Prefeitura de Água Doce, de 16 dezembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 272/2013

PORTARIA Nº 272/2013 de 16 de Dezembro de 2013
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) EDNA DE F LEMOS VIEIRA BISSANI, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 16/12/2013 a 30/12/2013, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de Dezembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Antônio Carlos

PREFEITURA**Lei Nº 1.452/2013**

LEI NO 1.452/2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O CARGO DE FARMACÊUTICO, REVOGAR A LEI MUNICIPAL Nº. 1.149, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a criar, no Quadro Permanente de Pessoal deste Poder, o cargo de Farmacêutico, o qual ficará lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social deste Município.

§ 1º. A investidura para o cargo de que trata o caput desse artigo, será por concurso público de provas ou de provas e títulos, podendo concorrer os candidatos que comprovarem sua conclusão no Curso Superior de Farmácia.

§ 2º. O vencimento básico e a jornada de trabalho do Farmacêutico estão constantes no anexo I da presente Lei Municipal.

§ 3º. A remuneração de que trata o parágrafo anterior e constante no anexo I da presente Lei, será ainda acrescida das demais vantagens pecuniárias, como abonos e vale alimentação.

§ 4º. Aplica-se aos servidores titulares do cargo de que trata o caput deste artigo, o regime jurídico dos servidores públicos desta municipalidade.

Art. 2º Fica autorizada a abertura de 01 (uma) vaga para o cargo descrito no artigo 1º desta Lei Municipal.

Art. 3º São atribuições do Cargo de que trata o art. 1º desta LEI;
I - Assumir a responsabilidade pela execução de todos os atos farmacêuticos praticados na farmácia, cumprindo-lhe respeitar e fazer respeitar as normas referentes ao exercício da profissão farmacêutica;

II - Fazer com que sejam prestados ao público esclarecimentos quanto ao modo de utilização dos medicamentos, nomeadamente de medicamentos que tenham efeitos colaterais indesejáveis ou alterar as funções nervosas superiores;

III - Articular a integração com serviços (unidades de saúde da família, unidades básicas de saúde, urgência e emergência, entre outros), com profissionais de saúde, centros de estudos e informação sobre medicamentos existentes em universidades, entre outros;

IV - Participar de comissões técnicas;

V - Adotar normas e procedimentos operacionais para todas as atividades desenvolvidas;

VI - Programar por critérios epidemiológicos os medicamentos necessários ao fluxo de abastecimento;

VII - Assegurar a disponibilidade da informação sobre medicamentos, apoiando os profissionais de saúde, com a finalidade de

racionalizar o uso e promover melhoria da qualidade da farmacoterapia;

VIII - Articular-se com a rede de farmácias notificadoras da AN-VISA;

IX - Elaborar instrumentos de controle e avaliação de cobertura e atendimento de demanda;

X - Garantir condições adequadas para armazenamento de medicamentos;

XI - Controlar e analisar a movimentação físico-financeira dos estoques de medicamentos;

XII - Estabelecer mecanismos de controle e avaliação das atividades desenvolvidas;

XIII - Manter cadastro atualizado de usuários de medicamentos e de prescritores, com ênfase nos programas de saúde existentes;

XIV - Participar dos programas de capacitação em serviço dos profissionais de saúde;

XV - Realizar estudos de farmacoeconomia e estudos farmacoepidemiológicos;

XVI - Prestar orientação individual e coletiva quanto ao uso correto de medicamentos;

XVII - Realizar a dispensação de medicamentos;

XVIII - Realizar o seguimento da farmacoterapia, com ênfase na adesão ao tratamento, no monitoramento de reações adversas para implementação da farmacovigilância;

XIX - Sinalizar à equipe de saúde a necessidade de busca ativa de pacientes;

XX - Guardar sigilo profissional.

Art. 4º Fica revogada em especial a Lei Municipal 1.149, de 14 de novembro de 2007, que cria o cargo de Farmacêutico Bioquímico.

Art. 5º As despesas com esta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 17 de dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo	Nº Vagas	Escolaridade	Vencimento	Carga Horária
Farmacêutico	01	Ensino Superior Completo	R\$ 2.871,30	40Horas/semana

Lei Nº 1.453/2013

LEI Nº 1.453/2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/

SC, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.002.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
1 - Aplicações Diretas
R\$ 43.000,00

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.004.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção da Secretaria de Administração
07 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

2.004.3.1.91.00.00.0.1.000 - Manutenção da Secretaria de Administração
07 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias
R\$ 11.000,00

2.004.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção da Secretaria de Administração
10 - Aplicações Diretas
R\$ 4.450,00

2.004.3.3.91.00.00.0.1.000 - Amortização do Déficit Atuarial
12 - Aplicações Diretas
R\$ 14.200,00

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.008.3.1.90.00.00.0.1.001 - Manutenção do Ensino Fundamental
21 - Aplicações Diretas
R\$ 89.000,00

2.008.3.1.91.00.00.0.1.001 - Manutenção do Ensino Fundamental
24 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias
R\$ 10.000,00

2.016.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção da Biblioteca Pública
72 - Aplicações Diretas
R\$ 500,00

2.016.3.1.91.00.00.0.1.000 - Manutenção da Biblioteca Pública
73 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias
R\$ 4.000,00

07.02 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.035.3.1.90.00.00.0.1.000 - Assistência ao Pequeno Agricultor Rural
147 - Aplicações Diretas
R\$ 32.000,00

2.035.3.1.91.00.00.0.1.000 - Assistência ao Pequeno Agricultor Rural
148 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias
R\$ 3.850,00

2.033.3.1.90.00.00.0.1.000 - Serviços de Coleta e Destinação Final do Lixo
141 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias
R\$ 1.000,00

2.033.3.3.90.00.00.0.1.000 - Serviços de Coleta e Destinação Final do Lixo
143 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

2.006.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção da Secretaria de Planejamento
166 - Aplicações Diretas
R\$ 7.000,00

2.006.3.1.91.00.00.0.1.000 - Manutenção da Secretaria de Planejamento
167 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

09.01 - ENCARGOS GERAIS

0.004.3.3.20.00.00.0.1.000 - Contribuição ao PASEP
164 - Aplicações Diretas
R\$ 16.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.995.9.9.99.00.00.0.1.000 - Reserva de Contingência
13 - Reserva de Contingência
R\$ 96.220,00

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.014.3.1.90.00.00.0.1.001 - Manutenção do Ensino Infantil
48 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

2.014.3.1.91.00.00.0.1.001 - Manutenção do Ensino Infantil
49 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias
R\$ 20.000,00

2.014.3.3.90.00.00.0.1.001 - Manutenção do Ensino Infantil
49 - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

2010.3.3.90.00.00.0.1.001 - Manutenção do Transporte Escolar
41 - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

2012.3.3.90.00.00.0.1.000 - Apoio aos Estudantes do Ensino Superior
45 - Aplicações Diretas
R\$ 3.910,90

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1.031.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção de Pontes
126 - Aplicações Diretas
R\$ 42.720,00

1.032.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção de Bueiros
128 - Aplicações Diretas
R\$ 8.125,00

2.038.3.3.90.00.00.0.1.000 Manutenção das Estradas Vicinais
133 - Aplicações Diretas
R\$ 29.024,10

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Antônio Carlos, 17 de dezembro de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.454/2013

LEI NO 1.454/2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

1.001.4.4.90.00.00.00.00.0011 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Antônio Carlos
1 - Aplicações Diretas
R\$ 170.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

2.001.3.1.91.00.00.00.00.0011 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Antônio Carlos
1 - Aplicações Diretas
R\$ 10.671,76

2.001.3.1.90.00.00.00.00.0011 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Antônio Carlos
1 - Aplicações Diretas
R\$ 49.886,06

1.002.4.4.90.00.00.00.00.0011 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Antônio Carlos
1 - Aplicações Diretas
R\$ 19.120,00

1.001.3.3.90.00.00.00.00.0011 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Antônio Carlos
1 - Aplicações Diretas
R\$ 90.322,18

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 17 de dezembro de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 1.519/2013

O Presente Projeto de Lei se justifica tendo em vista a necessidade da suplementação das dotações orçamentárias em questão, cujo

objetivo é o pagamento do valor do imóvel a ser desapropriado pela Municipalidade e que será utilizado pelo Legislativo Municipal para sua nova sede.

Ao passo desta suplementação, cumpre elucidar que as anulações das dotações referentes aos projetos previstos no orçamento deste ano é medida que se impõe, uma vez que as citadas despesas não serão realizadas neste período sendo desnecessária a manutenção daquelas dotações neste exercício.

Destarte, constatada a necessidade, validade e a legalidade da suplementação de dotação orçamentária, bem como da anulação de dotações aqui previstas, impositiva é a aprovação do presente Projeto de LEI.

Antônio Carlos, 16 de dezembro de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Decreto Nº 150/2013

DECRETO Nº 150/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de dotação no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 112,25 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01.27.812.0004.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 112,25

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 19 de Dezembro de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Decreto Nº 149/2013

DECRETO Nº 149/2013

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antonio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 56 inciso VI considerando que o Tribunal de Contas do Estado transferiu para o exercício de 2014 o atendimento aos procedimentos contábeis padronizados e considerados com o Plano de Contas aplicado ao setor público, decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro 2015
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro 2015
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro 2015
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro 2015
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro 2015
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro 2015
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro 2015
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro 2015
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro 2015
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro 2015
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro 2015
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro 2015
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro 2015
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro 2015
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro 2015
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro 2015
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro 2015
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	

8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro 2015
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.	Janeiro 2015

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e revoga o decreto nº 011/2013.

Antônio Carlos, em 19 de dezembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato 096/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 096/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 054/2013 - Tomada de Preço nº. 002/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Terraplenagem Azza LTda; Objeto: (1) aditivar o prazo do presente contrato, acima enumerado; Prorrogação de Prazo: 050 (cinquenta) dias - 13/11/2013 a 03/01/2014.

Antônio Carlos, 12 de novembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Edital de Pregão Nº 0004/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0004/2013.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 8.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S-500, 6.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S-10 E 11.500 LITROS DE GASOLINA, PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, PARA O ANO DE 2014.

Regimento: Lei 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 14:00h do dia 06/01/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 14:30h do dia 06/01/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal

de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 18 de dezembro de 2013.

TARCISIO LIDANI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Pregão Presencial Nº 0022 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0022/2013.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 55.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S-500, 4.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S-10 E 7.000 LITROS DE GASOLINA, PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, PARA O 1º SEMESTRE DE 2014.

Regimento: Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei 8.666/93 e alterações Posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 06/01/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 06/01/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 18 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Pregão 03/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO N.03/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 17/01/2014 as 10h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 20 de dezembro de 2013.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito Municipal em Exercício

Edital de Pregão 05/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE PREGÃO N.05/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 17/01/2014 as 14h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para TRANSPORTE PARA O ANO DE 2014 PARA AS ATIVIDADES DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO E PARA OS ATLETAS DA CME, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 20 de dezembro de 2013.
AIRES ROGÉRIO DALFOVO
Prefeito Municipal em Exercício

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 220/2013

DECRETO Nº 220/2013 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º da Lei federal nº 10887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora ADRIANA NILZA NAU E FRAGA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal à servidora ADRIANA NILZA NAU E FRAGA, detentora da matrícula funcional nº 8933, inscrita no CPF n. 932579029-72 e no PASEP n. 1823505561-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 41,21% (quarenta e um vírgula vinte e um por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de calculo disposta na Lei federal n. 10887/2004, perfazendo a importância de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2014.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 221/2013

DECRETO Nº 221/2013 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público do servidor VALCIR OSVALDO DOS SANTOS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal ao servidor VALCIR OSVALDO DOS SANTOS, detentor da matrícula funcional nº 105, inscrito no CPF n. 509414459-68 e no PASEP n. 1701839022-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Geral, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 77,69% (setenta e sete vírgula sessenta e nove por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de calculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.564,17 (um mil quinhentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2014.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Resolução Nº 16/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 16/2013

Dispõe sobre a aprovação da Inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A Resolução nº 12/2013 de 31 de outubro de 2013, do CMAS.
- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 06 de dezembro de 2013.
- A ATA nº 14/2013.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição dos serviços de assistência social no CMAS da Instituição: Sociedade Beneficente de Amparo aos Idosos, CNPJ: 81.347.981/0001-40. Endereço: Rua Alberto Muller, nº 253, Bairro: Vendaval, Biguaçu/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

SIMONE PEREIRA MARÇAL

Presidente do CMAS/Biguaçu

Resolução Nº 17/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 17/2013

Dispõe sobre a aprovação da Inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A Resolução nº 12/2013 de 31 de outubro de 2013, do CMAS.
- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 06 de dezembro de 2013.
- A ATA nº 14/2013.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição do projeto de assistência social no CMAS da Instituição: Fundação Projeto Pescar, CNPJ: 00.932.411/0001-00. Endereço: nº, Bairro: Vendaval, Biguaçu/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2013.

SIMONE PEREIRA MARÇAL

Presidente do CMAS/Biguaçu

Resolução Nº 18/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 18/2013

Dispõe sobre a aprovação de Inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A Resolução nº 12/2013 de 31 de outubro de 2013, do CMAS.
- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 06 de dezembro de 2013.
- A ATA nº 14/2013.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição dos serviços de assistência social no CMAS da Instituição: Ação Social São João Evangelista, CNPJ: 82.618.927/0001-54. Endereço: Rua Rio Branco, nº 54, Bairro: Centro/Anexo Secretaria Paroquial, Biguaçu/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2013.

SIMONE PEREIRA MARÇAL

Presidente do CMAS/Biguaçu

Portaria Nº 3783/2013

PORTARIA nº 3783/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ROSÂNGELA LUIZA CARDOSO EGERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 17/12/2013 a 14/06/2014.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3784/2013

PORTARIA Nº 3784/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ GONZAGA CORDEIRO, ocupante do Cargo efetivo de BIOQUÍMICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11677/2013 em anexo no período de 11/12/2013 a 08/06/2014.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3785/2013

PORTARIA Nº 3785/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELAINE CRISTINA KIRCHOF, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11611/2013 em anexo no período de 09/12/2013 a 14/12/2013.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3786/2013

PORTARIA Nº 3786/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IARA ERMELI LACERDA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11607/2013 em anexo no período de 09/12/2013 a 13/12/2013.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3787/2013

PORTARIA Nº 3787/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RITA MARITE MORAES MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11679/2013 em anexo no período de 02/12/2013 a 04/12/2013 e no dia 10/12/2013.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3788 de 18 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3788 de 18 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACO LOURENÇO DOS SANTOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACO LOURENÇO DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3788 de 18 de Dezembro de 2013

PORTARIA nº 3788 de 18 de dezembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACO LOURENÇO DOS SANTOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACO LOURENÇO DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2013.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 144/2013 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E MOTOCICLETAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS DE BIGUAÇU E FAMABI. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 15 janeiro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 15 janeiro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 10.209/2013 - Processo: Dispensa de Licitação - DI Nº 118/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.209/2013

Processo: Dispensa de Licitação - DL Nº 118/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, CONFORME O QUE DISPÕE A LEI 8666/93 ART. 24 INCISO V.

Fornecedor: HENRIQUE CARLOS OLSEN - ME

Valor: R\$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais).

Vigência: da assinatura até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.210/2013 - Processo: Dispensa de Licitação - DI Nº 114/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.210/2013

Processo: Dispensa de Licitação - DL Nº 114/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM BALCÃO EM MDF COM PARTE SUPERIOR EM VIDRO TEMPERADO PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CENTRO DE BIGUAÇU

Fornecedor: NEUZA DE BRITO DA SILVEIRA

Valor: R\$ 6.290,00 (seis mil duzentos e noventa reais).

Vigência: da assinatura até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.219/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 130/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.219/2013

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 130/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 1.232,00 (UM MIL DUZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).

Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.220/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 116/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.220/2013

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 116/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PO E FORMULA ALIMENTAR INFANTIL PARA ATENDER A PROCESSOS JUDICIAIS, FORNECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU. AQUISIÇÃO DE FORMULA INFANTIL 1 PARA ATENDER AS CRIANÇAS DO PROGRAMA DE DST/HIV/AIDS, BEM COMO DE FÓRMULAS PARA O PROGRAMA MUNICIPAL DE FÓRMULAS LÁCTEAS.

Fornecedor: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

Valor: R\$ 8.236,20 (OITO MIL DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS).

Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.222/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 116/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.222/2013

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 116/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PO E FORMULA ALIMENTAR INFANTIL PARA ATENDER A PROCESSOS JUDICIAIS, FORNECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU. AQUISIÇÃO DE FORMULA INFANTIL 1 PARA ATENDER AS CRIANÇAS DO PROGRAMA DE DST/HIV/AIDS, BEM COMO DE FÓRMULAS PARA O PROGRAMA MUNICIPAL DE FÓRMULAS LÁCTEAS.

Fornecedor: CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA ME

Valor: R\$ 25.362,00 (VINTE E CINCO MIL TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS).

Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.223/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 116/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.223/2013
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 116/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PO E FORMULA ALIMENTAR INFANTIL PARA ATENDER A PROCESSOS JUDICIAIS, FORNECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU. AQUISIÇÃO DE FORMULA INFANTIL 1 PARA ATENDER AS CRIANÇAS DO PROGRAMA DE DST/HIV/AIDS, BEM COMO DE FÓRMULAS PARA O PROGRAMA MUNICIPAL DE FÓRMULAS LÁCTEAS.

Fornecedor: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.

Valor: R\$ 11.808,00 (ONZE MIL OITOCENTOS E OITO REAIS).

Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.227/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 132/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.227/2013
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 132/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O PROGRAMA DST/HIV/AIDS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 1.180,34 (UM MIL CENTO E OITENTA REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS).

Vigência: Da assinatura até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.228/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 132/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.228/2013
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 132/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ZOOM TECNOLOGIA LTDA.

Valor: R\$ 590,00 (QUINHENTOS E NOVENTA REAIS).

Vigência: Da assinatura até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 002/2012.

Pelo presente instrumento, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 256, Centro - Biguaçu - SC, inscrito no CNPJ n. 04.902.325/0001-10, neste ato representada por Sua Diretora-Executiva, Sra. MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, de um lado, e de outro, KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA., inscrito no CNPJ nº 03448633/0001-55, com endereço na Rua João Pinto, nº 30, sl. 206 - Centro - Florianópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2012, que passa a vigorar nas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado por mais 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias, com início em 01/01/2014 e término em 15/08/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.
MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU - Contratante

KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA. - Contratada

Testemunhas:

CPF

CPF

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2012

OBJETO: Contratação de Consultoria Previdenciária
CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU
CONTRATADA: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias, com início em 01/01/2014 e término em 15/08/2014.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.
MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2010

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2010
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2010OBJETO: locação de imóvel para sede da autarquia previdenciária
CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU
CONTRATADO: PEDRO ALTAMIRO DA COSTA**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA**

O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2014 e término em 31/12/2014.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU**Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 001/2012.

Pelo presente instrumento, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 256, Centro - Biguaçu - SC, inscrito no CNPJ n. 04.902.325/0001-10, neste ato representada por Sua Diretora-Executiva, Sra. MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, de um lado, e de outro, SOMMA INVESTIMENTOS S.A, com endereço na Rua Dom Jaime Câmara, 170, sl. 802 - Centro - Florianópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2012, que passa a vigorar nas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2014 e término em 31/12/2014, podendo ser prorrogado a critério das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU - Contratante

SOMMA INVESTIMENTOS S.A - Contratada

Testemunhas:

CPF_____
CPF

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2012
PREGÃO PRESENCIAL 001/2012OBJETO: Contratação de Assessoria na Área de Investimentos Financeiros
CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU
CONTRATADA: SOMMA INVESTIMENTOS S/A**Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA**

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2014 e término em 31/12/2014, podendo ser prorrogado a critério das partes.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU**Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 002/2011.

Pelo presente instrumento, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 256, Centro - Biguaçu - SC, inscrito no CNPJ n. 04.902.325/0001-10, neste ato representada por Sua Diretora-Executiva, Sra. MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, de um lado, e de outro, BRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNAMENTAL LTDA. ME, com endereço na Rua Prefeito João Orestes de Araújo, 761, sl. 104 - Centro - Garopaba - SC, neste ato representada por seu representante legal Sr. Gilberto Brasil, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2011, que passa a vigorar nas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2014 e término em 31/12/2014, podendo ser prorrogado a critério das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.

MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU - ContratanteBRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNAMENTAL LTDA. ME
Contratada

Testemunhas:

CPF_____
CPF

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2011
CONVITE N. 002/2011

OBJETO: Contratação de Assessoria e Consultoria nas áreas de contabilidade pública, planejamento governamental e controle interno para o PREVBIGUAÇU.
CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU

CONTRATADA: BRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNAMENTAL LTDA. ME

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2014 e término em 31/12/2014, podendo ser prorrogado a critério das partes.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.
MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 002/2011.

Pelo presente instrumento, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 256, Centro - Biguaçu - SC, inscrito no CNPJ n. 04.902.325/0001-10, neste ato representada por Sua Diretora-Executiva, Sra. MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, de um lado, e de outro, BRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNAMENTAL LTDA. ME, com endereço na Rua Prefeito João Orestes de Araújo, 761, sl. 104 - Centro - Garopaba - SC, neste ato representada por seu representante legal Sr. Gilberto Brasil, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2011, que passa a vigorar nas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2014 e término em 31/12/2014, podendo ser prorrogado a critério das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.
MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU - Contratante

BRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNAMENTAL LTDA. ME
Contratada

Testemunhas:

CPF

CPF

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2011
CONVITE N. 002/2011

OBJETO: Contratação de Assessoria e Consultoria nas áreas de contabilidade pública, planejamento governamental e controle interno para o PREVBIGUAÇU.
CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU

CONTRATADA: BRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNAMENTAL LTDA. ME

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2014 e término em 31/12/2014, podendo ser prorrogado a critério das partes.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2013.
MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.239/2012 - DI Nº 184/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.239/2012 - DL Nº 184/2012/FMS

OBJETO: LOCAÇÃO DE RELÓGIOS PONTO BIOMÉTRICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: LKA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA ME

Vigência: de 01/01/2014 a 31/03/2014.

Valor: R\$44.690,00 (quarenta e quatro mil seiscentos e noventa reais).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.156/2012 - II Nº 107/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.156/2012 - II Nº 107/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS EM FISIOTERAPIA, SEJAM PÚBLICOS, PRIVADOS OU FILANTRÓPICOS, VISANDO À AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, USANDO COMO REFERÊNCIA OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I DO EDITAL. CUMPRE DESTACAR QUE ESTA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO SE DÁ EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 33/2012 E NA FORMA DO ART. 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

Contratado: MICHELE KOERICH ME

Vigência: de 01/01/2014 até 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.156/2013 - CV Nº 81/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.156/2013 - CV Nº 81/2013/FMS

OBJETO: REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DE SOROCABA DE DENTRO.

Contratado: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Vigência: de 01/01/2014 a 31/03/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.159/2013 - CV Nº 78/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.159/2013 - CV Nº 78/2013/FMS

OBJETO: REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE ESTIVA DO INFERNINHO.

Contratado: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME.

Vigência: de 01/01/2014 a 31/03/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.170/2013 - CV Nº 56/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.170/2013 - CV Nº 56/2013/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A OBRA DA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME.

Vigência: de 01/01/2014 a 31/03/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10114/2012 - IL Nº 112/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10114/2012 - IL Nº 112/2012/FMS

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE CLINICAS VETERINÁRIAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO PROGRAMA DE ESTERILIZAÇÃO ITINERANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU. CUMPRE DESTACAR QUE ESTA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO SE DÁ EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 29/2012 E NA FORMA DO ART. 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

Contratado: CLÍNICA VETERINÁRIA BIGUÁ LTDA.

Vigência: de 01/01/2014 até 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 298/2010 - CC Nº 94/2009/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 298/2010 - CC Nº 94/2009/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPEC.P/ EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, ESTOFARIA COM O FORNEC.DE PEÇAS ORIGINAIS, PARA ATENDER A FROTA DE AUTOMÓVEIS, UTILITÁRIOS E MOTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS BADU LTDA.

Vigência: de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 299/2010 - CC Nº 94/2009/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 299/2010 - CC Nº 94/2009/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPEC.P/ EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, ESTOFARIA COM O FORNEC.DE PEÇAS ORIGINAIS, PARA ATENDER A FROTA DE AUTOMÓVEIS, UTILITÁRIOS E MOTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: DECOPEÇAS COM. DE AUTOPEÇAS LTDA EPP

Vigência: de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 223.850,00 (DUZENTOS E VINTE E TRÊS MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato 3ª Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.131/2011 - PP Nº 76/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato 3ª Termo Aditivo ao Contrato nº 10.131/2011 - PP Nº 76/2011 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO PARA PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CASA DE REPOUSO SÃO MATEUS LTDA.
Vigência: de 01/01/2014 a 31/12/2014

Valor: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.042/2012 - PP Nº 007/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 10.042/2012 - PP Nº 007/2012 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ (DE ACORDO COM O CARDÁPIO EM ANEXO) PARA ATENDER OS PROFISSIONAIS COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS E PLANTONISTAS E PARA O CAPS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE BIGUAÇU.

Contratado: PAEMI COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor: R\$ 82.800,00 (oitenta e dois mil e oitocentos reais)

Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.011/2012 - PP Nº 40/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.011/2012 - PP Nº 40/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA PARA A UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO, COM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: FÓTON X IMAGENS RADIOLÓGICAS S/S LTDA.
Vigência: de 01/01/2014 a 31/03/2014.

Valor: R\$ 495.136,20 (quatrocentos e noventa e cinco mil cento e trinta e seis reais e vinte centavos).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.034/2012 - PP Nº 52/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.034/2012 - PP Nº 52/2012 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA ME

Vigência: de 01/01/2014 até 31/12/2014.

Valor: R\$ 153.600,00 (CENTO E CINQUENTA E TRÊS MIL E TREZENTOS REAIS).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 287/2010 PP 23/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 287/2010 PP 23/2010

- FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO TÉCNICA PREVENTIVA E CORRETIVA AOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, CEO E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Fornecedor: RAMON CARLOS DA SILVA JUNIOR ME

Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014

Valor: R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais)

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Lei Municipal Nr 914/2013

LEI MUNICIPAL Nº 914/13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ALIENAÇÃO GRATUITA DOS RESTOS DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO DA OBRA EM DEMOLIÇÃO QUE ABRIGAVA O TERMINAL RODOVIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Bom Jesus do Oeste autorizado a doar para a Entidades Assistenciais e/ou recreativas deste Município os restos de materiais de construção decorrentes da demolição das benfeitorias do antigo Terminal Rodoviário.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE - SC, AOS 18 DE DEZEMBRO DE 2.013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Lei Municipal Nr 915/2013

LEI MUNICIPAL Nº 915/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SAVER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Bom Jesus do oeste (SC), diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os

desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 4º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 5º - A COMPDEC compor-se-á de:

I. Coordenador

II. Conselho Municipal

III. Secretaria

IV. Setor Técnico

V. Setor Operativo

Art. 6º - O Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de defesa civil no município.

Art. 7º - Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Civil.

Art. 8º - O Conselho Municipal será composto pelos seguintes membros:

Secretario Municipal de Administração e Fazenda;

Secretario Municipal de Agricultura;

Secretario Municipal de Obras e Serviços urbanos;

Secretario Municipal de Saúde;

Secretario Municipal de Assistência Social;

Representantes de Entidades Não Governamentais.

Art. 9º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 10 - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 11º- Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 12º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE - SC, AOS 18 DE DEZEMBRO DE 2.013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nr 4473/2013

DECRETO Nº 4473/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DIRETOR LOCAL PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do município de Bom Jesus

do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais elencadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam nomeados os seguintes membros para integrarem o Comitê Diretor Local para a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

Carmem Maria Lenhard; Célio José Fazzioni; Marilivia Ames Aiolfi; Marília Ceccon Maggi; Nairo Cezar Morandini.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste/SC, em 18 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Lei 0776/2013

LEI Nº 0776/2013.

Abre Crédito Adicional Especial.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Braço do Trombudo, crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), para a inclusão do seguinte programa:

Orgão: 12 - SECRETARIA DOS DESPORTOS.

Unidade: 01 - SECRETARIA DOS DESPORTOS.

Funcional: 27.812.0270.1.035 - CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES.

4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0083 - (200) Aplicações Diretas
R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 0759, de 02 de outubro de 2013.

§ 1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício de 2014, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta abertura de crédito adicional especial é para o exercício de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 19 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Lei 0777/2013

LEI Nº 0777/2013.

Altera dispositivo na Lei 0698/2011 de 07 de dezembro de 2011, autoriza adquirir área de terra, por compra, e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Altera o artigo 2º da Lei nº 0698/2011 de 07.12.2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - O valor total da aquisição importa em R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), conforme Ata de Avaliação de Imóvel, em anexo parte integrante desta Lei".

Parágrafo Único. A referida alteração se dá pelo motivo da compra do terreno não ter sido efetivada na época, ocorrendo então a atualização de valores praticados pelo mercado imobiliário.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 19 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Lei Complementar 120/2013

DECRETO Nº 107/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0776/2013, de 19 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Braço do Trombudo, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), para a inclusão do seguinte programa:

Orgão: 12 - SECRETARIA DOS DESPORTOS.

Unidade: 01 - SECRETARIA DOS DESPORTOS.

Funcional: 27.812.0270.1.035 - CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES.

4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0083 - (200) Aplicações Diretas
R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 0776/2013, de 19 de dezembro de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício de 2014, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta abertura de crédito adicional especial é para o exercício de 2014.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, ficando revogado o Decreto nº 084/2013 de 25.10.2013.

Braço do Trombudo, em 19 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Lei Complementar 121/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2013

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 075, de 24 de junho de 2009, que institui o Plano Diretor Participativo de Braço do Trombudo e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera dispositivos da Lei Complementar nº 075, de 24 de junho de 2009, que institui o Plano Diretor Participativo de Braço do Trombudo e dá outras providências.

Art. 2º O Artigo 62 e seus incisos, da Lei Complementar nº 075, de 24 de Junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62º. A MZU, denominada de Macrozona Urbana subdivide-se em:

I - ZU1 - Zona Urbana 1: são áreas destinadas ao uso predominantemente comercial e de serviços, que desempenham importante papel na economia do município. Nesta Zona são proibidas as atividades incômodas ao uso residencial.

II - ZU2 - Zona Urbana 2: são áreas destinadas ao uso predominantemente comercial e de serviços de maior porte, complementado pelo uso residencial, industrial de até pequeno porte e outros compatíveis, sendo proibidas as atividades que geram maior teor de poluição.

III - ZU3 - Zona Urbana 3: são áreas destinadas em geral à concentração ou tendência de crescimento do uso industrial de até grande porte e de grande potencial poluidor e degradador.

IV - ZU4 - Zona Urbana 4: são áreas destinadas ao uso residencial predominante complementado pelos usos para atender as primeiras necessidades (farmácia, padaria, mercearia, etc), sendo proibidas as atividades incômodas ao uso residencial.

V - ZE1 - Zona Expansão Urbana 1: são áreas expansão urbana, destinadas ao uso residencial predominante e de menor densidade, complementado por usos não incômodos à habitação.

VI - ZE2 - Zona Expansão Urbana 2: são áreas de expansão urbana, destinadas ao uso predominantemente comercial e de serviços de maior porte, complementado pelo uso residencial, industrial de até pequeno porte e outros compatíveis, sendo proibidas as atividades que geram maior teor de poluição.

VII - ZE3 - Zona Expansão Urbana 3: são áreas destinadas as futuras instalações industriais, de todos os portes.

VIII - ZE4 - Zona Expansão Urbana 4: são áreas de expansão urbana, destinadas ao uso residencial predominante e de menor densidade, complementado pelos usos para atender as primeiras necessidades (farmácia, padaria, mercearia, etc), sendo proibidas as atividades incômodas ao uso residencial.

IX - NUR - Núcleo Urbano Rural: são núcleos com características urbanas no meio rural.

X - APP - Área de Preservação Permanente.

Art. 3º O Artigo 64 e seus incisos, da Lei Complementar nº 075, de 24 de Junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.64 A MZR, denominada de Macrozona Rural subdivide-se em”:

I - ZR1 - Zona Rural 1: são áreas predominantemente de produção primária, com baixa densidade habitacional, onde devem ser incentivadas as características rurais com estabelecimento de critérios adequados de manejo;

II - AIT - Área de Interesse Turístico Ambiental - são áreas de interesse turístico ambiental, devido à presença de águas sulfurosas na região;

III - APP - Áreas de preservação permanente.

Art. 4º Fica alterado o Anexo I - Mapa de Macro zoneamento, da Lei Complementar nº 075, de 24 de junho de 2009, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 5º Fica alterado o Anexo II - Mapa de Zoneamento Municipal, da Lei Complementar nº 075, de 24 de junho de 2009, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 6º Fica alterado o Anexo III - Mapa de Zoneamento Urbano, da Lei Complementar nº 075, de 24 de junho de 2009, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 7º Fica substituído o Anexo IV - Tabela de Índices Urbanísticos, pelo Anexo IV - Mapa da Área de Expansão Urbana - da Lei Complementar nº 075, de 24 de junho de 2009, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 8º Fica criado o Anexo V - Mapa do Núcleo Urbano da Localidade Águas Sulfurosas, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 9º Fica criado o Anexo VI - Tabela de índices Urbanísticos, de acordo com a tabela em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 10. O Artigo 130 e seus incisos, da Lei Complementar nº 075, de 24 de Junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 130. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos”:

- a) Anexo I - Mapa de Macro zoneamento;
- b) Anexo II - Mapa de Zoneamento Municipal;
- c) Anexo III - Mapa de Zoneamento Urbano;
- d) Anexo IV - Mapa da Área de Expansão Urbana;
- e) Anexo V - Mapa do Núcleo Urbano da Localidade Águas

Sulfurosas;
f) Anexo VI - Tabela de Índices Urbanísticos.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 19 de dezembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Decreto 107/2013

DECRETO Nº 107/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0776/2013, de 19 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Braço do Trombudo, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), para a inclusão do seguinte programa:

Orgão: 12 - SECRETARIA DOS DESPORTOS.

Unidade: 01 - SECRETARIA DOS DESPORTOS.

Funcional: 27.812.0270.1.035 - CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES.

4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0083 - (200) Aplicações Diretas
R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 0776/2013, de 19 de dezembro de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício de 2014, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta abertura de crédito adicional especial é para o exercício de 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, ficando revogado o Decreto nº 084/2013 de 25.10.2013.

Braço do Trombudo, em 19 de dezembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 240/2013

PORTARIA Nº 240/2013

Designa servidor

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Elisabeth Hoeltgebaum, responsável pelo setor de Recursos Humanos para efetuar o encaminhamento folha de pagamento dos servidores do poder executivo até o dia 10 de cada mês para a Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de dezembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 241/2013

PORTARIA Nº 241/2013

Homologa decisão comissão sindicância.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a decisão da comissão de sindicância nomeada pela portaria nº 210/2013 de 07.10.2013, resolve absorver o servidor Denilson Joenck das acusações que lhe foram imputadas, sendo pelo arquivamento do processo administrativo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 18 dezembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 52/2013

EXTRATO DE CONTRATO 52/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Repecon Veículos Ltda
CNPJ 79.913.802/0006-57, sito a Rod BR 470, nº 5800 - Sala 02, Bairro Canta Galo, Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Aquisição de veículo 0 Km para a Secretaria de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 64.900,00 (sessenta e quatro mil novecentos reais)

Data da assinatura: 19.12.2013
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO

TOMADA DE PREÇO 001/2013

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ENDEREÇO: RUA LEOPOLDO JENCK, 38, CENTRO

BRAÇO DO TROMBUDO

CNPJ: 95.952.255/0001-60

EMPRESA VENCEDORA: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

RUA JOÃO PESSOA, 134, 1º ANDAR, CENTRO, CRICIUMA-SC

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA TOTALMENTE INTEGRADOS.

VALOR TOTAL: R\$ 48.116,00 (quarenta e oito mil cento e dezesseis reais).

GUIDO VERMOEHLN

Presidente da Câmara

Braço do Trombudo, 19 de dezembro de 2013.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços 04/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013****Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 21/03/2013****Válido até: 21/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	liquigas	0	46,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013

Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 21/03/2013 Válido até: 21/03/2014

Objeto da Compra: Aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2013

PROCESSO Nº 7/2013

(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

Braço do Trombudo, 21 de Março de 2013.

Ata de Registro de Preços 05/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013**Número do Registro de Preços: 5/2013****Data do Registro: 26/03/2013****Válido até: 27/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Troféu 820mm conforme anexo 1 Item 01 (9929)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	288,0000	1
2	Troféu 740mm conforme anexo 1 Item 02 (9930)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	248,0000	1
3	Troféu 670mm conforme anexo 1 Item 03 (9931)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	228,0000	1
4	Troféu 600mm conforme anexo 1 Item 04 (9932)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	196,0000	1
5	Troféu 650mm Conforme anexo 2 Item 05 (9933)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	267,5000	1
6	Troféu 580mm Conforme anexo 2 Item 06 (9934)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	237,0000	1
7	Troféu 510mm Conforme anexo 2 Item 07 (9935)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	206,0000	1
8	Troféu 440mm Conforme anexo 2 Item 08 (9936)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	176,5000	1
9	troféu 650mm Conforme anexo 3 Item 09 (9937)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	267,5000	1
10	Troféu 580mm Conforme anexo 3 Item 10 (9938)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	237,0000	1
11	Troféu 510mm Conforme anexo 3 Item 11 (9939)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	206,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013**Número do Registro de Preços: 5/2013****Data do Registro: 26/03/2013****Válido até: 27/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Troféu 440mm Conforme anexo 3 Item 12 (9940)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	176,5000	1
13	Troféu 400mm Conforme anexo 4 Item 13 (9941)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	80,0000	1
14	Troféu 350mm Conforme anexo 4 Item 14 (9942)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	65,0000	1
15	Troféu 300mm Conforme anexo 4 Item 15 (9943)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	50,0000	1
16	Troféu 400mm Conforme anexo 5 Item 16 (9944)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	80,0000	1
17	Troféu 350mm Conforme anexo 5 Item 17 (9945)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	65,0000	1
18	Troféu 300mm Conforme anexo 5 Item 18 (9946)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	50,0000	1
19	Troféu 630mm Conforme anexo 6 Item 19 (9947)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	205,0000	1
20	Troféu 560mm Conforme anexo 6 Item 20 (9948)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	175,0000	1
21	Troféu 490mm Conforme anexo 6 Item 21 (9949)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	145,0000	1
22	Troféu 630mm Conforme anexo 7 Item 22 (9950)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	205,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013**Número do Registro de Preços: 5/2013****Data do Registro: 26/03/2013****Válido até: 27/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Troféu 560mm Conforme anexo 7 Item 23 (9951)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	175,0000	1
24	Troféu 490mm Conforme anexo 7 Item 24 (9952)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	145,0000	1
25	Troféu 630mm Conforme anexo 8 Item 25 (9953)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	205,0000	1
26	Troféu 560mm Conforme anexo 8 Item 26 (9954)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	175,0000	1
27	Troféu 490mm Conforme anexo 8 Item 27 (9955)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	145,0000	1
28	Troféu 450mm Conforme anexo 9 Item 28 (9956)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	165,0000	1
29	Troféu 400mm Conforme anexo 9 Item 29 (9957)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	105,0000	1
30	Troféu 350mm Conforme anexo 9 Item 30 (9958)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	85,0000	1
31	Troféu artilheiro Conforme anexo 10 Item 31 (9959)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	45,0000	1
32	Troféu goleiro Conforme anexo 10 Item 32 (9960)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	45,0000	1
33	Medalha 4mm Conforme anexo 11 item 33 (9961)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	5,8600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013**Número do Registro de Preços: 5/2013****Data do Registro: 26/03/2013****Válido até: 27/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Troféu 350mm Conforme anexo 12 item 36 (9962)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	140,0000	1
35	Troféu 820mm Conforme anexo 13 item 34 (9963)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	270,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2013**Número do Registro de Preços: 5/2013****Data do Registro: 26/03/2013****Válido até: 27/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Troféu 740mm Conforme anexo 13 item 35 (9964)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	185,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013**Número do Registro de Preços: 5/2013****Data do Registro: 26/03/2013****Válido até: 27/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2013****PROCESSO Nº 9/2013**

(8525) - VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME

Braço do Trombudo, 26 de Março de 2013.

Ata de Registro de Preços 17/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013****Número do Registro de Preços: 17/2013****Data do Registro: 24/06/2013****Válido até: 24/06/2014**

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS que objetiva a eventual Contratação de Prestação de Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas, com fornecimento de materiais e mão de obra no município de Braço do Trombudo, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas que acompanha este edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas (10830)	M3	EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA (8909)		0	8,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013**Número do Registro de Preços: 17/2013****Data do Registro: 24/06/2013****Válido até: 24/06/2014**

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS que objetiva a eventual Contratação de Prestação de Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas, com fornecimento de materiais e mão de obra no município de Braço do Trombudo, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas que acompanha este edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2013****PROCESSO Nº 29/2013**

(8909) - EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Junho de 2013.

Ata de Registro de Preços 18/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013****Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 26/06/2013****Válido até: 26/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto pneu furo externo, (tarugo) pneu 185/60R 14. (10786)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
2	Conserto Pneu furo interno, (tip top) pneu 185/60 R 14. (10787)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1
3	Conserto Pneu corte (vulcanizo) pneu 185/60R14. (10788)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
5	Balanceamento. (10791)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
6	Conserto de pneu corte (vulcanizado) 225/70 RODA 15C, Liso. (10792)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
7	Conserto de pneu interno (tip top) 225/70 roda 15c, liso. (10793)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	15,0000	1
8	Conserto de pneu corte (vulcanizado) 185/60 Roda 14. Placa MHP 1072. (10794)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
9	Conserto de pneu interno (tip top) 185/60 Roda 14. (10796)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1
10	Conserto de pneu furo externo (tarugo), pneu 175/70 R 14. (10798)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
11	Conserto de pneu interno (tip top), pneu 175/70 R 14. (10799)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1
12	Conserto de pneu corte (vulcanizo), pneu 175/70 R 14. (10800)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
13	Conserto de pneu furo externo (tarugo), pneu 185/60. R 14 (10827)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013**Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 26/06/2013****Válido até: 26/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Conserto de pneu interno (tip top), pneu 185/60. R 14. (10828)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1
15	Conserto de pneu corte (vulcanizo), pneu 185/60 R 14. (10829)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
16	Conserto Pneu 18,4x30 trator traseiro. (10801)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	45,0000	1
17	Conserto de pneu 750x16 trator dianteiro. (10802)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	15,0000	1
18	Conserto pneu 14,9x28 trator traseiro. (10803)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	45,0000	1
19	Conserto dianteiro pneu 12,4x24 trator dianteiro. (10804)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1
20	Conserto pneu 185 R 16. (10805)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	15,0000	1
21	Conserto pneu 185/60 R 14. (10806)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
22	Conserto pneu 175/70 R 13. (10807)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
23	Tip Top numero 2. (10808)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
24	Tip Top numero 3. (10809)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
25	Tip Top numero 4. (10810)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013**Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 26/06/2013****Válido até: 26/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Tip Top Numero 5. (10811)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20,0000	1
27	Tip Top numero 6. (10812)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1
28	Conserto Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional. (10813)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1
29	Conserto pneu 1300x24 com 16 lonas convencional. (10814)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1
30	Conserto pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional. (10815)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	45,0000	1
31	Conserto pneu 18,4x34 com 12 lonas convencional. (10816)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	45,0000	1
32	Conserto pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional. (10817)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20,0000	1
33	Conserto pneu 750x18 F2 com 08 lonas trator dianteiro. (10818)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	15,0000	1
34	Conserto pneu 16,9x24. (10819)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1
35	Conserto pneu 12,5/80-R18. (10820)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20,0000	1
36	Conserto pneu 175/70-R14. (10821)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
37	Conserto pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas. (10822)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013**Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 26/06/2013****Válido até: 26/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Conserto pneu borrachudo 900x20, 14 lonas. (10823)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20,0000	1
39	Conserto pneu furo externo (tarugo), pneu externo 185 R 14 C (10831)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
40	Conserto de pneu (tip top), pneu 185 R 14 C. (10832)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1
41	Conserto de pneu corte (VULCANIZADO), pneu 185 R 14 C (10833)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
42	Conserto de pneu furo externo (tarugo), pneu 185 R 14C. (10824)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
43	Conserto de pneu furo interno (tip top), pneu 185 R 14C. (10825)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 18/2013**Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 26/06/2013****Válido até: 26/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	Conserto de pneu corte (vulcanizo), pneu 185 R 14 C. (10826)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013**Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 26/06/2013****Válido até: 26/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2013****PROCESSO Nº 30/2013**

(8764) - XANDE AUTO CENTER LTDA ME

Braço do Trombudo, 26 de Junho de 2013.

Ata de Registro de Preços 19/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013****Número do Registro de Preços: 19/2013****Data do Registro: 28/06/2013****Válido até: 28/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Aparelho de som pequeno, com rádio AM/FM, CD player MP3/USB, com 5,5w Rms de potência. Alimentação 110/220. (10864)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	lenox	0	258,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	Multilaser	0	259,0000	2
4	Aparelho de DVD, com entrada USB e controle remoto, na cor preta. Alimentação 110/220. (10865)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	mondial	0	195,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	britania	0	196,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	lenox	0	205,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	britania	0	205,3100	4
6	Monitor de TV 20 polegadas LCD / Widescreen / Monitor de TV 20 polegadas LCD / Widescreen / (Horizontal/Vertical): 170°/160° (CR>10) Número de cores: 16,7 M Conector: Dsub, DVID, HDMI, Áudio In, Headphone Out Consumo em Stand by (DPMS): <2W Tipo: BULTIN Plug & Play: DDC 2B Compatibilidade com Mac: Sim Alto falante: 3Wx2CH Cor do gabinete: High Glossy Black Voltagem: Bivolt Dimensões aprox. (L x A x P): 48,78 x 37,37 x 17,7 cm. (10873)	UND	FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	679,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	samsung	0	680,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	lg	0	680,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	lg	0	680,1500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013**Número do Registro de Preços: 19/2013****Data do Registro: 28/06/2013****Válido até: 28/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Ar condicionado split, quente/frio, 9.000 btus, na cor branca, com controle remoto de funções (10863)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	midea	0	1.235,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	komeco	0	1.236,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	elgin	0	1.243,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	comfee	0	1.244,0000	4
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	1.248,0000	5
8	Cadeira para escritório secretária giratória, rodízios duplos de rodagem, regulagem de altura com sistema de pistão pressurizado a gás, assento revestido em tecido 40x43, encosto revestido em tecido 26x40 na cor preta. (10858)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (9007)	pethiflex	0	164,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	pethiflex	0	164,5000	2
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	169,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	petiflex	0	177,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giros	0	177,0000	5
9	Cadeira giratória executiva com rodízios duplos de rodagem, encosto alto para as costas, apoio para os braços e estofamento em couro na cor preta. (10859)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (9007)	pethiflex	0	444,0000	1
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	445,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	pethiflex	0	461,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013**Número do Registro de Preços: 19/2013****Data do Registro: 28/06/2013****Válido até: 28/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	petiflex	0	461,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giros	0	461,6600	5
10	Balcão para escritório com duas portas e quatro gavetas com altura aproximada 80 cm, e largura 1,30 cm puxadores metálicos na cor wenge escuro. (10860)	UND	FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	648,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	criativa	0	648,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	651,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	dalpra	0	659,0000	4
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	moveis cris	0	659,0000	5
11	Arquivo para pasta suspensa em MDF com quatro gavetas. Nas medidas: 1,35cm de altura. As gavetas com 46,5cm de frente e 49 cm de comprimento, corredeiras metálicas, puxadores metálicos. Uma chave que trava as quatro gavetas. Na cor wenge escuro. (10861)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	428,0000	1
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	428,5000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	criativa	0	429,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	dalpra	0	456,0000	4
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	moveis cris	0	456,0000	5
12	Estante em aço com 1,98 de altura, um metro de comprimento, com seis prateleiras de 1m x30 cm. Na cor cinza. (10862)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	lunasa	0	104,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013**Número do Registro de Preços: 19/2013****Data do Registro: 28/06/2013****Válido até: 28/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	lunasa	0	104,5000	2
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	105,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	ggl	0	130,0000	4
13	Balcão para pia em MDF, com duas portas e quatro gavetas na cor branca de 1,20X80. (10866)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	391,5000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	m.cris	0	392,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	moveis cris	0	397,0000	3
14	Balcão aéreo para cozinha em MDF, com 1,20 de comprimento, três portas de 40 cm e puxadores plásticos com 10 cm. (10867)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	217,5000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	m. cris	0	218,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	moveis cris	0	219,0000	3
15	Tampa inox para pia de 1,30X60, com a cuba no centro. (10868)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	pianox	0	128,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	gazin	0	128,5000	2
16	Armário multiuso com 07 prateleiras, em MDF, com 180 de altura, por 60 de largura, profundidade aproximada de 35 cm, puxadores plásticos com 20 cm, na cor branca. (10869)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	280,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	criativa	0	282,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013**Número do Registro de Preços: 19/2013****Data do Registro: 28/06/2013****Válido até: 28/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	moveis cris	0	286,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013**Número do Registro de Preços: 19/2013****Data do Registro: 28/06/2013****Válido até: 28/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	dalpra	0	286,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013**Número do Registro de Preços: 19/2013****Data do Registro: 28/06/2013****Válido até: 28/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2013****PROCESSO Nº 33/2013**

(7635) - FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME
(8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
(8622) - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
(8858) - SUPER-AR LTDA ME
(9007) - Sandro Vilmar Pires ME

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2013.

Ata de Registro de Preços 32/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/12

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013****Número do Registro de Preços: 32/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LEITE EM PO (LATA 400 GR) (2381)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninho	0	10,7800	1
2	Açúcar refinado especial (pct 5kg) (7430)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	7,2600	1
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescafé	0	8,8600	1
4	Café torrado e moído (cx 500gr) (7437)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Melitta	0	7,6400	1
5	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra pak) (7438)	LTS	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurolat	0	2,4600	1
6	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor maracujá. (7685)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	6,5900	1
7	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor uva. (7686)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	5,7900	1
8	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor laranja. (7687)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	5,7900	1
9	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor abacaxi. (7688)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	5,7900	1
10	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,6600	1
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3900	1
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Número do Registro de Preços: 32/2013

Data do Registro: 24/09/2013

Válido até: 24/09/2014

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	3,2100	1
14	Chá em sachês, no sabor MAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3900	1
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3600	1
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3600	1
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3600	1
18	Chá em sachês, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê no sabor HORTELÃ (7700)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3900	1
19	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7696)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,6500	1
20	Adoçante Dietético Líquido Ciclamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Adoçil	0	5,2000	1
21	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H-Leve	0	6,2600	1
22	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H- Leve	0	22,1800	1
23	VASSOURA NYLON (659)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	4,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor v-35	0	7,4700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013**Número do Registro de Preços: 32/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	PAPEL TOALHA (PCT C/ 02 ROLOS) (1556)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	1,9500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Log	0	2,5500	2
25	VASSOURA DE PALHA (1567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	9,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Colonial	0	13,4900	2
26	LUSTRA MÓVEIS (200 ML) (1948)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,6200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	2,7200	2
27	PANO DE CHÃO ALVEJADO (TRAMA BEM FECHADA) (1950)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,7000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Martim	0	2,9300	2
28	RODO BORRACHA (1951)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	2,6000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	6,8300	2
29	PANO MULTI-USO (PCT C/ 5 UND) (1952)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	2,4700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Scotch Brite	0	4,6300	2
30	ESPONJA DE LOUÇA (ESPUMA) DUPLA FACE (1953)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	BETANIN	0	0,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013**Número do Registro de Preços: 32/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tinindo	0	0,8300	2
31	LÃ DE AÇO (PCT C/ 8 UN) (1954)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INOVE	0	0,8800	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Assolan	0	1,6100	2
32	LIMPA VIDROS 500 ML (2158)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	1,6200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Uau	0	5,2100	2
33	FOSFORO (MAÇO C/ 10 UND) (2159)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT LUX	0	1,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Gaboardi	0	1,8800	2
34	SACO LIXO DE 30 LTS (PCT C/ 10 UND) (2161)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	0,8300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Starplast	0	2,9400	2
35	SACO LIXO DE 50LTS (PCT C/ 10 UN) (2162)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	0,8700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Starplast	0	3,0100	2
36	SACO DE LIXO DE 100 LTS (PCT C/ 5 UND) (2222)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	0,8700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Starplast	0	3,0100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013**Número do Registro de Preços: 32/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	OLEO PEROBA (200 ML) (2605)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEROBA	0	5,6300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peroba	0	5,6300	2
38	DESODORIZADOR SANITÁRIO (PEDRA) (2855)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	'SANY BRIL	0	0,5400	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SAni-all	0	0,8000	2
39	PAPEL HIGIÊNICO (PCT C/8 UNID) BRANCO COM 60 MT (4724)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	4,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bob	0	6,8200	2
40	RODO C/ESPUMA (4725)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	2,4700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	5,2500	2
41	Sabão em pó (pct 1kg) (7447)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ULTRAGLASS	0	2,6000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	4,0800	2
42	Desinfetante líquido - frasco de 2lt (7452)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,5100	2
43	Amaciante de roupas - frasco de 2lt (7453)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Número do Registro de Preços: 32/2013

Data do Registro: 24/09/2013

Válido até: 24/09/2014

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,4900	2
44	Água sanitária - frasco de 2lt (7454)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	1,8200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	2,8400	2
45	Detergente de louça - frasco de 500ml (7458)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	0,8800	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	1,1300	2
46	Vassoura tipo escova c/cabo (7494)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,4600	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	6,5000	2
47	Papel higiênico rolo, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	JUMBINHO	0	2,4000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Blummy	0	3,8700	2
48	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAX	0	9,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sequinel	0	18,3000	2
49	Álcool líquido - volume 46,2% - Frasco de 1 litro. (11874)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	2,9900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Araucaria	0	3,6500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013**Número do Registro de Preços: 32/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Luvas de borracha tamanho M (7728)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	1,9300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ideatex	0	4,0300	2
51	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLASR	0	1,3000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CDK	0	6,1000	2
52	Saponáceo de detergente cremoso com 300ml (8224)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,6200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Font	0	3,0600	2
53	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo. (7731)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TUBARÃO	0	6,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Embrast	0	6,4200	2
54	Cera líquida auto-brilho incolor (750ml) (7733)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	4,4900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Facil	0	5,8900	2
55	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas: 42x70cm. (7734)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	1,4300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sol	0	2,7600	2
56	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013**Número do Registro de Preços: 32/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jota	0	2,4400	2
57	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	1,3000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	HJR	0	1,0800	2
58	Copos plásticos descartáveis de 180ml - pct com 100und (7737)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MASTERCOPi	0	1,9700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Totalplast	0	3,0900	2
59	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contém CFC (clorofluorcarbano), com 400ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresh, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (7740)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	5,4600	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	No Ar	0	7,7100	2
60	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	7,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	No Ar	0	7,7500	2
61	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	5,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	No Ar	0	5,4200	2
62	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	28,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013**Número do Registro de Preços: 32/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	28,3000	2
63	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	23,5200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	23,5200	2
64	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	33,1000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	33,1000	2
65	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água (8544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	5,8500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	10,8800	2
66	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	22,0200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	22,0200	2
67	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	4,4900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Fácil	0	5,8900	2
68	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	50,0800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013**Número do Registro de Preços: 32/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	50,0800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013**Número do Registro de Preços: 32/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Super Gasbras	0	48,6600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Número do Registro de Preços: 32/2013 Data do Registro: 24/09/2013 Válido até: 24/09/2014
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2013****PROCESSO Nº 60/2013**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2013.

Ata de Registro de Preços 33/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2013****Número do Registro de Preços: 33/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Registro de preço para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza de área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas, em anexo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza da área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas em anexo. (11881)	Km/L	SERRANA ENGENHARIA LTDA (8241)		0	1.410,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 33/2013**Número do Registro de Preços: 33/2013****Data do Registro: 24/09/2013****Válido até: 24/09/2014****Objeto da Compra:** Registro de preço para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza de área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas, em anexo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 33/2013****PROCESSO N° 61/2013**

(8241) - SERRANA ENGENHARIA LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.861 - Acrescenta Membro Para Compor Comissão Especial.

DECRETO nº 5.861, de 18 de dezembro de 2013.

Acrescenta membro para compor Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado a servidora pública Ivonete Ruppel Mello, para compor a Comissão Especial de Julgamento do Processo de Licitação - Convite nº 02/2013, da Fundação Municipal de Assistência Social, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de execução de reforma na sede do CRAS Martello, nomeada pelo Decreto nº 5.844, de 16 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de dezembro de 2013.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.862 - Nomeia Comissão Especial.

DECRETO nº 5.862, de 18 de dezembro de 2013.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais MARIO LUIZ CACHINSKI, JOÃO PAULO DEBARBA, ANTONIO CARLOS CASTILHO E IVONETE RUPPEL DE MELLO, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento para Processo Licitatório na modalidade de Concorrência nº 01/2013, da Fundação Municipal de Saúde, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para construção da Unidade de Pronto Atendimento -UPA.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á a partir das 14:00 h do dia 26/12/2013.

Art. 2º Fica revogado o Decreto n. 5.727, de 25 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.863 - Nomeia Comissão Especial

DECRETO nº 5.863, de 18 de dezembro de 2013.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais MARIO LUIZ CACHINSKI, JOÃO PAULO DEBARBA, ANTONIO CARLOS CASTILHO E IVONETE RUPPEL DE MELLO, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento para Processo Licitatório na modalidade de Concorrência nº 03/2013, da Fundação Municipal de Saúde, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para reforma geral do CAIC, no Bairro Martello.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á a partir das 14:05 h do dia 30/12/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.353

PORTARIA Nº 23.353, de 09 de Dezembro 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Adeline Aparecida Ferrasso	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Sininho	VV Luciane Catarina Carneiro, Lic. Trat. Saúde	20/11/2013 18/12/2013
Ariani Manoela Diogo Baltazar	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	CMEI Pierina Adami	VV Eliane Salete Peretti, Lic. Trat. Saúde	20/11/2013 04/12/2013
Eliane Aparecida Caetano da Silva Zanchi	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Nossa Sra da Salete	VV Maria Elena Pereira Alves, Lic. Trat. Saúde	08/11/2013 01/12/2013
Eunice Alves de Oliveira	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisor Escolar)	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga excedente, face a rescisão de contrato de outra servidora	07/11/2013 20/12/2013

Mara Rejane Fortes Silva	Servente da Educação	1.5/S 44	EMEB Morada do Sol	Vaga excedente, face a rescisão de contrato de outra servidora	05/11/2013 a 20/12/2013
Maria da Glória Gomes Pereira	Servente da Educação	1.5/A 44	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga excedente, face a rescisão de contrato de outra servidora	12/11/2013 a 20/12/2013
Solange Santos Danzberg	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A 40	CMEI Pierina Adami	VV Marcia Alves Ribeiro, Lic Maternidade	25/11/2013 a 20/12/2013
Teresinha de Jesus Trancoso Teles de Lima	Servente da Educação	1.5/A 44	EMEB Ulysses Guimarães	VV Ana Paula dos Santos Alves, Lic Trat. Saúde	29/11/2013 a 20/12/2013
Valmir Bertulino Ribeiro	Professor de História	1.1/A 15	EMEB Morada do Sol	Vaga excedente, face a rescisão de contrato de outra servidora	20/11/2013 a 20/12/2013
Adriani Galvão	Servente da Educação	1.5/A 44	EMEB Henrique J Berger	VV Dalila de Almeida, Licença Prêmio	23/10/2013 a 20/12/2013
Ivone Ribeiro Alves Carneiro	Professora de Ed. Infantil	1.3/A 40	CMEI Pierina Adami	VV Emanuelli Martins de Souza, Lic Trat. Saúde	07/11/2013 a 05/12/2013
Maria Terezinha Antunes	Professora de Ed. Infantil	1.3/A 20	EMEB Rodolfo Nickel	VV Eliane de Souza Luz, Lic. Maternidade	04/11/2013 a 20/12/2013
Soeli de Souza Batista	Servente da Educação	1.5/A 44	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	2/10/2013 a 20/12/2013
Vera Lucia Cristaldo de Oliveira	Merendeira Escolar	1.5/A 44	EMEB Hilda G. de Sousa	VV Eliane Alves Pereira, Lic Trat. De Saúde	04/11/2013 a 06/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Aviso de Revogação do CV 01/2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2013
CONVITE Nº 01/2013.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2013
Modalidade: Convite nº 01/2013 ABERTURA: 27.12.2013 às 09h05min.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA IMPRESSÃO A LASER DOS CARNÊS DE IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A Prefeitura Municipal de Caçador,

DECIDE:

Revogar o presente processo por interesse público, devido problemas orçamentários. Maiores Informações na Diretoria de

Licitações, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563-0322 ramal 226, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 18 de dezembro de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Revogação de Processo Licitatório Nº 43/2013 PR Nº 36/2013. - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2013
Modalidade: Pregão Presencial nº 36/2013 ABERTURA: 26.12.2013 às 09h05min.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA A CONFECÇÃO DE 12 CAXAMBUS, 06 FOSSAS SÉPTICAS E CERCAS DE ARAMES, DESTINADAS AO PROJETO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL..
A Prefeitura Municipal de Caçador,

DECIDE:

Revogar o presente processo por interesse público, devido suplementações orçamentárias, o presente processo não terá orçamento para homologação em 2013, o qual será realizado no ano de 2014, com orçamento do exercício do referido ano. Maiores Informações na Diretoria de Licitações, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563-0322 ramal 226, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 19 de dezembro de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Camboriú

PREFEITURA

Edital de Concurso 2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 025/2013

Abre inscrições para o concurso público para os cargos elencados no Anexo I, parte integrante deste edital, em conformidade com as Leis Complementares nº 040/2012, nº 19/2008, nº 48/2013 e nº 066/2013 e suas alterações.

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos de provimentos efetivos constantes no Anexo I deste Edital, com função/área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo.

1.2. O candidato que integrar o cadastro de reserva deverá manter seu endereço atualizado no Departamento de Gestão Pessoas da Prefeitura do Município de Camboriú, durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda da classificação.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

2. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos dos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 04/01/2014 a 03/02/2014, somente via internet, pelo site www.clicksolucoesinteligentes.com.br.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. Preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. Imprimir o boleto bancário;

3.2.3. Efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 04/02/2014, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Enviar por Sedex para a Empresa Click Soluções, Rua José Domingos Pagliolli, nº 44, Centro – Ituporanga – SC, CEP 88400-000:

3.3.1.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID e a provável causa da mesma.

3.3.1.2. Anexo IV deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

- a) declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;
- b) declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;
- c) as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4 A avaliação e verificação por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

3.5. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5.1 Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplesia, triplesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;

b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;

c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;

d) de 71 a 90 - db - surdez severa;

e) acima de 91 - db - surdez profunda,

f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) comunicação;

b) cuidado pessoal;

c) habilidades sociais;

d) utilização da comunidade;

e) saúde e segurança;

f) habilidades acadêmicas;

g) lazer;

h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

3.6. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.2 e 3.2.3 deste Edital.

3.7. Terá a inscrição cancelada, o candidato que não efetuar o pagamento da inscrição da maneira prevista nos itens 3.2.2 e 3.2.3.

3.7.1. O Município e a Empresa Click Soluções não efetuarão a devolução do valor de inscrição paga após o decurso do prazo previsto no item 3.2.3 e também, não efetuará reembolso em qualquer outra hipótese.

3.8. O Município e a Empresa Click Soluções não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via Internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no item 3.2.2 deste Edital.

3.9. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.10. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.11. Os candidatos poderão se inscrever em um único cargo.

3.12. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências, no dia 07/02/2014 o presidente da Comissão Coordenadora do Concurso Público publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 10.1 deste Edital.

3.13. No dia 14/02/2014, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pela Prefeitura Municipal de Camboriú.

3.14. Será disponibilizado para a realização da inscrição dos candidatos com dificuldades de acesso a internet, um computador do Município de Camboriú na Biblioteca, situada a Rua Maria da Glória Pereira nº. 158 - Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h30min. às 12h e das 13h30min. às 17h30min. durante todo o período de inscrição.

3.15. Não será aceito pedido de isenção de pagamento do valor da inscrição.

4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. Para cargos de Nível Anos Iniciais – R\$ 20,00
(Auxiliar de Serviços Gerais, Merendeira, Motorista e Servente);

4.2. Para cargos de Nível Médio– R\$ 38,50
(Intérprete de Línguas Brasileira de Sinais - Libras, Monitor e Monitor de Inclusão, Fiscal Ambiental, Educador Social);

4.3. Para cargos de Nível Superior – R\$ 47,00
(Administrador Escolar, Arquiteto, Engenheiro Civil, Orientador Educacional, Psicólogo, Professores, Instrutor de Libras, Supervisor Escolar, Assistente Social, Biólogo e Engenheiro Sanitarista).

5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 01 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório e eliminatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, utilizando-se 02 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, de acordo com o Anexo III, parte integrante deste edital.

5.2.2. Serão considerados aprovados na Prova Escrita:

5.2.2.1. Para os cargos de nível Anos Iniciais, todos os candidatos que tirarem nota igual ou superior a 3,00 (três);

5.2.2.2. Para os cargos de nível Médio e Superior, todos os candidatos que tirarem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

5.3. Prova Prática (PP) de caráter classificatório e eliminatório, a ser aplicada para os candidatos aprovados na prova escrita, inscritos nos seguintes cargos: Merendeira e Motorista.

5.3.1. Serão considerados aprovados na Prova Prática todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco). A metodologia da Prova Prática está descrita no Anexo III, parte integrante deste edital.

5.4. Prova de Títulos (PT) de caráter classificatório, a ser aplicada para os candidatos aprovados na prova escrita, inscritos nos seguintes cargos: Administrador Escolar, Arquiteto, Engenheiro Civil,

Instrutor de Libras, Orientador Educacional, Psicólogo, Professores, Supervisor Escolar, Assistente Social, Biólogo e Engenheiro Sanitarista.

5.4.1. A metodologia da Prova de Títulos está descrita no Anexo III, parte integrante deste edital.

5.5. A Nota Final será formada da seguinte forma:

5.5.1. Para cargos com Prova Prática:

50% Prova Escrita;

50% Prova Prática;

Fórmula a ser aplicada: $(PE + PP) / 2$.

5.5.2. Para cargos com Prova de Títulos:

75% Prova Escrita;

25% Prova de Títulos;

Fórmula a ser aplicada: $(PE \times 0,75) + (PT \times 0,25)$.

5.6. Demais cargos:

Nota Final = Nota da Prova Escrita.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A Prova Escrita será realizada em local a ser divulgado no edital de homologação dos inscritos, que será publicado no dia 14/02/2014. As provas escritas serão realizadas nas seguintes datas:

6.1.1. Cargos de Nível Anos Iniciais – dia 22/02/2014 das 14h às 18h.

6.1.2. Cargos de Nível Médio e Superior – dia 23/02/2014 das 8h às 12h.

6.2. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

6.3. A Prova Prática e Recolha dos Títulos serão realizadas no dia 23/03/2014, em local e horário a ser divulgado na Agenda da Prova Prática e Recolha dos Títulos que será publicada no dia 15/03/2014.

6.4. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados via internet, no sítio www.clicksolucoesinteligentes.com.br, e nos locais previstos no item 10.1 deste Edital, no dia 24/02/2014.

6.5. No dia 06/03/2014, a Comissão Coordenadora do Concurso Público publicará o gabarito definitivo.

6.6. O conteúdo programático da prova escrita está descrito no Anexo II.

6.7. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.7.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

6.7.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

6.7.3. Que tiver maior idade;

6.7.4. Que possuir maior número de dependentes;

6.7.5. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 02 (dois) dias de antecedência, na forma do item 10.1 deste Edital.

6.8. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 6.1, implicará sua desclassificação do Concurso Público.

6.9. No dia 08/03/2014 será publicado as notas da prova escrita e classificados para Prova Prática e Prova de Títulos.

6.10. No dia 15/03/2014 será publicada a Agenda da Prova Prática e Recolha dos Títulos.

6.11. No dia 28/03/2014 será publicada as notas da Prova de Títulos, Prova Prática e Classificação Provisória.

6.12. A lista de classificação homologada pela Prefeitura Municipal de Camboriú será publicada no dia 04/04/2014, nos locais previstos no item 10.1 deste Edital.

7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

7.1.1. Do presente Edital;

7.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

7.1.4. Da nota da prova escrita;

7.1.5. Da nota da prova prática;

7.1.6. Da nota da prova de títulos;

7.1.7. Da aplicação da prova prática,

7.1.8. Da classificação provisória.

7.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado no Setor de Protocolo Geral, direcionado ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público, na Prefeitura Municipal Camboriú, situada a Rua Getúlio Vargas nº 77 – Centro, Camboriú - SC.

7.3. Os demais recursos deverão ser feitos através do sítio da empresa Click Soluções – www.clicksolucoesinteligentes.com.br.

7.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme Cronograma estabelecido no Anexo V, parte integrante deste edital.

7.5. Na realização da PROVA ESCRITA a candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que o requeira a Click Soluções, por escrito, até o dia 03 de fevereiro de 2014 para adoção das providências necessárias.

7.5.1. A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro formalmente indicado pela candidata).

7.5.2. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

7.5.3. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

7.5.4. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

8. DOS REQUISITOS PARA A NOMEAÇÃO

8.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

8.1.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado brasileiro;

8.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e idade máxima de 69 (sessenta e nove) anos;

8.1.3. O candidato, quando convocado para nomeação, deverá comparecer a Perícia Médica da Prefeitura Municipal de Camboriú que fornecerá um Atestado Admissional, na data estipulada, apresentando os seguintes exames e laudos médicos, expedidos no máximo há 30 (trinta) dias:

Originais de Exames Laboratoriais: Hemograma completo, Glicemia, VDRL, Parcial de Urina, Parasitológico de Fezes; Original e duas cópias da Avaliação Psicológica, expedida por Psicólogo ou psiquiatra, atestando a aptidão mental do candidato para o exercício do cargo a que o candidato será nomeado; Original de Eletrocardiograma e RX do Tórax;

8.1.4. Comprovar habilitação mínima exigida pelo edital.

8.1.5. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível e autenticada em cartório, quando for o caso:

a) Certidão de Casamento (Autenticada em cartório);

b) Carteira de Identidade (Não pode ser Carteira de Habilitação), (Autenticada em cartório);

c) Cadastro de Pessoa Física – CPF (Autenticada em cartório);

d) Título de Eleitor (Autenticada em cartório);

e) Certidão relativa à quitação eleitoral (Internet: www.tre-sc.jus.br);

f) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino) (Autenticada em cartório)

g) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo, sendo Diploma para cargos de exigência de nível superior e os demais cargos apresentar o Certificado de Conclusão de Curso (Autenticada em cartório);

h) Certidão de Nascimento dos filhos (Autenticada em cartório);

i) Carteira de trabalho e PIS/PASEP (frente e verso) (Autenticada em cartório);

j) Cópia do Cartão do Banco Itaú (agência e número da conta-corrente);

k) Comprovante de endereço e telefone atualizados (Água, luz ou telefone); (Autenticada em cartório)

l) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;

m) Declaração de bens e valores atualizada (Autenticada em cartório);

n) Declaração que possui ou não, vínculo público em outra entidade (art. 37 da CF);

o) Registro no Conselho Regional, quando exigido na lei (Autenticada em cartório);

p) Certidão Antecedentes Criminais (Federal e Estadual nos sites: www.trf4.gov.br e www.tj.sc.gov.br, respectivamente),

q) Demais documentos constante no Anexo I para o cargo. (Autenticada em cartório)

r) Foto 3x4 atualizada;

s) Certidão negativa de débito junto ao Conselho Regional, quando

exigido para o cargo;

9. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Concurso terá validade de 02 (dois) anos, com possibilidade de ser prorrogado por igual período.

9.2. A aprovação neste Concurso Público não caracterizará direito à nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

9.3. Não havendo interesse em tomar posse no cargo, o candidato deve comunicar formalmente a desistência da vaga.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Concurso Público, serão publicados no mural interno da Prefeitura Municipal e nos seguintes sítios: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br e www.clicksolucoesinteligentes.com.br. A lista de classificação, além dos locais anteriores, será publicada em jornal de circulação local.

10.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em retificação ou aviso a ser publicado.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora.

10.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

10.4.1. Anexo I – Quadro de cargos e habilitação mínima exigida / Atribuições dos cargos;

10.4.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Escrita;

10.4.3. Anexo III – Normas para realização da Prova Escrita, Prova Prática e Prova de Títulos;

10.4.4. Anexo IV – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais,

10.4.5. Anexo V – Cronograma.

Prefeitura Municipal de Camboriú, 18 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

FÁTIMA NAIR BAMBINETTI GERVÁSIO

Secretária de Educação

ANEXO I

A - QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

REGIME ESTATUTÁRIO					
Cargo	Carga Horária h	Escolaridade	Vagas Edital	Reserva *PNE	Vencimento **R\$
Administrador Escolar	40	Curso de Licenciatura Plena e com especialização na área específica com carga horária mínima de 360h, devidamente reconhecido pelo MEC.	03	-	2.015,98
Arquiteto	40	Graduação na Área + Registro no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)	01	-	1.739,03
Auxiliar de Serviços Gerais	40	Anos Iniciais	09	01	745,30

REGIME ESTATUTÁRIO					
Cargo	Carga Horária h	Escolaridade	Vagas Edital	Reserva *PNE	Vencimento **R\$
Engenheiro Civil	20	Graduação na Área + Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)	01	-	1.055,83
Intérprete de Línguas Brasileira de Sinais - Libras	20	Ensino Médio ou Graduação reconhecida pelo MEC, com comprovante de proficiência em interpretação em Libras ou Certificado de Formação Continuada em Libras ou Oficina de Interpretação em Libras, ambos com carga horária mínima de 120h ou ainda, Curso Superior em Bacharelado em Letras / Libras.	03	-	783,21
Instrutor de Libras	20	Curso Superior em Licenciatura Plena em Letras – Libras ou certificado e histórico escolar de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com comprovante de Proficiência em Libras.	01	-	1.007,99
Merendeira	40	Anos Iniciais + Carteira de Manipulação de Alimentos	28	02	745,30
Monitor	40	Ensino Médio Magistério	142	08	1.566,42
Monitor de Inclusão 20h	20	Ensino Médio Magistério	05	-	783,21
Monitor de Inclusão 40h	40	Ensino Médio Magistério	09	01	1.566,42
Motorista	40	Anos Iniciais e Carteira Nacional de Habilitação com categoria "D".	09	01	745,30
Orientador Educacional	40	Curso de Licenciatura Plena e com especialização na área específica com carga horária mínima de 360h, devidamente reconhecido pelo MEC.	08	-	2.015,98
Psicólogo	40	Graduação na Área + Registro no CRP (Conselho Regional de Psicologia)	04	-	1.269,96
Professor Anos Iniciais	20	Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e ou Curso de Pedagogia com Habilitação em Anos Iniciais e ou Curso de Normal Superior com Habilitação em Anos Iniciais.	05	-	1.007,98
Professor Arte	20	Curso de Licenciatura Plena em Artes.	03	-	1.007,98
Professor Ciências	20	Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.	01	-	1.007,98

REGIME ESTATUTÁRIO					
Cargo	Carga Horária	Escolaridade	Vagas Edital	Reserva *PNE	Vencimento **R\$
Professor Educação Infantil	20	Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e ou Curso de Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil.	19	01	1.007,98
Professor Educação Física	20	Curso de Licenciatura Plena em Educação Física + CREF.	03	-	1.007,98
Professor Ensino Religioso	20	Curso de Ciências da Religião – Licenciatura em Ensino Religioso.	05	-	1.007,98
Professor História	20	Curso de Licenciatura Plena em História.	01	-	1.007,98
Professor Inglês	20	Curso de Licenciatura Plena em Letras – Inglês.	01	-	1.007,98
Professor Língua Portuguesa	20	Curso de Licenciatura Plena em Letras – Português.	01	-	1.007,98
Professor Matemática	20	Curso de Licenciatura Plena em Matemática.	01	-	1.007,98
Servente	40	Anos Iniciais.	28	02	745,30
Supervisor Escolar	40	Curso de Licenciatura Plena e com especialização na área específica com carga horária mínima de 360h, devidamente reconhecido pelo MEC.	06	-	2.015,98
Assistente Social	40	Graduação em Serviço Social + Registro no CRESS (Conselho Regional de Serviço Social).	02	-	1.269,96
Biólogo	40	Graduação na Área + Registro no CRBio (Conselho Regional de Biologia).	01	-	2.010,77
Educador Social	40	Ensino Médio Completo.	01	-	1.490,59
Engenheiro Sanitarista	40	Graduação na área + Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia Sanitária)	01	-	2.010,77
Fiscal Ambiental	40	Ensino Médio Completo.	01	-	745,30

*PNE = Portador de Necessidades Especiais.

** Os candidatos aprovados e nomeados para cargos de exigência mínima Nível Superior, independentemente da formação, receberão como graduados, só podendo acessar a Especialização após aprovação no estágio probatório.

*** As atribuições para cada função são as descritas nas Leis Complementares nº 040/2012, nº 019/2008, nº048/2013 e Lei nº066/2013 podendo as mesmas ser acessadas através do site www.cidadedecamboriu.sc.gov.br no link Leis Municipais.

ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

1. LÍNGUA PORTUGUESA:

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período

e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos.

2. CONHECIMENTOS GERAIS:

Atualidades, Cultura, Cinema, Generalidades e conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Camboriú; Notícias publicadas na mídia escrita ou falada;

3. CONHECIMENTOS MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Grau. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadrática. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico. Estatística.

4. ESPECÍFICOS:

4.1. Administrador Escolar:

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 -Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); -Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, -Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Noções de administração; -Planejamento, -As diferentes fases do desenvolvimento humano e suas peculiaridades em relação ao processo educativo; da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, do Regimento Escolar e dos diversos documentos que compõem, obrigatoriamente, o arquivo escolar; de medidas a serem adotadas para melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, do adequado exercício da cidadania; A dimensão participativa da gestão escolar; Professores e Gestores Escolares; Gestão da Escola: do contexto ao perfil da Equipe Gestora; Dimensões e indicadores da qualidade da educação; As dimensões da escola; Gestão democrática: diretrizes gerais; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Conselho Escolar; Avaliação da escola; Administração-gestão; Poder, autoridade e participação; Gestão e democracia; O Perfil Desejável dos Gestores Escolares e dos Dirigentes de Sistemas Educacionais; Plano Estratégico ou Plano de Ação; O planejamento funcional e suas limitações; Planejamento estratégico.

4.2. Arquiteto:

Orçamentos; Legislação (viabilidade técnica); Construção civil; Softwares de desenho. Desenho Arquitetônico. Projetos Arquitetônicos. Conforto Ambiental. Urbanismo. Paisagismo. Instalações e Equipamentos. Gerenciamento Urbano. Espaços Públicos. Técnicas de Arquitetura. Sistema Viário. Estatuto das Cidades. Acessibilidade. Política Nacional de Habitação. Legislação Aplicada à Arquitetura. Principais NBRs Utilizadas. Obras Públicas. Fiscalização.

4.3. Auxiliar de Serviços Gerais:

Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos. Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças, vasos e pias. Transporte de móveis, máquinas e utensílios. Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante

e defensivo. Noções de Segurança no trabalho, tratamento com o público; sensibilidade na recepção do público; postura diante de situações difíceis; agilidade no atendimento; como priorizar atendimento; ética profissional; princípios básicos para o bom atendimento.

4.4. Engenheiro Civil:

Interpretação e análise de projetos de Engenharia, com uso de escalas métricas. Conhecimento sobre material de construção e seus diversos usos. Conhecimento sobre normas de dimensionamento de vãos de iluminação e ventilação de edifícios. Conhecimento sobre terraplanagem e pavimentação. Cálculo de vazão e dimensionamento de bueiros, esgoto pluvial e esgoto sanitário. Topografia – Análise de levantamentos planialtimétricos. Instalações Elétricas e Hidro-sanitárias. Orçamento e planejamento de Obras / Projetos. Saneamento Urbano e Rural – Sistema de abastecimento de água. Estatuto das Cidades – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Lei nº 10.520/02 (pregão).

4.5. Intérprete de Línguas Brasileira de Sinais - Libras:

Objetivos Gerais; Conteúdos; Aprender e Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, e Educação Física; Temas Transversais e Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; Avaliação; Atuação Prática do Professor; Fatores de Crescimento; O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais; A ajuda na aquisição da estabilidade emocional; O desenvolvimento das possibilidades de comunicação; A redução das limitações provocadas pela deficiência; O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes; O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar; A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida ativa; Repensando a deficiência à luz de novos pressupostos; O contexto psicológico; O Clima sócio-afetivo. Ensino de Alunos com Deficiência Auditiva. Conhecimentos sobre Educação Inclusiva. Conhecimentos Específicos no uso e no ensino de LIBRAS; Legislação Específica da Libras e Ética profissional do tradutor / intérprete da Libras.

4.6. Instrutor de Libras:

Objetivos Gerais; Conteúdos; Aprender e Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, e Educação Física; Temas Transversais e Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; Avaliação; Atuação Prática do Professor; Fatores de Crescimento; O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais; A ajuda na aquisição da estabilidade emocional; O desenvolvimento das possibilidades de comunicação; A redução das limitações provocadas pela deficiência; O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes; O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar; A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida ativa; Repensando a deficiência à luz de novos pressupostos; O contexto psicológico; O Clima sócio-afetivo. Ensino de Alunos com Deficiência Auditiva. Conhecimentos sobre Educação Inclusiva. Conhecimentos Específicos no uso e no ensino de LIBRAS; Legislação Específica da Libras e Ética profissional do tradutor / intérprete da Libras.

4.7. Merendeira:

Noções básicas de - Higiene, Limpeza. Destinação do lixo. Noções básicas de alimento, componentes alimentares, conservas alimentícias, preparo e acondicionamento dos alimentos, serviço de copa e cozinha, equipamentos e utensílios. Noções de Higienização no preparo e confecção de receitas. Noções de estocagem de alimentos. Noções de cocção e congelamento de alimentos. Equipamento Individual de Segurança – EPI e Segurança no trabalho. Relacionamento interpessoal - comportamento profissional. Convivência com os superiores, com os colegas de trabalhos e com o público. Primeiros Socorros.

4.8. Monitor:

- Educação no mundo atual, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Aspectos históricos, culturais, geográficos e econômicos e populacionais do Município de Camboriú e do Estado de Santa Catarina. - Constituição Federal, na parte referente a Educação; ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Conteúdos específicos gerais comuns a todos os cargos na área do Magistério. Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia.

4.9. Monitor de Inclusão:

- Educação no mundo atual, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Aspectos históricos, culturais, geográficos e econômicos e populacionais do Município de Camboriú e do Estado de Santa Catarina. - Constituição Federal, na parte referente a Educação; ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Conteúdos específicos gerais comuns a todos os cargos na área do Magistério. Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia.

4.10. Motorista:

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias; LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos. Dos equipamentos obrigatórios. Da Condução de Escolares. Dos Documentos de Porte Obrigatório. Da Habilitação. Das Penalidades. Medidas e Processo Administrativo. Das Infrações. SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de

Advertência; Placas de Indicação; DIREÇÃO DEFENSIVA: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes. Leis da Física. Aquaplanagem. Tipos de Acidentes. PRIMEIROS SOCORROS: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados. Segurança no trabalho.

4.11. Orientador Educacional:

O contexto legal indispensável ao trabalho de Orientador Escolar: a Nova LBD, os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Regimento Básico da rede municipal de ensino de Camboriú. Aspectos do trabalho cotidiano do Orientador Educacional: a Orientação Educacional: princípios, atuação e desafios; a Orientação Educacional no espaço escolar: currículo, projeto político-pedagógico, planejamento, avaliação; o espaço da Orientação Educacional: conflitos, visão crítica, relações no ambiente escolar.

4.12. Psicólogo:

-Psicologia Geral e Clínica; -Psicologia Educacional.-História da Psicologia. -Bases fisiológicas do Comportamento. -Escolas de Psicologia. -Psicologia Contemporânea. -Métodos de Psicologia. -Campos da Psicologia. -Princípios da Psicologia. -Limites e alcances da Psicologia da Saúde; - O trabalho da Psicologia na Saúde Pública-Saúde mental na atualidade-Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento.

4.13. Professor Anos Iniciais:

- Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Constituição Federal, na parte referente a Educação; ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Conteúdos específicos gerais comuns a todos os cargos na área do Magistério. Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN's. História e Política Educacional; Técnicas Avaliativas; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas;

4.14. Professor Arte:

- Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros - Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Didática Geral; - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; - Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.

4.15. Professor Ciências:

- Ciências Morfológicas: Anatomia humana, Citologia, Embriologia Humana, Histologia, Morfologia, Células. Ecologia; - Educação Ambiental; - Genética; - Parasitologia; - Reino Animal, Vegetal e Mineral; - Solo, água e ar; - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Didática Geral; - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; - Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN's; - Tendências pedagógicas; Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire. - História e Política Educacional; - Técnicas Avaliativas; - Metodologia de Ensino.

4.16. Professor Educação Infantil:

- Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Constituição Federal, na parte referente a Educação; ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Conteúdos específicos gerais comuns a todos os cargos na área do Magistério. Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN's. História e Política Educacional; Técnicas Avaliativas; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas;

4.17. Professor Educação Física:

- Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; - Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. RECNEI. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.

4.18. Professor Ensino Religioso:

1. Idéia do Transcendente 2.Função política das ideologias religiosas 3.Revelação; 4.Evolução da estrutura religiosa das

organizações humanas; 5.Contexto cultural dos textos orais e escritos; 6.Espiritualidade; 7.Valores (ética, respeito, solidariedade, virtudes, amor, felicidade, fidelidade); 8.Determinações da Tradição Religiosa sobre a pessoa; 9.Limites; 10.Verdades da fé; 11. Vida além da morte; 12. Bíblia; - Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escreita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB.

4.19. Professor História:

- Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Didática Geral; - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; - Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.

4.20. Professor Inglês:

1. English Language; 2. Language as communication: language system: phonology, morphology, syntax; 3. Teacher development and teaching practice: objectives in teaching English as a foreign language: methods, approaches, techniques and resources; the four skills: reading, speaking, listening, writing; 4. Evaluating, selecting and producing materials; 5. PCN.

4.21. Professor Língua Portuguesa:

- Morfologia; - Compreensão e interpretações de textos. - Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal; - Emprego do acento indicativo da crase; - Colocação dos pronomes átonos; - Emprego dos sinais de pontuação; - Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia; - Literatura Geral e Brasileira; - Funções sintéticas de termos e de orações. Processos sintáticos: subordinação e coordenação. - Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escreita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula:

habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB.

4.22. Professor Matemática:

- Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); - Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; - Regra de Três e proporções; - Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; - Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. - Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; - Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; - Matrizes e Determinantes; - Sistemas Lineares. - Análise Combinatória; - Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; - Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; - Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; - Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; - Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. - Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escreita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB.

4.23. Servente:

Manipulação de alimentos, estocagem de alimentos, preparos de alimentos, classificação de alimentos. Limpeza e organização da cozinha. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Higiene, limpeza. Prevenção de acidentes no trabalho. Equipamentos de segurança. Cuidados com a saúde, qualidade de vida e higiene. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Serviços de limpeza. Lei Orgânica do Município. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

4.24. Supervisor Escolar:

- O contexto legal indispensável ao trabalho de Supervisão Escolar: a Nova LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Regimento Básico da rede municipal de ensino de Camboriú. Aspectos do trabalho cotidiano do Supervisor Escolar: o educador, o educando e suas relações; os conteúdos de ensino e os materiais didáticos; os métodos e procedimentos de ensino; a produção do conhecimento: planejamento, execução e avaliação das ações na escola. A postura ética no trabalho. A ação educacional do profissional de Supervisão Escolar no contexto do sistema municipal de ensino. A visão crítica do supervisor escolar sobre o trabalho desenvolvido pelas unidades escolares. Elaboração de currículos: o quê, como e quando ensinar e avaliar. Acompanhamento do trabalho pedagógico e da avaliação

dos alunos. A integração do trabalho do supervisor escolar com os demais profissionais envolvidos no sistema: a participação do profissional no treinamento e aperfeiçoamento das equipes escolares. Medidas e dispositivos legais de proteção à criança e ao adolescente.

4.25. Assistente Social:

O processo de trabalho no Serviço Social; Questões teórico-metodológicas do Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Serviço Social; Serviço Social e Políticas Sociais. Família, Grupos e Redes. Violência Doméstica. O trabalho do Assistente social nos espaços sócio-ocupacionais. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. Ética e Serviço Social; Interdisciplinaridade Profissional; Movimentos sociais; Terceiro Setor; Conhecimentos sobre a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e seus processos; Conselhos Municipais de Direitos e de Políticas Sociais; Projeto Ético-Político do Serviço Social; Programas Governamentais de Transferência de Renda. Constituição Federal do Brasil; Lei Orgânica de Assistência Social; Norma Operacional Básica do SUAS; Norma Operacional Básica – RH – SUAS; Política Nacional de Assistência Social; Estatuto do Idoso; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto das Pessoas com Deficiência; Código de Ética Profissional do Assistente Social. Conhecimentos inerentes aos programas CRAS e CREAS. Decreto nº6307/2007.

4.26. Biólogo:

Legislação Profissional. Ecologia ambiental: noções de ecologia, envolvendo os conceitos de ecossistema, cadeia e teia alimentar, relação entre seres vivos, sucessão ecológica e poluição ambiental. Efeitos biológicos da poluição. Laboratório: equipamentos, materiais, reagentes, meios de cultura e soluções. Organização e controle de estoques de reagentes e equipamentos de laboratório de ensino de Biologia. Normas de assepsia. Amostragem. Elaboração de documentação técnica rotineira: pareceres, laudos e atestados e registros legais. Métodos e Técnicas da Pesquisa Biológica. Biossegurança em laboratório. Biologia Celular e Molecular. Conceitos básicos de imunologia. Estrutura, função e produção de anticorpos. Testes-sorológicos. Sistemas de grupos sanguíneos. Parasitologia e Microbiologia. Estrutura bacteriana, cultura e isolamento. Característica e mecanismo de infecções causadas por vírus, bactérias e protozoários. Anatomia e Fisiologia Humana. Histologia e Embriologia. Genética Geral. Bioquímica básica. Evolução. Ecologia Geral. Manejo de fauna. Zoologia dos Invertebrados e dos Cordados. Técnicas de coleta e de preparo de material zoológico. Botânica Geral. Taxonomia vegetal. Anatomia vegetal. Biotecnologia vegetal, animal, microbiana. Monitoramento ambiental. Avaliação de impactos ambientais. Valoração de danos ambientais. Legislação ambiental. Conservação de recursos naturais. Controle biológico de pragas e doenças. Ética profissional.

4.27. Educador Social:

- Educação no mundo atual, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escreita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Aspectos históricos, culturais, geográficos e econômicos e populacionais do Município de Camboriú e do Estado de Santa Catarina. - Constituição Federal, na parte referente a Educação; ECA (Estatuto da

Criança e do Adolescente). Conteúdos específicos gerais comuns a todos os cargos na área do Magistério. Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.

4.28. Engenheiro Sanitarista:

Conhecimentos básicos de: Química orgânica e inorgânica, Mecânica dos Fluidos e Hidráulica, Termodinâmica, Sistemas de tratamento físico-químico e biológico de águas residuárias urbanas e industriais, Mecânica dos Solos, Geotécnica, Hidrogeologia, Hidrologia e Sistemas de Drenagem de Água, Sistemas de Abastecimento de Água. Acondicionamento, coleta, transporte e tratamento de Resíduos Sólidos. Fundamentos de Controle de Poluição Ambiental. Processos de produção de indústrias (químicas, metalúrgicas, mecânicas, de alimentos, de bebidas e etc.). Eletricidade. Cálculo e estatística. Escalas de leitura de mapas. Políticas públicas de infraestrutura. Gerenciamento e gestão ambiental. Política Nacional de meio ambiente. SISNAMA. Avaliação de Impactos Ambientais: métodos e aplicação. Zoneamento ambiental. Política Nacional de recursos hídricos. Estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Licenciamento ambiental: conceito e finalidade, aplicação, etapas, licenças, competências, estudos ambientais, análise técnica, órgão intervenientes. Noções de cartografia. Noções de sensoriamento remoto e geoprocessamento. Conservação de solo e água. Técnicas de recuperação de áreas degradadas. Climatologia. Noções de limnologia. Qualidade de águas. Saneamento básico. Ciclagem de nutrientes. Ecologia geral. Noções de análise social e econômica de projetos. Impactos ambientais de obras civis de infraestrutura. Noções de sistemas e obras hidráulicas. Conceitos sobre geração de energia elétrica. Noções de obras, sistemas e estruturas de transmissão de energia. Noções de obras de normalização e regularização (drenagem, derrocamento). Ecologia Aplicada e Controle da Poluição; Hidráulica; Obras Hidráulicas; Sistemas Urbanos de Esgoto; Sistemas Urbanos de Água; Qualidade da água; Instalação Hidráulica, Sanitárias, Predial Planejamento de Recursos Hídricos e controle da Poluição das águas; Problemas de Saúde Pública. Higiene e Segurança no Trabalho; Saneamento básico; Problemas de Saúde Pública; Hidrologia.

4.29. Fiscal Ambiental:

Legislação ambiental federal, estadual e municipal. Identificação e atribuições dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais responsáveis pelo licenciamento, aspectos e impactos ambientais. Áreas de competência dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais. Auditoria ambiental: conceito, técnicas e práticas. Conceitos da Ciência da Conservação: conservação ambiental, preservação ambiental, poluição ambiental, biodiversidade, bioma, ecossistemas brasileiros, tipos de espécies biológicas. Fragmentação de habitats.

ANEXO III

A - NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. A prova escrita será realizada, conforme determina o item 6 deste edital e terá duração de 4 (quatro) horas, nos horários conforme abaixo:

1.1. Cargos de Nível Anos Iniciais – dia 22/02/2014 das 14h às

18h.

1.2. Cargos de Nível Médio e Superior – dia 23/02/2014 das 8h às 12h.

2. O candidato deverá comparecer no local da prova, convenientemente trajado, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade, comprovante de pagamento da taxa de inscrição e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

2.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos comandos militares, pelas secretarias de segurança pública, pelos institutos de identificação e pelos corpos de bombeiros militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do ministério público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

2.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, cpf, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

3. A prova terá 40 questões, sendo que cada questão terá 04 (quatro) alternativas, sendo apenas 01 (uma) a alternativa correta, distribuídas da forma abaixo:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	08	0,20
Conhecimentos Gerais/Atualidades	07	0,20
Raciocínio Lógico (Matemática)	05	0,20
Conhecimentos Específicos	20	0,30

4. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Concurso Público:

4.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso Público, bem como consultar livros ou apontamentos;

4.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

4.3. Utilizar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

5. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova;

6. Os envelopes contendo as provas serão abertos, em sala, por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão o termo de abertura dos mesmos;

7. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;

8. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

9. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o cartão-resposta devidamente preenchido;

11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência

dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

12. Os envelopes contendo os cadernos das provas que sobraram e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à comissão executora do concurso público.

B - NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

1. Motorista

1.1. Tarefa a ser realizada:

Utilização de Ônibus.

1.2. Critérios de avaliação:

- Verificação do Equipamento (pneus, água, óleo, bateria)
- Habilidades ao operar o equipamento;
- Aproveitamento do Equipamento;
- Produtividade;
- Técnica/Aptidão/Eficiência.

1.2. Critérios de avaliação:

1.3. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munidos de sua carteira Nacional de Habilitação "D".

2. Merendeira:

2.1. Tarefa a ser realizada:

Utilização e manuseio da cozinha / Manipulação, estocagem e separação de alimentos.

2.2. Critérios de avaliação:

- Conhecimento prático e destreza nas execuções das atividades;
- Habilidade no desenvolvimento das atividades comuns à função;
- Agilidade nas execuções das atividades;
- Raciocínio lógico e de percepção.

2.3. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munidos de documento oficial com foto.

C – NORMAS PARA PROVA DE TÍTULOS

1. O cômputo dos títulos será feito da forma abaixo:

1.1. 5 (cinco) pontos para o candidato com Pós Graduação. Deverá ser apresentado diploma/certificado ou certidão de conclusão acompanhada de histórico escolar.

1.2. 8 (oito) pontos para o candidato com Mestrado. Deverá ser apresentado diploma/certificado ou certidão de conclusão acompanhada de histórico escolar.

1.3. 10 (dez) pontos para o candidato com Doutorado. Deverá ser apresentado diploma/certificado ou certidão de conclusão acompanhada de histórico escolar.

2. Os pontos não são cumulativos, será utilizada a pontuação maior.

3. Todas as cópias deverão ser autenticadas ou cópia simples acompanhada dos originais.

4. No local de entrega não será realizado cópias.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Concurso Público nº 025/2013, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

Camboriú, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do Candidato

ANEXO V
CRONOGRAMA

DATA	ATO
18/12/2013	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
19 e 20/12/2013	Prazo para impugnações do Edital de abertura das inscrições
23/12/2013	Publicação das decisões acerca das impugnações ao edital de abertura de inscrições.
04/01 à 03/02/2014	Período de Inscrições
07/02/2014	Publicação do Rol dos Insritos
10 e 11/02/2014	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
14/02/2014	Homologação das Inscrições
22/02/2014	Realização da Prova Escrita para cargos de nível ANOS INICIAIS.
23/02/2014	Realização da Prova Escrita para cargos de nível MÉDIO.
23/02/2014	Realização da Prova Escrita para cargos de nível SUPERIOR.
24/02/2014	Publicação do Gabarito Provisório
25 e 26/02/2014	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova escrita.
06/03/2014	Publicação do Gabarito Definitivo.
08/03/2014	Publicação das Notas da Prova Escrita e Classificados para Prova Prática e Prova de Títulos.
10 e 11/03/2014	Prazo para recursos contra Nota da Prova Escrita.

15/03/2014	Publicação do julgamento dos recursos contra Nota da Prova Escrita e Agenda da Prova Prática e Recolha dos Títulos.
23/03/2014	Realização da Prova Prática Recolha dos Títulos
24 e 25/03/2014	Prazo para recursos Contra Prova Prática
28/03/2014	Publicação das Notas de Título, Prática e Classificação Provisória
31/03 e 01/04/2014	Prazo para recursos Contra Notas de Título, Prática e Classificação Provisória.
04/04/2014	Homologação do Resultado Final.

Ata de Registro de Preços do PR 38/2013 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 038/2013 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 003/2013 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA SEREM SUBSTITUÍDOS NOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/12/2014

1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

Resolução Nº 17 de 18 de Dezembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"APROVA PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2014-2017"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova plano municipal de saúde 2014-2017.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Resolução Nº 18 de 18 de Dezembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"APROVA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova programação anual de saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Resolução Nº 19 de 18 de Dezembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"APROVA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2013"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova primeiro termo aditivo ao convênio nº 003/2013, Cláusula III: VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, alterando os valores constantes no ANEXO I e II.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Resolução Nº 20 de 18 de Dezembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"APROVA O BALANCETE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2013."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete Orçamentário de Financeiro do Fundo Municipal de Saúde, referente os meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 2013.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Portaria Nº 10.641 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.641 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, na função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, LEANDRO CASSIO MUNHOZ, Matrícula funcional nº 000675, Registro no Sistema sob nº 955106, referente aos períodos aquisitivos: 04 de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 15 (quinze) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 15 (quinze) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.642 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.642 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta dias) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional, LOURIVAL IOHANSON, Matrícula funcional nº 000479, Registro no Sistema sob nº 954485, referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2012 a 02 de outubro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período

aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.643 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.643 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR DE SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Assessor de Serviços de Obras e Engenharia, LUCINEI JOSÉ ODIA, Registro no Sistema sob nº 955222, referente ao período aquisitivo 04 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Assessor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.644 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.644 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Motorista, LUIS CARLOS COTHOVISKY, Matrícula funcional nº 000040, Registro no Sistema sob nº 292970, referente aos períodos aquisitivos 04 de janeiro de 2011 a 03 de janeiro de 2012 = 20 (vinte) dias; 04 de janeiro de 2012 a 03 de janeiro de 2013 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.645 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.645 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, MARCOS ENGLER, Matrícula funcional nº 000374, Registro no Sistema sob nº 722140, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2012 a 31 de agosto de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.646 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.646 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional, MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, Matrícula funcional nº 000265, Registro no Sistema sob nº 314880, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2013, e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.647 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.647 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta dias) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional, MARIO OSVALDO ATNER, Matrícula funcional nº 000055, Registro no Sistema sob nº 293350, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.648 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.648 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional V, na função de Pedreiro /Carpinteiro, NELSON LUIS BAIL, Matrícula funcional nº 000673, Registro no Sistema sob nº 955104, referente aos períodos aquisitivos: 02 de julho de 2011 a 31 de dezembro de 2011 = 15 (quinze) dias; 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 15 (quinze) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.649 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.649 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, NEURI NAGEL, Matrícula funcional nº 000404, Registro no Sistema sob nº 954254, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.650 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.650 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, na função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, OSMARIO VERISSIMO MICHALSKY, Matrícula funcional nº 000258, Registro no Sistema sob nº 313720, referente aos períodos aquisitivos: 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2013 = 18 (dezoito) dias; 01 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014 = 02 (zero dois) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo: 01 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014 .

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.651 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.651 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Operacional IV, PAULO SOARES DE OLIVEIRA, Matrícula funcional nº 0267, Registro no Sistema sob nº 315000, referente aos períodos aquisitivos: 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 = 10 (dez) dias; 01 de julho de 2012 a 30 de julho de 2013 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2012 a 30 de julho de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.652 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.652 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional, PEDRO VITOR HOTZ DE ASSUMPTÃO, Matrícula funcional nº 000662, Registro no Sistema sob nº 955089, referente aos períodos aquisitivos 19 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 16 (dezesesseis) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 14 (quatorze) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.653 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.653 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, RENATO RONSKA, Matrícula funcional nº 000405, Registro no Sistema sob nº 954255, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.654 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.654 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, na função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, SANDRO JOSE CARDOSO DE MEIRA, Matrícula funcional nº 000682, Registro no Sistema sob nº 955121, referente aos períodos aquisitivos: 01 de agosto de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 13 (treze) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 17 (dezesete) dias, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.655 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.655 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de fiscal, na função de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, SÉRGIO DA COSTA, Matrícula funcional nº 000449, Registro no Sistema sob nº 954399, referente aos períodos aquisitivos 01 de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011 = 10 (dez) dias; 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.656 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.656 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, na função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, VALMIR ADÃO DE SOUZA LUZ, Matrícula funcional nº 000074, Registro no Sistema sob nº 294590, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2013 a 14 de janeiro de 2014, pagamento de um terço de férias referente aos períodos aquisitivos.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.657 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.657 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Operacional III, na função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, VENICIO NEGHERBON, Matrícula funcional nº 000582, Registro no Sistema sob nº 954771, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.658 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.658 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Professor Auxiliar, ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, Matrícula funcional nº 000557, Registro no Sistema sob nº 954678, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2014 á 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.659 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.659 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista na função de Motorista (ônibus escolar), ALTAIR DA ROCHA, Registro no Sistema sob nº 955283, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2013 a 01 de abril de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 09 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.660 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.660 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista na função de Motorista (ônibus escolar), MÁRCIO KRUGER, Registro no Sistema sob nº 955277, referente ao período aquisitivo 09 de setembro de 2013 a 05 de fevereiro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 09 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.661 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.661 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista na função de Motorista (ônibus escolar), CRISTIANO MUNHOZ, Registro no Sistema sob nº 955282, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2013 a 01 de abril de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 09 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.662 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.662 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Médico IV, na função de Médico Plantonista, ALLAN CEZAR GHISSI, Registro no Sistema sob nº 955157, referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2013 a 04 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.663 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.663 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, na função de Técnico em Enfermagem, ALEXANDRA DA ROCHA, Matrícula funcional nº 000606, Registro no Sistema sob nº 954867, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.664 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.664 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo II, ANA CLAUDIA VIEIRA DE LIMA, Matrícula funcional nº 000726, Registro no Sistema sob nº 954229, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.665 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.665 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública

Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, ANA LUIZA DE LIMA, Matrícula funcional nº 000652, Registro no Sistema sob nº 955098, referente aos períodos aquisitivos: 02 de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 05 (zero cinco) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 25 (vinte e cinco) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.666 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.666 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio na função de Técnico em Enfermagem, ANGELA SOFIA PIEKARSKI DE FRANÇA, Matrícula funcional nº 000450, Registro no Sistema sob nº 954447, referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2012 a 09 de maio de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.667 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.667 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Enfermeira, AURIONIZE COSENTINO, Matrícula funcional nº 000574, Registro no Sistema sob nº 954749, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.668 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.668 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, BEATRIS KUIASKI, Matrícula funcional nº 000671, Registro no Sistema sob nº 955102, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 09 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.669 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.669 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Odontóloga I, na função de Odontóloga, CAROLINA FAGOTTI DE ALMEIDA LODETTI, Matrícula funcional nº 000709, Registro no Sistema sob nº 955156, referente ao período aquisitivo 02 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.670 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.670 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, CATIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA, Matrícula funcional nº 000670, Registro no Sistema sob nº 955101, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 09 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.671 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.671 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, Matrícula funcional nº 000617, Registro no Sistema sob nº 954966, referente aos períodos aquisitivos: 02 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 17 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.672 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.672 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Auxiliar de Odontologia, CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, Matrícula funcional nº 000422, Registro no Sistema sob nº 954276, referente ao período aquisitivo: 22 de maio de 2012 a 21 de maio de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.673 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.673 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo II, CRISTIANE DO ROCIO ODIA, Matrícula funcional nº 000740, Registro no Sistema sob nº 955266, referente ao período aquisitivo 08 de agosto de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.674 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.674 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Enfermeira, CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA, Matrícula funcional nº 000739, Registro no Sistema sob nº 955243, referente ao período aquisitivo 16 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.675 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.675 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Odontólogo II, na função de Odontólogo, CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, Matrícula funcional nº 000573, Registro no Sistema sob nº 954745, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 20 (vinte) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.676 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.676 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, DAIANE THAIS ROCHA, Matrícula funcional nº 000676, Registro no Sistema sob nº 955107, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.677 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.677 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Fisioterapeuta, DANIELA CARLA BRESOLA, Matrícula funcional nº 000411, Registro no Sistema sob nº 954262, referente ao período aquisitivo: 16 de abril de 2013 a 15 de abril de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.678 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.678 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio na função de Técnico em Enfermagem, DANIELE COELHO, Matrícula funcional nº 000585, Registro no Sistema sob nº 954793, referente ao período aquisitivo 02 de dezembro de 2011 a 01 de dezembro de 2012.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.679 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.679 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo I, EDITE FERREIRA DA ROCHA, Matrícula funcional nº 000018, Registro no Sistema sob nº 954966, referente aos períodos aquisitivos: 16 de março de 2010 a 15 de março de 2011 = 10 (dez) dias; 16 de março de 2011 a 15 de março de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 16 de março de 2011 a 15 de março de 2012.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.680 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.680 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo II, ELIZIANE SMENTCOSKI, Matrícula funcional nº 000728, Registro no Sistema sob nº 954242, referente ao período aquisitivo 16 de abril de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.681 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.681 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, FLÁVIA RIBEIRO DE LIMA TELMA, Matrícula funcional nº 000667, Registro no Sistema sob nº 954099, referente ao período aquisitivo: 02 de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.682 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.682 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio na função de Técnico em Enfermagem, GUILHERME GOMES DOS SANTOS, Matrícula funcional nº 000732, Registro no Sistema sob nº 955249, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.683 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.683 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, INÊS MICKUS CANDIDO, Matrícula funcional nº 000668, Registro no Sistema sob nº 955100, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.684 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.684 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, JAQUELINE DOS SANTOS, Matrícula funcional nº 000534, Registro no Sistema sob nº 954637, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.685 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.685 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função Auxiliar de Serviços Gerais, JAQUELINE FUCKNER

KERSCHER, Matrícula funcional nº 000566, Registro no Sistema sob nº 954705, referente ao período aquisitivo: 13 de outubro de 2012 a 12 de outubro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.686 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.686 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Odontóloga, JESSICA FISCHER, Matrícula funcional nº 000443, Registro no Sistema sob nº 954381, referente ao período aquisitivo: 06 de junho de 2012 a 05 de junho de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 10 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.687 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.687 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista, na função de Motorista da Saúde, JOSÉ BAGNHUCK, Matrícula funcional nº 000026, Registro no Sistema sob nº 5100, referente aos períodos aquisitivos: 04 de abril de 2012 a 03 de abril de 2013 = 20 (vinte) dias; 04 de abril de 2013 a 03 de abril de 2014 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 04 de abril de 2012 a 03 de abril de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 09 de dezembro de 2013 á 07 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de dezembro de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.688 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.688 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, LAURO STAROWSKI, Matrícula funcional nº 000554, Registro no Sistema sob nº 954968, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 08 (zero oito) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, = 30 (trinta) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 01 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já

requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.689 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.689 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo II, exercendo a função gratificada de Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação, LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 954556, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.690 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.690 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função Auxiliar de Serviços Gerais, MARCIANE LOPES DOS SANTOS PASDA, Matrícula funcional nº 000392, Registro no Sistema sob nº 887730, referente ao período aquisitivo: 05 de março de 2012 a 04 de março de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.691 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.691 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Psicólogo, MARCO AURÉLIO BECKHAUSER, Matrícula funcional nº 000486, Registro no Sistema sob nº 954500, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.692 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.692 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, Matrícula funcional nº 000531, Registro no Sistema sob nº 954634, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.693 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.693 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Auxiliar de Odontologia, MARIA OLÍVIA PADILHA PEYRL, Matrícula funcional nº 000552, Registro no Sistema sob nº 954660, referente aos períodos aquisitivos: 20 de maio de 2011 a 19 de maio de 2012 = 10 (dez) dias; 20 de maio de 2012 a 19 de maio de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 20 de maio de 2012 a 19 de maio de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro

de 2013 à 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.694 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.694 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Médico I, na função de Médico, MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, Matrícula funcional nº 000489, Registro no Sistema sob nº 954501, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.695 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.695 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de

19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Enfermeira, MARILENE DE FÁTIMA BENANCIO PAUL, Matrícula funcional nº 000683, Registro no Sistema sob nº 955122, referente aos períodos aquisitivos: 01 de agosto de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 13 (treze) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 12 (doze) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.696 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.696 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, MÔNICA BERTA BORGES, Matrícula funcional nº 000699, Registro no Sistema sob nº 955143, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.697 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.697 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Enfermeira, PATRÍCIA NOGUEIRA BATISTA, Matrícula funcional nº 000687, Registro no Sistema sob nº 955123, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.698 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.698 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo II, PATRICK ONGHERO, Matrícula funcional nº 000609, Registro no Sistema sob nº 954966, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 05 (zero cinco) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro

de 2013 á 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.699 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.699 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Odontólogo, RICARDO RAFAEL KOCH, Matrícula funcional nº 000615, Registro no Sistema sob nº 954954, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.700 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.700 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Fiscal, na função de Fiscal de Vigilância Sanitária, SANDRO BUENO FRANCO, Matrícula funcional nº 274, Registro no Sistema sob nº 125720, referente aos períodos aquisitivos: 01 de agosto de 2010 a 31 de julho de 2011 = 10 (dez) dias; 01 de agosto de 2011 a 31 de julho de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2011 a 31 de julho de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 06 de janeiro de 2014 á 25 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.701 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.701 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, SILMARA APARECIDA DA CRUZ KERSCHER, Matrícula funcional nº 000611, Registro no Sistema sob nº 954916, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.702 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.702 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Odontóloga, SILVIA RENATA LOUREIRO FAVORETO, Matrícula funcional nº 000180, Registro no Sistema sob nº 479000, referente ao período aquisitivo: 11 de maio de 2012 a 10 de maio de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.703 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.703 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Auxiliar de Odontologia, SIRLEI APARECIDA CARVALHO, Matrícula funcional nº 000592, Registro no Sistema sob nº 954820, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 15 (quinze) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro

de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 19 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.704 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.704 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, TERESINHA BAECHTOLD, Matrícula funcional nº 000555, Registro no Sistema sob nº 954669, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.705 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.705 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio na função de Técnico em Enfermagem, VANESSA MIRIAM NEUBAUER, Matrícula funcional nº 000441, Registro no Sistema sob nº 954337, referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2011 a 15 de setembro de 2012.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.706 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.706 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 10.478 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 10.478 de 12 de Dezembro de 2013.

Parágrafo único: A revogação de que trata o caput deste Artigo em razão do Servidor Público Municipal RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, encontrar-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

1ª Alteração ao Processo Licitatório Nº114/2013, Pregão (Presencial)

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº114/2013, PRE-GÃO (presencial)

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, ALTERANDO o descritivo do objeto, conforme segue:

Onde lê-se “Óleo Biodiesel S10”, LEIA-SE: Óleo diesel S10:

2.1 - O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços para a aquisição de: 350.000 litros de óleo diesel S500 e 50.000 litros de Óleo diesel S10, para manutenção da frota municipal, no exercício 2014.

2.1.3 – Critério para julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL (soma de todos os itens), com FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO UNITÁRIO de:

- R\$ 2,35 o litro do óleo diesel S500; e

- R\$ 2,47 o litro do óleo diesel S10.

2.1.9 – O valor estimado pela Administração e o MÁXIMO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA é de valor máximo R\$ 2,35 o litro do óleo diesel S500; e valor máximo R\$ 2,47 o litro do óleo diesel S10.

ANEXO I

(Processo Licitatório nº 115/2013, modalidade Pregão)

Modelo Planilha para Cotação de Preços

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Máximo fixado (unitário) R\$	Valor Unitário	Valor Total
01	350.000,00	litros	Óleo diesel S500		R\$ 2,35		
02	50.000,00	litros	Óleo diesel S10		R\$ 2,47		
VALOR GLOBAL (soma dos itens)							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**VALOR REGISTRADO:**

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)
01	ÓLEO DIESEL S500	350.000	LITROS	
02	Óleo diesel S10	50.000	LITROS	

As demais disposições do edital do processo licitatório epigrafado permanecem inalterados e em vigor, inclusive a data de abertura.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br. Publique-se ainda, o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Revogação Processo Licitatório 107/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

DECISÃO

(Processo Licitatório nº 107/2013 - modalidade Convite)

Referente Processo Licitatório nº 107/2013, modalidade Convite.

Objeto: Aquisição de peças e mão de obra para recondicionar o motor 355 da motoniveladora nº 03..

Considerando que a modalidade adotada para o processo licitatório nº 107/2013 foi a Convite;

Considerando que foram convidadas 4 empresas para participar do processo (Comércio de Pneus e Acessórios Itália Ltda, Recuper Recuperadora de Virabrequins Ltda Me., Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda. Me. e Masterdil Técnica Diesel Ltda. EPP), e destas todas participaram da licitação, porém, 2 foram inabilitadas (Comércio de Pneus e Acessórios Itália Ltda, Recuper Recuperadora de Virabrequins Ltda Me). Das habilitadas foram abertos os envelopes da proposta, sendo que para cada lote houve apenas 1 proposta (lotes 01 e 02 apenas proposta da empresa Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda. Me. e lote 03 apenas proposta da empresa Masterdil Técnica Diesel Ltda. EPP.);

Considerando o entendimento do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, que se não houver três propostas válidas, o Convite deve ser repetido, conforme Decisão abaixo transcrita:

"Não se deve adjudicar licitação na modalidade convite com menos de três propostas válidas por item licitado, para não ferir o disposto no art. 22, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993. (TCU, Decisão 472/1999. Plenário)" .

Considerando ainda o entendimento do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, que se não houver justificativa _ que neste caso não tem _ para a obtenção de 3 propostas válidas a licitação deverá ser repetida, conforme Prejulgado que segue: "Prejulgado 1850

1.A modalidade de licitação convite exige o encaminhamento de no mínimo três cartas-convites a interessados do ramo pertinente ao seu objeto, podendo ter seguimento o certame quando houver pelo menos a apresentação de uma proposta válida e formalmente aceitável.

2.A mera passividade do convidado, não formulando proposta frente à carta-convite implica no manifesto desinteresse em participar da licitação, sendo desprezível sua declaração expressa, atestando a falta de interesse em fornecer bens ou prestar serviços à Administração.

3.Cabe à Administração justificar de forma circunstanciada os motivos impeditivos da obtenção de no mínimo três propostas válidas, sob pena de repetição do convite."

DECIDO declarar o Processo Licitatório nº 112/2013 "fracassado", revogando todas as suas disposições.

Intimem-se as empresas licitantes quanto esta decisão, concedendo-lhes o prazo para o contraditório e ampla defesa, assim como prazo recursal que trata o art. 109 da Lei Federal 8.666/93. Publique-se.

Campo Alegre, 17 de dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Revogação Processo Licitatório 112/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

DECISÃO

(Processo Licitatório nº 112/2013 - modalidade Convite)

Referente Processo Licitatório nº 112/2013, modalidade Convite.

Objeto: Contratação de Serviços de Engenharia para Elaboração de Projetos de Pavimentação e Projetos de Obras de Arte Especiais (ponte/pontilhões).

O § 3º do artigo 22 da Lei nº 8.666/93, define a modalidade Convite, conforme abaixo:

"Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas." (grifo acrescido)

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO tem sua decisão sobre o assunto:

"Não se deve adjudicar licitação na modalidade convite com menos de três propostas válidas por item licitado, para não ferir o disposto no art. 22, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993. (TCU, Decisão 472/1999. Plenário)" .

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, também tem sua decisão sobre o assunto:

"Prejulgado 1850

1.A modalidade de licitação convite exige o encaminhamento de no mínimo três cartas-convites a interessados do ramo pertinente ao seu objeto, podendo ter seguimento o certame quando houver pelo menos a apresentação de uma proposta válida e formalmente aceitável.

2.A mera passividade do convidado, não formulando proposta frente à carta-convite implica no manifesto desinteresse em participar da licitação, sendo desprezível sua declaração expressa, atestando a falta de interesse em fornecer bens ou prestar serviços à Administração.

3.Cabe à Administração justificar de forma circunstanciada os motivos impeditivos da obtenção de no mínimo três propostas válidas, sob pena de repetição do convite."

Portanto, para o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, se não houver três propostas válidas, o Convite deve ser repetido, e para o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, se não houver justificativa (que neste caso não tem), o entendimento é o mesmo do TCU, de repetição do certame.

Sendo assim, DECIDO declarar o Processo Licitatório nº 112/2013 "fracassado", revogando todas as suas disposições.

Intimem-se as empresas Inova Engenharia SS Ltda. e Impacto Engenharia Ltda. Me quanto esta decisão, concedendo-lhes o prazo para o contraditório e ampla defesa, assim como prazo recursal que trata o art. 109 da Lei Federal 8.666/93.

Publique-se.

Após decurso de prazo recursal e ampla defesa, devolva-se os envelopes contendo a proposta das empresas Inova Engenharia SS Ltda. e Impacto Engenharia Ltda. Me, DEVIDAMENTE FECHADOS, para manter o sigilo da proposta.

Campo Alegre, 17 de dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Tomada de Preços 117/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº. 117/2013 - TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o Fornecimento de material e mão de obra para execução de poço artesiano para auxiliar no abastecimento de água na ETA - Estação de Tratamento da Unidade do Centro. Julgamento: Menor Preço Global, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 41.400,00. Os recursos são provenientes do Convênio 6.128/2012-0 SDR de Mafra, R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) contrapartida com recursos próprios (Municipal). Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 13/01/2014, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre - SC, 20 de dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ.

Secretária Municipal de Administração.

Tomada de Preços 30/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 30/2013 - TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o Fornecimento de material e mão de obra para Construção de um prédio para nova Unidade de Saúde na Rua Roberto Koenig no Distrito de Fragosos, neste Município. Julgamento: Menor Preço Global, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 425.952,42. Os recursos são provenientes do Convênio N. 01941360000113001 firmado com o Governo Federal contrapartida Municipal. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 10/01/2014, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre, 17 de dezembro de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

Aditivo Contratual Nº 78/2013

ADITIVO CONTRATUAL Nº 78/2013.

Considerando que a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo Município de Campo Alegre, através do Contrato n.º 56/2010 (firmado através do Processo Licitatório nº 3/2010, modalidade Tomada de Preço), solicita prorrogação do contrato de locação de sistemas de informática, para o exercício 2014;

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

RESOLVE,

Prorrogar o contrato nº 56/2010 até 31/03/2014.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
POR ACORDO ENTRE AS PARTES

DÉCIMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 56/2010 até 31 de março de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 56/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária de Administração

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

Aditivo Contratual Nº 79/2013

ADITIVO CONTRATUAL Nº 79/2013.

Considerando que a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo Município de Campo Alegre, através do Contrato n.º 53/2011 (firmado através do Processo Licitatório nº 38/2011, modalidade Pregão), solicita prorrogação do contrato de locação de sistemas educacionais, para o exercício 2014;

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Educação na continuação dos serviços/locação contratados;

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

RESOLVE,

Prorrogar o contrato nº 53/2011 até 31/12/2014.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
POR ACORDO ENTRE AS PARTES

SÉTIMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 53/2011 até 31 de dezembro de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 53/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária de Administração

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

Aditivo Contratual Nº 80/2013 ADITIVO CONTRATUAL Nº 80/2013.

Considerando que a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo Município de Campo Alegre, através do Contrato n.º 55/2013 (firmado através do Processo Licitatório nº 65/2013, modalidade Dispensa), solicita prorrogação do contrato de disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet
Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Administração na continuação dos serviços/locação contratados;
Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;
Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

RESOLVE,
Prorrogar o contrato nº 55/2013 até 31/03/2014.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL POR ACORDO ENTRE AS PARTES

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 55/2013 até 31 de março de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS
Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 55/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária de Administração

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

Aditivo Contratual Nº 81/2013 MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC ADITIVO CONTRATUAL Nº 81/2013.

Considerando a necessidade da continuação da execução do serviço, objeto do contrato nº 67/2013 e a previsão de prorrogação;

Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela prorrogação do Contrato nº 67/2013 (referente Processo de Licitação nº 72/2013);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 67/2013, conforme segue:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 67/2013 até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS
Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 67/2013, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 16 dezembro de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária de Administração

COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME
Contratada

Aditivo Contratual Nº 82/2013 MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC ADITIVO CONTRATUAL Nº 82/2013.

Considerando que em 19 de dezembro de 2012 foi realizada licitação (nº 132/2012 TP), para EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA e RURAL no Município de Campo Alegre e consequentemente firmado o contrato nº 89/2012;

Considerando que o objeto é caracterizado contínuo, e há previsão de prorrogação (tanto no edital do processo licitatório quanto no instrumento de contrato);

Considerando a previsão de reajustamento, após 12 (doze) meses de contrato;

Considerando ainda a Autorização da Autoridade Superior tanto pela prorrogação, quanto pelo reajuste, do Contrato nº 89/2012;

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo e reajustar o valor inicial do Contrato nº 89/2012, conforme segue:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA.

PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITIVO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.749/0001-77, COM SEDE A RUA CEL. BUENO FRANCO, 292, CENTRO, CIDADE DE CAMPO ALEGRE-SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SRA. LUCILAINE MOKFA SCHWARZ, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLEMENTE CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, ESTABELECIDNA NA RUA WILLIAM BOOTH, Nº 537, BAIRRO BOQUEIRÃO, CURITIBA-PR, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 77.371.789/0001-11, ORA DENOMINADA CONTRATADA, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SR. ANGELO BRESEGHELLO FILHO, REPRESENTANTE LEGAL, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1.679.849/5/PR E CPF SOB O Nº 462.669.179/04, TEM ENTRE SI CERTO E AJUSTADO QUE O CONTRATO Nº 89/2012, PASSARÁ A VIGORAR COM AS SEGUINTE ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 89/2012 até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula SEGUNDA – Dos Preços e forma de pagamento

Altera-se o item 5.1 da cláusula quinta do contrato nº 89/2012, reajustando pelo IGPM (período nov/2012 a nov/2013, no percentual de 5,6096%) conforme segue:

5.1 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços, os seguintes preços unitários propostos que são:

Item	Serviço	Unidade	Qtde Mensal	Valor Unitário	Valor Total mensal	Valor total para a vigência do contrato 6 meses (de janeiro/2013 a junho/2013)
1.1	Coleta Regular de Resíduos Sólidos nas Áreas Urbana e Rural (4 vezes por semana)	Equipe	0,5	35.979,12	17.989,56	215.874,72
1.2	Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos nas Áreas Urbana e Rural	Tonela-da	120	48,14	5.776,80	69.321,60
1.3	Locação de Contêineres para Depósito dos Resíduos Sólidos	Unidade	20	28,94	578,80	6.945,60
1.4	Destinação Final	Tonela-da	120	94,98	11.397,60	136.771,20

1.5	Coleta Seletiva e transporte de Resíduos Sólidos Recicláveis nas Áreas Urbana e Rural (1 vez por semana)	Equipe	0,3	22.960,43	6.888,13	82.657,56
Valor mensal (previsão de gastos)					R\$ 42.630,89	-----
Valor global do contrato (12 meses)					R\$ 511.570,68	

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 89/2012, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA

Contratada

Aditivo Contratual Nº 83/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

ADITIVO CONTRATUAL Nº 83/2013.

Considerando a necessidade da continuação da execução do serviço, objeto do contrato nº 69/2013 e a previsão de prorrogação;

Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela prorrogação do Contrato nº 69/2013 (referente Processo de Licitação nº Pregão 86/2013.);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 69/2013, conforme segue:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 69/2013 até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 69/2013, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se

a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 16 dezembro de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária de Administração

SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA.
Contratada

Aditivo Contratual Nº 84/2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
ADITIVO CONTRATUAL Nº 84/2013.

Considerando a necessidade da continuação da execução do serviço, objeto do contrato nº 70/2013 e a previsão de prorrogação;

Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela prorrogação do Contrato nº 70/2013 (referente Processo de Licitação nº 89/2013);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 19/2013 conforme segue:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO ABEL MORO.

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 70/2013, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 70/2013 até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS
Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 70/2013, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 16 dezembro de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária de Administração

ABEL MORO
Contratado

Aditivo Contratual Nº 85/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
ADITIVO CONTRATUAL Nº 85/2013.

Considerando a previsão de prorrogação contratual conforme cláusula segunda do contrato nº 88/2009;
Considerando o interesse de ambas as partes na prorrogação contratual;

RESOLVE,
Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 88/2009

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA VIVO S/A, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93,

OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 88/2009.

Cláusula Primeira - Da Vigência
O prazo do contrato nº 88/2009 fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2014.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais
Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 88/2009 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 28 de janeiro de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária de Administração

VIVO SA
Contratada

Aditivo Contratual Nº 86/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
ADITIVO CONTRATUAL Nº 86/2013.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
POR ACORDO ENTRE AS PARTES

SETIMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 78/2010 até 31 de dezembro de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS
Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.65, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 78/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2013.
EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA
Contratada

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária de Administração

Aditivo Contratual Nº 87/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS A ÓRGÃO PÚBLICO, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.

CONTRATANTE:

Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE		
CNPJ: 83.102.749/0001-77	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: PREF GABINETE DO PREFEITO	Ramo de Atividade: 0100 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL	
Endereço: RUA CEL. BUENO FRANCO, 292 - CENTRO.		
Cidade: CAMPO ALEGRE	UF: SC	CEP: 89294-000
Telefone: (47) 3632-2266	FAX: (47) 3632-2266	
Endereço Eletrônico: licitação@campoalegre.sco.gov.br		
Nome do Responsável: LUCILAINE MOKFA SCHWARZ		
Cargo: SECRETÁRIA MUNICIPAL RG: DE ADMINISTRAÇÃO	2925070 SSP/SC	CPF: 004.022.349-36

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA	CNPJ/MF/DR: 34.028.316/0028-23	
Endereço: RUA ROMEU JOSE VIEIRA Nº90		
Cidade: SÃO JOSÉ	UF: SC	CEP: 88110-906
Telefone: (48) – 3954-4011	FAX: (48) – 3954-4084	
Endereço Eletrônico: scgeven1@correios.com.br		
Gerente de Vendas: LILIAN PLACHI FERREIRA		
RG: 5.152.719-7 SSP/SC	CPF: 908.887.829-34	
Gerente de Suporte a Vendas: SIMONE REGINA ZANG DE SOUZA CALDERA		
RG: 2.780.573-5 SSP/SC	CPF: 018.138.849-94	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em

prorrogar o contrato por 12 (doze) meses.

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 1/2013 até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Caberá a CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial e no prazo legal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO:

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Campo Alegre, 16 dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária de Administração

LILIAN PLACHI FERREIRA

GERENTE DE VENDAS

SIMONE REGINA ZANG DE S. CALDERA

GERENTE DE SUPORTE A VENDAS

Aditivo de Contrato 27/2013

CONTRATO Nº. 27/2013.

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO LN CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 26/2013.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual de realização de obra que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irmã Amália Gueller, nº. 22, Centro, em Campo Alegre-SC, neste ato representado pela Gestora Sra. Carolina da Costa Telma, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado LN CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 10.834.999/0001-28, com sede a Rua Iracema, nº. 349, Sala 2, Bairro Cruzeiro, cidade São Bento do Sul - SC, representada por Lourival Negreli, CPF nº. 420.543.899-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado o seguinte (em decorrência a homologação do processo licitatório nº. 24/2013, modalidade Tomada de Preços):

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVOS
ACRESCE ao contrato nº 24/2013 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

CLÁUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 26/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se

a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 2013.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

LOURIVAL NEGRELI
LN CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

Aditivo de Contrato 28/2013
ADITIVO CONTRATUAL Nº 28/2013

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, através do Contrato n.º 16/2010 (firmado através do Processo Licitatório nº 3/2010, modalidade Tomada de Preço - Prefeitura), tendo como objeto a locação de sistemas de informática;
Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;
Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

RESOLVE,
Prorrogar o contrato nº 16/2010 até 31/03/2014.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
POR ACORDO ENTRE AS PARTES

DÉCIMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 16/2010 até 31 de março de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS
Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 16/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2013.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

Aditivo de Contrato 6/2013

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE
ADITIVO CONTRATUAL Nº 6/2013.

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre, através do Contrato n.º 3/2010 (firmado através do Processo Licitatório nº 3/2010, modalidade Tomada de Preço - Prefeitura);
Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;
Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

RESOLVE,
Prorrogar o contrato nº 3/2010 até 31/03/2014.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
POR ACORDO ENTRE AS PARTES

DÉCIMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 3/2010 até 31 de MARÇO de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS
Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 3/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2013.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo de Assistência Social

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

Aditivo de Contrato 7/2013 - Iprecal
ADITIVO CONTRATUAL Nº 7/2013

NONO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMATICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 6/2010 até 31 de março de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 6/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2013.

IPRECAL

JEFFERSON JEAN DUVOISIN

Diretor Executivo

Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

TAÍS CRISTINA HEYSE

Assessora Jurídica

OAB/SC 13.692

Aditivo de Contrato 8/2013 - Iprecal

ADITIVO CONTRATUAL Nº 8/2013

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 6/2013 até 31 de março de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 6/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2013.

IPRECAL

Jefferson Jean Duvoisin

Diretor Executivo

Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

TAÍS CRISTINA HEYSE

Assessora Jurídica

OAB/SC 13.692

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Campos Novos

PREFEITURA

Ata Registro de Preço 02/2013 Fundo Rotativo Habitacional

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/8

FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 2/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2013

No dia 16 do mês de Dezembro do ano de 2013, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na EXPEDICIONARIO, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Nelson Cruz, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2013, Processo Licitatório nº. 2/2013, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6306	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3, 4, 5, 6, 14
6307	JOSE THIAGO DE SOUZA	1, 11, 13
6199	PONTO CERTO LTDA	2, 7, 8, 9, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 055/2007 (pregão) e nº. 095/2009 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	07.355.138/0001-52	LUIZ CARLOS GUIGGI	294.775.229-53
JOSE THIAGO DE SOUZA	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
PONTO CERTO LTDA	00.510.282/0004-10	LUIZ CARLOS PAGGI	569.098.459-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6199 - PONTO CERTO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AREIA MEDIA	M3		350,000	110,0000	38.500,00
7	CAL HIDRATADO 20 KG	UN		1.200,000	9,4000	11.280,00
8	CIMENTO SACO 50KG	UN		700,000	25,0000	17.500,00
9	CUMMEIRA 4mm	UN		100,000	18,0000	1.800,00
10	CUMMEIRA 6mm	UN		50,000	31,0000	1.550,00
12	PEDRA BRITA Nº 01	M3		150,000	70,0000	10.500,00
15	TELHA ONDULADA 5mm 1,83x1,10	UN		300,000	34,0000	10.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 2/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2013

Fornecedor: 6199 - PONTO CERTO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	TELHA ONDULADA 5mm 2.44x1,10	UN		400,000	43,0000	17.200,00
17	TELHA ONDULADA 6mm 1,83x1,10	UN		300,000	43,0000	12.900,00
18	TELHA ONDULADA 6mm 2,44 x 1,10	UN		400,000	54,0000	21.600,00
19	TIJOLO 6 FUROS	MLH		60,000	575,0000	34.500,00

Fornecedor: 6306 - GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BARRA DE FERRO 3/8 10mm	BR		150,000	38,6000	5.790,00
4	BARRA DE FERRO 4,2mm	BR		300,000	8,2000	2.460,00
5	BARRA DE FERRO 5/16 8mm	BR		150,000	28,1000	4.215,00
6	CAL FINO 18 KG	UNI		240,000	13,5000	3.240,00
14	TELHA ONDULADA 4mm 2.44x50	UN		1.200,000	11,3500	13.620,00

Fornecedor: 6307 - JOSE THIAGO DE SOUZA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ARAME RECOZIDO N. 18	KG		50,000	7,9200	396,00
11	PARAFUSO TELHEIRO 6mm	UN		1.000,000	0,5600	560,00
13	PREGO TELHEIRO 4mm	KG		40,000	9,5200	380,80

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/8

FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 2/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2013

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/8

Processo Nº.: 2/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2013**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/8

FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 2/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2013

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/8

FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 2/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2013

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/8

FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 2/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2013

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 8/8
Processo Nº.: 2/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2013

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2013.

Nelson cruz
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 07.355.138/0001-52

JOSE THIAGO DE SOUZA

CNPJ: 12.532.054/0001-87

PONTO CERTO LTDA

CNPJ: 00.510.282/0004-10

Ata Registro de Preço 03/2013 Fundo Assistencia Social**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 21/2013****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2013**

No dia 16 do mês de Dezembro do ano de 2013, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.850.671/0001-04, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Nelson Cruz, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 11/2013, Processo Licitatório nº. 21/2013, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE URNAS FUNEBRES E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA PESSOAS CARENTES, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6115	FUNERÁRIA ROSEMAR LTDA - ME	
6330	LUIZ CLAUDIO DALL"OGLIO & CIA LTDA ME	1, 2, 3
6618	VALDOMIRO SCAPINI - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 055/2007 (pregão) e nº. 095/2009 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FUNERÁRIA ROSEMAR LTDA - ME	03.788.843/0001-92	MARIA DE FÁTIMA ALVES DA SILVA	631.285.439-68
LUIZ CLAUDIO DALL"OGLIO & CIA LTDA ME	00.122.270/0001-75	LUIZ CLAUDIO DALL"OGLIO	548.618.969-91
VALDOMIRO SCAPINI - ME	83.153.981/0001-34	VALDOMIRO JUNIOR SCAPINI	664.965.789-15

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE URNAS FUNEBRES E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA PESSOAS CARENTES, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6330 - LUIZ CLAUDIO DALL"OGLIO & CIA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	URNAS FUNEBRES ADULTO.FORRO INTERIOR EM TECIDO TNT; ACABAMENTO EM VERNIZ, TAMPA COM 04 CHAVETAS; COM 06 ALÇAS; DIMENSÕES: LARGURA PARTE INFERIOR OMBRO 58CM, LARGURA PARTE SUPERIOR OMBRO 64CM, COMPRIMENTO PARTE INFERIOR 1,90M, NA PARTE SUPERIOR 1,96M, ALTURA 22CM; COM FORRAÇÃO NA CAIXA E TAMPA, TRAVESSEIRO MÓVEL, BABADO PADRÃO POPULAR; MODELO SEXTAVADO INCLUINDO A HIGIENIZAÇÃO DO CADÁVER.	UN		200,000	278,0000	55.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 21/2013
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013

Fornecedor: 6330 - LUIZ CLAUDIO DALL"OGLIO & CIA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	URNA FUNERÁRIA INFANTIL: CONFECCIONADA EM MADEIRA DE PINUS OU MDF, FORRO INTERIOR EM TECIDO TNT; ACABAMENTO NA COR BRANCA; TAMPÁ COM 04 CHAVETAS; COM 04 ALÇAS; DIMENSÕES: LARGURA PARTE INFERIOR OMBRO 43CM, LARGURA PARTE SUPERIOR OMBRO 46CM, COMPRIMENTO PARTE INFERIOR 1,40M, NA PARTE SUPERIOR 1,46M, ALTURA 20CM. COM FORRAÇÃO NA CAIXA E TAMPÁ, TRAVESSEIRO MÓVEL, BABADO PADRÃO: POPULAR; MODELO SEXTAVADO; INCLUINDO A HIGIENIZAÇÃO DO CADÁVEL.	UN		50,000	219,0000	10.950,00
3	TRANSLADO FÚNEBRE:TRANSLADO DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O PONTO A SER DEFINIDO PELA SECRETARIA DO SOCIAL.	KM		15.000,000	1,4400	21.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7

Processo Nº.: 21/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 21/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 21/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 21/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 21/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013

- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

- 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2013.

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

FUNERÁRIA ROSEMAR LTDA - ME

CNPJ: 03.788.843/0001-92

LUIZ CLAUDIO DALL'OGGIO & CIA LTDA ME

CNPJ: 00.122.270/0001-75

VALDOMIRO SCAPINI - ME

CNPJ: 83.153.981/0001-34

Ata Registro de Preço 15/2013 Lavagem dos Veiculos da Frota Municipal**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 171/2013****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2013****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 60/2013**

No dia 16 do mês de Dezembro do ano de 2013, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 60/2013, Processo Licitatório nº. 171/2013, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS COMPONENTES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, PESSOAL E INSTALAÇÕES PRÓPRIAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10324	JACIR GONÇALVES WALTER -ME CURRUIRA	
10695	JULIANO RODRIGUES - ME	
10991	ROMILDA FERREIRA BATISTA	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 055/2007 (pregão) e nº. 095/2009 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JACIR GONÇALVES WALTER -ME CURRUIRA	13.362.121/0001-25	JACIR GONÇALVES WALTER	817.201.579-87
JULIANO RODRIGUES - ME	17.143.873/0001-56	JULIANO RODRIGUES	030.487.019-66
ROMILDA FERREIRA BATISTA	19.367.975/0001-80	ROMILDA FERREIRA BATISTA	493.676.099-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS COMPONENTES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, PESSOAL E INSTALAÇÕES PRÓPRIAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10991 - ROMILDA FERREIRA BATISTA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LAVAÇÃO GERAL INTERNA E EXTERNA EM VEÍCULOS PEQUENOS E MÉDIO PORTE (INTERNA: ASPIRAÇÃO DE PÓ EM BANCOS E PORTA MALAS; LIMPEZA NO PAINEL; LIMPEZA NOS VIDROS INTERNAMENTE, LIMPEZA NA LATERAL DAS PORTAS. EXTERNA: LATARIA DO VEÍCULO COM APLICAÇÃO DE PRODUTO, CAIXA DE RODA, LAVAGEM DOS PNEUS, NA PARTE DE BAIXO DO VEÍCULO, E LAVAÇÃO DO MOTOR.	UN		500,000	17,9000	8.950,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 2/7
Processo Nº.: 171/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2013**Fornecedor: 10991 - ROMILDA FERREIRA BATISTA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	LAVAÇÃO GERAL INTERNA E EXTERNA EM MICRO ONIBUS,VANS E KOMBI (INTERNA: LIMPEZA DOS BANCOS; LIMPEZA NO PAINEL; LIMPEZA NOS VIDROS INTERNAMENTE, LIMPEZA CHÃO DO VEÍCULO. EXTERNA: LATARIA DO VEÍCULO COM APLICAÇÃO DE PRODUTO, CAIXA DE RODA, LAVAGEM DOS PNEUS, NA PARTE DE BAIXO E EMCIMA DO TETO DO VEÍCULO, E LAVAÇÃO DO MOTOR.	UN		400,000	35,9000	14.360,00
3	LAVAÇÃO GERAL INTERNA E EXTERNA EM ONIBUS (INTERNA: LIMPEZA DOS BANCOS; LIMPEZA NO PAINEL; LIMPEZA NOS VIDROS INTERNAMENTE, LIMPEZA CHÃO DO VEÍCULO. EXTERNA: LATARIA DO VEÍCULO COM APLICAÇÃO DE PRODUTO, CAIXA DE RODA, LAVAGEM DOS PNEUS, NA PARTE DE BAIXO E EMCIMA DO TETO DO VEÍCULO, E LAVAÇÃO DO MOTOR.	UN		250,000	64,9000	16.225,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 171/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 171/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2013

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 171/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2013

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 171/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2013

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 171/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2013

- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

- 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2013.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JACIR GONÇALVES WALTER -ME CURRUIRA	CNPJ: 13.362.121/0001-25	_____
JULIANO RODRIGUES - ME	CNPJ: 17.143.873/0001-56	_____
ROMILDA FERREIRA BATISTA	CNPJ: 19.367.975/0001-80	_____

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação das Homologações do Período de 02/12/2013 À 16/12/2013 da Entidade FMAS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/13

HOMOLOGAÇÃO: 03/12/13

CONTRATADO: INVIOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA READEQUAÇÃO DE SISTEMAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DAS CASAS DE PASSAGEM CANAÃ E SANTA CLARA E DO LAR DO IDOSO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

DATA: 19/12/13

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/13

HOMOLOGAÇÃO: 03/12/13

CONTRATADO: JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, 01 MICRO-ONDAS E 01 RACK DESTINADO AO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CREAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais)

DATA: 19/12/13

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

Publicação das Homologações do Período de 02/12/2013 À 16/12/2013 da Entidade Fmc.

CONVITE Nº 1/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/13

HOMOLOGAÇÃO: 13/12/13

CONTRATADO: IVAN ALDO MARTINHUK ME

CONTRATANTE: FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOM PARA: ABERTURA DO NATAL NO DISTRITO DE MARCÍLIO DIAS NO DIA 07/12/2013, NATAL DA PAZ NO BAIRRO CAMPO DA AGUA VERDE NO DIA 10/12/2013 E CONCERTO DA SOLIDARIEDADE NO DIA 13/12/2013 COM O FORNECIMENTO DE TODO EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

DATA: 19/12/13

ALFREDO EIKE BACH
Presidente.

Publicação das Homologações do Período de 02/12/2013 À 16/12/2013 da Entidade PMC.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/13

HOMOLOGAÇÃO: 04/12/13

CONTRATADO: IVAN ALDO MARTINHUK ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA AS FESTIVIDADES NATALINAS, NOS DIAS 09, 16, 18, 20, 21 E 22 DE DEZEMBRO DE 2013, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA AO TRANSPORTE, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais)

DATA: 19/12/13

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

TOMADA DE PREÇO Nº 34/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/13

HOMOLOGAÇÃO: 16/12/13

CONTRATADO: QUARK ENGENHARIA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM O FORNECIMENTO DE PARTE DO MATERIAL E TODA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 169.037,60 (cento e sessenta e nove mil e trinta e sete reais e sessenta centavos)

DATA: 19/12/13

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/13

HOMOLOGAÇÃO: 16/12/13

CONTRATADO: KG MOTOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOCICLETAS DESTINADAS AO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR SEDIADO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 27.540,00 (vinte e sete mil quinhentos e quarenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

DATA: 19/12/13

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º FMAS 1-01/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-01/2013 ALTERAÇÃO DE VALOR

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 1-01/2013 referente ao contrato n.º FMAS 01/2013. Data do Aditivo: 17/12/2013. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE MENSALIDADE DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 600 KBPS, DESTINADOS AO CRAS III. Contratada:

SITSC INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 08.944.427/0001-50. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. a) O valor total contratado para o período de 15/02/2013 a 31/12/2013 que era R\$ 478,83 (quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) passa a ser R\$ 418,95 (quatrocentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos). b) O valor mensal que era de R\$ 43,53 (quarenta e três reais e cinquenta e três centavos) passa a ser R\$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º FMAS 1-02/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-02/2013
ALTERAÇÃO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 1-02/2013 referente ao contrato n.º FMAS 02/2013. Data do Aditivo: 17/12/2013. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE MENSALIDADE DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 600 KBPS, DESTINADOS AO LAR DOS IDOSOS. Contratada: SITSC INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 08.944.427/0001-50. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. a) O valor total contratado para o período de 15/02/2013 a 31/12/2013 que era R\$ 478,83 (quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) passa a ser R\$ 418,95 (quatrocentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos). b) O valor mensal que era de R\$ 43,53 (quarenta e três reais e cinquenta e três centavos) passa a ser R\$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º FMAS 2-01/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 2-01/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 2-01/2013 referente ao contrato n.º FMAS 01/2013. Data do Aditivo: 18/12/2013. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE MENSALIDADE DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 600 KBPS, DESTINADOS AO CRAS III. Contratada: SITSC INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 08.944.427/0001-50. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 478,80 (quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) e a vigência do presente contrato, que era até 31/12/2013 passará a ser até 31/12/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º FMAS 2-01/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 2-01/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 2-01/2013 referente ao contrato n.º FMAS 01/2013. Data do Aditivo: 18/12/2013. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE MENSALIDADE DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 600 KBPS, DESTINADOS AO CRAS III. Contratada: SITSC INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 08.944.427/0001-50. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 478,80 (quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) e a vigência do presente contrato, que era até 31/12/2013 passará a ser até 31/12/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º FMAS 2-02/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 2-02/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 2-02/2013 referente ao contrato n.º FMAS 02/2013. Data do Aditivo: 17/12/2013. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE MENSALIDADE DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 600 KBPS, DESTINADOS AO LAR DOS IDOSOS. Contratada: SITSC INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 08.944.427/0001-50. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 478,80 (quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) e a vigência do presente contrato, que era até 31/12/2013 passará a ser até 31/12/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º FMAS 7-06/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 7-06/2012
ACRESCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 05/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 03/2012

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 7-06/2012 referente ao contrato n.º FMAS 06/2012. Data do Aditivo: 12/12/2013. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL LASER COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, DESTINADAS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CRAS I, II E II E CREAS-PSC/LA. Contratada: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME, CNPJ: 01.854.994/0001-76. Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude de acréscimo dos valores, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-137/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-137/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 134/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 26/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-137/2013 referente ao contrato n.º PMC 137/2013. Data do Aditivo: 19/12/2013. Objeto Contratado: REPARO NO BARRACÃO DE RECICLAGEM, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: SD PRES-TADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 07.894.826/0001-90. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2013 passará a ser até 31/01/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-78/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-78/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 86/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 17/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-78/2013 referente ao contrato n.º PMC 78/2013. Data do Aditivo: 18/12/2013. Objeto Contratado: CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) UNIDADES HABITACIONAIS EM CONCRETO, DESTINADAS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO. Contratada: JOSE HACK DE SOUZA - ME, CNPJ: 77.892.925/0001-19. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 26.176,90 (vinte e seis mil cento e setenta e seis reais e noventa centavos) referente ao acréscimo de serviço.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 4-31/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-31/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 98/2010
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 08/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito

à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-31/2013 referente ao contrato n.º PMC 31/2013. Data do Aditivo: 19/12/2013. Objeto Contratado: PAVIMENTAÇÃO DOS TRECHOS 01 E 02 DA RUA EMILIO SCHOLTZ COM EXTENSÃO TOTAL DE 1.510,24 METROS E AGENOR FÁBIO GOMES. Contratada: SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 76.555.762/0001-16. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato que era até 27/12/2013 passará a ser até 27/03/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Extrato de Termo de Convênio

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 21/2013 PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e a Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA. OBJETO: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a cobrir parcialmente as despesas de manutenção da entidade. VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), podendo ser repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar da data desta publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Sra. Ernestina de Lima Gonçalves, pela Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA.

Extrato de Termo de Convênio Nº 22/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 22/2013 PARTÍCIPES: Prefeitura do Município de Canoinhas e Liga Esportiva Canoinhense. OBJETO: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinado a custear parte das despesas com a realização do evento "Copa Integração de futebol 2013" (Campeonato do Interior), a ser realizado no Município de Canoinhas. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 26.460,00 (vinte e seis mil quatrocentos e sessenta reais), que poderão ser repassados em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: 01 (um) ano a contar da data desta publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas, e Sr. Juventino Santos Sobrinho pela Liga Esportiva Canoinhense.

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.103/2013

LEI Nº 3.103, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede Auxílio Alimentação em pecúnia aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL promulga nos termos do art. 17, III da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei, proveniente do Projeto de Lei Legislativo nº 09, de 2013, devolvido pelo Prefeito Municipal, por entender que a sanção e a promulgação são de competência da Câmara:

Art. 1º O Poder Legislativo concederá mensalmente, aos seus

Servidores Públicos Municipais, Efetivos e Cargos em Comissão, auxílio alimentação, não sendo considerada verba remuneratória para qualquer efeito.

§ 1º O número de auxílio alimentação que o Servidor fará jus mensalmente será igual ao número de dias úteis do mês a que tiver direito, levando-se em consideração o vínculo em período integral descontadas às faltas injustificadas.

§ 2º Aos Servidores com vínculo de 10 (dez), 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, os valores concedidos serão proporcionais à carga horária respectiva de cada cargo.

§ 3º Para os servidores que, por solicitação da Presidência, prestarem serviços extraordinários nos finais de semana e feriados, serão fornecidos auxílio alimentação adicionais, de acordo com o número de dias trabalhados.

§ 4º O auxílio alimentação será pago de forma antecipada em pecúnia, juntamente com o pagamento do salário, o qual constará sempre na folha de pagamento e os eventuais descontos deverão ser efetuados no mês seguinte.

Art. 2º Não será concedido auxílio alimentação:

I - aos estagiários;

II - aos servidores aposentados através do Sistema Geral de Previdência Social que percebem complementação de proventos, nos termos da Lei Municipal nº 1.537, de 1991;

III - aos Agentes Políticos, assim definidos pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998;

IV - aos servidores que apresentarem faltas injustificadas, licenças não remuneradas, estiverem à disposição ou em exercício em entidade estranha ao Poder Legislativo Municipal, ou quando cedido a outros órgãos públicos sem ônus.

Art. 3º O valor unitário do auxílio alimentação será calculado com base no índice equivalente a 2% (dois por cento) sobre o menor vencimento do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de recursos próprios do orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2014.

Art. 6º Revoga a Lei nº 3.016, de 04 de abril de 2012.

VEREADOR ALCIDIR AFONSO CORONETTI

Presidente

Lei Complementar 164/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Cria gratificação de função ao servidor efetivo, pelo desempenho de atividades no Patrimônio e área de Internet no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Capinzal - SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL promulga nos termos do art. 17, III da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei, proveniente do Projeto de Lei Complementar Legislativo nº 09, de 2013, devolvido pelo Prefeito Municipal, por entender que a sanção e a promulgação são de competência da Câmara:

Art. 1º Fica criada a gratificação de função ao servidor efetivo convocado para desempenho das seguintes atividades no âmbito do Poder Legislativo:

I - lançamento no sistema Patrimonial, projetos de leis de baixas de bens, termos de transferências de bens, etiquetagem, conferência dos bens e aquisição guarda e distribuição do material de expediente;

II - licenciamento, seguro, manutenção e controle de utilização e gastos com veículo da Câmara; e

III - acompanhamento de todos os trabalhos referente à transmissão ao vivo via Internet das Sessões Plenárias da Câmara e de

outros eventos que sejam transmitidos via Internet.

Art. 2º Fará jus à gratificação de função pelo exercício das atividades descritas nos incisos I, II e III do art. 1º desta Lei, os servidores efetivos designados pela Presidência, os quais perceberão, na razão de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), mensais.

Parágrafo único. Não fará jus a percepção de tal gratificação de função, àqueles servidores que detiverem no rol de atribuições de seu cargo, as atividades descritas nos incisos I, II e III do art. 1º desta LEI.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

VEREADOR ALCIDIR AFONSO CORONETTI

Presidente

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 001/2014

Pregão Presencial Nº 001/2014

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento fracionado de combustíveis para veículos e máquinas da frota municipal para o ano de 2014, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 08/01/2014.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 7:00 às 12:00 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Dispensa de Licitação 0022/2013

PROCESSO Nº 142/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2013

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

OBJETO

O objeto trata de Contratação da empresa Cooperativa Regional dos Agricultores de Campos Novos, Capinzal, Ouro e Zórtea - CO-PERNOSTRA, via Dispensa de Licitação, nos termos da chamada pública nº 002/2013, de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei nº 11.947/2009, a serem adquiridos da Agricultura Familiar, destinados a elaboração da Alimentação Escolar, convênio 4.087/94 FNDE (PNAE/PNAP/PNAC).

FORNECEDOR(ES):

14631.5 - COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS NOVOS, CAPINZAL, OURO E ZORTÉA					
Item/Sub	Descrição	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
00001	Aipim descascado congelado, limpos, sem sujidades, embalados em sacos plásticos de 1kg, validade mínima de três meses e registro no órgão competente.	300,000	KG	2,4600	738,00

00002	Alface de 1º qualidade colhida recentemente, folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa, sem manchas de insetos e isenta de folhas murchas, danificadas ou amarelas.	500,000	UN	1,0000	500,00
00003	Beterraba lavada lisa de primeira, colhida recentemente, compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, com tamanho uniforme devendo ser graúda	80,000	KG	1,9300	154,40
00004	Bolacha caseira com glacê, rosca de fubá e coco, champanhe e de manteiga. O produto deve apresentar-se inteiro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagens de 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	700,000	KG	12,9000	9.030,00
00005	Brócolis de primeira qualidade, colhido recentemente, cor e aparência característica. Sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme.	80,000	UN	2,4900	199,20
00006	Cebolinha comum, primeira qualidade embalado em maços com aproximadamente 100g, sem indícios de germinação, isenta de sujidades e objetos estranhos, in natura, produto próprio para consumo humano.	150,000	UN	1,2000	180,00
00007	Cenoura especial de primeira, sem rama, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme, devendo ser graúda.	200,000	KG	1,6000	320,00
00008	Cuca caseira fresca sem recheio, embaladas em sacos plásticos. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente	100,000	KG	8,9000	890,00
00009	Farinha de milho, safra corrente. Produto obtido do grão de milho, deverão ser fabricada à partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderão estar úmidas ou rançosas, prazo de validade mínima de 90 dias. Pacote de 1 kg.	400,000	KG	2,7000	1.080,00

00010	Iogurte sabor morango, acondicionado em sacos de 1 litro. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de Informações Nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 45 dias. Produto deverá estar resfriado.	2.000,000	L	3,0100	6.020,00
00011	Leite integral pasteurizado tipo C, embalagem de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 4 dias a contar da data da entrega.	4.000,000	L	2,0000	8.000,00
00012	Macarrão caseiro, tipo espaguete, embalados em sacos plásticos que apresentem identificação do produto, data de fabricação e validade. Embalagens com até 1kg.	700,000	KG	6,9800	4.886,00
00013	Ovos de galinha, vermelhos, tipo 1, grandes, frescos, sem rachaduras e limpos. Embalagem com data e validade e aviário de origem, com registro no SIM, SIF ou CISPOA.	200,000	DZ	3,3300	666,00
00014	Pão de trigo Caseiro embaladas em sacos plásticos. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	100,000	KG	6,6300	663,00
00015	Queijo Colonial, peças com até 01 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	300,000	KG	13,8900	4.167,00
00016	Repolho verde, de primeira qualidade, colhido recentemente; firme e sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	200,000	UN	2,1300	426,00
00017	Salsa, 1ª qualidade, embalagem com aproximadamente 100g, sem indícios de germinação, isenta de sujidades e objetos estranhos, in natura, produto próprio para consumo humano.	150,000	KG	1,2000	180,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS NOVOS, CAPINZAL, OURO E ZORTÉA	00001-00002-00003-00004-00005-00006-00007-00008-00009-00010-00011-00012-00013-00014-00015-00016-00017
R\$ 38.099,60 (TRINTA E OITO MIL E NOVENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)	



PREVISÃO LEGAL

Lei 11.947/2009.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
358	REDUZIDO
5	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
1	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
10	SAUDE
306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
90	ALIMENTACAO ESCOLAR
2068	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
3390300700	GENEROS DE ALIMENTACAO
1605100	Programa Nac. de Aliment. Escolar - PNAE

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 19 de dezembro de 2013
ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Dispensa de Licitação 0023/2013

PROCESSO Nº 143/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2013

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

OBJETO

O objeto trata de Contratação da empresa Multi Eletro Ltda EPP, para execução de ampliação do sistema de iluminação pública com extensão da rede conforme projeto Celesc no final da Rua Vitor Rodrigues de Lima, Lot. Por do Sol, no município de Capinzal, através da Dispensa de Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24, Lei nº 8.666/93.

FORNECEDOR(ES)

36047.3 - MULTI ELETRO LTDA EPP					
Item/Sub	Descrição	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
00001	Execução de ampliação do sistema de iluminação Pública com extensão de rede- instalação de poste com luminária de sódio e rede de tensão no final da Rua Vitor Rodrigues de Lima-Loteamento Pôr do Sol.	1,000	UN	3.490,00	3.490,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
MULTI ELETRO LTDA EPP	00001
R\$ 3.490,00(TRES MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
198	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
1	SECRETARIA DE INTRAESTRUTURA
15	URBANISMO
452	SERVICOS URBANOS
130	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA
2101	MANUT E AMPL DOS SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA
4490519900	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES
1170000	Contrib. Custeio Iluminação Pub. - COSIP

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 19 de dezembro de 2013
ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PMC Contrato 0231/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0231/2013

Concorrência para Obras e serviços de Engenharia Nº 005/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: GRATT INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução das obras e serviços para implantação da Estação de Tratamento (ETE) do Lot. Santa Maria e Lot. Nova Capinzal, recursos do Ministério das Cidades, contrato de repasse nº 0352.423-44/2011, programa de urbanização, regularização e integração de Assentamentos precários, até 31/12/2013.

VALOR R\$: 349.600,91

VIGÊNCIA: 19/12/2013 até 31/12/2013

Termo Aditivo 002/2013

Termo Aditivo TA 02-13/125-13

Processo Licitatório Nº 0056/2013

Pregão Presencial Nº 0026/2013

CONTRATO 0125/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades de acordo com o Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 1.986,00 (hum mil, novecentos e oitenta e seis reais).

VALOR R\$: 1.986,00

VIGÊNCIA: 13/12/2013 até 31/12/2013

Catanduvas**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 105/2013, de 17 de Dezembro de 2013.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2013, de 17 de dezembro de 2013.
"DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS I E IV DO ART. 7º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 50, DE 2 DE ABRIL DE 2009"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os incisos I e IV do art. 7º da Lei Complementar Municipal nº 50, de 2 de abril de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º ()

I - Os lotes deverão possuir área de no mínimo cento e sessenta e oito metros quadrados (168 m²) e dez (10) metros de frente;

II - ()

III - ()

IV - o Órgão Público ou o particular interessado deverão, ao construir edificações, obrigatoriamente ter como destinação habitações

populares unifamiliares, possuindo área não superior a setenta metros quadrados (70m²) e, ainda, contando com no mínimo:

a) dois quartos;

b) uma sala;

c) um banheiro interno;

d) uma cozinha; e

e) instalações elétricas e hidrosanitárias."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 17 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Lei Nº 2.431/2013, de 18 de Dezembro de 2013

LEI Nº 2.431/2013, de 18 de dezembro de 2013.

"DISPENSA O PODER LEGISLATIVO DA DEVOLUÇÃO DE PARTE DO SALDO REMANESCENTE DO DUODÉCIMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PARA FINS DE CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal dispensado da devolução de parte do saldo remanescente do duodécimo da Câmara Municipal de Vereadores do exercício de 2013, na importância definida de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), relativa ao Projeto/Atividade Construção de Sede Própria, constante na Lei Orçamentária vigente.

§ 1º A importância a ser retida dispõe de previsão orçamentária no Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013 e 2014/2017, nos termos da Lei n. 2.231 de 11 de novembro de 2009 e da Lei n. 2.417 de 02 de outubro de 2013, respectivamente e na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício 2013, consoante Lei n. 2.366 de 05 de dezembro de 2012.

§ 2º O recurso permanecerá em conta bancária, de titularidade da Câmara Municipal, específica para a Construção de Sede Própria

Art. 2º O saldo restante do duodécimo não utilizado durante o exercício de 2013 será devolvido ao Poder Executivo na forma e prazos legais.

Art. 3º A Sede da Câmara Municipal será construída em terreno recebido do Poder Executivo Municipal, através de doação com encargos, autorizada pela Lei Municipal n. 2.424 de 05 de novembro de 2013.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 18 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

Decreto Nº 1.955, de 19 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 1.955, de 19 de dezembro de 2013.

"HOMOLOGA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-SC".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Plano Municipal de Saúde de Catanduvas-SC para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2017, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em reunião extraordinária convocada para esta finalidade, realizada na data de 18 de dezembro de 2013, devidamente registrada em Ata nº. 31/2013 do Livro de Atas do Conselho.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

Catanduvas(SC), 19 de dezembro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0064/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0064/2013

PREGÃO Nº 0023/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 13 de maio de 2013.

Objeto: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de janeiro de 2014, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2014.

Catanduvas - SC, 12 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Gisa Aparecida Giacomini

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0065/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0065/2013

PREGÃO Nº 0023/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 13 de maio de 2013.

Objeto: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de janeiro de 2014, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2014.

Catanduvas - SC, 12 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
GISA APARECIDA GIACOMIN

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0088/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0088/2013

PREGÃO Nº 0037/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 01 de agosto de 2013.

Objetivo: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de janeiro de 2014, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2014.

Catanduvas - SC, 12 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
GISA APARECIDA GIACOMIN

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0090/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0090/2013

PREGÃO Nº 0037/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 01 de agosto de 2013.

Objeto: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de janeiro de 2014, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2014.

Catanduvas - SC, 12 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
GISA APARECIDA GIACOMIN

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0092/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0092/2013

PREGÃO Nº 0037/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 01 de agosto de 2013.

Objeto: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de janeiro de 2014, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2014.

Catanduvas - SC, 12 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
GISA APARECIDA GIACOMIN

Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 0064/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0064/2012

CONVITE Nº 0009/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2012CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 06 de março de 2012.

Objeto: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2014, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2013.

Catanduvas - SC, 02 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
GISA APARECIDA GIACOMIN**Extrato Termo de Rescisão ao Contrato de Arrendamento**TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO
SPAG - SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA

"ARRENDAMENTO DE MÁQUINA AGRÍCOLA"

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: SPAG - SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA

Reportam-se ao Instrumento de Contrato de Arrendamento de Máquina Agrícola, firmado entre os signatários na data de 25 de fevereiro de 2005.

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, §1º, da Lei nº 2.392, de 06 de março de 2013, o qual prorroga o prazo de vigência do presente contrato até 31 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula IX do contrato firmado entre as partes, a qual possibilita a rescisão antecipada, sem que caiba qualquer indenização ao CONTRATADO;

CONSIDERANDO que as partes de comum acordo resolvem rescindir o contrato, como rescindido têm, sendo que o mesmo terá sua validade subsistente até 31 de agosto de 2013; e

CONSIDERANDO que as partes dão recíproca e mútua quitação de todos os deveres e direitos do contrato,

RESOLVEM:

CLÁUSULA I - Fica rescindido o Contrato de Arrendamento de Máquina Agrícola, nos termos da CLÁUSULA IX.

CLÁUSULA II - Não caberá à CONTRATADA qualquer valor indenizatório referente a esta rescisão contratual.

CLÁUSULA III - Este Termo de Rescisão tem efeito retroativo à data de 01 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

FUNDAMENTO JURÍDICO: O presente Termo de Rescisão tem amparo legal no art. 79, II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas/SC, 04 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
GISA APARECIDA GIACOMIN**Extrato Termo de Rescisão ao Contrato PMC Nº 0100/2013**

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO PMC Nº 0100/2013

TOMADA DE PREÇO Nº 0007/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2013CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 13 de agosto de 2013.

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, de 05 de dezembro de 2013, e as considerações efetuadas pela Caixa Econômica Federal;

CONSIDERANDO o disposto no item 7.2, da Cláusula VII - Da Inexecução e da Rescisão Contratual;

do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a possibilidade de rescisão unilateral prescrita na Cláusula 7.2 do contrato em questão onde ambas as partes reciprocamente se dão por satisfeitas para nada mais reclamar;

RESOLVEM:

CLÁUSULA I - Fica rescindido o Contrato PMC nº 0100/2013, nos termos do seu item 7.2 da Cláusula VII, unilateralmente.

CLÁUSULA II - Não caberá à CONTRATADA qualquer valor indenizatório referente a esta rescisão contratual, fazendo jus tão somente ao recebimento do valor das obras já realizadas.

CLÁUSULA III - Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

FUNDAMENTO JURÍDICO: O presente Termo de Rescisão tem amparo legal no art. 79, I, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas, SC, 09 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
GISA APARECIDA GIACOMIN**Chapadão do Lageado****PREFEITURA****Portaria Nº 337/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 337/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c o art. 11 alínea, "b" da Lei Municipal nº 040, de 15.05.2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 278 de 02.09.2013, que admitiu em caráter temporário, EVILÂNEA DE OLIVEIRA, Matrícula nº 2105/17, para a função temporária de professora de séries iniciais para lecionar na Unidade de Educação Infantil com Carga Horária de 20 hrs, a partir de 20.12.2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 338/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 338/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c o art. 11 alínea, "b" da Lei Municipal nº 040, de 15.05.2009;

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 277 de 02.09.2013, que admitiu em caráter temporário, TAINÉ RODE, Matrícula nº 2612/03, para a função temporária de professora de inglês para lecionar no Centro Educacional de e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio com Carga Horária de 15 hrs, a partir de 20.12.2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 339/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 339/2013
"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de competência legal e de acordo com o que lhe confere o Artigo 70, Inciso II da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002 e o disposto no inciso II, art. 7º do Anexo I, do decreto 035/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. Orli Carlos Paul, como Pregoeiro da Modalidade de Licitação denominada Pregão, para o exercício de 2014, tendo como substituta a Senhora Rosicleide Sipriani Pereira.

Art. 2º Nomear a Equipe de Apoio ao Pregão, que será composta pelos seguintes membros:

MEMBROS TITULARES:

I - Aline da Silveira;
II - Meirelein Grach Machado; e
III - Rosicleide Sipriani Pereira.

MEMBROS SUPLENTE:

I - Daniely Aparecida Esser;
II - Maicon Rodrigo Paul; e
III - Josir Jacó Kalbusch.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 340/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 340/2013
"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado-SC, e em conformidade com o preceituado no art. 51 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado e do Fundo Municipal da Saúde, para atuar durante o exercício de 2014, composta pelos seguintes membros:

MEMBROS TITULARES:

I - ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA;
II - ALINE DA SILVEIRA; e
III - MEIRELEIN GRACH MACHADO.

MEMBROS SUPLENTE:

I - DANIELY APARECIDA ESSER;
II - MAICON RODRIGO PAUL; e
III - JOSIR JACO KALBUSCH.

Art. 2º A Comissão será presidida pela Senhora Rosicleide Sipriani Pereira e Secretariada pela Senhora Meirelein Grach Machado.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação citada no art. 1º, reunir-se-á, sempre que necessário, com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros.

Art. 3º São atribuições da Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria, dentre outras previstas em leis ou regulamentos, a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, o processamento e julgamento das propostas dos licitantes.

Parágrafo único. No caso de concurso, o julgamento será feito por uma Comissão Especial a ser constituída por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 5º Os membros da Comissão Permanente de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela referida Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 6º A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

Art. 7º Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de

Licitação.

Art. 8º O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão Permanente de Licitação realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Art. 9º Os Servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições de MEMBROS DA COMISSÃO, concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Art. 10. Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas, e arquivadas no setor competente.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 12. Revoga-se disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Lei Nº. 1.180

LEI Nº. 1.180, de 18 de dezembro de 2013.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES DO CONTRATO (ESTATUTO) DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI.

Art. 1º Fica ratificado o novo Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul - CIRSURES, que segue em anexos (estatuto, publicação e ata), com as alterações aprovadas na 2ª Assembléia Geral Extraordinária dos Prefeitos realizada às 14 horas dia 08 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de dezembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Extrato de Contrato Nº. 223/13

EXTRATO DO CONTRATO Nº 223/13 DA PMCS. Processo de Licitação n. 85/2013. Pregão Presencial nº. 41/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: LIBRELATO S.A IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS. ASSINATURA: 19/12/2013. VIGÊNCIA: até 31/12/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 4.4.90.52.52(169) E 4.4.90.52.34(169). OBJETO: aquisição de (1) um coletor compactador de lixo, através do recurso do Programa BADESC Cidades II. VALOR: R\$ 74.900,00(setenta e quatro mil e novecentos reais).

Extrato de Contrato Nº. 224/13

EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/13 DA PMCS. Processo de Licitação n. 85/2013. Pregão Presencial nº. 41/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: R. F. SUL COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA. ASSINATURA: 19/12/2013. VIGÊNCIA: até 31/12/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 4.4.90.52.52(169) E 4.4.90.52.34(169). OBJETO: aquisição de (1) um caminhão zero km, através do recurso do Programa BADESC Cidades II. VALOR: R\$ 195.000,00(cento e noventa e cinco mil reais).

Publicação Legal - Limpeza de Lotes

Publicação Legal - Limpeza de Lotes

Prezados(a) Senhores(a):

Mayndra Fabre Schmitt

Wesley Krycher de Jesus

James Ricardo Mazzucco

Losanio Andre de Lorenzi

Em circunstância da má conservação dos imóveis Localizados no Perímetro Urbano de Cocal do Sul, vistoriados pela Fiscalização da Prefeitura, foi Autuado pela Lei nº 991, de 05 de abril de 2010. - "Dispõe sobre a Limpeza e Conservação de Imóveis e dá outras Providências", sob o Art. 1º, vem por meio desta, dar um prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação do jornal da cidade, para regularizar sua situação.(Proceder a limpeza/roçada do terreno).

Art. 3º Não cumprida a obrigação, além da penalidade estabelecida no art. 2º desta lei, a administração municipal pode, por si ou por terceiros, executar os serviços necessários à limpeza e à urbanização do imóvel, e posteriormente será cobrados e inscritos na Dívida Ativa do Município.

Cocal do Sul, 20 de Dezembro de 2013.

WILLIAM DAJORI

Fiscal de Obras

Concórdia

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 655

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 655, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dá nova redação ao art. 63 da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 63 da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. A taxa de coleta de lixo tem como finalidade custear o serviço utilizado ou colocado a disposição, e sua apuração será efetuada considerando a área e a destinação do imóvel, observados os seguintes critérios:

I - para imóveis residenciais:

a) com até 70,00m2 de área construída: 27,40 UFIRs Municipal;

b) com área construída entre 70,01m2 e 135,00m2: 41,10 UFIRs Municipal;

c) com área construída entre 135,01m² e 200,00m²: 68,50 UFIRs Municipal;
d) com área construída acima de 200,00m²: 82,20 UFIRs Municipal;
II - para imóveis vinculados a atividades industriais:
a) com até 100,00m² de área construída: 38,40 UFIRs Municipal;
b) com área construída entre 100,01m² e 500,00m²: 76,70 UFIRs Municipal;
c) com área construída acima de 500,00m²: 115,10 UFIRs Municipal;
III - para imóveis vinculados a atividades agropecuárias:
a) com até 100,00m² de área construída: 27,40 UFIRs Municipal;
b) com área construída entre 100,01m² e 500,00m²: 54,80 UFIRs Municipal;
c) com área construída acima de 500,00m²: 82,20 UFIRs Municipal;
IV - para imóveis vinculados a atividades comerciais:
a) com até 80,00m² de área construída: 27,40 UFIRs Municipal;
b) com área construída entre 80,01m² e 200,00m²: 54,80 UFIRs Municipal;
c) com área construída acima de 200,00m²: 82,20 UFIRs Municipal;
V - para imóveis vinculados a outras atividades:
a) com até 100,00m² de área construída: 27,40 UFIRs Municipal;
b) com área construída entre 100,01m² e 500,00m²: 54,80 UFIRs Municipal;
c) com área construída acima de 500,00m²: 82,20 UFIRs Municipal.” (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei Complementar Nº 656

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 656, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Município celebrar Termos de Concessão de Direito Real de Uso com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termos de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado nos respectivos Termos, com as seguintes entidades:

I - Esporte Clube Operário, inscrito no CNPJ sob nº 00.702.005/0001-66, da área de terras de 6.660,15m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 1.075, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 90.001,00m², registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 356, Livro nº 2 - “A”;
II - Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo,

inscrita no CNPJ sob nº 07.129.548/0001-85, da área de terras de 1.000,00m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 2.009, da Colônia Rancho Grande, com área de 5.000,00m², situado em Linha Presidente Castelo, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.389, Livro nº 3 - “A”;

III - Sociedade Esportiva e Recreativa Bairro dos Estados, inscrita no CNPJ sob nº 18.206.949/0001-08, da área de terras de 12.000,00m², destinada à regularização da sede da Entidade, caracterizada como: parte do lote rural nº 449, da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 12.495, Livro nº 2 - “AAB”;

IV - Grupo de Idosos Paz e Amor, inscrito no CNPJ sob nº 08.763.968/0001-81, da área de terras de 1.751,79m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: área comunitária do Loteamento Conjunto Habitacional Frágosos, neste Município, com área de 6.310,50m², registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 28.122, Livro nº 2, tendo a área de 1.751,79m², as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 43,45m, com a Rua do Contorno; ao noroeste, na extensão de 39,84m, com área remanescente do Município; ao sudoeste, na extensão de 45,23m, com a Rua das Matas; ao sudeste, na extensão de 39,20m, com área para comércio 2;

V - Grupo de Escoteiro Concórdia, inscrito no CNPJ sob nº 02.657.929/0001-13, da área de terras de 503,34m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 793, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, situado na Rua Victor Sopelsa, Bairro Parque de Exposições, com área de 5.448,10m², registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 14.668, Livro nº 2 - “BK”, tendo a área de 503,34m², as seguintes medidas e confrontações: ao norte, na extensão de 30,90m; ao sul, na extensão de 33,00m; ao leste, na extensão de 7,97m e ao oeste, na extensão de 15,50m, com área remanescente do Município; ao nordeste, na extensão de 7,83m, com área de terras de propriedade do Município, matrícula 20.146;

VI - Associação de Moradores do Bairro Guilherme Reich, inscrita no CNPJ sob nº 78.479.052/0001-80, da área de terras de 914,90m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 1.075, do 9º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, situado no Bairro Guilherme Reich, com área de 5.371,48m², registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 15.121, Livro nº 2 - “BM”, tendo a área de 914,90m², as seguintes medidas e confrontações: ao norte, na extensão de 23,00m, com área remanescente do Município; ao sul, na extensão de 23,00m, com a Rua Gotardo Furlan; ao leste, na extensão de 35,50m, com área remanescente do Município; ao oeste, na extensão de 33,50m, com a Rua Adílio Hilário Mützenberg; ao sudoeste, na extensão de 6,81m, com o desenvolvimento da curva, esquina das Ruas Gotardo Furlan e Adílio Hilário Mützenberg.

Art. 2º Nos termos do art. 88 § 1º, da Lei Orgânica do Município e caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para as referidas concessões.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei Complementar Nº 656

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 656, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Município celebrar Termos de Concessão de Direito Real de Uso com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termos de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado nos respectivos Termos, com as seguintes entidades:

I - Esporte Clube Operário, inscrito no CNPJ sob nº 00.702.005/0001-66, da área de terras de 6.660,15m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 1.075, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 90.001,00m², registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 356, Livro nº 2 - "A";

II - Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo, inscrita no CNPJ sob nº 07.129.548/0001-85, da área de terras de 1.000,00m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 2.009, da Colônia Rancho Grande, com área de 5.000,00m², situado em Linha Presidente Castelo, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.389, Livro nº 3 - "A";

III - Sociedade Esportiva e Recreativa Bairro dos Estados, inscrita no CNPJ sob nº 18.206.949/0001-08, da área de terras de 12.000,00m², destinada à regularização da sede da Entidade, caracterizada como: parte do lote rural nº 449, da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 12.495, Livro nº 2 - "AAB";

IV - Grupo de Idosos Paz e Amor, inscrito no CNPJ sob nº 08.763.968/0001-81, da área de terras de 1.751,79m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: área comunitária do Loteamento Conjunto Habitacional Frágosos, neste Município, com área de 6.310,50m², registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 28.122, Livro nº 2, tendo a área de 1.751,79m², as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 43,45m, com a Rua do Contorno; ao noroeste, na extensão de 39,84m, com área remanescente do Município; ao sudoeste, na extensão de 45,23m, com a Rua das Matas; ao sudeste, na extensão de 39,20m, com área para comércio 2;

V - Grupo de Escoteiro Concórdia, inscrito no CNPJ sob nº 02.657.929/0001-13, da área de terras de 503,34m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 793, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, situado na Rua Victor Sopelsa, Bairro Parque de Exposições, com área de 5.448,10m², registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 14.668, Livro nº 2 - "BK", tendo a área de 503,34m², as seguintes medidas e confrontações: ao norte, na extensão de 30,90m; ao sul, na extensão de 33,00m; ao leste, na extensão de 7,97m e ao oeste, na extensão de 15,50m, com área remanescente do Município; ao nordeste, na extensão de 7,83m, com área de terras de propriedade do Município, matrícula 20.146;

VI - Associação de Moradores do Bairro Guilherme Reich, inscrita no CNPJ sob nº 78.479.052/0001-80, da área de terras de 914,90m², destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 1.075, do 9º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, situado no Bairro Guilherme Reich, com área de 5.371,48m², registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 15.121, Livro nº 2 - "BM", tendo a área de 914,90m², as seguintes medidas

e confrontações: ao norte, na extensão de 23,00m, com área remanescente do Município; ao sul, na extensão de 23,00m, com a Rua Gotardo Furlan; ao leste, na extensão de 35,50m, com área remanescente do Município; ao oeste, na extensão de 33,50m, com a Rua Adílio Hilário Mützenberg; ao sudoeste, na extensão de 6,81m, com o desenvolvimento da curva, esquina das Ruas Gotardo Furlan e Adílio Hilário Mützenberg.

Art. 2º Nos termos do art. 88 § 1º, da Lei Orgânica do Município e caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para as referidas concessões.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Complementar Nº 657

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 657, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre o calendário fiscal do Município de Concórdia, para o exercício de 2014; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estabelecido, na forma do Anexo Único desta Lei, o calendário fiscal do Município de Concórdia, para o exercício de 2014, com vistas ao recolhimento dos tributos abaixo relacionados:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

II - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

III - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - TLLF;

IV - Taxas de Limpeza Pública, de Coleta de Lixo e do Corpo de Bombeiros;

V - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, dos contribuintes proprietários de imóveis não edificadas.

Art. 2º O IPTU será lançado em 6 (seis) parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR Municipal.

Parágrafo único. O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU em cota única, gozará do desconto de 10% (dez por cento), conforme previsto no art. 161 da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações - Código Tributário Municipal e no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.590, de 29 de outubro de 2013.

Art. 3º As Taxas referidas no inciso IV e a Contribuição referida no inciso V do art. 1º desta Lei serão lançadas no mesmo Documento de Arrecadação Municipal - DAM do IPTU e vencerão na mesma data.

Parágrafo único. Não será lançada no carnê do IPTU a CIP dos contribuintes que efetuarem o pagamento na forma prevista no convênio firmado com a CELESC Distribuição S.A.

Art. 4º A TLLF será lançada em 3 (três) parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da UFIR Municipal.

Art. 5º Os tributos não constantes neste calendário fiscal, vencerão na data da entrada dos respectivos requerimentos, quando da prática do ato que der origem ao seu lançamento ou outra disposição legal ou regulamentar.

Art. 6º Em casos de celebração de convênios ou contratos com empresas especializadas para execução dos serviços, estes deverão ser pagos de acordo com o pactuado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Complementar Nº 658

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 658, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dá nova redação ao art. 2º da Lei Complementar nº 247, de 20 de setembro de 2002, que dispõe sobre a concessão do serviço de transporte coletivo.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 247, de 20 de setembro de 2002, que dispõe sobre a concessão do serviço de transporte coletivo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A outorga de que trata o art. 1º desta Lei, será concedida em caráter de exclusividade, pelo prazo de 12 (doze) anos, podendo ser prorrogado, no máximo, por mais 12 (doze) anos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.853

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.853, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, áreas de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 80, I, “e”, c/c o disposto nos arts. 5º, “d” e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações e art. 5º, XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil

de 1988.

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, as áreas de terras abaixo descritas:

I - área de terras de 34.577,48m², destinada à construção da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, no Município de Concórdia, SC, do imóvel caracterizado como: parte do Lote Rural nº 113, da Fazenda Suruvi, situado em Linha Guarani, neste Município, de propriedade de NELSSON ANTONIO ROSSO e sua mulher, senhora NEOMI PARIZE ROSSO, com área total de 60.500,00m², registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 7.230, Livro nº 2 - “AE”, tendo a área de 34.577,48m², as seguintes medidas e confrontações: ao norte, na extensão de 240,95m, com o Rio dos Queimados; ao sul, na extensão de 198,13m, com área remanescente do proprietário; ao leste, na extensão de 186,38m, com área de terras de propriedade de Alcino Tische; ao oeste, na extensão de 150,48m, com área de terras de propriedade de Genésio Prestes;

II - área de terras de 450,54m², destinada à construção da Elevatória de Esgoto - EE-1, no Município de Concórdia, SC, do imóvel caracterizado como: Lotes Urbanos nºs. 06, 07 e 08, da Quadra “A”, do Loteamento Itaíba, neste Município, de propriedade de MARIA PARZIANELLO NEIS, com área total de 1.701,00m², registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 11.745, Livro nº 2 - “AX”, tendo a área de 450,54m², as seguintes medidas e confrontações: poligonal fechada tem início no Vértice 01 - coordenadas (UTM N: 6986464.711 e E: 396623.296); segue por linha reta com distância de 6,40m até o Vértice 02 (UTM N: 6986462.714 e E: 396617.215), formando assim o lado (sul-frente) com a Rua 29 de Julho; do Vértice 02 segue por linha reta com distância de 41,56m até o Vértice 03 (UTM N: 6986498.286 e E: 396595.729), formando o lado (oeste-lateral esquerda), que extrema com Rio dos Queimados; do Vértice 03 segue por linha reta com distância de 15,85m até o Vértice 04 (UTM N: 6986503.231 e E: 396610.787), formando o lado (norte-fundos), que extrema com área de terras da proprietária; do Vértice 04 segue por linha reta com distância de 40,50m até o Vértice 01 (UTM N: 6986454.711 e E: 3896623.296), onde iniciou a poligonal da área, formando o lado (leste-lateral direita), que extrema com área de terras da proprietária, fechando a poligonal com área de 450,54m²;

III - área de terras de 231,00m², destinada à construção da Elevatória de Esgoto - EE-4 A, no Município de Concórdia, SC, caracterizada como: Lote Urbano nº 3, proveniente da subdivisão do Lote Rural nº 1.024, situado na Rua Prefeito José de Castro, esquina com a Rua José Venâncio Finger, neste Município, de propriedade da empresa SADIA S.A., registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 3.643, Livro nº 2 - “N”, com as seguintes medidas e confrontações: poligonal fechada tem início no Vértice 01 - coordenadas (UTM N: 6987414.400 e E: 397628.851); segue por linha reta com distância de 18,60m até o Vértice 02 (UTM N: 6987395.903 e E: 397626.898), formando assim o lado (oeste-frente) que extrema com a Rua Prefeito José de Castro; do Vértice 02 segue por linha reta com distância de 8,60m até o Vértice 03 (UTM N: 6987388.244 e E: 397630.810), formando o lado (sul-frente), que extrema com a esquina das Ruas Prefeito José de Castro e José Venâncio Finger; do Vértice 03 segue por linha reta com distância de 5,00m até o Vértice 04 (UTM N: 6987391.675 e E: 397634.447), formando o lado (leste-lateral esquerda), que extrema com área de terras da proprietária; do Vértice 04 segue por linha reta com distância de 17,72m até o Vértice 05 (UTM N: 6987407.419 e E: 397642.578), formando o lado (leste-lateral esquerda), que extrema com área de terras da proprietária; do Vértice 05, segue por linha reta com distância de 15,40m até o Vértice 01 (UTM N: 6987414.400 e E: 397628.851), onde iniciou a poligonal da área, formando o lado (norte-lateral direita), que extrema com área de terras da proprietária, fechando a poligonal com área de 231,00m²;

IV - área de terras de 157,26m², destinada à construção da Elevatória de Esgoto - EE-4 B, no Município de Concórdia, SC, do imóvel caracterizado como: parte do Lote Rural nº 1042, da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, individuado como Lote Urbano nº 08, neste Município, de propriedade da empresa OCTAVIANO ZANDONAI E CIA. LTDA., com área de 1.020,00m², registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 16.428, Livro nº 2 - "BR", tendo a área de 157,26m², as seguintes medidas e confrontações: poligonal fechada tem início no Vértice 10 - coordenadas (UTM N: 6987166.026 e E: 397685.751); segue por linha reta com distância de 16,07m até o Vértice 23 (UTM N: 6987170.217 e E: 397701.273), formando assim o lado (sul-frente) com a Rua Santa Catarina; do Vértice 23 segue por linha reta com distância de 10,00m até o Vértice 26 (UTM N: 6987179.853 e E: 397698.578), formando o lado (leste-lateral esquerdo), que extrema com área de terras da proprietária; do Vértice 26 segue por linha reta com distância de 15,12m até o Vértice 27 (UTM N: 6987176.059 e E: 397683.945), formando o lado (norte-fundos), que extrema com área de terras da proprietária; do Vértice 27 segue por linha em curva com distância de 10,24m até o Vértice 10 (UTM N: 6987166.026 e E: 397685.751), onde iniciou a poligonal da área, formando o lado (oeste-lateral direita), que extrema com o canal de drenagem, fechando a poligonal com área de 157,26m².

Art. 2º Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN autorizada a promover os atos expropriatórios com relação às áreas de terras objeto deste Decreto, podendo inclusive, em função do caráter de urgência, da desapropriação, requerer judicialmente a imissão provisória para indenização das áreas de terras, mediante depósito prévio de quantia obtida nos termos do art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941.

Art. 3º Fica a CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste Decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para indenização das citadas áreas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 26/2013 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato da Diretoria Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 17 de dezembro de 2013, para Credenciamento de Clínicas Prestadoras de Serviços de Saúde para Internações de pacientes do CAPS, em favor de LAR PEQUENO ACONCHEGO LTDA EPP, ANGEL'S BOSQUE CENTRO TERAPEUTICO LTDA, APRAT - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE AUCOLÁTRAS E TOXICOMANOS, COMUNIDADE TERAPEUTICA ROSA DE SARON e JVS CENTRO TERAPEUTICO LTDA ME, no valor estimado de R\$ 48.672.000,00 (quarenta e oito

milhões, seiscentos e setenta e dois mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1084/2013 - Dispõe Sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar

LEI Nº 1084/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 64.096,87 (sessenta e quatro mil, noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção Das Ações da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 38

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 6.500,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção Das Ações E Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 45

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 7.500,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção Das Ações E Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 46

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção Das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 50

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 15.096,87

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 60

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 02

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 02

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção Das Ações e Projetos da Secretaria de Adm., Fazenda e Planejamento.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 05

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerencia e Fundo de Assistência Social.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 58

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.500,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 329000 - 75

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 3.901,41

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 469000 - 76

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 695,46

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município.

Modalidade de Aplicação: 317100 - 01

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 319000 - 28

Fonte de Recursos: 01.19 - FUNDEB - R\$ 26.200,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 319000 - 29

Fonte de Recursos: 01.18 - FUNDEB - R\$ 68.800,00

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 3º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei 1085/2013 - Autoriza o Poder Executivo a Receber Em Doação Bens Móveis e Incorporá-los No Patrimônio

Lei n.1085/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA E INCORPORÁ-LOS AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Cordilheira Alta, através do Poder Executivo, autorizado a receber em doação, da Habitar Social Imóveis Ltda - EPP os seguintes bens móveis localizados no loteamento denominado

"Conjunto Residencial Cordilheira Alta":

I - Estação de tratamento de efluentes com capacidade de 46.634 litros, sendo composta de:

- 01 Tanque de retenção de sólidos

- 01 Tanque Anóxico

- 01 Tanque de Aeração

- 01 Decantador

- 01 Clorador

- 01 Tanque de lodo descartado

- 01 Equipamentos e Tubulações

II - Rede coletora de esgoto composta por tubos de PVC, sendo 1.465,96 metros de tubulações de 150 mm e 259,20 metros de tubulações de 100 mm. As tubulações de 150 são as redes principais, as tubulações de 100 mm são somente para as ligações da rede principal nas casas.

Art. 2º. A Estação de tratamento de efluentes e a Rede coletora de esgoto, bens descritos nos incisos I e II, uma vez realizada a doação, serão incorporados ao patrimônio público do Município de Cordilheira Alta, e serão destinados ao uso da Administração Municipal direta e indireta.

Art. 3º. As despesas para cumprimento do disposto nesta Lei, correrão por conta do orçamento do Município de Cordilheira Alta.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei Complementar 101/2013 - Aditiva Nível ao Anexo III da Lc Nº 100/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2013

"ADITIVA NÍVEL AO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 100/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o nível 122 - no valor de R\$11.075,00 na tabela de níveis e vencimentos, anexo III da Lei Complementar nº 100/2013 e anexo IV a Lei Complementar 93/2013.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 18 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N. 803/2013

DECRETO Nº 803/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1084/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 64.096,87 (sessenta e quatro mil, noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações

orçamentárias:

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção Das Ações da Secretaria da Cultura e Esportes.
Modalidade de Aplicação: 319000 - 38
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 6.500,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção Das Ações E Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.
Modalidade de Aplicação: 319000 - 45
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 7.500,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção Das Ações E Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 46
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção Das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 50
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 15.096,87

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social.
Modalidade de Aplicação: 319000 - 60
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município.
Modalidade de Aplicação: 319000 - 02
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 02
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção Das Ações e Projetos da Secretaria de Adm., Fazenda e Planejamento.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 05
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerência e Fundo de Assistência Social.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 58
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.500,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.
Modalidade de Aplicação: 329000 - 75
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 3.901,41

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.
Modalidade de Aplicação: 469000 - 76
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 695,46

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município.
Modalidade de Aplicação: 317100 - 01
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Art. 3º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 319000 - 28

Fonte de Recursos: 01.19 - FUNDEB - R\$ 26.200,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.042 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 319000 - 29

Fonte de Recursos: 01.18 - FUNDEB - R\$ 68.800,00

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 3º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º . Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 18 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N. 804/2013

DECRETO Nº804/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

"NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a advogada Sra. LOIVA CECÍLIA DAL PIVA, inscrita na

OAB/SC n. 3.615, para exercer o cargo comissionado de Assessor Jurídico, previsto no Anexo II, da Lei Complementar n. 100/2013, lotada no Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2.º. A servidora nomeada pelo presente sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei C. 18/2001), e ao Plano de cargos e salários (Lei C. 93/2013 e alterações).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de dezembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Errata ao Extrato Processo Adm. Pregão Presencial Nº 62/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 062/13

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, que no edital do Pregão Presencial para Registro de Preço, que deve ser desconsiderada a exigência do "Certificado de Registro da Empresa junto ao DETER, nos termos da legislação vigente", documento este exigido

no item 9.11 e 20.4.

Cordilheira Alta (SC), 19 de dezembro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal.

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 617, de 12 de Dezembro de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 617, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMPDEC), Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de Coronel Martins-SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Capítulo I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - SIMDEC

Art. 1º. Fica criado o Sistema Municipal de Defesa Civil de Coronel Martins- Estado de Santa Catarina, mediante atuação conjunta do poder público e das entidades não governamentais, com o objetivo de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de situações de emergência ou calamidades públicas.

§ 1º. O Sistema Municipal de Defesa Civil - SIMDEC atuará integrado com os demais sistemas congêneres municipais, estaduais e federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

§ 2º. São objetivos do SIMDEC:

I - cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Defesa Civil - PNDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais Entes Federados.

II - promover ações estruturantes de prevenção, treinamento e educação em defesa civil.

III - planejar e promover a defesa permanente contra desastres.

IV - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

V - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais sistemas municipais, estadual ou nacional de defesa civil.

§ 3º. Integram o Sistema Municipal de Defesa Civil - SIMDEC, com atuação permanente:

I - o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, designado nos termos desta LEI;

II - o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC;

III - a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, constituído por servidores contratados e/ou designados pela Administração Municipal, além dos membros indicados pelos responsáveis das entidades listadas nos incisos VII a XIV do §2º do Art. 2º desta LEI.

Capítulo II

DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO PERMANENTEDO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC

Art. 2º. Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Coronel Martins- Estado de Santa Catarina, vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de deliberar sobre a política municipal de defesa civil.

§ 1º. Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo de Coronel Martins- Estado de Santa Catarina, desenvolver as seguintes atividades:

I - Deliberar sobre a política municipal de defesa civil;

II - Promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

III - Coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à Defesa Civil;

IV - Atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

§ 2º. O COMDEC (Conselho Municipal de Defesa Civil) será presidido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e constituído ainda de representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades:

I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II - Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos;

III - Secretaria Municipal de Saúde;

IV - Secretaria Municipal de Assistência Social;

V - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

VI - Secretaria Municipal de Educação;

VII - Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Finanças;

VIII - Coordenadoria Regional de Defesa Civil;

IX - Representante do CBMSC, PMSC e PC;

X - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR;

XI - Representante do Poder Legislativo Municipal;

XII - Representante do Copo de Bombeiros da área que pertence o município;

XIII - Representante do Sindicato Rural;

XIV - Representante das Cooperativas;

XV - Representante do Conselho Municipal do Desenvolvimento

Rural - CMDR.

XVI - Representante da Igreja Católica;

XVII - Representante das Igrejas Evangélicas;

XVIII - Representante do Grupo de Idosos;

XIV - Representante da Cresol Pedra Branca;

XX - Representante da Cooper Pedra Branca;

XXI - Representante do CTG Estância Nativa;

XXII - Representante dos Clubes de Mães;

XXIII - Representante da Associação de moradores do Bairro Bela Vista;

XIV - Representante da Cooperalfa;

XV - Representante da Associação Asmuclma;

XVI - Representante da Associação Grufecel;

XVII - Representante da Associação Fluminense;

XVIII - Representante do SINTRAF;

§ 3º. O Conselho Municipal de Defesa Civil será designado pelo Chefe do Executivo Municipal, observando indicação pelas unidades, órgãos ou entidades relacionadas no parágrafo anterior, com definição do Presidente, ao qual competirá convocar, dirigir e organizar as atividades da mesma.

§ 4º. No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 5º. A participação no Conselho Municipal de Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º. Compete ainda ao COMDEC, além das competências previstas no §1º e incisos do Art. 2º da presente norma, supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC, como:

I - Fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC;

II - Ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;

III - Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

IV - Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

V - Decidir sobre a aplicação dos recursos;

VI - Analisar e aprovar anualmente as contas do FUMDEC;

VII - Promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

VIII - Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

IX - Definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Capítulo III

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC

Art. 4º. Fica criado, em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, o Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Coronel Martins - SC (FUMDEC), vinculado ao Gabinete do Chefe do Executivo, o qual será gerido pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC é um órgão captador e aplicador dos recursos financeiros apurados com a finalidade de prover as ações preventivas, de socorro e assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 5º. Compete ao Órgão Gestor do FUMDEC:

I - Administrar recursos financeiros;

II - Cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMDEC;

III - Preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;

IV - Prestar contas da gestão financeira;

V - Desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Executivo, compatíveis com os objetivos do FUMDEC.

Art. 6º - Constitui receita do FUMDEC:

I - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - Verbas repassadas pela Defesa Civil da União, ou do Estado e de outros órgãos oficiais, com a finalidade de promover ações de Defesa Civil (Prevenção e Resposta);

III - Os recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou por suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações, com a finalidade de promover ações de Defesa Civil (Prevenção e Resposta);

IV - Os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

V - Doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoal física ou jurídica;

VI - A remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro de recursos pertencentes ao FUMDEC;

VII - Os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível;

VIII - Outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos.

Art. 7º - A estrutura orçamentária do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil integrará o Orçamento Geral do Município, em item próprio, constituindo-se em Unidade Orçamentária deste.

§ 1º. A Contabilização do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, será realizada pela Contabilidade do Município.

§ 2º. O orçamento e a contabilidade do Fundo deverá evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária, observado as

normas estabelecidas na Lei nº 4.320 de 1964 e Lei Complementar nº 101 de 2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. As disposições pertinentes ao Fundo, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º. Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, os recursos serão transferidos ao órgão central da administração municipal para serem aplicados em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de Defesa Civil.

Art. 10. O FUMDEC será implementado no exercício fiscal de 2013 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do município a partir de 2014;

Parágrafo único. No presente exercício fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no montante necessário para atender às despesas com a execução desta lei.

Capítulo IV

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

Art. 11. Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Coronel Martins - SC, diretamente vinculado ao Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 12. Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil: É o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

IV - Estado de Calamidade Pública: Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Art. 13. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 14. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 15. A COMPDEC compor-se-á de:

- I - Coordenador;
- II - Secretaria;
- III - Setor Técnico;
- IV - Setor Operativo.

Art. 16. Os integrantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17. A COMPDEC trabalhará de acordo com previstos no § 2º e incisos do Art. 2º da presente Lei, ao qual compete:

I - Propiciar apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC;

II - Colaborar na formação de banco de dados e mapa dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - Engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - Manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situação de emergência ou calamidade pública que atinjam o município ou a região;

V - Executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Defesa Civil, visando atuação conjugada e harmônica.

Art. 18. Os servidores públicos municipais convocados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 19. A decretação de estado de emergência ou estado de calamidade pública incumbe ao Prefeito Municipal, após análise das informações repassadas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º. O decreto municipal identificará os locais ou áreas afetadas e respectivamente estabelecerá quais os efeitos que sobre eles incidirão e prazo de vigência em conformidade ao inciso IV, Art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º. Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, o decreto municipal deverá ser imediatamente remetido à Diretoria Estadual de Defesa Civil/ Secretaria Nacional de Defesa Civil.

§ 3º. Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, se necessário for, o chefe do executivo poderá decretar cessamento dos afastamentos de férias dos servidores municipais, com conformidade com o Art. 80 da Lei Federal n.º 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

§ 4º. Os eventos anormais e adversos serão notificados à Diretoria Estadual de Defesa Civil e ao Coordenador Regional de Defesa Civil no prazo de até doze horas, mesmo que não caracterizem situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos, ajustes ou convênios de cooperação técnica, operacional ou financeira com órgãos ou entidades, governamentais ou não governamentais, bem como com os demais Entes da Federação, para implemento de ações de proteção e defesa civil no Município de Coronel Martins - Estado de Santa Catarina.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, onde será devidamente regulamentada em 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Coronel Martins - SC, em 12 de dezembro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Decreto Nº 225, de 13 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 225, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

DETERMINA A VINCULAÇÃO DO VEÍCULO PARATI, PLACA MGT 6705, À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve:

Considerando as necessidades para o bom andamento dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

DECRETA:

Art. 1º O veículo WW/PARATI, chassi Nº 9BWGB05W9AP018534, à gasolina, ano 2009, modelo WW/Parati 1.6 SURF, cor prata, placa MGT 6705, código de patrimônio nº 4066, passa a ser vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Coronel Martins.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 13 de dezembro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 224 de 12 Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 224 DE 12 DEZEMBRO DE 2013.

REQUISITA O RETORNO DO SERVIDOR QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITA:

Art. 1º O retorno do Servidor, Senhor Vanderlei José Brum ocupante do Cargo de Vigia, no dia 08 a 18 de dezembro de 2013 em virtude da falta de profissional Junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo

do saldo de Férias, em data posterior a ser determinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 08 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 12 de dezembro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças.

Portaria Nº. 225 de 18 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 225 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2014 à 31/01/2014.

Nome	Cargo	Referência
Mareci Angelo Trento	Motorista	03/06/2011 à 02/06/2012
Lodacir Spricigo	Motorista	01/08/2011 à 31/07/2012
Nadir Muniz da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	11/01/2013 à 10/01/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de dezembro de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 226 de 18 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 226 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 19/12/2013 à 17/01/2014.

Nome Cargo Referência

Vanderlei José Brum Vigia 01/01/2013 à 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 041/2013 de Contrato de 09 de Dezembro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 041/2013 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: agosto/2012. NÚMERO CONTRATO: 115/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: Na data de sua assinatura.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato n.115 de 15 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sexta do Contrato 115/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA- PRAZO

O presente contrato tem sua vigência até 10 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 40.432.544/0001-47

CONTRATADO: CLARO S.A.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 042/2013 de Contrato de 18 de Dezembro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 042/2013 DE CONTRATO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 006/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/02/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta do Contrato n. 006, de 15 de fevereiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Quinta do Contrato 006/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência durante o ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por períodos sucessivos de 12 (doze) meses cada um (anos letivos de 2013 a 2016), até o máximo de 36 (trinta e seis) meses de prorrogação, CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 17.459.523/0001-01

CONTRATADO: Atila Junior Zaparoli

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 043/2013 de Contrato de 18 de Dezembro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 043/2013 DE CONTRATO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 006/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/02/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta do Contrato n. 005, de 15 de fevereiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Quinta do Contrato 005/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência durante o ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por períodos sucessivos de 12 (doze) meses cada um (anos letivos de 2013 a 2016), até o máximo de 36 (trinta e seis) meses de prorrogação, CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 00.525.379/0001-53

CONTRATADO: Vilmar Dos Santos o Alemão ME

Corupá

PREFEITURA

Lei Nº 2136/2013

LEI Nº 2136/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), para a seguinte dotação orçamentária:

0100 Câmara Municipal de Vereadores
0101 Câmara de Vereadores
31900000 VENCIMENTOS R\$ 49.000,00

TOTAL R\$ 49.000,00

Art.2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior serão reduzidas dotações orçamentárias total ou parcialmente, obedecendo a seguinte classificação:

0100 Câmara Municipal de Vereadores
0101 Câmara de Vereadores
001 031 1001 2001
33600000 Tranf. a Inst. Privadas R\$ 6.000,00
33700000 Transf. a Inst. Mult. Nac. R\$ 6.000,00
33900000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
44900000 Obras R\$ 27.000,00

TOTAL R\$ 49.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC 17 de dezembro 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de setembro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 672/2013

DECRETO Nº 672/2013

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os munícipes, do seguinte decreto:

Art.1º - Ficam abertos, Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), para a seguinte dotação orçamentária:

0100 Câmara Municipal de Vereadores
0101 Câmara de Vereadores
31900000 VENCIMENTOS R\$ 49.000,00

TOTAL R\$ 49.000,00

Art.2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior ficam reduzidas dotações orçamentárias total ou parcialmente, obedecendo a seguinte classificação:

0100 Câmara Municipal de Vereadores
0101 Câmara de Vereadores
001 031 1001 2001
33600000 Tranf. a Inst. Privadas R\$ 6.000,00
33700000 Transf. a Inst. Mult. Nac. R\$ 6.000,00
33900000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
44900000 Obras R\$ 27.000,00

TOTAL R\$ 49.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC 17 de dezembro 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2743/13

PORTARIA Nº 2743/13

EXONERA A PEDIDO A SRA. MARA SUELI GAUDET DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, conforme Portaria nº 384/2008, a servidora Sra. MARA SUELI GAUDET, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 12 de dezembro de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2746/13

PORTARIA Nº 2746/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. WANESSA LOPES DE OLIVEIRA VOIGT DO CARGO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. WANESSA LOPES DE OLIVEIRA VOIGT, do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2450/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2747/13

PORTARIA Nº 2747/13

EXONERA A PEDIDO O SR. SAMUEL GESSNER DO CARGO DE INSTRUTOR DE MÚSICA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, do cargo de Instrutor de Música, conforme Portaria nº 1320/2011, o servidor Sr. SAMUEL GESSNER, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1320/11.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2748/13

PORTARIA Nº 2748/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. EROS CASTRO DO CARGO DE MÉDICO GINECOLOGISTA ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. EROS CASTRO, do cargo de Médico Ginecologista ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 2362/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2749/13

PORTARIA Nº 2749/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ADRIANE KISTER VETTERLEIN DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. ADRIANE KISTER VETTERLEIN, do cargo de Auxiliar de Setor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2529/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2529/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2750/13

PORTARIA Nº 2750/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ROSILENE ELVERITA STELTER POERNER DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. ROSILENE ELVERITA STELTER POERNER, do cargo de Técnico em Enfermagem ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2642/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2642/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2751/13

PORTARIA Nº 2751/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. NATALIA OLSEN DO CARGO DE ENFERMEIRO ESF ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. NATALIA OLSEN, do cargo de Enfermeiro ESF ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2664/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2664/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2752/13

PORTARIA Nº 2752/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. RODRIGO NEGRÃO DE JIMENEZ DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. RODRIGO NEGRÃO JIMENEZ, do cargo de Fisioterapeuta ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 2697/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2697/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2753/13

PORTARIA Nº 2753/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ABIGAIL REGINA BLAKA DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de

conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. ABIGAIL REGINA BLAKA, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2343/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2343/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2754/13

PORTARIA Nº 2754/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ADILCINÉIA BECKER DA SILVA FERRAZZA DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. ADILCINÉIA BECKER DA SILVA FERRAZZA, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2341/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2341/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2755/13

PORTARIA Nº 2755/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ALINE MORELAND BOSSLE DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. ALINE MORELAND BOSSLE, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação

temporária, nomeada através da Portaria nº 2406/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2406/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2756/13

PORTARIA Nº 2756/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. CARMEN LUCIA INOCENTE JEREMIAS DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. CARMEN LUCIA INOCENTE JEREMIAS, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2653/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2653/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2758/13

PORTARIA Nº 2758/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. CHALES MOESCH DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. CHALES MOESCH, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 2352/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2352/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de

2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2759/13

PORTARIA Nº 2759/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. CRISTINA GIOVANA MAICA DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. CRISTINA GIOVANA MAICA, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2350/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2350/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2760/13

PORTARIA Nº 2760/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. DILEUSA ROSANJALA PEZZATTO DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. DILEUSA ROSANJALA PEZZATTO, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2530/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2530/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2761/13

PORTARIA Nº 2761/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. EDELMERI APARECIDA KOWALSKI DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. EDELMERI APARECIDA KOWALSKI, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2530/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2530/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2762/13

PORTARIA Nº 2762/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. EDSON SCHIMANSKI DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. EDSON SCHIMANSKI, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 2525/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2525/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2763/13

PORTARIA Nº 2763/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de

Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2718/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2718/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2764/13

PORTARIA Nº 2764/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. FERNANDA KEISER DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. FERNANDA KEISER, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2374/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2374/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2765/13

PORTARIA Nº 2765/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. GISELA ADRIANA BERG DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. GISELA ADRIANA BERG, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2342/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2342/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2766/13

PORTARIA Nº 2766/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. IVONETE TERESINHA ANDRUKIU DE COSTA DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. IVONETE TERESINHA ANDRUKIU, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2668/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2668/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2767/13

PORTARIA Nº 2767/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. JANETE KUPICKI DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. JANETE KUPICKI, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2358/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2358/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2768/13

PORTARIA Nº 2768/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. JOÃO FELIPE MACHADO DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. JOÃO FELIPE MACHADO, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 2526/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2526/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2769/13

PORTARIA Nº 2769/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. JANETE KUPICKI DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. JANETE KUPICKI, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2358/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2358/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2770/13

PORTARIA Nº 2770/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. KEILA CRISTINA DE MOURA MACALLI DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. KEILA CRISTINA DE MOURA MACALLI, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2349/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2349/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2771/13

PORTARIA Nº 2771/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. LILIANE DA SILVA GOMES DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. LILIANE DA SILVA GOMES, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2359/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2359/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2772/13

PORTARIA Nº 2772/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. LUCIA DE SOUZA FERNANDES DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de

Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. LUCIA DE SOUZA FERNANDES, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2527/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2527/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2773/13

PORTARIA Nº 2773/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. MARGARET HASS DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. MARGARET HASS, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2720/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2720/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2774/13

PORTARIA Nº 2774/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. MARISA CERCAL PETRY DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. MARISA CERCAL PETRY, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2340/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2340/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2775/13

PORTARIA Nº 2775/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. MIRIAM COSTA DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. MIRIAM COSTA, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2347/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2347/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2776/13

PORTARIA Nº 2776/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. RAFAEL RODRIGO SOARES DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. RAFAEL RODRIGO SOARES, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 2356/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2356/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2777/13

PORTARIA Nº 2777/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. RICARDO ANTONIO BUENO DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. RICARDO ANTONIO BUENO, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 2540/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2540/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2778/13

PORTARIA Nº 2778/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. RIKELIN DAIANA BAUM DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. RIKELIN DAIANA BAUM, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2360/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2360/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2779/13

PORTARIA Nº 2779/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. SUZANA MACHADO DA SILVA DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sra. SUZANA MACHADO DA SILVA, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2357/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2357/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2780/13

PORTARIA Nº 2780/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. TADEU ARBIGAUS DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. TADEU ARBIGAUS, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 2339/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2339/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2781/13

PORTARIA Nº 2781/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. THAISE JUNCKES MATHEDI DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de

conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. THAISE JUNCKES MATHEDI, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2339/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2339/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2782/13

PORTARIA Nº 2782/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. VANDA SOARES DA LUZ DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. VANDA SOARES DA LUZ, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2345/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2345/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2783/13

PORTARIA Nº 2783/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. VANESSA AMABILE DE CARVALHO DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. VANESSA AMABILE DE CARVALHO, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2376/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2376/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2784/13

PORTARIA Nº 2784/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ADRIANA KLAUMANN DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. ADRIANA KLAUMANN, do cargo de Agente Comunitário ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2554/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2554/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2785/13

PORTARIA Nº 2785/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. MARIA ELEIA GANSKE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. MARIA ELEIA GANSKE, do cargo de Agente Comunitário ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2555/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2555/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2786/13

PORTARIA Nº 2786/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ANTONIA REGINA DE FARIAS DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. ANTONIA REGINA DE FARIAS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2448/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2448/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2787/13

PORTARIA Nº 2787/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ARLETE ADELAIDE MARQUARDT DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. ARLETE ADELAIDE MARQUARDT, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2722/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2722/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2788/13

PORTARIA Nº 2788/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. MARIANA SIMÕES DE LIMA ANDRADE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. MARIANA SIMÕES DE LIMA ANDRADE, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2713/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2713/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2789/13

PORTARIA Nº 2789/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. MARILENE FUNKA ALEXANDRE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. MARILENE FUNKA ALEXANDRE, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2449/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2449/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2790/13

PORTARIA Nº 2790/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SR. MAURICIO BORCHARDT DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. MAURICIO BORCHARDT, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 2528/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2528/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2791/13

PORTARIA Nº 2791/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. SIBILA CRISTINA PEREIRA DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. SIBILA CRISTINA PEREIRA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2663/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2663/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2792/13

PORTARIA Nº 2792/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ICRAIR PEREIRA DO CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho da Sra. ICRAIR PEREIRA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2363/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2363/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2793/13

PORTARIA Nº 2793/13

DISPÕE SOBRE O TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. SÉRGIO TAVARES DO CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Terminar o contrato de trabalho do Sr. SÉRGIO TAVARES, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, admitido sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2466/13.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2466/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 16 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos**PREFEITURA****Lei Complementar N. 109/2013**

LEI COMPLEMENTAR N. 109/2013

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO III DO ARTIGO 242 DA LEI COMPLEMENTAR N. 028/2002 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O Inciso III, do artigo 252, da Lei Complementar n. 028/2002 - Código Tributário Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 242 ()

III - imóvel unifamiliar de propriedade de cônjuge supérstite, aposentado ou pensionista, órfão, inválido permanente, portador de doença grave conforme rol estabelecido pelo art. 151 da Lei n. 8.213/91 e art. 27, I da Lei Complementar Municipal n. 015/2000, desde que seja a sua única propriedade no Município e que esteja sendo utilizado para fins da respectiva moradia, e que não possua, entre os moradores do imóvel, renda superior a 2,0 (dois) salários mínimos.

Parágrafo Único: Para comprovação da doença grave o contribuinte terá que apresentar, no ato do requerimento, laudo médico firmado por especialista na área e exames complementares da moléstia".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos/SC, 12 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 107/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 107/2013

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 015/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. A Lei Complementar n. 015/2000 de 17 de janeiro de 2000 que instituiu o Regime Próprio da Previdência Social passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 32. Os segurados em gozo de licença para tratamento de saúde ou aposentadoria por invalidez estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo e a critério do Instituto previdenciário, com a finalidade de avaliar a permanência das causas que ensejaram a aposentadoria.

§ 1º O servidor poderá apresentar laudo médico particular ou de entidade pública, emitido há, no máximo, trinta dias, para subsidiar o trabalho da Junta Médica Oficial.

Art. 32 A. O servidor aposentado por invalidez será dispensado da reavaliação periódica, prevista no artigo 32, quando:

- I - tiver idade igual ou superior a 70 anos, se homem, ou a 65 anos, se mulher; ou
- II - contar com o tempo de serviço igual ou superior a 35 anos, se homem, ou a trinta anos, se mulher, computando-se inclusive o período de inatividade; ou
- III - for declarado definitiva e irreversivelmente incapaz.

Parágrafo único. Os aposentados que, injustificadamente, não se apresentarem à reavaliação a ser realizada pela Junta Médica Oficial terão o pagamento de seus benefícios suspenso a partir do mês subsequente.

Art. 72 ()

§ 7º. O conselho administrativo reunir-se-á ordinariamente a cada quatro meses e extraordinariamente quando julgar necessário, mediante convocação da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Art. 74 ()

§ 4º. As reuniões do conselho fiscal serão promovidas a cada quadrimestre com a presença da maioria de seus membros.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 3 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos três dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 108/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2013

ALTERA ANEXOS DAS LEIS COMPLEMENTARES 062/2009, 034/2005 E 023/2002 REVOGA DISPOSITIVOS E DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

TÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 1º A estrutura organizacional da Administração Pública Municipal deverá desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão, melhorando os processos, a colaboração entre os serviços, o compartilhamento de conhecimentos e a correta gestão da informação, para garantir a prestação eficiente, eficaz, efetiva e relevante dos serviços públicos, visando tornar o Município de Curitiba referência em desenvolvimento sustentável, nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica,

promovendo a redução das desigualdades entre cidadãos, elevando a qualidade de vida da sua população.

TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

Art. 2º O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Parágrafo Único - O Vice-Prefeito, além das atribuições que lhe são conferidas por lei, auxiliará o Prefeito Municipal quando convocado para missões especiais.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 3º Os Secretários Municipais, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito Municipal, exercem atribuições constitucionais, legais e regulamentares, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos efetivos e de provimento em comissão a eles subordinados direta ou indiretamente.

Art. 4º. No exercício de suas atribuições cabe aos Secretários Municipais:

- I - expedir ordens de serviço disciplinadoras das atividades integrantes da área de competência das respectivas Secretarias, exceto quanto às inseridas nas atribuições constitucionais e legais do Prefeito Municipal;
- II - respeitada a legislação pertinente, distribuir os servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias que dirigem e cometer-lhes tarefas funcionais executivas;
- III - ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas;
- IV - assinar contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais de que o Município participe, quando não for exigida a assinatura do Prefeito;
- V - sugerir a revogação, anulação ou sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da Administração Pública;
- VI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas;
- VII - aplicar penas administrativas e disciplinares, exceto as de demissão de servidores estáveis e de cassação de disponibilidade;
- VIII - decidir, mediante despacho exarado em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de competência das secretarias que dirigem; e
- IX - exercer outras atividades situadas na área de abrangência da respectiva secretaria e demais atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DA ORGANIZAÇÃO DE SEU FUNCIONAMENTO CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 5º A Administração Pública Municipal compreende:

- I - a Administração Direta, constituída pelos órgãos integrantes da estrutura organizacional administrativa do Prefeito, do Gabinete do Vice-Prefeito e das Secretarias Municipais; e
- II - a Administração Indireta, constituída pelas seguintes espécies de entidades dotadas de personalidade jurídica própria:
 - a) autarquias;

- b) fundações públicas de direito público e de direito privado;
- c) empresas públicas; e
- d) sociedades de economia mista.

Parágrafo único: O Chefe do Poder Executivo disporá sobre a organização e o funcionamento dos órgãos da Administração Direta e, no que couber, das entidades da Administração Indireta de que trata esta Lei Complementar.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 6º O funcionamento da Administração Pública Municipal, observado o que determina a Lei Orgânica do Município, obedecerá ao disposto nesta Lei Complementar e na legislação aplicável, relativamente ao planejamento, à coordenação, à descentralização, à desconcentração, à execução, à delegação de competência e ao controle governamental.

§ 1º A Administração Pública Municipal deverá atuar estrategicamente com relação ao processo de gestão, priorizando a ação preventiva, aliada à descentralização e desconcentração dos programas e ações e à capacitação dos recursos humanos, com amparo na tecnologia da informação como suporte aos processos operacionais.

§ 2º O Município estimulará a profissionalização do servidor público, incentivando-o a participar de programas de capacitação internos e externos que o habilitem a desenvolver as várias competências inerentes ao seu cargo e às novas demandas exigidas pela sociedade.

§ 3º A Administração Pública Municipal primará por maior eficiência, eficácia, economicidade e transparência administrativas, bem como pela participação da sociedade nas decisões governamentais.

§ 4º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe uma ação planejada e transparente para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

SEÇÃO I

DA AÇÃO GOVERNAMENTAL DE PLANEJAMENTO

Art. 7º A ação governamental obedecerá a um processo sistemático de planejamento que vise a promover o desenvolvimento do Município, a democratização dos programas e ações com amplo engajamento das comunidades, a regionalização do orçamento e a transparência administrativa.

§ 1º A ação governamental de que trata o caput deste artigo, será efetivada mediante a formulação dos seguintes instrumentos básicos:

- I - Plano Plurianual do Município;
- II - Programas gerais e setoriais de duração anual e plurianual;
- III - Diretrizes Orçamentárias;
- IV - Orçamento Anual; e
- VI - Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

§ 2º A ação governamental de planejamento guardará perfeita coordenação e consonância com os planos, programas e projetos dos Governos da União e do Estado.

SEÇÃO II

DA AÇÃO GOVERNAMENTAL DE COORDENAÇÃO

Art. 8º As atividades da Administração Pública Municipal e os programas e ações de Governo serão objeto de permanente coordenação.

§ 1º A ação governamental de coordenação será exercida em todos os níveis administrativos mediante a atuação das chefias individuais e a realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e dos servidores, bem como por intermédio da instituição de comissões de coordenação em cada nível, se necessário.

§ 2º No nível superior da Administração Pública Municipal, a ação governamental de coordenação será assegurada por meio:

- I - de reuniões do secretariado, com a participação de titulares de cargos ou funções, convocados pelo Prefeito;
- II - de reuniões de Secretários Municipais e titulares de cargos ou funções, por áreas afins;
- III - da Secretaria Municipal do Planejamento, no que tange às ações políticas e às ações programáticas que envolvam a participação de mais de uma Secretaria Municipal ou entidade da Administração Indireta Municipal.

SEÇÃO III

DA AÇÃO GOVERNAMENTAL DE EXECUÇÃO

Art. 9º Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e às normas regulamentares, observados os critérios de eficiência, eficácia, efetividade, relevância e a intersectorialidade.

Parágrafo Único - Os responsáveis pela execução dos programas, projetos e ações de governo respeitarão os princípios da Administração Pública, os métodos participativos, as normas e critérios técnicos, o planejamento estabelecido pelos órgãos.

SEÇÃO IV

DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 10. A delegação de competência será utilizada com o objetivo de assegurar rapidez às decisões.

Art. 11. Poderão ser delegadas aos Secretários Municipais as competências não exclusivas do Chefe do Poder Executivo estabelecidas na Lei Orgânica do Município.

§ 1º É facultado ao Chefe do Poder Executivo e aos Secretários Municipais delegar competência aos dirigentes de órgãos por eles supervisionados, coordenados, orientados e controlados, para a prática de atos administrativos.

§ 2º O ato de delegação indicará o embasamento jurídico, a autoridade delegante, a autoridade delegada e a competência.

§ 3º O exercício de funções em regime de substituição abrange os poderes delegados e subdelegados ao substituído, salvo se o ato de delegação ou subdelegação, ou o ato que determina a substituição dispuser em contrário.

SEÇÃO V

DA AÇÃO GOVERNAMENTAL DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 12. O controle das atividades da Administração Pública Municipal será exercido em todos os níveis, órgãos e entidades compreendendo, particularmente:

- I - pela chefia competente, a execução dos programas, projetos e ações, e a observância das normas inerentes à atividade específica do órgão ou da entidade vinculada ou controlada; e
- II - pelos órgãos de cada sistema, a observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades administrativas.

Art. 13. As tarefas de controle, com o objetivo de melhorar a qualidade e a produtividade serão racionalizadas mediante revisão de processos e supressão de meios que se evidenciem puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao benefício.

SEÇÃO VI DA AÇÃO GOVERNAMENTAL DE SUPERVISÃO

Art. 14. Os Secretários Municipais são responsáveis perante o Prefeito, pela supervisão dos serviços dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta enquadrados em sua área de competência.

Parágrafo Único - A supervisão a cargo dos Secretários Municipais é exercida por meio de orientação, coordenação, controle e avaliação das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados e das entidades vinculadas ou supervisionadas.

Art. 15. A supervisão a cargo dos Secretários Municipais, com o apoio dos órgãos que compõem as estruturas de suas Secretarias, tem por objetivos, na área de sua respectiva competência:

- I - assegurar a observância das normas constitucionais e infra-constitucionais;
- II - promover a execução dos programas, projetos e ações de Governo;
- III - coordenar as atividades das entidades vinculadas ou supervisionadas e harmonizar a sua atuação com a dos demais órgãos e entidades;
- IV - avaliar o desempenho das entidades vinculadas ou supervisionadas;
- V - fiscalizar a aplicação e a utilização de recursos orçamentários e financeiros, valores e bens públicos;
- VI - acompanhar os custos globais dos programas, projetos e ações setoriais de Governo;
- VII - encaminhar aos setores próprios da Secretaria Municipal da Fazenda os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro; e

Art. 16. No que se refere à Administração Indireta, a supervisão visa a assegurar:

- I - a realização dos objetivos fixados nos atos de institucionalização ou de constituição da entidade;
- II - a harmonia com a política e a programação do Governo no setor de atuação da entidade;
- III - a eficiência, a eficácia, a efetividade e a relevância administrativas;
- IV - a diminuição dos custos e das despesas operacionais;
- V - a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade; e

Art. 17. A supervisão a que se refere o artigo 16 será exercida mediante a adoção das seguintes medidas, além de outras estabelecidas em regulamento:

- I - designação, pelos Secretários Municipais, quando este não comparecer, dos representantes do Governo Municipal;
- II - recebimento periódico de relatórios, boletins, balancetes e informações que permitam aos Secretários Municipais acompanhar as atividades da entidade e a execução do orçamento anual, da programação financeira e dos contratos de gestão aprovados pelo Governo;
- III - aprovação de contas, relatórios e balanços, diretamente ou por meio dos representantes;
- IV - fixação, em níveis compatíveis com os critérios de operação econômica, das despesas com recursos humanos e custeio da Administração;
- V - fixação de critérios para a realização de gastos com publicidade, divulgação e relações públicas; e
- VI - realização de avaliações e auditorias periódicas de desempenho.

Art. 18. A entidade da Administração Indireta deverá estar habilitada a:

- I - prestar contas de sua gestão, na forma e nos prazos estabelecidos, ao Secretário Municipal ao qual está vinculada.

II - apresentar os resultados de seus trabalhos, indicando suas causas e justificando as medidas postas em prática ou cuja adoção se impuser, no interesse do serviço público.

CAPÍTULO III DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

Art. 19 As atividades administrativas comuns a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal serão desenvolvidas e executadas sob a forma de sistemas.

Art. 20. Serão estruturadas, organizadas e operacionalizadas sob a forma de sistemas administrativos as seguintes atividades:

- I - Administração Financeira;
- II - Controle Interno;
- III - Gestão de Materiais e Serviços;
- IV - Gestão Organizacional;
- V - Gestão de Pessoas;
- VI - Gestão de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica;
- VII - Planejamento e Orçamento;
- VIII - Serviços Jurídicos;
- IX - Gestão Patrimonial;
- X - Gestão Documental, Editoração e Publicação Oficial;
- XI - Coordenação e Articulação das Ações de Governo;
- XII - Atos do Processo Legislativo; e

Art. 21. O dirigente do órgão central do sistema é responsável pelo fiel cumprimento das leis e regulamentos pertinentes, bem como pelo desempenho eficiente e coordenado do Sistema, podendo estabelecer o alcance de resultados pelos órgãos setoriais e seccionais.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 22. A estrutura organizacional básica da Administração Direta compreende:

- I - Gabinete do Prefeito Municipal, constituído da seguinte forma:
 - I. 1 - órgãos de assessoramento imediato:
 - a) Chefe de Gabinete;
 - b) Controle Interno;
 - c) Assessor de Gabinete;
 - d) Diretor de Imprensa e Comunicação;
 - e) Assessor de Comunicação e Imprensa

II – A Procuradoria Geral do Município, constituída da seguinte forma:
Procurador Geral
Assessor Jurídico
Coordenador Executivo do PROCON

III – A Secretaria Municipal do Planejamento, constituída da seguinte forma:
Secretário do Planejamento
Diretor do Departamento de Engenharia e arquitetura;
Chefe do Setor de Planejamento e Urbanismo.

IV - Secretaria Municipal da Administração e finanças constituída da seguinte forma:
Secretário de Administração e Finanças;
Diretor do departamento de finanças;
Diretor do Departamento de Tributação e cadastro;
Diretor de departamento de Recursos Humanos e Patrimônio;
Chefe de Divisão de Contabilidade;
Chefe de Divisão de Licitação e Contratos;
Chefe de Divisão de Compras;

Chefe de Divisão de CPD;
 Chefe de divisão de Tributação e fiscalização;
 Chefe de Setor de Pessoal;
 Chefe de Setor de Tesouraria

V - Secretaria Municipal da Educação e Cultura constituída da seguinte forma:

Secretário da Educação e Cultura;
 Diretor do Departamento de Ensino
 Diretor do Departamento Administrativo e Transporte Escolar;
 Diretor de Planejamento e Educação Especial;
 Coordenador de Educação Infantil;
 Coordenador de Ensino Fundamental;
 Coordenador de Cultura;
 Coordenador de Merenda;
 Coordenador do Arquivo Histórico;
 Chefe de Divisão de Licitações e contratos;
 Chefe de Divisão de Contabilidade;
 Coordenador de Transporte Escolar.

VI - Secretaria Municipal da Saúde, constituída da seguinte forma;
 Secretário da Saúde;

Diretor do Departamento Administrativo e Planejamento;
 Diretor do Departamento de Contabilidade e finanças;
 Diretor do Departamento de Saúde;
 Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde;
 Diretor Técnico;
 Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária;
 Chefe de Divisão Epidemiológica;
 Chefe de Divisão de Saúde Bucal;
 Chefe de Divisão de TFD;
 Chefe de Setor de Transporte;
 Coordenador de PSF;
 Chefe de Divisão de Controle e Avaliação;

VII - Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, constituída da seguinte forma:
 Secretário da Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e desenvolvimento rural ;

Diretor de Meio Ambiente e desenvolvimento Rural;
 Chefe do setor de Infra Estrutura e Organização comunitária;
 Chefe do Setor Administrativo;
 Chefe do Setor de Meio Ambiente;
 Chefe de Turma de Manutenção de Vias Rurais.

VIII - Secretaria Municipal de Transportes e Obras, constituída da seguinte forma;

Secretaria de Transportes e Obras;
 Diretor do Departamento de Obras;
 Chefe de Turma de Drenagem e Obras;
 Chefe de Turma de Transportes, máquinas e Serviços;
 Chefe de Turma de Oficina e Manutenção de Máquinas e Veículos;
 Chefe de Turma de Manutenção de Obras Públicas;
 Chefe de Turma de Pavimentação de Manutenção de Vias Urbanas;
 Chefe de Turma de Limpeza Pública;
 Chefe de Turma de Transito;
 Chefe de Setor de Viação;
 Chefe de Setor Administrativo;
 Chefe de Setor de Infra Estrutura Urbana;
 Chefe de Setor de Obras Públicas.

IX – Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, constituída da seguinte forma:

Secretário da Indústria, Comércio e Turismo;
 Assessor Executivo;
 Diretor de Departamento de Indústria, comércio e serviços;
 Chefe de Setor de Turismo;
 Chefe de Setor de Pequenos Negócios e Incubadora.

X – Secretaria de Esportes e Lazer, construída na seguinte forma:
 Secretário de Esportes e Lazer;
 Diretor de Departamento técnico Esportivo;
 Diretor de departamento técnico administrativo
 Chefe de Divisão de Eventos e Lazer;
 Assessor desportivo

XI - Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, constituída na seguinte forma:

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação;
 Diretor do Departamento de Ação Social;
 Diretor de Departamento de Habitação;
 Coordenador de Ação Social;
 Coordenador de Habitação.

I.2 - Órgãos com vinculação especial:

I - Junta de Serviço Militar;
 II - Defesa Civil

SEÇÃO I

DO GABINETE

Art. 23. O Gabinete através da Assessoria e Chefia assiste direta e imediatamente ao Prefeito Municipal nos serviços de secretaria particular.

SUBSEÇÃO I

DA IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Art. 24. À imprensa e Comunicação, cargo vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, compete:

I - desenvolver e coordenar os serviços de imprensa, relações públicas, comunicação e informações das atividades governamentais;

II - coordenar e articular o processo de uniformização dos diversos setores de comunicação e informações da Administração Direta e Indireta; e,

III - disseminar o conceito sobre o direito do cidadão de estar informado quanto aos atos e fatos da administração pública.

IV – promover a atualização do site eletrônico do Município, divulgando as atividades públicas de forma geral.

SEÇÃO II

DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 25. A Procuradoria-Geral do Município, órgão central do Sistema de Serviços Jurídicos, compete à representação do Município judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º O Procurador-Geral do Município, chefe da advocacia do Município, terá prerrogativas e representação de Secretário Municipal.
 § 2º As atividades de consultoria jurídica das Secretarias Municipais serão desenvolvidas pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 26. Compete à Procuradoria Geral do Município, além de outras atribuições que lhe são conferidas:

I – Exercer as funções estratégicas de planejamento, orientação, coordenação, controle e revisão no âmbito de sua atuação, de modo a oferecer condições de tramitação mais rápida de processos na esfera administrativa e decisória;

II - Representar o Município em juízo ou fora dele, cabendo-lhe receber citações iniciais, notificações, comunicações e intimações de audiências e de sentenças, ou acórdãos proferidos nas ações ou processos em que o Município seja parte ou, de qualquer forma, interessado e naqueles em que a Procuradoria Geral do Município deva intervir;

III - Recomendar ao Prefeito a arguição de inconstitucionalidade de lei ou de norma de efeito legiferante;

IV - Autorizar a não-propositura e a desistência de ação, a não-interposição de recursos ou a desistência dos interpostos, bem

como a não-execução de julgados em favor do Município de Curitiba, sempre que assim o reclame o interesse público ou quando tais medidas se mostrarem contra-indicadas ou infrutíferas;

III - propor orientação jurídico-normativa para a administração pública, direta e indireta;

II - pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da administração municipal;

III - promover a cobrança judicial da dívida ativa do Município, de forma articulada com a Secretaria da Administração e Finanças;

IV - elaborar, leis, decretos e demais ato administrativos, emitindo parecer e fazer o encaminhamento da matéria ao Poder Legislativo;

V - representar os interesses da administração pública Municipal perante os Tribunais de Contas do Estado e da União.

VI - Exercer o controle do PROCON, emitindo pareceres, e decisões, promovendo o encaminhamento dos pleitos que forem encaminhados.

SUBSEÇÃO I

PROGRAMA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO - PROCON

Art. 27. O Programa de Defesa do Consumidor do Município - PROCON, órgão vinculado a Procuradoria-Geral do Município, tem sua competência estabelecida em lei.

SEÇÃO III

DO CONTROLE INTERNO

Art. 28. O Controle Interno, órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, além das competências previstas em lei, compete:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial em órgãos e entidades da administração pública e quanto à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, direitos e haveres do Município;

IV - promover estudos visando à racionalização, objetivando o aumento da produtividade e a redução de custos operacionais;

V - coordenar as sindicâncias e os processos administrativos municipais; e

VI - exercer a plena fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e das entidades públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas;

VII - verificar a exatidão e a regularidade das contas e a boa execução do orçamento, adotando medidas necessárias ao seu fiel cumprimento;

VIII - realizar auditoria e exercer o controle interno e a conformidade dos atos financeiros e orçamentários dos órgãos do Poder Executivo com a legalidade orçamentária do Município;

IX - no exercício do controle interno dos atos da administração, determinar as providências exigidas para o exercício do controle externo da Administração Pública Municipal Direta e Indireta a cargo da Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas; X- fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

XI - examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade, inclusive solicitando pareceres de auditores fiscais municipais, estaduais e federais quando julgar necessários;

XII - emitir parecer sobre atos de aposentadoria e pensão realizadas pelo IPESMUC.

XIII - promover a apuração de denúncias formais, relativas a

irregularidades ou ilegalidades praticadas, em relação aos atos financeiros e orçamentários, em qualquer órgão da Administração Municipal;

XIV - propor ao Prefeito Municipal a aplicação das sanções cabíveis, conforme a legislação vigente, aos gestores inadimplentes, podendo, inclusive, sugerir o bloqueio de transferências de recursos do Tesouro Municipal e de contas bancárias;

XV - sistematizar informações com o fim de estabelecer a relação custo/benefício para auxiliar o processo decisório do Município;

XVI - tomar medidas que confirmam transparência integral aos atos da gestão do Executivo Municipal, inclusive dos órgãos da Administração Indireta;

XVII— exercer outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II

DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Art. 29. Ao Vice-Prefeito Municipal compete assistir ao seu titular no desempenho das atribuições legais e constitucionais que lhe são inerentes, bem como nas missões especiais que lhe forem confiadas, na forma prevista pela Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO III

DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DA SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO

Art. 30. À Secretaria Municipal do Planejamento, como órgão central dos Sistemas de Planejamento Estratégico, Projetos e de Gestão Organizacional, compete:

I - coordenar o processo de planejamento estratégico municipal;

II - coordenar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do plano de governo, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

III - elaborar projetos e demais atos relacionados com as ações de sua área de competência;

IV - coordenar as ações de organização, reorganização e modernização no âmbito da Administração Pública Municipal, articuladamente com os respectivos órgãos centrais sistêmicos;

V - planejar, regulamentar, normatizar, acompanhar e avaliar a implementação e execução dos contratos de gestão no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

VI - avaliar os impactos socioeconômicos das políticas, programas e ações governamentais;

VII - formular, planejar, coordenar e controlar, de forma articulada com as Secretarias Municipais, a implantação das políticas de desenvolvimento urbano e rural;

VIII - promover o uso racional e a ocupação ordenada do solo urbano e rural, com atenção especial àquelas áreas indispensáveis à manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado;

IX - desenvolver ações que promovam a adequação dos instrumentos jurídicos e urbanísticos ao que prescreve o Estatuto da Cidade; e,

X - elaborar os planos diretores de desenvolvimento municipal.

SEÇÃO II

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 31. À Secretaria Municipal da Administração e Finanças, como órgão central dos Sistemas Administrativos de Gestão de Pessoas, de Gestão de Materiais e Serviços, de Gestão Patrimonial, de Gestão Documental, Editoração e Publicação Oficial, de Gestão de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica, compete:

I - normatizar, supervisionar, controlar, orientar e formular políticas de gestão de recursos humanos, envolvendo:

a) ingresso, movimentação e lotação do pessoal civil, permanente e temporário;

- b) programas de capacitação e de educação continuada dos servidores civis;
- c) planos de carreira, cargos e vencimento dos servidores civis;
- d) progressão funcional do pessoal civil;
- e) remuneração dos servidores civis;
- f) melhoria das condições de saúde ocupacional dos servidores públicos municipais e a prevenção contra acidentes de trabalho;
- g) adoção de estratégias de comprometimento dos servidores em substituição às estratégias de controle;
- h) programas de valorização do servidor público, calçados no desempenho; e

II - centralizar, normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de materiais e serviços, envolvendo:

- a) licitações de material e serviços;
- b) contratos de material e serviços; e
- c) estocagem e logística de distribuição de material.

III - gerenciar o arquivo público, visando ao resgate, à preservação, à manutenção e à divulgação do patrimônio documental do Município, bem como a destinação dos documentos oficiais;

IV - elaborar anteprojetos de lei e demais atos relacionados com as ações de sua área de competência;

V - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão patrimonial, envolvendo:

- a) material adjudicado;
- b) bens móveis e imóveis; e
- c) transportes oficiais.

VI - manifestar-se, previamente, em assuntos que envolvam repercussão financeira para o erário;

VII - formular a política de crédito do Município;

VIII - definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com a Secretaria Municipal do Planejamento;

IX - desenvolver as atividades relacionadas com:

- a) tributação, arrecadação e fiscalização;
- b) administração financeira;
- c) despesa e dívida pública;
- d) contencioso administrativo-tributário;

X - coordenar e controlar a cobrança da dívida ativa na esfera administrativa, de forma articulada com a Procuradoria Geral do Município;

XI - administrar os Encargos Gerais do Município;

XII - definir os prazos, critérios e procedimentos para os fechamentos contábeis necessários à elaboração dos balancetes mensais e à consolidação do balanço geral do Município; e

XIII - coordenar o desenvolvimento e a manutenção evolutiva do sistema de gestão fiscal.

XIV - definir as políticas de tecnologia da informação e governança eletrônica;

XV - normatizar, padronizar, integrar e acompanhar as ações de tecnologia da informação e governança eletrônica das entidades da Administração Pública Municipal;

XVI - promover a programação, a organização, a coordenação, a execução, o controle, a avaliação e a normatização das atividades pertinentes ao processo orçamentário municipal;

XVII - promover, coordenar, supervisionar e consolidar a elaboração dos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, dos orçamentos anuais e dos atos que objetivem a abertura de créditos adicionais;

XVIII - coordenar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do Plano Plurianual - PPA;

XIX - coordenar os procedimentos necessários à elaboração e entrega da Prestação de Contas Anual da Prefeitura à Câmara Municipal;

XX - elaborar e publicar os relatórios da execução orçamentária e da gestão fiscal; e

XXI - promover a transparência da gestão fiscal.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. 32. À Secretaria Municipal da Educação e Cultura compete:

I - formular as políticas educacionais da educação infantil e ensino fundamental;

II - garantir o acesso e a permanência dos alunos na educação municipal;

III - definir a política educacional do Município;

IV - formular e implementar a Proposta Curricular;

V - estabelecer políticas e diretrizes para a expansão de novas estruturas físicas, reformas e manutenção das escolas da rede pública municipal;

VI - sistematizar e emitir relatórios periódicos de acompanhamento e controle de estudantes, escolas, profissionais do magistério, de construção e reforma de prédios escolares e aplicação de recursos financeiros destinados à educação;

VII - coordenar as ações da educação de modo a garantir a unidade da rede, tanto nos aspectos pedagógicos quanto administrativos;

VIII - normatizar, supervisionar, orientar, controlar e formular políticas de gestão de pessoal do Magistério Público Municipal, de forma articulada com o órgão central do Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

IX - o planejamento, organização, promoção, articulação, coordenação, integração, execução e avaliação das políticas municipais relativas à área da cultura;

X - o fomento e estímulo à cultura em todas as suas manifestações, com o acesso aos bens culturais e a expansão do potencial criativo dos cidadãos;

XI - a promoção do desenvolvimento da cultura, visando à afirmação de identidade, o resgate e cidadania, e a consequente melhoria da qualidade de vida;

XII - a administração dos equipamentos e espaços culturais do Município;

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Art. 33. À Secretaria Municipal da Saúde compete coordenar a política de saúde no âmbito do Município, em observância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, desenvolvendo as seguintes atividades:

I - organizar e acompanhar no âmbito municipal o desenvolvimento da política e do sistema de atenção à saúde;

II - monitorar, analisar e avaliar a situação de saúde do Município;

III - coordenar e executar, em caráter complementar, ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde;

IV - formular e coordenar a política municipal de assistência farmacêutica e de medicamentos;

V - formular a política de desenvolvimento e formação de Recursos Humanos em Saúde considerando o processo de descentralização e desconcentração dos programas, dos projetos e das ações e serviços de saúde, articuladamente com o Órgão Central do Sistema de Gestão de Recursos Humanos;

VI - criar e implementar mecanismos de participação social como meio de aproximar as políticas de saúde dos interesses e necessidades da população;

VII - promover e garantir a qualidade dos serviços de saúde;

VIII - gerenciar as unidades assistenciais próprias do Município;

IX - desenvolver mecanismos de gestão e regulação aplicáveis às unidades assistenciais próprias sob gestão descentralizada que permaneçam em sua organização administrativa;

X - coordenar as políticas e ações programáticas de assistência em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

SEÇÃO V**DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL.**

Art. 34. A Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, passa a denominar-se SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL.

Art. 35. À Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural compete:

- I - planejar, formular e normatizar as Políticas de Desenvolvimento Rural;
- II - planejar e elaborar programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento agropecuário;
- III - planejar e elaborar programas, projetos e ações de apoio ao agronegócio, à biotecnologia, à segurança alimentar, à produção e uso de plantas e sementes bioativas e ornamentais e ao uso da micro e nanotecnologia na agropecuária;
- IV - formular a política municipal de apoio ao abastecimento, armazenamento e à logística de comercialização de produtos agropecuários;
- V - elaborar programas, projetos e ações referentes à política agrícola e agrária municipal;
- VI - planejar e avaliar as políticas e ações de apoio à comercialização da produção animal e vegetal, seus produtos e subprodutos;
- VII - apoiar ações ligadas ao associativismo e o cooperativismo no âmbito de sua competência;
- VIII - colaborar com a União e Estado na execução de programas, projetos e ações de política agrária e desenvolvimento rural;
- IX - coordenar e implantar o sistema de controle ambiental;
- X - elaborar manuais e instruções normativas relativas às atividades de licenciamento e autorização ambientais, visando à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;
- XI - coordenar e implantar o sistema de controle ambiental decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto ambiental, das atuações ambientais transacionadas e dos usos legais de áreas de preservação permanente;
- XII - licenciar ou autorizar as atividades públicas ou privadas potencialmente causadoras de degradação ambiental;
- XIII - fiscalizar e acompanhar o cumprimento das condicionantes determinadas no procedimento de licenciamento ambiental;
- XIV - elaborar, executar e controlar ações, projetos, programas e pesquisas relacionados à proteção de ecossistemas e ao uso sustentado dos recursos naturais, que tenham abrangência municipal;
- XV - executar, de forma articulada com os órgãos e entidades envolvidas nessa atividade, a fiscalização ambiental no Município de Curitiba;
- XVI - elaborar, executar e controlar ações de preservação e conservação do patrimônio público municipal de uso comum;
- XVII - planejar, coordenar e executar os serviços públicos de limpeza e manutenção; e,
- XVIII - administrar e conservar as vias rurais.

SEÇÃO VI**DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS**

Art. 36. À Secretaria Municipal de Transportes e Obras compete:

- I – propor políticas e planos de ação para o desenvolvimento físico e territorial do Município;
- II – promover e coordenar o desenvolvimento das atividades de serviços públicos em consonância com as diretrizes do planejamento municipal;
- III – coordenar a execução, direta ou contratada, de obras e serviços públicos de interesse do Município;
- IV – desenvolver o cronograma financeiro de obras públicas;
- V – resguardar a execução da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, bem como o estatuto da cidade;
- VI – responsabilizar-se pela administração e coordenação dos

transportes urbanos e transporte coletivo, bem como promover o funcionamento regular do trânsito e fazer cumprir a legislação pertinente;

VII – assessorar o Chefe do Poder Executivo na área de sua competência;

VIII – planejamento operacional, execução, implementação e fiscalização a loteamentos, código de obras, código de posturas, bem como o exame de projetos de obras e edificações com a sua autorização equivalente;

IX – planejamento e execução de pavimentação, drenagem e calçamento, bem como os serviços de sinalização urbana e iluminação pública;

X - manutenção de prédios e edificações públicas;

XI - conservação de vias públicas municipais;

XII - produção industrial de material de pavimentação;

XIII - executar outras atividades atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO VII**DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.**

Art. 37. À Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo compete:

- I - promover o desenvolvimento econômico, compreendendo ações de incremento e estímulo à indústria ao comércio e ao Turismo,
- II - viabilizar o desenvolvimento industrial e comercial, e respectivos incentivos;
- III - realizar ou apoiar a realização de exposições e feiras industriais e comerciais;
- IV - apoiar e estimular a implantação e consolidação de empresas privadas no Município, como fator de geração de emprego e renda;
- V - fomentar o desenvolvimento turístico, e respectivos incentivos;
- VI - promover a ampliação e melhoramento de espaços turísticos;
- VII - realizar ou apoiar a realização de exposições, feiras e outros eventos de divulgação de potencialidades turísticas do Município;
- VIII - programar e promover a execução ou operacionalização de serviços urbanos;
- IX - executar outras atividades correlatas ou do âmbito de sua competência, e as que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

SEÇÃO VIII**DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**

Art. 38. É de competência da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:

- I - Formular e executar a política esportiva do Município, em suas diferentes modalidades;
- II - Promover a representatividade do Município em eventos desportivos estaduais, nacionais e internacionais;
- III - Realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades;
- IV - Sedar eventos esportivos;
- V - Promover o lazer a toda sociedade;
- VI - Realizar atividades socioculturais de lazer e recreação, mediante a utilização dos espaços disponíveis;
- VII - Proporcionar a integração e o conagração, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas e recreativas;
- VIII - Incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;
- IX - Implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela secretaria;
- X - Conservar os espaços esportivos pertencentes ao Município;
- XI - Manter e adequar a infraestrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e de lazer e demais serviços prestados à

comunidade, no âmbito da secretaria;

XII - Intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;

XIII - Desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;

XIV - Executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

XV - Exercer o controle orçamentário no âmbito da secretaria;

XVI - Efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da secretaria;

XVII - Zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações.

SEÇÃO IX

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

Art. 39. À Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação compete:

I - formular e coordenar as políticas municipais de ação social;

II - desenvolver ações de proteção e prevenção de assistência social;

III - O desenvolvimento de campanhas de assistência social;

IV - a organização e administração de unidades municipais de assistência social;

V - O cadastramento e orientação das obras sociais e entidades assistenciais do Município;

VI - Executar a política habitacional e a política de ação social do Município, sendo o órgão responsável pelo levantamento dos problemas sociais e programas de assistência social do Município;

VII - O desenvolvimento de projetos habitacionais;

VIII - articular a regularização e a titulação das áreas ocupadas pela população de baixa renda, passíveis de implantação de programas habitacionais; e,

IX - supervisionar os programas, projetos e ações habitacionais.

TÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. As entidades integrantes da Administração Indireta Municipal reger-se-ão pelas disposições contidas nesta Lei Complementar e nas leis específicas, obedecidos aos seguintes princípios institucionais.

CAPÍTULO II

DAS AUTARQUIAS

Art. 41. É Autarquia Municipal o Instituto de Previdência Social de Servidores Públicos do Município de Curitiba - IPESMUC;

SEÇÃO I

DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - IPESMUC

Art. 42. O Instituto de Previdência do Município de Curitiba - IPESMUC tem por objetivo executar a política de previdência social dos servidores públicos municipais, na forma estabelecida em lei específica, obedecidas as normas constitucionais.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CAPÍTULO I

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 43. Ficam criados, na estrutura dos órgãos da administração direta e da entidade autárquica do Poder Executivo, as atribuições e categorias funcionais dos cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal na forma do anexo I.

§ 1º Os valores dos vencimentos dos cargos de que trata o caput estão fixados no anexo II que integra esta Lei, e serão reajustados conforme o reajuste dos servidores públicos municipais.

§ 2º Os titulares de cargos, exclusivamente de provimento em comissão sujeitam-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 44. Ficam criadas as funções gratificadas para o exercício de funções de chefia, coordenação, supervisão de serviços, gestão e funções especiais com os respectivos níveis, sendo designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º As Funções Gratificadas da atual estrutura administrativa passam a denominar-se FG-1, FG-2, FG-3, FG-4, FG-5, FG-6, FG-7 e FG-8 respectivamente, com os valores constantes do anexo III desta lei.

§ 2º Os níveis, quantitativos e valores das Funções Gratificadas de que trata o § 1º deste artigo, estão especificados no anexo III desta lei.

§ 3º As gratificações de funções de que trata o caput, serão reajustadas conforme o reajuste dos servidores públicos municipais.

Art. 45. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Ficam revogados os artigos 3º e 7º, bem como os anexos IV, V e VI da Lei Complementar 062/2009, anexos IV e V da Lei Complementar 034/2005 e anexos IV, V e VI da Lei Complementar 023/2002, que passam a vigorar conforme os anexos desta Lei.

Curitiba/SC, 12 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I
NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
GRUPO: DIREÇÃO, ASSESSORAMENTO OU CHEFIA
CÓDIGO: DAC

Vagas	CARGOS	FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES	Nível
GABINETE DO PREFEITO			
01	Chefe de Gabinete (CC/FG)	Assistir ao Prefeito no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, promover a transmissão e o controle das instruções emanadas pelo Prefeito, encarregar-se da representação civil, social e administrativa do Prefeito, e exercer outras atividades correlatas ou que lhe sejam delegadas pelo Prefeito Municipal. Exercer a direção-geral; orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos do Gabinete; Promover Atividades de coordenação político-administrativas da Prefeitura com os munícipes, pessoalmente, ou por meio de entidades que os representem; Coordenar as relações do Executivo com o Legislativo, providenciando os contatos com os vereadores, recebendo suas solicitações e sugestões, encaminhando-as e/ou tomando as devidas providências e, se for o caso, respondendo-as; Despachar pessoalmente com o prefeito todo o expediente dos serviços que dirige, bem como participar de reuniões coletivas, quando convocadas;	DAC - 2
01	Controle Interno (CC/FG)	Organizar e executar, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios. Realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer. Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de quaisquer ocorrências entre outras atividades que lhe sejam afetas.	DAC - 4
01	Assessor de Gabinete (CC/FG)	Assessorar e assistir de forma imediata o titular da pasta a qual está vinculado, entre outras atividades que lhe sejam afetas. Compete assessorar o prefeito no desempenho de suas funções, gerenciar informações; auxiliar na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos; controle de documentos e correspondências; organizar eventos e viagens, cuidar da agenda pessoal do prefeito, executar outras tarefas correlatas	DAC - 3
01	Diretor de Obras Municipais, como toda e qualquer atividade da administração, nos meios de comunicação social, de forma que seja atingido o compromisso de informar a população das ações da administração municipal.	Divulgar os programas, planos, projetos e obras municipais, como toda e qualquer atividade da administração, nos meios de comunicação social, de forma que seja atingido o compromisso de informar a população das ações da administração municipal.	DAC - 4
01	Assessor de Comunicação e de Imprensa (CC/FG)	Articular as ações de comunicação do Município, assessoramento no desenvolvimento e execução de atividades relativas aos serviços de imprensa e de relações públicas e demais atividades da coordenação de comunicação social.	DAC - 8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01	Procurador do Município	Assessorar Direta e Imediatamente o Prefeito Municipal, a quem compete representar o Município e entidades da administração indireta judicial e extrajudicialmente, bem como prestar serviços de consultoria e assessoramento jurídico aos demais órgãos e entidades da Administração Municipal. Gestão e Planejamento do setor.	DAC - 01
01	Assessor Jurídico (CC/FG)	Prestar assessoria ao Procurador Geral do Município, aos advogados e aos consultores jurídicos nas atividades da Procuradoria Geral e assessoria jurídica.	DAC - 3
01	Coordenador do PROCON (CC/FG)	Deliberar sobre questões de ordem administrativa interna, zelando pelo perfeito funcionamento do PROCON; baixar ou encaminhar, para os órgãos competentes, atos administrativos que versem sobre assuntos de interesse interno do órgão ou de sua área de competência; coordenar, de modo geral, todas as atividades que lhe são afetas, observando os objetivos estabelecidos pelo Prefeito do Município.	DAC - 6

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

01	Secretário do Planejamento	Promover planejamento econômico do Município, compreendendo formulação, elaboração, e coordenação de políticas e projetos; fiscalizar as edificações e o uso do solo e a elaboração de normas de zoneamento e controle de sua execução.	Subsídio
01	Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura (CC/FG)	Planejar o uso do espaço físico, em consonância com o Plano Diretor do Município; Coordenar o planejamento da infraestrutura necessária para a expansão física; Preparar os processos de licitação de obras e executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 4
01	Chefe do Setor de Planejamento e Urbanismo (CC/FG)	Coordenar a elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo, comunicação visual, redes de telecomunicações e engenharia e executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01	Secretário de Administração e Finanças	Desenvolver políticas e planos para modernização da administração pública municipal, administração de recursos humanos, administração de materiais, administração patrimonial, administração de serviços gerais, administração de guarda e arrecadação de documentos; Desenvolver políticas e planos para arrecadação de tributos e racionalização das despesas públicas, tributação arrecadação e fiscalização da arrecadação dos tributos municipais, administração financeira e contábil, programação de pagamentos da despesa e dívidas públicas e recebimentos das receitas municipais, elaboração dos demonstrativos financeiros determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e atendimento de outras normas de prestação de contas, despesas públicas, dívida pública e contencioso tributário.	Subsídio
----	--	--	----------

01	Diretor do Departamento de Finanças (CC/FG)	Emitir Notas de Empenho para execução orçamentária, conferir e tributar Notas Fiscais enviadas por fornecedores, conferir as Guias de pagamento de encargos previdenciários e de Informações à Previdência Social (Gfip), acompanhar a execução financeira dos contratos, realizar a conciliação dos inventários do Setor de Almoxarifado e Setor de Patrimônio com os respectivos registros contábeis, acompanhar as restrições contábeis apresentadas nos balancetes, efetuando as regularizações devidas, fornecer informações à Receita Federal do Brasil através do preenchimento de emissão de DIRF, elaborar os instrumentos de gestão fiscal – PPA, LOA E LDO, executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 4
01	Diretor do Departamento de Tribuição e Cadastro (CC/FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as atividades tributárias e de cadastro, normas municipais de postura, com base em vistorias realizadas para prestarem esclarecimentos ou pagarem seus débitos; atender as reclamações do público em geral, quanto aos problemas que possam prejudicar o seu bem estar na segurança e tranquilidade, com referência das residências, eventos, estabelecimentos comerciais, indústrias ou prestadores de serviços, conferir inscrições dos contribuintes nas atividades adequadas; organizar comandos fiscais, executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 4
01	Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Patrimônio (CC/FG)	Gerir os quadros de pessoal e a folha de pagamento, gerenciar o cumprimento de normas para o ingresso de servidores em cargos de provimento efetivo e em comissão, assim como para a contratação de pessoal por tempo determinado para o atendimento de excepcional interesse público, prestar atendimento presencial e permanente aos servidores públicos municipais e munícipes nos assuntos pertinentes à área de gestão de pessoas, planejar, coordenar e gerenciar os concursos públicos, coordenar, integrar e supervisionar as atividades em geral de recursos humanos e patrimônio, executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 4
01	Chefe de Divisão de Contabilidade (CC/FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as atividades contábeis relacionadas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7

01	Chefe de Divisão de Licitação e Contratos (CC/FG)	Coordenar e controlar o procedimento licitatório, manter arquivo de todo o processo licitatório, controlar e encaminhar para publicação a matéria de todos os atos que a lei determinar serem publicados, acompanhar a compatibilidade entre os preços praticados para a Administração Pública e os usados para o mercado, submeter a despacho a documentação visando à aplicação de sanções a fornecedores e licitantes, supervisionar a obediência aos prazos previstos na legislação, instruir recurso administrativo de sua competência, subsidiar as Comissões de Licitação, determinar as modalidades de licitação, definir padrões de editais de licitação, minutas de contratos, aditivos, atas de registro de preço e demais instrumentos jurídicos.	DAC – 7
01	Chefe de Divisão de Compras (CC/FG)	Dirigir e coordenar as atividades de compras de materiais e serviços em geral, supervisionar as pesquisas de preços, supervisionar o cadastro de fornecedores, prestar as informações necessárias à elaboração de padrões e especificações objetivando a organização do catálogo de materiais e serviços.	DAC – 7
01	Chefe de Divisão de CPD (CC/FG)	Administrar o Centro de Processamento de Dados, assessorar o Município nas questões relativas à tecnologia da informação e comunicação, entre outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7
01	Chefe de Divisão de Tributação, Cadastro e Fiscalização (CC/FG)	Coordenar e supervisionar o cadastramento, lançamento, cobrança, restituição e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infrações à Lei Tributária, manter o cadastro atualizado, realizar diligências para dirimir dúvidas, entre outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7
01	Chefe de Setor de Pessoal (CC/FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as atividades de pessoal e executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7
01	Chefe de Setor de Tesouraria (CC/FG)	Liquidar e executar todos os pagamentos do Município, controlar as entradas e saídas de recursos financeiros, controlar os Suprimentos de Fundos, executar as diárias, realiza a apropriação e contabilização da folha de pagamento de pessoal, arquivar os documentos em processos de pagamentos, controlar os recursos financeiros, entre outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01	Secretário da Educação e Cultura	Formular políticas educacionais, garantir o acesso e permanência dos alunos na educação municipal, formular e implementar proposta curricular, estabelecer políticas e diretrizes para manutenção das escolas da rede municipal de ensino, sistematizar e emitir relatórios periódicos de acompanhamento e controle de estudantes, escolas, profissionais do magistério, de construção e reforma de prédios escolares e aplicação de recursos financeiros destinados a educação, produzir e guardar material didático e educacional, verificar as condições para a autorização e funcionamento dos estabelecimentos de educação infantil particulares, quando solicitado pelo conselho Municipal de Educação.	Subsídio
01	Diretor do Departamento de Ensino (CC/FG)	Desenvolver ações da educação de modo a garantir a unidade da rede, propor a capacitação que vise atender necessidades de aperfeiçoamento e atualização de pessoal docente das unidades de ensino municipais, entre outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 4
01	Diretor do Departamento Administrativo e Transporte Escolar (CC/FG)	Orientar e acompanhar o andamento das atividades técnicas administrativas das unidades subordinadas, propor a capacitação que vise atender necessidades de aperfeiçoamento e atualização do departamento administrativo e do transporte escolar, fiscalizar a utilização do veículo de transporte escolar por parte dos beneficiários e dos condutores, verificar a capacidade técnica dos condutores e outras atividades correlatas.	DAC - 4
01	Diretor de Planejamento e Educação Especial (CC/FG)	Planejar, organizar e dirigir os serviços de Educação Especial; preparar gestores e educadores do Município para dar continuidade à política de Educação Inclusiva; entre outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 4
14	Coordenador de Educação Infantil (CC/FG)	Coordenar os centros de Educação Infantil do Município, promover a aplicação das diretrizes da Política Educacional Nacional e a legislação em vigor, realizar cursos de formação/capacitação para os professores, coordenadores, auxiliares técnicos de educação infantil, buscar materiais e inovações para dar suporte as atividades pedagógicas dos professores e demais educadores de educação infantil da rede, realizar estudos e pesquisas visando dar suporte técnico pedagógico atualizado e eficaz, analisar a aprendizagem dos alunos e as formas de ensinar para buscar meios de melhorar a qualidade de ensino, orientar os professores e coordenadores técnicos quanto ao conteúdo, rotina a ser desenvolvido e procedimentos pedagógicos, participar das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, e outras atividades correlatas.	DAC - 8

01	Coordenador de Ensino Fundamental (CC/FG)	Coordenar a aplicação das diretrizes da Política Educacional Nacional e a legislação em vigor, realizar cursos de formação/capacitação para os professores, coordenadores, auxiliares técnicos de ensino fundamental, buscar materiais e inovações para dar suporte as atividades pedagógicas dos professores e demais educadores do ensino fundamental da rede, realizar estudos e pesquisas visando dar suporte técnico pedagógico atualizado e eficaz, analisar a aprendizagem dos alunos e as formas de ensinar para buscar meios de melhorar a qualidade de ensino, orientar os professores e coordenadores técnicos quanto ao conteúdo, rotina a ser desenvolvido e procedimentos pedagógicos, participar das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, entre outras atividades correlatas.	DAC - 8
01	Coordenador de Cultura (CC/FG)	Implantar a política de cultura do Município, coordenar e promover o desenvolvimento de atividades, instituições, empreendimentos e iniciativas de natureza artística; permitir à população acesso aos equipamentos e bens culturais; organizar e administrar a infraestrutura artística e cultural do Município.	DAC - 8
01	Coordenador de Merenda (CC/FG)	Acompanhar, cuidar, aplicar, executar e prestar contas dos repasses financeiros destinados à merenda escolar de todos os níveis e modalidades de ensino, promover projetos interdisciplinares relacionados à educação nutricional na unidade escolar, estimulando hábitos saudáveis; elaborar cardápios balanceados, coloridos, saborosos e nutritivos e submetê-lo a análise do conselho de Alimentação Escolar; verificar o aspecto de saúde e de higiene das executoras de merenda; realizar pesquisas de preços, para aquisição dos produtos destinados à merenda escolar; acompanhar a organização, o armazenamento, a preparação e a distribuição dos alimentos, atendendo a higiene, o prazo de validade, e a qualidade dos alimentos; sugerir ações pedagógicas ligadas à alimentação, a serem desenvolvidas pela escola.	DAC - 8
01	Coordenador do Arquivo Histórico (CC/FG)	Promover políticas de informações arquivísticas no Município através do Sistema de Arquivos; coordenar a gestão de documentos; assessorar tecnicamente aos órgãos e setores; promover a transferência e recolhimento dos documentos produzidos pela instituição, independente do suporte; coordenar os projetos arquivísticos; viabilizar o acesso à informação; divulgar acervo, entre outras atividades correlatas.	DAC - 8

01	Chefe de Divisão de Licitação e contratos - FMED (FG)	Coordenar e controlar o procedimento licitatório, manter arquivo de todo o processo licitatório do Fundo Municipal de Educação, controlar e encaminhar para publicação a matéria de todos os atos que a lei determinar serem publicados, acompanhar a compatibilidade entre os preços praticados para a Administração Pública e os usados para o mercado, submeter a despacho a documentação visando à aplicação de sanções a fornecedores e licitantes, supervisionar a obediência aos prazos previstos na legislação, instruir recurso administrativo de sua competência, subsidiar as Comissões de Licitação, determinar as modalidades de licitação do Fundo Municipal de Educação, definir padrões de editais de licitação, minutas de contratos, aditivos, atas de registro de preço e demais instrumentos jurídicos, exercer outras atividades que lhe forem correlatas.	DAC – 7
01	Chefe de Divisão de contabilidade (FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as atividades contábeis do Fundo Municipal de Educação relacionadas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7
01	Coordenador de Transporte Escolar (CC/FG)	Fiscalizar o desempenho dos motoristas de transporte escolar em suas funções; gerenciar as rotas escolares, e cadastro dos alunos beneficiados; controlar a frequência dos alunos transportados; fiscalizar a necessidade do uso do transporte; Fiscalizar as condições das vias de acesso às residências dos alunos; coordenar a manutenção da frota, controlar o tráfego dos veículos através de relatórios diários preenchidos pelos motoristas; elaborar relatórios mensais de quilometragem percorrida, consumo de combustível e média de consumo dos veículos, entre outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 8
SECRETARIA DA SAÚDE			
01	Secretário da Saúde	Garantir vigilância sanitária e epidemiológica; desenvolver projetos de medicina preventiva, de saneamento básico e meio ambiente; controlar os serviços odontológicos, médicos e de enfermagem de pronto atendimento; administrar os Postos de saúde, ambulatórios, e pronto socorro; distribuir medicamentos e promover campanhas de saúde pública, administrar a aplicação de recursos financeiros destinados a saúde; em geral, executar política de saúde do Município entre outras atividades correlatas.	Subsídio
01	Diretor do Departamento Administrativo e Planejamento (CC/FG)	Orientar e acompanhar o andamento das atividades técnicas administrativas das unidades de saúde subordinadas, propor a capacitação que vise atender necessidades de aperfeiçoamento e atualização do departamento administrativo e de planejamento da Secretaria de Saúde; promover planejamento econômico da Secretaria de Saúde, compreendendo formulação, elaboração, e coordenação de políticas e projetos; fiscalizar e controlar a execução dos projetos entre outras atividades correlatas.	DAC - 4

01	Diretor do Departamento de Contabilidade e finanças (CC/FG)	Emitir Notas de Empenho para execução orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, conferir e tributar Notas Fiscais enviadas por fornecedores, acompanhar a execução financeira dos contratos, acompanhar as restrições contábeis apresentadas nos balanços, efetuando as regularizações devidas, fornecer informações à Receita Federal do Brasil através do preenchimento e emissão de DIRF e de DCTF, executar outras atividades inerentes ao Fundo Municipal de Saúde ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 4
01	Diretor do Departamento de Saúde (CC/FG)	Coordenar a execução das políticas na área de saúde, através de prevenção e de promoção à saúde; coordenar ações de vigilância em saúde, mediante estudos e análises epidemiológicas sobre a saúde; normatizar ações e procedimentos na área de saúde e orientar os órgãos setoriais da Administração Direta sobre a aplicação da legislação pertinente; orientar a implementação de melhorias no ambiente e nas condições laborais; orientar os servidores e os usuários do Departamento nos assuntos afetos à sua área de atuação; acompanhar e oferecer subsídios relacionados com as atribuições do Departamento para atualização da legislação pertinente; acompanhar e subsidiar os processos de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação dos projetos e programas desenvolvidos no âmbito da saúde, entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 4
01	Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde (CC/FG)	Dirigir e orientar as atividades de sua área e de sua equipe; elaborar critérios para implementação de políticas governamentais de vigilância; executar os contratos e convênios; Orientar, controlar e fiscalizar: bens de consumo, a prestação de serviços e meio ambiente, que se relacionam, direta ou indiretamente, com a saúde, exigir o cumprimento das normas legais e regulamentares das esferas federal, estadual e municipal, aplicar sanção e executar outras atividades que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 4
01	Diretor Técnico (CC/FG)	Dirigir e orientar as atividades de sua área e de sua equipe, coordenar todas as atividades afetas a pasta entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 4

01	Chefe de divisão de Vigilância Sanitária (FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as atividades relacionadas à Vigilância Sanitária; realizar inspeção sanitária em estabelecimentos de interesse à saúde; atender reclamações sobre resíduos sólidos (lixo), água servida, esgoto, salubridade de edificações e de funcionamento irregular de estabelecimento de interesse à saúde, criação de animais, escorpiões; coletar alimentos, bebidas, medicamentos e outros de interesse sanitário, visando encaminhamento para análise fiscal; inspecionar o abate de bovinos e suínos em matadouro municipal; inspecionar produção e comércio de produtos caseiros (doces, salgados, queijos para concessão de registro municipal para produtores de alimentos S.I.M. - Serviço de Inspeção Municipal); apreender, interditar ou inutilizar produtos em estabelecimentos de interesse à saúde; notificar e investigar surtos de DTA,s (Doenças Transmitidas por Alimentos); avaliar o PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde); inspecionar os locais finais de destinação adequada de resíduos sólidos e líquidos; desenvolver atividades educativas com a comunidade, entre outras atividades afetas a pasta entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 4
01	Chefe de Divisão de epidemiológica (FG)	Coordenar, supervisionar e notificar doenças compulsórias, surtos e agravos inusitados e outras emergências de saúde pública; Investigar os casos notificados, surtos e óbitos; Coordenar, monitorar e avaliar a estratégia de vigilância em saúde sentinela; coordenar no âmbito municipal, os sistemas de informação de interesse da vigilância em saúde; desenvolver e executar ações de educação, treinamento, capacitação, comunicação e mobilização social referente a vigilância em saúde, em caráter complementar; gerenciar estoque municipal de insumos de interesse da vigilância epidemiológica, incluindo armazenamento e transporte desses insumos para seus locais de uso, entre outras atividades afetas a pasta entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 4
01	Chefe de Divisão de Saúde Bucal (FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as atividades de saúde bucal, participar do processo de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas; identificar as necessidades e as expectativas da população em relação à saúde bucal; estimular e executar medidas de promoção da saúde, atividades educativas e preventivas em saúde bucal; executar ações básicas de vigilância epidemiológica em sua área de abrangência; organizar o processo de trabalho de acordo com as diretrizes do PSF e do plano de saúde municipal; sensibilizar as famílias para a importância da saúde bucal na manutenção da saúde; desenvolver ações intersetoriais para a promoção da saúde bucal entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 4

01	Chefe de divisão de TFD (FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as autorizações de Tratamento Fora do Domicílio; encaminhar a análise da assistência social, entre outras atividades afetas a pasta entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 7
01	Chefe de Setor de Transporte (CC/FG)	Fiscalizar o desempenho dos motoristas em suas funções; gerenciar as rotas e os pacientes a serem transportados; fiscalizar a necessidade do uso do transporte; coordenar a manutenção dos veículos, controlar o tráfego dos veículos através de relatórios diários preenchidos pelos motoristas; elaborar relatórios mensais de quilometragem percorrida, consumo de combustível e média de consumo dos veículos, entre outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 7
01	Coordenador de PSF (CC/FG)	Coordenar o Programa Saúde da Família; coordenar e supervisionar os trabalhos e atuação dos profissionais do Programa; elaborar monitorar e avaliar o plano de implantação/expansão/implementação da Estratégia de Saúde da Família no Município; garantir junto à gestão municipal os recursos materiais para o desenvolvimento das ações; articular outros setores da Secretaria Municipal de Saúde visando à integração e contribuição desses com a implantação da Estratégia Saúde da Família, entre outras atividades afetas a pasta entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 7
01	Chefe de divisão de Controle e Avaliação (FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as atividades de Controle e Avaliação, entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 7

SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE, E DESENVOLVIMENTO RURAL.

01	Secretário da Agricultura, Meio Ambiente, Abastecimento e Meio Ambiente	Articular estudos e pesquisas destinados à execução do Plano Diretor visando o desenvolvimento rural municipal; executar a política municipal da agricultura e abastecimento; promover os serviços de mecanização agrícola, serviços relativos à inspeção de produtos de origem animal e as atividades voltadas para o incentivo e fortalecimento das iniciativas de agronegócio no Município; participar de atividades de pesquisa em hortifruticultura e floricultura; cooperar com outras entidades na produção de mudas de espécies florestais, frutíferas e floríferas; estimular organização dos produtores rurais em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas; prestar assistência técnica aos produtores rurais; planejar, definir, implementar, coordenar e controlar a política municipal de proteção ao meio ambiente; estabelecer procedimentos para a realização e aprovação de relatórios de impacto ambiental; conceder licenciamento para a localização, instalação e operação, bem como fiscalizar, monitorar e ampliar atividades potencialmente degradadoras e poluidoras; elaborar e atualizar cadastro municipal das fontes de poluição; conceder registros e expedir licenças para a exploração de recursos naturais, em articulação com outros órgãos; estabelecer normas visando a criação, conservação e regeneração de áreas consideradas como de preservação ambiental; coordenar e manejar viveiros; assistir à área de educação ambiental; impor notificações, multas e restrições por danos causados ao meio ambiente nos termos da legislação em vigor; estudar, projetar, administrar, produzir, distribuir, controlar e prestar manutenção aos serviços de abastecimento de água do Município e da rede de esgoto; exercer demais atividades pertinentes à sua área de atuação.	Subsídio
01	Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (CC/FG)	Participar na elaboração de projetos e programas ambientais e na sua execução; promover a execução e a conscientização para a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente, promover o desenvolvimento agro econômico sustentável; executar programas e ações para o saneamento rural e urbano; promover ações conjuntas com a Secretaria Municipal Agricultura, abastecimento e Meio Ambiente; incentivar o desenvolvimento de alternativas econômicas através da recuperação e da preservação do meio ambiente, especialmente na área do reflorestamento; atuar de forma conjunta com organismos ambientais de outras esferas de governo ou com organizações não governamentais, exercer demais atividades pertinentes à sua área de atuação.	DAC – 4
01	Chefe do setor de infraestrutura e organização comunitária (CC/FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as atividades de Infraestrutura, entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7

01	Chefe do Setor Administrativo (CC/FG)	Orientar e acompanhar o andamento das atividades técnicas administrativas das unidades subordinadas, propor a capacitação que vise atender necessidades de aperfeiçoamento e atualização do departamento administrativo, exercer demais atividades pertinentes à sua área de atuação.	DAC – 7
01	Chefe do Setor de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento (CC/FG)	Coordenar, integrar e supervisionar as atividades de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7
01	Chefe de Turma de Manutenção de Vias Rurais (CC/FG)	Inspecionar as obras rurais em andamento, de execução direta ou contratada por terceiros; dar manutenção as estradas rurais; criar vias de acesso; manter controle dos serviços solicitados e realizados; emitir relatórios; executar outras atividades que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC - 9
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS			
01	Secretário de Transportes e Obras	Elaborar projetos, estudos, especificações e orçamentos na área de engenharia e arquitetura, bem como construção de obras e vias públicas; proceder a manutenção de prédios e edificações públicas; conservar vias públicas municipais; Gestão e planejamento da secretaria.	Subsídio
01	Diretor de Departamento de Obras (CC/FG)	Dirigir a elaboração e acompanhar a execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual da Secretaria; prestar assessoramento às Diretorias e Coordenadorias na elaboração de projetos e programas, promovendo o acompanhamento da execução, controle de qualidade e de resultados; acompanhar a execução de contratos, convênios e outros acordos firmados e desempenhar executar outras atividades afins que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 4
01	Chefe de Turma de Drenagem e Obras (CC/FG)	Elaborar projetos de engenharia, de pesquisas e especificações técnicas, no âmbito de micro e macrodrenagem; acompanhar, orientar e fiscalizar a execução das obras; efetuar o controle de qualidade dos serviços de engenharia sob a responsabilidade da Secretaria; analisar e acompanhar obras, serviços de engenharia e os respectivos materiais utilizados, efetuando confrontação com as especificações previstas nas licitações; emitir pareceres nos projetos de drenagem pluvial de novos loteamentos e desempenhar outras atividades atinentes a sua área, bem como as que lhe forem delegadas.	DAC – 9
01	Chefe de Turma de Transportes, máquinas e Serviços. (CC/FG)	Coordenar, integrar e supervisionar o transporte às máquinas e os serviços de sua competência, entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 9

01	Chefe de Turma de oficina e Manutenção de Máquinas e veículos (CC/FG)	Programar, organizar, dirigir, orientar, controlar e coordenar as atividades de licenciamento, manutenção nos veículos, máquinas e caminhões da Secretaria de Transportes e Obras; promover reuniões com os servidores para coordenação das atividades operacionais; executar outras atribuições correlatas conforme determinação superior.	DAC – 9
01	Chefe de Turma de Manutenção e Obras públicas (CC/FG)	Exercer a direção dos serviços de manutenção e conservação do sistema de esgotos pluviais e dos sistemas de britagem de acordo com diretrizes programáticas e estratégicas definidas pelo Governo Municipal e outras atividades correlatas.	DAC – 9
01	Chefe de Turma de Pavimentação e manutenção de Vias Urbanas (CC/FG)	Coordenar as atividades de elaboração de projetos de engenharia e fiscalização de obras de pavimentação e paralelepípedos, bem como acompanhar, orientar e fiscalizar sua execução; chefiar a equipe de pavimentação, desenvolver e executar sistema de controle de qualidade dos serviços sob sua responsabilidade; efetuar a manutenção das vias urbanas e outras atividades correlatas.	DAC – 9
01	Chefe de Turma de limpeza pública (CC/FG)	Coordenar, fiscalizar a execução dos serviços de limpeza no Município, e chefiar a equipe de limpeza pública e exercer outras atividades pertinentes ou que lhe forem delegadas.	DAC – 9
01	Chefe de turma de Trânsito (CC/FG)	Coordenar a Implantação e manutenção no sistema viário: semafórico, sinalização horizontal e vertical; coordenar e fiscalizar o transporte público, escolar e táxi, exercer demais atividades pertinentes à sua área de atuação. Chefiar a equipe de trânsito.	DAC – 9
01	Chefe de Setor de Viação (CC/FG)	Coordenar, planejar, supervisionar as atividades técnicas relativas a estudos, projetos e custos das obras do sistema viário; efetuar a supervisão e inspeção técnica de custos e qualidade dos serviços de manutenção e desempenhar outras atividades atinentes à área.	DAC – 7
01	Chefe de Setor Administrativo (CC/FG)	Chefiar a equipe técnica, manter sistema de informações sobre andamento dos trabalhos da Secretaria, estabelecendo padrões e métodos de mensuração do desempenho dos programas, projetos e atividades desenvolvidos pela mesma, implantar diretrizes de modernização e racionalização administrativa, a fim que se obtenha maior êxito na execução de seus programas; emitir informações, pareceres e relatórios sobre assuntos referentes à sua área de atuação executar outras atividades afins que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7
01	Chefe de Setor de Infra Estrutura Urbana (CC/FG)	Controlar e fiscalizar a programação de orçamento e de custos das obras e serviços de engenharia; quantificar os serviços relativos a obras e sua conferência; efetuar apoio técnico e operacional às demais unidades da Secretaria, na esfera de competência; executar outras atividades afins que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7

01	Chefe de Setor de Obras Públicas (CC/FG)	Coordenar o estudo de viabilidade e a execução de obras a serem implantadas no município e executar outras atividades correlatas.	DAC – 7
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
01	Secretário da Indústria e Comércio	Desenvolver e executar a política setorial no âmbito municipal, coordenar, programar e projetar o desenvolvimento do turismo e o incremento de atividades industriais, comerciais e de serviço no Município; assessorar as iniciativas privadas para o desenvolvimento econômico e social localizado, para maior geração de riquezas e bens para a população em geral; realizar levantamentos estatísticos e cadastrais quanto às atividades pertinentes, assim como respectivo licenciamento e fiscalização, objetivando, por um lado, o fomento nas áreas, e, por outro, sua adequação e observância de regulamentos administrativos.	Subsídio
01	Assessor Executivo (CC/FG)	Promover o relacionamento do Poder Executivo com outros poderes; orientar e coordenar o levantamento de informações e desenvolver atividades de integração política e administrativa em sua área de atuação entre outras tarefas correlatas.	DAC – 7
01	Diretor de Departamento de Indústria, comércio e serviços (CC/FG)	Compete às atribuições de assessoramento ao titular da pasta, no desenvolvimento econômico e na implantação de empreendimentos econômicos no Município, objetivando a geração de emprego e renda e na promoção de eventos para a divulgação do Município e das suas potencialidades econômicas e das oportunidades de investimentos, entre outras atividades que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 4
01	Chefe de Setor de Turismo (CC/FG)	Colaborar com a secretaria na elaboração do plano municipal de turismo; incentivar a instalação de empreendimentos turísticos, com a exploração de todas as possibilidades econômicas naturais e do turismo rural; atuar de forma integrada com os Municípios da região e com os organismos de turismo do Governo Federal e Estadual e na captação de recursos através de programas específicos de geração de emprego e renda nos serviços de turismo; promover a divulgação turística do Município junto a eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais, entre outras tarefas correlatas. Chefiar a equipe técnica.	DAC – 7
01	Chefe de Setor de Pequenos negócios e Incubadora (CC/FG)	Coordenar, integrar e desenvolver projeto de novos negócios de base tecnológica e promover a difusão da cultura empreendedora e das tecnologias inovadoras, contribuindo para o desenvolvimento local de sua competência; gerir as atividades de Incubadora entre outras atribuições que lhe sejam afetas, ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	DAC – 7

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

01	Secretaria de Esportes e Lazer	Definir e implementar a política municipal de esportes e lazer, em consonância com as diretrizes estabelecidas no plano de governo, na legislação municipal, estadual e federal; definir e coordenar projetos, eventos, atividades e expressões de cunho esportivo e de lazer; coordenar outras atividades destinadas a consecução de seus objetivos.	Subsídio
01	Diretor técnico Esportivo (CC/FG)	Orientar e acompanhar o andamento das atividades técnicas esportivas da Secretaria de Esportes e Lazer, propor a capacitação que vise atender necessidades de aperfeiçoamento do esporte no âmbito municipal, criando e incentivando novas modalidades e ainda realizar parcerias com escolas na área do esporte.	DAC – 4
01	Diretor técnico Administrativo (CC/FG)	Orientar e acompanhar o andamento das atividades técnicas administrativas das unidades subordinadas, propor a capacitação que vise atender necessidades de aperfeiçoamento e atualização do departamento administrativo, Chefiar a equipe técnica administrativa, com a elaboração de orçamentos e relatórios, e exercer demais atividades pertinentes à sua área de atuação.	DAC – 4
01	Chefe de Divisão de Eventos e Lazer (CC/FG)	Acompanhar e orientar a política municipal de lazer; acompanhar a execução dos projetos aprovados; assistir e apoiar todas as manifestações de eventos e lazer; propor e incentivar projetos de lazer, executar outras tarefas correlatas.	DAC – 7
03	Assessor Desportivo (CC/FG)	Promover o calendário esportivo do município; controlar e zelar pelos ginásios e quadras poliesportivas do município; organizar e chefiar a equipe de professores da área do esporte, supervisionar as atividades de educação física nas atividades esportivas; executar outras tarefas correlatas.	DAC – 8

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

01	Secretário Municipal de Ação Social	Planejar, executar, coordenação e controlar as atividades do Município relacionadas com o apoio ao trabalho, à habitação popular e à ação social com a finalidade de formular e executar políticas de assistência social pública, considerando a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência ao jovem e ao idoso; amparar às crianças e aos adolescentes carentes; promover a integração ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária, entre outras tarefas correlatas.	Subsídio
01	Diretor de Departamento de Ação Social (CC/FG)	Programar, chefiar, dirigir e supervisionar a execução dos programas sociais, fixando os objetivos de ação dentro das disponibilidades de recursos, das características do meio social e das orientações da Secretaria; programar e supervisionar a elaboração e, a execução e a avaliação de projetos de assistência Social; executar outras funções afins.	DAC – 4

01	Diretor de Departamento de Habitação Social (CC/FG)	Consolidar, através de relatórios, quadros demonstrativos e outros documentos e informações sobre os resultados das ações do Departamento; promover estudos para melhorar as condições habitacionais da população de baixa renda; Promover estudos voltados para os aspectos jurídicos dos programas habitacionais, visando o estabelecimento de programas municipais direcionados à população de baixa renda; Formular e discutir esquemas de organização capazes de viabilizar social e financeiramente os programas de habitação popular do município; Promover por meio de publicação de manuais, cartilhas e outros veículos, a divulgação de conhecimentos sobre a construção popular; Acompanhar a execução das obras e os serviços relativos à construção de casas populares; planejar e executar a construção de conjuntos habitacionais; planejar e viabilizar loteamentos urbanizados; manutenção de banco de dados urbanísticos e habitacionais atualizados, executar outras tarefas correlatas.	DAC - 4
01	Coordenador de Ação Social (CC/FG)	Coordenação, assessoramento e acompanhamento e a implementação de planos e programas; à execução de atividades de promoção humana; incentivo à ação e participação comunitária, à assistência social e à educação de base, executar outras tarefas correlatas	DAC – 8
01	Coordenador de Habitação Social (CC/FG)	Coordenar, chefia e supervisão das atividades de preparação e execução dos programas municipais de habitação voltados para o atendimento à população de baixa renda; realizar estudos, diagnósticos e levantamento e sócio econômico das famílias cadastradas; Reunir documentação pessoal e de titularidade dos terrenos dos beneficiários, para fins habitacionais junto órgãos financeiros e executar outras tarefas correlatas.	DAC – 8

OBS: Chefe de Divisão é só Função Gratificada, podendo o cargo ser exercido exclusivamente por Servidor Efetivo e/ou Estável.

ANEXO II

GRUPO: DIREÇÃO, ASSESSORAMENTO OU CHEFIA - DAC

VAGAS	CARGO	NÍVEL	SUBSÍDIO OU REMUNERAÇÃO
09	Secretários	DAC – 01	Subsídio – R\$ 7.000,00
01	Procurador Geral do Município	DAC – 1	R\$ 5.380,34
01	Chefe de Gabinete	DAC – 2	R\$ 5.719,84
01	Assessor de Gabinete	DAC – 3	R\$ 5.147,05
01	Assessor de comunicação e imprensa	DAC – 8	R\$ 1.988,69
01	Assessor jurídico	DAC – 3	R\$ 4.679,27
01	Chefe do Controle Interno	DAC – 4	R\$ 3.743,72
01	Diretor Técnico	DAC – 4	R\$ 3.743,72
15	Diretor de Departamento	DAC – 4	R\$ 3.743,72
01	Coordenador do PROCON	DAC – 6	R\$ 2.456,70
13	Chefe de Setor	DAC – 7	R\$ 2.339,66
14	Coordenador de Educação Infantil	DAC – 8	R\$ 1.988,69
22	Coordenador	DAC – 8	R\$ 1.988,69
03	Assessor desportivo	DAC – 8	R\$ 1.988,69
01	Diretor Técnico Esportivo	DAC – 4	R\$ 3.743,40
01	Diretor Técnico Administrativo	DAC - 4	R\$ 3.743,40
08	Chefe de Turma	DAC – 9	R\$ 1.637,69



ANEXO III FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

VAGAS	CARGO	NÍVEL	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
01	Chefe de Gabinete	FG – 02	R\$ 1.871,71
01	Assessor de Gabinete	FG – 02	R\$ 1.871,71
01	Assessor Jurídico	FG – 03	R\$ 1.871,71
01	Chefe do Controle Interno	FG – 04	R\$ 1.871,71
15	Diretor de Departamento	FG – 05	R\$ 1.403,81
01	Diretor Técnico	FG – 05	R\$ 1.403,81
01	Diretor Técnico Esportivo	FG – 04	R\$ 1.403,81
01	Diretor Técnico Administrativo	FG – 04	R\$ 1.403,81
01	Coordenador PROCON	FG – 07	R\$ 819,16
13	Chefe de Setor	FG – 07	R\$ 1.052,85
13	Chefe de Divisão	FG – 07	R\$ 819,16
14	Coordenador de Educação Infantil	FG – 07	R\$ 819,16
22	Coordenador	FG – 07	R\$ 819,16
03	Assessor Desportivo	FG – 08	R\$ 318,96
01	Assessor de Comunicação e Imprensa	FG – 08	R\$ 318,96
08	Chefe de Turma	FG – 07	R\$ 467,88

Lei N º 5.147/2013

LEI N º 5.147/2013

DEFINE E REGULA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Curitiba, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 5º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo socioeconômico ou parecer social, elaborado por:

- I - técnicos que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais - CRAS, CREAS e de alta complexidade;
- II - responsável pela concessão dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, cuja ocorrência provoca riscos ou fragiliza a unidade da família.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso

aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido conforme § 5º do Art. 2º.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, a equipe de referência ou o responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao estudo socioeconômico ou parecer social.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

§ 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

- I - auxílio natalidade;
- II - auxílio funeral;
- III - situações de vulnerabilidade temporária;
- IV - calamidade pública;
- V - aluguel social.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

- I - necessidades do recém-nascido;
- II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;
- III - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

- I - se o benefício for solicitado antes do nascimento, o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;
- II - se for após o nascimento, o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;
- III - no caso de natimorto, deverá apresentar certidão de óbito;
- IV - comprovante de residência;
- V - comprovante de renda de todos os membros familiares;
- VI - carteira de identidade e CPF do beneficiado;

§ 2º O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

§ 3º O auxílio natalidade poderá ser disponibilizado em bens materiais ou em pecúnia cujos valores conferidos ao auxílio natalidade poderá ser no valor equivalente a 1/2 (meio) salário mínimo vigente; até o máximo de 01 (um) salário mínimo vigente.

§ 4º É vedada a concessão de auxílio natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, g, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 7º O auxílio funeral atenderá:

- I - despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
- II - necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

- I - certidão de óbito;
- II - comprovante de residência;
- III - comprovante de renda de todos os membros familiares;
- IV - carteira de identidade e CPF do beneficiado.
- V - comprovante de vínculo familiar entre o falecido e o requerente beneficiário

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 5 dias úteis após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

Art. 8º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II - perdas: privação de bens e de segurança material;
- III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

- I- da falta de alimentação;
- II - da falta de documentação;
- III - da falta de domicílio, quando:
 - a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos (na modalidade de abrigamento temporário);
 - b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida (na modalidade de abrigamento temporário);
 - c) de desastres e de calamidade pública (na modalidade de abrigamento temporário);

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

- I - comprovante de residência;
- II - comprovante de renda de todos os membros familiares;
- III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do estudo socioeconômico ou parecer social realizado, podendo ser:

- I - em espécie:
 - a) 1/2 (meio) salário mínimo vigente;
 - b) 1 (um) salário mínimo vigente.
- II - bens materiais:
 - a) alimentação;
 - b) colchões, vestuário de cama, cama e banho;
 - c) fotos para documentos pessoais;
 - d) utensílios para a cozinha;
 - e) qualquer outros bens identificados pelas equipes de referência.

§ 4º O aluguel social é um auxílio em situações de vulnerabilidade temporária, prazo máximo de três meses, será concedido a partir do estudo socioeconômico ou parecer social realizado, podendo ser em espécie ou no valor equivalente a 1/2 (meio) salário mínimo vigente; até o máximo de 01 (um) salário mínimo vigente.

Art. 9º A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 1º Poderá ser concedido para atendimento das famílias em situação decorrente de calamidade pública:

- a) alimentação;
 - b) colchões, vestuário de cama, cama e banho;
 - c) fotos para documentos pessoais;
 - d) utensílios para a cozinha;
 - e) qualquer outros bens identificados pelas equipes de referência.
- § 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

- I - comprovante de residência;
- II - comprovante de renda de todos os membros familiares;
- III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 10. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

- I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento,

a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 11. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Art. 12. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 13. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/SC, 12 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.145/2013

LEI Nº 5.145/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RENOVAR SUA PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EFETIVO DO "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO" - COINCO -, ALTERAR O ITEM 3.3 □A' DO ANEXO 1 DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba/Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Público Municipal autorizado a renovar sua participação como membro efetivo do "Consórcio Intermunicipal do Contestado", associação de caráter público, que tem por objetivo pugnar pela solução dos problemas relacionados com os resíduos sólidos e outros que degradam o meio ambiente, além das formas de educação socioambiental para uma eficaz e verdadeira preservação do meio ambiente, visando um desenvolvimento sustentável, em atendimento às prerrogativas legais emanadas pelo art. 225 da Constituição Federal do Brasil, bem como alterar o item 3.3 "a" do Anexo I do Protocolo de Intenções, que dispõe sobre o plano de cargos e salários, passando a vigorar a carga horária para cargo de Contador de 10 horas semanais para 20 horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias previstas e consignadas no orçamento em vigor em cada Município, ficando mantidas as demais disposições inseridas no Estatuto do "Consórcio

Intermunicipal do Contestado" - COINCO - ANEXO 01.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos três dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal.

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.146/2013

LEI Nº 5.146/2013

CONCEDE ISENÇÃO DE TRIBUTOS AOS CONTRIBUINTES BENEFICIADOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Ficam os contribuintes beneficiados pelo Programa Minha Casa minha Vida - PMCMV isentos do pagamento das taxas e do Imposto sobre serviço incidentes sobre a obra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos três dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.148/2013

LEI Nº 5.148/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública, através do programa de regularização imobiliária denominado Lar Legal, Lei Municipal n. 5.053/2013, aos possuidores dos lotes situados na área descrita, conforme mapa das quadras, de forma individual e discriminada pelo rol anexo que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba/SC, 12 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

ANEXO

LISTA DE NOMES –

PEDIDO DE OUTORGA BAIRRO SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

QUADRA 05

Nome	Lote	Área
Orestes de Deus Bueno	01	346,27m ²
Lucas Rafael Alves	02	346,27m ²
Ivone Batista de Oliveira	08	314,40m ²
Isela Schmidt	10	389,30m ²
Antônio Alves dos Santos	12	536,25m ²
Edson Luiz Pereira dos Santos	14	471,82m ²
Aloir Almeida Cardoso	17	434,97m ²
José Carlos dos Santos	20	632,64m ²
Sidney Dinies de Britto Neto	21	341,12m ²
Adonis Eliseu Ortiz	22	343,90m ²

QUADRA 13

Nome	Lote	Área
Maria Guedes Kuodrek	01	312,00m ²
Luciana Aparecida Kuodrek Longhi	02	288,00m ²
Volni dos Santos	03	324,00m ²
Diair de Oliveira Bastos	04	330,00m ²
Sebastião Wilmar Fortes	06	330,00m ²
Derli Muniz	07	312,00m ²
João Sérgio de Moraes	08	288,00m ²
Valdemir Dolberth Santos	10	330,00m ²
Otília Aparecida Dolberth Santos	11	330,00m ²
Valdemir da Silva Guetten	12	330,00m ²
Luiz André da Cruz	13	330,00m ²
Arlete Melo	15	315,00m ²
Joceli de Melo Stoll	16	315,00m ²
Pedro Ramos de Souza	17	315,00m ²

QUADRA 14

Nome	Lote	Área
Marcos Onofre dos Santos	02	319,00m ²
Luiz Carlos Palhano	07	319,00m ²
Francielle Bastos do Prado	08	319,00m ²
Nilton José Bastos Veloso	10	319,00m ²
Angelita Alves da Cruz	11	377,00m ²

QUADRA 15

Nome	Lote	Área
Euclides Pereira de Souza	01	312,50m ²
Amarildo de Oliveira	01 b	300,50m ²
Joseane de Andrade	02	312,00m ²
Valdir Ferreira Ortiz	02 b	300,00m ²
Anderson Bianeck	03	300,00m ²
Débora de Quadros Kovalski de Souza	03 b	360,00m ²
Márcio dos Santos	04	300,00m ²
Eliane Calisto Lima de Almeida	05	325,00m ²
Frederick Mark Dizenzo	05 b	300,00m ²
Célio Gasparini	06 b	210,00m ²
Shendel Mara da Nunz	07 b	168,00m ²
Irene Gomes Fernandes	08 b	224,00m ²

QUADRA 36

Nome	Lote	Área
João Francisco de Matos	01	292,50m²
João Lesenor Pereira Amaral	03	281,36m²
Gorete de Fátima Soares	04	277,08m²
Márcio Ferreira do Livramento	05	302,12m²
Otávio Mazzuco	11	601,69m²

QUADRA 37

Nome	Lote	Área
Cirlei Terezinha Granemann	01	256,41m²
Adilson Ventura	04	337,04m²
José Valério	06	306,45m²
Deroni José Melo	07	350,26m²
Celso da Cruz	08	350,26m²
Claudemir Mariano de Oliveira	10	329,57m²
Cláudia Leffer S. Xavier	11	337,76m²
Vera Lucia Maciel dos Santos	12	332,25m²
Sebastião Azílio da Cruz	14	333,16m²
Terezinha Gomes de Oliveira	15	270,61m²
Maicon Goatten Bequer	16	265,20m²
Sara Ramos dos Santos	17	298,28m²
Jocemar Mayeski	18	283,55m²
Valdemir Moreira da Cruz	19	283,55m²
Viviane Alves de Souza	20	336,00m²
Elza Mota Sartor	21	318,00m²
Cesar Augusto dos Santos	22	327,00m²
Francisco Sá Ferreira Filho	23	342,00m²
Margaret Aparecida Felipe Veloso	24	258,00m²
Claudir Varella	25	304,50m²
Anilson Nunes de Souza	26	315,00m²
Nair Aparecida Menegotto	27	325,50m²
Tânia Aparecida dos Santos Marques	28	327,00m²
Iraci Rodrigues Goetten	29	340,50m²
Dorcelino Frigotto	30	340,50m²
Cleber Conzatti	31	270,84m²
Alvarino Melle de Godoy	32	302,61m²
João Batista de Souza Britto Neto	33	336,00m²

QUADRA 39

Nome	Lote	Área
Pedro Aguiar Carneiro	05	395,93m²

QUADRA 46

Nome	Lote	Área
Manoel Ribeiro da Silva	02	360,00m²
Alceu Fontes		1.200,00m²
Maria Lúcia Moreira Paes	04	384,00m²
Pedro Miguel Rossa	05	1.005,00m²

QUADRA 51

Nome	Lote	Área
Gilberto Revelino Trindade Góis	01	403,75m²
Ivonei Pereira dos Santos	02	385,00m²
Marlene Bernardina Correia	04	395,28m²
Mitra Diocesana de Lages	06	443,25m²
Maria Lindaura Chaves de Lima	07	461,01m²
Edineia Vieira Ruths	08	214,20m²
Renato Tadeu Pereira	09	214,20m²
Mitra Diocesana de Lages	10	378,94m²
Mitra Diocesana de Lages	11	378,94m²

Moacir Constantino	12	320,65m²
Pedro Osvaldo Musskopf	13	170,17m²

QUADRA 66

Nome	Lote	Área
Agustinho Dias da Silva Neto	01	286,00m²
Maria Elizete Ramos Constantino	02	242,00m²
Júlio Pereira de Souza	03	330,00m²
Lorena Júlio Ribeiro da Silva	04	330,00m²
Eduardo Alves da Silva	05	330,00m²
Juliana Melo da Silva	06	330,00m²
Teresinha Aparecida Wosniak	08	300,00m²
José Sidnei dos Santos	09	330,00m²
Ivanir Alves Cardoso	11	300,00m²
Darci de Jesus Ferreira	12	264,00m²
Erico Telles de Souza	13	264,00m²
José Afonso Pauli Junior	14	264,00m²
Fátima das Graças Antunes de Souza	15	330,00m²
Lúcia Alves dos Santos	16	330,00m²
Adilson Marques	18	303,00m²
Evandro Proença do Amaral	19	330,00m²
Darcy Alves da Silva	20	330,00m²
Valdecir de Oliveira	21	330,00m²
José Moraes da Cunha	23	348,00m²
Marizabel Pelentir	24	230,00m²

QUADRA 96

Nome	Lote	Área
Laerte Moreira	02	229,33m²
Ricardo Luiz Costa Santos	04	223,78m²
Marilene Pereira da Rosa	05	281,29m²
Marisa Moraes dos Santos	06	340,36m²
Oliveira Pereira de Souza	07	1.126,71m²
Oliveira Pereira de Souza	08	1.211,10m²
Oliveira Pereira de Souza	09	445,05m²
Oliveira Pereira de Souza	10	360,00m²
Zenaide Alves Pires	11	360,00m²
Alírio Leffer da Silva	17	590,50m²
Vardeli Spricigo	18	594,33m²

QUADRA 103

Nome	Lote	Área
Hélio Diel	01	360,00m²
Ilton França	03	360,00m²
Ivanilda Ribeiro Couto	06	408,00m²
Marlene Machado	07	612,00m²
Ivete Melo Gobo	08	387,00m²
Iraci Terezinha Melo	09	387,00m²
Ilza Padilha Bueno	11	387,00m²
Miguel Carvalho	12	193,50m²
Ivonei Pereira dos Santos	13	193,50m²

QUADRA 108

Nome	Lote	Área
Kelly Beatriz Ribeiro	01	288,00m²
Elenita Notori Stoll	06	330,00m²
Altair Ribeiro de Jesus	07	330,00m²
João Francisco de Assis Lourenço	08	330,00m²
Joarez da Costa Freitas	09	288,00m²
José Marques Neto	10	288,00m²

Edson Ricardo Antunes Tavares	12	306,00m ²
Delvair Goetten de Souza	13	330,00m ²
Sérgio da Silva	14	330,00m ²
Adelio Plucinski	15	330,00m ²
Valdete Correa Alonso	16	330,00m ²
Alvair Maria Boaventura	17	330,00m ²
Eliane de Lima	19	273,00m ²
Eliane de Fátima Goetten Bequer	20	294,00m ²

QUADRA 109

Nome	Lote	Área
José Augusto de Almeida	03	333,50m ²
Flávio Augusto Scolaro	04	319,00m ²
Maria Inez Comelli	05	319,00m ²
Rosângela Raquel de Lima	06	319,00m ²
Eloni Miriam Buss Klein	10	319,00m ²
Jennyffer Padilha dos Santos Ferreira	11	319,00m ²
Reni da Silva Santos	13	319,00m ²
Altamir Ortiz de Castilho	14	333,50m ²
Paulo Sérgio dos Santos	15	319,00m ²
Mario Luiz Patel	16	319,00m ²
Daniel Dias	18	319,00m ²
Edilza Aparecida Gomes Correa	20	319,00m ²
Adelar dos Santos	21	319,00m ²
Bernadete Campos de Paula	22	319,00m ²

QUADRA 110

Nome	Lote	Área
Arizoli de Moura	01	317,73m ²
Maria Lila Ferreira Leite de Moraes	02	317,73m ²
Elohi Alves Ferreira	03	320,65m ²
Claudenir Mariano Pereira dos Santos	04	320,65m ²
Agenor Lopes	05	320,65m ²
Terezinha Mendes	07	320,65m ²
Alessandra Aparecida Chavier	08	317,73m ²
Marilene Terezinha Turcatto	09	317,73m ²
Gilberto Berton Heller	10	320,65m ²
Marlene Mocelin dos Santos	11	320,65m ²
José Hélio Ribeiro	13	320,65m ²
Eliane Raimundo	14	294,41m ²
Célia Cardoso Batista	15	288,58m ²
Orlando Alves da Silva	16	291,50m ²
Vilma Pereira do Livramento	17	318,42m ²
Sidnei Blasius	18	337,63m ²
José Leffer	19	453,92m ²

QUADRA 111

Nome	Lote	Área
Sônia Terezinha Medeiros	02	243,35m ²
Leonir Pires de Farias	03	232,66m ²

QUADRA 112

Nome	Lote	Área
Milton dos Santos	01	278,37m ²
José Luiz Varela	02	284,25m ²
Margarete Dias de Almeida	03	265,77m ²
Maria dos Prazeres Ribeiro Couto	04	263,83m ²
Célio Ribeiro Veloso	06	269,00m ²
Ana Caetano dos Santos	07	279,40m ²
Adonir Thibes de Melo	08	280,17m ²

José Maria de Oliveira	09	314,70m ²
Argeu Varela de Almeida	10	287,25m ²
Altair Ramos do Amaral	11	285,65m ²
Lindomar de Souza Cruz	13	234,28m ²
Silvana Fátima de Souza	14	281,14m ²
Gelson Vieira Ruthes	15	294,22m ²
Terezinha dos Santos Ramos	16	234,36m ²
Maria Izabel Pereira Coelho	17	228,24m ²
Simone Butiski	18	255,78m ²
Maria Francisca de Jesus	19	262,88m ²
Rosimara da Cunha	21	244,78m ²
Fábio Alves de Paula	23	255,91m ²
Samara Alves de Paula	24	228,75m ²
Andersonlim José de Paula	25	230,00m ²
Dirlene Aparecida da Rosa Alves	26	266,36m ²
Evandro Renato Wermeier	27	266,36m ²

QUADRA 122

Nome	Lote	Área
Adenilson Coelho da Rocha	02	245,85m ²
Kelly Beatriz Ribeiro	03	596,49m ²
Luiz Melo de Godoy	06	522,91m ²
José Tadeu Alves dos Santos	07	229,57m ²
Eleoni Aparecida Fernandes	08	186,70m ²
Evonir Kriger dos Santos	10	179,68m ²
Adelina Biavati	11	193,69m ²
Ivan Ortiz de Jesus	12	197,12m ²
Luiz Adão Fernandes Niz	14	451,41m ²
Flávia Correa de Souza	15	491,09m ²
Flávio Ferreira de Souza	16	212,40m ²
Joaquim Ferreira de Souza	17	510,72m ²
Acelino Pires de Anjos	18	511,20m ²
Lucio Rafael Cambrussi	19	369,20m ²
Anderson Dallamann	20	690,64m ²

Curitibanos/SC, 12 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.149/2013

LEI Nº 5.149/2013

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Curitibanos para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 73.428.500,00 (Setenta e três milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos reais).

§ 1º - A Receita do Orçamento será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 67.920.500,00
4.1.1 Receita Tributária	R\$ 10.147.000,00
4.1.2 Receita de Contribuições	R\$ 3.480.000,00
4.1.3 Receita Patrimonial	R\$ 819.500,00
4.1.4 Transferências Correntes	R\$ 57.906.000,00
4.1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 2.616.000,00
9.1.7 Deduções da Receita Corrente	R\$ -7.048.000,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 383.000,00
4.2.1 Operações de Crédito	R\$ 20.000,00
4.2.2 Alienação de Bens	R\$ 12.000,00
4.2.3 Transferências de Capital	R\$ 351.000,00
4.7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 5.125.000,00
4.7.2 Receitas de Contribuições	R\$ 3.625.000,00
4.7.9 Outras Receitas intra orçamentárias	R\$ 1.500.000,00
T O T A L	R\$ 73.428.500,00

§ 2º - A Despesa do Orçamento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional e funcional-programática, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Câmara Municipal	2.390.000,00
Gabinete do Prefeito	1.315.000,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	11.833.700,00
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenv. Rural.	1.802.500,00
Secretaria Municipal de Transporte e Obras	5.479.800,00
Secretaria do Planejamento	553.000,00
Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	1.537.000,00
Secretaria de Esportes e Lazer	1.260.000,00
Fundos	39.534.500,00
Instituto de Previdência – IPESMUC	5.873.000,00
Reserva de Contingência – IPESMUC	1.450.000,00
Reserva de Contingência – Prefeitura	400.000,00
TOTAL	73.428.500,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA
	2014
01 – LEGISLATIVA	2.390.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	9.440.700,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	691.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.684.000,00
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.535.000,00
10 – SAÚDE	14.769.000,00
12 – EDUCAÇÃO	21.440.500,00
13 – CULTURA	730.000,00
15 – URBANISMO	4.919.800,00
16 – HABITAÇÃO	438.000,00
17 – SANEAMENTO	10.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	707.500,00
20 – AGRICULTURA	1.775.000,00
22 – INDÚSTRIA	407.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	430.000,00
25 – ENERGIA	1.760.000,00
26 – TRANSPORTES	570.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	1.260.000,00

28 – ENCARGOS ESPECIAIS	1.621.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00
SOMA	73.428.500,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 2º - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores fixa a despesa em R\$ 2.390.000,00 (Dois milhões trezentos e noventa mil reais), discriminado em quadros próprios em anexo:

- Despesas Correntes R\$ 2.000.000,00
- Despesas de Capital R\$ 390.000,00
- Transferência Financeira (Recebida) R\$ 2.390.000,00

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal, estima a receita em R\$ 43.880.000,00 (Quarenta e três milhões, oitocentos e oitenta mil reais), e fixa a despesa em R\$ 24.181.000,00 (Vinte e quatro milhões, cento e oitenta e um mil reais), discriminado em quadros próprios em anexo:

- Receitas Correntes R\$ 43.730.000,00
- Receitas de Capital R\$ 150.000,00
- Despesas Correntes R\$ 19.771.650,00
- Despesas de Capital R\$ 4.009.350,00
- Reserva de Contingência R\$ 400.000,00
- Transferência Financeiras (Concedidas) R\$ 19.699.000,00

DO ORÇAMENTO DOS FUNDOS E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Art. 4º O Orçamento dos Fundos Municipais e Instituto de Previdência estima a receita em R\$ 29.548.500,00 (Vinte e nove milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais) e fixa a despesa em R\$ 46.857.500,00 (Quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quinhentos reais), discriminados em quadros próprios em anexo:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Receitas Correntes R\$ 466.000,00
- Receitas Correntes R\$ 1.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 1.452.000,00
- Despesas Correntes R\$ 1.800.000,00
- Despesas de Capital R\$ 119.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Receitas Correntes R\$ 22.000,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 143.000,00
- Despesas Correntes R\$ 163.000,00
- Despesas de Capital R\$ 2.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

- Receitas Correntes R\$ 4.946.000,00
 - Receitas de Capital R\$ 6.000,00
 - Transferência Financeira (Receita) R\$ 8.387.000,00
 - Despesas Correntes R\$ 12.603.000,00
 - Despesas de Capital R\$ 736.000,00
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CURITIBANOS**

- Receitas Correntes R\$ 2.198.000,00
- Receitas Correntes Intra-Orçamentária R\$ 5.125.000,00
- Despesas Correntes R\$ 5.855.000,00

Despesas de Capital R\$ 18.000,00
Reserva Legal do R.P.P.S R\$ 1.450.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Receitas Correntes R\$ 16.558.500,00
Receitas de Capital R\$ 171.000,00
Transferência Financeira (Receita) R\$ 6.141.000,00
Despesas Correntes R\$ 21.514.500,00
Despesas de Capital R\$ 1.356.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INTERESSE SOCIAL

Receitas de Capital R\$ 5.000,00
Transferência Financeira (Receita) R\$ 433.000,00
Despesas Correntes R\$ 220.000,00
Despesas de Capital R\$ 218.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Transferência Financeira (Receita) R\$ 73.000,00
Despesas Correntes R\$ 70.000,00
Despesas de Capital R\$ 3.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Receitas de Capital R\$ 50.000,00
Transferência Financeira (Receita) R\$ 680.000,00
Despesas Correntes R\$ 620.000,00
Despesas de Capital R\$ 110.000,00

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, suplementações orçamentárias e superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I – Reserva de Contingência
R\$ 400.000,00

UNIDADE GESTORA: IPESMUC

I – Reserva de Contingência
R\$ 1.450.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, independente do valor constante em cada evento de riscos fiscais previstos no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei nº 5.101/2013.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Passivos Contingentes, riscos e eventos fiscais", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor, sentenças judiciais e possíveis ocorrências de situações de emergência e calamidade.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar transferências financeiras ao Instituto de Previdência dos servidores Públicos do Município de Curitiba – IPESMUC, para pagamento dos servidores inativos e pensionistas que obtiveram benefício antes da instituição do RPPS e que são mantidos pela Prefeitura, com o correspondente ajuste orçamentário.

Art. 7º. Fica ainda o Poder Executivo autorizado a assumir o encargo dos proventos de parte dos inativos e pensionistas do RPPS cujos benefícios foram concedidos já durante a vigência do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – IPESMUC, como forma de reduzir o Déficit Atuarial, através

de transferência financeira com o correspondente ajuste orçamentário. (Segregação de Massa).

Art. 8º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, mediante decreto, remanejar dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, na forma prevista no artigo 28 parágrafo único, da Lei nº 5.101/2013.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir novas fontes de recurso e modalidades de aplicação nas ações já existentes para o exercício 2014, mediante decreto, na forma prevista no artigo 29, parágrafo único, da Lei nº 5.101/2013.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 50% (Cinquenta por cento) do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada fonte de recurso, para atender dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício, conforme art. 32 da Lei nº 5.101/2013.

Parágrafo único – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, através de decreto, utilizando para isso 100% (cem por cento) do superávit financeiro dos recursos do FUNDEB respeitado o critério estabelecido na Lei 11.494/2007 parágrafo 2º.

Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 50% (Cinquenta por cento) do excesso de arrecadação por fonte de recursos, para atender a dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício ou incluir novas modalidades de aplicação nos Projetos, Atividades e Operações especiais já existentes no orçamento, na forma do artigo 31 da Lei nº 5.101/2013.
Art. 12 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados na sua totalidade como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Decreto, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma do artigo 34 da Lei 5.101/2013.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, se utilizadas para abertura de créditos adicionais suplementares não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 15 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 - Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiar despesas de capital.

Art. 17 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 18 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 19 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba/SC, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal.

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.150/2013

LEI Nº 5.150/2013

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, DOS USUÁRIOS E DOS OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Da Definição

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, a fim de garantir o atendimento às necessidades básicas.

Seção II

Dos Usuários

Art. 2º Constitui o público usuário da Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

I - famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade;

II - ciclos de vida;

III - identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;

IV - desvantagem pessoal resultante de deficiências;

V - exclusão pela pobreza;

VI - falta de acesso às demais políticas públicas;

VII - uso de substâncias psicoativas;

VIII - diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos;

IX - inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal;

X - estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 3º A política da assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por

sua família.

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Dos Princípios

Art. 4º A política da assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao direito em acessar benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa e comando único das ações no Município;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações;

III - primazia da responsabilidade do Município na condução da política de assistência social;

IV - centralidade na família para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

CAPÍTULO III

DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, respeitados as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e

capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º A gestão das ações na assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;

V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e

VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

§ 1º As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

§ 2º O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, abrangidas por esta Lei.

§ 3º A instância coordenadora da Política Municipal de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 8º A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos e de rompimento de vínculo.

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art. 9º As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação.

§ 1º A vinculação ao Suas é o reconhecimento pela Secretaria Municipal que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

§ 2º Para o reconhecimento referido no parágrafo anterior, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social; e

II - integrar o sistema de Cadastro Nacional de Entidades.

§ 3º As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, podendo disponibilizar seu financiamento, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

§ 4º As demais questões relacionadas ao processo de inscrição e acompanhamento das entidades e organizações de assistência social serão definidas em resolução do CMAS.

Seção I

Da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação

Art. 10. A Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação compete:

I - coordenar e organizar o Suas em âmbito local;

II - planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

III - organizar a rede socioassistencial por níveis de proteção social básica e especial;

IV - manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais;

V - realizar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda;

VI - promover a articulação intersectorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;

VII - elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços socioassistenciais;

VIII - efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços;

IX - gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos de direitos a ela vinculados;

X - organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social;

XI - gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais;

XII - elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social;

XIII - assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de direitos a ela vinculados;

XIV - desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - Suas, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços;

XV - desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;

XVI - desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação;

XVII - elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a NOB/RH.

Seção II

Dos Serviços Ofertados

Art. 11. A Proteção Social Básica será responsável por executar os seguintes serviços:

I - serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF);

II - serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

III - serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Art. 12. A Proteção Social Especial de média complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I - serviço de proteção e atendimento especializado para famílias e indivíduos (PAEFI);

II - serviço especializado em abordagem social;

- III - serviço de proteção social para adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC);
- IV - serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias;
- V - serviço especializado para pessoas em situação de rua.

Art. 13. A proteção social especial de alta complexidade poderá ser executada pelos seguintes serviços na municipalidade ou por entidade de assistência social devidamente regulamentada:

- I - serviço de acolhimento institucional, nas seguintes modalidades:
 - a) abrigo institucional;
 - b) casa lar;
 - c) casa de passagem;
 - d) residência inclusiva.
- II - serviço de acolhimento em república;
- III - serviço de acolhimento em família acolhedora;
- IV - serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Art. 14. Os serviços de proteção social básica serão executados obrigatoriamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 15. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município de Curitiba, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

- I - promover o acompanhamento socioassistencial de famílias em um determinado território;
- II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;
- III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;
- IV - desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;
- V - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 16. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS contará com uma equipe de referência, conforme previsto na NOB/SUAS-RH e na Resolução n. 17/2011, obedecendo ao critério de atendimento de até 2.500 famílias referenciadas (Pequeno Porte I), 3.500 famílias referenciadas (Pequeno Porte II) e 5.000 famílias referenciadas (Médio e Grande Porte), e será composto pelos seguintes profissionais de referência:

- I - 01 (um) coordenador de nível superior, que seja servidor público titular de cargo público, e que possua experiência em trabalhos comunitários e gestão de equipe;
- II - 02 (dois) assistentes sociais;
- III - 01 (um) psicólogo;
- IV - 01 (um) pedagogo ou Orientador Social.

§ 1º A coordenação prevista no inciso I do parágrafo anterior, deverá ser assumida por servidor público com nível superior, que integram as equipes de referência e gestão do Suas, com o devido registro nos conselhos profissionais, de acordo com a Resolução n. 17, de 20 de junho de 2011.

§2º. Os servidores integrantes da equipe, serão escolhidos dentre os servidores municipais efetivos qualificados.

Art. 17. Os serviços de proteção social de média complexidade serão executados e/ou referenciados no Centro de Referência

Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 18. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS se constitui em unidade pública e pólo de referência, responsável pela execução, coordenação e articulação dos serviços da proteção social especial de média complexidade, que se dará por meio das seguintes ações:

- I - articular, coordenar e operar a rede de serviços públicos socioassistenciais, demais políticas públicas e de garantia de direitos, no âmbito do município;
- II - prestar atendimento especializado às crianças, aos adolescentes, aos homens e às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, bem como aos seus familiares;
- III - prestar atendimento especializado às crianças e as famílias, inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que possuam dificuldades no cumprimento das condicionalidades do Programa;
- IV - prestar atendimento às pessoas em situação de mendicância na rua e de rua;
- V - auxiliar e acompanhar as crianças e os adolescentes que estejam sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, bem como de suporte para reinserção social;
- VI - auxiliar e acompanhar os adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto e os adolescentes que se encontram em internamento, bem como suas famílias;
- VII - monitorar e acompanhar os serviços de média complexidade oferecidos no município e ou consorciados às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência, dentre outros.

Art. 19. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS contará com uma equipe, conforme previsto na NOB/SUAS-RH e Resolução n. 17/2011, obedecendo ao critério de atendimento de até 50 pessoas/indivíduos - Gestão Básica, e será composto pelos seguintes profissionais:

- I - 01 (um) coordenador, que seja servidor público titular de cargo público, e que possua experiência em trabalhos comunitários e gestão de equipe;
- II - 01 (um) assistente social;
- III - 01 (um) psicólogo;
- IV - 01 (um) pedagogo ou orientador social;
- V - 01 (um) advogado;
- VI - 02 (dois) técnicos de nível superior ou médio - abordagem dos usuários.

§ 1º A coordenação prevista no inciso I do parágrafo anterior, deverá ser assumida por servidor público com nível superior, que integram as equipes de referência e gestão do Suas, com o devido registro nos conselhos profissionais, de acordo com a Resolução n. 17, de 20 de junho de 2011.

§2º. Os servidores integrantes da equipe serão escolhidos dentre os servidores municipais efetivos qualificados.

Art. 20. O serviço de proteção social especial de alta complexidade constitui-se no acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, conforme citado no Art. 14º, destinados às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos, a fim de garantir proteção integral, sendo coordenado e articulado pela Coordenação de Proteção Social Especial da Secretaria de Assistência Social.

Art. 21. A equipe de referência da proteção social especial de alta complexidade, vinculada a Secretaria de Assistência Social, para atendimento psicossocial, deverá contar com:

- I - 01 (um) assistente social;
- II - 01 (um) psicólogo;
- III - 03 servidores de nível fundamental que atuarão como cuidadoras;

Parágrafo único. A equipe de referência da coordenação de

proteção social especial de alta complexidade referida no artigo anterior, composta por três membros, deverá ser replicada no caso de necessidade, diante de demanda de serviços de acolhimento no município e de monitoramento e avaliação da rede prestadora de serviços estatal e privada.

Art. 22. As equipes de referências para atendimento direto nos serviços de alta complexidade, em especial para atendimento de crianças e adolescentes, devem seguir as Orientações Técnicas para Crianças e Adolescentes, bem como para atendimento de idosos deve seguir as orientações da Política da Política para Pessoa Idosa, além daquelas orientações estabelecidas na NOB/RH.

Art. 23. Os serviços de alta complexidade serão implantados no município quando se justificar por meio da demanda, sendo possível a instituição destes serviços em forma de convênio com outro município ou regionalizado, desde que garanta a convivência familiar e comunitária.

Seção III Dos Benefícios Eventuais

Art. 24. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelo Município e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

§ 2º Será elaborada Lei Municipal específica apresentando os benefícios eventuais, conforme critérios estabelecidos pelo CMAS.

Seção IV Dos Programas e Projetos

Art. 25. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Parágrafo único. Os programas de que trata este artigo serão definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

Art. 26. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e a sua organização social.

SEÇÃO V Do Financiamento

Art. 27. O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, do Estado e do Município de Curitiba, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal de 1988, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

§ 1º O Município deve aplicar receita decorrente da arrecadação de impostos na Política de Assistência Social.

§ 2º Cabe ao Órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social

(CMAS).

§ 3º O Poder Executivo disporá no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta lei, sobre o regulamento e funcionamento do Fundo Municipal Assistência Social (FMAS).
§ 4º O financiamento da assistência social no SUAS deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Curitiba, 16 de dezembro de 2013.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.395/2013

DECRETO Nº 4.395/2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, TRANSFERÊNCIA E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS - FUNDEB

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.543/2010,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento, controle Social, Transferência e aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação - CACS - FUNDEB, constituído por 11 (onze) membros titulares acompanhados de um respectivo suplente, na forma da Lei n. 4.543/2010, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

I - Dois representantes do Executivo Municipal, :
Joelma Aparecida Vargas - titular
Valdir Sartor - Suplente
Tais Aparecida Fernandes da Silva - titular
Carla Maria Almeida - suplente

II - um representante dos professores da educação básica pública municipal;
Leonardo Ribeiro - titular
Ana Maria Lima - suplente

III - um representante dos diretores das escolas básicas pública municipal;
Ana Lúcia Duarte dos Santos - titular
Danielle de Oliveira - suplente

IV - um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas pública municipais;
Cleusa Maria Pomieciniski titular
Claudia Luciane Granemann Cruz suplente

V - dois representantes dos pais de alunos da educação básica

pública municipal;
Luciane Goeten Prandi - titular
Juliana Paula Inácio - suplente
Marli Terezinha Antonelo Welter - titular
Juliane Goetten - suplente

VI - dois representantes dos estudantes da educação básica pública municipal, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas

Ana Maria Santos Lopes - N.M. Getulio Vargas - titular
Isabelle Pires de Jesus - N.M. Alírio Luiz de Almeida - suplente
Gustavo Antonelo Welter - N.M. Teresa Lemos Preto - titular
Felipe Kayme Pires - N.M. Rotary - suplente

VII - um representante do Conselho Municipal de Educação;
Rosimara Dall'igna - titular
Vera Lucia Ribeiro Couto - suplente

VIII - um representante do Conselho Tutelar.
Silvia Peruzzo - titular
Joseane dos Santos Arruda - suplente

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, a partir de 17 de setembro de 2013, permitida uma única recondução para o mandato subsequente pelo mesmo período.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se os Decretos 4.280/2013 e 4.332/2013

Curitibanos, 16 de dezembro de 2013.
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos dezesesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Secretário de Educação e Cultura

Decreto Nº 4.396/2013

DECRETO Nº 4.396/2013

ESTABELECE PRAZO DE VENCIMENTOS E DESCONTOS NO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA PARA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma do artigo 241 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 028 de 17/12/2002 - Código Tributário Municipal

DECRETA

Art. 1º - Ficam fixadas em seis o número de parcelas para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, com vencimento nas datas abaixo relacionadas, referente ao exercício financeiro de 2014:

1ª parcela - 10 de abril de 2014;
2ª parcela - 09 de maio de 2014;
3ª parcela - 10 de junho de 2014;
4ª parcela - 10 de julho de 2014;
5ª parcela - 11 de agosto de 2014;
6ª parcela - 10 de setembro de 2014;

Art. 2º - Para o pagamento à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU no exercício financeiro de 2014, fica fixado em 15% (quinze por cento) o desconto em

parcela única, com vencimento em 12 de março de 2014 ou 10% (dez por cento) de desconto para pagamento, à vista, em 10 de abril de 2014.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

AMAURY SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.397/2013

DECRETO Nº 4.397/2013

ATUALIZA VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO - UFM.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma determinada pelo § 1º do artigo 396 da Lei Complementar nº 028/2002 - Código Tributário Municipal

DECRETA

Art. 1º - Fica fixada em R\$ 38,69 (trinta e oito reais e sessenta e nove centavos) o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM, para o exercício de 2014, conforme índice de reajuste do IPCA no percentual de 5,7744 %, na forma determinada pelo § 1º do artigo 396 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

AMAURY SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.398/2013

DECRETO Nº 4.398/2013

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2051 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
 3190000000.00.0018 APLICAÇÕES DIRETAS ..R\$ 11.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2054 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%
 3190000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS ..R\$ 7.200,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0006.2059 RPPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
 3191000000.00.0018 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇ
 ..R\$ 3.600,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2058 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
 3190000000.00.0018 APLICAÇÕES DIRETAS ..R\$ 1.300,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 23.100,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB, no valor de R\$ 23.100,00 (Vinte e três mil e cem reais).

Art. 3º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2063 MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR - REC. ESTADUAL
 3390000000.00.0063 APLICAÇÕES DIRETAS ..R\$ 2.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 2.500,00

Art. 4º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação do Transporte Escolar Estadual, no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2013.
 JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

KLEBERSON LUCIANO LIMA
 Secretário de Educação e Cultura

Edital de Pregão Presencial Nº 310/2013
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 310/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para, O presente Edital tem por objetivo: "Contratação de empresa que detém autorização para prestar o serviço móvel pessoal - SMP, no Estado de Santa Catarina, que possibilite o atendimento da contratante em todas as localidades atendidas pela autorizada, em sua área de prestação, para uso em ligações locais para telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de longa distância nacional e roaming nacional. A relação com as quantidades e especificações, encontram-se em anexo, parte integrante do presente Processo Licitatório", obedecendo integralmente os termos da minuta contratual (anexo I), Planilha com especificações e quantidades do produto (anexo II), demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, e conforme condições constantes neste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/01/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 15/01/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito à Rua Cel. Vidal Ramos, 860 no Setor de Licitação, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitibanos, 18 de Dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
 Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 78/2013
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2013.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Curitibanos, neste ato representado por sua presidente e por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE Curitibanos, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:00 horas do dia 13/01/2014, no protocolo central, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/ SC, não sendo autorizado qualquer outro tipo de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 14/01/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de

lances das propostas classificadas e abertura da Documentação de Habilitação, na Prefeitura Municipal de Curitiba, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/ SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 11 de Dezembro de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA

DIEGO SEBEM WORDELL

Presidente do Fundo

Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 082, de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETO N.º 082, de 17 de dezembro de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22, da Lei nº 304, de 26/09/2012 (LDO);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Ermo no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a saber:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de vereadores

3.1.90.00.00.00.00.0080 (2) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de vereadores

3.3.90.00.00.00.00.0080 (3) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de dezembro de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto N.º 083, de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETO N.º 083, de 17 de dezembro de 2013.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 2.325,00 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0043 (5) - Aplicações Diretas R\$ 460,00

3.3.90.00.00.00.00.0093 (14) - Aplicações Diretas R\$ 1.865,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0043 (Farmácia Básica do Estado) e da fonte 0093 (Farmácia Básica Federal).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de dezembro de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão 015/2013Fms

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 019/2013

Edital de Pregão nº 015/2013

Objeto: Aquisição de combustíveis para o Fundo Municipal de Saúde. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 10:00h00min do dia 07/01/2014. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

SILVANO RODRIGO PRATTO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato Edital de Pregão 028/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 049/2013

Edital de Pregão Presencial nº 028/2013

Objeto: Aquisição de combustíveis e óleos lubrificantes para a Prefeitura Municipal. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial"

e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 07/01/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Lei Nº 2.318/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. LEI Nº 2.318/2013. DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO DO GRUPO UNIÃO DO OESTE - RADIO PX, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, efetuar transferência financeira na ordem de até R\$-850,00 (oitocentos e cinquenta reais) no ano de 2013, a ASSOCIAÇÃO DO GRUPO UNIÃO DO OESTE - RADIO PX, com CNPJ nº 15.475.071/0001-18, para auxiliar na manutenção e desenvolvimento das atividades da entidade, bem como nas campanhas sociais, culturais, educativas e artísticas desenvolvidas pela entidade. Art. 2º. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos transferidos de acordo com as normas da Contabilidade e Auditoria da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, em especial das normas do Tribunal de Contas do Estado. Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente. Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de Dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.319/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. LEI nº 2.319/2013 AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa a presente Lei, resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais. Parágrafo único. Os bens inservíveis fazem parte do Patrimônio da Prefeitura Municipal. Art. 2º. Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos da Lei, a doar tais bens a entidades sem fins lucrativos, a qual realizará o aproveitamento ou comercialização de tais bens. Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de Dezembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.320/2013

LEI Nº 2.320/2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

12.361.1201.2.027 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental			
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0019.0	100	80.000,00
4490.00.00	01.0001.0	21	110.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

17.512.1701.1.040 Saneamento Geral			
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0000.0	63	27.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

26.782.2601.2.048 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura			
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000.0	70	101.000,00

09.00 Encargos Gerais do Município

28.846.2800.0.000 Amortização da Dívida e Encargos Municipais			
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000.0	95	30.000,00

11.00 Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001.2.014 Manutenção das Atividades da Saúde			
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3350.00.00	01.0002.0	06	60.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

12.361.1201.1.026 Aquisição de Veículos			
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0001.0	13	35.000,00

05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

12.365.1201.2.028	Manutenção do Transporte Escolar Fundamental		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0001.0	23	60.000,00
3390.00.00	01.0019.0	24	80.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.181.0601.2.058	Manutenção do Fundo de Defesa Civil		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000.0	51	8.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

15.451.1501.1.035	Pavimentação de Ruas e Passeios		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0000.0	55	20.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

26.782.2601.1.049	Aquisição de Máquinas e Veículos		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0000.0	65	9.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

26.782.2601.1.050	Obras de Infraestrutura Rural		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0000.0	67	10.000,00

07.00 Secretaria de Desenvolvimento Econômico

20.601.2001.1.043	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0000.0	77	9.000,00

07.00 Secretaria de Desenvolvimento Econômico

22.661.2201.1.046	Promoção da Indústria e do Comércio		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0000.0	81	5.000,00

01.00 Câmara Municipal de Faxinal dos Guedes

01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades Legislativas - Funcionários		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000.0	1	70.000,00
3390.00.00	01.0000.0	3	90.000,00
4490.00.00	01.0000.0	4	12.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes SC, 17 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Tomada de Preço Nº 0015/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preço nº 0015/2013. Processo licitatório nº: 0052/2013. Objeto: Contratação de horas de empresa especializada na prestação de serviços elétricos e hidráulicos para o Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes. Data do recebimento: 20/01/2014 as 09h00min. Data da Abertura: 20/01/2014 as 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações .

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Aditivo de Contrato Processo Licitatório Nº 0086/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO. CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes. CONTRATADA: Irmãos Zanatta & Cia Ltda. Objeto: Contratação de empresa para execução de quadra poliesportiva a ser implantada em escola municipal com área de 980,40 m² de área coberta, incluindo materiais e mão de obra. Número do Contrato: 0139/2011. Sétimo Termo Aditivo: Aditivo de Vigência. Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0086/2011 na Modalidade Tomada De Preço N.º 0005/2011 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Aditivo de Contrato Tomada de Preço N.º 0007/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO. CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes. ONTRATADA: Remove Construções e Incorporações Ltda. Objeto: Contratação de empresa para a construção de pólo de academia da saúde modalidade avançada, localizada a Rua São Pedro, município de Faxinal dos Guedes - o pólo de academia a saúde contará com: uma estrutura de apoio, com sala de vivência, sala de acolhimento, depósito, banheiros adaptados masculino e feminino e uma circulação com área total de 109,08 m²; uma quadra para espaço multiuso; uma quadra para equipamentos; uma pista de caminhada. Número do Contrato: 0058/2013. Segundo Termo Aditivo: Aditivo de valor. Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0032/2013 na Modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 0007/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 20 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Aditivo de Contrato Processo Licitatório Nº 0030/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO. CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes. CONTRATADA: Alberici E Cia Ltda Me. Objeto: Contratação de empresa para a construção de pólo de academia da saúde modalidade básica, localizada a rua i de

maio, distrito da barra grande, município de Faxinal dos Guedes - o pólo de academia a saúde contará com: uma estrutura de apoio, com depósito, banheiro adaptado de uso masculino, um banheiro adaptado de uso feminino e uma área de vivência coberta. Número do Contrato: 0056/2013. Segundo Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência. Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0030/2013 na Modalidade Tomada De Preço N.º 0006/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 20 de dezembro de 2013.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL.

Termo de Convênio Nº 024/2013

TERMO DE CONVÊNIO Nº 024/2013

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, através da Gabinete do Prefeito, com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 50, centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, doravante denominado de CONVENIENTE, e de outro lado:

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.765.231/0001-35, neste ato representada pela seu Presidente, Sr. Amarildo Restelatto, portador do RG nº 3343976 e CPF nº 944.375.309-00, doravante denominado de CONVENIADO, que de comum acordo resolvem celebrar o presente convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio é o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, na manutenção e desenvolvimento de suas atividades, compreendido a reforma e ampliação da cozinha e banheiros do Centro Comunitário, incluindo a aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulicos e mão de obra.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação legal na Lei nº 2.307/2013, correndo as despesas de sua execução por conta de dotações próprias do orçamento do corrente exercício e com previsão nos subsequentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do Presente convênio o CONVENIENTE repassará ao CONVENIADO, a importância de até R\$-5.000,00 (cinco mil reais) no ano de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONVENIENTE

Ao Município Conveniente, compete:
Efetuar o repasse dos recursos financeiros;
Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente convênio;
Prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido na Lei 4.320/64;
Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;
Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente convênio;
Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira deverá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias e na forma da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único - Para a Prestação de Contas, a CONVENIENTE deverá encaminhar ao MUNICÍPIO:

- a) - Ofício de Encaminhamento ao Prefeito Municipal;
- b) - Balancete de Prestação de Contas - Anexo TC-28 do Tribunal de Contas de SC;
- c) - Documentos comprobatórios da realização da despesa, especificando e qualificando, sem emendas, rasuras ou ressalvas, com o atestado de recebimento da mercadoria ou serviços, devidamente datado e assinado;
- d) - Extrato bancário da conta específica, com a movimentação completa do período;
- e) - Conciliação Bancária, se for o caso;
- f) - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, em nome do Município de Faxinal dos Guedes;
- g) - Cópia do Convênio;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONVENIENTE decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidade que impliquem descumprimento de quaisquer deste instrumento pela CONVENIADA, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONVENIENTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê, SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 17 de Dezembro de 2013

EDEGAR GIORDANI Município Conveniente	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO
--	---

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 176/PMF/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 176/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de aparelhos de ar condicionados e cortinas de ar instalados para atendimento as necessidades da Casa do Agricultor, por meio do Convênio nº. 2013TR004154, Processo nº. SDR21 8158/2013, celebrado entre o Município de Forquilha/SC e o Estado de Santa Catarina, através da Sec. De Estado de Desenvolv. Regional de Criciúma.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de janeiro de 2014 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mails: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 19 de dezembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Licitação: Tomada de Preço Nº. 175/PMF/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 175/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços na Pavimentação asfáltica da Rua 1º de Maio, Bairro Vila Franca, com extensão de 1.124,60 metros, por meio do Contrato de Repasse nº. 780125/2012, Processo 2624.1001935-07/2012, firmado pelo município de Forquilha/SC e o Ministério das Cidades.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de janeiro de 2014 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 19 de dezembro de 2013.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

Extrato do Termo Aditivo FMA Nº 03/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMA Nº 03/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMA Nº 020/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADA - EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL.

DO OBJETO - a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA, para o Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Forquilha, durante o exercício de 2014;

DO PRAZO: O contrato FMA 20/2010 terá sua vigência prorrogada de 31/12/2013 para 31/12/2014.

DO VALOR: O valor mensal sofrerá um reajuste passando de R\$ 2.272,16 (dois mil duzentos e setenta e dois reais) para 12 parcelas de R\$ 2.401,16 (dois mil quatrocentos e um reais e dezesseis centavos) totalizando R\$ 28.813,92 (vinte e oito mil oitocentos e treze reais e noventa e dois centavos) para o ano de 2014.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art.57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 05 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 170/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 170, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 099/2008.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. A Lei Complementar Municipal nº 099/2008 passa a vigorar com os artigos 360 renumerados e alterados, com a seguinte redação:

"Art. 360. Integram a presente Lei, os seguintes anexos:

Anexo I - Glossário;

Anexo II - Tabela I - Garagens.

Art. 361. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2214/2013

LEI Nº 2214, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

ALTERA A DESTINAÇÃO DOS LOTES 003 E 008 DA QUADRA 162 DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PASSANDO A INTEGRAR A CATEGORIA DE BENS PÚBLICOS DE USO COMUM.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Os lotes nº 003 e 008 da quadra 162, matriculados junto ao Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo sob nº 11317 e 11322, respectivamente, de propriedade do Município de Fraiburgo, passam a integrar a categoria de bens públicos de uso comum, sendo que o lote nº 003 será destinado à continuidade da Rua 25 de Dezembro e lote nº 008 à continuidade da rua 1º de Maio.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2215/2013

LEI Nº 2215, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS AOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO, COMO INCENTIVO AO PROCESSO PRODUTIVO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, com o objetivo de incentivar o processo produtivo e ampliar o Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas - PISA, autorizado a prestar serviços para os produtores rurais do Município de Fraiburgo, além das horas de máquinas previstas no artigo 143 da Lei Orgânica Municipal, com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora máquina prevista na Lei Complementar Municipal nº 053/2003.

§ 1º. Os serviços devem ser voltados preferencialmente a terraplanagem, escavações, açudes, silagens, grampeamento, conservação, acesso às lavouras e outros trabalhos realizados pelas patrulhas mecanizadas que resultem em benefício da produção rural, gerando assim um aumento na produção e fixando o produtor no campo.

§ 2º. A prestação de serviços será concedida aos produtores rurais devidamente cadastrados no Município de Fraiburgo, que tenham emitido Notas Fiscais de Produtor Rural no ano anterior à concessão do benefício ou com cadastro em andamento.

§ 3º. Todas as propriedades rurais poderão ser beneficiadas com os serviços de horas máquina, contudo, deverão ser priorizados os atendimentos a propriedades caracterizadas por agricultura familiar.

§ 4º. Os valores dos serviços realizados deverão ser recolhidos a favor do Município de Fraiburgo mediante guia própria de arrecadação.

§ 5º. No momento da solicitação, além do cadastro atualizado, o beneficiário deverá comprovar ser proprietário ou possuidor do imóvel onde serão realizados os serviços.

Art. 2º. O cronograma de levantamento e realização dos serviços solicitados, bem como toda a coordenação dos trabalhos referentes da aplicação desta Lei, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2216/2013

LEI Nº 2216, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO A REALIZAR A PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO DE VIAS PÚBLICAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a executar projeto de pavimentação e recapeamento asfáltico nas avenidas Lebon Régis e Rio das Antas, situadas nos bairros São José e Centro, as quais integram o sistema viário municipal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0383/2013

DECRETO Nº 0383, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.451.0023.1.033 - Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (131) R\$ 7.300,00

Total R\$ 7.300,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4133999 - Outras Receitas de Concessões R\$ 7.300,00

TOTAL R\$ 7.300,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto 380/2013.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0384/2013

DECRETO Nº 0384, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
FIXA O VALOR DA UFM (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições legais constantes na Lei Complementar nº. 053/2003;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal do Município, para o exercício de 2014, em R\$ 1,70 (um real e setenta centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 19 de dezembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0386/2013

DECRETO Nº 0386, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0017.2.035 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

3.3.72.00 - Execução Orçamentária Delegada à Consórcios Públicos 0.1.0400 (41)
R\$ 20.000,00
Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4133999 - Outras Receitas de Concessões R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto 381/2013.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2677/2013

PORTARIA N.º 2.677, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 359.664.329-53, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROCURADOR, pelo período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0385/2013

DECRETO Nº 0385, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
FIXA VALORES PARA A COBRANÇA DE ISSQN, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 87 DA LEI COMPLEMENTAR N. 053/2003, RELATIVA À EXECUÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições legais constantes no Artigo 87 da Lei Complementar nº. 053/2003,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam fixados os valores para a cobrança de ISSQN, relativa à execução de mão de obra na construção civil, constantes no ANEXO I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 19 de dezembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

ANEXO I - DO DECRETO 0385/2013

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	PADRÃO	VALORES EM UFM	VALORES EM REAIS
Comercial em Alvenaria	Luxo	156,58	266,19
Comercial em Alvenaria	Alto	139,80	237,66
Comercial em Alvenaria	Normal	107,55	182,84
Comercial em Alvenaria	Popular	97,12	165,10
Comercial em Alvenaria	Baixo	86,89	147,71
Comercial Mista	Luxo	109,87	186,78
Comercial Mista	Alto	98,09	166,75
Comercial Mista	Normal	75,45	128,27
Comercial Mista	Popular	64,90	110,33
Comercial Mista	Baixo	59,38	100,95
Comercial em Madeira	Luxo	54,94	93,40
Comercial em Madeira	Alto	49,05	83,39
Comercial em Madeira	Normal	37,73	64,14
Comercial em Madeira	Popular	32,97	56,05
Comercial em Madeira	Baixo	29,71	50,51
Industrial em Alvenaria	Luxo	101,40	172,38
Industrial em Alvenaria	Alto	90,53	153,90
Industrial em Alvenaria	Normal	75,45	128,27
Industrial em Alvenaria	Popular	65,02	110,53
Industrial em Alvenaria	Baixo	59,38	100,95
Industrial Mista	Luxo	75,50	128,35
Industrial Mista	Alto	67,41	114,60
Industrial Mista	Normal	56,19	95,52
Industrial Mista	Popular	45,66	77,62
Industrial Mista	Baixo	43,34	73,68
Industrial em Madeira	Luxo	50,72	86,22
Industrial em Madeira	Alto	45,28	76,98
Industrial em Madeira	Normal	37,73	64,14
Industrial em Madeira	Popular	32,92	55,96
Industrial em Madeira	Baixo	29,71	50,51
Residencial em Alvenaria	Luxo	188,16	319,87
Residencial em Alvenaria	Alto	168,00	285,60
Residencial em Alvenaria	Normal	129,23	219,69
Residencial em Alvenaria	Popular	113,96	193,73
Residencial em Alvenaria	Baixo	103,54	176,02
Residencial Mista	Luxo	123,89	210,61
Residencial Mista	Alto	110,61	188,04
Residencial Mista	Normal	85,08	144,64

ANEXO I - DO DECRETO 0385/2013

Residencial Mista	Popular	74,63	126,87
Residencial Mista	Baixo	65,02	110,53
Residencial em Madeira	Luxo	90,59	154,00
Residencial em Madeira	Alto	80,88	137,50
Residencial em Madeira	Normal	67,40	114,58
Residencial em Madeira	Popular	37,73	64,14
Residencial em Madeira	Baixo	32,92	55,96

Portaria Nº 2678/2013

PORTARIA N.º 2.678, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5.161, de 16 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 20 (vinte) para 12 (doze) horas semanais a carga horária do servidor FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, pelo período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, a ser cumprido nas segundas, quartas e sextas-feiras, no horário das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 17h30min (dezesete horas e trinta minutos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2679/2013

PORTARIA N.º 2.679, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5.160, de 16 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária do servidor GILMAR SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 384.769.679-34, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, pelo período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 33/2013

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO - AAVE.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO - AAVE, para auxiliar na manutenção e no atendimento de alunos portadores de necessidades especiais, no acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a sua criatividade e desenvolvimento, com o objetivo de ampliar os conhecimentos e possibilitar discussões a respeito de comportamentos na infância e adolescência, mediante a concessão no valor global de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), dividido em 12 (doze) parcelas nos valores iguais e sucessivos de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), no período de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional 08.242.0025.2.054-Manutenção do Programa de Atenção a Pessoas com Necessidades Especiais
Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 18 de dezembro de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Decreto Legislativo Nº 34/2013

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "MARIA FREY" DE FRAIBURGO - APAE.

PAULO SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "MARIA FREY" DE FRAIBURGO - APAE, firmado em 02.12.2013, visando auxiliar na manutenção da Escola Especial que atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais, deficiência intelectual e/ou múltipla, mediante a concessão do valor global de R\$ 201.360,00 (duzentos e um mil, trezentos e sessenta reais), em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 16.780,00 (dezesesseis mil, setecentos e oitenta reais), no período de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 11-00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade 11-01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional 08.242.0025.2.054 - Manutenção do Programa de Atenção a pessoas com necessidades especiais
Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 18 de dezembro de 2013.

PAULO CESAR de OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Decreto Legislativo Nº 35/2013

HOMOLOGA CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAN VIECELLI ZAGO.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAN VIECELLI ZAGO, com o objetivo de auxiliar a entidade na manutenção e atendimento de crianças todas portadoras de necessidades especiais, (alunos da APAE e do CDV), na realização de atividades de equoterapia, estimulando e melhorando o seu condicionamento físico e mental, mantendo as mesmas em contato com a natureza, bem como, pagamento do equitador e de cursos de atualização e capacitação para melhor atendimento a estas crianças, mediante a concessão no valor global de R\$ 44.520,00 (quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R\$ 3.710,00 (três mil, setecentos e dez reais), no período de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional 08.242.0025.2.054 - Manutenção do Programa de Atenção a Pessoas com Necessidades Especiais

Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 18 de dezembro de 2013.

PAULO CESAR de OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Decreto Legislativo Nº 36/2013

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E O GRUPO VOLUNTÁRIO VIDA E CIDADANIA - GVC.

PAULO SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e o GRUPO VOLUNTÁRIO VIDA E CIDADANIA - GVC, para a aquisição de materiais para os cursos, oficinas e projetos em prol das crianças, adolescentes, adultos e os da terceira idade e ainda para a manutenção da casa do GVC, mediante a concessão no valor de R\$ 13.750,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais), em 11 (onze) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais), no período de fevereiro a dezembro

de 2014.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 11-00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade 11-01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional 08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 18 de dezembro de 2013.

PAULO CÉSAR de OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Decreto Legislativo Nº 37/2013

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio firmado entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, tendo por objeto a transferência voluntária de recursos financeiros destinada a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares e despesas operacionais dos serviços de saúde, mantidos exclusivamente pela Associação, à atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense, mediante a concessão no valor total de R\$ 3.596.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais), no período de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Funcional 10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento 3.3.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 18 de dezembro de 2013.

PAULO CÉSAR de OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Decreto Legislativo Nº 38/2013

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE FRAIBURGO.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE FRAIBURGO, para auxiliar a entidade na manutenção da Associação, no atendimento de urgência e emergência, pré-hospitalar, às vítimas acometidas por urgência traumáticas de qualquer natureza, com prestação de primeiros socorros ao hospital e Pronto Atendimento, mediante a concessão no valor global de R\$ 86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais), em 12 (doze) parcelas mensais, da seguinte forma: 08 (oito) parcelas no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais); 02 (duas) parcelas de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais); 02 (duas) parcelas de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais); no período de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 08 - SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional 10.302.0017.2.035 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
Elemento 3.3.50.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 18 de dezembro de 2013.
PAULO CÉSAR de OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Decreto Legislativo Nº 39/2013

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A AÇÃO SOCIAL DIOCESANA - ASDI.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio firmado entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a AÇÃO SOCIAL DIOCESANA - ASDI, tendo por objeto auxiliar na manutenção e na prestação de atendimento gratuito com hospedagem e alimentação às pessoas que estão em tratamento oncológico (radioterapia e quimioterapia) no Hospital Regional de Chapecó-SC, mediante a concessão no valor global de R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais), em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), no período de fevereiro a dezembro de 2014.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 08 - SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional 10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 18 de dezembro de 2013.
PAULO CÉSAR de OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Decreto Legislativo Nº 40/2013

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E O CENTRO CULTURAL EGON FREY

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e o CENTRO CULTURAL EGON FREY, para auxiliar a entidade no custeio das aulas, ensaios, manutenção das oficinas de artesanato e música, bem como na manutenção dos instrumentos musicais, mediante a concessão no valor global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no período de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 07-00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade 07-02 - CULTURA
Funcional 13.392.0014.2.029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
Elemento 3.3.50.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 18 dezembro de 2013.
PAULO CÉSAR de OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Decreto Legislativo Nº 41/2013

HOMOLOGA CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A COMUNIDADE TERAPÊUTICA SÃO FRANCISCO.

PAULO SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a COMUNIDADE TERAPÊUTICA SÃO FRANCISCO,

firmado em 02.12.2013, para auxiliar na manutenção do atendimento de quatro pacientes por mês, na condição de dependentes químicos (álcool/drogas), mediante a concessão no valor global de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), no período de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 08 - SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional 10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 18 de dezembro de 2013.
PAULO CÉSAR de OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1775/2013

LEI N.º 1775/2013 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 43.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUC. E CULTURA 43.500,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 43.500,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 43.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5.500,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo 5.500,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 1.500,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00
12.01 - SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL 13.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA 13.000,00
08243562.053 - Assistencia a Criança e ao Adolescente 13.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00
12.03 - SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL 25.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 25.000,00
16482562.059 - Const., Amp. E Reforma de Unidades Habitacionais 15.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00
16482562.060 - Func. E Man. Fundo Mun de Hab Interesse Social 10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas às disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no DOM/SC em 20/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Decreto N.º 184/2013

DECRETO N.º 184, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DE VALORES DOS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Código Tributário Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE (DEZ 2012-NOV 2013), em 5,58% (cinco inteiros vírgula cinquenta e oito décimos por cento), os valores para cobrança de todos os impostos e taxas municipais, e a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, previstos na legislação municipal, para o exercício de 2014.

Art. 2º. Fica atualizado o valor do metro quadrado da construção com base na variação do CUB-SC (Custo Unitário Básico de Santa Catarina) apurado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil de Santa Catarina (DEZ 2012-NOV 2013), em 8,96% (oito inteiros vírgula noventa e seis décimos por cento), para o exercício de 2014, nos termos do artigo 1º, §5º, da Lei Complementar nº 1.689 de 28 de dezembro de 2012.

Art. 3º. As tabelas constantes nos Anexos I e II, da Lei Complementar nº. 1.689, de 28 de dezembro de 2012, atualizados nos termos dos artigos antecedentes desde Decreto, passam a ter os seguintes valores a partir de 1º de janeiro de 2014:

TABELA DE VALORES DE METRO QUADRADO DE TERRENO POR CLASSE FISCAL
(ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR Nº 1.689/2012)

Classe Fiscal	Valor por m² (R\$) 2013	Valor por m² (R\$) 2014
A	450,00	475,11
A2	560,00	591,25
A3	675,00	712,66
A4	900,00	950,22
A5	1.120,00	1.182,50
B	250,00	263,95
B2	315,00	332,58

B3	380,00	401,20
C	70,00	73,90
C2	100,00	105,58
C3	150,00	158,37
D	40,00	42,23
ER	20,00	21,12
R1	4,00	4,22
R2	1,50	1,58

TABELA DE VALORES DO M2 DA CONSTRUÇÃO POR TIPO DE EDIFICAÇÃO
(ANEXO II – LEI COMPLEMENTAR Nº 1.689/2012)

TIPO	ABREV	VALOR M2 2013	VALOR M2 2014
Residencial (Casa/Apartamento)	R	R\$ 840,00	915,26
Serviços (Sala/Conjunto)	S	R\$ 980,00	1.067,80
Comercial (Loja)	C	R\$ 1.120,00	1.220,35
Industrial	I	R\$ 700,00	762,72
Galpão	G	R\$ 420,00	457,63
Telheiro	T	R\$ 280,00	305,08
Especial	E	R\$ 1.260,00	1.372,90

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração Interino

Decreto N.º 187/2013

DECRETO N.º 187 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 4.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no Orçamento vigente:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL 4.000,00
013112.001 - Func. E Manut. Da Camara Municipal 4.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração Interino

Decreto N.º 188/2013

DECRETO N.º 188, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.580,11 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.580,11 (vinte mil quinhentos e oitenta reais e onze centavos) no Orçamento vigente:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL 20.580,11
013112.001 - Func. E Manut. Da Camara Municipal 20.580,11
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.580,11

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.580,11 (vinte mil quinhentos e oitenta reais e onze centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL 20.580,11
013112.001 - Func. E Manut. Da Camara Municipal 20.580,11
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.370,61
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 18.209,50

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração Interino

Decreto N.º 183/2013

DECRETO N.º 183, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 43.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1775/2013 de 18/12/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUC. E CULTURA 43.500,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 43.500,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 43.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente

07.01 - SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5.500,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo 5.500,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 1.500,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00
12.01 - SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL 13.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA 13.000,00
08243562.053 - Assistência a Criança e ao Adolescente 13.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00
12.03 - SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL 25.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 25.000,00
16482562.059 - Const., Amp. E Reforma de Unidades Habitacionais 15.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00
16482562.060 - Func. E Man. Fundo Mun de Hab Interesse Social 10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretária de Administração

Decreto N.º185/2013

DECRETO N.º 185 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 65.180,68 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 65.180,68 (Sessenta e cinco mil cento e oitenta reais e sessenta e oito centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 6.980,68
12306282.019 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar 6.303,68
3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas 6.303,68
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 677,00
3.3.90.0.1.22.001003 - Aplicações Diretas 677,00
09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO 5.500,00
23695512.029 - Func. E Manutenção do Setor Turístico 5.500,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos 500,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 30.000,00
15452352.050 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Publica 30.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS 12.700,00

2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 12.700,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 12.700,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.000,00
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 10.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 65.180,68 (Sessenta e cinco mil cento e oitenta reais e sessenta e oito centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Decreto N.º186/2013

DECRETO N.º 186, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 19.492,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 19.492,00 (Dezenove mil quatrocentos e noventa e dois reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 792,00
0412292.005 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração 792,00
4.4.71.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 792,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 8.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 8.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 8.000,00
10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 2.000,00
15452312.042 - Func.e Manut. Da Sec. Plan. Territ. E Meio Ambiente 2.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00
12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2.800,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.800,00
08244562.056 - Func. E Manut. Do Fundo da Assistência Social 2.800,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.800,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS 2.900,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 2.900,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.900,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 3.000,00
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 3.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ R\$ 19.492,00 (Dezenove mil quatrocentos e noventa e dois reais) correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 792,00
0412292.005 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração 792,00
3.3.71.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 792,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 8.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 8.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 8.000,00
10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 2.000,00
15452312.042 - Func.e Manut. Da Sec. Plan. Territ. E Meio Ambiente 2.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00
12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2.800,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.800,00
08244562.056 - Func. E Manut. Do Fundo da Assistência Social 2.800,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.800,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS 2.900,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 2.900,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.900,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 3.000,00
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretária de Administração Interino

Portaria N.º 983/2013.

PORTARIA N.º 983, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) TIAGO MEDEIROS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) TIAGO MEDEIROS, matrícula funcional n.º 3555, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Chamamento Público Nº008/2013

CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2013

O município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados que a partir de 20 de dezembro de 2013 estará realizando CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, para atendimento na REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, exclusivamente para pessoas jurídicas, visando a realização de plantões médicos no próprio do município, a serem executados conforme características do serviço e escala a ser estabelecida pela Coordenação da Unidade, com carga horária máxima semanal de 60h (sessenta horas) por profissional. Os pedidos de credenciamento deverão ser entregues no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, de segunda a sexta feira das 13:00 às 18:00 horas. O credenciamento ficará aberto durante toda vigência da contratação que será de 12 meses.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº35/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 223/2013; IL nº. 35/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: ALEMÃO SONORIZAÇÃO LTDA ME; CNPJ nº: 00.814.069/0001-59; Objeto: Contratação de show musical para do espetáculo de Natal 2013 no Município de Garopaba.; Data da Assinatura: 18/12/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Extrato 5º TA Convenio 02 _2009

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONVENIO 002/2009

CONVÊNIO: 002/2009

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONVENIENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

CNPJ: 79.679.940/0001-09

OBJETO: Prorrogar o prazo deste convênio até 27/12/2014

VIGÊNCIA: 27/12/2013 a 27/12/2014

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 824 de 19 de agosto de 2003.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Edital de Lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas Relativas ao Exercício de 2014

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Código Tributário Municipal e suas alterações, torna público o lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Lixo, incidentes sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município, relativos ao exercício de 2014, conforme listagem dos lançamentos.

1. LANÇAMENTO

1.1. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto. A notificação de lançamento conterá:

- a) O endereço do imóvel tributado;
- b) O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
- c) A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- d) O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- e) O prazo de recolhimento;
- f) O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

1.2. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidades ou erro de fato.

2. PAGAMENTO

2.2. Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos na Rede Bancária:

- a) integralmente até 15 de Fevereiro de 2014, com 20% (vinte por cento) de desconto;
- b) em 10 (dez) parcelas mensais sucessivas, sem desconto, vencíveis a partir do mês de março do ano de 2014, sempre no dia 15 de cada mês, com parcela mínima de R\$ 10,00 (dez reais).

3. ATRASO NO PAGAMENTO

3.1. O não pagamento dos tributos nas datas previstas neste Edital sujeitará o contribuinte aos seguintes acréscimos:

- a) Multa e juros de mora, calculados com base na legislação vigente;
- b) Inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa Municipal para cobrança judicial, no primeiro dia útil do próximo exercício.

4. DISTRIBUIÇÃO DOS CARNÊS:

4.1. Os carnês de IPTU serão encaminhados via correio, sendo que a cota única será enviada em 15/01/2014 e o carne para pagamento na forma parcelada será impresso após o vencimento da cota única em 15/02/2014 e também enviado via correio no dia 20/02/2014.

4.2. A impressão da cota única ou parcelas poderá ser feita via site da prefeitura no endereço www.garopaba.sc.gov.br, após o dia 10/01/2014

5. CARNÊS NÃO RECEBIDOS:

5.1. O contribuinte que não receber seu carne do IPTU até o dia 15.02.2014, em seu endereço, poderá procurá-lo no Setor Tributário da Prefeitura Municipal de Garopaba, localizada na Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro, Fone (48) 3254-8100, ou ainda, emití-lo na rede mundial de computadores (internet), por meio do site www.garopaba.sc.gov.br, no link IPTU 2014.

5.2. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através de entrega pessoal da notificação, quer através

de sua remessa por via postal com aviso de recebimento, considerar-se-á efetivado o lançamento ou suas alterações mediante o presente Edital publicado, nos termos do artigo 14 c/c artigo 111 e seguintes, ambos do Código Tributário Municipal.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. Os beneficiários de isenção de IPTU, de taxa de lixo e de taxa de expediente e demais tributos que venham a compor o lançamento do imposto anual, prevista no artigo 18, do Código Tributário Municipal, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.689/2012, deverão comparecer OBRIGATORIAMENTE na Prefeitura Municipal de Garopaba, Setor de Tributação, no período de 02/01/2014 a 31/01/2014, para cadastramento e/ou recadastramento, sob pena de perda do benefício fiscal.

6.2. A Prefeitura de Garopaba passou a utilizar um novo sistema para gestão do Cadastro Imobiliário (SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO). Por meio deste sistema de gestão, todos os imóveis localizados dentro da Zona Urbana do Município de Garopaba estão cadastrados e sujeitos a tributação.

6.3. O Proprietário ou Possuidor de Imóvel localizado dentro das Zonas Urbana e Especial Urbana do Município e que não tiverem seus imóveis identificados no referido Sistema, deverão comparecer na Prefeitura de Garopaba, Setor de Cadastro Imobiliário e GEORREFERENCIAMENTO no período de 15/01/2014 a 15/02/2014 para identificação, sob pena de multa (artigo 19, do Código Tributário Municipal)

Garopaba, 18 de Dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 20/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



Programa de
Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Controles Mensais - Novembro 2013

DESMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL, CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO, CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE
 DESMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL, CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO, CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE
 DESMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL, CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO, CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE
 DESMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL, CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO, CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MES DE NOVEMBRO DE 2013

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	3.570.381,42
1.2 - ITBI	1.834.100,54
1.3 - ISS	1.679.370,30
1.4 - FPM	9.537.654,39
1.5 - IRRF	494.928,69
1.6 - ICMS	4.652.188,21
1.7 - IPI	70.008,54
1.8 - IPVA	1.485.580,06
1.9 - ITR	26.475,36
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	21.854,81
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	1.081.965,55
1.12 - Multas e Juros de Mora	131.594,41
TOTAL	24.586.102,28

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	6.146.525,57
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	5.402.664,61
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	14.307,64
2.3 - Convênios	1.811.249,82
TOTAL	13.374.747,64

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	3.158.752,27	3.158.750,14	-2,13
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	3.250.183,35	4.883.066,88	1.632.883,53
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	2.166.788,90	119.149,82	-2.047.639,08
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	2.987.773,30	3.147.989,65	160.216,35
3.5 - Convênios e Transferências	1.811.249,82	1.058.320,71	-752.929,11
TOTAL	13.374.747,64	12.367.277,20	-1.007.470,44

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
 Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.

% APLICADO : 25,65%

Aplicado a maior : 160.214,22

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEZEMBRO/2012 A NOVEMBRO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.843.727,13	2.864,68
Pessoal Ativo	20.438.694,47	2.864,68
Pessoal Inativo e Pensionista	392.469,66	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	12.563,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.084.583,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	702.573,32	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	382.010,58	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	19.759.143,23	2.864,68
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	19.762.007,91	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		39.465.341,51
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		50,07
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		21.311.284,42
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		20.245.720,19
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		19.180.155,97

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 18/12/2013

Paulo Sergio de Araujo
 Prefeito Municipal

Ronye Paes
 Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
 Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
 Tec. Cont. - CRC 19288

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE
MÊS DE NOVEMBRO DE 2013

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	3.570.381,42
1.2 - ITBI	1.834.100,54
1.3 - ISS	1.679.370,30
1.4 - FPM	9.537.654,39
1.5 - IRRF	494.928,69
1.6 - ICMS	4.652.188,21
1.7 - IPI	70.008,54
1.8 - IPVA	1.485.580,06
1.9 - ITR	26.475,36
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	21.854,81
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	1.081.965,55
1.12 - Multas e Juros de Mora	131.594,41
TOTAL	24.586.102,28

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	3.687.915,34
2.2 - Rendimento de Aplicação	34.861,45
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	4.537.372,44
TOTAL	8.260.149,23

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	3.687.915,34	6.060.500,52	2.372.585,18
3.2 - Convênios e Transferências	4.572.233,89	3.428.801,81	-1.143.432,08
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	8.260.149,23	9.489.302,33	1.229.153,10

% aplicado = 24,65%
 Aplicado a maior = 2.372.585,18

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

Garuva

PREFEITURA

Lei Nº 1759/2013

LEI Nº 1759, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

“Dispõe sobre a criação do CONSELHO GESTOR MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais à população de menor renda.

Art. 2º O FMHIS é constituído por: dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação e créditos adicionais que lhe sejam destinados em cada exercício;

outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;

recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

contribuições, doações, auxílios, subvenções, acordos e transferências feitas por pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;

recursos transferidos, provenientes de outras esferas governamentais, destinados ao fomento de atividades vinculadas à política habitacional e à regularização fundiária;

transferências de recursos provenientes de convênios de qualquer natureza, vinculados aos objetivos do Fundo;

receitas decorrentes de ações e programas realizados com a participação do Fundo, inclusive pelo uso ou aquisição de habitação popular ou de terreno destinado à construção de habitação popular e penalidades que porventura venham a ser impostas;

recursos derivados do maior aproveitamento do potencial construtivo e de operações interligadas, na forma da Lei, e de operações em parceria com o setor privado voltadas exclusivamente à produção de empreendimentos habitacionais ou de regularização fundiária, podendo ser estipulada obrigação de retorno;

outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

§ 1º As receitas descritas nos incisos deste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, sob a denominação de Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

§ 2º O saldo do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte à conta do mesmo.

Art. 3º O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social tem por finalidade criar condições financeiras e de gerência de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de política habitacional e regularização fundiária, executadas ou coordenadas pela Secretaria de Habitação.

Art. 4º As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação

social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

urbanização, produção de equipamento comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FMHIS;

pagamento pela prestação de serviços de terceiros, tais como a execução de programas ou projetos específicos, serviços topográficos e outros necessários à efetivação da política habitacional e de regularização fundiária do Município;

aquisição de livros e outras publicações para melhor assessoramento dos trabalhos a serem desenvolvidos com receitas do Fundo, bem como outros materiais permanentes ou de consumo;

capacitação de recursos humanos vinculados às atividades desenvolvidas com participação do Fundo.

Parágrafo único. Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Art. 5º A contabilidade do Fundo será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções de registro, acompanhamento e controle, apropriar e apurar custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

§ 1º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos e dos serviços.

§ 2º Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receitas e despesas do Fundo e demais demonstrações exigidas pela legislação pertinente.

§ 3º As demonstrações e relatórios produzidos integrarão a contabilidade geral do Município.

§ 4º Os serviços contábeis previstos nesta Lei poderão ser prestados por técnico ou empresa contratada para esse fim, observadas as exigências legais, especialmente as da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º É aplicável ao Fundo o regime de adiantamento para pagamentos de despesas, obedecido, no que couber, o disposto na legislação vigente.

Art. 7º O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social fica vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO GESTOR DO FMHIS

Art. 8º O FMHIS será gerido por um Conselho Gestor.

Art. 9º O conselho gestor é órgão deliberativo e será composto pelas seguintes entidades:

01 (um) membro da Câmara de Vereadores;

01 (um) membro da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

01 (um) membro da Secretaria de Administração;

01 (um) membro do Gabinete do Prefeito;

04 (quatro) membros de Representantes dos Movimentos Populares.

Art. 10. A presidência do Conselho Gestor do FMHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, cabendo-lhe:

gerir o Fundo, em conformidade com a legislação vigente, e estabelecer as políticas de aplicação dos seus recursos, em consonância com as diretrizes e determinações do Chefe do Poder Executivo;

celebrar convênios, contratos ou acordos, com organismos

públicos ou privados, desde que prévia e expressamente autoriza-
do pelo Chefe do Poder Executivo;
ordenar empenhos e pagamentos relativos à aplicação dos recur-
sos do Fundo, observados os critérios estabelecidos em Lei para
sua aplicação, desde que prévia e expressamente autorizado pelo
Chefe do Poder Executivo;
assinar cheques com o responsável pelos serviços de tesouraria
ou equivalente;
autorizar pesquisa de preço, pedidos de compra e outros serviços;
homologar os procedimentos relativos a licitações e ratificar sua
dispensa ou inexigibilidade, quando se tratar de despesas à conta
do Fundo, promovendo a publicação dos atos pertinentes no prazo
legal;
encaminhar à Secretaria de Controle Interno as demonstrações
mensais de receitas e despesas do Fundo, balancetes mensais,
balancetes anuais e prestação de contas anual, e promover as
respectivas publicações;
indicar o chefe do Setor de Habitação, para nomeação pelo Exmo.
Sr. Prefeito.

§1º Para fins do disposto no inciso VIII deste artigo, fica mantido
na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação,
o cargo de Chefe de Habitação, símbolo FC.

§2º O presidente do Conselho Gestor do FMHIS exercerá o voto
de qualidade.

§3º Competirá a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e
Habitação proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários
ao exercício de suas competências.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO GESTOR DO FMHIS

Art. 11. Ao Conselho Gestor do FMHIS compete:

estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas
de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos bene-
ficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta
Lei, a política e o plano municipal de habitação;
aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e pluri-
anuais dos recursos do FMHIS;
fixar critérios para a priorização de linhas de ações;
deliberar sobre as contas do FMHIS;
dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares,
aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;
aprovar seu regimento interno.

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste
artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho
Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de
que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos
casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade
das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades
de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacio-
nal, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes
de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valo-
res dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de
modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.
§ 3º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá audiências públicas
e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes,
para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e progra-
mas habitacionais existentes.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 12. Esta Lei será implementada em consonância com a Política
Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de
Interesse Social.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se a Lei nº 1430 de 26 de junho de 2009, e as demais
disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1760/2013

LEI Nº 1760, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA A OUTORGA DE CESSÃO GRATUITA DE USO DE UMA
ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GARUVA,
EM FAVOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA"

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por
seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova
e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso
das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Garuva autorizado a outorgar em favor
do Estado de Santa Catarina, cessão gratuita de uso de uma área
de terras contendo 1.320,68 m², localizada na Rua Olívio Nóbrega,
esquina com a Rua Afonso Pereira da Rocha, no Loteamento Este-
vam, sem benfeitorias, parte integrante da área matriculada sob o
nº1.307, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Garuva.
Parágrafo Único - As medidas e confrontações da área objeto da
cessão a que se refere este artigo estão descritas na Planta de
Situação e Localização que constitui o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado
da Assistência Social, Trabalho e Habitação, utilizará o imóvel ce-
dido para a construção de prédio destinado a abrigar um Centro
de Referência de Assistência Social - CRAS.

Parágrafo Único - As obras de construção do prédio deverão obe-
decere ao cronograma estabelecido no termo de cessão de uso a
ser celebrado entre as partes, não excedendo o prazo máximo
de 02 (dois) anos para o início das obras, sob pena da revogação
automática deste.

Art. 3º - A cessão de uso será outorgada pelo prazo de 20 (vinte)
anos.

Art. 4º - Revogada a cessão ou encerrado o prazo previsto no art.
3º, as benfeitorias lançadas sobre o imóvel ficarão incorporadas
ao patrimônio do Município de Garuva, sem direito à retenção ou
indenização.

Art. 5º - As demais condições para a cessão constarão de termo a
ser firmado entre as partes.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1761/2013

LEI Nº 1761, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre a criação e denominação da Casa de Acolhimento
Provisório Municipal e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por
seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova
e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso
das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a
seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO, SUA FINALIDADE, OBJETIVO e PRINCÍPIOS

Art. 1º - Fica criada a Casa de Acolhimento Provisório Municipal,
denominada "MARGARIDA SEVERIANO", entidade destinada ao
acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabi-
lidade social, caso de abandono, negligência, maus tratos físicos
ou psicológicos, abuso e/ou exploração, em conformidade com as
disposições contidas no Estatuto da Criança e Adolescente.

Art. 2º - A "Casa Margarida Severiano" tem como finalidade aco-
lher, em caráter provisório e excepcional, crianças e adolescentes,

de ambos os sexos, na faixa etária compreendida entre 0 e 18 anos incompletos, que tiveram seus direitos violados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e desenvolvimento.

Parágrafo Único: Não serão acolhidos adultos, mesmo que parentes próximos de crianças ou adolescentes abrigados ou em caráter de abrigamento.

Art. 3º - O sistema de acolhimento será aberto, resguardado o direito de ir e vir, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - O atendimento oferecido pela "Casa Margarida Severiano" será de competência da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Parágrafo Único: As instalações físicas serão adequadas, com habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.

Art. 5º - O atendimento oferecido pela "Casa Margarida Severiano" terá os seguintes objetivos, dentre outros:

I. oferecer uma alternativa de moradia provisória para crianças e adolescentes violados em direitos;

II. proporcionar ambiente sadio de convivência;

III. oportunizar condições de socialização;

IV. oferecer atendimento médico, odontológico, social, moral e/ou orientações;

V. oportunizar a frequência da criança e do adolescente à escola e à profissionalização;

VI. garantir a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII. prestar assistência integral às crianças e adolescentes preservando sua segurança física, emocional e psicológica.

Art. 6º - Compete a Secretaria Municipal de Saúde garantir o atendimento de saúde física e mental do público acolhido.

Art. 7º - Compete a Secretaria Municipal de Educação absorver o público infanto-juvenil acolhido, na rede regular de ensino.

Art. 8º - A "Casa Margarida Severiano" terá suas normas de funcionamento e de atendimento reguladas através de Regimento Interno, a ser editado por meio de Decreto, no prazo de sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 9º - A "Casa Margarida Severiano" terá por objetivo abrigar crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária compreendida de 0 a 18 anos incompletos, em caráter provisório e excepcional.

Art. 10 - A "Casa Margarida Severiano" prestará atendimento seguindo dentre outros, os seguintes princípios:

I. Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II. Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III. Atendimento personalizado em pequenos grupos;

IV. Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;

V. Não desmembramento de grupos de irmãos, conforme Estatuto da Criança e Adolescente;

VI. Participação na vida da comunidade local;

VII. Preparação gradativa para o desligamento;

VIII. Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

CAPITULO II

DO INGRESSO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Art. 11 - O acolhimento de crianças ou adolescentes em situação de abrigamento dar-se-á somente por intermédio de:

I. Ordem Judicial emitida pelo Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Garuva/SC;

II. Encaminhamento pelo Conselho Tutelar competente.

Parágrafo Único - A "Casa Margarida Severiano" poderá, em caráter de excepcional e de urgência, acolher crianças e/ou adolescentes sem prévia determinação da autoridade judicial, comunicando o fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Garuva, sob pena de responsabilidade da Coordenação da Casa.

Art. 12 - Para o ingresso de crianças e adolescentes na "Casa Margarida Severiano" é necessário:

I. Existência de vaga, de acordo com a capacidade máxima de atendimento;

II. Informações sobre a criança e/ou adolescente contendo as condições de saúde física e mental, cuidados especiais a serem aplicados, tais como, alimentação e/ou medicação, que deverá ser fornecido por quem solicitar o acolhimento.

III. Parecer Técnico favorável ao acolhimento, por parte da Equipe Técnica da entidade, exceto o abrigamento por demanda do Poder Judiciário.

IV. A não dependência química de entorpecentes e bebidas alcoólicas.

CAPITULO III

DAS QUESTÕES OPERACIONAIS

Art. 13 - A entrada de pessoas estranhas à "Casa Margarida Severiano" somente é permitida com a devida autorização da Coordenação e acompanhadas pelos funcionários da mesma.

CAPITULO IV

DO EGRESSO

Art. 14 - A todo acolhido é assegurado o direito a uma preparação gradual no desligamento definitivo da "Casa Margarida Severiano", em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 15 - É passível de desacolhimento toda criança e/ou adolescente que colocar em risco, atual ou iminente, os demais abrigados ou funcionários da casa, mediante autorização judicial.

Art. 16 - O desacolhimento de toda e qualquer criança e/ou adolescente da "Casa Margarida Severiano" será baseado em pareceres emitidos pela Equipe Técnica, o qual será encaminhado pela Coordenação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

CAPITULO V

DO FUNCIONAMENTO GERAL DA CASA

Art. 17 - A "Casa Margarida Severiano" será dirigida por equipe Técnica constituída de funcionários públicos municipais de carreira disponível no quadro funcional, remanejados de outras secretarias e/ou admitido mediante concurso público para as seguintes funções:

I. Coordenador

II. Assistente Social;

III. Psicólogo;

IV. Pedagogo;

V. Cuidador;

VI. Auxiliar de Serviços Gerais;

VII. Cozinheiro;

VIII. Vigia/Zelador

Parágrafo Único - O Coordenador da Casa de Acolhimento deverá ser servidor efetivo municipal nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, provido sob a forma de função gratificada e fará jus a percepção de gratificação no valor de 30 % (trinta por cento) do seu salário base.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 - As despesas oriundas desta Lei serão suportadas por dotação orçamentária específica consignada no Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito de Garuva

Lei Nº 1762/2013

LEI Nº 1762, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"Denomina vias públicas, e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominada Rua Magistrado Boris Miguel Moreira da Silva, a via pública situada no centro da Cidade, indicada no anexo I como Rua 01.

Art. 2º - Fica denominada Rua Augusto Chaves, a via pública situada no centro da Cidade, indicada no anexo I como Rua 02.

Art. 3º - Fica denominada Rua Tabela Margarida Severiano, a via pública situada no centro da Cidade, indicada no anexo I como Rua 03.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tomará as providências necessárias para aposição das placas nas mencionadas vias públicas.

Art. 5º. Faz parte integrante desta Lei o Anexo I, contendo mapa com a localização numérica que serve de referência para indicação das ruas acima nominadas.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito de Garuva

Lei Nº 1764/2013

LEI Nº 1764, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

"Denomina via pública no Município de Garuva, como sendo: Servidão Olímpio Batistel Simmermann".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominado como Servidão Olímpio Batistel Simmermann o trecho que se inicia na Avenida Celso Ramos, 366, numa extensão total de 150 metros, conforme croqui em anexo parte integrante deste.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, dando-se conhecimento da mesma a Águas de Garuva, Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1765/2013

LEI Nº 1765, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

"Denomina via pública no Município de Garuva, como sendo: Servidão Adelmo Fritsch".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominado como Servidão Adelmo Fritsch o trecho que se inicia lateral da servidão Joao Mondini numa extensão total

de 100 metros, conforme croqui em anexo parte integrante deste.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, dando-se conhecimento da mesma a Águas de Garuva, Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1766/2013

LEI Nº 1766, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a estimar a receita e fixar a despesa para o exercício de 2014, e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - O orçamento do município de Garuva para o exercício financeiro de 2014, estima à receita total da Prefeitura e Fundos Municipais em R\$ 47.212.800,00 (quarenta e sete milhões duzentos e doze mil e oitocentos reais).

ART. 2º - O orçamento da Câmara, Prefeitura e Fundos Municipais para o exercício de 2014 estima a receita e fixa a Despesa em R\$ 47.212.800,00 (quarenta e sete milhões duzentos e doze mil e oitocentos reais).

§ 1º - A receita da Prefeitura e Fundos serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. - RECEITAS CORRENTES	R\$	42.204.800,00
1.1 - Receitas Tributárias	R\$	4.799.844,00
1.2 - Receitas de Contribuições	R\$	706.860,00
1.3 - Receitas Patrimoniais	R\$	438.480,00
1.4 - Receitas Agropecuárias	R\$	0,00
1.5 - Receitas de Serviços	R\$	995.760,00
1.6 - Transferências Correntes	R\$	38.799.500,00
1.7 - Outras Receitas Correntes	R\$	696.168,00
1.8 - (-) Deduções da receita corrente	R\$	-4.231.812,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$	5.008.000,00
2.1 - Operações de Crédito	R\$	3.200.000,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$	0,00
2.3 - Transferências de Capital	R\$	1.808.000,00
TOTAL	R\$	47.212.800,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica.

ART. 3º - Integram a estrutura orçamentária do município os seguintes órgãos:

1	CÂMARA DE VEREADORES	R\$	1.730.000,00
2	GABINETE DO PREFEITO	R\$	1.750.000,00
3	PROCURADORIA GERAL	R\$	300.000,00
4	SECR. MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	R\$	4.395.000,00

5	SECR. MUN. ESPORTE, CULTURA E TURISMO	R\$	1.651.000,00
6	SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	946.286,50
7	SECR. MUN. EDUCAÇÃO	R\$	12.952.679,00
9	SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	R\$	563.723,00
10	SECR. MUN. INFRAESTRUTURA URBANA	R\$	4.209.000,00
11	SECR. MUN. ESTRATÉGIAS RURAIS	R\$	2.030.000,00
12	SECR. MUN. SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$	3.250.000,00
13	FUNDO MUN. AGRICULTURA	R\$	1.098.175,00
14	FUNDO MUN. SAÚDE	R\$	10.037.969,53
15	FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$	1.393.966,97
16	FUNDO INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$	120.000,00
17	FUNDO MUN. HABITAÇÃO	R\$	455.000,00
18	FUNDO MUN. MEIO AMBIENTE	R\$	100.000,00
19	FUNDO REEQUIP BOMBEIROS	R\$	120.000,00
	SOMA		47.102.800,00

ART. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

Reserva de Contingência R\$ 110.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o disposto no art. 5º item III da Lei 101/2000.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 15/12/2014 os riscos fiscais relacionados aos eventos abaixo relacionados, ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o orçamento para 2014 tenha reservado recursos para:

I - Processo de desapropriação;

II - Intempéries;

III - Fatos não previstos em execução de obras e serviços e campanhas de saúde; ou

IV - Dívidas judiciais.

ART. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, através de Decreto obedecidos os pressupostos legais desta Lei.

ART. 6º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometido.

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas autorizados através de Lei específica;

III - superávit financeiro do exercício anterior.

ART. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária oriundos de transferências voluntárias da União, Estado, operações de crédito, alienação de ativos e outros, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A operação do excesso de arrecadação de que trata o

artigo 43, § 3º da Lei 4320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - O Controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ART. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, após aprovação de lei específica.

ART. 9º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

ART. 10 - Durante o exercício de 2014, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, após aprovação de lei específica incluindo as fontes das referidas operações de créditos.

ART. 11 - Fica o executivo municipal autorizado a firmar convênio com o Governo Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, após aprovação de Lei específica.

ART. 12 - Esta Lei entrará em vigor durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 610/2013

PORTARIA Nº 610, de 17 de Dezembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, processo nº. 2674/2013;

CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença, por motivo de doença na família, pelo período de 06 (seis) meses, à servidora pública municipal CLAUDETE MARIA GUAREZI, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor ao contar da data de 22 de Dezembro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 611/2013

PORTARIA Nº 611 de 09 de dezembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA TANIA LORECI BACK, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, a classificação final do Concurso de Remoção nº 002/2013.

RESOLVE:

ART. 10. - Remover a servidora TANIA LORECI BACK, por 40 horas semanais, da Creche Municipal Frei José Bertoldi para a Creche Municipal João de Deus.

ART. 20. - Esta portaria entra em vigor a contar de 09 de dezembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 612/2013

PORTARIA Nº 612 de 09 de dezembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA VIVIANE LANGE-BARTELS DEBATIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, a classificação final do Concurso de Remoção nº 002/2013.

RESOLVE:

ART. 10. - Remover a servidora VIVIANE LANGE-BARTELS DEBATIM, por 20 horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação para a Escola Municipal Ernesto Alberto Hattenhauer.

ART. 20. - Esta portaria entra em vigor a contar de 09 de dezembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 613/2013

PORTARIA Nº. 613, de 17 de Dezembro de 2013

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 333/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO DECRETO 141/2013 DE 04/06/2013, E COM BASE LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 001/98;

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, até o dia 31 de janeiro de 2014 a licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos, concedida a servidora pública municipal CAMILA COSTA, ocupante do cargo de Desenhista Projetista.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 20 de Dezembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 693/2013

PORTARIA Nº. 693, de 19 de dezembro de 2013

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos relacionados no Edital 018/2013.

ART. 20. - Designar VANESSA MARILYNG BACKES NAGEL, ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ e EDUARDO DOS SANTOS LICETTI, para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência da primeira, coordenar a realização do Processo Seletivo, expedir edital, homologar inscrições, preparar, aplicar e corrigir as provas, divulgar resultados e analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 19 de Dezembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.699, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.699, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

LIMITA PESO DE VEÍCULOS AUTOMORES PARA TRAVESSIA NA PONTE HERCÍLIO DEEKE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a Ponte Hercílio Deeke está localizada em perímetro urbano, com intenso tráfego de pedestres, ciclistas e demais veículos de pequeno porte;

Considerando que o acesso à Ponte Hercílio Deeke possui uma rotatória que impede a passagem de veículos de grande porte e extenso comprimento;

Considerando a necessidade de se preservar a segurança das pessoas que passam pelo local, especialmente em razão do grande tráfego de estudantes na região;

DECRETA:

Art. 1º Fica limitado a 25 (vinte e cinco) toneladas o peso máximo permitido de veículo automotor, ou caminhões de carga com no máximo 03 (três) eixos, para a travessia sobre a ponte Ponte Hercílio Deeke, no Município de Gaspar, sendo expressamente proibida passagem de veículo de qualquer natureza que ultrapasse os limites acima.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.707, de 12 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.707, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei nº 3.556, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular os valores abaixo, nos seguintes saldos de dotações constantes do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Função: 10 Saúde
 Sub-Função: 301 Atenção Básica
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Destino: 1 - Projeto
 Ação: 100167 Ampliar a Frota de Veículos do Fundo Municipal de Saúde
 Despesa: 173
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00 Aplicações diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Função: 10 Saúde
 Sub-Função: 301 Atenção Básica
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 200140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos conforme preconiza a NOAS/SUS
 Despesa: 139
 Modalidade: 3.3.3.7.1.00 Transferência a Consórcios Públicos R\$ 100.000,00
 Despesa: 138
 Modalidade: 3.3.3.7.1.00 Transferência a Consórcios Públicos R\$ 50.000,00
 Despesa: 106
 Modalidade: 3.3.3.7.1.00 Transferência a Consórcios Públicos R\$ 50.000,00

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Função: 10 Saúde
 Sub-Função: 301 Atenção Básica
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 200152 Ampliar. Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde
 Despesa: 114
 Modalidade: 3.3.3.7.1.00 Transferência a Consórcios Públicos R\$ 186.739,00

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Função: 10 Saúde
 Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 200138 Ampl. Manter. e Equip no Munic as Ações de Média e Alta Complexidade. Det. PPI e TFD
 Despesa: 30
 Modalidade: 3.3.3.7.1.00 Transferência a Consórcios Públicos R\$ 113.804,00
 Despesa: 205
 Modalidade: 3.3.3.7.1.00 Transferência a Consórcios Públicos

R\$ 15.000,00
 Despesa: 207
 Modalidade: 3.3.3.7.1.00 Transferência a Consórcios Públicos R\$ 140.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior fica o Município de Gaspar autorizado a suplementar os saldos de dotações constantes do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Função: 10 Saúde
 Sub-Função: 301 Atenção Básica
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 200140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos conforme preconiza a NOAS/SUS
 Despesa: 217
 Modalidade: 3.3.3.9.3 APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS PÚBLICO-PARTICIP R\$ 100.000,00
 Despesa: 215
 Modalidade: 3.3.3.9.3 APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS PÚBLICO-PARTICIP R\$ 50.000,00
 Despesa: 216
 Modalidade: 3.3.3.9.3 APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS PÚBLICO-PARTICIP R\$ 50.000,00

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Função: 10 Saúde
 Sub-Função: 301 Atenção Básica
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 200152 Ampliar. Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde
 Despesa: 218
 Modalidade: 3.3.3.9.3 APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS PÚBLICO-PARTICIP R\$ 246.739,00
 186 60Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Função: 10 Saúde
 Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 200138 Ampl. Manter. e Equip no Munic as Ações de Média e Alta Complexidade. Det. PPI e TFD
 Despesa: 219
 Modalidade: 3.3.3.9.3 APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS PÚBLICO-PARTICIP R\$ 113.804,00
 Despesa: 220
 Modalidade: 3.3.3.9.3 APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS PÚBLICO R\$ 15.000,00
 Despesa: 221
 Modalidade: 3.3.3.9.3 APLIC DECOR OPER ENTID INTEG ORÇ FISC SEGUR SOCIAL C/ CONS PÚBLICO-PARTICIP R\$ 140.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de dezembro de 2013.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.712, de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.712, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, em substituição, os membros abaixo para compor a Equipe Técnica Municipal para acompanhamento e fiscalização dos serviços de revisão e complementação do Plano Diretor, conforme Contrato SAF nº 89/2011:

Representante	Membro Atual	Novo Membro
Arquiteta Urbanista	Sara Nunes de Souza	Crisleidi Cristina Zuchi Marchesini
Gerência de Meio Ambiente	Jadison Alexsander Fernandes	Daniel Fernando Cardoso

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.242, de 16 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.242, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 04/2012, INSTAURADA PARA APURAR COMETIMENTO DE ATITUDES INDEVIDAS NO ÂMBITO DA EBB NORMA MÔNICA SABEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 23 de dezembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 04/2012, instaurada para apurar cometimento de atitudes indevidas no âmbito da EBB Norma Mônica Sabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 3.241, de 16 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.241, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

ALTERA LOTAÇÃO DA SERVIDORA VALDIRIA STANKE PAMPLONA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 31 da Lei 1.305/91,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação da servidora VALDIRIA STANKE PAMPLONA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, com 40 horas semanais, da secretaria de Desenvolvimento Social para a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.243, de 16 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.243, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

REVOGA, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO, CONCEDIDA A SERVIDORA VERIANA DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, licença sem vencimento, concedida a servidora VERIANA DOS SANTOS pela Portaria nº 3.013, de 04 de fevereiro de 2013, ocupante do cargo em provimento efetivo de Berçarista, lotada com 40 horas semanais no CDI Maria da Silva, a partir de 03/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.244, de 16 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.244, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

REVOGA, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO, CONCEDIDA A SERVIDORA NILMA DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, licença sem vencimento, concedida a servidora NILMA DE SOUZA pela Portaria nº 3.015, de 04 de fevereiro de 2013, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Extrato do Contrato Nº SAF-137/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-137/2013

Início da vigência: 01/01/2014. Vencido: 31/12/2014. Pregão nº: 247/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: Contratação de seguro para a frota municipal. Contratado: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS (61.198.164/0001-60). Valor total: R\$ 21.500,00 (vinte e um mil, e quinhentos reais).

Gaspar/SC, 13 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Editais de Notificação de Lançamento de IPTU

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU

Com base no artigo 180, parágrafo 2º do Código Tributário Municipal (Lei 1.330/91), ficam NOTIFICADOS, de forma global e im pessoal, os proprietários, titulares do domínio útil, ou possuidores a qualquer título, de IMÓVEIS localizados na zona urbana ou de expansão urbana deste Município, que no dia 01 de janeiro de 2014 ocorrerá o FATO GERADOR DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) .

NOTIFICA que o IPTU tem como BASE DE CÁLCULO O VALOR VENAL do bem imóvel, e será apurado com base nos valores fixados pela PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS.

NOTIFICA também, que qualquer reclamação contra o lançamento do IPTU, poderá ser feita no prazo de 90 (noventa) dias, corridos, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil da data da publicação do presente edital. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o Município de Gaspar, que necessita permanentemente de recursos financeiros para continuar executando as obras e serviços públicos reclamados pela comunidade, não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da competente Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária e todos os demais encargos originados pela demanda cível fiscal (despesas processuais), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que tributos sejam rigorosamente arrecadados.

NOTIFICA ainda, que os Carnês de IPTU serão entregues, a partir do dia 20 de janeiro de 2014. Os contribuintes que não receberem os carnês de IPTU até a data de 03 de março de 2014 deverão procurar o DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO - Praça do Cidadão, situado na Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435 - CENTRO. Qualquer informação a respeito dos valores do IPTU 2014 poderá ser adquirida junto ao Departamento de Tributação no endereço acima.

NOTIFICA finalmente, que o IPTU 2014 poderá ser pago em cota única, com desconto de 15% (quinze por cento) até 20/03/2014 ou em 5 (cinco) parcelas, com vencimento em 20/03/2014, 20/05/2014, 20/07/2014, 20/09/2014 e 20/11/2014, e deverão ser pagos nas seguintes instituições financeiras: BANCO DO BRASIL; BRADESCO; BLUCREDI; CAIXA ECONOMICA FEDERAL; ITAU; BANRISUL; VIACREDI; CASAS LOTÉRICAS.

Gaspar - SC, 20 de dezembro de 2013.
JUÇARA PEREIRA JUNKES MICHAEL ZIMMERMANN
Fiscal de Tributos Secretário de Administração e Finanças
Matricula 5374

Nota: Os contribuintes que possuem endereço completo e correto receberão seus carnês no endereço constante no cadastro imobiliário desta prefeitura a partir de 20/01/2014. Quem não receber até 03/03/2014, deverá retirar nos endereços acima ou se preferir pelo endereço eletrônico www.gaspar.sc.gov.br / IPTU 2ª via.

SAMAE

Aviso do Pregão Presencial Nº 40/2013 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.40/2013

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Brita.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 23/01/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 23/01/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 16 de dezembro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato de Contratos 072/2013

Extrato de Contrato Nº 072/2013

Extrato de Contrato Nº 072/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/2013

CARTA CONVITE 43/2013

EMPRESA CONTRATADA: ART & EVENTOS LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO DO NATAL 2013, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE LIGAÇÃO NOS POSTES DA REDE PÚBLICA DAS LUZES E ENFEITES NATALINOS COMPREENDENDO 80 FIGURAS EM ESTRUTURA METÁLICA COM 6MM DE ESPESSURA E 2,30M DE COMPRIMENTO, PINTADAS NA COR ALUMÍNIO E REVESTIDAS EM CORDA LUMINOSA NAS CORES BRANCA E AMARELA

Governador Celso Ramos, 11 de Dezembro de 2013

JULIANO DUARTE CAMPOS

Extrato de Contratos 073/2013

Extrato de Contrato Nº 073/2013

Extrato de Contrato Nº 073/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2013

TOMADA DE PREÇOS 09/2013

EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA DE ÂNGELO LTDA - EPP

OBJETO: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SENHORA DOS NAVEGANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/ SC

Governador Celso Ramos, 11 de Dezembro de 2013
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Extrato de Contratos 074/2013

Extrato de Contrato Nº 074/2013
Extrato de Contrato Nº 074/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2013
TOMADA DE PREÇOS 08/2013

EMPRESA CONTRATADA: CONE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

OBJETO: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR EUDÉS MAFRA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos, 10 de Dezembro de 2013
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

Decreto Nº 037/2013, de 18 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 037/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

"DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAR EM LICITAÇÕES, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem, respectivamente, como Pregoeiro e Substituto de Pregoeiro, em Licitações na Modalidade Pregão Presencial, no âmbito da Prefeitura Municipal de Grão-Pará e seus Fundos Municipais, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.520/02, durante o exercício de 2014:

JISELI KONS - Pregoeira
JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT - Pregoeiro Substituto

Art. 2º. Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio e como Suplentes, respectivamente, em Licitações na Modalidade Pregão Presencial, no âmbito desta Prefeitura Municipal e seus Fundos Municipais, durante o exercício de 2014, os servidores:

SIDINEI MACIESKI MOMM - Membro
GREICY DE OLIVEIRA PEDROSO - Membro
OSMAR LUIZ DA COREGIO - Membro
JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER - Suplente
EMERSON ALBERTON MONTANHA - Suplente

Parágrafo único. Os membros suplentes acima nominados atuarão em substituição aos membros que compõem a Equipe de Apoio em caso de estes estarem em gozo de férias regulamentares ou impossibilitados de comparecerem às Sessões de Pregão Presencial.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 18 de dezembro de 2013.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 18 de dezembro de 2013.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Resolução Nº 01, de 10 de Dezembro de 2013

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
GRÃO-PARÁ - SC

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologa a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, tomada na reunião do dia 10/12/2013 aplicando a penalidade de cassação do mandato da Conselheira Tutelar Ângela Alexandre Serafim nos termos do Artigo 36 da Lei Municipal 1.604/2009, conforme decisão exarada no Processo Administrativo Nº 01/2013.

JANE BONIN CINTHIA CAROLINA DE SOUZA
Presidente do CMDCA Vice-Presidente do CMDCA

DENISE REDIVO BÚSSOLO
Secretária do CMDCA

Portaria 02/2013 CMDCA

PORTARIA Nº 02/2013
de 18 de dezembro de 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GRÃO-PARÁ - CMDCA, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal nº 1.604/2009, e,

Considerando a determinação recebida por intermédio do Ofício nº 0779/2013/3ªPJB, requisitando a abertura de procedimento administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade administrativa da Conselheira Tutelar Genilza Martins Mattei, acerca de eventual conduta incompatível com o exercício da função;

Considerando o fato comunicado e representado junto ao Ministério Público pelas Conselheiras Adelir Albertin Fernandes, Valéria H. Margotte e Neide da Silva Honorato, de que a Conselheira Genilza Martins Mattei teria deixado o livro de registro dos atendimentos em posse de terceiros;

Considerando de que tal conduta quebra o sigilo dos casos atendidos pelo Conselho Tutelar, bem como gravidade dos fatos narrados no procedimento que tramita junto ao Ministério Público, que merecem ser devidamente apurados;

Considerando o disposto no art. 46, da Resolução nº 139, de 17-03-2010, do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe que na ausência de regulamentação específica, a apuração das infrações dos conselheiros tutelares será efetuada com base na legislação aplicável aos demais servidores públicos;

Considerando que a Lei Municipal nº 1.604/2009, que dispõe sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente é omissa

quanto aos procedimentos, desta forma, devendo ser aplicada a legislação municipal (Lei Municipal nº 989/2000);

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR procedimento administrativo disciplinar em face da Conselheira Tutelar GENILZA MARTINS MATTEI, cumprindo-se os procedimentos elencados no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a fim de resguardar a mesma o contraditório e ampla defesa.

Grão Pará/SC, 18 de dezembro de 2013.

JANE BONIN
Presidente do CMDCA

CINTHIA CAROLINA DE SOUZA
Vice-Presidente do CMDCA

SÔNIA MARIA BRUNING ASCARI
Membro do CMDCA

VALDILÉIA HERT BUSSOLO BALLMANN
Membro do CMDCA

SOLANGE KÜLKAMP KUNTZ WEBER
Membro do CMDCA

SÉRGIO LEANDRO ASCARI
Membro do CMDCA

DENIZE REDIVO BUSSOLO
Secretária do CMDCA

ROSILDA PERIN BÖGER
Membro do CMDCA

Portaria Nº 284/2013

PORTARIA Nº 284/2013
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o servidor OSMAR LUIZ DA COREGIO e os servidores JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT e JISELI KONS, para, sob a Presidência de OSMAR LUIZ DA COREGIO e sob a Secretaria de JISELI KONS, constituírem a Comissão de Licitação, que será responsável pela abertura e julgamento das licitações a serem realizadas durante o exercício de 2014, excetuando-se as licitações nas modalidades Pregão Presencial e Leilão.

Art. 2º. Ficam designadas os servidores SIDINEI MACIESKI MOMM e EMERSON ALBERTON MONTANHA para atuarem como membros suplentes à Comissão de Licitação acima designada, em caso de os membros da Comissão estarem em gozo de férias regulamentares ou impossibilitados de comparecerem às Licitações.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 13 de dezembro de 2013.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 13 de dezembro de 2013.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Termo de Suspensão do Contrato Nº 75/2013

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 75/2013

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal. Sr. AMILTON ASCARI, brasileiro, casado, representante comercial, portador da Carteira de Identidade RG nº 586.006-7 e do CPF nº 342.927.059-68, residente e domiciliado na Rua Ângelo Alberton Luiz, 160, Centro, Grão-Pará/SC, CONSIDERANDO a decisão liminar concedida no Processo Autos nº 0003618-26.2013.8.24.0010, antecipando parcialmente os efeitos da tutela pretendida pelo autor, Sr. Maykon Minatto Santana, SUSPENDE os efeitos do Contrato nº 75/2013 (Processo de Licitação nº 55/2013, Edital de Convite nº 06/2013), firmado com a Srª MÔNICA MORGAN VERONEZI, brasileira, casada, Advogada, portadora do CPF nº 053.429.139-26 e do RG nº 4.162.371, inscrita na OAB nº 30.942, residente e domiciliada na Rua Ana Wessler, nº 115, Bairro Centro, Cidade São Ludgero, Estado de Santa Catarina, contratada pelo Município de Grão-Pará, para prestação de serviços advocatícios e de assessoria jurídica, para atuar na representação processual do Município nos processos administrativos e judiciais em andamento e nos que forem ajuizados, tanto pelo Poder Executivo, como aqueles ajuizados contra o Município, em todas as instâncias e Tribunais, ficando os efeitos do Contrato suspensos até a prolação da sentença ou determinação judicial em contrário alicerçada em fato superveniente.

Grão-Pará/SC, 06 de dezembro de 2013.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Ciente, em 06/12/2013.

MÔNICA MORGAN VERONEZI
OAB nº 30.942

TESTEMUNHAS

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato do Quinto Termo Aditivo 46/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO 46//2012-PMG

Processo de Licitação: 70/2012.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de terraplanagem, drenagem pluvial e sinalização viária das Ruas Paraná e Cruzeiro - Bairro Recanto Feliz.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de

Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Paviplan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720, Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 01/03/2014, tendo em vista a finalização dos trâmites processuais necessários ao pagamento da obra.

Data da Assinatura: 29/11/2013 Vigência 01/03/2014.

GUARAMIRIM (SC), 29/11/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo Contrato 39/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 39//2012-PMG

Processo de Licitação: 72/2012.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa para a execução da obra de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária das Ruas: Arthur Butschardt, Romaldus Oscar Fischer e Henrique Guilherme Wulf, com extensão de 382,86 metros

Contratante: Prefeitura Municipal de Guarmirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Conpla Construções e Planejamento Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.130.170/0001-55, estabelecida na estabelecida na Rodovia BR 280, Km 332 s/nº Bairro Itinga, no município de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 01/03/2014, tendo em vista que ainda não foi expedida a ordem para o reinício dos serviços.

Data da Assinatura: 22/07/2013 Vigência 01/03/2014.

GUARAMIRIM (SC), 22/07/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Extrato Quarto Termo Aditivo Contrato 46/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO 46//2011-PMG

Processo de Licitação: 17/2011.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação intertravada (paver) da rua Romão Getner-ski com extensão de 412,00 metros.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Paviplan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720, Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

Prorrogar o prazo de vigência do contrato até 14/06/2014, tendo em vista a falta de cumprimento por parte da Contratante do cronograma financeiro da obra, já que depende do repasse dos recursos do convênio, o que impossibilita a continuidade dos serviços pela Contratada.

Data da Assinatura: 29/05/2013 Vigência 14/06/2014.

GUARAMIRIM (SC), 29/05/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Extrato Terceiro Termo Aditivo Contrato 17/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 17/2012-PMG

Processo de Licitação: 25/2012 - PMG

Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária da rua Marcionilo dos Santos - Bairro Corticeira, com extensão de 899 metros, conforme contrato n.º 2011025400, entre o Programa Bades Cidades e este Município.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Pavilan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720, Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

Prorrogar o prazo de vigência do contrato até 01/03/2014, tendo em vista a finalização dos trâmites processuais necessários ao pagamento da obra.

Data da Assinatura: 31/10/2013 Vigência 01/03/2014.

GUARAMIRIM (SC), 31/10/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal



Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 315/2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 315/2013.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPÍTULO XVI DO TÍTULO I DA LEI 680/1977 QUE TRATA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA SOBRE OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, REVOGA A LEI 718/1979 E A LEI COMPLEMENTAR 132/2002 E SUAS ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Capítulo XVI do Título I da Lei 680/1977 passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO XVI DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 121. A Contribuição de Melhoria regulada por esta Lei Complementar tem por fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente pela realização de obra pública e terá como limite máximo o total da despesa realizada na obra pública e como limite individual o acréscimo de valor de que a obra resultar em cada imóvel beneficiado.

Art. 122. Precederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, a publicação em edital, dos seguintes elementos:

- I - memorial descritivo do projeto;
- II - orçamento do custo da obra;
- III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- IV - delimitação da área de influência, demonstrando as áreas beneficiadas e a relação dos imóveis nela compreendidos, com sua respectiva avaliação, realizada por Comissão nomeada por ato do Chefe do Executivo;
- V - a divisão da área de influência em faixas correspondentes aos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis, se for o caso;
- VI - o número total de imóveis beneficiados, situados nas zonas de influência da obra.

§ 1º. A avaliação dos imóveis a que se refere o inciso IV será procedida levando-se em conta a situação do imóvel confrontante, sua área, testada, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, mediante a aplicação de métodos e critérios, usualmente utilizados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

§ 2º. É lícito ao contribuinte impugnar qualquer dos elementos referidos neste artigo, desde que o faça até 30 (trinta) dias após a publicação dos mesmos.

SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA

Art. 122-A. Caberá o lançamento da Contribuição de Melhoria pela valorização imobiliária decorrente da execução de qualquer das obras públicas a seguir relacionadas:

- I - abertura, alargamento, pavimentação, arborização, iluminação, esgotos pluviais e outros melhoramentos em vias e logradouros

públicos;

II - colocação de paralelepípedos, asfalto, lajotas ou qualquer outro tipo de materiais utilizável no revestimento ou calçamento de vias e logradouros;

III - colocação de meios-fios, guias de sarjetas, caixas, bocas de lobo, rede pluvial e demais equipamentos e instalações complementares;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos pluviais e sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral, ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V - proteção contra secas, inundações, erosão e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção e pavimentação de estradas de rodagem;

VII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;

VIII - realização de passeios públicos.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 122-B. O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Parágrafo Único - Os imóveis em condomínio indiviso serão considerados de propriedade de um só condômino, cabendo a esse exigir, dos demais condôminos, a parte que lhes tocar.

Art. 122-C. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do tributo:

I - o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - o espólio, pelos débitos do "de cujus", existentes à data da abertura da sucessão;

III - o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do "de cujus" existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV - a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V - a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existente à data da transação.

SEÇÃO III DAS ISENÇÕES

Art. 122-D. São isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria:

I - o imóvel edificado de propriedade de Conselhos Comunitários e Associações de Moradores, desde que previamente declarados de utilidade pública;

II - o imóvel residencial único do proprietário que comprove possuir rendimento familiar per capita de até ¼ do salário mínimo vigente e cuja edificação não seja superior a 75m² (setenta e cinco metros quadrados).

III - o imóvel não edificado, localizado em área especial (aeroviária, de preservação permanente e faixa de domínio).

Parágrafo único. A isenção concedida no inciso III cessará quando, por qualquer motivo, a localização do imóvel deixar de ser considerada como área especial.

SEÇÃO IV DO CÁLCULO DO MONTANTE

Art. 122-E. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

Art. 122-F. Em função da localização, os imóveis serão classificados em zonas de influência, através de Decreto do Poder Executivo:

- I - com 100% (cem por cento), se uma única for a zona de influência;
- II - com 64% (sessenta e quatro por cento) e 36% (trinta e seis por cento), se duas forem as zonas de influência;
- III - com 58%, 28% e 14% (cinquenta e oito, vinte e oito e quatorze por cento), se três forem as zonas de influência;
- IV - em percentagens variáveis para cada caso, se mais de três forem as zonas de influência.

Art. 122-G. A fórmula de cálculo da contribuição de melhoria será o valor total da obra (VO) a ser financiada pelo valor do tributo, dividido pela soma do total de valorização dos imóveis beneficiados (TV), cujo resultado será o coeficiente de cálculo (CC). O valor de cada contribuição de melhoria será a valorização individual do imóvel multiplicada pelo coeficiente de cálculo (CC).

Parágrafo único. No caso de mais de uma zona de influência, o valor será proporcional à percentagem do artigo 122-F.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 122-H. Do lançamento da Contribuição de Melhoria será notificado o responsável pela obrigação principal, informando-se-lhe quanto:

- I - ao montante do crédito fiscal, com os elementos que integram o respectivo cálculo;
- II - o custo total ou parcial da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;
- III - o prazo e a forma para pagamento e os vencimentos da Contribuição de Melhoria;
- IV - o prazo para impugnação do lançamento da Contribuição de Melhoria;
- V - a divisão da zona de influência em faixas correspondentes aos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis, se for o caso;
- VI - a individualização, com base na área territorial dos imóveis localizados em cada faixa relativa à zona de influência;
- VII - os fatores relativos e individuais de valorização de cada imóvel, a serem verificados mediante nova avaliação efetuada por comissão nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo;
- VIII - o plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 122-I. Compete à Secretaria de Administração e Finanças lançar a Contribuição de Melhoria, com base nos elementos que lhe forem fornecidos pela repartição responsável pela execução da obra ou melhoramento.

SEÇÃO VI DO PAGAMENTO

Art. 122-J. A cobrança da Contribuição de Melhoria será iniciada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento.

Parágrafo Único - O contribuinte será cientificado do lançamento: I - pessoalmente, pela aposição de assinatura na cópia do aviso de lançamento;

II - pelo correio, com aviso de recepção;

III - por Edital afixado na Prefeitura Municipal e publicado no veículo oficial quando inviável a notificação pessoal.

Art. 122-K. O contribuinte poderá recolher, dentro do prazo estabelecido no art. 122-J, a contribuição lançada, obtendo-se desconto de 10% sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte.

§ 1º. Os pagamentos parcelados da Contribuição de Melhoria devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Edital, podendo o parcelamento ser em:

I - até 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos, sem acréscimo, sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte neste parcelamento;

II - em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, com a incidência de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

§ 2º. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação pessoal do lançamento ou publicação do Edital de notificação dos interessados, não tendo sido requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e passível de lançamento em dívida ativa.

§ 3º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo, o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a 15% (quinze por cento) da UR (unidade de referência) do Município para os contribuintes pessoa física e 50% (cinquenta por cento) da UR do Município em caso de pessoa jurídica.

§ 4º. Havendo pedido de recurso e/ou revisão de lançamentos de contribuição de melhoria, o contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da decisão administrativa para efetuar o competente pagamento.

§ 5º. O processo administrativo de impugnação será regulamentado por Decreto Municipal.

Art. 122-L. Não se aplicará a forma de pagamento descrita no art. 122-K, ao contribuinte de baixa renda, assim considerado aquele que:

- I - for proprietário de um único imóvel e o use como sua residência;
- II - possuir apenas uma fonte de renda familiar, e que esta seja igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos vigentes;
- III - que a metragem do terreno situado em conjunto habitacional tenha área de no máximo 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

§1º. Para o contribuinte que se enquadrar nas situações acima elencadas, o parcelamento da contribuição se dará da seguinte forma:

I - em até 48 (quarenta e oito) pagamentos mensais e sucessivos, sem incidência de juros, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as

demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

§ 2º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo, o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a 10% (dez por cento) da UR (unidade de referência) do Município para os contribuintes pessoa física.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas a Lei 718/1979, a Lei Complementar 132/2002, o Decreto 3.144/2013 e suas alterações e demais disposições em contrário.

Herval d'Oeste, (SC) 18 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei Complementar Nº 316/2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 316/2013.

“INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, nos termos da presente Lei Complementar, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação, ocupantes dos cargos de provimento efetivo, destinado a organizar técnica e administrativamente o Quadro do Magistério Público Municipal, ao qual se aplicam subsidiariamente no que não for excepcionado por esta Lei Complementar, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Parágrafo Único - O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração de que trata o “caput” deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do Magistério Municipal e a valorização dos profissionais da educação do Ensino Básico.

Art. 2º Integram a carreira do magistério, os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades incluídas as de direção, administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

TÍTULO II

DEFINIÇÃO DE TERMOS

Art. 3º Para efeitos da aplicação desta Lei Complementar é adotada a seguinte terminologia:

I - Plano de Carreira: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais do magistério;

II - Carreira: é o agrupamento de cargos integrantes do Plano de Cargos e Remuneração, observadas a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional;

III - Cargo de Provimento Efetivo: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades atribuídas ao profissional do magistério, previstas no Plano de Carreira e Remuneração, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

IV - Categoria Funcional: conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

V - Profissionais da Educação: conjunto de professores, especialistas em assuntos educacionais, secretários administrativos e inspetores educacionais; ocupantes de cargos e funções do quadro do magistério;

VI - Professor: membro do magistério que exerce atividades docentes nas áreas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial (crianças com deficiências), projetos e/ou programas complementares para crianças com dificuldade de aprendizagem e Educação de Jovens e Adultos;

VII - Especialista em Assuntos Educacionais: membro do Magistério que desempenha atividades de administração, supervisão, orientação, atendimento e acompanhamento pedagógico;

VIII - Inspetor Educacional: membro do magistério que desempenha atividades de planejamento, administração, orientação e inspeção à prática docente;

IX - Secretário Administrativo: membro do magistério que exerce atividades de suporte técnico-administrativo nas Unidades Escolares.

X - Tabela Salarial: conjunto de valores do vencimento base, distribuídos em linhas verticais e horizontais progressivas, estruturada na forma organizacional das carreiras;

XI - Vencimento: retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em Lei;

XII - Remuneração: vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias estabelecidas em Lei;

XIII - Grupo Ocupacional: conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

XIV - Nível: graduação vertical ascendente de cada cargo dos Grupos Ocupacionais do Magistério;

XV - Referência: graduação horizontal ascendente em cada nível dos cargos de cada Grupo Ocupacional;

XVI - Progresso Funcional: ascensão funcional do profissional do magistério nos níveis e referências contidas no seu cargo;

XVII - Quadro de Pessoal: conjunto de cargos de provimento efetivo dos profissionais do magistério;

XXVIII - Vaga Excedente:

a) É a vaga real, existente na Unidade Escolar há mais de 02 (dois) anos, que por este período de tempo não esteja vinculada (lotada) à profissional em educação efetivo na Rede Municipal de Ensino;

b) É a vaga existente em caráter definitivo por mudança de política educacional, como a criação do 5º ano e 9º ano;

c) São vagas decorrentes da criação de novas instituições da Rede Municipal de Ensino, cuja existência terá caráter definitivo.

XIX - Adicional de Incentivo ao Magistério: acréscimo pecuniário pela função especializada do Magistério;

XX - Área 1 - Séries Iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano;

XXI - Área 2 - Séries Finais do Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano;

XXII - Área 3 - Educação Infantil (quatro meses a seis anos).

TÍTULO III

DA ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO DE CARREIRA

Art. 4º O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro do Magistério Público municipal será constituído de:

I - Quadro de Pessoal dos Profissionais do Magistério;

II - Tabelas e Unidades de Vencimento;

III - Progresso Funcional;

IV - Ingresso e;

V - Valorização dos Profissionais.

CAPÍTULO I

DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 5º Fica criado o quadro de pessoal do magistério público municipal com os seguintes cargos de provimento efetivo, classificados e inseridos nos grupos ocupacionais abaixo relacionados:

I - Grupo Docente: Professor;

II - Grupo de Apoio Técnico-Pedagógico:

a) Especialistas em assuntos educacionais (orientador, supervisor e administrador escolar);

b) Inspetor Educacional;

c) Secretário Administrativo.

Parágrafo Único - O número de cargos de provimento efetivo e as respectivas habilitações exigidas para cada nível ou grupo de níveis das carreiras dos grupos ocupacionais estão estabelecidos nos Anexos VII a X desta Lei Complementar.

Art. 6º Os cargos dos grupos ocupacionais de docente e apoio técnico-pedagógico têm suas atribuições, especificações e identificações estabelecidas nos Anexos I a VI desta Lei Complementar.

Parágrafo Único - As descrições e especificações de cargos contêm denominação do cargo, grupo ocupacional, descrição sumária e detalhada, habilitação profissional e jornada de trabalho.

CAPÍTULO II

DA TABELA DE UNIDADES DE VENCIMENTO

Art. 7º O vencimento base dos ocupantes de cargos dos grupos ocupacionais do quadro do magistério com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais é o fixado em níveis verticais e referências horizontais por nível, segundo os valores constantes dos Anexos XI e XII desta Lei.

§ 1º O vencimento do professor com jornada de trabalho de 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) horas semanais é fixado em 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, dos valores constantes do Anexo XI desta Lei Complementar.

§ 2º O vencimento dos ocupantes de cargo do grupo ocupacional de apoio técnico-pedagógico com a jornada de 20 (vinte) horas semanais de trabalho é fixado em 50% (cinquenta por cento) do valor constante dos Anexos XI;

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo não se aplica aos ocupantes do cargo de Secretário Administrativo, Especialistas (Administrador, Supervisor e Orientador Educacional) e Inspetor Educacional que têm jornada de 40 (quarenta) horas semanais com vencimento correspondente a 100% (cem por cento) do valor constante dos Anexos XI e XII desta Lei Complementar.

Art. 8º O professor e demais profissionais da educação, admitidos em caráter temporário (ACT) perceberão mensalmente retribuição pecuniária, sem direito à progressão funcional, conforme os seguintes níveis/referências constantes no Anexo XI desta Lei Complementar.

I – Licenciatura Plena: nível/referência 2A

II – Magistério: nível/referência 1A

III – Professor não habilitado: nível/referência Não Habilitado - NH.

Art. 9º A tabela isonômica do magistério obedecerá a um crescimento linear de 2% (dois por cento) na progressão horizontal por referência e na progressão vertical da referência E para a referência A do nível subsequente, dentro da mesma habilitação.

SEÇÃO I

DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 10 O profissional da educação pertencente ao quadro efetivo, designado para exercer o cargo de Diretor nas Unidades Escolares municipais, fará jus ao vencimento de carreira acrescido do percentual de 40% (quarenta por cento) do valor do DAS 1.

Art. 11 O profissional da educação pertencente ao quadro efetivo,

designado para exercer o cargo de Diretor ou Gerente que tiver carga horária menor, poderá alterar em caráter temporário conforme a carga horária requerida pelo cargo em questão, retornando a situação de origem ao ser exonerado do mesmo.

Parágrafo Único - A carga horária temporária ampliada pelo professor efetivo conforme previsto no caput deste artigo e a gratificação correspondente ao cargo exercido, ficarão sob a cobertura do regime geral de previdência social.

Art. 12 O profissional da educação, não efetivo, nomeado para exercer a função de Diretor ou Gerente nas unidades escolares municipais, fará jus ao vencimento estabelecido no Anexo VI da Lei Complementar 280/2011.

Art. 13 A gratificação prevista nos artigos 10 e 11 será suspensa quando o profissional em educação afastar-se das atividades inerentes ao cargo de Direção, exceto no caso de licenças previstas no art. 99, incisos VII, VIII e IX do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º Quando as licenças previstas no art. 99, incisos VII, VIII e IX do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais exceder o prazo de 60 (sessenta) dias, fica autorizado a substituição interina do cargo, garantindo a gratificação de ambos os servidores.

§ 2º As gratificações previstas nesta Lei Complementar passarão a vigorar a partir de janeiro de 2014;

§ 3º A partir de 365 dias de afastamento para tratamento de saúde o servidor deixará de fazer jus a gratificação.

Art. 14 Para o desempenho da função de Diretor, o profissional em educação deverá preencher os seguintes requisitos:

I - possuir, no mínimo, 03 (três) anos de experiência docente no magistério adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado, comprovado através de atestado de tempo de serviço;

II - a qualificação mínima exigida será a graduação ou Pós-Graduação na área da Educação.

Art. 15 As funções gratificadas, privativas do membro do Magistério ocupante do cargo permanente são regidas pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração do chefe do Poder Executivo.

Art. 16 O professor que exerce suas funções em escolas isoladas, multisseriadas e/ou reunidas de difícil acesso, fará jus à gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) de seu vencimento, enquanto perdurar o exercício nestas Unidades Escolares.

Art. 17 Será concedido um acréscimo pecuniário no vencimento dos profissionais da educação, denominado de Adicional de Incentivo ao Magistério no percentual de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do vencimento do cargo de provimento efetivo.

§ 1º O valor pago a título do adicional previsto no caput deste artigo será incorporado aos proventos de aposentaria, após 02 (dois) anos de percepção, para os detentores de cargo efetivo.

§ 2º Aos profissionais contratados em caráter temporário, o adicional previsto no caput deste artigo, terá por base o seu vencimento, na forma prevista no edital do respectivo processo seletivo de contratação.

§ 3º Estendem-se os direitos previstos no "caput" deste artigo aos profissionais da Educação, que na data do vigor desta lei, já se encontrarem aposentados (as) pelo Município de Herval d'Oeste, devendo o incentivo ser aplicado na proporcionalidade ao tempo de serviço de efetivo exercício.

SEÇÃO II DA CARGA HORÁRIA SEMANAL

Art. 18 A carga horária semanal dos profissionais da educação não poderá ser inferior a 10 (dez) ou superior a 40 (quarenta) horas semanais, a partir da publicação desta Lei Complementar, obedecidas as seguintes especificações:

I - 40 (quarenta) horas semanais para os ocupantes do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, Inspetor Educacional e Secretário Administrativo, conforme previsto nos Anexos II, III, IV, V e VI;

II - 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais para os ocupantes do cargo de professor, conforme previsto no Anexo I.

Art. 19 Para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, deverá ser cumprido, no máximo, 2/3 (dois terços) em atividades efetivamente com alunos, correspondendo a 1.600 (mil e seiscentos) minutos, devendo ser proporcional nas demais cargas horárias: 30 (trinta) horas, 1.200 minutos; 20 (vinte) horas, 800 (oitocentos) minutos e 10 (dez) horas, 400 (quatrocentos) minutos.

Art. 20 O professor das disciplinas específicas com carga horária de 40 (quarenta), 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas semanais ministrará, respectivamente, 35 (trinta e cinco), 26 (vinte e seis), 17 (dezesete) ou 08 (oito) horas de aula.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes deverá convocar os professores que estiverem ministrando quantidade de aulas inferior ao estabelecido no caput deste artigo, para que complementem as horas faltantes em outras atividades direcionadas aos alunos ou em outra Unidade Escolar.

§ 2º A diferença entre as aulas ministradas e a carga horária em minutos a ser efetivamente trabalhado com alunos deverá ser cumprida em atividades de reforço escolar e/ou recuperação paralela conforme cronograma elaborado pela Unidade Escolar e aprovado pela Secretaria de Educação, sendo: na carga horária de 40(quarenta) horas semanais, 25 (vinte e cinco) minutos; 30 (trinta) horas, 30(trinta) minutos; 20 (vinte) horas, 35 (trinta e cinco) minutos e 10 (dez) horas, 40(quarenta) minutos semanais.

Art. 21 O professor da área 2 (dois) poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido e perceberá sob a forma de aulas excedentes, a base de 2,5% (dois e meio por cento) por aula, calculado sobre o vencimento do seu cargo, conforme tabela prevista no anexo XIII, considerando a carga horária de 40 (quarenta) horas; não podendo ultrapassar a 8 (oito), 6 (seis), 4 (quatro) ou 2 (duas) aulas excedentes para as cargas horárias de 40 (quarenta), 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas semanais de trabalho respectivamente.

§ 1º Para a escolha das aulas excedentes, de que trata o caput deste artigo, será dada prioridade ao professor que estiver ministrando aulas da disciplina cuja carga horária deva ser ampliada e, na impossibilidade deste, dar-se-á o direito a outro professor que estiver atuando na Unidade Escolar, na área 2 (dois).

§ 2º As aulas excedentes somente poderão ser ministradas no período designado como horas-atividades extraescolar.

§ 3º O valor pago a título de aulas excedentes será incorporado aos proventos de aposentadoria, de acordo com a média das mesmas, verificada nos 05 (cinco) últimos anos de carreira.

Art. 22 A diferença entre a carga horária semanal e o total de horas de aula ministradas, constituem-se em horas-atividades, sendo numa carga de 40(quarenta) horas, 800 (oitocentos) minutos; 30(trinta) horas, 600 (seiscentos) minutos; 20(vinte) horas, 400

(quatrocentos) minutos e 10(dez) horas, 200(duzentos) minutos.

§ 1º Para uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, 480 (quatrocentos e oitenta) minutos poderão ser cumpridos fora do ambiente escolar e 320 (trezentos e vinte) minutos deverão ser cumpridos na escola; para 30 (trinta) horas semanais, 360 (trezentos e sessenta) minutos e 240 (duzentos e quarenta) minutos; 20 (vinte) horas semanais, 240 (duzentos e quarenta) minutos e 160 (cento e sessenta) minutos e 10 (dez) horas semanais, 120 (cento e vinte) minutos e 80 (oitenta) minutos, respectivamente.

§ 2º A jornada extraescolar de horas atividades será destinada para leituras e atualização; pesquisas sobre temas de sua disciplina/turma e temas transversais; elaboração e correção de provas e trabalhos.

§ 3º O período a ser cumprido na unidade escolar será destinado ao estudo do Projeto Político Pedagógico, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade, atendimento aos pais ou atividades afins.

Art. 23 No período destinado às hora-atividades, serão oferecidas ao aluno as disciplinas de educação física, artes, línguas (inglês e/ou espanhol), informática e música.

Art. 24 A jornada de trabalho do professor lotado e/ou em exercício em Centro de Educação Infantil e que atua diretamente com a criança de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos de idade será de 40 (quarenta) horas semanais, cumprida uma jornada de 06 (seis) horas diárias e contínuas.

§ 1º Os professores de que se trata o caput deste artigo cumprirão sua carga horária nos seguintes turnos:

das 7h às 13h – primeiro turno;

das 12h às 18h – segundo turno.

§ 2º O período destinado às horas-atividades a ser cumprido nos Centros de Educação Infantil, dos professores descritos no caput deste artigo, compreendem:

Primeiro turno – das 12h20min às 13h;

Segundo turno – das 12h às 12h40min.

§ 3º O A jornada extraescolar de horas atividades, que compreende 600 (seiscentos) minutos, será destinada para leituras e atualização; pesquisas sobre temas de sua área de atuação, temas transversais, elaboração de projetos e planos de aula.

§ 4º O período a ser cumprido na unidade escolar de horas-atividades será de 200(duzentos) minutos, destinado ao estudo do Projeto Político Pedagógico, à preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade, atendimento aos pais ou atividades afins.

CAPÍTULO III DO PROGRESSO FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

Art. 25 A progressão funcional dos profissionais do magistério em efetivo exercício, ocorrerá nos níveis e referências contidos no seu cargo, nas seguintes modalidades:

I - progressão por mérito;

II - progressão por nova habilitação profissional.

Parágrafo Único - Durante o estágio probatório o servidor terá direito apenas à progressão por nova habilitação profissional.

Seção I Da Progressão Por Mérito

Art. 26 A progressão por mérito ocorrerá em referências, anualmente na data natalícia do profissional do magistério, sendo que o progresso pela comprovação de cursos de aperfeiçoamento/atualização ocorrerá de forma alternada com a progressão pelo resultado satisfatório do desempenho funcional.

Parágrafo Único - A progressão por mérito dar-se-á da seguinte forma:

I - 01 (uma) referência imediatamente superior na forma horizontal ou de forma vertical de referência E para referência A do nível subsequente, pela comprovação de participação e/ou de ministração de 80 (oitenta) horas de curso de atualização/aperfeiçoamento do período anterior ao da operacionalização, diretamente relacionados à disciplina ou área de atuação e aqueles que servem de subsídios para a atuação no cargo;

II - 01 (uma) referência imediatamente superior na forma horizontal ou, de forma vertical de referência E para a referência A do nível subsequente, pelo resultado satisfatório do desempenho no exercício do cargo.

Art. 27 Os cursos de aperfeiçoamento ou capacitação serão computados tendo por base a data de realização do curso, desconsiderando a data de emissão do certificado.

Art. 28 A avaliação de desempenho do membro do magistério deve medir o desempenho do profissional da educação no cumprimento das suas atribuições levando em consideração os seguintes critérios:

- I - compromisso e dedicação exclusiva;
- II - assiduidade e pontualidade;
- III - responsabilidade e ética profissional;
- IV - conhecimento específico e pedagógico;

- V - comprometimento com a Proposta Pedagógica Municipal;
- VI - relacionamento professor/professor, professor/aluno e professor/comunidade escolar.

Art. 29 O membro do magistério será submetido à avaliação permanente, anualmente e será efetuada através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo 28.

§ 1º Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou a quem estiver por esta determinado, a avaliação do servidor com ciência do mesmo.

§ 2º Ao servidor efetivo da educação que estiver atribuindo exercício fora da secretaria de origem terá garantida sua progressão funcional de desempenho na forma estabelecida no Estatuto para os demais servidores públicos municipais.

Art. 30 O membro do magistério que não alcançar na avaliação, os critérios mínimos estabelecidos, deverá participar de todas as orientações pedagógicas e cursos de capacitação específicos para melhoria do desempenho promovido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sem prejuízo dos dias letivos dos alunos.

Art. 31 Fica prejudicada a progressão funcional referida no artigo 25, parágrafo único, inciso I; quando o membro do magistério sofrer uma das seguintes penalidades, durante o período aquisitivo:

- I - somar 5 (cinco) ocorrências, registrados em livro próprio;
- II - completar 03 (três) faltas injustificadas ao serviço;
- III - 05 (cinco) chegadas atrasadas e/ou saídas antecipadas sem

autorização da chefia imediata;
IV - sofrer pena decorrente de processo administrativo disciplinar.

Art. 32 A progressão por desempenho será realizada através do Sistema de Avaliação do Desempenho Funcional.

Parágrafo Único - O Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional será objeto de estudo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e regulamentada por ato do Chefe de Poder Executivo Municipal, o qual deverá prever índices mínimos de desempenho.

Seção II Da Progressão Por Nova Habilitação Profissional

Art. 33 A progressão por nova habilitação profissional ocorrerá, a qualquer tempo, por apresentação e comprovação da nova habilitação através de certificado com registro no órgão competente, desde que não implique em mudança da área de ensino, disciplina, atuação e cargo.

Art. 34 A progressão para nova habilitação ocorrerá no nível correspondente à nova habilitação, em referência imediatamente superior ao seu nível de vencimento.

CAPÍTULO IV DO INGRESSO

Art. 35 O ingresso na carreira funcional dos cargos dos Grupos Ocupacionais do Quadro de Pessoal do Magistério dar-se-á nos termos desta Lei Complementar e das demais disposições legais aplicáveis através de concurso público de provas e títulos.

§ 1º Constituem requisitos de escolaridade para o ingresso nos cargos os constantes dos Anexos VII a X.

§ 2º O ingresso dar-se-á no primeiro nível, referência A, das respectivas carreiras.

§ 3º O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, prorrogáveis por mais 02 (dois) anos, através de ato próprio do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Comprovada a existência de vagas e a necessidade permanente nas escolas, em vista da indisponibilidade dos candidatos aprovados no último concurso realizado, respeitado o prazo estipulado no § 3º, deverá ser realizado novo concurso público para preenchimento das mesmas.

Art. 36 O estágio probatório é o período de 03 (três) anos, que ocorrerá entre a posse e a investidura permanente no cargo, no qual o profissional estará em observação sob os critérios da avaliação de desempenho.

Parágrafo Único - O profissional em educação não aprovado no estágio probatório será exonerado mediante processo administrativo disciplinar.

Seção I Da Lotação

Art. 37 Os Professores serão lotados em uma ou mais unidades escolares, conforme as necessidades de cada unidade, respeitada sua carga horária semanal de trabalho, por ato do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único: A lotação se efetivará em decorrência de nomeação/posse, retorno de afastamento, concurso de remoção e ampliação de carga horária.

Art. 38 A lotação será fixada imediatamente após a posse no cargo mediante aprovação em concurso público.

§ 1º As vagas existentes, o turno e a carga horária estarão discriminados em edital a ser publicado após a homologação do resultado do Concurso Público de Ingresso e será atualizado anualmente quando surgirem novas vagas.

§ 2º A escolha se dará conforme a ordem classificatória do Concurso no momento da apresentação da documentação para a nomeação e se efetivará no momento da posse.

§ 3º A lotação indica o número de cargos de uma Unidade Educacional dimensionados por disciplina, especialidade e área de estudo, visando à manutenção do ensino nas seguintes áreas:

I - Área 1 - Séries Iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano;
II - Área 2 - Séries Finais do Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano;
III - Área 3 - Educação Infantil (quatro meses a seis anos).

Art. 39 Os Especialistas em Assuntos Educacionais (administrador, supervisor escolar e orientador educacional) terão sua lotação em uma unidade escolar, cuja carga horária está prevista nos Anexos II, III e IV desta Lei Complementar.

Art. 40 Os inspetores educacionais terão lotação específica na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 41 Os secretários administrativos terão lotação na Secretaria Municipal de Educação, devendo ser designados para atuar nas Unidades Escolares da Rede Municipal.

Art. 42 No caso de concorrentes à mesma vaga dar-se-á sucessivamente a preferência àquele com:

I - melhor qualificação profissional;
II - maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
III - melhor resultado na avaliação de desempenho;
IV - mais idoso.

Art. 43 Ao ser lotado o profissional em educação deverá assumir sua vaga no 1º dia letivo previsto no Calendário Escolar.

Art. 44 O membro do magistério não perderá sua lotação nos seguintes casos:

I - por afastamento para exercer cargo de provimento em comissão;
II - para exercer a função de direção em estabelecimento de ensino ou função gratificada e de confiança;
III - para atendimento de imperativo de convênio relacionado com a educação;
IV - para atender convocação de serviço militar obrigatório;
V - quando para exercer mandato eletivo;
VI - nos casos de tratamento de saúde, ou de tratamento de qualquer pessoa da família, desde que, comprovado mediante atestado ou perícia médica oficial do Município ou do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - IPREVI-HO, de acordo com o previsto no Estatuto dos servidores públicos, através da Lei Complementar nº 281/2011;
VII - para atender menor adotado;
VIII - nos casos de licença à gestante;
IX - e, na licença prêmio.

Art. 45 O membro do magistério perderá sua lotação quando:

I - encontrar-se em licença para tratar de interesse particular;
II - for cedido, designado ou estiver em disponibilidade para exercer função fora do âmbito do Poder Executivo Municipal, sem firmar imperativo de Convênio;
III - e nos demais casos não previstos no artigo 44 desta Lei Complementar.

§ 1º O membro do magistério legalmente afastado e que tenha perdido a lotação, quando retornar ao exercício, será lotado em estabelecimento de ensino que haja vaga, preferencialmente em Unidade Escolar próxima a sua residência, respeitado o cargo e a habilitação profissional.

§ 2º Quando não existir vaga o membro do magistério será designado para atuar em estabelecimento de ensino, em atribuição de exercício, até o surgimento da primeira vaga, quando será lotado.

Seção II Da Remoção

Art. 46 Remoção é o deslocamento voluntário do membro do magistério de sua lotação para outra unidade educacional, sem modificação de sua situação funcional.

Art. 47 A remoção se faz anualmente por concurso, respeitada a lotação das respectivas unidades educacionais, quando houver vaga.

§ 1º O concurso de remoção poderá deflagrar novo(s) concurso(s) de remoção em consequência da vacância de vaga(s) decorrente(s) do deslocamento voluntário do membro do Magistério de sua lotação anterior;

§ 2º Não há limite para o quantitativo de concurso(s) de remoção, sendo que nenhuma vaga excedente poderá ser disponibilizada para concurso de Ampliação e de Ingresso sem que seja oferecida para remoção.

Art. 48 O concurso de remoção deverá preceder o concurso de ampliação de carga horária e ambos realizar-se-ão sempre que haja vagas excedentes nas Unidades Escolares anteriores a chamada oriunda de Concurso de Ingresso.

Art. 49 A remoção não modifica cargo, nível e carga horária do servidor, podendo ser alterado apenas o turno de trabalho, desde que existam vagas previstas em edital.

Art. 50 No caso de concorrentes à mesma vaga, dar-se-á sucessivamente a preferência àquele com:

I - melhor qualificação profissional;
II - maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
III - melhor resultado na avaliação de desempenho;
IV - mais idoso.

Seção III Da Ampliação De Carga Horária

Art. 51 A ampliação de carga horária do profissional da educação em caráter definitivo, dar-se-á mediante a existência de vaga excedente, precedida de edital público, expedido para esse fim.

§ 1º A ampliação de carga horária de que trata este artigo deverá ser imediatamente posterior ao Concurso de Remoção;

§ 2º Havendo mais de um interessado na complementação da carga horária, terá preferência o profissional da educação:

I - com maior qualificação profissional (habilitação);
II - maior tempo de serviço na rede Municipal de Ensino;
III - melhor avaliação de desempenho;
IV - perdurando o empate, dar-se-á preferência ao mais idoso.

Art. 52 Somente poderá inscrever-se para ampliação de carga horária, até o máximo de 40(quarenta) horas semanais, o profissional em educação que possuir Licenciatura, de Graduação Plena, com habilitação específica na área de atuação, desde que haja

compatibilidade de horário/turno, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 53 A ampliação de carga horária somente poderá ocorrer no período anterior aos 05 (cinco) anos que precedem à aposentadoria com a contribuição previdenciária correspondente à carga horária exercida.

CAPÍTULO V DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Art. 54 A Administração Pública Municipal promoverá a valorização dos profissionais em educação, assegurando-lhes, nos termos do estatuto e do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal:

- I - ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos;
- II - piso salarial profissional;
- III - dedicação exclusiva ao cargo;
- IV - qualificação em instituições credenciadas; e
- V - progresso funcional.

Art. 55 É assegurado ao membro do Magistério Público Municipal o aperfeiçoamento profissional continuado, com afastamento periódico remunerado para esse fim.

§ 1º Para o afastamento de que trata esse artigo deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- I - os cursos deverão ser de mestrado, específicos na área da Educação;
- II - a licença e a remuneração ficam condicionadas ao tempo coberto pela frequência ao curso.

§ 2º Para candidatar-se ao gozo de licença de que trata esse artigo, o membro do magistério deverá estar atuando na área da educação, há, no mínimo 05 (cinco) anos, como membro efetivo do Magistério Público Municipal.

§ 3º A cada 3 (três) anos será concedido a 02 (dois) servidores a licença para aperfeiçoamento continuado.

§ 4º Havendo mais candidatos para o gozo de licença em relação às vagas, a seleção será feita mediante os seguintes critérios:

- I - maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
- II - dedicação exclusiva (quarenta horas semanais);
- III - melhor resultado na avaliação de desempenho.

§ 5º O membro do magistério beneficiado por este artigo deverá permanecer por mais 05 (cinco) anos, em atividades de magistério no Município.

§ 6º Ocorrendo a saída do beneficiado antes desse período, deverá ressarcir aos cofres públicos municipais os valores despendidos durante o afastamento, de acordo com a carga horária compatível ao período de afastamento (20 h ou 40 h), com as correções aplicáveis aos contribuintes em débito para com o erário.

Art. 56 É assegurado ao membro do magistério público municipal, auxílio pecuniário para o aperfeiçoamento profissional continuado em instituições credenciadas, em nível de graduação e pós-graduação, uma única vez em toda a carreira.

§ 1º O auxílio previsto neste artigo somente será concedido ao servidor que estiver frequentando o curso correspondente à área específica de atuação e será equivalente a 15% (quinze por cento) do valor do vencimento do nível 1 (um), referência - A, do Anexo

XI desta Lei Complementar.

§ 2º O auxílio previsto neste artigo se estenderá até o término do curso, respeitando o prazo máximo de duração previsto para o mesmo, sem repetência e com todos os créditos cursados a cada ano.

§ 3º Somente poderá ser beneficiado com o auxílio o servidor que já cumpriu o estágio probatório.

§ 4º O servidor beneficiado com as disposições deste artigo deverá permanecer por mais cinco anos em atividades de magistério no Município, com a carga horária equivalente ao período de concessão do auxílio; ocorrendo a saída do beneficiado antes desse período, deverá o mesmo ressarcir aos cofres públicos municipais os valores despendidos durante a concessão do auxílio, com as correções aplicáveis aos contribuintes em débito para com o erário.

§ 5º Os pedidos do auxílio previsto no "caput" deste artigo, deverão ser encaminhados ao Setor Administrativo, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, até a data de 28 de fevereiro de cada exercício para quem ingressar no primeiro semestre, e, até 30 de agosto para quem ingressar no segundo semestre.

Art. 57 O exercício como docente na carreira do Magistério exige, como qualificação mínima:

- I - ensino superior em Licenciatura Plena de Pedagogia Habilitação em Séries Iniciais, para a docência nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental e/ou ensino superior em Licenciatura Plena em Pedagogia Habilitação em Educação Infantil para a docência na Educação Infantil;
- II - ensino superior em curso de Licenciatura, de Graduação Plena, com habilitação específica em área própria, para a docência nas séries finais do ensino fundamental.

Art. 58 A experiência docente de 02 (dois) anos é pré-requisito para o exercício profissional das funções do grupo técnico pedagógico, exceto para o cargo de Secretário Administrativo, conforme determina a Lei nº 9.394 de 20.12.1996.

Art. 59 Aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades escolares serão assegurados 30 (trinta) dias de férias anuais e 15 (quinze) dias de Recesso Escolar.

§ 1º Entende-se como recesso escolar, o intervalo de tempo antecedente aos 200 (duzentos) dias/aula e 220 (duzentos e vinte) dias letivos obrigatórios, período em que os professores ficarão à disposição da Secretaria de Educação.

§ 2º O período de que trata o parágrafo anterior não gera nenhum adicional à remuneração do professor.

§ 3º Os demais profissionais da educação terão direito a 30 (trinta) dias de férias por ano.

Art. 60 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes garantirá cursos de aperfeiçoamento continuado até o limite de 40 (quarenta) horas/aula por ano, distribuídos entre as diferentes áreas curriculares.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 61 Será permitida a atribuição de exercício em Unidade Escolar diversa da lotação desde que requerida no mês de dezembro de cada ano, a bem do interesse público.

Art. 62 A cedência do Profissional de educação, somente será concedida sem ônus para o sistema de origem.

Art. 63 A pedido do profissional da Educação e no interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a carga horária poderá ser reduzida, sempre em caráter definitivo e irrevogável, com a consequente redução salarial na mesma proporção, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único: Exceto no caso de concurso de ampliação de carga horária, quando poderá concorrer em nível de igualdade com os demais profissionais da área.

Art. 64 Havendo vaga, no início de cada ano letivo, antes da efetivação do Processo Seletivo poder-se-á alterar em caráter temporário a carga horária do professor, por ato do Poder Executivo, retornando a carga horária original no término do ano letivo ou no retorno do docente cuja vaga está vinculada.

§ 1º Havendo mais de um interessado na complementação da carga horária, terá preferência o profissional da educação, com:

- I - com maior qualificação profissional (habilitação);
- II - maior tempo de serviço na rede Municipal de Ensino;
- III - melhor avaliação de desempenho;
- IV - perdurando o empate, dar-se-á preferência ao mais idoso.

§ 2º Somente poderá inscrever-se para ampliação de carga horária o profissional em educação que possuir Licenciatura, de Graduação Plena, com habilitação específica na área de atuação, nos termos desta Lei Complementar.

§ 3º A carga horária temporária ampliada pelo professor efetivo conforme previsto no caput deste artigo ficará sob a cobertura do regime geral de previdência social, no que exceder ao vinculado com o regime próprio de previdência social no ato de ingresso na carreira.

§ 4º Os interessados na ampliação da carga horária de que trata o caput deste artigo deverão protocolar requerimento específico na Secretaria de Educação.

Art. 65 A licença para tratar de interesses particulares de que se trata o artigo 105 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, somente será concedida na totalidade da carga horária do Profissional da educação, não podendo esta ser fracionada.

Art. 66 No encerramento do exercício anual, o saldo dos 60% (sessenta por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação destinados a remuneração do magistério, será rateado proporcionalmente, em forma de gratificação natalina, entre todos os profissionais de educação pagos pelo FUNDEB.

Art. 67 Fica assegurado aos Profissionais da Educação quaisquer outras vantagens não previstas nesta Lei Complementar, fundamentadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, até a implantação do Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 68 Os profissionais da educação que completarem 20 (vinte) anos de efetivo exercício junto ao Magistério Público Municipal, ininterruptos, farão jus ao adicional por tempo de serviço no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o salário-base.

§ 1º Não farão jus ao referido adicional previsto no caput deste artigo, os profissionais da educação que:

- I - tirarem licença para tratarem de assuntos particulares, a partir da publicação desta lei;

II - tenham recebido algum tipo de penalidade através de processo administrativo disciplinar;

III - tenham tirado licença para tratamento de saúde por mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, corridos ou somados a partir da publicação desta lei, com acompanhamento por Assistente Social designada pela Administração Municipal, no caso de doença que exceda o prazo supracitado para o restabelecimento da condição laborativa e emissão de laudo comprobatório;

IV - tenham sido cedidos para prestarem serviços a outros órgãos estaduais ou federais, a partir da publicação desta lei.

§ 2º Todos os profissionais da educação contemplados com o previsto no caput, obrigatoriamente, deverão contribuir sobre o referido adicional ao regime previdenciário por no mínimo 05 (cinco) anos, caso contrário, somente terá incorporado à aposentadoria, o valor proporcional ao contribuído, na escala de 20% (vinte por cento) a cada ano, como consta no Anexo XIV desta Lei Complementar.

§ 3º Aos servidores que já possuem 20 (vinte) anos ou mais de serviço prestado junto ao Magistério Público Municipal na data da publicação desta Lei Complementar, passarão a garantir o adicional na forma prevista no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 69 Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério, as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, conforme a Lei 11.301, de 2006.

Art. 70 Cabe às Secretarias de Administração e Finanças e da Educação, Cultura e Esportes, a coordenação e implantação do presente Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Art. 71 Os servidores efetivos terão cobertura dos seus benefícios previdenciários de acordo com o cargo e a carga horária decorrentes da investidura no Quadro de Carreira do Magistério Municipal através do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste - IPREVI-HO.

Art. 72 O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução das disposições do presente Plano.

Art. 73 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 74 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 75 Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Complementares nº 286/2011, nº 297/2012 e Decreto nº 3.118/2013.

Herval d'Oeste (SC), 18 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

ANEXO I DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: PROFESSOR

GRUPO OCUPACIONAL: DOCENTE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realizar o exercício da docência em classes de educação infantil, ensino fundamental, programas de apoio às crianças com dificuldade de aprendizagem, educação especial e educação de adultos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político - Pedagógico da Unidade Escolar;
- Elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino - aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente;
- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s);
- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório escrito;
- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- Manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário;
- Comunicar com 24 horas de antecedência à direção sempre que estiver impossibilitado de comparecer a Unidade Escolar;
- Manter a ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;
- Preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado;
- Manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;
- Usar indumentária adequada ao ambiente escolar, conforme orientação da Direção;
- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

- Habilitação profissional em nível superior, em curso de licenciatura plena (Pedagogia ou curso em área específica), comprovada mediante certificado de registro do MEC (Ministério da Educação e do Desporto) para atuar nos diferentes níveis e áreas de ensino.

JORNADA DE TRABALHO:

- 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO II DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ADMINISTRADOR ESCOLAR

GRUPO OCUPACIONAL: APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolver atividades auxiliares de natureza técnico-administrativo, pedagógico e de assessoramento à Direção da Unidade Escolar.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Substituir os professores quando estes estiverem impossibilitados de comparecerem à Unidade escolar para ministrar aulas;
- Assessorar a Direção na definição do Calendário Escolar, organização das classes, do horário semanal e distribuição de aulas;
- Auxiliar no cumprimento do regimento escolar e na efetivação das ações definidas no Plano Político - Pedagógico;
- Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre a administração geral e específica, sob orientação;
- Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Associações Escolares (APP, Grêmios etc.);
- Supervisionar os recreios;
- Comunicar e convocar os pais em casos necessários;
- Supervisionar o cumprimento do Calendário Escolar e das aulas previstas no horário semanal;
- Colaborar com a Direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários a viabilização do Plano Político - Pedagógico da escola;
- Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto sócio- econômico e cultural em que o aluno vive;
- Autorizar entradas e saídas fora do horário normal;
- Auxiliar no empréstimo de obras literárias, na ausência da pessoa responsável;
- Colaborar com os demais serviços visando garantir a Proposta Pedagógica;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola - família - comunidade;
- Coordenar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários, bem como o registro de assentamento dos alunos;
- Organizar e manter atualizada a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos;
- Revisar e organizar expediente a ser submetido ao Diretor da unidade escolar;
- Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores;
- Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;
- Comunicar ao Diretor da Unidade Escolar toda irregularidade que venha a ocorrer no estabelecimento;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo;
- Coordenar, controlar e executar o cadastramento dos bens de caráter permanente da Unidade Escolar;
- Supervisionar trabalhos referentes ao registro e controle de serviços contábeis e estatísticos;
- Expedir registros, históricos escolares e outros documentos, sob orientação do Diretor da Unidade Escolar;
- Colaborar, no que for de sua área de atuação, na execução de programas e projetos educacionais;
- Atuar nas atividades relacionadas à disciplina, no âmbito da Unidade Escolar;
- Colaborar com os professores, promovendo atividades para o

bom relacionamento dos alunos com todos os segmentos da Unidade Escolar;

- Promover a sociabilidade entre alunos, professores e direção da Unidade Escolar;
- Manter contatos constantes com os alunos e professores no que diz respeito à integração dos aos grêmios, associações e outros;
- Atuar no controle da frequência dos alunos e professores;
- Auxiliar no controle de estoques, classificando, codificando e controlando o material permanente e de consumo;
- Coletar, registrar e transmitir dados relativos às atividades da Unidade Escolar;
- Atuar, em qualquer caso, nas tarefas administrativas compatíveis com a sua área de atuação e mediante as necessidades da escola;
- Executar eventualmente outras tarefas correlatas.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

- Habilitação Profissional obtida em cursos de licenciatura plena em Pedagogia, na área de administração escolar, comprovada mediante certificado de registro do MEC.
- Pré-requisito: Experiência docente de 02 (dois) anos, que pode ser adquirida em qualquer nível de ensino público ou privado.

JORNADA DE TRABALHO:

- 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO III

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: SUPERVISOR ESCOLAR

GRUPO OCUPACIONAL: APOIO TÉCNICO – PEDAGÓGICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar pesquisas, estudos, controle, acompanhamento, programas, planos e projetos de natureza técnico-administrativa e pedagógica.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Substituir os professores quando estes estiverem impossibilitados de comparecerem à Unidade escolar para ministrar aulas;
- Acompanhar o trabalho da escola assessorando a Direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;
- Buscar atualização permanente;
- Ajudar a implantar e manter formas de atuação, estabelecidas com o propósito de assegurar as metas e os objetivos traçados para garantir a função social da escola;
- Coletar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;
- Participar com a Direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários à viabilização do Plano Político - Pedagógico;
- Auxiliar e supervisionar o processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar, garantindo o seu cumprimento;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução;
- Subsidiar os professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos;
- Promover o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Participar na construção do Plano Político - Pedagógico;
- Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive;
- Estimular a reflexão coletiva de valores morais e éticos, visando à construção da cidadania;
- Colaborar na construção da autoestima do aluno, visando sua aprendizagem e à construção de sua identidade pessoal e social;
- Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometam com

o atendimento das reais necessidades dos alunos;

- Avaliar o desempenho da escola como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade;
- Apresentar propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;
- Coordenar a elaboração do planejamento de ensino;
- Orientar e supervisionar atividades visando ao pleno rendimento escolar;
- Assessorar o docente quanto a métodos e trabalho de ensino e colaborar na busca de soluções para os problemas de repetência, evasão e reprovação escolar;
- Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontros de estudo ou reuniões pedagógicas;
- Colaborar com as atividades de articulação entre escola - família - comunidade;
- Garantir que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento;
- Participar do diagnóstico junto à comunidade escolar identificando as situações diferenciadas com vistas ao levantamento de possíveis soluções;
- Promover a avaliação permanente do currículo visando o replanejamento;
- Coordenar juntamente com o Orientador Escolar, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;
- Garantir a articulação vertical e horizontal dos conteúdos pedagógicos;
- Promover a construção de estratégias pedagógicas que visem o enfrentamento ao bullying, a discriminação e exclusão das minorias;
- Coordenar o processo de análise e utilização dos livros didáticos;
- Garantir que a distribuição das turmas aconteça tendo por base critérios pedagógicos;
- Garantir que a escola não se desvie de sua verdadeira função;
- Garantir que cada área do conhecimento recupere o seu significado e se articule com a globalidade do conhecimento historicamente construído;
- Garantir a articulação do ensino entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
- Acompanhar e avaliar "in loco" o trabalho pedagógico dos professores, orientando-os;
- Promover a análise crítica dos materiais didáticos mais adequados aos alunos e coerentes com as concepções de homem e de sociedade que direcionam a ação pedagógica;
- Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades do aluno;
- Estudar a proposta Pedagógica Municipal, repassando aos professores os conhecimentos adquiridos;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

- Habilitação Profissional obtida em cursos de licenciatura plena em Pedagogia, na área de supervisão escolar, comprovada mediante certificado de registro do MEC.
- Pré-requisito: Experiência docente de 02 (dois) anos, que pode ser adquirida em qualquer nível de ensino público ou privado.

JORNADA DE TRABALHO:

- 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO IV DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ORIENTADOR EDUCACIONAL

GRUPO OCUPACIONAL: APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolver e executar atividades de orientação educacional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Substituir os professores quando estes estiverem impossibilitados de comparecerem à Unidade escolar para ministrar aulas;
- Garantir que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento;
- Promover a articulação entre a escola, família e comunidade;
- Participar com a comunidade escolar na construção do Projeto Político - Pedagógico, promovendo a participação dos pais e alunos;
- Garantir o acesso e a permanência do aluno na escola;
- Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive;
- Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja o ponto de partida e redimensionando permanentemente o currículo;
- Contribuir para que aconteça a articulação entre a teoria e a prática pedagógica;
- Contribuir para que a avaliação se desloque do aluno para o processo pedagógico como um todo, visando o replanejar;
- Garantir a participação dos pais e alunos no Conselho de Classe;
- Coordenar juntamente com o Supervisor Escolar, o conselho de classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;
- Promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de bullying, discriminação e exclusão das minorias;
- Participar da elaboração do regimento escolar;
- Discutir alternativas de distribuição da merenda de forma a atender as reais necessidades dos alunos;
- Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;
- Estimular a reflexão coletiva de valores (paz, liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade, comprometimento social);
- Buscar atualização permanente dentro da Proposta Pedagógica do Município;
- Desenvolver o autoconceito positivo, visando à aprendizagem do aluno, bem como à construção de sua identidade pessoal e social;
- Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;
- Acompanhar com o corpo docente o processo didático-pedagógico, garantindo a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstas na lei vigente;
- Acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto aos alunos (apoio-pedagógico), no sentido de propiciar a aquisição do conhecimento, possibilitando a apropriação do conteúdo não assimilado;
- Acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimento de transferências;
- Promover ações que objetivem a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar;
- Realizar levantamento das dificuldades pessoais dos alunos (auditivas, visuais, psicomotoras, físicas, etc.), promovendo sua integração ao ambiente escolar;
- Acompanhar o rendimento escolar dos alunos e, com os professores, ver as causas do baixo rendimento, propondo possíveis soluções;
- Prestar assessoria e consultoria em assuntos pedagógicos e educacionais;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

- Habilitação profissional obtida em cursos de licenciatura plena em Pedagogia, na área de orientação educacional, comprovada mediante certificado de registro no MEC.
- Pré-requisito: Experiência docente de 02 (dois) anos, que pode ser adquirida em qualquer nível de ensino público ou privado.

JORNADA DE TRABALHO:

- 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO V

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

GRUPO OCUPACIONAL: APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar atividades de natureza técnico-administrativa.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Substituir os professores quando estes estiverem impossibilitados de comparecerem à Unidade escolar para ministrar aulas;
- Coordenar e executar as tarefas decorrentes dos encargos da Secretaria;
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da:
 - a. identidade e regularidade da vida escolar do aluno;
 - b. autenticidade dos documentos escolares.
- Organizar e manter atualizado a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos;
- Redigir a correspondência que lhe for confiada;
- Rever todo o expediente a ser submetido a despacho do diretor;
- Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados a autoridades superiores;
- Apresentar ao diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;
- Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;
- Zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à secretaria;
- comunicar à direção toda irregularidade que venha a ocorrer na Secretaria;
- representar o Diretor em seus impedimentos;
- Receber e fazer registro de livros, folhetos, revistas periódicos e outros;
- Manter em dia e em ordem os arquivos da secretaria da unidade escolar;
- Selecionar, classificar e arquivar documentação;
- Redigir e digitar expedientes;
- Executar trabalhos referentes ao registro e controle de serviços contábeis;
- Auxiliar na área de coleta e processamento de dados;
- Atuar, em qualquer caso, nas tarefas administrativas compatíveis com sua área de atuação;
- Participar de pesquisas e/ou trabalhos de natureza técnica sobre a administração geral e específica;
- Assegurar a fidelidade dos dados computados no sistema de informatização escolar, mantendo-o atualizado, nos prazos estipulados;
- Participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle de processos;
- Conhecer a legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas a assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino - aprendizagem;

- Auxiliar na aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo;
- Alimentar o sistema EDUCACENSO e responsabilizar-se, conjuntamente com o Diretor, pelos dados informados;
- Manter atualizado, responsabilizando-se pela informação dos dados no SGE;
- Assessorar a Direção na definição do Calendário Escolar, organização das classes, do horário semanal e distribuição de aulas;
- Auxiliar no cumprimento do regimento escolar e na efetivação das ações definidas no Plano Político - Pedagógico;
- Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre a administração geral e específica, sob orientação;
- Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Associações Escolares (APP, Grêmio Estudantil, Conselhos, etc.);
- Comunicar e convocar os pais em casos necessários;
- Colaborar com a direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários a viabilização do plano político - pedagógico da escola;
- Autorizar entradas e saídas fora do horário normal;
- Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;
- Coordenar, controlar e executar o cadastramento dos bens de caráter permanente da unidade escolar;
- Supervisionar trabalhos referentes a registro e controle de serviços contábeis e estatísticos;
- Atuar no controle da frequência dos alunos e professores;
- Auxiliar no controle de estoques, classificando, codificando e controlando o material permanente e de consumo;
- Coletar, registrar e transmitir dados relativos as atividades da unidade escolar;
- Atuar, em qualquer caso, nas tarefas administrativas compatíveis com a sua área de atuação e mediante as necessidades da escola.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

- Habilitação profissional obtida em nível superior, em curso de licenciatura plena (Pedagogia ou curso em área específica da Educação), comprovado mediante certificado de registro do MEC (Ministério da Educação e do Desporto), e;
- 200 (duzentas) horas/aula de curso na área de informática básica e/ou avançada, comprovado através de certificado de conclusão.

JORNADA DE TRABALHO:

- 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO VI

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: INSPETOR EDUCACIONAL

GRUPO OCUPACIONAL: APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar e inspecionar pesquisas, estudos, controle, acompanhamento, programas, planos e projetos de natureza técnico-administrativa e pedagógica.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Coordenador e inspecionar estudos sobre a organização e funcionamento do sistema educacional, bem como sobre todos os métodos e técnicas neles empregados, em harmonia com a legislação, diretrizes e políticas estabelecidas;
- Programar, orientar e revisar os temas a serem estudados para o aperfeiçoamento do sistema educacional vigente;
- Coordenar, orientar e fiscalizar as atividades relacionadas a recrutamento e seleção de pessoal;
- Participar, estudar e elaborar programas de desenvolvimento de recursos humanos;
- Planejar e elaborar diretrizes, orientações pedagógicas, documentos, planejamento, execução e avaliação das metas educacionais;

- Emitir parecer em assuntos de sua especialidade e/ou competência;
- Realizar palestras, seminários e conferências de interesse educacional;
- Fornecer dados estatísticos e relatórios de suas atividades;
- Supervisionar e coordenar pesquisas de natureza técnico-pedagógica;
- Zelar pelo cumprimento das leis e normas de ensino, bem como pelo aperfeiçoamento e correção dos aspectos didáticos e pedagógicos;
- Estudar, planejar, criar e desenvolver instrumentos necessários à avaliação do sistema educacional;
- Planejar, coordenar, supervisionar as atividades de valorização e capacitação de recursos humanos;
- Estudar, planejar, organizar e levantar as necessidades de informatização de serviços estatístico-educacionais;
- Prestar assessoria e inspeção técnica em assuntos técnicos pedagógicos, administrativos e educacionais;
- Planejar, programar e coordenar atividades relacionadas com a organização de métodos racionais e simplificados de trabalho;
- Proceder inspeção referente ao trabalho pedagógico desenvolvido nas unidades escolares, mais especificamente, em sala de aula junto aos professores;
- Inspecionar o processo de elaboração e atualização do regimento escolar, garantindo o seu cumprimento;
- Coordenar e fiscalizar a construção, viabilização e aplicação das propostas sugeridas no plano político-pedagógico;
- Inspecionar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
- Inspecionar e orientar atividades docentes quanto a métodos de trabalho de ensino, auxiliando a busca de soluções para os problemas de repetência, evasão e reprovação escolar;
- Fiscalizar junto as instituições de ensino o cumprimento do calendário escolar;
- Supervisionar, examinar e dar parecer no processo de análise, utilização e sistematização dos livros e materiais didáticos;
- Subsidiar, sempre que necessário, nas atividades correlatas aos cargos de direção, administração escolar, secretário administrativo, supervisão e orientação educacional;
- Programar e coordenar a elaboração do orçamento, bem como estudar, desenvolver técnicas relacionadas com planejamento;
- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

- Habilitação obtida em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com registro no MEC, e curso de Pós-Graduação, na área específica de Educação e Ensino.
- Pré-requisito: Experiência docente de 02 (dois) anos, que pode ser adquirida em qualquer nível de ensino público ou privado.

JORNADA DE TRABALHO:

- 40 (quarenta) horas semanais.

ANEXO VII

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO: DOCENTE

CARGO	Nº DE CARGOS	NÍVEL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
		*1	*Habilitação obtida no ensino médio, na modalidade normal (Magistério).
		2	
		3	
		4	
		5	Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura, de Graduação Plena, na área específica de atuação, com registro do MEC.
		5-1	
		5-2	
		6	
		7	Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC e curso de Pós-Graduação-Especialização, na área específica de atuação ou disciplina.
		8	
		9	
		9-1	
Professor	220	9-2	
		10	Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC e curso de Pós-Graduação-Mestrado, na área específica de atuação ou disciplina.
		11	
		12	
		13	
		14	

*A habilitação profissional referente ao Nível 1, somente se aplica aos professores efetivos que se encontram nele classificados até a publicação desta Lei Complementar, sendo que deverão observar rigorosamente o disposto no artigo 48.

ANEXO VIII

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO: APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

CARGO	Nº DE CARGOS	NÍVEL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
		2	Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura, de Graduação Plena, nas áreas de administração escolar supervisão escolar ou orientação educacional ou equivalente a essas áreas, com registro no MEC.
		3	
		4	
Especialistas em assuntos Educacionais	09	5	
		5-1	
		5-2	
		6	Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, nas áreas de administração escolar, supervisão escolar ou orientação educacional ou equivalente a essas áreas, com registro no MEC, e curso de Pós-Graduação-Especialização, na área específica da Educação e do Ensino.
		7	
1.Administrador Escolar	02	8	
		9	
2.Supervisor Escolar	04	9-1	
		9-2	
		10	Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, nas áreas de administração, escolar, supervisão escolar ou orientação educacional ou equivalente a essas áreas, com registro no MEC, e curso de Pós-Graduação - Mestrado, na área específica da Educação e Ensino.
		11	
		12	
3.Orientador Educacional	02	13	
		14	

ANEXO IX

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO: APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

CARGO	Nº DE CARGOS	NÍVEL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
		6	Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com registro no MEC, e curso de Pós-Graduação - Especialização, na área específica da Educação e Ensino/Experiência docente de 02 (dois)anos, que pode ser adquirida em qualquer nível de ensino público ou privado.
		7	
		8	
		9	
		9-1	
		9-2	
		10	Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, com registro no MEC, e curso de Pós-Graduação - Mestrado, na área específica da Educação e Ensino/Experiência docente de 02 (dois)anos, que pode ser adquirida em qualquer nível de ensino público ou privado.
		11	
Inspetor Educacional	03	12	
		13	
		14	

ANEXO X

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO: APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

CARGO	Nº DE CARGOS	NÍVEL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
		4	Habilitação profissional obtida em nível superior, em curso de licenciatura plena (Pedagogia ou curso em área específica da Educação), comprovado mediante certificado de registro do MEC(Ministério da Educação e do Desporto) e; 200 (duzentas) horas/aula de curso na área de informática básica e/ou avançada, comprovado através de certificado de conclusão.
		5	
		6	
		6-1	
		6-2	
		7	Habilitação profissional obtida em nível superior, em curso de Licenciatura Plena (Pedagogia ou curso em área específica da Educação), comprovado mediante certificado de registro do MEC(Ministério da Educação e do Desporto) e Pós-graduação a nível de Especialização na área da Educação, e; 200 (duzentas) horas/aula de curso na área de informática básica e/ou avançada, comprovado através de certificado de conclusão.
		8	
		9	
Secretário Administrativo	05	10	
		11	

ANEXO XI

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPOS: DOCENTE E APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO
CARGOS: PROFESSOR, INSPETOR EDUCACIONAL E ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

TABELA DE VENCIMENTOS PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL					
GRUPO: DOCENTE E APOIO TÉCNICO - PEDAGÓGICO					
CARGOS: PROFESSOR, INSPETOR EDUCACIONAL,					

E ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS					
	A	B	C	D	E
ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO					
1	1521,70	1.552,13	1.583,18	1.614,84	1.647,14
LICENCIATURA - PLENA					
2	1.842,08	1.878,92	1.916,50	1.954,83	1.993,93
3	2.033,81	2.074,48	2.115,97	2.158,29	2.201,46
4	2.245,49	2.290,39	2.336,20	2.382,93	2.430,59
5	2.479,20	2.528,78	2.579,36	2.630,94	2.683,56
5.1	2.737,23	2.791,98	2.847,82	2.904,77	2.962,87
5.2	3.022,13	3.082,57	3.144,22	3.207,11	3.271,25
PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO					
6	2.242,53	2.287,38	2.333,13	2.379,79	2.427,39
7	2.475,93	2.525,45	2.575,96	2.627,53	2.680,05
8	2.733,65	2.788,32	2.844,09	2.900,97	2.958,99
9	3.018,17	3.078,54	3.140,11	3.202,91	3.266,97
9.1	3.332,31	3.398,95	3.466,93	3.536,27	3.606,99
9.2	3.679,13	3.752,72	3.827,77	3.904,33	3.982,41
PÓS-GRADUAÇÃO A NÍVEL DE MESTRADO					
10	2.723,08	2.777,54	2.833,09	2.889,75	2.947,55
11	3.006,50	3.066,63	3.127,96	3.190,52	3.254,33
12	3.319,42	3.385,81	3.453,52	3.522,59	3.593,00
13	3.664,86	3.738,16	3.812,92	3.889,18	3.966,96
14	4.046,30	4.127,23	4.209,77	4.293,97	4.379,85
PROFESSOR NÃO HABILITADO - 1.201,37					

ANEXO XII

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPO: APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO
CARGO: SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL					
	A	B	C	D	E
GRUPO: APOIO À ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR					
CARGOS: SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO					

	A	B	C	D	E
ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO					
1	1521,70	1.552,13	1.583,18	1.614,84	1.647,14
2	1680,08	1.713,68	1.747,95	1.782,91	1.818,57
3	1854,94	1.892,04	1.929,88	1.968,48	2.007,85
LICENCIATURA - PLENA					
4	1.842,06	1.878,90	1.916,48	1.954,81	1.993,90
5	2.033,78	2.074,46	2.115,95	2.158,27	2.201,43
6	2.245,46	2.290,37	2.336,18	2.382,90	2.430,56
6.1	2.479,17	2.528,75	2.579,33	2.630,92	2.683,53
6.2	2.737,20	2.791,95	2.847,79	2.904,74	2.962,84
PÓS-GRADUAÇÃO A NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO					
7	2.242,52	2.287,37	2.333,12	2.379,78	2.427,38
8	2.475,92	2.525,44	2.575,95	2.627,47	2.680,02
9	2.733,62	2.788,29	2.844,06	2.900,96	2.958,98
10	3.018,16	3.078,52	3.140,09	3.202,89	3.266,95
11	3.332,29	3.398,94	3.466,92	3.536,25	3.606,98

ANEXO XIII

TABELA DE PERCENTUAIS DE AULAS EXCEDENTES

PERCENTUAIS DE AULAS EXCEDENTES (Incidirá sobre o valor de 40 horas – salário base)							
40 HORAS-AULA		30 HORAS-AULA		20 HORAS-AULA		10 HORAS-AULA	
Nº de aulas	%	Nº de aulas	%	Nº de aulas	%	Nº de aulas	%
36 (1)	02,50	27 (1)	03,33	18 (1)	05,00	09 (1)	10,00
37 (2)	05,00	28 (2)	06,66	19 (2)	10,00	10 (2)	20,00
38 (3)	07,50	29 (3)	10,00	20 (3)	15,00		
39 (4)	10,00	30 (4)	13,33	21 (4)	20,00		
40 (5)	12,50	31 (5)	16,66				
41 (6)	15,00	32 (6)	20,00				
42 (7)	17,50						
43 (8)	20,00						

ANEXO XIV

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

05 ANOS	% DE INCORPORAÇÃO / ANO				
25 %	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0



Lei Complementar Nº 317/2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 317/2013.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 35 DA LEI COMPLEMENTAR NR. 165/2004 QUE DISPÕE SOBRE AS NORMAS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Artigo 35 da Lei Complementar nr. 165/2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 60 Os contribuintes do Imposto, caracterizados como pessoas jurídicas ficam obrigados a:

I - manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II - emitir notas fiscais eletrônicas de serviços ou outro documento admitido pelo Órgão Fazendário competente, por ocasião da prestação dos serviços;

III - adotar a ferramenta eletrônica de guia de informação do ISSQN para processamento eletrônico de dados de suas declarações, apresentando, mensalmente, via internet, a referida escrituração fiscal dos serviços prestados, emitindo a respectiva guia para o recolhimento do imposto.

§ 1º Findo o exercício fiscal o contribuinte deverá emitir os livros fiscais em papel, promover a encadernação das folhas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias e conservá-los no estabelecimento pelo prazo de 05 (cinco) anos, para exibição ao fisco quando solicitados.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo expedirá, no prazo de 30 (trinta dias), decreto regulamentando a emissão da Nota Fiscal Eletrônica e definindo os contribuintes que estão obrigados ou autorizados a emití-las.

§ 3º O Município disponibilizará aos contribuintes usuários da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços, aplicativo/web, responsável pelo controle e emissão do documento fiscal através da rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 18 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei Nº 3.021/2013.

LEI Nº 3021/2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a baixa nos registros referentes a bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Herval d'Oeste - SC, inservíveis ao Serviço Público Municipal, abaixo especificados, localizados na Secretaria Municipal de Saúde:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	07416	01	Ar condicionado
02	05570	01	Ar condicionado

03	06111	01	Mesa
04	0605	01	Cadeira
05	06050	01	Cadeira
06	06052	01	Cadeira
07	06054	01	Mesinha
08	06053	01	Cadeira
09	07525	01	Máquina de lavar
10	06114	01	Mesa
11	06112	01	Mesa
12	06046	01	Lâmpada
13	06048	01	Cadeira
14	06364	01	Escada
15	06113	01	Escrivanha
16	01055	01	Cadeira madeira
17	06122	01	Cadeira palha
18	06220	01	Cadeira palha
19	06091	01	Armário ferro
20	06126	01	Pia cozinha
21	01056	01	Cadeira
22	06115	01	Mesa
23	02147	01	Gaveta
24	06085	01	CPU
25	06089	01	Cadeira
26	06034	01	Estabilizador
27	05531	01	Banco de madeira
28	05532	01	Banco de madeira
29	05530	01	Banco de madeira
30	05529	01	Banco de madeira

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 18 de dezembro 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei Nº 3.022/2013.

LEI Nº 3022/2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER A REVISÃO GERAL ANUAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DEMAIS AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Revisão Geral Anual, aos vencimentos e subsídios dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, às funções e cargos de confiança, às funções gratificadas, Conselheiros Tutelares e ao auxílio pecuniário educacional, bem como ao Prefeito, Vice-prefeito e Agentes Políticos com fulcro no art. 37, inciso X da Constituição Federal c/c art. 1º da Lei Municipal nº 2.766/2009, no percentual de 2,0 (dois por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento para o exercício de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 18 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Termo Aditivo Nº 090/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Empresa: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09
Endereço: Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106.
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 090/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda. estabelecida na Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106, inscrita no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, casada, portadora do CPF nº 589.785.859-49 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 024/2012, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Tomada de Preço Nº. 07/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 024/2012, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

JULEIDE INÊS D'AGOSTINI
Administradora
CPF: 437.061.009-59
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 091/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF N.º 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos n.º 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE XANXERÊ
Empresa: FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas LTDA.
CNPJ/MF N.º 07.753.029/0001-93
Endereço: Rua da Consolação, nº 317, Ed. Bossini, SL 01
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 091/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas LTDA, situada a Rua da Consolação, nº 317, Ed. Bossini, SL 01, na Cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ N.º 07.753.029/0001-93, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Convite nº 001/2012, Processo Licitatório nº 0022/2012, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 007/2012, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA
Sócio Administrador
CPF: 579.388.909-44
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 092/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: L.G.C.R. COMPSERV COMPONENTES E SERVIÇO
CNPJ/MF Nº 02.266.855/0001-94
Endereço: Rua Felipe Schmidt, nº 39
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 092/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, a "Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste" Estado de Santa Catarina, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38, com sede a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF nº 501.589.459-72, doravante denominado simplesmente de Contratante, e de outro lado, a empresa L.G.C.R. COMPSERV COMPONENTES E SERVIÇO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 02.266.855/0001-94, estabelecida a Rua Felipe Schmidt, nº 39, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato denominada simplesmente de Contratada, representada neste ato, pelo Senhor Marcos Smiderle, Procurador, inscrito no CPF/MF nº 016.073.979-94, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 060/2012, modalidade Carta Convite nº 012/2012, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 027/2011 de 01/01/2014 até 30/05/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI	MARCOS SMIDERLE
Prefeito	Procurador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 016.073.979-94
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 094/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Luzerna
EMPRESA: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME.
CNPJ/MF nº 07.336.749/0001-53
Rua Doze de Maio nº 152 sala 02 - Vila Alemã
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 094/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF Nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Luzerna Instalações Elétricas LTDA ME. estabelecida na Doze de Maio nº 152 sala 02 - Vila Alemã, no município de Luzerna, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº 07.336.749/0001-53, neste ato representado por seu Sócio, senhor Aurélio Brustolin, brasileiro, portadora do CPF Nº 250.963.899-87 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo Licitatório nº 072/2011 - Tomada de Preços nº 004/2011 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 045/2011 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

AURÉLIO BRUSTOLIN
Administrador
CPF: 250.963.899-87
Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 095/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
Empresa: Epagri - Empresa de Pesquisa Agrop. e Extensão Rural de SC
CNPJ/MF Nº 83.052.191/0001-62
Rodovia Admar Gonzaga nº 1347 - Bairro Itacorubi -
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 095/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, resolve celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 044/2010, na modalidade de inexigibilidade de licitação nº 005/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 020/2010 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

LUIZ CARLOS COELHO
Gerente Regional Epagri Joaçaba
CPF: 196.901.770-87
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 096/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: L.G.C.R. COMPSERV COMPONENTES E SERVIÇO
CNPJ/MF Nº 02.266.855/0001-94
Endereço: Rua Felipe Schmidt, nº 39
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 096/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, a "Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste" Estado de Santa Catarina, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38, com sede a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF nº 501.589.459-72, doravante denominado simplesmente de Contratante, e de outro lado, a empresa L.G.C.R. COMPSERV COMPONENTES E SERVIÇO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 02.266.855/0001-94, estabelecida a Rua Felipe Schmidt, nº 39, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato denominada simplesmente de Contratada, representada neste ato, pelo Senhor Marcos Smiderle, Procurador, inscrito no CPF/MF nº 016.073.979-94, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 007/2011, modalidade Carta Convite nº 002/2011, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 005/2011 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

MARCOS SMIDERLE
Procurador
CPF: 016.073.979-94
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 097/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Herval D' Oeste
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste
CNPJ/MF nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389
Credenciante

Estado de Santa Catarina
Município de Herval D' Oeste
Empresa: Farmácias Bebbler Ltda
CNPJ/MF: 08.117.838/0001-71
Rua Santos Dumont' nº 431 Centro
Credenciado

TERMO ADITIVO Nº 097/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Credenciante, e de outro lado a empresa Farmácias Bebbler Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.117.838/0001-71 com sede na Rua Santos Dumont' nº 431, neste ato representada pela Sra. Sheila Maris Bebbler, residente e domiciliada na cidade de Herval d' Oeste, SC, inscrita no CPF sob nº 042.899.729-50, doravante denominada Credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo de Credenciamento nº 0002/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 003/2010 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI	SHEILA MARIS BEBER
Prefeito	Sócia Administradora
CPF: 501.589.459-72	CPF: 042.899.729-50
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 098/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste
Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF nº. 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº. 389
Credenciante

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
EMPRESA: FARMÁCIA HERVAL LTDA.
CNPJ/MF nº. 75.492.173/0001-73
Rua Santa Catarina nº. 36 - Centro
Credenciado

TERMO ADITIVO Nº 098/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, a Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Credenciante, e de outro lado a empresa Farmácia Herval Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.492.173/0001-73, situada na Rua Santa Catarina, nº. 36. Neste ato representada pelo Sr. Sergio de Giacometti residente e domiciliado em Herval d'Oeste. inscrito no CPF sob nº 384.203929-87, doravante denominada Credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo de Credenciamento nº 0002/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 001/2011 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI	SÉRGIO DE GIACOMETTI
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF nº. 384.203929-87
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 099/2013

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Credenciante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: G. Pasteur Laboratório de Análises Clínicas e Patologias LTDA.
CNPJ/MF Nº 78.491.172/0001-00
Endereço: Av. XV de Novembro, 138
Credenciada

TERMO ADITIVO Nº 099/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Credenciante, e de outro lado a Empresa G. Pasteur Laboratório de Análises Clínicas e Patologias LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.491.172/0001-00 estabelecida na Av. XV de Novembro, 138, Centro, no Município de Joaçaba neste ato representada pelo Sr. Gláucio Grando Galli, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.074.697 e CPF nº 503.656.819-20, doravante denominada credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011 e Anexos e Processo Licitatório Nº 009/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 001/2012 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI	GLÁUCIO GRANDO GALLI
Prefeito	Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 503.656.819-20
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 100/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Empresa: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09
Endereço: Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106.
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 100/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani,

brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais Ltda. estabelecida na Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106, inscrita no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, casada, portadora do CPF nº 589.785.859-49 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao contrato nº 008/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Concorrência Pública para Serviços de Engenharia nº 003/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 008/2013, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

JULEIDE INÊS D'AGOSTINI
Administradora
CPF: 437.061.009-59
Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 102/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 015 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: Clinica Femina LTDA..
CNPJ/MF Nº 05.934.261/0001-00
Endereço: Av. XV de Novembro, 180, SL 102 E 103
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 102/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 015 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Contratante, e de outro lado a Empresa CLINICA FEMINA LTDA, inscrita

no CNPJ/MF sob o nº 05.934.261/0001-00 estabelecida na Av. XV de Novembro, 180, Centro, no Município de Joaçaba neste ato representada pelo Sr. Lucio Saavedra Teran, portador do CPF nº 018.288.018-44, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011 e Anexos, Processo Licitatório Nº 014/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 003/2012 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI	LUCIO SAAVEDRA TERAN
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 018.288.018-44
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 103/2013

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Credenciante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Empresa: Clínica Reviver LTDA..

CNPJ/MF Nº 01.728.890/0001-15

Endereço: Rua Albino Alberto Benemann, 01 - Centro

Credenciada

TERMO ADITIVO Nº 103/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 82.939.430/0003-80 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado de ora em diante denominada de Credenciante, e de outro lado a clínica Reviver Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.728.890/0001-15 estabelecida na Rua Albino Alberto Benemann, 01, Centro, no Município de Ibicaré neste ato representada pelo Sr. Rossano Zanchi, portador do CPF nº 601.713.919-34, doravante denominada Credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011 e Anexos e Processo Licitatório Nº 015/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 004/2012 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI	ROSSANO ZANCHI
Prefeito	Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 601.713.919-34
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 104/2013

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Credenciante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Empresa: CEPAC Centro de Pesquisa em Análises Clínicas LTDA.

CNPJ/MF Nº 04.419.357/0001-60

Endereço: Rua Getúlio Vargas, 388 - Centro

Credenciada

TERMO ADITIVO Nº 104/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 82.939.430/0003-80 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CREDENCIANTE e de outro lado a Empresa CEPAC Centro de Pesquisa em Análises Clínicas LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.419.357/0001-60 estabelecida na Rua Getúlio Vargas, 388, Centro, no Município de Joaçaba neste ato representada pelo Christian Ouriques Breda, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-2.205.877 e CPF nº 020.596.879-18, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011 e Anexos, Processo Licitatório Nº 020/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 006/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 006/2012 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57,

incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI	CHRISTIAN OURIQUES BREDAS
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 020.596.879-18
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 107/2013

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Credenciante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: Keilla Karloh
CNPJ/MF Nº 05.830.705/0001-50
Endereço: Rua Santos Dumont, nº 658, Terreo
Credenciada

TERMO ADITIVO Nº 107/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 17.799.033/0001-46 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado Credenciante, e de outro lado a Empresa Keilla Karloh, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.830.705/0001-50 estabelecida na Rua Santos Dumont, Nº 658, Centro, no Município de Herval D' Oeste, neste ato representada pela Sra. Keilla Karloh, CPF nº 007.652.759-02, doravante denominada credenciada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e o Edital de Credenciamento nº 001/2011 e Anexos, Processo Licitatório Nº 0066/2012, Inexigibilidade de Licitação Nº 011/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do termo de credenciamento nº 010/2012 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI	KEILLA KARLOH
Prefeito	Administradora
CPF: 501.589.459-72	CPF: 007.652.759-02
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 108/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste
Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ/MF nº 12.816.323/0001-37
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Locatário

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste
COMÉRCIO E TRANSPORTES GIUSTI LTDA
CPF/MF nº 83.414.342/0001-85
Rua Santos Dumont nº 1268 - Bairro São Vicente
Locador

TERMO ADITIVO Nº 108/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Assistência de Herval d'Oeste pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua José Bonifácio nº 699 Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 12.816.323/0001-37, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e de outro lado a empresa Comércio e Transportes Giusti Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 83.414.342/0001-85, neste ato representada pelo Senhor Jules Leônidas Giusti, inscrito no CPF/MF nº 799.982.409-72, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo, conforme Processo Licitatório nº 0057/2010, Dispensa de Licitação nº 0019/2010 e de acordo com o que determina a Lei Federal nº 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 0029/2010 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.	
NELSON GUINDANI	JULES LEÔNIDAS GIUSTI
Prefeito	Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 007.652.759-02
Locatário	Locador

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 109/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: LIMGER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.
CNPJ/MF Nº 01.813.084/0001-45
Rua Martinho Lutero, 322 Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 109/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Limger Sistemas de Segurança Ltda. estabelecida na Rua Martinho Lutero, 322 - Centro, município de Joaçaba - SC, CNPJ/MF nº 01.813.084/0002-45, neste ato representado por seu sócio administrador Marcos Antonio Zanardo, inscrito no CPF nº 780.543.209-06, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório n.0053/2010, Dispensa de Licitação nº 018/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 0022/2010 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
CPF: 501.589.459-72
Prefeito Municipal
Contratante

MARCOS ANTONIO ZANARDO
CPF: 780.543.209-06
Sócio Administrador
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 110/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: LIMGER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.
CNPJ/MF Nº 01.813.084/0001-45
Rua Martinho Lutero, 322, Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 110/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Limger Sistemas de Segurança Ltda. estabelecida na Rua Martinho Lutero, 322 - Centro, município de Joaçaba - SC, CNPJ/MF nº 01.813.084/0002-45, neste ato representado por seu sócio administrador Marcos Antonio Zanardo, inscrito no CPF nº 780.543.209-06, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório n.0090/2010, Dispensa de Licitação nº 027/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 0042/2010 de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
CPF: 501.589.459-72
Prefeito Municipal
Contratante

MARCOS ANTONIO ZANARDO
CPF: 780.543.209-06
Sócio Administrador
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 112/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
Empresa: RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA
CNPJ/MF Nº 12.665.060/0001-02
Endereço: Av. São João, nº 580, Sala 201 - Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 112/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, doravante denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada por seu gestor Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CPF Nº501.589.459-72, carteira de identidade nº 1.511.562, e, de outro lado, a Empresa RI Soluções em Planejamento e Desenvolvimento Regional Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 12.665.060/0001-02, estabelecida na Av. São João, Nº 580, Sala 201, Centro, na Cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, Neste ato, denominado simplesmente de CONTRATADA, representado pelo Senhor Rafael Bender Sócio Administrador, inscrito no CPF Nº 009.584.779-06, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº010/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Convite Nº. 001/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 010/2013, de 01/01/2014 até 28/02/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

RAFAEL BENDER
Sócio Administrador
CPF: 009.584.779-06
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 113/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Empresa: Rádio Líder Do Vale Ltda
CNPJ/MF nº 83.513.010/0001-58
Endereço Rua Santos Dumont, nº 204 - Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 113/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Nereu Ramos nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente no Município de Herval d'Oeste, portador do CPF nº501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Rádio Líder Do Vale Ltda, com sede administrativa na Rua Santos Dumont, nº 204 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.513.010/0001-58, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Theodoro da Silva, Procurador, portador da C.I. nº 939.345 e CPF nº 400.951.349-72, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba., doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº024/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 010/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 024/2013, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

GILBERTO THEODORO DA SILVA

Procurador

CPF: 400.951.349-72

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO

CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 114/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

Município de Joaçaba

Empresa: Rádio Catarinense Ltda - EPP

CNPJ/MF nº 84.587.302/0001-06

Endereço: Av. XV de Novembro, nº 608 - Centro

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 114/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Nereu Ramos nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente no Município de Herval d'Oeste, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Rádio Catarinense Ltda EPP, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, nº 608 - Centro, na cidade de Joaçaba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.587.302/0001-06, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Linneu Bonato, Sócio Administrador, portador da C.I. nº 467.952 e CPF nº 560.863.349-00, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 025/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 010/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 025/2013, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

RODRIGO LINNEU BONATO

Sócio Administrador

CPF: 560.863.349-00

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO

CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 115/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EMPRESA: ALVALDIR TOIGO & CIA LTDA

CNPJ/MF Nº 03.580.955/0001-53

Endereço: Linha Nova Estrela, S/N

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 115/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, doravante denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos, 389, Centro, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, e de outro lado, a Empresa Alvaldir Toigo & Cia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 03.580.955/0001-53, estabelecida na Linha Nova Estrela, SN, na Cidade de Herval d'Oeste - SC, neste ato, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 032/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 007/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 032/2013, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

ALVALDIR TOIGO
Sócio Administrador
CPF: 250.354.449-53
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 116/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
EMPRESA: AUTO VIAÇÃO HERVAL LTDA - ME
CNPJ/MF Nº 02.935.521/0001-66
Endereço: Av. Beira Rio, nº 507
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 116/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, doravante denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos, 389, Centro, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72 e, de outro lado, a Empresa Auto Viação Herval Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 03.580.955/0001-53, estabelecida na Av. Beira Rio, nº 507, Sala 02, Térreo, na Cidade de Herval d'Oeste - SC, neste ato, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº033/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 007/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 033/2013, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

VITOR OLIVO
Sócio Administrador
CPF: 758.503.389-34
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 117/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
EMPRESA: TRANSPORTES COLETIVOS ZARPELON LTDA
CNPJ/MF Nº 09.439.166/0001-83
Endereço: Av. Beira Rio, nº 539
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 117/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, doravante denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos, 389, Centro, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72 e, de outro lado, a Empresa "Transportes Coletivos Zarpelon Ltda", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 09.439.166/0001-83, estabelecida na Av. Beira Rio, nº 539, Sala 02, na Cidade de Herval d'Oeste - SC, neste ato, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº034/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Pregão Presencial nº 007/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 034/2013, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

IRAI ZARPELON
Sócio Administrador
CPF: 949.434.519-34
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 119/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Rio do Sul
Empresa: W.L.A. Assessoria Ltda
CNPJ/MF nº 12.153.370/0001-48
Endereço: Rua Elma Lenzi, nº 275 Sala 402 - Bairro Santa Galo
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 119/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e a empresa W.L.A. Assessoria Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Elma Lenzi, nº 275 Sala 402 - Bairro Santa Galo - Rio do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob nº 4912.153.370/0001-48, neste ato representada pelo seu procurador, Rubens Augusto Schwarz Menslin, brasileiro casado, sócio cotista da contratada, CPF nº 851.086.509-49 resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao Contrato nº 037/2013, que tem por objeto a Prestação de serviços pra realização de Concurso Público destinado a seleção de candidatos para provimento de cargos em caráter permanente do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Herval d'Oeste, em decorrência do Processo Licitatório nº 035/2013, na Modalidade de Convite nº 007/2013:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 037/2013, de 01/01/2014 até 30/06/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENSLIN
Procurador
CPF: 851.086.509-49
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 120/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
NOME DA EMPRESA: TRANSPORTES COLETIVOS SARANDI LTDA.
CNPJ/MF Nº 00.793.233/0001-99
Endereço: AV. Beira Rio, Nº 539, Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº120/2013 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Transportes Coletivos Sarandi Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.793.233/0001-99, estabelecida a Av. Beira Rio, Nº 539, Centro, na Cidade de Herval D' Oeste, SC, neste ato, denominado simplesmente de CONTRATADA, representado pelo Senhor Roberto Zarpelon, inscrito no CPF nº 023.018.849-45, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo Licitatório nº 0074/2012 - Pregão nº 018/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 033/2012, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 10 de dezembro de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante
ROBERTO ZARPELON
Sócio Administrador
CPF: 023.018.849-45
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

IPREVI/HO

Política Anual de Investimentos - Exercício 2014

Política de Investimentos – Exercício – 2014
PARECER APROBATÓRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Em reunião realizada no dia 17.12.2013, reuniram-se os membros do CONSELHO ADMINISTRATIVO – do IPREVI-HO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO de Herval D'Oeste / SC para exame, apreciação e aprovação da Política de Investimentos para vigência no exercício de 2014.

Após a adoção dos procedimentos cabíveis e recebidos os esclarecimentos necessários, os Senhores Conselheiros decidiram pela aprovação da Política de Investimento, cujos termos constam em anexo.

Herval d'Oeste, 17 de dezembro de 2013.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

CANDIDO HELIO DADALT
EUGENIA BUCCO
FATIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI
LUCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI
VERANICE THEISEN

CONSELHEIROS:

IRACI MARIA SALVI DANIELLI
JAQUELINE RAZERA
KATIA F. GIACOMELLI HACK
LEILA DE COL
MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESE
MANOEL ANTUNES DA SILVA
SADIR ROVEA
SIRLEI MIGUELÃO
WILSON DE MATTOS

1 - Dados Gerais Ente Federativo
NOME: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste(SC)

CNPJ: 82.939.430/0001-38

ENDEREÇO: Rua Nereu Ramos, 389, centro

CEP: 89610-000

TELEFONE: (049)3554-0922
FAX:(049)3554-0132

E-mail: Carmenprocuradoria@hervaldoeste.sc.gov.br

2 - Dados Gerais do Representante Legal do Ente Federativo
NOME: NELSON GUINDANI

CPF/MF: 501.589.459-72

CARGO: Prefeito Municipal

DATA DE INÍCIO DA GESTÃO: 01/01/2013

E-mail: nelson.guindani@yahoo.com.br

3 - Dados Gerais da Instituição – RPPS

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: IPREVI-HO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO DE HERVAL D'OESTE, do Município de Herval d'Oeste/SC.

CNPJ: 07.733.382/0001-01

EXERCÍCIO: 2014

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei Municipal nº. 179, de 23.09.2005.

ÓRGÃO SUPERIOR COMPETENTE: Conselho Administrativo.

REPRESENTANTE LEGAL: SADIR ROVEA

GESTOR RESPONSÁVEL: LUCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI
CPF/MF:509.474.0009-15

E-mail da INSTITUIÇÃO/GESTOR:funser@softline.com.br

E-mail do representante Legal :rh@hervaldoeste.sc.gov.br

META DE RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS: Indexador: INPC

Taxa de Juros: 6% a.a.

APROVAÇÃO DO ÓRGÃO SUPERIOR COMPETENTE EM REUNIÃO
REALIZADA EM: 17.12.2013

DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA AOS PARTICIPANTES:

(x) Impresso: (x) Meio Eletrônico (x) Quadro de Publicações

4- Diretrizes e Objetivos da Gestão

A Política de Investimentos - PI para o exercício 2014, constante neste documento, servirá para estabelecer os procedimentos de gestão dos recursos em moeda corrente do IPREVI-HO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO DE HERVAL D'OESTE/SC, a ser executada pelo Gestor Financeiro.

O objetivo principal desta PI é estabelecer as diretrizes gerais para a gestão dos recursos em moeda corrente do IPREVI-HO de Herval d'Oeste, além de disciplinar os métodos e ações que dizem respeito ao processo decisório e operacional de gestão, tudo levando em consideração os princípios fundamentais de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, constantes no art. 1º da Resolução nº. 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional. O Gestor Financeiro do IPREVI-HO de Herval d'Oeste seguirá as normas e procedimentos aqui apresentados, além de todas aquelas indicadas na legislação vigente, especialmente quanto à Resolução nº. 3.922, de 25.11.2010, do Conselho Monetário Nacional e a Lei Municipal nº. 179, de 23.09.2005 e legislação complementar.

5 – Composição dos Investimentos do IPREVI-HO de Herval d'Oeste/SC

Para o desenho desta PI foi levada em consideração a posição dos investimentos na data base de 31.10.2013, queera a seguinte:

Instit		
Financ**	Nome do fundo	% do RPPS
BB DTVM	BB Previdenciário RF IMA-B FI	6,06%
BB DTVM	BB Previdenciário RF IRFM1 TP FIC FI	7,96%
BB DTVM	BB Previdenciário RF IDKA 2	9,22%
BB DTVM	BB FPSM Renda Fixa IMA-B 5+	8,53%
BB DTVM	BB Previdenciário RF IMA-B TP FI	7,23%
BB DTVM	BB Previdenciário RF IRF-M TP FI	2,01%
BB DTVM	BB Previdenciário RF Perfil FIC	0,78%
CEF	CAIXA FI Ações IBX 50	0,88%
CEF	CAIXA Brasil IMA-B Tít. Púb.	4,28%
CEF	CAIXA NOVO BRASIL RF LP	7,21%

CEF	CAIXA FI Brasil IMA Geral TP RF LP	4,84%
CEF	CAIXA FI Brasil IMA B5+ TP RF LP	10,91%
CEF	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2ARF LP	3,20%
CEF	CAIXA FI BRASIL REF DI LP	4,53%
CEF	CAIXA FI BRASIL IMA-B5 TP RF LP	4,00%
CEF	CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	4,00%
Bradesco	BRADESCO FI Renda Fixa IMA-B TP	4,68%
HSBC Bank	HSBC FI Renda Fixa Regime de Prev	4,63%
SANTANDER Brasil	SANTANDER FIC RF IMA-B TP	4,54%
-	Disponibilidades	0,51%
TOTAL	-	100,00%

Fonte: DAIR – Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – Bimestre set./out. 2013.

6 - Cenário Macroeconômico e de Mercado para Investimentos Análise Macroeconômica

O ano de 2013 pode ser classificado como um dos períodos mais conturbados para os investidores desde o ano de 2008, pois a grande maioria dos RPPS viveu um cenário de muita incerteza, associado à alta volatilidade e com taxas de retorno muito modestas, em muitos casos até negativas. Como consequência, a esmagadora maioria dos RPPS não conseguiu gerar rentabilidades compatíveis com sua exigência atuarial.

Tal fato pode ser explicado a partir de vários vetores, no entanto, a indefinição em relação aos rumos da política econômica durante os primeiros quatro primeiros meses do ano, retardou o movimento de elevação da taxa de juros para frear o ímpeto inflacionário. Tal fato, gerou muita incerteza, taxas reais de juros negativas no CDI e uma especulação na curva de juros futuros, levando à deterioração exacerbada dos preços das NTN-Bs – títulos que compõe a carteira do IMA-B, levando, assim, à contabilização de elevadas perdas no IMA-B com alta volatilidade. O mercado de ações, por sua vez, reagiu negativamente a todas estas incertezas associadas à política econômica, acrescidas as incertezas regulatórias para o setor elétrico e para os demais setores envolvendo concessões. Tal quadro, somente sinalizou alguma reversão a partir de maio, com o Banco Central atuando de forma mais contundente sobre as taxas de juros, que combinado com medidas “macro-prudenciais” retardou alguns aumentos de tarifas públicas.

Se por um lado, a curva do CDI e de inflação encontraram uma trajetória favorável aos investidores, a volatilidade não deu trégua, alimentada por intensas manifestações de ruas, por incertezas regulatórias e, finalmente, por ameaças advindas da economia americana, seja pelo risco que uma eventual retirada dos incentivos, com a valorização do dólar frente as demais moedas especialmente das economias emergentes, seja pelas dificuldades do Presidente dos Estados Unidos em negociar o aumento do teto de endividamento público americano. Dentro desse quadro, ocorreram pressões pontuais sobre os juros futuros, sobre o dólar e sobre o mercado de ações.

Assim, somente a partir da segunda quinzena de agosto os mercados passaram a experimentar sinais de recuperação e de um pouco mais de tranquilidade, pois o Banco Central local deixou mais claro suas intenções de que irá subir a taxa SELIC o quanto for necessário para trazer a inflação para o centro da meta. O Banco Central dos Estados Unidos (FED) sinalizou que a retirada dos incentivos será feita com bastante parcimônia minimizando “choques” mais profundos na economia mundial, em função de uma possível valorização do dólar em relação às demais moedas. De qualquer forma, embora o ano termine bem mais tranquilo do que começou a recuperação ocorrida nos mercados não foi suficiente para que os investidores, em sua maioria, conseguissem recuperar as perdas acumuladas ao longo do ano.

Perspectivas para 2014

Para o próximo exercício o desempenho da carteira de investimentos

tende a refletir em maior ou menor grau o comportamento das principais variáveis macroeconômicas e das ações de política econômica em relação ao comportamento de tais variáveis, dentre elas com especial destaque para o comportamento do crescimento econômico, inflação, política monetária, política fiscal e cambial. Estas variáveis estão intimamente ligadas ao comportamento do cenário internacional, especialmente em relação à economia americana.

Assim, é possível dissecar as perspectivas para o ano de 2014 a partir dos seguintes aspectos:

Economia Mundial

De acordo com as projeções disponibilizadas em outubro último, o PIB Mundial deve crescer 3,6% em 2014, número ligeiramente superior aos 3,1% esperados para 2013. Esta taxa está sendo decomposta pelo FMI em 2,1% de crescimento para as economias desenvolvidas, com destaque para os 3,0% de crescimento esperado para os Estados Unidos e 1,1% para a Zona do Euro. A parcela dos emergentes esperada para os emergentes é de 5,4%, onde mais uma vez, a China tem um peso significativo, com 7,2% de variação do PIB. De acordo do Relatório do FMI o crescimento esperado para o Brasil é de 3,6%, bem mais otimistas que as projeções mais recentes do Relatório Focus do Banco Central Brasileiro, que projetavam, no início de novembro de 2013 um PIB de 2,11% para 2014.

RELATÓRIO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – OUT-2013 PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO PIB

Região	2011	2012	2013 (*)	2014 (*)
Mundial	3,9%	3,2%	3,1%	3,6%
Países Desenvolvidos	1,7%	1,5%	1,8%	2,1%
Estados Unidos	1,8%	2,8%	1,9%	3,0%
Zona do Euro	1,5%	-0,6%	0,4%	1,1%
Países Emergentes	6,2%	4,9%	4,7%	5,4%
China	9,3%	7,7%	7,6%	7,2%
América Latina e Caribe	4,6%	2,9%	1,9%	3,8%
Brasil	2,7%	0,9%	1,9%	3,6%

(*) Projeção
out2013

Fonte: IMF – WCO –

Para as nossas estratégias de investimentos estas expectativas podem ser analisadas, no mínimo, a partir de dois ângulos distintos dependendo do horizonte temporal que se quer vislumbrar. Se a análise é de longo prazo, a recuperação econômica do mundo e manutenção das elevadas taxas de crescimento da China são fatores que garantem o fluxo comercial brasileiro, garantindo bons resultados não só para o balanço de pagamento, mas também para as empresas brasileiras exportadoras de commodities, dentre elas, porque não citar, a mineradora Vale e as próprias siderúrgicas. De outro lado, no curto prazo, a recuperação da economia americana, deve levar o FED a retirar gradativamente os estímulos da economia americana, gerando de imediato uma valorização do dólar frente às demais moedas. Tal medida, deve refletir no curto prazo em uma maior pressão na taxa de câmbio com reflexos sobre a inflação e, por consequência, podendo “atrasar” o movimento de afrouxamento da política monetária local e retardar a recuperação dos preços da NTN-Bs e uma reversão de tendência do IMA-B.

Em síntese, uma das estratégias básicas para o ano de 2014, parece ser o contínuo monitoramento dos indicadores econômicos da economia americana e as possíveis ações e interpretações do FED em relação à retirada dos estímulos da economia dos Estados

Unidos e seus impactos sobre a valorização do dólar e seu impacto sobre a inflação e taxas de juros globais.

Economia Brasileira

Estabelecer qualquer perspectiva para a economia brasileira para o ano de 2014 dependerá fundamentalmente do cenário externo. Em outras palavras o desempenho mais ou menos favorável do cenário externo tente a potencializar o desempenho do cenário interno, tanto para o bem como para o mal.

Examinando especificamente as perspectivas da economia local, sabe-se que, no longo prazo, o Brasil precisa “trabalhar duro” para se livrar da “armadilha” do baixo crescimento combinado com pressão sobre os fatores de produção, que, em última análise, se reflete nos históricos problemas de baixa produtividade brasileira, agravada por aumentos reais de salários, alta carga tributária, baixo investimento público e baixa eficácia de gasto público, custo Brasil, etc.

No curto prazo, a margem de manobra é pequena e não se deve esperar qualquer grande solução para estes problemas em 2014. Talvez possamos esperar algumas medidas pontuais de desoneração em um ou outro setor, com caráter mais emergencial, mas, ao que tudo indica parece razoável esperar uma taxa de crescimento em torno de 2% para o PIB de 2014, talvez um pouco mais ou pouco menos.

Para os investidores, especialmente os RPPS, o que mais vai importar é o comportamento da política monetária, fiscal e cambial e seus reflexos sobre os principais investimentos.

Em termos de política cambial, parece que o direcionamento da taxa de câmbio é mais para uma taxa perto de R\$ 2,40 ou até um pouco mais do que uma taxa mais próxima de R\$ 2,00, visto, dentre outras coisas, o comportamento esperado para o cenário externo e a deterioração da situação fiscal brasileira que pode culminar inclusive, com o rebaixamento do Rating do Brasil pelas principais Agências de rating. Mesmo lembrando que algum stress na taxa de câmbio pode ser esperado com uma combinação de algum barulho nas ruas com o rebaixamento do rating e retirada de incentivos da economia americana, o Brasil tem fôlego comercial, um robusto estoque de reservas internacionais e atratividade para captar capital de risco internacional, capaz de amortecer no médio prazo qualquer movimento deste tipo.

Já em relação às taxas de inflação parece que as autoridades formuladoras de política econômica estão cada dia mais firmes e convictas em sinalizar que o objetivo para 2014 é buscar o centro da meta de inflação, estando dispostas a usar todos os mecanismos possíveis, desde as medidas macroprudenciais passando pela administração dos reajustes das tarifas públicas e até a “tão famigerada” política monetária ativa com elevação da taxa Selic. Ao que tudo indica todo o arsenal de medidas será usado, exceto, é claro, um aperto fiscal, que inclua corte nos gastos governamentais.

Fonte: IBGE

Assim, é possível esperar que a inflação possa ficar oscilando entre 5% e 6% para o ano que vem, mesmo considerando o evento da Copa do Mundo, com um fluxo maior de turistas e sua pressão natural sobre a demanda e preços de bens e serviços associados ao evento.

Já em relação à taxa SELIC, acredita-se que a equipe econômica irá estender o aperto monetário no ritmo necessário para impedir qualquer tentativa de aceleração inflacionária no ano de 2014. Desta forma, o mercado acredita que o ciclo de alta pode atingir um pico entre 10,5% e 11% a.a. antes que se inicie o novo ciclo de baixa.

No entanto, mantidas as atuais condições da economia este ciclo de alta deve ficar abaixo do último ciclo anterior e o próximo ciclo de baixa pode sinalizar um piso inferior ao último piso da taxa.

Todavia, o ritmo de ajuste de política monetária dependerá do cenário externo, principalmente do quanto uma eventual desvalorização na taxa de câmbio irá contaminar as pressões da inflação

interna, podendo o ciclo de alta se elevar um pouco mais e o momento do início do ciclo de queda ser retardado.

Em termos de estratégia de investimentos o eventual aperto monetário além do previsto bem como o retardamento do afrouxamento monetário deve ser entendido pelos gestores que o momento de capturar ganhos com uma eventual elevação do IMA-B deve ser monitorado com o comportamento do cenário externo vis-à-vis seus reflexos sobre a economia local.

Fonte: IPEADATA e BCB

Tentando melhor traduzir as expectativas do mercado o quadro a seguir apresenta as projeções do Relatório Focus de 08 de novembro de 2013.

Projeções de Indicadores Macroeconômicos – 2014	
Indicador	2014
PIB (%)	2,11
Sector Externo	
Saldo Comercial (US\$ bilhão)	10,00
Saldo em Transações Correntes (US\$ bilhão)	-70,80
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhão)	60,00
Inflação	
IPCA	5,85
INPC	5,85
Câmbio	
Final de Período (R\$)	2,40
Juros	
Fim de Período (% a.a.)	10,25

Fonte: Relatório de Mercado do Banco Central (08.11.2013).

Vale ainda destacar que o comportamento dos cenários, tanto interno como externo irá impactar o fluxo de recursos para o mercado de ações, que contabilizou 2013 como mais um período de muita volatilidade e taxas de retornos abaixo das expectativas.

Para 2014, o desempenho do mercado de ações ficará altamente dependente do quanto o comportamento do cenário irá afetar os resultados das principais companhias de capital aberto, com destaque especial para aquelas empresas estatais e/ou concessionárias de serviço público, que foram muito afetadas pelas incertezas geradas em 2013.

Um grande número de analistas que acompanham o mercado de ações acredita que o mercado terá mais um ano de muita volatilidade, mas com alguma chance do mercado de ações antecipar melhoras no quadro geral da economia e nos resultados das empresas abertas, já que o mercado de ações é um grande indicador antecedente.

Assim, para aqueles que estão posicionados no mercado de ações nos parece que o mais adequado é manter as posições, pois mesmo com um pouco mais de volatilidade, o mercado de ações ainda é atrativo e o risco de manter a posição tende a ser compensador vis-à-vis a possibilidade de valorização no médio e longo prazo.

Finalmente, o comportamento dos fundos imobiliários tende a ser influenciado por duas variáveis principais: a primeira está ligada à composição da carteira do fundo e sua sensibilidade em relação ao comportamento da economia, ou seja, quanto mais diversificada for a carteira melhor ficando menos sensível às mudanças mais abruptas no cenário; o segundo fator é a volatilidade da cota no mercado secundário em função dos movimentos de aperto monetário. Assim, o investidor deve preferir fundos imobiliários com carteira diversificada e que possuam elevada liquidez no mercado secundário, pois estes fundos terão um processo de formação de preço mais eficiente e menos volátil.

7 - Orientações na Gestão dos Investimentos

7.1 Objetivos da Gestão

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste tem como objetivo de rentabilidade dos seus investimentos, no mínimo, o equivalente à variação do INPC+ 6% ao ano, que corresponde à meta atuarial para o plano constituído. Este retorno deve ajustar-se aos riscos inerentes dos investimentos realizados e as taxas e custos administrativos deverão ser compatíveis com a prática do mercado.

7.2 Segmentos de Aplicação

Os segmentos de aplicação definidos na legislação que serão utilizados pelo IPREVI em seus investimentos são:

- Segmento de Renda Fixa;
- Segmento de Renda Variável.

7.3 Estratégia de Alocação

A definição estratégica das faixas de alocação baseou-se em análise qualitativa, que considerou o grau de maturidade, o montante dos recursos garantidores das reservas técnicas e o modelo de gestão dos recursos do IPREVI-HO de Herval d'Oeste.

É importante considerar que num cenário de aumento da taxa de juros básicos (SELIC), conforme é exposto na presente, o gestor de recursos do IPREVI-HO de Herval d'Oeste deverá dar ênfase aos investimentos referenciados em CDI, IDKA2, IRF-M1, IDKA/ IPCA, em fundos multimercado e fundos referenciados em índices de renda variável, a fim de que a sua meta atuarial para 2014 possa ser atingida, cuja projeção é 12,20%, para um INPC de 5,85% a.a. e taxa de juros de 6% a.a. conforme projeção do Banco Central em 26/11/2013.

Assim, o quadro verificado no ano de 2013 tende a se manter. A volatilidade deve permanecer e a alocação de recursos em fundos referenciados em índices inflacionários deverá merecer muito cuidado.

Deverá ser dado um acompanhamento especial a eventuais mudanças de cenários em relação à taxa de juros básicos (SELIC), adotando na ocasião as decisões próprias para realocações de seus recursos.

Além disso, deve considerar os diversos tipos de riscos que atingem os investimentos, pela inevitável elevação da exposição, especialmente quanto a:

Risco de Crédito: probabilidade do emissor do título não honrar seu compromisso ou honrá-lo em prazo superior ao pactuado, de acordo com o previsto no item 8.3.7 desta Política;

Risco de Mercado: probabilidade de oscilação da taxa de juros no mercado secundário, ao longo da duração do título, configurando-se tal risco em prejuízo para o investidor, devido à marcação a mercado (item 8.5 desta Política);

Risco de Liquidez: probabilidade de compradores não encontrarem vendedores, ou vice-versa, de um título na quantidade e no preço desejados. Aplicam-se, no caso, especialmente os investimentos em papéis de emissão de longo prazo pelo setor privado.

7.3.1 Faixas de Alocação de Recursos

- Segmento de Renda Fixa

De 70% a 100% do patrimônio total da Entidade.

- Segmento de Renda Variável

De 0% a 30% do patrimônio total da Entidade.

- Segmento de Imóveis

Não serão realizados investimentos neste segmento em 2014.

A alocação dos recursos entre os diferentes segmentos de aplicações financeiras é apresentada na tabela abaixo, juntamente com as estimativas de retorno esperado e volatilidade (risco) de cada segmento no ano de 2014.

Segmento	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 3922	Retorno Esperado (% aa.)	Volatilidade (% aa.)
Renda Fixa	70%	100%	100%	11,02	0,52
Renda Variável	0%	30%	30%	16,98	31,24
Total				12,21	6,66
Meta Atuarial				12,20	1,70
Resultado Esperado				0,01	-

As estimativas de retorno esperado e risco da carteira total foram obtidos a partir de modelo estatístico que leva em consideração as covariâncias entre os fatores de risco analisados e uma determinada diversificação de carteira, que considerou uma alocação de 80% em renda fixa e 20% em renda variável.

7.4 Alocação Tática

A alocação tática, entendida como a execução de movimentações de recursos entre carteiras de renda fixa e de renda variável, tem como finalidade agregar valor à carteira consolidada como função de uma boa capacidade de antecipação aos movimentos do mercado como um todo. Esta atividade é desenvolvida pelo Gestor Financeiro do IPREVI-HO de Herval d'Oeste, assessorado pelo Comitê de Investimentos, mediante acompanhamento dos fundos de investimentos onde os recursos estão alocados e à análise das alternativas de investimentos propiciadas pelo mercado, tanto daquelas geridas por instituições financeiras públicas, quanto privadas.

7.5 Estrutura e Limites de Alocações

ALOCÇÃO DOS RECURSOS / Diversificação	Limites da Res. CMN 3.922/2010 (%)	Estratégia de Alocação (%)
a. Segmento de Renda Fixa – Art. 7º.	100	100
a.1 - Títulos Tesouro Nacional (art. 7º, I, "a")	100	10
a.2 - FI 100% TN (art. 7º, I, "b")	100	100
a.3 – Operações Compromissadas (art. 7º, II)	15	0
a.4 - FI Renda Fixa/Referenciados RF (art. 7º, III)	80	80
a.5 - FI de Renda Fixa (art. 7º, IV)	30	30
a.6 – Poupança (art. 7º, V)	20	10
a.7 - FI em Direitos Creditórios - aberto (art. 7º, VI)	15	10
a.8 – FI em Direitos Creditórios - fechado (art. 7º, VII "a")	5	0
a.9 – FI Renda Fixa "Crédito Privado" (art. 7º, VII, "b")	5	5
b. Segmento de Renda Variável – 8º.	30	20
b.1 – FI Ações Referenciados (art. 8º, I)	30	5
b.2 – FI de Índices Referenciados em Ações (art. 8º, II)	20	5
b.3 - FI em Ações (art. 8º, III)	15	5
b.4 - FI Multimercado - aberto (art. 8º, IV)	5	5
b.5 - FI em Participações - fechado (art. 8º, V)	5	0

b.6 - FI Imobiliário – cotas negociadas em bolsa (art. 8º, VI)	5	5
--	---	---

Os retornos esperados foram calculados considerando a expectativa de retorno (taxa a termo) para o CDI (utilizado como taxa livre de risco) de 10,50% para 2014, tendo por base as projeções do Banco Central do Brasil de 22.11.2013. A estimativa de rentabilidade do segmento de renda fixa considera a obtenção de performance equivalente a 105% do CDI. A estimativa de rentabilidade da carteira de renda variável foi obtida através da expectativa que a Bolsa Brasileira alcance 62.000 pontos ao final do ano de 2014, o que equivale a 16,98% ao ano de rentabilidade. A expectativa de retorno total dos investimentos de 12,21% considera o ponto alto das faixas de alocação (80% para o segmento de Renda Fixa e 20% para o segmento de Renda Variável).

Notas:

1) O IPREVI-HO de Herval d'Oeste poderá alocar até 100% de seus recursos em fundos de investimentos cujas carteiras sejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, desde que a Política de Investimento constante em seu Regulamento contemple o compromisso de busca do retorno de um dos sub índices do Índice Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDKA), com exceção de qualquer índice atrelado à taxa de juros de um dia (art. 7º, inciso I, letra "b");

2) Por sua vez, o limite para aplicação em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimentos de renda fixa / referenciado ou referenciado em ações, não pode exceder a 20% das aplicações do IPREVI-HO de Herval d'Oeste (art. 13 da Resolução CMN nº. 3.922/2010);

3) O total das aplicações dos recursos do IPREVI-HO de Herval d'Oeste em um mesmo fundo de investimento está limitado em 25% do patrimônio líquido dos fundos de investimentos (art. 14 da Resolução CMN nº. 3.922/2010);

4) A alocação dos investimentos nos sub segmentos acima mencionados está limitada a 100% dos recursos do IPREVI-HO de Herval d'Oeste.

8 – Estratégias para a Gestão dos Investimentos

8.1 Modelo de Gestão

O modelo de gestão adotado pelo IPREVI-HO de Herval d'Oeste é considerado próprio, nos termos do art. 15 da Resolução CMN nº. 3.922/2010, na medida em que os recursos são aplicados em cotas de fundos de investimentos abertos administrados por gestores vinculados às instituições financeiras previamente selecionadas pela administração do IPREVI-HO de Herval d'Oeste, conforme o previsto na Lei Municipal nº. 179, de 23.09.2005, do Município de Herval d'Oeste/SC.

Além disso, o IPREVI-HO de Herval d'Oeste também poderá realizar a compra direta de títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, limitado a 10% dos recursos, conforme tabela do item 7.5.

8.2 Estratégias de Formação de Preços – Investimentos e Desinvestimentos

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste efetuará seus investimentos financeiros através de fundos de investimentos abertos, não exclusivos. Portanto, os investimentos dentro da carteira de cada fundo são definidos pelo seu gestor, com base nas metodologias utilizadas internamente pela instituição administradora de recursos, as quais deverão observar os princípios estabelecidos pela Resolução nº. 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional.

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste poderá, ainda, efetuar a compra direta de Títulos de emissão do Tesouro Nacional, os quais deverão ficar em custódia regular.

A seleção dos gestores de fundos de investimentos será realizada com base em critérios quantitativos e qualitativos apresentados a seguir:

8.2.1 Critérios Qualitativos

Solidez e imagem da instituição;
Experiência na gestão de recursos em instituições de previdência pública ou privada;
Qualidade da equipe;
Qualidade do atendimento da área de relacionamento;
Transparência.

8.2.2 Critérios Quantitativos

Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo IPREVI-HO de Herval d'Oeste, em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de um ano;

Taxa de administração compatível com o mercado

Assim, a seleção e a aplicação em fundo de investimento deve se basear no seu desempenho, medido em bases de retorno ajustado ao risco, na adequação de seu regulamento à Resolução CMN nº. 3.922/2010, à Política de Investimentos do IPREVI-HO de Herval d'Oeste, na análise da composição de sua carteira e na taxa de administração cobrada.

Por outro lado, o IPREVI-HO de Herval d'Oeste efetuará o desinvestimento em fundos que tenham apresentado um desempenho inferior ao mercado, que seu regulamento tenha sido alterado de forma a ficar em desacordo com estabelecido na Resolução CMN nº. 3.922./2010 e a presente Política de Investimentos, bem como de qualquer fundo cuja carteira, embora em conformidade, passe a manter ativos considerados inadequados pela sua administração.

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste não poderá ser titular de mais do que 25% das cotas e, por conseguinte, do patrimônio de qualquer fundo de investimento, salvo em caso de lançamento de fundo.

8.2.3 Avaliação de Desempenho

Os investimentos com títulos e valores mobiliários e demais ativos realizados pelo IPREVI-HO de Herval d'Oeste no segmento de renda fixa deverão ser avaliados, no mínimo, ao término de cada trimestre e anual, elaborando-se relatórios detalhados versando sobre a sua rentabilidade e riscos inerentes, submetendo-os às instâncias superiores de deliberação e controle. Preferencialmente, estes relatórios deverão ter periodicidade bimestral, acompanhando o mesmo período do DAIR – Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos, encaminhado ao MPS.

8.2.4 Enquadramento à Resolução CMN nº. 3.922/2010

A administração do IPREVI-HO de Herval d'Oeste deverá exigir regularmente que os gestores dos fundos de investimentos atestem que os mesmos estão enquadrados na referida Resolução.

8.3 Segmento de Renda Fixa:

8.3.1 "Benchmark"

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste adota o CDI – Certificado de Depósito Interbancário como o "benchmark" financeiro mínimo para os seus investimentos em renda fixa.

8.3.2 Monitoramento do Risco de Mercado

Os gestores dos fundos de investimento em que o IPREVI-HO de Herval d'Oeste mantiver aplicações de recursos deverão proceder ao monitoramento do nível de exposição a risco de mercado do fundo sob a sua gestão, adotando a métrica de risco mais utilizada

pelos agentes do mercado financeiro nas carteiras de renda fixa, o "Value at Risk" (VaR).

A administração do IPREVI-HO de Herval d'Oeste deverá exigir relatório dos gestores dos fundos de investimentos onde mantiver recursos alocados, o qual deverá contemplar informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações.

8.3.3 Limites de Alocação

A alocação nos sub segmentos deve seguir as restrições da legislação vigente, especialmente quanto ao previsto na Resolução CMN nº. 3.922/2010.

8.3.4 Ativos Autorizados

No segmento de renda fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, especialmente quanto ao previsto no art. 7º da Resolução CMN nº. 3.922/2010.

8.3.5 Limites por Emissores

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste segue os limites definidos pela Resolução CMN nº. 3.922/2010, especialmente quanto ao previsto em seu artigo 7º, § 3º, inciso II, ou seja, 20% de seus recursos na aplicação em títulos ou valores mobiliários de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada ou coligada ou quaisquer sociedades sob controle comum.

8.3.6 Operações com Derivativos

As operações com derivativos realizadas pelos fundos de investimentos em renda fixa nas suas carteiras deverão ser efetuadas conforme o permitido na legislação pertinente, respeitado o limite previsto no art. 23, inciso I, da Resolução nº. 3.922/2010, o qual não pode superar a uma vez o seu patrimônio líquido.

8.3.7 Controle de Risco de Crédito

Os fundos de investimento em que o IPREVI-HO de Herval d'Oeste mantiver aplicações deverão ter ativos em suas carteiras que obedçam aos normativos legais aplicáveis aos investimentos de Entidades de Regime Próprio de Previdência Social com relação ao risco de crédito.

Os títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras devem ser considerados como de baixo risco de crédito, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, de conformidade com o previsto art. 7º, § 3º, inciso I da Resolução CMN nº. 3.922/2010.

8.4 Segmento de Renda Variável

8.4.1 "Benchmark"

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste adota como "benchmark" para seus investimentos no segmento de renda variável o índice IBO-VESPA.

8.4.2 Monitoramento do Risco de Mercado

Os gestores dos fundos de investimento em que o IPREVI-HO de Herval d'Oeste mantiver aplicações deverão proceder ao monitoramento do nível de exposição a risco de mercado do fundo sob a sua gestão, adotando a métrica de risco utilizada pelos agentes do mercado financeiro nas carteiras de renda variável, o "Tracking Error" (volatilidade da diferença entre o retorno de um ativo e seu "benchmark").

A administração do IPREVI-HO de Herval d'Oeste deverá exigir relatório dos gestores dos fundos de investimentos em renda variável onde mantiver recursos alocados, o qual deverá contemplar informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações.

8.4.3 Limites de Alocação

A alocação nos sub-segmentos deve seguir as restrições da legislação vigente, especialmente quanto ao previsto no art. 8º. da Resolução CMN nº. 3.922/2010.

8.4.4 Ativos Autorizados

No segmento de renda variável, estão autorizados investimentos nos instrumentos autorizados pela legislação pertinente.

8.4.5 Operações com Derivativos

As operações com derivativos realizadas pelos fundos de investimentos em renda variável nas suas carteiras deverão ser efetuadas conforme o permitido na legislação, respeitado o limite previsto no art. 23, inciso I, da Resolução nº. 3.922/2010, o qual não pode superar a uma vez o seu patrimônio líquido.

8.5 Marcação a Mercado

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste adota em sua política de investimentos a compra de cotas de fundos abertos, não exclusivos. Em decorrência, os critérios de precificação dos ativos são aqueles adotados pelos próprios gestores dos fundos em seus manuais de precificação, ou seja, a marcação a mercado.

A Marcação a Mercado consiste em registrar todos os ativos pelos preços transacionados no mercado em casos de ativos líquidos ou, quando este preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação no mercado. Tem como um de seus objetivos explicitar com maior transparência os riscos embutidos nas posições, uma vez que as variações de mercado dos preços dos ativos estarão refletidas nas rentabilidades, melhorando a comparabilidade entre as performances, bem como evitando que haja transferência de riqueza entre os diferentes cotistas de um mesmo fundo de investimentos por ocasião da aquisição e do resgate de cotas.

8.6 Da Vedação de Operações de Investimentos

Em observância à legislação vigente e a presente Política de Investimentos, é vedado ao IPREVI-HO de Herval d'Oeste a realização dos seguintes investimentos:

- aplicar os recursos em cotas de fundos de investimentos cuja atuação em mercados derivativos gere exposição superior a uma vez o seu patrimônio líquido;
- aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos em que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aceite ou coobrigação sob qualquer forma;
- aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- praticar operações denominadas "day-trade", assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de possuir estoques ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizados diretamente;
- atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN 3.922/2010 ou outro normativo que vier a substituí-la;
- aplicar recursos em fundos de investimentos sem que haja a prévia análise de seu regulamento, composição da carteira, risco e rentabilidade apurada, no mínimo, nos últimos doze (12) meses, exceto em caso de Fundos em lançamento;
- conceder empréstimos de qualquer natureza, tendo em vista que a legislação do Município, a Lei Municipal nº. 179, de 23.09.2005 e do Conselho Monetário Nacional, Resolução nº. 3.922/2010, não contemplam este segmento de investimento;
- aplicar recursos na compra de títulos de emissão de Estados ou Municípios na forma direta ou através de fundos de investimentos, conforme disposto na Lei Municipal nº. 179, de 23.09.2005 e Resolução nº. 3.922/2010. No caso de algum Fundo de Investimento onde o IPREVI-HO de Herval d'Oeste mantenha recurso alocado realizar investimento na compra desses títulos, deverá ser providenciada a realocação dos recursos para outro Fundo.

9 - Outras Diretrizes

9.1 Critérios para Escolha de Corretoras

Como a gestão de recursos é realizada via compra de cotas de fundos de investimentos, o processo de escolha de corretoras fica a critério dos próprios gestores.

No caso de compra direta de títulos públicos federais, a Corretora deverá ser selecionada de conformidade com a legislação vigente.

9.2 Critérios para Contratação de Agente de Custódia

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste deverá proceder a contratação de pessoa jurídica registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários, para realizar os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários quando da compra direta de títulos públicos federais, em observância ao previsto no art. 17 da Resolução nº. 3.922/2010.

9.3 Critérios para Contratação de Consultorias

O IPREVI-HO de Herval d'Oeste poderá contratar consultoria especializada, nos termos da Resolução CMN nº. 3.922/2010, para avaliar de forma sistemática a performance, exposição a risco e adequação à Política de Investimento dos Fundos que formam a Carteira de Ativos da Entidade, bem como avaliar novos Fundos para aplicação no mercado.

9.4 – Revisão da Política de Investimento

Esta Política de Investimentos para o exercício de 2014 poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a mudanças na legislação, desde que devidamente justificada e aprovada pelo Conselho Administrativo.

9.5 – Publicidade da Política de Investimento

A administração do IPREVI-HO de Herval d'Oeste deverá disponibilizar aos seus segurados e pensionistas informações contidas nesta Política de Investimentos no prazo de trinta (30) dias, a contar da data de sua aprovação pelo Conselho Administrativo.

9.6 – Segregação dos Recursos do IPREVI-HO de Herval d'Oeste.

Conforme o disposto no art. 20 da Resolução CMN nº. 3.922/2010 e art. 13, parágrafo VII, §4º da Lei Municipal nº. 179, de 23.09.2005, o qual estabelece que os recursos o devam ser depositados e aplicados em conta própria, de forma segregada aos recursos do ente federativo, o que inclui a adoção de CNPJ específico, sendo que este RPPS já adota tal procedimento.

10 - Certificação de Gestor

Em atendimento ao disposto no art. 2º da Portaria nº. MPS nº. 519, de 24.08.2011, foi certificado como responsável pelos investimentos dos recursos do IPREVI-HO de Herval d'Oeste o servidor LUCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI, inscrito no CPF/MF sob nº 509.474.009-15, o qual foi aprovado em exame de certificação para CPA-10 organizado pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A validade do certificado é de três (3) anos, findando em 05/11/2014.



Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br

Ibiam

PREFEITURA

Edital Pregão Nº 43/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação pessoa jurídica para prestação de serviços de Médico Clínico Geral e Médico Pediatra para o ano de 2014.

Entrega dos envelopes: 06/01/2014 até às 08:15 horas

Abertura dos envelopes: 06/01/2014 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 19 de Dezembro de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo 009/13

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/13, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Homologa 3ª Etapa de Estágio Probatório

CLODOMIR DOMINGOS PARISE, Presidente da Câmara Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologada a 3ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório da Servidora Pública da Câmara Municipal, Luciana Rosa, admitida por Concurso Público, objeto do Edital nº 002/2011, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 029, de 04 de dezembro de 2012, e seu conteúdo está amparado no Decreto Municipal nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotará na ficha funcional da servidora a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
CLODOMIR DOMINGOS PARISE
Presidente da Câmara

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e treze.

ELISA MARIA GHENO TREVISOL
Secretária da Câmara

Portaria 007/13

PORTARIA Nº 007/2013

(CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ELISA MARIA GHENO TREVISOL)

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam - SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a servidora ELISA MARIA GHENO TREVISOL, ocupante do cargo de Secretária Executiva - Nível 2 - Referência E- Anexo I-A da Lei Municipal 052/97 de 11 de agosto de 1997. Férias referente ao período aquisitivo de 18/11/2012 à 18/11/2013. A funcionária gozará férias no período de 01/01/2014 à 30/01/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Câmara Municipal de Ibiam, 18 de dezembro de 2013.

CLODOMIR PARISE
Presidente

ELIAS G. GIUSTI
1º Vice-Presidente

IRINEU SALVADORI
2º Vice-Presidente

ADENIR ROMANATTO
1º Secretário

GELSON L. TREVISOL
2º Secretário

Imbituba**PREFEITURA****Lei Nº 4.303.2013**

Lei nº 4.303, de 18 de dezembro de 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar termo de convênio com o Instituto Adventista Sul Brasileiro de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com o Instituto Adventista Sul Brasileiro de Educação, inscrito no CNPJ nº 76.726.884/0110-81, com sede no Município de Imbituba.

Art. 2º O convênio de que trata o artigo anterior tem como objeto o repasse de recursos financeiros à entidade beneficiada destinados à manutenção das suas atividades.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal repassará ao Instituto Adventista Sul Brasileiro de Educação o valor de R\$ 1.150,00 (hum mil cento e cinquenta reais) para a consecução dos objetivos do convênio.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º O termo de convênio a ser firmado tratará da forma do repasse e da respectiva prestação de contas a que a entidade beneficiada fica obrigada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.304.2013

Lei nº 4.304, de 18 de dezembro de 2013.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Cooperação Técnica com a Votorantim Cimentos S.A, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cooperação Técnica com a empresa Votorantim Cimentos S.A., objetivando prover assessoria e consultoria técnica especializada para elaboração do Plano Municipal de Cultura do município de Imbituba.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as iniciativas necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades decorrentes da cooperação técnica, objeto desta LEI.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.305.2013

Lei nº 4.305, de 18 de dezembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Colônia de Pescadores Z-13 para manutenção da "Creche Ângela Amin" e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Colônia de Pescadores Z-13, objetivando a manutenção material e pedagógica da "Creche Ângela Amin".

Art. 2º Para atender o art. 1º será repassado o valor de até R\$ 41.000,00(quarenta e um mil reais), conforme Plano de Aplicação previamente apresentado junto à Secretaria Municipal de Educação, que o analisará e autorizará a sua execução e respectivo pagamento.

Parágrafo único. O repasse de que trata o caput observará a situação financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 3º Fica a Colônia de Pescadores Z-13 obrigada a prestar contas com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por

conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de conta.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.306.2013

Lei nº 4.306, de 18 de dezembro de 2013.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Cia Desmontagem Cênica, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Cia Desmontagem Cênica, inscrita no CNPJ sob nº 18.788.272/0001-63, a importância de 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1ª destina-se à cobertura de parte das despesas da entidade, especialmente aquelas referentes às atividades teatrais de cunho social.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, as quais poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.307.2013

Lei nº 4.307, de 18 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a taxa municipal de prestação de serviços ambientais prestados pela Secretaria De Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

Art. 2º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES, pela análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades, de acordo com a legislação ambiental vigente.

Art. 3º Contribuinte da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

Parágrafo único. O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos órgãos da Administração Direta do Município.

Art. 4º Os serviços e atividades sujeitos à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais são os especificados no Anexo único desta Lei Complementar.

Art. 5º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º Os valores arrecadados relativos à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais serão integralmente recolhidos aos cofres públicos municipais.

Art. 7º No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 8º Os valores recolhidos à União, ao Estado, a outro Município e ao Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

Art. 9º Os valores constantes do Anexo único serão atualizados anualmente pela Unidade Fiscal de Municipal - UFM, no início de cada exercício financeiro.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Resolução CMAS Nº 052.2013

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 052/2013

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS

- no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião extraordinária do dia 23 de setembro de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$8.400,00(oito mil e quatrocentos reais), sendo que deste, 100% destina-se a custeio.

Art. 2º Que os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/ 2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
Presidenta do CMAS

Imbituba, 23 de setembro de 2013.

Resolução CMAS Nº 053.2013

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 053/2013

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião extraordinária do dia 23 de setembro de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º Apreciar e aprovar os nomes abaixo relacionados, para que os cadastros dos mesmos possam ser incluídos no Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR:

- Lauro Luiz Cascaes - Vila Nova Alvorada
- Salvato Nezio da Silva - Sambaqui
- Giovanni Avila de Souza - Alto Arroio
- Manoel da Silva Rosa - Vila Alvorada

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
Presidenta do CMAS

Imbituba, 23 de setembro de 2013.

Resolução CMAS Nº 054.2013

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 054/2013

Aprovar o PLANO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 24 de outubro de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º Apreciar e aprovar o PLANO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL 2013-2017, conforme Ata de Nº64 de 24 de outubro de 2013.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO

Presidenta do CMAS

Imbituba, 24 de outubro de 2013:

Resolução CMAS Nº 055.2013

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 055/2013

Aprova o Demonstrativo Físico Financeiro 2012.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 19 de novembro de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º Apreciar e aprovar o DEMONSTRATIVO FÍSICO FINANCEIRO 2012, conforme Ata de Nº66 de 19 de novembro de 2013.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
Presidenta do CMAS

Imbituba, 19 de novembro de 2013:

Resolução CMAS Nº 50.2013

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 050/2013

Deferir inscrições de Entidades de Assistência Social

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião extraordinária do dia 12 de setembro de 2013:

RESOLVE:

Art 1º: apreciar e deferir as inscrições das entidades: ASSOCIAÇÃO MÃES AMIGAS DAS GESTANTES E IDOSAS - AMAGI com Inscrição Nº 039/2006 e ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EBENEZER de Imbituba com Inscrição Nº 29/2003, conforme Ata nº 61 da reunião ordinária de 12 de setembro de 2013.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
Presidenta do CMAS

Imbituba, 12 de setembro de 2013.

Resolução CMAS Nº 051.2013

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 051/2013

Publica as deliberações da VI Conferência Municipal de Assistência Social, realizada nos dias 09 de agosto de 2013, em Imbituba/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião ordinária do dia 12 de setembro de 2013:

RESOLVE:**RESOLVE:**

Art. 1º Publicar as deliberações da VI Conferência Municipal de Assistência Social, realizada nos dias 09 de agosto de 2013, em

Imbituba/SC, com o tema: " A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS"

EIXO 1 Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social

- Garantir o cumprimento do percentual mínimo prescrito na Lei Municipal Nº 3936 de 15 de julho de 2011 que cria o Conselho municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social, no que diz art. 22. "Os recursos do FMAS serão constituídos de: I - dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal no mínimo de 5% (cinco por cento) da receita efetivamente arrecadada."

Eixo 2 Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

- Criação de um sistema integrado de informações sociais, para evitar a duplicidade de atendimento, interligado ao cad-único disponível para a rede socioassistencial do município.

- Criação de um setor para vigilância social no município com intuito de analisar as necessidades da população (mapeamento e diagnóstico) em conformidade dos serviços prestados.

- Criação de mecanismo de articulação entre as políticas setoriais para disseminação de informações sociais.

Eixo 3 Gestão do Trabalho:

- Ampliação e adequação das equipes com as necessidades de nível de proteção (básica e especial) por famílias referenciadas.

- Capacitação contínua e permanente para os profissionais envolvidos no SUAS e rede socioassistenciais.

- Implementar e sistematizar o trabalho em rede para que a articulação da assistência social com as demais políticas setoriais se constituem em um ação continuada de forma informatizada.

Eixo 4:Gestão dos Serviços, Programas e Projetos.

- Criar as condicionalidades para a assistência social aos beneficiários do programa bolsa família (cobrança de participação em cursos profissionalizantes).

- Adequação das equipes de referência nos equipamentos de proteção social conforme NOB/RH/SUAS.

- Implantação do CRAS região sul e ampliação da área de abrangência de atendimento das famílias nos domicílios.

- Capacitação da rede socioassistencial principalmente aquelas não governamentais.

- Aquisição de veículos e contratação de motoristas para deslocamento das equipes de atendimento das famílias nos domicílios.

Eixo 5: Gestão dos Benefícios do SUAS

- Inclusão dos auxílios natalidade, calamidade pública e vulnerabilidade social na lei de benefícios eventuais.

- Cofinanciamento dos benefícios eventuais pelas três esferas de governo

- Eixo 6: Regionalização

- Implantação de sistema unificado entre órgão gestor, programas, projetos, serviços e entidades de atendimentos, cadastradas nos conselhos para registro, acompanhamento e atualização cadastral dos usuários.

- Regionalização das instituições de acolhimento para adolescentes, mulheres e idosos através de consórcios entre municípios e cofinanciados pelas três esferas de governo.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO
Presidenta do CMAS

Imbituba, 12 de Setembro de 2013.

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 02/2013 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN
PROCESSO Nº 17/2013
DISPENSAS Nº 02/2013

Objeto: Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado Novos.

Empresa: Refrimotor Climatização Ltda.

Valor Total: R\$ 6.420,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.

JOSÉ EVALDO HOFFMANN JÚNIOR

Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 17/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 99/2013

DISPENSAS Nº 17/2013

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de peças necessárias à manutenção do veículo tipo micro-ônibus MLE 8652.

Empresa : EJC Caminhões e Acessórios Ltda

Valor Total: 7.171,70

Fundamento: Artigo 24, XVII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.

MICHELA DA SILVA FREITAS

Secretária Municipal

Extrato: FMS 2013/59 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/59 A00

Contratada: SENAC - SERVIÇOS NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DEPARTAMENTO NACIONAL.

C.N.P.J: 33.469.172/0042-36

Objeto: MINISTRAR CURSO DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS PARA OS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 7.900,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 56/2013 Dispensa 06/2013

Imbituba, 05 de dezembro de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Senac - Serviços Nacional de Aprendizagem Comercial Departamento Nacional

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Seduc 2013/106 a/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2013/106 A/01

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE

C.N.P.J: 10.981.399/0001-92

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL NO PRAZO DE 120(CENTO E VINTE)DIAS, DO DIA 28/11/2013 A 28/03/2014.

Fundamento: Processo nº. 87/2013 Carta Convite 08/2013

Imbituba, 27 de novembro de 2013.

MICHELA DA SILVA FREITAS

Secretária Municipal da Cultura

Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seash 2010/07 a/04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2010/07 A/04
Contratada: VALDECI DA ROSA
C.P.F:289.098.289-00

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
PARA ATÉ 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 04/2010 Pregão 14/2013

Imbituba, 16 de dezembro de 2013.
SELA ELIAS WESTPHAL
Secretária da Seash
Contratante

VALDECI DA ROSA
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seash 2011/01 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2011/01 A02
Contratada: CLEIDE MARIA JOAQUIM PERÃO
C.P.F: 289.098.289-00

Obejto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
PARA ATÉ 31/12/2014.

Imbituba, 16 de dezembro de 2013.
SELMA ELIAS WESTPHAL
Secretário Municipal de Assistencia Social e Habitação
Locatário

CLEIDE MARIA JOAQUIM PERÃO
Representante Legal
Locador

Extrato: Seash 2013/05 a/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2013/05 A/01
Contratada: CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME
C.N.P.J:04.55.820/0001-09

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
PARA ATÉ 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 09/2013 Dispensa 01/2013

Imbituba, 16 de dezembro de 2013.
SELA ELIAS WESTPHAL
Secretária da Seash
Contratante

CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seash 2013/14 a/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2013/14 A/01
Contratada: SILVIA CRISTINA AGOSTINHO PITTIGLIANI
C.P.F:691.255.709-00

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
PARA ATÉ 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 19/2013 Dispensa 05/2013

Imbituba, 16 de dezembro de 2013.
SELA ELIAS WESTPHAL
Secretária da Seash
Contratante

SILVIA CRISTINA AGOSTINHO PITTIGLIANI
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seash 2013/6 a/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2013/6 A/01
Contratada: VERA LUCIA VALDOMIRO MEDEIROS THIESEN
C.P.F:289.098.289-00

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
PARA ATÉ 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 10/2013 Dispensa 02/2013

Imbituba, 16 de dezembro de 2013.
SELA ELIAS WESTPHAL
Secretária da Seash
Contratante

VERA LUCIA VALDOMIRO MEDEIROS THIESEN
Representante Legal
Contratada

Iomerê

PREFEITURA

Contrato Ctact13/88

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT13/88

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, WILLIAM JACKSON FRANCIO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 019.162.799-29 e RG 3.569.975, residente na Rua Acir Piolli - Videira - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de

Motorista de Ambulância -, comprometendo-se o CONTRATADO a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - O CONTRATADO prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária do CONTRATADO será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 3,0 salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 06 de dezembro de 2013 e tendo seu término previsto para 05 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao CONTRATADO pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo CONTRATADO, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 06 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

WILLIAM JACKSON FRANCIO
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PAULA PASQUAL
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

Resilição de Termo de Compromisso Nº 0043/2013

RESILIÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO Nº 0043/2013

Termo de RESILIÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO Nº TC13/02, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, ESTADO DE SANTA CATARINA, e KARINA BUFFON

CONCEDENTE: MUNICÍPIO IOMERÊ

CNPJ-MF nº 01.612.744/0001-20

Representada por: LUCIANO PAGANINI

ESTUDANTE: KARINA BUFFON

CPF: 086.289.269-41

Por meio deste instrumento particular, as partes adiante denominadas concedente e estudante, firmam de comum acordo, a rescisão de Termo de Compromisso na forma das cláusulas que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO TERMO DE COMPROMISSO RESILIDO

As partes em 05 de março de 2013 firmaram termo de compromisso de realização de estágio n. TC13/02.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RESILIÇÃO

Em razão do recesso escolar, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir em 13 de dezembro de 2013, o termo de compromisso informado na cláusula primeira, pelo que a estudante renuncia eventual direito decorrente do termo de compromisso resiliado, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente resilição de termo de compromisso.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê - SC, 06 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI
Concedente

KARINA BUFFON
Estudante

Testemunhas
PAULA PASQUAL
OAB/SC 16164

Resilição de Termo de Compromisso Nº 0044/2013

RESILIÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO Nº 0044/2013

Termo de RESILIÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO Nº TC13/01, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, ESTADO DE SANTA CATARINA, e LILIANE CRISTINA BARICHELLO

CONCEDENTE: MUNICÍPIO IOMERÊ

CNPJ-MF nº 01.612.744/0001-20

Representada por: LUCIANO PAGANINI

ESTUDANTE: LILIANE CRISTINA BARICHELLO

CPF: 082.177.179-58

Por meio deste instrumento particular, as partes adiante denominadas concedente e estudante, firmam de comum acordo, a rescisão de Termo de Compromisso na forma das cláusulas que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO TERMO DE COMPROMISSO RESILIDO

As partes em 05 de março de 2013 firmaram termo de compromisso de realização de estágio n. TC13/01.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RESILIÇÃO

Em razão do recesso escolar, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir em 13 de dezembro de 2013, o termo de compromisso informado na cláusula primeira, pelo que a estudante renuncia eventual direito decorrente do termo de compromisso

resilido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão de termo de compromisso.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê - SC, 06 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

LILIANE CRISTINA BARICHELLO

Concedente

Estudante

Testemunhas

PAULA PASQUAL

OAB/SC 16164

Resilição de Termo de Compromisso Nº 00452013

RESILIÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO Nº 00452013

Termo de RESILIÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO Nº TC13/03 celebrado entre o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, ESTADO DE SANTA CATARINA, e FLÁVIO MORANDO

CONCEDENTE: MUNICÍPIO IOMERÊ

CNPJ-MF nº 01.612.744/0001-20

Representada por: LUCIANO PAGANINI

ESTUDANTE: FLÁVIO MORANDO

CPF: 081.262.219-76

Por meio deste instrumento particular, as partes adiante denominadas concedente e estudante, firmam de comum acordo, a rescisão de Termo de Compromisso na forma das cláusulas que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO TERMO DE COMPROMISSO RESILIDO

As partes em 05 de março de 2013 firmaram termo de compromisso de realização de estágio n. TC13/03

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RESILIÇÃO

Em razão do recesso escolar, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir em 13 de dezembro de 2013, o termo de compromisso informado na cláusula primeira, pelo que a estudante renuncia eventual direito decorrente do termo de compromisso resilido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão de termo de compromisso.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê - SC, 06 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

FLÁVIO MORANDO

Concedente

Estudante

Testemunhas

PAULA PASQUAL

OAB/SC 16164

Termo de Rescisão Contratual Nº 0001/2013

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 0001/2013

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, EDITORA FOLHA DE VIDEIRA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 06.017.462/0001-06, com endereço na Rua Severino José Pasqual, n. 1013, Videira, SC., resolvem rescindir o contrato n. CT13/57, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 02 de maio de 2013, firmaram contrato de prestação de serviços de Publicação de Anúncio Institucional, Contrato n. CT13/57.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão de a existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, a fim de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato informado na cláusula primeira, pelo que a contratada renuncia qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos a partir de 01 de dezembro de 2013.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 29 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

EDITORA FOLHA DE VIDEIRA LTDA - ME

TESTEMUNHAS

NOME

CPF

NOME

CPF

Termo de Rescisao Contratual Nº 0002/2013

TERMO DE RESCISAO CONTRATUAL Nº 0002/2013

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, AGÊNCIA MIRAGE S/C LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 04.065.817/0001-07, com endereço na Rua Conceição, n. 95, Videira, SC., resolvem rescindir o contrato n. CT13/60, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 10 de maio de 2013, firmaram contrato de prestação de serviços de Publicação de Anúncio Institucional, Contrato n. CT13/60.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão de a existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, a fim de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato informado na cláusula primeira, pelo que a contratada renuncia

qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtirá efeitos a partir de 01 de dezembro de 2013.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 29 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
AGÊNCIA MIRAGE S/C LTDA - ME

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

Termo de Rescisão Contratual Nº 0003/2013

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 0003/2013

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, MOACIR NUNES DE OLIVEIRA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 15.808.936/0001-10, com endereço na Rua Genelvira R. Torkatto, n. 60, Videira, SC., resolvem rescindir o contrato n. CT13/61, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 10 de maio de 2013, firmaram contrato de prestação de serviços de Publicação de Anúncio Institucional, Contrato n. CT13/61.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão de a existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, a fim de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato informado na cláusula primeira, pelo que a contratada renuncia qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtirá efeitos a partir de 01 de dezembro de 2013.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 29 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
MOACIR NUNES DE OLIVEIRA EIRELI

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N. 2.021 de 19 de Dezembro de 2.013

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DE ANULAÇÕES TOTAIS E PARCIAIS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R\$ 94.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II c/c ao § 2º e 730; do artigo 34 da Lei 1.706 de 19 de dezembro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.013 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.730 de 19 de dezembro de 2.013,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 120, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 40.000,00.

II. Código reduzido 132, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 44.000,00.

III. Código reduzido 36, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 94.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

I. Código reduzido 125, Projeto 1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 94.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 94.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 19 de dezembro de 2.013.

Ipumirim-SC, 19 de dezembro de 2.013

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Decreto Nº.2022/2013 de 19 de Dezembro de 2013.

INSTITUI TURNO ÚNICO PARA ATENDIMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM NO PERÍODO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE JANEIRO DE 2014.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - S/C, no uso de suas atribuições legais e:

_ Considerando o período de recesso forense que ocorre de 20 de dezembro de 2013 a 06 de Janeiro de 2014;

_ Considerando o período de férias escolares cujo o ano letivo de 2014, terá início em fevereiro daquele ano;

_ Considerando que grande parte dos servidores da secretaria Municipal de Assistência Social encontram em férias;
_ Considerando que pelos motivos acima existe redução na demanda de atendimentos por parte do Conselho Tutelar do Município;
_ Considerando que atualmente existe déficit de Conselheiros Tutelares, até realização de nova eleição.

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado turno único, compreendido das 13:00 às 19:00, de segunda a sexta-feira, no período de 23 de dezembro de 2013 à 31 de janeiro de 2014, para atendimento do Conselho Tutelar do Município de Ipumirim.

Art. 2º - Durante o período restante do dia, o atendimento deverá ocorrer em regime de plantão, através de telefone celular, cujo o número deverá ser afixado junto a sede do conselho tutelar, em local de fácil visualização.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário o presente decreto produzirá efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2013.

Ipumirim, 19 de Dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.760/2013

LEI Nº 1.760/2013.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

TÍTULO I

CEMITÉRIOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - A construção, o funcionamento, a utilização, a administração e a fiscalização dos cemitérios e a execução dos serviços funerários no Município de Irineópolis - SC, reger-se-ão pelo disposto nesta Lei em consonância com o que determina a Resolução CONAMA 335/2003, Resolução CONAMA 386/2006, Decreto Estadual 23.430/1974 e demais normas específicas aplicáveis à matéria.

Art. 2º - Os cemitérios tem caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal competente, ficando, porém, livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis.

Parágrafo único - Os cemitérios particulares serão administrados pelos responsáveis dos mesmos, desde que não contrariem as prescrições desta lei no que diz respeito às questões técnicas e de salubridade.

Art. 3º - O Município incumbir-se-á de:

I - tomar medidas tendentes ao melhoramento dos serviços funerários e da administração dos cemitérios públicos;

II - fiscalizar os cemitérios zelando pela observância das normas;
III - administrar os cemitérios públicos e fixar as tarifas dos serviços neles prestados;
IV - fiscalizar para que as empresas funerárias sediadas em outros municípios não venham a prestar serviços permanentes no âmbito local;

Seção I

Dos Cemitérios

Art. 4º - Os cemitérios particulares ou públicos são partes de utilidade pública, reservados ao sepultamento dos mortos.

§ 1º - Os cemitérios, por sua natureza, são locais respeitáveis e, devem ser conservados limpos e tratados com zelo. Suas áreas arruadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com planta previamente aprovada pela Municipalidade, e cercados com muro de, no mínimo, um metro de altura.

§ 2º - Os cemitérios públicos e particulares deverão, ainda, reservar espaço para instalação de ossário e sepultamento de carentes;

§ 3º - O cercamento previsto no § 1º poderá ser de tela ou de arame, quando o cemitério localizar-se na área rural do Município, ou que por sua localização afastada do centro urbano, não acarrete incômodos à vizinhança.

Seção II

Das Sepulturas

Art. 5º - Para efeitos da presente lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - Sepultura: cova funerária aberta no terreno;

II - Carneira: cova com paredes laterais revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente as dimensões das sepulturas;

III - Ossário: depósito de ossos preteridos pelos familiares e provenientes de sepulturas temporárias e carneiras.

Art. 6º - As sepulturas deverão possuir as seguintes medidas:

I - Para adultos deverão medir 2,10 metros de comprimento por um metro de largura e 1,55 metros de profundidade;

II - As destinadas a menores de 12 anos deverão medir 1,60 metros de comprimento por 0,60 metros de largura e 1,10 metros de profundidade.

§ 1º - Entre as sepulturas, nos quadros, deverá medir no mínimo 0,40 metros entre uma e outra nas laterais e 0,80 metro, entre a cabeceira de uma e a de outra ou, entre os pés de uma e a cabeceira de outra.

§ 2º - As construções sobre sepulturas obedecerão às seguintes dimensões: Adultos - 2,30 metros de comprimentos e 1 metro de largura; menores de 12 anos, 1,70 metros de comprimento e 0,90 metros de largura.

§ 3 - Para fins de sepultamento, maiores de 12 anos são considerados adultos.

Art. 7º - Os enterramentos em sepulturas sem carneira poderão repetir-se de 05(cinco) em 05(cinco) anos e, nas sepulturas que possuem carneiros, não haverá limite de tempo, desde que o último sepultamento realizado seja convenientemente isolado.

Art. 8º - As concessionárias ou os responsáveis pela sepultura são obrigados a fazer serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiverem construído e que forem necessários para a estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

§ 1º - As sepulturas, nas quais não forem realizados serviços de limpeza, obras de conservação e reparação julgados necessários, serão considerados em abandono e em ruína.

§ 2º - As sepulturas consideradas em abandono terão seus responsáveis convocados pessoalmente ou por edital, e se, no prazo de 90 dias, não comparecerem, as sepulturas serão abertas, os restos mortais serão trasladados para o ossário e as construções

serão demolidas;

§ 3º - O material retirado das sepulturas abertas para fins de depósito em ossário pertencem ao cemitério, não cabendo reclamação dos interessados.

Art. 9º - A Municipalidade mandará zelar e conservar por conta dos cemitérios, as sepulturas de pessoas que tem prestado relevantes serviços a Pátria, bem como, os túmulos que forem construídos pelos poderes públicos em homenagem a pessoas ilustres.

Art. 10 - Para a construção de monumentos ou jazigos, os interessados deverão procurar o administrador, que lhes fornecerá os alinhamentos, de acordo com a planta geral do cemitério.

Art. 11 - As construções deverão ser calçadas ao seu redor.

Seção III

Dos Sepultamentos

Art. 12 - Os sepultamentos serão feitos sem indagação da crença religiosa, princípios filosóficos ou de ideologia política do falecido.

Art. 13 - O sepultamento somente poderá ser efetuado decorrido o prazo de 24 horas, contando do momento do falecimento, salvo:

I - Quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;

II - Quando o cadáver apresentar inequívocos sinais de putrefação.

§ 1º - Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, por mais de 24 horas, contadas a partir do momento em que se verificou o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado, ou se houver ordem expressa do Prefeito Municipal, ou autoridade judicial, autoridade policial competente ou do Departamento Estadual de Saúde.

§ 2º - São vedados os sepultamentos sem caixão, salvo nas hipóteses de epidemias, lutas armadas ou catástrofe de qualquer natureza, casos em que, se absolutamente necessário, far-se-á uso do ossário.

§ 3º - Só será permitido o sepultamento de um cadáver por caixão, salvo o do recém-nascido com a sua mãe.

§ 4º - Os sepultamentos só poderão ser realizados no horário das 08h00min às 18h00min.

Art. 14 - Não será feito sepultamento sem a Certidão de Óbito fornecida pelo Oficial do Registro Civil do local do falecimento.

Parágrafo único - Na impossibilidade de o registro de óbito ser feito antes do sepultamento, pela distância ou outro motivo relevante, nos termos autorizado pelo artigo 78 da Lei Federal n.º 6015/73, esse será feito mediante a apresentação da Declaração de Óbito devidamente assinada, por profissional médico, com aposição de carimbo, ficando o familiar obrigado a, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do óbito, apresentar a competente Certidão à Administração do cemitério, sob pena do pagamento de multa de 02 UFRMs - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 15 - A condução de cadáveres dentro do perímetro urbano e rural só será permitida a mão ou em carro fúnebre, a não ser com autorização da municipalidade de outro meio de condução.

Art. 16 - As empresas prestadoras de serviços do ramo deverão estar devidamente legalizadas perante os órgãos da Prefeitura Municipal para o exercício das atividades, salvo quando se tratar de empresas devidamente organizadas e oriundas de outras localidades, caso em que poderão operar com autorização.

Art. 17- Serão organizados livros de controle de óbito e livro perpétuo para uso exclusivo do cemitério Municipal, onde serão registrados todos os sepultamentos.

Seção IV

Das Exumações

Art. 18 - Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 05(cinco) anos, contados da data do sepultamento, salvo em virtude de requisição, por escrito, da autoridade judicial ou policial ou com licença do Departamento Estadual de Saúde.

Parágrafo único - Decorrido o prazo de 05(cinco) anos da data do sepultamento poderão ser abertos os restos mortais e removidos para outro local, respeitadas as prescrições da lei vigente.

Seção V

Das Construções nos Cemitérios

Art. 19 - Exceto as pequenas construções sobre sepulturas ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciada, nos cemitérios, sem que a planta tenha sido previamente aprovada pela Municipalidade.

§ 1º - Os serviços de construção até como os de conservação dos espaços públicos dos cemitérios, somente poderão ser feitos por pessoas credenciadas pela administração do cemitério;

§ 2º - A Prefeitura Municipal fiscalizará a execução das construções, fazendo as exigências julgadas necessárias e previstas na legislação.

§ 3º - Nenhuma construção poderá ter dimensão superior a 3x3 metros, ou seja, 9,00m2 (nove metros quadrados).

Art. 20 - É proibido deixar nos cemitérios, em depósito, terra ou escombros.

§ 1º - Os responsáveis pela construção de sepulturas, monumentos ou jazigos são responsáveis pela limpeza e desobstrução do local após o término das obras, não sendo permitido o acúmulo de material nas vias principais e acessos, nem o preparo de pedras ou outros materiais para construção no recinto dos cemitérios.

§ 2º - Em caso de construção ou demolição, os excedentes deverão ser removidos após a tarefa diária.

§ 3º - A argamassa para as construções deverá ser preparada em caixões de madeira ou de ferro.

§ 4º - A condução do material para as construções deverá ser feita em recipiente que não permita o derramamento do conteúdo.

Art. 21 - Para que a limpeza dos cemitérios não fique prejudicada nas comemorações de Finados, as construções nos mesmos só poderão ser iniciadas com prazo suficiente para serem concluídas até o dia 01 de outubro, de cada ano, impreterivelmente, sob pena de multa de 02 UFRMs (Unidade Fiscal de Referência Municipal).

Art. 22 - Os empreiteiros responderão por danos causados por seus empregados, ou por desvios de objetos das sepulturas, quando em trabalho nos cemitérios.

Parágrafo único - Andaimos só serão permitidos sobre pranchas de modo a não danificar o pavimento, se houver.

Art. 23 - Não poderão menores de 18 anos ou pessoas que sofram de moléstia contagiosa, trabalhar nos cemitérios.

Seção VI

Do Funcionamento e Administração dos Cemitérios

Art. 24 - Os cemitérios municipais e particulares existentes ou que vierem a existir deverão possuir nas suas entradas, portões com fechaduras, cujas chaves ficarão com o Administrador, que é responsável direto no que diz respeito à permissibilidade de ingresso de pessoas nos cemitérios.

§ 1º - A Municipalidade poderá criar o cargo de Zelador e/ou designar funcionários de seu quadro, para exercer, juntamente com sua função, a de Administrador dos cemitérios municipais.

§ 2º - Caso o Município resolva optar por terceirizar estes serviços, fica a carga da empresa terceirizada a responsabilidade.

§ 3º - Nas vilas e localidades rurais, a incumbência de definir sobre o acesso de pessoas, bem como, sobre o funcionamento e

organização dos cemitérios fica a cargo da própria comunidade local, mediante fiscalização do Poder Público.

Art. 25 - Os cemitérios municipais e sua respectiva administração estarão abertos diariamente ao público, no período das 09 às 18 horas, inclusive em domingos e feriados, exceto nos dias 1º e 02 do mês de novembro, cujo horário será das 05 às 20 horas, bem como, nos casos excepcionais de sepultamento urgente e ocorrências similares.

§ 1º No mesmo período serão atendidos os traslados, inumações e exumações, bem como os assuntos concernentes à concessão de jazigos e congêneres;

§ 2º - Os traslados serão efetuados sempre com a presença de um membro da família da pessoa falecida, lavrando-se o termo de traslado que será assinado pelo administrador do cemitério e pelo interessado;

§ 3º - Não estando presente nenhum membro da família interessada por ocasião do traslado para o ossário público ou individual, o mesmo será feito com a presença de 02 (duas) testemunhas, sendo lavrado o termo de traslado, assinado pelo administrador e pelas testemunhas.

§ 4º - Aos sábados, domingos, dias santificados e feriados, não se procederá à abertura de jazigo, sepultura ou ainda remoção de cadáveres, salvo se tais providências forem determinadas por ordem judicial ou policial.

§ 5º - Para o atendimento dos casos excepcionais, deverá a administração do cemitério disponibilizar, em local de fácil visibilidade, o nome, endereço e número do telefone do zelador ou plantonista;

§ 6º - É vedada a entrada de ébrios, crianças e escolares em passeio não acompanhadas e pessoas acompanhadas de animais, e, fora das horas de expediente, é vedada a entrada indistintamente de qualquer pessoa, exceto trabalhadores em caso de emergência.

Art. 26 - Caberão ao funcionário responsável pelo cemitério, as seguintes tarefas:

I. Exigir e arquivar as certidões de óbito e/ou documentos equivalentes;

II. Registrar as trasladações e exumações, bem como, os sepultamentos, dos quais constará nome, idade, sexo, causa morte, dia e hora do falecimento e do sepultamento e número do jazigo em que o corpo será sepultado;

III. Determinar a abertura e fechamento das sepulturas;

IV. Providenciar a limpeza dos passeios, capina da vegetação, manutenção da jardinagem e retirada dos resíduos de coroas e flores secas;

V. Notificar os responsáveis pelos sepulcros a realizarem as obras necessárias, tanto a manutenção da estéica, quanto a evitar a ruína de construções e sepulturas;

VI. Numerar os quadros e o locais destinados às sepulturas;

VII. Zelar pelas posturas estabelecidas e informar à Administração Municipal as infrações e os infratores;

VIII. Executar as tarefas correlatas que se fizerem necessárias.

Art. 27 - Nos cemitérios é proibido:

I - pisar nas sepulturas;

II - subir nas árvores ou nos mausoléus;

III - rabiscar nos monumentos ou nas lápides tumulares;

IV - arrancar plantas ou colher flores;

V - praticar atos de depredação de qualquer espécie nos túmulos ou dependências do campo santo;

VI - fazer depósitos de qualquer espécie de material, funerário ou não;

VII - pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros ou portões;

VIII - efetuar atos públicos que não sejam de cultos religiosos ou cívico;

IX - fazer instalações ou vendas de qualquer natureza;

X - fazer trabalhos de construções ou plantações nos domingos, salvo em casos devidamente justificados;

XI - prejudicar, danificar ou sujar as sepulturas;

XII - fazer operações fotográficas, geodésicas ou outras sem licença da municipalidade;

XIII - jogar lixo em qualquer parte do cemitério;

XIV - deixar velas acesas após as horas de expediente.

Art. 28 - O controle dos sepultamentos fica a cargo da administração dos cemitérios, devendo:

I - Manter um registro geral com numeração e mapeamento de todas as sepulturas e jazigos existentes;

II - Manter livro geral para registro de sepultamento, o qual será registrado pelo funcionário ou administração responsável, nele constando todos os elementos esclarecedores com colunas para as seguintes anotações:

a) número de ordem do sepultamento;

b) nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido;

c) data e lugar do óbito;

d) número do registro de óbito, página, livro, nome do cartório e do lugar onde está situado;

e) data do sepultamento;

f) número da sepultura;

g) pagamentos de taxas;

h) assinatura do responsável.

III - Manter um livro para registro de construção:

a) número de ordem;

b) espécie de sepultura (carneiro ou jazigo);

c) número da quadra e do carneiro ou jazigo;

d) nome de quem assinou a concessão;

e) patronímico das famílias beneficiadas pela perpetuidade;

f) pagamento da concessão;

g) assinatura do responsável;

IV - Possuir livro para registro de depósito de ossos no ossário, contendo colunas para as seguintes anotações:

a) número de ordem do registro no livro geral;

b) nome, idade, sexo, estado civil, filiação e naturalidade do falecido;

c) data do sepultamento;

d) data da exumação;

e) número da sepultura anterior;

f) caso os restos mortais não contenham identificação, registrar o nome do falecido sepultado à direita e a esquerda do local onde foram retirados os ossos.

Seção VII

Das Tarifas

Art. 29 - As tarifas cobradas com relação aos serviços decorrentes de sepultamento, concessão, abertura de sepulcros, catacumbas, exumação ou trasladação de restos mortais, fechamento de canteiros, envio de correspondências e publicação de editais, expedição de títulos e de licenças para construções no cemitério, serão cobrados sob o Título de Receita de Cemitérios.

§ 1º - As tarifas para a concessão e para os diversos serviços ficam fixados de acordo com o ANEXO I, em UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, considerando-se no caso dos serviços, os custos dos mesmos, atualizados sempre que necessário pelo IGP-M. O valor da UFRM prevista nesta Lei também será atualizada anualmente pelo IGP-M ou índice que vier a substituí-lo.

§ 2º - As taxas para quem solicitar os serviços serão inicialmente fixadas em conformidade anexo I da presente LEI.

Art. 30 - Ao recolher a taxa devida ao sepultamento terá o requerente direito de manter naquela sepultura ou jazigo o cadáver.

Art. 31. Os cadáveres de indigentes ou de pessoas não reclamadas ou remetidas pelas autoridades policiais serão sepultadas gratuitamente.

Parágrafo único - Poderão também ser sepultados gratuitamente cadáveres de pessoas pobres, a juízo das autoridades.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AOS CEMITÉRIOS.

Art. 32 - Os cemitérios que atingirem o limite de saturação de matérias orgânicas serão interditados, ficando as soluções para o caso ao encargo da municipalidade.

Art. 33 - Qualquer dos serviços feitos nos cemitérios, conforme mencionados nesta lei, somente serão executados mediante a apresentação de autorização escrita, expedida pela municipalidade.

Art. 34 - A municipalidade, expedirá modelo de autorização para sepultamento, remoção/exumação ou outros atos que se fizerem necessários.

Art. 35 - O número a ser colocado na sepultura ou jazigo, deverá constar na licença de sepultamento expedida pela Prefeitura Municipal.

Art. 36 - Cumpre aos interessados, nas sepulturas ou jazigos, mandar colocar na frente destes, lousas de mármore, granito ou pedra contendo a inscrição indicativa do cadáver ali sepultado.

Art. 37 - Somente será permitido colocar nos jazigos ou sepulturas, floreiras preenchidas com areia, podendo estas serem convenientemente umedecidas.

Art. 38 - A administração dos cemitérios, a fim de manter o bom aspecto dos cemitérios, reserva-se o direito de fazer retirar dos jazigos ou sepulturas, os ornamentos de má apresentação bem como vasos e adornos quebrados ou inadequados.

Art. 39 - A limpeza das lápides dos jazigos ou sepulturas deve ser feita com os devidos cuidados de modo a não prejudicar outros, ficando proibido o uso excessivo de água.

Art. 40 - A partir da data da publicação desta Lei fica vedada a implantação de cemitérios sem os devidos registros, devendo os novos cemitérios atender além do previsto nesta Lei, a Resolução CONAMA 335/2003 e demais normas específicas aplicáveis à matéria.

§ 1º - A implantação de cemitério novo depende de aprovação municipal.

§ 2º - A área destinada ao cemitério deverá ter sua dimensão aprovada pela Prefeitura Municipal.

§ 3º - O novo cemitério não poderá sob nenhuma hipótese, distar menos de três mil metros de distância de outro cemitério ou das extremidades do perímetro urbano.

§ 4º - As condições topográficas e de solo deverão ser adequadas ao fim proposto, a critério dos órgãos técnicos da Prefeitura Municipal, deverá ter licença de instalação da FATMA.

CAPÍTULO III DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Art. 41 - Os serviços funerários, no âmbito do Município de Iri- neópolis, são considerados de interesse público, podendo ser realizados pela Administração Municipal ou pela iniciativa privada, mediante licença e fiscalização da Administração Municipal e reger-se-ão por esta Lei, decretos, portarias, normas e demais atos expedidos pelos poderes competentes.

Art. 42 - Os serviços funerários compreendem a confecção e fornecimento de urnas funerárias, a organização e realização das pompas fúnebres, o transporte de cadáveres, a instituição, manutenção e administração de cemitérios e de forno crematórios.
Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei, a pompa fúnebre compreende a preparação do cadáver com vistas à realização

ordenada do sepultamento ou cremação, como a limpeza, vestimenta e adornos para o traslado e o velório do corpo, com ou sem o fornecimento de urnas funerárias.

Seção I

Das Empresas Funerárias

Art. 43 - As empresas cujo objeto social seja a prestação dos serviços funerários, compreendendo o fornecimento de urnas funerárias e pompas fúnebres, para obterem licença de localização e funcionamento, além de atenderem à legislação relativa ao meio ambiente, código de posturas e de obras e o plano diretor, deverão fazer prova de disponibilidade dos seguintes bens de capital:

I. Área construída de, no mínimo, 50m² (cinquenta metros quadrados);

II. Um veículo adaptado para o transporte digno de cadáveres;

§ 1º - As empresas licenciadas deverão manter plantão 24h, diariamente, mediante rodízio, para atendimento público e realização das pompas fúnebres;

§ 2º - A funerária não poderá recusar atendimento em nenhuma hipótese, para óbitos ocorridos durante o seu período de plantão;

§ 3º - O plantão não implica em preferência para os usuários, sendo livre a escolha de qualquer funerária pelo responsável pela pessoa falecida.

Art. 44 - As empresas que fornecerem urnas funerárias e organizarem as pompas fúnebres ficam obrigadas a oferecer, no mínimo, dois padrões de urnas e serviços:

a) Padrão I: simples;

b) Padrão II: especial.

§ 1º - É livre a criação de outros padrões.

§ 2º- Os preços das urnas e dos serviços tipo padrão I serão acompanhados pela Administração Municipal, que poderá fixar os valores máximos a serem praticados, sempre que for constatado o seu avultamento em relação aos custos dos insumos que os compoñham.

§ 3º- A agência funerária obriga-se a fornecer ao interessado o valor total do serviço a ser prestado, no ato da contratação, através de orçamento devidamente assinado.

Art. 45 - É vedado às empresas funerárias:

I. Efetuar, acobertar ou remunerar o agenciamento de funerais e de cadáveres, bem como manter e oferecer serviços em hospitais, casas de saúde, delegacias de polícia e órgãos afins, por si ou por pessoas interpostas, incluindo-se nesta proibição os atos de contratação, quaisquer que sejam suas extensões, devendo tais procedimentos terem curso nas empresas, diretamente e por livre escolha dos interessados na contratação.

II. Cobrar preços superiores aos regulados pelo Executivo, por Decreto, conforme previsto no § 2º, do artigo 44.

III. Efetuar sepultamento sem acompanhamento de servidor público responsável pelo cemitério, nos cemitérios públicos.

IV. Realizar inumação e exumação sem a autorização e o pagamento da respectiva taxa.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46 - Os cemitérios serão fiscalizados pelo Poder Executivo, por meio da Secretaria da Administração.

Art. 47 - As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas com multa pecuniária, nos valores já fixados nesta Lei ou por ato suplementar baixado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 48 - O alvará de funcionamento dos cemitérios particulares fica condicionado à apresentação das Licenças Ambientais respectivas.

Art. 49 - As empresas prestadoras de serviços funerários estabelecidas no Município, e em regular funcionamento na data de publicação desta Lei, terão o prazo de um ano para atenderem as condições aqui estabelecidas.

Art. 50 - Os cemitérios existentes em Irineópolis, terão o prazo de 18 (dezoito) meses para a devida adequação a esta LEI.

Art. 51 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que for pertinente.

Art. 52 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 17 de Dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

ANEXO I
(PROJETO DE LEI N.º 084/2013)
TAXAS DE CEMITÉRIO

As Taxas de cemitério serão pagas por quem solicitar o respectivo serviço e sua cobrança se fará de acordo com a seguinte tabela:

1. Sepultamento:
 - 1.1. De adultos - 0,40 UFRM
 - 1.2. De infante - 0,25 UFRM
2. Permissão para construção de:
 - 2.1. Sepultura - 0,30 UFRM
 - 2.2. Carneira - 0,40 UFRM
 - 2.3. Jazigo ou mausoléu com até 3 gavetas - 0,40 UFRM
 - 2.4. Jazigo ou mausoléu com até 6 gavetas - 0,60 UFRM
 - 2.5. Adicional por gavetas em jazigos ou mausoléus Gavetas - 0,20 UFRM
 - 2.6. Congêneres - 0,20 UFRM
3. Demolição de edificação já existente quando solicitada -
4. Diversos:
 - 4.1. Abertura de sepultura, carneira, jazigo ou mausoléu para nova inumação - 0,10 UFRM
 - 4.2. Exumação para a utilização da mesma sepultura, carneira, jazigo ou mausoléu - 0,30 UFRM
 - 4.3. Colocação da exumação para o ossário - 0,10 UFRM
 - 4.4. Exumação para outras localidades - 0,25 UFRM
 - 4.5. Congêneres - 0,20 UFRM

OBS: VALORES FIXADOS EM UFRM - VALOR DA UFRM PARA 2013 = R\$ 251,89.

Decreto Nº 2538/2013

Decreto nº 2.538/2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.0194 (52) Aplicações Diretas R\$ 2.615,41

3.3.90.00.00.00.00.0194 (46) Aplicações Diretas R\$ 10.384,59

T O T A L R\$ 13.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.0194 (40) Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

T O T A L R\$ 13.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 19 de dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2539/2013

Decreto nº 2.539/2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 66.124,15 (Sessenta e seis mil cento e vinte e quatro reais e quinze centavos).

02 - PODER EXECUTIVO
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
2.011- Manutenção do Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.0257 (72) Aplicações Diretas R\$ 66.124,15

T O T A L R\$ 66.124,15

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
2.011- Manutenção do Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.0257 (70) Aplicações Diretas R\$ 66.124,15

T O T A L R\$ 66.124,15

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 19 de dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Resolução Nº 01, de 11 de Dezembro de 2013

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o Plano de Ação e de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA do ano de 2014 do município de Irineópolis.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, de Irineópolis na forma da na forma da Lei 647/92 de 27 DE NOVEMBRO DE 1992, em reunião ordinária no dia 09 de dezembro de 2013, registrada na Ata nº 12/2013, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Irineópolis/SC, referente ao ano de vigência de 2014.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 11 de novembro de 2013.

MARIA ROSA SCHAFASCHEK

Presidente CMDCA.

Resolução Nº 018/2013

RESOLUÇÃO Nº 018/2013.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001,

RESOLVE:

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, a contar de 01/12/2013, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, Nº 001/2013, instaurado através da Resolução nº 016/2013, de 01/11/2013.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/12/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 19 de Dezembro de 2013.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente do HMBJ.

Extrato de Contrato 29/2013- FMS

CONTRATO Nº 29/2013

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 12/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

PROCESSO LICITATORIO Nº 05/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira do Contrato n.º 12/2013 - Processo de Licitação n.º 05/2013, Pregão Presencial n.º 02/2013, Do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Sétima do Contrato nº 12/2013, e de acordo com pareceres contábil e jurídico passam a ter reajuste dos valores a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item 01: Óleo Diesel S10 - 3.823,970 litros - valor anterior R\$ 2,37

Total R\$ 9.062,808 - valor reajustado R\$ 2,515 - valor total: R\$ 9.617,284, sendo o valor aditivado de R\$ 554,475.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os quantitativos em espécies no caput constantes são os que restam receber da Contratada.

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 18 de dezembro de 2013.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

GISELI KEMPINSKI

Auto Posto Planalto Norte Ltda

JOSIANE APARECIDA MAAS BUZZI

Testemunhas:

WIANEY DE CASSIA DE O. G. T. DOS SANTOS

CPF: 811.060.769-15

FERNANDA ELI SUCKOW CARDOSO

CPF: 026.830.239-10

Extrato de Contrato 30/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 30/2013

2º Termo aditivo ao Contrato nº 007/2012 que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda. CLAUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Quarta e Clausula Oitava do Contrato n.º 07/2012, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2014. CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 18 de dezembro de 2013.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

GISELI KEMPINSKI

Gestor

LUIZ FRANCISCO ANTUNES DE LIMA & CIA LTDA

SCHEILA MARA WEILLER ANTUNES DE LIMA

Extrato de Contrato 31/2013- FMS

CONTRATO Nº 31/2013

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 05/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

PROCESSO LICITATORIO Nº 01/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Cláusula Primeira do Contrato n.º 05/2013 - Processo de Licitação n.º 01/2013, Pregão Presencial n.º 01/2013, Do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Sétima do Contrato nº 05/2013, e de acordo com pareceres contábil e jurídico passam a ter reajuste dos valores a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item 01: Óleo Diesel Comum - 22.500,00 litros - valor anterior R\$ 2,07 Total R\$ 46.575,00 - valor reajustado R\$ 2,19 - valor total: R\$ 49.275,00, sendo o valor aditivado de R\$ 2.700,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Os quantitativos em espécies no caput

constantes são os que restam receber da Contratada.

CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.
E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 19 de dezembro de 2013.
Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
GISELI KEMPINSKI

Ceres Com. Transp. Derivados Petróleo Ltda
JOSE RAVANELLO

Testemunhas:
WIANEY DE CASSIA DE O. G. T. DOS SANTOS
CPF: 811.060.769-15

FERNANDA ELI SUCKOW CARDOSO
CPF: 026.830.239-10

Errata

ERRATA

No Decreto nº 2.536/2013, de 18 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC nº 1392, de 19 de dezembro de 2013, Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências,

ONDE SE LÊ:

"R\$ 166.581,000 (cento e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e um reais).

4.4.90.00.00.00.00.00.0100(03) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

LEIA-SE:

"R\$ 165.184,18." (cento e sessenta e cinco mil cento e oitenta e quatro reais e dezoito centavos).

4.4.90.00.00.00.00.00.0100(03) Aplicações Diretas R\$ 2.101,25

No Decreto nº 2.535/2013, de 18 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC nº 1392, de 19 de dezembro de 2013, Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências,

ONDE SE LÊ:

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEIA-SE:

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerar também para fins de correção, as Leis nº 1.763/2013 e 1.762/2013,

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 19 de dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Rp Nº 008/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 11.335,00 (onze mil, trezentos e trinta e cinco reais)

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 009/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP.

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 43.646,00 (quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos)

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 010/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 22.162,50 (vinte e dois mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 011/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 62.054,00 (sessenta e dois mil e cinquenta e quatro reais)

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 012/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP.

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 21.064,40 (vinte e um mil, sessenta e quatro reais e quarenta centavos)

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 012/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP.

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 21.064,40 (vinte e um mil, sessenta e quatro reais e quarenta centavos)

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 013/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 27.518,00 (vinte e sete mil, quinhentos e dezoito reais)

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 014/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 62.955,00 (sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais)

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 015/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 016/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 94.061,00 (noventa e quatro mil e sessenta e um reais)
Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 017/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 52.284,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais).

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 017/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 52.284,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais).

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 018/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 34.370,00 (trinta e quatro mil, trezentos e setenta reais).

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 019/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 12.540,00 (doze mil, quinhentos e quarenta reais).

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 020/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 40.260,40 (quarenta mil, duzentos e sessenta reais e quarenta centavos).

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato da Ata de Rp Nº 021/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

PROMITENTE FORNECEDORA - GESSER MEDICAL LTDA - EPP

Objeto - Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor - R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais).

Vigência - 10/12/2013 a 09/12/2014.

Base Legal - Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial nº 10/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato de Homologação do Processo Licitatório Nº 19/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013 - Registro de Preços

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação das empresas: CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP; DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP; ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA; CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME; S & R DISTRIBUIDORA LTDA; GESSER MEDICAL LTDA - EPP.

Irineópolis, 10 de dezembro de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Plano de Ação e de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA 2014

Plano de Ação e de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FIA 2014

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário

IRINEÓPOLIS/SC

2013

“A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”
(ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ART. 7º)

1 INTRODUÇÃO	03
Responsável pela elaboração do Plano de Ação e Plano de Aplicação	04

Identificação dos técnicos responsáveis pela Proteção Básica e Especial	04
Coordenação	04
Período previsto para execução	04
1 5 Aprovação do Plano de Ação e Plano de Aplicação/Resolução	05
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E DO PLANO DE APLICAÇÃO	06
2 1 O que é o CMDCA?	06
2 2 O que é o FIA?	06
2 3 O que é o Plano de Ação?	06
2 4 O que é o Plano de Aplicação?	07
Qual a função do CMDCA em relação ao plano de ação e aplicação?	07
HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS	08
JUSTIFICATIVA	10
5 CARACTERIZAÇÃO DA REDE E SERVIÇOS PARA A ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO	11
5 1 Proteção Social Básica	11
5 2 Proteção Social Especial	12
6 AS DIRETRIZES	14
7 OBJETIVOS	15
7 1 Objetivo Geral	15
7 2 Objetivos Específicos	15
8 PÚBLICO ALVO	17
9 METAS	17
10 CRONOGRAMA – AÇÃO E APLICAÇÃO	18
11 PARCERIAS	22
12 ARTICULAÇÃO EM REDE E EXECUÇÃO	22
13 RECURSOS HUMANOS	22
14 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	23

SUMÁRIO**1 INTRODUÇÃO**

A política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente vem avançando em proporções significativas, viabilizando dignidade, respeito e conquistando desenvolvimento familiar e comunitário de crianças e adolescentes. Atualmente crianças e adolescentes tem seus direitos garantido por Lei, a qual destaca a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ART. 227).

“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, prepará-la para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ART. 53).

Para que as leis sejam cumpridas, é necessário criar mecanismos que garantam a sua efetivação. É primordial desenvolver ações que tornem teorias em práticas, demandas em superações, mas para que tudo isso se torne realidade, é necessário que os municípios desempenhem seu papel, tendo como princípio realizar o planejamento das ações de acordo com sua realidade, diagnosticando as suas carências e buscando suas prioridades. O planejamento das ações deve ter como meta a efetivação da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente no município.

Assim, este Plano Municipal para a Infância e Adolescência vem ao encontro das necessidades captadas no município de Irineópolis, em que as propostas aqui delimitadas foram discutidas entre a equipe técnica da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, a equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como, aprovadas em reunião pelo CMDCA no ano de 2013.

Responsáveis pela elaboração do Plano de Ação e Plano de Aplicação

Equipe técnica da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário (SMDC), equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar (CT) e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Identificação dos técnicos responsáveis pela Proteção Básica e Especial

Jaci Baggenstoss Binder - Assistente Social da SMDC;
Jessica de Jesus Vieira - Assistente Social da SMDC e CRAS;
Maiara Estriser – Estagiária;
Wianey de Cássia de Oliveira Godoy Teles dos Santos – Secretária M. do Desenvolvimento Comunitário;
Rosana Marcia Perciak Pereira – Assistente Social do CRAS;
Rosana Donda Rüquel – Gestora do Programa Bolsa Família;
Michele Drabik – Psicóloga do CRAS.
Andrea Kopecki – Pedagoga
Fermiano Coelho – Pedagogo
Hariéli Tomasi – Assistência Social
Caroline Augusta Koderer - Estagiária

Coordenação

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário (SMDC) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Período previsto para execução

De 01 de janeiro de 2014 à 31 de dezembro de 2014.
Aprovação do Plano de Ação e Plano de Aplicação/ Resolução

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis/SC-CMDCA, em reunião ordinária no dia 09 de dezembro de 2013, aprovou o presente Plano de Ação e de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA do ano de 2013, o qual foi registrado em Ata sob nº 12/2012 e publicado com a Resolução nº 01, de 11 de dezembro de 2013, assinada pela presidente do CMDCA a Sra. Maria Rosa Schafaschek.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E DO PLANO DE APLICAÇÃO

O que é o CMDCA?

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é um órgão deliberativo e controlador das ações públicas e privadas, de atendimento e promoção do bem estar social da criança e do adolescente no município. É uma instituição paritária, composta por membros da sociedade civil e do poder público. Entre outras funções é responsável pela aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA).

O que é o FIA?

O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Lei nº 8.069/90 e foi criado para receber os recursos provenientes do Incentivo

Fiscal previsto na legislação, para serem aplicadas em ações que tenham em vista a proteção e atendimento das crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo recebe recursos de outras fontes, especialmente do orçamento municipal, para custeio das ações e manutenção das diversas instituições públicas que prestam atendimento às crianças e adolescentes.

2.3 O que é o Plano de Ação?

Toda organização (entidade governamental, empresa ou ONG), possui seus objetivos, metas e estratégias, necessitando de uma ferramenta que permita o desenho adequado dos projetos e programas, no caso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a ferramenta utilizada é o Plano de Ação, o qual deve responder às seguintes questões: quem fará, o que será feito, por que será, onde será feito, quando será feito, quanto custará e como será feito.

O Plano de Ação é um organograma de atividades a serem desenvolvidas por um determinado período, onde são traçadas ações específicas e elaboradas com um ou mais objetivo dentro de metas a serem alcançadas. O Plano de Ação pode ser desenvolvido tanto mensalmente, como semestralmente ou anualmente, dependendo de cada situação.

2.4 O que é o Plano de Aplicação?

O Plano de Aplicação que é a programação da distribuição dos recursos do Fundo Municipal para as áreas consideradas prioritárias pelo Conselho de Direitos, com a participação da sociedade civil por meio de suas organizações representativas.

A liberação dos recursos existentes no Fundo Municipal só poderá ocorrer mediante um Plano de Aplicação aprovado pelo Conselho de Direitos e refletindo as prioridades da sociedade.

A formulação, a execução e o controle da política de proteção dos direitos da criança e do adolescente devem ser feitos no Município, com participação obrigatória da população por meio de suas entidades representativas. Se não for assim, qualquer decisão do prefeito ou de seus auxiliares isoladamente é inconstitucional e pode ser impugnada por qualquer cidadão. Da mesma forma, o Conselho de Direitos não pode deliberar sobre matéria que não é de sua competência. Se o fizer, sua deliberação será também inconstitucional.

2.5 Qual a função do CMDCA em relação ao plano de ação e aplicação?

O CMDCA deverá participar na elaboração e aprovação do plano de ação e aplicação, estabelecendo metas para os problemas diagnosticados, e após sua aprovação, o mesmo deverá fiscalizar se as ações estão sendo concretizadas e se os recursos estão sendo aplicados corretamente.

3 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

As notícias mais antigas pertinentes à ocupação e colonização do território de Irineópolis são da metade do século XIX, quando por volta de 1850, colonos paulistas e paranaenses se estabeleceram nas terras confluências dos rios Timbó e Iguçu. As explorações do Iguçu e do Timbó, realizadas a partir de 1768, indicam a existência de homens brancos nas regiões. Mais tarde, há registros de disputas com índios Xokleng pela posse da terra, mas são escassas as informações relativas àqueles primeiros tempos de colonização de Irineópolis.

Entretanto, o núcleo urbano do município tem origem na presença de Joaquim Felix Valoix e de sua família composta de seis filhos. De origem francesa, mas procedente de São Paulo, Valoix se instalou no lugar por volta de 1884, ali atuando como fazendeiro e comerciante. Da corruptela de seu nome surgiu a denominação do

povoado, Valões. Outro morador importante na história de Irineópolis foi o fazendeiro gaúcho Demétrio Ramos, que se instalou as margens do rio Timbó no início do século XX, nas terras de Vila Nova do Timbó. Ramos defendia a causa catarinense no litígio pela posse da região.

Nessa época e até 1916, o território que compreende o município de Irineópolis, pertencia ao Paraná, incluído no município de União da Vitória, mas disputado com Santa Catarina na contenda da questão do contestado. Os ricos ervaais e as matas de araucária foram uma das causas econômicas da contestação. Diversos conflitos bélicos foram registrados em Irineópolis durante a Guerra do Contestado, notadamente entre 1914 e 1915, incluindo os combates de São Roque, Santo Antônio, Pedras Brancas e São Sebastião, no vale do rio Timbozinho.

Terminada a guerra e decidida a questão de divisas entre Paraná e Santa Catarina, em 1917 as terras de Irineópolis, foram incorporadas em Santa Catarina, incluídas no município de Porto União. A construção do ramal ferroviário de São Francisco do Sul – União da Vitória é que deu notável contribuição ao desenvolvimento ao povoado de Irineópolis, transformando em 1921 em sede distrital, mantendo-se ainda o nome de Valões. A criação do município ocorreu em 22 de julho de 1962, sob denominação de Irineópolis, em homenagem ao ex-governador Irineu Bornhausen.

De forte vocação agrícola, Irineópolis foi colonizada por imigrantes e descendentes de eslavos, notadamente polacos e ucranianos; germânicos (alemão, suíços, bucovinos e pomeranos), quase todos provenientes dos processos de transmigração originados no Paraná. Mais tarde também aportaram alguns italianos e libaneses das levas imigratórias estabelecidas em União da Vitória. Também é notório os descendentes portugueses, espanhóis, indígenas e caboclos.

Segundo as últimas pesquisas realizadas pelo IBGE no ano de 2010, o município de Irineópolis está atualmente com 10.448 habitantes em uma área territorial de 591 km².

Atualmente o município possui catorze escolas municipais, sendo que três são creches e, destas escolas, cinco atuam com alunos que frequentam a APAE, abrangendo ao todo onze crianças e adolescentes deficientes mentais e sete professores do ensino regular que trabalham com este segmento.

4 JUSTIFICATIVA

O Plano Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente do município de Irineópolis segue a mesma metodologia e as ações dos anos anteriores, adotando a orientação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, porém as ações foram elaboradas a partir das necessidades compreendidas para o ano de 2014 pela equipe técnica da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário (SMDC), a equipe do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar (CT) e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), buscando um plano que definisse não somente atividades, mas acima de tudo, as diretrizes que subsidiassem uma ação efetiva no município, determinando objetivos claros e direcionamentos mais específicos.

O CMDCA em parceria com a SMDC, o CRAS e CT, tem como prioridade o atendimento realizado com crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. O objetivo deste plano é causar a qualidade nas ações, tornando o atendimento realizado com as crianças e os adolescentes mais dinâmico, uma vez que para isso é imprescindível a participação de todos os envolvidos, para que possamos conhecer as prioridades, de acordo com a realidade do município. É neste sentido que o CMDCA vem acompanhando e executando as ações que visam a qualidade do atendimento oferecido a este público alvo, priorizando seus direitos. O Plano terá como base as ações desenvolvidas no ano de 2013, priorizando as metas não atingidas neste referido ano e novas ações destacadas em reunião do CMDCA.

O Trabalho realizado em prol da criança e do adolescente no

município de Irineópolis desenvolvido em rede, por meio das ações de saúde, educação e assistência social, sendo uma parceria entre os Conselhos Municipais e Secretarias.

Há muito a ser realizado em benefício à melhoria do atendimento das crianças e dos adolescentes no município de Irineópolis, por esse motivo sentiu-se a necessidade de um plano de Atendimento que venha ao encontro das necessidades concretas apresentadas no município.

5 CARACTERIZAÇÃO DA REDE E SERVIÇOS PARA A ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO:

A rede prestadora de serviços assistenciais esta interligada de forma a oferecer os serviços aos destinatários da Política Pública de Assistência Social. Com infraestrutura do espaço físico adequada garantindo o atendimento com qualidade para os usuários da política de assistência social.

O município conta com serviços de Proteção Básica e Proteção Especial, com recursos orçamentários oriundos da União e do próprio município, através do Fundo Nacional de Assistência Social, do Fundo Municipal de Assistência Social e outros.

5.1. Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem como finalidade a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Assim, cabe a assistência social do município coordenar a implementação dos serviços e programas que visam a prevenção de situações de vulnerabilidades de crianças, adolescentes e suas famílias.

Objetivando desenvolver os vínculos familiares e comunitários, assim como, implementar mecanismos de controle e avaliação das ações dirigidas ao público-alvo, regulando os serviços e programas de proteção básica quanto ao seu conteúdo, cobertura, ofertas, acesso e padrões de qualidade.

É um conjunto de iniciativas criadas e/ou desenvolvidas dentro das diretrizes que compõem a Política Nacional de Assistência Social. Os programas e projetos são executados pelas três instâncias de governo e articulados pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial.

No município de Irineópolis a Proteção Social Básica é realizada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário – SMDC e no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

5.2. Proteção Social Especial:

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades.

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e

indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

A Proteção Social Especial (PSE) é designada a famílias e indivíduos em condição de risco pessoal ou social em que os direitos foram violados ou ameaçados. Para agregar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando casos de violações de direitos por fato de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo e uma rede sócio-assistencial articulada.

As ações com as famílias em situação de risco devem envolver desde o cuidado de seu acesso a serviços de apoio e sobrevivência, até a inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade.

No município de Irineópolis a Proteção Especial é realizada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário - SMDC

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Medidas Socioeducativas em meio aberto (prestação de serviço a comunidade). Quando determinada a referida medida pelo juiz, o adolescente é acompanhado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário.

O atendimento aos usuários de substâncias psicoativas é realizado na Unidade de Saúde e encaminhado ao CAPS.

6 DIRETRIZES

As diretrizes que darão o norte para este plano são as aplicadas no Sistema Único de Assistência Social – SUAS:

Centralidade na família;

O território como referência para implantação dos serviços sócio-assistenciais;

Protagonismo e autonomia das famílias na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e o desenvolvimento das potencialidades;

Articulação com a rede de serviços na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e de risco, com vistas a desenvolver habilidades e potencialidades;

Articulação com a rede de serviços na garantia dos direitos.

7 OBJETIVOS

7.1 Objetivo Geral

Propiciar a inserção e o acompanhamento das crianças e dos adolescentes do Município bem como seus familiares, nos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social e demais políticas públicas;

7.2 Objetivos Específicos

Promover encontros, palestras, oficinas visitas domiciliares, para desenvolver trabalhos de orientação e prevenção aos adolescentes e seus familiares, estimulando o protagonismo e autonomia dos mesmos;

Acolher as crianças e adolescentes e seus familiares nos espaços públicos;

Ofertar cursos aos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Programa Bolsa Família (PBF);

Cadastrar os beneficiários e familiares para possíveis atendimentos nos programas, serviços ofertados nos CRAS e nas demais políticas públicas;

Proporcionar articulação entre o CMDCA, SMDC e CRAS no

atendimento com a equipe de ESF (Estratégia da Saúde da Família);

Mobilizar a rede de serviços sócio-assistenciais visando propiciar a inclusão das crianças e dos adolescentes e seus familiares;

Realizar reuniões com as crianças e os adolescentes e seus familiares a fim de encaminhá-los para os demais grupos socioeducativos desenvolvidos no Município;

Detectar os níveis críticos de relação sócio-familiar para encaminhamento e intervenção da rede de serviços municipal;

Intervir diretamente no combate a exploração do trabalho infantil através de visitas em loco;

Ofertar cursos para os adolescentes com vistas a melhoria da qualidade de vida possibilitando o acesso à qualificação socioprofissional;

Criar instrumentais de atendimento as crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade);

Desenvolver projetos de música, dança e atividades esportivas, facilitando a inserção de valores morais e éticos, pilares para formação de qualquer indivíduo;

Promover capacitações aos conselheiros e equipe técnica para qualificar e efetivar o trabalho com crianças, adolescentes e suas famílias.

8 PÚBLICO ALVO

Crianças e adolescentes e suas respectivas famílias no Município de Irineópolis;

9 METAS

Acolher e atender as crianças e adolescentes que necessitarem dos serviços oferecidos pela rede sócio-assistencial do município, visando identificar os usuários principalmente àquelas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade familiar e ou risco social e capacitar técnicos e colaboradores para proporcionar um atendimento qualificado e eficaz.

10 CRONOGRAMA - AÇÃO E APLICAÇÃO

META	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL	CUSTO	OBS.
Diagnosticar as necessidades dos beneficiários e seus familiares.	Realizar o atendimento de escuta, acolhimento e visitas em loco.	Ação continuada	SMDC e CRAS	R\$ 100,00	Materiais de escritório
Socialização de informações, direitos e deveres, capacitação e orientação aos usuários.	Instituir novos grupos socioeducativos com as crianças e adolescentes do município e suas famílias.	Ação continuada	SMDC, CRAS e CMDCA	R\$ 500,00	Contrapartida com recursos do CRAS
Identificação dos usuários nas áreas de abrangência do CRAS e acompanhar famílias beneficiárias.	Visitas domiciliares, busca ativa.	Ação continuada	CRAS	R\$ 200,00	Material gráfico
Inclusão nos programas sociais e programas de transferências de renda	Encaminhamento dos beneficiários e suas famílias na rede de proteção sócioassistencial do município.	Ação continuada	SMDC e CRAS	R\$ 150,00	Materiais de escritório
Inserção de adolescentes e suas famílias em ações de formação e qualificação profissional	Oferta de cursos semi profissionalizantes	Ação continuada	SMDC, CRAS e CMDCA	R\$	Contrapartida com recursos do CRAS/ PRONATEC
Eventos	Reuniões com os usuários do CRAS, Bolsa Família, PETI e outros	Semestral	CRAS, SMDC e CMDCA	R\$ 700,00	Material de consumo
Qualificação profissional para o fortalecimento dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis	Palestras, cursos, encontros de formação nas diversas áreas da infância e adolescência (violência, uso abusivo de substâncias psicoativas, etc.)	Ação continuada	SMDC, CRAS E CMDCA, Conselho Tutelar e Equipe Técnica da SMDC	R\$ 2.000,00	Parceria com o Ministério Público e Judiciário e universidades
Fortalecer o CMDCA de Irineópolis para a efetivação de suas atribuições fiscalizadoras, deliberativas e controladoras da política municipal dos direitos da criança e do adolescente.	Realizar encontros de formação sobre a função e as atribuições dos conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente e sobre a manutenção do FIA.	Ação continuada	SMDC, CRAS e CMDCA	R\$ 2.000,00	Parcerias com o governo do estado e universidades
Comunicar e divulgar as ações de defesa, proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes	Identificar possíveis campanhas de defesas, proteção e promoção de direitos de crianças e adolescentes para realizar no município, de acordo com as vulnerabilidades e riscos pessoal e social identificados. Criar mecanismos de divulgação e comunicação (jornais, audiências públicas, rádios, folders, cartilhas, propagandas, etc.) para ampliar o conhecimento e aumentar o comprometimento da população com os direitos de crianças e adolescentes.	Ação continuada	SMDC, CRAS E CMDCA	R\$ 2.000,00	
Proporcionar atendimento aos usuários (crianças e adolescentes) de substâncias psicoativas e suas famílias	Palestras, encontros com os familiares e encaminhamentos as entidades de tratamento	Ação Continuada	SMDC, SMS, CRAS, SME, PROERD, COMAD, CMDCA e CMAS	R\$ 1500,00	Material de consumo e palestrante
Proporcionar atendimento qualificado as crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Inserção em oficinas, grupos de convivência, música, atividades esportivas, visitas domiciliares, etc.	Ação continuada	SMDC, CRAS E CMDCA	R\$ 150,00	Material de Consumo, parceria com o CRAS
Garantir o direito à cidadania através de incentivo a promoção da documentação pessoal.	Promover o dia da cidadania para incentivar a efetivação de documentos pessoais como Certidão de Nascimento, RG, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho aos adolescentes e seus familiares.	Ação continuada	SMDC e CRAS	R\$ 300,00	Pagamento de fotos para RG e matérias de escritório
Incentivar o esporte as crianças e aos adolescentes para seu desenvolvimento integral, físico e mental.	Desenvolver campeonatos em várias modalidades esportivas para crianças e adolescente.	Ação continuada	SMDC, CRAS e SME	R\$ 1000,00	Fornecimento de lanches e premiação.
Desenvolver ações educativas voltadas para direitos e deveres de crianças e adolescentes e suas famílias	Promover palestras educativas para crianças e adolescentes e seus familiares abordando temas relevantes para o desenvolvimento cognitivo, como a defesa dos direitos sociais, noções de deveres e obrigações, participação social, integração familiar, prevenção, etc. Abrangência nos bairros e no interior do município.	Ação continuada	SMDC e CRAS	R\$ 2.000,00	Fornecimento de lanches e pagamento do palestrante.
Estimular a participação de crianças e adolescentes em projetos de dança, música e teatro para desenvolver a criatividade, a percepção corporal, a comunicação e o conhecimento cognitivo.	Instituir projetos de danças e teatros com os grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, fortalecer e ampliar grupos de música, em parceria com o PAIF e PBF.	Ação continuada	SMDC e CRAS	R\$ 500,00	Fornecimento de lanches e materiais lúdicos. Contrapartida de recursos do CRAS e Bolsa Família
TOTAL				R\$ 13.100,00	

11 PARCERIAS

O Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente implica um trabalho em rede. O fortalecimento das ações e a concretização dos resultados dependem muito da união de um conjunto e para isso é necessário reforçar a equipe de apoio com as organizações já existentes no município, tais como, Conselhos de direitos, Saúde, Educação e, sobretudo, instigar a articulação entre a rede e as instâncias governamentais e não governamentais.

12 ARTICULAÇÃO EM REDE E EXECUÇÃO

Centro de Referência de Assistência Social;
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário;
Conselho Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Educação;
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Conselho Municipal Antidrogas
Conselho Tutelar;

13 RECURSOS HUMANOS

01 – Secretária Municipal do Desenvolvimento Comunitário;
02 - Assistentes Sociais do Órgão gestor;
01 – Assistente Social do CRAS;
01 – Psicólogo do CRAS;
01 - Assistente Social da Secretaria de Saúde;
01 – Gestor do Programa Bolsa Família;
01 – Coordenadora do CRAS;
02 – Estagiárias;
05 - Conselheiros tutelares.

14 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação ocorrerão mensalmente por intermédio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, do Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Serão observados se as ações estão atendendo aos objetivos, analisando os pontos positivos e negativos das atividades. Realizar-se-á coleta de dados através da abordagem individual e coletiva com os beneficiários, avaliando se as metas propostas estão contemplando a população usuária (crianças, adolescentes e seus familiares).

Irineópolis, 09 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

WIANEY C. O. G. TELES DOS SANTOS

Secretária Municipal do

Desenvolvimento Comunitário

MARIA ROSA SCHAFASHEK

Presidente do CMDCA

HOSPITAL BOM JESUS**Extrato de Contrato Nº 06/2013**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 6/2013

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratada: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de cartões de vale alimentação em forma de cartão magnético com ou sem chip de segurança, dotados de sistema de segurança contra clonagem e fraudes aos servidores do Hospital Municipal Bom Jesus.

Valor: R\$ 3.060,00 (TRÊS MIL E SESENTA REAIS).

Vigência: 25/11/2013 a 25/12/2013.

Lei: 10.520/02 e 8.666/93 consolidada.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente HMBJ

Itapoá**PREFEITURA****Edital de Notificação - Departamento de Meio Ambiente**

Edital de Notificação - Termos de Infração - Prazo de 20 dias

Prefeitura Municipal de Itapoá;

Departamento de Meio Ambiente;

Fiscalização de Meio Ambiente;

Rua Mariana Michels Borges, nº 201 - Itapema do Norte - CEP:

89249-000 - Itapoá-SC

meioambiente@itapoa.sc.gov.br / www.itapoa.sc.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - TERMOS DE INFRAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS

Citando o Sr. Ruy Seleme Junior, Endereço: Rua Ewaldo Schlieb, nº 1104 - Bairro: Jardim Social - Curitiba/PR, pelo fato de ter suprimido vegetação nativa e ter realizado terraplanagem em Área de Preservação Permanente do rio Mendanha, sem as devidas licenças, no lote 0026 da Quadra 011 do Balneário Paese no município de Itapoá, conforme Auto de Infração nº 200 lavrado no dia 21/10/2013.

Advertência: não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. E, para que chegue ao conhecimento de todos as partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1(uma) vez, na forma da lei.

Itapoá, 19 de dezembro de 2013.

Ata do Pregão Presencial Nº 62/2013, Processo Licitatório Nº 131/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2013

ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 19/12/2013, a partir das 09h30min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do

Pregão Presencial nº 62/2013, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS E CONTRATAÇÃO DE GRUPO DE DANÇAS A FIM DE ATENDER O PROJETO VERÃO 2013/2014 - ITAPOÁ 40 GRAUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
MANI SOM E LUZ LTDA
SIMPLES MARKETING, PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

Representantes (Credenciados)
EDILSON KAMMRADT
SIMONE MARIA NUNES

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	SIMPLES MARKETING, PROMOÇÕES E EVENTOS L	22.480,0000	0,0000
2	SIMPLES MARKETING, PROMOÇÕES E EVENTOS L	275,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas as demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
SIMPLES MARKETING, PROMOÇÕES E EVENTOS L	33.480,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s)

encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supraindicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 19/12/2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL	
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK	
Assinantes	
Representantes	Assinatura
MANI SOM E LUZ LTDA	
SIMPLES MARKETING, PROMOÇÕES E EVENTOS L	

Extrato do Contrato Nº109/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº109/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, com sede à Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por proprietário o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC.

Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º15/2013 - PROCESSO Nº 130/2013

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a ampliação da EMEF Claiton Almir Hermes, no bairro São José, compreendendo 399,54m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

VALOR R\$: R\$ 386.658,82 (Trezentos e oitenta e seis mil seiscientos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois).

DATA DA ASSINATURA: 19/12/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura e com término condicionado a 3 (três) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de dezembro de 2013.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº110/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº110/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: SIMPLES MARKETING, PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.029.553/0001-81, com sede à Rua Ursula Ercole Cumin, nº 3245, na cidade de Campo

Magro-PR, CEP: 83535-000, representada neste ato por sócio administrador, a Sra. SIMONE MARIA NUNES, portador do CNPF/MF nº 819.994.709-82, e do CI.RG nº 4528457 SESP PR.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013 - PROCESSO Nº 131/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação e montagem de equipamentos para eventos e contratação de grupo de danças a fim de atender o Projeto verão 2013/2014 - Itapoá 40 graus, conforme especificações constantes no Anexo V do edital. VALOR R\$: R\$ 33.480,00 (Trinta e três mil quatrocentos e oitenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 19/12/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data da assinatura e o seu término está condicionado à entrega do objeto ou até 20/02/2013.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de dezembro de 2013.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº. 57/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 57/2013

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2013 NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado como Ponto Facultativo nas repartições da Câmara Municipal, o dia 23 de dezembro de 2013, segunda-feira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 19 de dezembro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Ata da Sessão Pública do Processo Licitatório Nº 04/2013 Pregão Presencial Nº 03/2013

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013

Às nove horas e trinta minutos do dia 18 (dezoito) de dezembro do ano de dois mil e treze, no Plenário da Câmara Municipal de Itapoá, localizado na Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, bairro Itapema do Norte, cidade de Itapoá-SC, foi aberta a sessão pública do Processo Licitatório nº 04/2013, do Pregão Presencial nº 03/2013 cujo objeto é a contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza e higienização de forma contínua no prédio sede da Câmara Municipal de Itapoá, localizado à Rua 960 (Mariana Michels Borges), nº 1115, município de Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Licitação deste certame. A sessão pública aconteceu conforme disposições do Decreto Legislativo Municipal nº 24, de 22 de março de 2013 e foi conduzido pelo pregoeiro oficial do Poder Legislativo de Itapoá FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, e pela equipe de apoio composta das servidoras efetivas MICHELE MAYER e FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE, e dos agentes políticos SHERON SCHOLZE ROSA e ELVIS ARON PINHEIRO, todos nomeados através da Portaria Legislativa Municipal nº 03, de 22 de março de 2013 e

também pela Chefe do Setor de Recursos Humanos ANA PAULA KOGG STEPHANI. A Licitação foi acompanhada pela Controladora Interna MARIA INÊS VARGEM. No horário definido no Edital, o Pregoeiro iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes

Representantes (Credenciados)

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO LTDA.

DANIELE DE SENE PINHEIRO

ESCUDO GARRA ME.

ALESANDRO DA GRAÇA

Todos os licitantes foram credenciados para participar da Licitação. A empresa ESCUDA GARRA ME. Apresentou a Declaração conforme o Anexo IX do Edital deste certame, porém não apresentou a Certidão da Junta Comercial. Foi dado prazo de 10 minutos para a empresa ESCUDO GARRA ME. apresentar a certidão na junta comercial, para que fosse enviado eu e-mail oficial da Câmara (recepcao@camaraitapoa.sc.gov.br), porém o licitante não enviou no tempo estipulado pelo pregoeiro. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas. Todas as empresas apresentaram tempestivamente seus envelopes de proposta e habilitação para participarem do certame, em conformidade com o Edital. Após abrir os envelopes de propostas, o pregoeiro fez a leitura dos preços unitários por item de cada uma das empresas. A empresa ESCUDO GARRA ME. foi desabilitada por apresentar a Planilha de Custos e Formação de Preços em desconformidade com as exigências do Edital deste certame. Passou-se à fase de lances, nos valores finais, por item, conforme os documentos Anexos desta Ata. Findada a fase de lances verbais, iniciou-se a fase de habilitação onde foi analisada a documentação apresentada pela empresa vencedora ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Consta-se vencedoras portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa classificada do Item 01

Valor Final Unitário

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

R\$ 2179,80

O pregoeiro indagou aos representantes quanto ao registro de intenções de recurso, não havendo nenhuma manifestação nesse sentido. Assim, o pregoeiro declarou como vencedor em sessão pública, o licitante supracitado e relacionado no documento anexo a esta ata, por item, com os valores unitários finais ali constantes. Este resultado será publicado no site oficial da Câmara Municipal de Itapoá, no banner denominado "Licitações", na página inicial do site. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. O Pregoeiro informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Câmara Municipal de Itapoá; d) - Não houve

manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Desta forma, o Pregoeiro adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, eu, Francisco Xavier Soares Filho, pregoeiro, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos membros da equipe de apoio da Câmara Municipal de Itapoá-SC e pelos representantes credenciados das empresas.

Itapoá, 18 de dezembro de 2013.
FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO
Pregoeiro

SHERON SCHOLZE ROSA
Equipe de Apoio

FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE
Equipe de Apoio

MICHELE MAYER
Equipe de Apoio

ELVIS ARON PINHEIRO
Equipe de Apoio

ANA PAULA KOGG STEPHANI
Equipe de Apoio

Representantes das empresas participantes do presente certame
Nome do Representante
Assinatura
ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO LTDA.
DANIELE DE SENE PINHEIRO
ESCUDO GARRA ME.
ALESANDRO DA GRAÇA

Despacho Decisório de Homologação de Licitação Processo Nº 04 / 2013 Pregão Presencial Nº 03 / 2013

DESPACHO DECISÓRIO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 04 / 2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03 / 2013

ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO do resultado do Processo Licitatório nº 04/2013, do Pregão Presencial nº 03/2013.

OBJETO DA LICITAÇÃO: contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza e higienização de forma contínua no prédio sede da Câmara Municipal de Itapoá, localizado à Rua 960 (Mariana Michels Borges), nº 1115, município de Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Licitação do Pregão Presencial nº 03/2013.

OSNI OCKER, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais prevista no inciso II do art. 30 da Constituição Federal, bem como nos termos do art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, inciso XXVIII do Regimento Interno, e para cumprir o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, com observância no disposto na Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Legislativo nº 24, de 20 de março de 2013.

DECIDE, à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, da decisão pela ADJUDICAÇÃO realizado pelo Pregoeiro FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, conforme informações dispostas na Ata do Pregão Presencial nº 03/2013, decido HOMOLOGAR a licitação para a aquisição do objeto de licitação da presente Licitação, onde se sagrou vencedora a seguintes vencedora conforme tabelas abaixo:

Empresa vencedora

Valor Final Unitário Mensal
ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO LTDA.
R\$ 2.179,80

DESTACAR, que o valor estimado pelos orçamentos na formação de preço e pesquisa de mercado realizado previamente foi de uma média de R\$ 2.221,79 (dois mil duzentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos), e que com a realização do presente Pregão Presencial o valor total do lance vencedor foi de R\$ 2.179,80 (dois mil cento e setenta e nove reais e oitenta centavos), proporcionando uma economia mensal de R\$ 41,99 (quarenta e um reais e noventa e nove centavos) ou 1,89% (um vírgula oitenta e nove por cento). E também que por ser em caráter continuado, a economia mensal poderá refletir em 60 meses, portanto com valor total de economia de R\$ 2.519,40 (dois mil quinhentos e dezenove reais e quarenta centavos).

CONGRATULAR o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio pela economia alcançada, visto que o preço estimado já estava cotado de modo a proporcionar grande economia para a administração, com a cotação e formação de preço de 4 (quatro) empresas do ramo de atividade de limpeza. E que a não divulgação do preço médio cotado no Edital de Licitação teve um efeito positivo para a competição, já que a empresa vencedora apresentou em seu lance inicial um valor abaixo da cotação média realizada pela Câmara Municipal de Itapoá.

DETERMINAR as medidas cabíveis para a contratação das referidas empresas.

Itapoá, 18 de dezembro de 2013.
OSNI OCKER
Presidente

FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO
Pregoeiro

Joaçaba

PREFEITURA

Errata a Lei Nº 4.423 de 13 de Dezembro de 2013. ERRATA A LEI Nº 4.423 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Na Lei nº 4.423/2013 que dispõe sobre a autorização para a abertura de crédito adicional especial e suplementar no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Onde se lê:

ÓRGÃO 18: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj. Ativ.1.012 Aquisição de Terrenos - FMS
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.00000000 - 2 - Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 335.484,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.002.00000000 - 80 - Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 1.843,36

Leia-se:

ÓRGÃO 18: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj. Ativ.1.012 Aquisição de Terrenos - FMS
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.00000000 - 2 - Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 290.554,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.002.00000000 - 80 - Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 46.773,36

JOAÇABA (SC), em 16 de dezembro de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Errata ao Decreto Nº 4.492 de 12 de Dezembro de 2013.

ERRATA AO DECRETO Nº 4.492 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

No Decreto nº 4.492/2013 que dispõe sobre criação do Centro de Educação Infantil Rita Maria Costenaro Petry:

Onde lê-se:

Bairro Armindo Haro de Medeiros.

Leia-se:

Conjunto Habitacional Armindo de Medeiros Haro.

JOAÇABA (SC), em 18 de dezembro de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Resolução Nº 022/2013-CMAS-Jba

RESOLUÇÃO Nº 022/2013-CMAS-JBA

Aprova o Plano Municipal de Capacitação Permanente do Sistema Único de Assistência Social 2014/2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal 4281 de 2012 e de acordo com a Reunião ordinária do Conselho, realizada em 11 de novembro de 2013.

CONSIDERANDO:

Que o Plano Municipal de Capacitação Permanente do SUAS 2014/2017 proporciona capacitação e formação permanente para todos os trabalhadores responsáveis pela efetivação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS no âmbito municipal, oportunizando o conhecimento e a reflexão crítica de forma permanente e sistemática sobre a Política Nacional de Assistência Social.

As orientações da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS/2012;

Que a elaboração do Plano é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano Municipal de Capacitação Permanente do Sistema Único Assistência Social - 2014/2017, apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, apreciado e deliberado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 12 de dezembro de 2013.
DORVALINA LANGE
Presidente do CMAS

Resolução Nº 023/2013-CMAS-Jba

RESOLUÇÃO Nº 023/2013-CMAS-JBA

Aprova a Prestação de Contas da União da Melhor Idade de Joaçaba - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal 4.281 de 2012 e de acordo com a Reunião ordinária do Conselho, realizada em 11 de novembro de 2013.

CONSIDERANDO:

A lei Municipal nº 4.316 de 28 de março de 2013 que autoriza o poder executivo municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, a promover repasse de recursos financeiros mediante termo de convênio a União Municipal da Melhor Idade de Joaçaba;

As orientações da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS/2012;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a prestação de contas dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social a União da Melhor idade de Joaçaba para execução de atividades e ações socioassistenciais para com os idosos do município de Joaçaba referente aos meses de março à setembro de 2013.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 12 de dezembro de 2013.

DORVALINA LANGE

Presidente do CMAS

Resolução Nº 024/2013-CMAS-Jba

RESOLUÇÃO Nº 024/2013-CMAS-JBA

Determina a instituição de Mesa de Negociação na forma estabelecida na Norma Operacional de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social/NOB-RH/SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal 4.281 de 2012 e de acordo com a Reunião ordinária do Conselho, realizada em 11 de novembro de 2013.

CONSIDERANDO:

Considerando o disposto na Resolução n.º 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprovou a NOB-RH/SUAS;

Considerando o estabelecido no item 14. IX.4 - Das responsabilidades e atribuições do gestor municipal - da Resolução n.º 01, de 25 de janeiro de 2007 (NOB-RH/SUAS publicada);

Considerando as deliberações da XII Conferência Municipal de Assistência Social, de 01 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que a Secretaria Municipal de Assistência Social institua e nomeie comissão paritária entre governo e trabalhadores, até março de 2014, para compor a Mesa de Negociação, na forma do item 14. IX.4 da Resolução nº 01 de 25/01/2007.

Parágrafo Único - A Mesa de Negociação da será composta por 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo distribuídos paritariamente da seguinte forma:

I. 03 representantes governamentais, sendo um membro da Secretaria de Assistência Social, um membro da Secretaria de Administração e um membro da Procuradoria Jurídica.

II. 03 representantes dos trabalhadores do setor, sendo um de cada nível de proteção e de profissões distintas.

Art. 2º - Recomendar temas prioritários, a serem pautados pela Mesa de Negociação, além daquele estabelecido no item 14. IX.4 - Elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários do SUAS

I. Formação e qualificação profissional;

II. Jornada de trabalho no SUAS;

III. Saúde do trabalhador da Assistência Social;

IV. Periculosidade e insalubridade do trabalho na Assistência Social;

V. Precarização do trabalho, formas de contratação e ingresso no setor público;

VI. Acompanhamento da gestão na Política de Assistência Social.

Art. 3º - Recomendar que após a nomeação, os representantes elaborem Regimento Interno para normatizar as ações da Mesa de Negociações, num prazo de até 120 dias, apresentando-o ao CMAS para ser referendado.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 12 de dezembro de 2013.

DORVALINA LANGE

Presidente do CMAS

Resolução Nº: 021/13/CMAS-Jba.

Resolução Nº: 021/13/CMAS-JBA.

Defere sobre a aprovação do Projeto Fortalecimento da Convivência Comunitária dos Idosos de Joaçaba, apresentado pela Entidade União da Melhor Idade de Joaçaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal 4281 de 2012 e de acordo com as deliberações da Reunião Ordinária de novembro de 2013.

Considerando a Lei 12.101 de novembro de 2009 da Presidência da República que dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social.

Considerando a Resolução Nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto Fortalecimento da Convivência Comunitária dos Idosos de Joaçaba apresentado pela Entidade União da Melhor Idade de Joaçaba, solicitando liberação de subvenção social, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, para 2014.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de novembro de 2013.

DORVALINA LANGE

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

Extrato Homologação Leilão 1/2013/PMJ - PL 102/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições,

resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 102/2013/PMJ,

- Modalidade: Leilão 1/2013/PMJ.

Objeto: Venda de ativos inservíveis, ao final deste edital discriminados, através de leilão público oficial on-line e presencial, devidamente assessorado pela empresa Maisativo Intermediação de Ativos Ltda. (Superbid), contratada para prestar serviços de assessoria em vendas de ativos considerados inservíveis.

- VENCEDORES/VALORES POR LOTE:

LOTE 1 - José Rebetchuk - R\$ 120,00;

LOTE 2 - José Rebetchuk - R\$ 260,00;

LOTE 3 - José Rebetchuk - R\$ 460,00;

LOTE 4 - Paulo Roberto Xavier - R\$ 3.200,00;

LOTE 5 - Sérgio Roberto Laske - R\$ 7.550,00;

LOTE 6 - NÃO HOUVE VENCEDOR;

LOTE 7 - Ademir José de Souza - R\$ 8.050,00;

LOTE 8 - Ademir José de Souza - R\$ 8.050,00;

LOTE 9 - Atlantizar Veículos - R\$ 4.800,00;

LOTE 10 - NÃO HOUVE VENCEDOR;

LOTE 11 - Felipe Bedritchuk Junior - R\$ 1.250,00;

LOTE 12 - NÃO HOUVE VENCEDOR;

LOTE 13 - José Rebetchuk - R\$ 600,00;

LOTE 14 - Valmir Kurtz - R\$ 950,00;

LOTE 15 - NÃO HOUVE VENCEDOR;

LOTE 16 - Valmir Kurtz - R\$ 10.300,00;

LOTE 17 - Marcelo Beirigo Machado - R\$ 8.500,00;

LOTE 18 - Daniel Prudente Correa - R\$ 29.000,00;

LOTE 19 - Gilmar Jorge Araújo Silva - R\$ 7.800,00;

LOTE 20 - Valdomiro Franck - R\$ 14.500,00;

LOTE 21 - NÃO HOUVE VENCEDOR;

LOTE 22 - Fabiana Brito Silva Melhado - R\$ 13.250,00;

LOTE 23 - Osvaldo Irineu Giona - R\$ 21.500,00;

LOTE 24 - Consbrita Construtora de Obras Ltda - R\$ 17.500,00;

LOTE 25 - José Rebetchuk - R\$ 2.150,00;

LOTE 26 - Humberto Gabellini - R\$ 24.500,00;

- Valor total arrematado: R\$ 184.260,00 (cento e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta reais).



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Termo Homologação Leilão 1/2013/PMJ - PL 102/2013/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	LEILÃO Nr.: 1/2013 - LE Processo Administrativo: 102/2013 Processo de Licitação: 102/2013 Data do Processo: 19/09/2013
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 102/2013
b) Licitação Nr.: 1/2013-LE
c) Modalidade: Leilão
d) Data Homologação: 17/12/2013
e) Data da Adjudicação: 17/12/2013 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação VENDA DE ATIVOS INSERVÍVEIS, AO FINAL DESTES EDITAL DISCRIMINADOS, ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO OFICIAL ON-LINE E PRESENCIAL, DEVIDAMENTE ASSESSORADO PELA EMPRESA MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA. (SUPERBID), CONTRATADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM VENDAS DE ATIVOS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, CONFORME CONTRATO Nº 85/2013/PMJ.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ADEMIR JOSÉ DE SOUZA (11143)

7	LOTE 7 - CAMINHÃO VW 13.130 - BASCULANTE - 1983/1983 - PLACA LWS 2732 - CHASSI: V005410 Caminhão Marca: VW - Modelo: 13.130 - Basculante - Ano 1983/1983 - Placa LWS 2732 - Chassi V005410 - RENAVAL 552436968 - Cor VERDE - Combustível DIESEL - Lateria ruim - Pintura ruim - Tapeçaria RUIM - Motor e câmbio sem teste de funcionamento - Veículo sem 04 rodas e pneus - Patrimônio 10857	UN	1	-	8.050,00	8.050,00
8	LOTE 8 - CAMINHÃO VW 13.130 - BASCULANTE 1983/1983 - PLACA: LWS 1072 - CHASSI: V005401 Caminhão Marca: VW - Modelo: 13.130 - Basculante - Ano 1983/1983 - Placa LWS 1072 - Chassi V005401 - RENAVAL 552436666 - Cor VERDE - Combustível DIESEL - Lateria RUIM - Pintura RUIM - Tapeçaria RUIM - Motor e cambio sem teste de funcionamento - Veículo sem 04 rodas e pneus - Patrimônio 10856	UN	1	-	8.050,00	8.050,00

Total do Fornecedor: 16.100,00

ATLANTICAR VEÍCULOS (11144)

9	LOTE 9 - CAMINHÃO VW 13.130 - BASCULANTE 1983/1983- PLACA: LWS 1092 - CHASSI: V005400 Caminhão Marca: VW - Modelo: 13.130 - Basculante - Ano 1983/1983 - Placa LWS 1092 - Chassi V005400 - RENAVAL 552436747 - Cor VERDE - Combustível DIESEL - Lateria RUIM - Pintura RUIM - Tapeçaria RUIM - Sem motor e cambio - Veículo sem 04 rodas e pneus - Patrimônio 10858	UN	1	-	4.800,00	4.800,00
---	--	----	---	---	----------	----------

Total do Fornecedor: 4.800,00

Joaçaba, 17 de Dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE - PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

LEILÃO**Nr.: 1/2013 - LE**

Processo Administrativo: 102/2013
 Processo de Licitação: 102/2013
 Data do Processo: 19/09/2013

Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA (11153)**

24 LOTE 24 - SACATA DE CAMINHÃO VW 26.310 - ANO 2002/2002 - UN 1 - 17.500,00 17.500,00
 PLACA: MBS 1013 - CHASSI: 9BWZR82UX2R211657
 Caminhão - Marca: VW - Modelo 26.310 - Ano 2002/2002 - Placa MBS 1013 - Chassi 9BWZR82UX2R211657 - RENAVAM 782565093 - Cor BRANCA - Combustível DIESEL - 03 Eixos - Veículo somente no chassi, cabine em estado de sucata, motor solto sem teste de funcionamento - Sem cambio e sem diferencial - Com 08 pneus ruins - Documentação consta que se trata de um caminhão tanque, porém o mesmo não existe, somente chassi

Total do Fornecedor: 17.500,00**DANIEL PRUDENTE CORREA (11148)**

18 LOTE 18 - RETROESCAVADEIRA CASE 580H - ANO 1995 - UN 1 - 29.000,00 29.000,00
 PLACA: MAE 5853 - SÉRIE: JHF0007659
 Retroescavadeira - Marca: CASE - Modelo 580H - Chassi JHF0007659 - Ano 1995 - Placa MAE 5853 - RENAVAM 553339958 - Cor AMARELA - Combustível DIESEL - 04 Pneus RUINS - Horímetro não identificado - Equipamento sem teste de funcionamento - Patrimônio 04709

Total do Fornecedor: 29.000,00**FABIANA BRITO SILVA MELHADO (11151)**

22 LOTE 22 - CAMINHÃO BASCULANTE FORD - F13000 - UN 1 - 13.250,00 13.250,00
 ANO1985/1985 - PLACA: LWS 4373 - CHASSI: LA7SFG12226
 Caminhão Basculante - Marca: FORD - Modelo F13.000 - Ano 1985/1985 - Placa LWS 4373 - Chassi LA7SFG12226 - RENAVAM 552436925 - Cor VERDE - Combustível DIESEL - Lataria RUIIM - Pintura RUIIM - Tapeçaria RUIIM - 02 Pneus RUINS - Faltam 04 rodas com pneus - Motor e cambio sem teste de funcionamento - Patrimônio 10855

Total do Fornecedor: 13.250,00**FELIPE BEDRITCHUK JUNIOR (11145)**

11 LOTE 11 - GM KADETT IPANEMA GL 1994/1994 - PLACA: MBF 7978 - CHASSI: 9BGKT35GRRRC360900 UN 1 - 1.250,00 1.250,00
 Marca: GM - Modelo: Kadett Ipanema GL 04 portas - Ano 1994/1994 - Placa MBF 7978 - Chassi 9BGKT35GRRRC360900 - RENAVAM 540195669 - Cor BRANCA - Combustível GASOLINA - Lataria RUIIM - Pintura RUIIM - Tapeçaria RUIIM - 04 Pneus RUINS - Cambio sem teste de funcionamento - Veículo queimado na parte frontal, incluindo motor parcial - Patrimônio 08040

Total do Fornecedor: 1.250,00**GILMAR JORGE ARAÚJO SILVA (11149)**

19 LOTE 19 - SUCATA DE TRATOR AGRÍCOLA FORD 6600 UN 1 - 7.800,00 7.800,00
 Trator agrícola de pneus Marca: FORD - Modelo 6600 - Série não localizada - Cor AZUL - Combustível Diesel - Motor e cambio sem teste de funcionamento - Patrimônio 07831 - Marca:

Total do Fornecedor: 7.800,00**HUMBERTO GABELLINI (11154)**

26 LOTE 26 - AMBULÂNCIA FIAT DUCATO - ANO 2005/2005 - UN 1 - 24.500,00 24.500,00
 PLACA: MCY 0263 - CHASSI: 93W232G2151023706
 Ambulância - Marca: FIAT - Modelo: Ducato Maxicargo 2.8idTD - Ano 2005/2005 - Placa MCY 0263 - Chassi 93W232G2151023706 - RENAVAM 855648864 - Cor VERMELHA - Combustível DIESEL - Km 147.841 - Lataria REGULAR - Pintura REGULAR - Tapeçaria REGULAR - 04 Pneus RUINS - Motor FUNDIDO - Cambio sem teste de funcionamento

Total do Fornecedor: 24.500,00

Joaçaba, 17 de Dezembro de 2013.

 RAFAEL LASKE - PREFEITO
**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

LEILÃO**Nr.: 1/2013 - LE**

Processo Administrativo: 102/2013
 Processo de Licitação: 102/2013
 Data do Processo: 19/09/2013

Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**JOSÉ REBETCHUK (9766)**

1	LOTE 1 - MÁQUINA DE LAVAR, CADEIRAS E LIQUIDIFICADOR Máquina de lavar roupa MULLER + 02 Cadeiras CARRARO 190 napa + 01 Liquidificador marca MAGIC.	UN	1	-	120,00	120,00
2	LOTE 2 - CADEIRAS, ARMÁRIOS, VENTILADORES E OUTROS (APROX. 26 PEÇAS) Aproximadamente 26 peças de armários diversos, cadeiras, ventiladores, TVs e outros.	UN	1	-	260,00	260,00
3	LOTE 3 - AUTOCLAVES, CADEIRAS, BALCÕES, ARQUIVOS E OUTROS (APROX. 30 PEÇAS) Aproximadamente 30 peças de Autoclaves, cadeiras, balcões, arquivos de aço e outros.	UN	1	-	430,00	430,00
13	LOTE 13 - 04 CARCAÇAS DE VEÍCULOS QUEIMADOS (SUCATA) 01 sucata de Fiat Elba queimada ano 1996 - placa LYV 2062 - CHASSI 9BD155253T5817442 / 01 Sucata de VW Santana CL queimado ano 2000 - placa ACY 8440 / 01 Sucata de GM Monza GLS queimado - ano 1995 - placa BYE 1100 - CHASSI 9BGJK69RSSB027130 / 01 Sucata de GM Kadett Ipanema queimada ano 1994 - Placa MBI 1317 - CHASSI 9BGKA35GRRC360255 - Todos os veículos serão vendidos como sucatas, sem direito a documentação e terão seus chassis recortados e placas retiradas - Responsabilidades Cíveis e Criminais pelo retorno desses veículos em ruas públicas, serão inteiramente por parte do comprador	UN	1	-	600,00	600,00
25	LOTE 25 - TANQUE HORIZONTAL EM AÇO CARBONO 15.000 LITROS Tanque rodoviário horizontal em aço carbono - Capacidade 15.000 litros	UN	1	-	2.150,00	2.150,00

Total do Fornecedor: 3.560,00**MARCELO BEIRIGO MACHADO (11147)**

17	LOTE 17 - CAÇAMBA BASCULANTE 10 m³ Caçamba Basculante marca RODOVIÁRIA - Capacidade 10m³ - Ano 2004 - Patrimônio 10014	UN	1	-	8.500,00	8.500,00
----	--	----	---	---	----------	----------

Total do Fornecedor: 8.500,00**OSVALDO IRINEU GIONA (11152)**

23	LOTE 23 - CAMINHÃO BASCULANTE FORD F12000 - ANO 1993/1993 - PLACA: MAA 5207 - CHASSI: 9BFWTNRM2PDB27008	UN	1	-	21.500,00	21.500,00
----	---	----	---	---	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 21.500,00**PAULO ROBERTO XAVIER (11141)**

4	LOTE 4 - APARELHOS DE AR, MESAS, CADEIRAS, INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS (APROX. 980 PEÇAS) Aproximadamente 980 peças de aparelhos de ar diversos, mesas e cadeiras diversas, CPU's e monitores, fogões e fornos diversos, estantes e prateleiras diversas entre outros.	UN	1	-	3.200,00	3.200,00
---	--	----	---	---	----------	----------

Total do Fornecedor: 3.200,00**SÉRGIO ROBERTO LASKE (11142)**

5	LOTE 5 - GM SEDAN ASTRA CD 2003/2003 - PLACA: MCY 0501 - CHASSI: 9BGTT69B03B157559 Marca: GM - Modelo: Astra Sedan CD 04 portas - Ano 2003/2003 - Placa MCY 0501 - Chassi 9BGTT69B03B157559 - RENAVAM 798699574 - Cor PRETA - Combustível GASOLINA - Veículo Sinistrado sem restrição de grande monta - Patrimônio 08002	UN	1	-	7.550,00	7.550,00
---	---	----	---	---	----------	----------

Total do Fornecedor: 7.550,00

Joaçaba, 17 de Dezembro de 2013.

 RAFAEL LASKE - PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

LEILÃO**Nr.: 1/2013 - LE**

Processo Administrativo: 102/2013
 Processo de Licitação: 102/2013
 Data do Processo: 19/09/2013

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**VALDOMIRO FRANCK (11150)**

20 LOTE 20 - TRATOR AGRÍCOLA FORD - ANO: 1996 - - PLACA: UN 1 - 14.500,00 14.500,00
 LYV 4455 - SÉRIE: V260685
 Trator agrícola de pneus - Marca FORD - Ano 1996/1996 - Placa
 LYV 4455 - Chassi V260685 - Cor AZUL - RENAVAL 553339729 -
 Combustível DIESEL - 04 Pneus RUINS - Horímetro não
 identificado - Potência 140cv - Motor e cambio sem teste de
 funcionamento - Patrimônio 08062

Total do Fornecedor: 14.500,00

VALMIR KURTZ (11146)

14 LOTE 14 - DEBULHADOR DE CEREAIS UN 1 - 950,00 950,00
 Debulhador móvel de cereais - Com 01 Eixo e 02 pneus ruins

16 LOTE 16 - SUCATA DE TRATOR AGRÍCOLA JOHN DEERE - UN 1 - 10.300,00 10.300,00
 2001/2001 - PLACA: MBT 2266 - CHASSI: CQ5600A013426
 Sucata de trator agrícola de pneus marca JOHN DEERE modelo
 5660 - Ano 2001 - Chassi CQ5600A013426 - Placa MBT 2266 -
 RENAVAL 553340280 - Trator desmontado podendo faltar peças -
 venda no estado em que se encontra - Não haverá reposição de
 peças que porventura estejam faltando - Patrimônio 08060

Total do Fornecedor: 11.250,00

Total Geral: 184.260,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 17 de Dezembro de 2013.

 RAFAEL LASKE - PREFEITO



Aditivo Contrato 10/2010 FUNREBOM TA 04

CONTRATO Nº 10/2010/FUNREBOM - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS com sede na Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, inscrito no CNPJ nº 78.502.598/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa SCHNEIDER E BERNARDI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.704.000/0001-35, estabelecida na Travessa Carlos Gomes, 62, Centro, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representada pelo Sr. DÉBORA SCHNEIDER BERNARDI, portador da Carteira de Identidade nº 2.418.827 e CPF nº 829.005.159-04, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 9/2010/FUNREBOM, celebrado em 14/04/2010, proveniente do Processo de Licitação nº 3/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 2/2010, homologado no dia 14 de Abril de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos pertencentes ao FUNREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros ou cedidos ao mesmo, durante o exercício financeiro de 2010, podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes, até o limite de 60 meses, onde se ADITA a ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR e a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR**

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 4.835,00 (quatro mil oitocentos e trinta e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a contar 56 (cinquenta e seis) meses e 16 (dezesesseis) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM
RAFAEL LASKE
PREFEITO

SCHNEIDER & BERNARDI LTDA
DÉBORA SCHNEIDER BERNARDI

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo Contrato 12/2009 TA 05

CONTRATO Nº 12/2009 - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado LOCATÁRIO e a Sra. THEA BERTA ELISABETH KLEINE, portadora do CPF nº 294.845.969-91, a seguir denominada simplesmente LOCADORA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2009, celebrado em 07 de janeiro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 162/2008, instaurado através da Dispensa nº 25/2008, homologado no dia 15 de dezembro de 2008, que tem como objeto a locação de um imóvel, casa mista, localizado na Rua Quintilhan Morgade, 86, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do PROGRAMA SENTINELA, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 21.164,40 (vinte e um mil cento e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOCATÁRIO

THEA BERTA ELISABETH KLEINE
LOCADORA

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

Aditivo Contrato 26/2013 FMS TA 01

CONTRATO Nº 26/2013/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, inscrito no CNPJ sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, por seu Gestor, e a empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45, estabelecida na RUA MANOEL QUINTILHAN MORGADE, 39, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, neste ato representada pelo Sr. ANDRE LEMOS VIEIRA, portador da Carteira de

Identidade nº 3.808.914 e CPF nº 026.240.709-40, residente e domiciliado na RUA MANOEL QUINTILHAM MORGAGE, 39, cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 26/2013/FMS, firmado em 06/05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 18/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de pequenas manutenções, incluindo reparos, instalações e pinturas, por hora trabalhada, destinados à manutenção e reparos dos prédios mantidos pela Secretaria de Saúde do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 2.349,00 (dois mil trezentos e quarenta e nove reais), correspondentes a 24,857%, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à contratação suplementar de 87 horas, passando o item a ter a seguinte redação:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
			SERVIÇOS DE PEQUENAS MANUTENÇÕES, compreendendo: Pequenos reparos; Pequenas instalações; Pequenas pinturas;		
1	350	HR	Outros serviços correlatos.	27,00	9.450,00
	437				11.799,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 18 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA
ANDRE LEMOS VIEIRA

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo Contrato 285/2006 TA 05

CONTRATO Nº 285/2006 - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ORLANDO ZAGONEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba (SC), portador do CPF Nº 249.835.279-15, e C.I. nº 11/R

226.505, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 285/2006, celebrado em 27 de março de 2006, proveniente do Processo de Licitação nº 51/2006, instaurado através da Dispensa nº 51/2006, homologado no dia 27 de março de 2006, que tem como objeto a locação de um imóvel, localizado na Travessa Cesário Silva, nº 245 - Bairro Santa Tereza, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, do Departamento de Ação Social onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 15.180,00 (quinze mil cento e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOCATÁRIO

ORLANDO ZAGONEL
LOCADOR

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

CONTRATO Nº 285/2006 - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ORLANDO ZAGONEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba (SC), portador do CPF Nº 249.835.279-15, e C.I. nº 11/R 226.505, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 285/2006, celebrado em 27 de março de 2006, proveniente do Processo de Licitação nº 51/2006, instaurado através da Dispensa nº 51/2006, homologado no dia 27 de março de 2006, que tem como objeto a locação de um imóvel, localizado na Travessa Cesário Silva, nº 245 - Bairro Santa Tereza, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, do Departamento de Ação Social onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 15.180,00 (quinze mil cento e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOCATÁRIO

ORLANDO ZAGONEL
LOCADOR

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

Aditivo Contrato 8/2010 FUNREBOM TA 04

CONTRATO Nº 8/2010/FUNREBOM - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE JOAÇABA - FUNREBOM, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO VOLKS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.769.127/0001-71, estabelecida na rua Duque de Caxias, 1074, Centro, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representada pelo Sr. VALDIR PATZLAFF, portador da Carteira de Identidade nº 229.896 e CPF nº 168.129.729-91, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 8/2010/FUNREBOM, firmado em 14 de abril de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 3/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 2/2010, homologado no dia 14 de abril de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos pertencentes ao FUNREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros ou cedidos ao mesmo, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR e a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR**

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 2.715,30 (dois mil setecentos e quinze reais e trinta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a contar 56 (cinquenta e seis) meses e 16 (dezesesseis) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM
RAFAEL LASKE
PREFEITO

AUTO VOLKS LTDA
VALDIR PATZLAFF

TESTEMUNHA:

TESTEMUNHA:

Aditivo Contrato 83/2012 FAS TA 02

CONTRATO Nº 83/2012/FAS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 02.247.113/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO VOLKS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.769.127/0001-71, estabelecida na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1074, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, neste ato representada pelo Sr. VALDIR PATZLAFF, portador da Carteira de Identidade nº 229.886 e CPF nº 168.129.729-91, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 83/2012/FAS, firmado em 17/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2011/FMAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 15/2011/FMAS, homologado no dia 17/01/2012, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Ação Social, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 35 (trinta e cinco) meses e 14 (quatorze) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.**

Os valores unitários do contrato original ficam reajustados, a contar de 01 de janeiro de 2014, em 10,739%, relativo à variação do INPC (IBGE) no período de fevereiro/2012 a novembro/2013, em conformidade com o disposto art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, passando os referidos valores a vigorar conforme discriminado a seguir:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	UNITÁRIO INICIAL R\$	UNITÁRIO REAJUSTADO R\$	TOTAL R\$
1	150	hrs	Serviço de mecânica geral	24,00	26,58	3.987,00
2	80	hrs	Serviço de mecânica especializada	30,00	33,22	2.657,60
3	50	hrs	Serviço de eletricidade	26,00	28,79	1.439,50
4	50	hrs	Serviço de funilaria e pintura	42,00	46,51	2.325,50

Diante do reajuste e da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 10.409,60 (dez mil quatrocentos e nove reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 18 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

AUTO VOLKS LTDA

VALDIR PATZLAFF

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo Contrato 9/2010 FUNREBOM TA 04

CONTRATO Nº 9/2010/FUNREBOM - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS com sede na Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, inscrito no CNPJ nº 78.502.598/0001-04,, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ELOI PAULO PETRY - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.656.492/0001-28, estabelecida na Rod. SC 303 Km 01 - Acesso Sul, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representada pelo Sr. ELOI PAULO PETRY, portador da Carteira de Identidade nº 13005-33 e CPF nº 484.169.329-72, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o

presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 9/2010/FUNREBOM, celebrado em 14/04/2010, proveniente do Processo de Licitação nº 3/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 2/2010, homologado no dia 14 de Abril de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos pertencentes ao FUNREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros ou cedidos ao mesmo, durante o exercício financeiro de 2010, podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes, até o limite de 60 meses, onde se ADITA a ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR e a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR**

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 7.840,90 (sete mil oitocentos e quarenta reais e noventa centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a contar 56 (cinquenta e seis) meses e 16 (dezesesseis) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM

RAFAEL LASKE

PREFEITO

ELOI PAULO PETRY - EPP

ELOI PAULO PETRY

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo Contrato 95/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 95/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o número 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa SINALTEC - TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA, com sede administrativa na Rua Leoberto Leal 176, na cidade de Herval d'oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 02.898.145/0001-87, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora IVANIA JUDITE TONET LAMPERT, portadora da Carteira de Identidade nº 11/C 3.563.936 e CPF nº 006.600.219-27, residente e domiciliado na

Rua Domingos Nereu Parise, 199 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 95/2013/PMJ, firmado em 08/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 54/2013/PMJ - Edital TP Nº 12/2013/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços, com o fornecimento dos materiais necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC), onde se ADITA a vigência do contrato, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA

A vigência do contrato fica prorrogada para 01 de março de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 18 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

SINALTEC - TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA
IVANIA JUDITE TONET LAMPERT
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo Contrato 96/2012 FMAS TA 02

CREDENCIAMENTO Nº 96/2012/FMAS - TA 02

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em Joaçaba-SC, representado pelo Prefeito do Município, Sr. Rafael Laske, CPF nº 001.150.729-26, doravante denominado CREDENCIANTE e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob o nº 83.754.341/0001-80, estabelecida na Praça Josefinia Amorin, nº 1, Centro, no Município de Curitiba - SC, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada pela senhora Cleuza Maria Olivo Pellizzaro, portadora da Carteira de Identidade nº 240.023 e CPF nº 296.434.499-04, residente e domiciliada na Rua Arthur Formigheri, nº 54, apto 3, Centro, na cidade de Curitiba - SC, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/1993, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Credenciamento nº 96/2012/FMAS, celebrado em 28 de setembro de 2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2012/FMAS, que tem por objeto a prestação serviços de assistência na área de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Pessoas Idosas aos idosos residentes no Município de Joaçaba, onde se adita a CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / F. M. A. S.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO

Cleuza Maria Olivo Pellizzaro

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Ordem Paralisação Cont. 31/2013 FMS

ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, a paralisação dos serviços relativos à construção de cerca com alambrado de tela e abrigo de resíduos no ESF Clara Adélia (item 2) e à construção de cerca com alambrado de tela e abrigo de resíduos no ESF Santa Helena (item 5), objeto do contrato nº 31/2013/FMS, oriundo do Processo de Licitação nº 30/2013/FMS - Edital TP nº 3/2013/FMS, homologado em 19/07/2013, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 25/07/2013. Tal paralisação deve-se ao fato de que inexistia espaço para a locação da obra e a impossibilidade de execução dos serviços, haja vista que outra empresa (vencedora dos itens 1 e 4 do mesmo Processo) encontra-se trabalhando nos locais. A paralisação acontecerá a contar de 02/12/2013 e perdurará até o dia 01/02/2014, totalizando 61 (sessenta e um) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 01 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

André Lemos Vieira

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

SIMAE**Homologação Pr47-13**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2013 - PR Processo Administrativo: 65/2013 Processo de Licitação: 65/2013 Data do Processo: 11/11/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 65/2013
b) Licitação Nr.: 47/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/12/2013
e) Data da Adjudicação: 18/12/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA A SER EFETUADO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006106 - AVANEX IND. E COM. LTDA	3	0,0000	222.240,00
- 007177 - BUSCHLE & LEPPER S/A	1	0,0000	8.750,00
- 007146 - HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA	1	0,0000	50.800,00
	5		281.790,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (14) Saldo: 84.546,52

Joaçaba, 18 de Dezembro de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Homologação Pr55-13

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2013 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 73/2013 Processo de Licitação: 73/2013 Data do Processo: 26/11/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 73/2013
b) Licitação Nr.: 55/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/12/2013
e) Data da Adjudicação: 18/12/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA RENOVAÇÃO DA FROTA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 006331 - JOACABA AUTO LTDA.	1	0,0000	63.900,00
	1		63.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.4.4.90.00.00.00.00.00 (15), 2.061.4.4.90.00.00.00.00.00 (40)

Joaçaba, 18 de Dezembro de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Homologação Pr58-13

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 58/2013 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 76/2013 Processo de Licitação: 76/2013 Data do Processo: 04/12/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 76/2013
- b) Licitação Nr.: 58/2013-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 19/12/2013
- e) Data da Adjudicação: 19/12/2013 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CARROCERIA PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008195 - VIDEFERRO INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS	<u>1</u>	0,0000	<u>28.350,00</u>
	1		28.350,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.4.4.90.00.00.00.00.00 (35) Saldo: 31.147,00

Joaçaba, 19 de Dezembro de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Contrato JHL 0121/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0121/2013
SMOS JHL 0667/2013
PROTOCOLO Nº 3618/2013
Data: 19/12/2013

Objeto: Prestação de Serviços compreendendo assessoramento na área de informática através de solicitações de suporte efetuadas por servidores do SIMAE, através de e-mail, telefone, skype, etc, com objetivo de esclarecer duvidas quanto à operacionalização dos sistemas e equipamentos de informática.

CONTRATADA: ZUGE COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA

VALOR DO CONTRATO: R\$1.000,00 (Hum mil reais) mensais.
R\$60,00 (Sessenta reais) por hora técnica.

FUNÇÃO/PROGRAMA: 04.122.0028.2.060

ELEMENTO: 3.3.90.39.08.00

Prazo de Vigência: 02/01/2014 a 30/06/2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE

Contrato JHL 0122/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0122/2013
PREGÃO JHL 0058/2013
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0076/2013
PROTOCOLO Nº 3482/2013
Data: 19/12/2013

Objeto: aquisição de 01 (UMA) carroceria metálica Graneleira com plataforma de derivação de carga a ser instalada em veículo Renault Master Chassi Cabine, ano modelo 2014 fabricação 2013.

CONTRATADA: VIDEFERRO INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA- EPP

VALOR DO CONTRATO: R\$28.350,00 (Vinte e oito mil, trezentos e cinquenta reais).

FUNÇÃO/PROGRAMA: 04.122.0028.2.062

ELEMENTO: 4.4.90.52.52.00

Prazo de Vigência: 60 dias.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE

Rescisão de Contrato JHL 0020/2013

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO JHL Nº 0020/2013, TERMO DE TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0022/2010 QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO e a EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL.

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, Autarquia Municipal das cidades de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Estado de Santa Catarina, sito à Rua Tiradentes, 123, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato, representada por sua Diretora Presidente Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, portadora da Carteira de Identidade nº 582.728 SSI/SC e CPF nº 386.948.169-20, na qualidade de CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL, pessoa Jurídica de direito privado com sede à Avenida Presidente Vargas, nº 1012, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita sob CNPJ nº 33.530.486/0001-29, neste ato representada pela sua Diretora, a Sra. Maria Teresa Outeiro de Azevedo, portadora do RG nº 001.819 - SSP/DF e CPF 184.173.611-20 e; pela sua Gerente

de Vendas a Sra. Juliana Franco Jibrán Hsieh, portadora do RG nº 1434652 SSP/SC e CPF 780.528.581-00 têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com a comunicação, despachos e demais elementos constantes do Processo Licitatório nº 0006/2010, Pregão Presencial JHL 0006/2010, Protocolo 0113/2010 resolvem rescindir o referido Contrato JHL 0020/2013, Termo do Terceiro Aditivo ao Contrato JHL 0022/2010, de Prestação de Serviços, com fundamento no art. 79, Inciso I, § 1º da Lei nº 8.666/93, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato JHL 0020/2013, Termo do Terceiro Aditivo ao Contrato JHL 0022/2010, de Prestação de Serviços, celebrado em 02 de abril de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, a partir da assinatura deste, as partes dão por terminado o Contrato, de acordo com a Cláusula Nona, letra A, pela instalação de fibra óptica para o acesso à Internet e mudança de tipo de serviço prestado, conforme comunicação Interna do Gestor do Contrato. Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato sem que caiba qualquer indenização ou Penalidade para ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o Foro da cidade sede da CONTRATANTE, comarca de Joaçaba.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Joaçaba - SC, 06 de dezembro de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE

MARIA TERESA OUTEIRO DE AZEVEDO
Diretora

JULIANA FRANCO JIBRAN HSIEH
Gerente de Vendas

TESTEMUNHAS:
ELIANE A CERON VIER
Gerente Setor de Materiais, Transp e Patrimônio
CPF 596.843999-87

GIANE M. MARQUEZZE LECHER
Diretora Administrativa
CPF 614.258.349-49

Rescisão de Contrato JHL 0020/2013

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO JHL Nº 0020/2013, TERMO DE TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0022/2010 QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO e a EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL.

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, Autarquia Municipal das cidades de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Estado de Santa Catarina, sito à Rua Tiradentes, 123, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato, representada por sua Diretora Presidente Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, portadora da

Carteira de Identidade nº 582.728 SSI/SC e CPF nº 386.948.169-20, na qualidade de CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL, pessoa Jurídica de direito privado com sede à Avenida Presidente Vargas, nº 1012, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita sob CNPJ nº 33.530.486/0001-29, neste ato representada pela sua Diretora, a Sra. Maria Teresa Outeiro de Azevedo, portadora do RG nº 001.819 - SSP/DF e CPF 184.173.611-20 e; pela sua Gerente de Vendas a Sra. Juliana Franco Jibrán Hsieh, portadora do RG nº 1434652 SSP/SC e CPF 780.528.581-00 têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com a comunicação, despachos e demais elementos constantes do Processo Licitatório nº 0006/2010, Pregão Presencial JHL 0006/2010, Protocolo 0113/2010 resolvem rescindir o referido Contrato JHL 0020/2013, Termo do Terceiro Aditivo ao Contrato JHL 0022/2010, de Prestação de Serviços, com fundamento no art. 79, Inciso I, § 1º da Lei nº 8.666/93, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato JHL 0020/2013, Termo do Terceiro Aditivo ao Contrato JHL 0022/2010, de Prestação de Serviços, celebrado em 02 de abril de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, a partir da assinatura deste, as partes dão por terminado o Contrato, de acordo com a Cláusula Nona, letra A, pela instalação de fibra óptica para o acesso à Internet e mudança de tipo de serviço prestado, conforme comunicação Interna do Gestor do Contrato. Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato sem que caiba qualquer indenização ou Penalidade para ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o Foro da cidade sede da CONTRATANTE, comarca de Joaçaba.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Joaçaba - SC, 06 de dezembro de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE

MARIA TERESA OUTEIRO DE AZEVEDO
Diretora

JULIANA FRANCO JIBRAN HSIEH
Gerente de Vendas

TESTEMUNHAS:
ELIANE A CERON VIER
Gerente Setor de Materiais, Transp e Patrimônio
CPF 596.843999-87

GIANE M. MARQUEZZE LECHER
Diretora Administrativa
CPF 614.258.349-49

Ata Registro de Preços - Produtos Químicos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2013

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0047/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. O OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Produtos Químicos para utilização no tratamento da água distribuída pelo SIMAE à população dos município de Joaçaba, Herval do oeste e Luzerna, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0047/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Cloro Gás Acondicionado em Cilindros de aço 50 a 68kg, Quantidade - 8.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA, no valor de R\$ 6,35 o Kg;

Item 02 - Coagulante Inorgânico Catiônico Pré Polimerizado, Quantidade - 150.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 1,14 o Kg;

Item 03 - Ácido Fluossilícico Líquido, Quantidade - 30.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,70 o Kg;

Item 04 - Cal Hidratada Especial para tratamento de água, Quantidade - 36.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,84 o Kg;

Item 05 - Hipoclorito de Sódio Líquido, Quantidade - 7.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - Buschle & Lepper S/A, no valor de R\$ 1,25 o Kg;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante

correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0047/2013 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes;
- c) Planilha de lances do pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os Produtos Químicos deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de envio da Autorização de Fornecimento-AF ou Nota de Empenho-NE.

4.2 Após o recebimento da AF ou NE, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio - SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Água, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1845, Frei Bruno, Joaçaba, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 Os produtos fornecidos deverão ser produzidos e entregues seguindo o disposto na norma ABNT NBR 15784:2009 - Produtos Químicos utilizados no tratamento de água, destaca-se especialmente as concentrações de impurezas estabelecidas nos Anexos A e B da referida norma.

4.5 Conforme estabelecido no art.13 da Portaria 2.914/11 deverão ser apresentados:

- a) Laudo de atendimento dos requisitos de saúde estabelecidos em norma técnica da ABNT para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e;
- b) Laudo de inocuidade dos materiais utilizados na produção e distribuição que tenham contato com a água.

4.6 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.7 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.8 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, no caso de eventual problema que venham a ser detectados com o lote entregue de qualquer um dos produtos, após o seu recebimento, a empresa contratada será responsável pelo recolhimento do mesmo, devendo também dar a destinação adequada ao produto com problema ou resíduos gerados, como é o caso de acúmulo indevido de resíduos no fundo dos tanques de armazenamento de ácido Fluossilícico e Policloreto de alumínio.

4.9 O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.10 Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.11 Na eventual necessidade de se realizar manutenção nos tanques de armazenamento de ácido Fluossilícico e policloreto de alumínio, localizados nas dependências do SIMAE, deverá a contratada fornecer suporte para a manutenção, incluindo containers para armazenamento temporário dos produtos e demais equipamentos que se fizerem necessários ao processo, como bombas, conexões, etc.

4.12 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.13 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.14 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.15 O Material que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.16 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na LEI.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à

conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061
FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.
ELEMENTO: 3.3.90.30.11

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Efetuar a entrega dos Produtos Químicos pós solicitação em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF ou Nota de Empenho- NE, em horário comercial;
- providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- Fornecer junto com os produtos Laudos de atendimento de requisitos de saúde e inopacidade;
- Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;
- Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;
- Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo

estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 18 de Dezembro de 2013.

ANA PAULA PEREIRA

Pregoeira

Equipe de Apoio

ELIANE APARECIDA CERON VIER

LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA

EMPRESAS

RODRIGO TAVARES

BUSCHLE & LEPPER S/A

JOSÉ ROBERTO HERNANDES

AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

DANIELE SARABANDO

HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA

Ata Registro de Preços Combustível

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0007/2013

Aos dezesesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE no município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0052/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de combustíveis para a frota e equipamentos do SIMAE, conforme especificações constantes no Anexo IV do Edital Pregão Presencial nº 0052/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Gasolina Comum, Quantidade - 30.000, Unidade de medida - Litros.

1º. Colocado - ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA - ME, no valor de R\$ 2,61 o litro;

Item 02 - Óleo Diesel, Quantidade - 50.000, Unidade de medida - Litros.

1º. Colocado - ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA - ME, no valor de R\$ 2,29 o litro;

Item 03 - Biodiesel Evolux Fórmula S-10, Quantidade - 15.000, Unidade de medida - Litros.

1º. Colocado - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA ME, no valor de R\$ 2,45 o litro;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de combustíveis, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

14.1.1 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro entre as partes e a alteração dos valores dos combustíveis dar-se-á proporcionalmente à relação do preço pago pelo Contratado à distribuidora, da seguinte forma:

1º Passo: Calcula-se a proporção entre o valor unitário de compra informado pela empresa ofertante na proposta e comprovado mediante apresentação de cópia(s) de Nota(s) Fiscal(is), na forma do item 5.1.3.2. do Edital e o valor unitário cotado para venda ao SIMAE;

Exemplo: A empresa tem um custo unitário de compra do combustível de R\$ 2,00 e propõe-se a fornecer para o SIMAE ao preço de R\$ 2,20. Neste caso, o preço de custo/compra corresponde a 90,90% do preço cotado. Logo, a proporção é de 90,90%.

2º Passo: Quando houver alteração nos preços pagos pela Contratada à distribuidora, deve-se apurar o índice da alteração.

Exemplo: A empresa adquiria o combustível junto à distribuidora ao custo de R\$ 2,00 e posteriormente a distribuidora venha a

cobrar R\$ 2,10. Neste caso, o índice de alteração do valor seria de 5% (cinco por cento).

3º Passo: A alteração dos valores contratados com o SIMAE, dar-se-á mediante a aplicação do índice de proporção (obtido no 1º passo) sobre o índice de alteração do preço de compra do Contratado (2º passo).

Exemplo: Utilizando-se dos exemplos colocados nos passos anteriores, a alteração do valor do combustível seria 5% sobre 90,90%, o que corresponderia a 4,55%, a ser aplicado sobre o preço de venda ao SIMAE.

De acordo com o solicitado no edital de licitação e informado pela empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA - ME, fica definido: o preço pago por litro do combustível "Gasolina" na Distribuidora, conforme Nota Fiscal anexa, é de R\$ 2,04 e o preço de venda para o SIMAE é de R\$ 2,61. Portanto, o preço da distribuidora corresponde a 78,16% do preço de venda para o SIMAE.

Havendo alteração de preço na distribuidora, o reajuste será apurado aplicando-se a fórmula a seguir:

$$PFC = \{[(PRD - PAD) \times 0,7816] + PAD\} \times PVS$$

De acordo com o solicitado no edital de licitação e informado pela empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA BORTOLI LTDA - ME, fica definido: o preço pago por litro do combustível Óleo Diesel na Distribuidora, conforme Nota Fiscal anexa, é de R\$ 1,90 e o preço de venda para o SIMAE é de R\$ 2,29. Portanto, o preço da distribuidora corresponde a 82,97% do preço de venda para o SIMAE.

Havendo alteração de preço na distribuidora, o reajuste será apurado aplicando-se a fórmula a seguir:

$$PFC = \{[(PRD - PAD) \times 0,8297] + PAD\} \times PVS$$

De acordo com o solicitado no edital de licitação e informado pela empresa COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA ME, fica definido: o preço pago por litro do combustível Óleo Diesel na Distribuidora, conforme Nota Fiscal anexa é de R\$ 2,24 e o preço de venda para o SIMAE é de R\$ 2,45. Portanto, o preço da distribuidora corresponde a 91,43% do preço de venda para o SIMAE.

Havendo alteração de preço na distribuidora, o reajuste será apurado aplicando-se a fórmula a seguir:

$$PFC = \{[(PRD - PAD) \times 0,9143] + PAD\} \times PVS$$

Onde: PFC = Preço final a cobrar
PRD = Preço reajustado, na distribuidora.
PAD = Preço anterior, na distribuidora.
PVS = Preço de venda ao SIMAE.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes

das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0052/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades do SIMAE, em havendo falta de estoque o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços acertados na Licitação.

4.2 O Combustível será retirado nas Bombas do Posto de combustível pelos veículos ou equipamentos de propriedade do SIMAE.

4.3 A Contratada se obrigará a realizar o abastecimento com os combustíveis em quantidades solicitadas através de Ordem de Abastecimento que será emitida com numeração de controle, em duas vias, onde constará a placa do veículo, quilometragem do veículo, nome do motorista e quantidade a ser abastecida;

4.4 Os veículos da frota do SIMAE se encaminharão até o posto contratado com a devida Ordem de Abastecimento em mãos, devendo o frentista efetuar a abastecida de acordo com a quantidade estabelecida na mesma;

4.4.1 No ato da entrega do combustível deverá ser emitida nota fiscal ou cupom fiscal, correspondente à quantidade abastecida, contendo a Placa do veículo, quilometragem que ocorreu o abastecimento, quantidade abastecida, dados do SIMAE completos, bem como dados da empresa fornecedora.

4.4.2 A primeira via da nota fiscal/cupom fiscal deverá ser entregue ao motorista juntamente com uma via da Ordem de Abastecimento;

4.5 Fica aqui estabelecido que o combustível será recebido:

a) provisoriamente, para verificação do tipo de combustível e quantidade, para posterior verificação da qualidade e conformidade do combustível com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do combustível com a especificação e a consequente aceitação.

4.6. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6.1 Caso seja comprovado que os combustíveis entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

4.7 Se a substituição dos combustíveis recusados, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na Lei.

4.8 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme §1º art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento do combustível fornecido será quinzenal, sendo os preços apresentados fixos e irrevogáveis, ressalvada eventual alteração para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, mediante a apresentação da Nota Fiscal, através de depósito na conta corrente da fornecedora.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto

houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

Código Dotação 14.01.1.051.4.4.90.30.01

14.01.1.052.4.4.90.30.01

14.01.2.061.3.3.90.30.01

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos combustíveis fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os combustíveis em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos combustíveis, exigidos no Edital, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para os combustíveis, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.2.1 A não substituição dos combustíveis no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na LEI.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica

exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, em caso de não atendimento ao Edital e Contrato em vigor;

b.2) 5% no caso da Contratada não realizar a entrega do combustível ou pedir a rescisão do Contrato de fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba-(SC), 16 de Dezembro de 2013.

ANA PAULA PEREIRA

Pregoeira

Equipe de Apoio

ELIANE APARECIDA CERON VIER
LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA

EMPRESAS

MAURO ANTÔNIO DALL'ORSOLETTA
ABASTECEDORA DE COMB. E TRANSP. BORTOLI LTDA - ME

ITACIR ARLDI
COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARLDI LTDA
ME

PLASS

Termo Aditivo Nº 03 Contrato 27/2011/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

TERMO ADITIVO Nº 03

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2011/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS

SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 27/2011, celebrado em 27 de dezembro de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2011, instaurado através do Edital nº 02/2011, homologado no dia 27 de dezembro de 2011, que tem como objeto o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação de Compras e Licitações, em ambientes windows, utilizando banco de dados relacional, para o Plano Municipal de Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS, conforme descrito no anexo 1 do Termo de Dispensa de Licitação nº 02/2011/PLASS, no qual se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-executivo do PLASS

José Boiteux

PREFEITURA

Processo Licitatorio 047/2013 Combustiveis

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 47/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 14/01/2014, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº 13, REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL.SC. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 19 de Dezembro de 2013.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

Extrato Contrato 96/2103 - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 96/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONCREBLOC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº.

76.367.473/0001-93, com sede na Av. Dr. João Pedro Arruda, sem número - Lages/SC - cep: 88.514-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 61/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 20.440,00 (vinte Mil e quatrocentos e quarenta reais).

Lages, SC, 18 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 106/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 106/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: GRANDO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.562.696/0001-38, com sede à Av. Juscelino K. de Oliveira nº 8860 - Vacaria/RS - cep: 95.000-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação de Serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de Pneus, para uso nos Veículos e Máquinas da Frota do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 87/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

Lages, SC, 19 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 107/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 107/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.192.605/0001-94, estabelecida à Av. 1º de Maio sem nº - em Lages/SC - CEP: 88.509-510 - fone: 32251919.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Equipamentos e Materiais para a Realização de Manutenção em todas as Unidades da Saúde, Pronto Atendimento, Policlínica e Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 104/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 32.889,00 (trinta e dois mil oitocentos e oitenta e nove reais).

Lages, 19 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 112/2013 - Saude - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 112/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.021.932/0001-34, com sede à Rua Sebastião Furtado nº 101 - Lages/SC - cep: 88.501-140 - fone: 32232066.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Manutenção de Equipamentos médicos hospitalares e odontológicos nos setores das Unidades da Secretaria Municipal da Saúde em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do Contrato, fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 4.320,00 (quatro mil e trezentos e vinte reais) por mês.

Lages, 19 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 115/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 115/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: EMPRESA SANTA CATARINA CONSULTORES E ASSOC. LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 05.568.964/0001-54, com sede à SCN 01 - BL F Sala 301 - Ed. America - Brasília/DF.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnica para orientação no encaminhamento e elaboração de projetos e processos, no âmbito do distrito federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas, para o município em conformidade com Termo de Referência, Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado o prazo final do contrato até 31/05/2014..

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) por mês.

Lages, SC, 19 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 123/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 221/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.176.082/0001-80, com sede à Rua Av. Governador Ivo Silveira n.º 2.445, Loja 22 - Florianópolis/SC - cep: 88.085-001.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte de Passageiros, Delegações de Atletas, Professores e outros, à localidades que se fizerem necessárias, em nível Estadual e

Interestadual, compreendendo:

A contratada vencedora deverá disponibilizar até 10(dez) Ônibus, 7(sete) Micro Ônibus, (2)duas Vans e 1(um) Ônibus Leito em um mesmo período em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do Contrato, fica prorrogado até 31/05/2014;

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 127/2103 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 127/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 07.025.399/0001-04, com sede à Rua Valdomiro Koeche n.º 60 - Lages/SC - cep: 88.520-450 - fone: 32247216.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Madeiras para a Secretaria de Infraestrutura, para uso em Construção e Recuperação de Pontes e Passarelas em diversos locais do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos).

Lages, SC, 18 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 128/2103 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 128/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MADEIREIRA FONTANA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.216.598/0001-88, estabelecida à Rua Engenheiro Paulo Ribeiro n.º 505 - Lages/SC - cep: 88.514-010.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Madeiras para a Secretaria de Infraestrutura, para uso em Construção e Recuperação de Pontes e Passarelas em diversos locais do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Lages, SC, 18 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 129/2103 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 129/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA MADEIREIRA EVALDINO PEREIRA DE FREITAS, O TEIXEIRA, inscrita no CNPJ sob n.º 80.065.188/0001-95, com sede à Rua Antonio Waltrick n.º 110 - Lages/SC - cep: 88.512-030.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Madeiras para a Secretaria de Infraestrutura, para uso em Construção e Recuperação de Pontes e Passarelas em diversos locais do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Lages, SC, 18 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 140/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 140/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: BETEL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 04.560.191/0001-05, com sede à Rua Campo Salles, 784 - São Jose do Rio Preto/SP/SP - cep: 15.025-600.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica Eletrônica a Nível Técnico de Campo e de Bancada nos Equipamentos de Rádio Comunicação e Meteorologia, Localizados no Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, Bairro Guarujá, nesta cidade, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado o prazo final do contrato ate 31/05/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por mês.

Lages, SC, 19 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 156/2103 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 156/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA SOLOFIX LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.298.054/0001-36, com sede à Av. Marechal Floriano n.º 1.500 - centro - Lages/SC.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Serviços de Drenagem e Obras de Arte Corrente, com fornecimento de

material, em diversos locais do Município de Lages, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para execução: Fica prorrogada até a data de 31/05/2014;

2.2 - Do contrato: Fica prorrogado até a data de 31/05/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 564.778,57 (quinhentos e sessenta e quatro mil e setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Lages, SC, 18 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 20/2013 - SEMASA Lages - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 20/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 76.578.202/0001-87, com sede no Acesso ASC 480, 941 - Chapecó/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Fornecimento de combustível Óleo Diesel S-10 e tanque de armazenamento (em regime de comodato), para instalação na estação de recalque de água tratada ERAT2, Estação de água bruta ERAB3, e estação de tratamento de água ETA, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

Fica prorrogado até 31/12/2014

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 479.600,00 (quatrocentos e setenta e nove mil e seiscentos reais).

2.1- O valor do fornecimento do Óleo Diesel fica readequado, nesta data, passando para R\$ 2,38 (dois reais e trinta e oito centavos), em conformidade com a proposição da empresa protocolada sob ofício em apenso.

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 215/2013 - Saúde - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 215/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.967.775/0001-70, com sede à Rua Heusi da Silva n.º 25 - Bloco SL 01, Itajaí/SC - CEP:88.304-160.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Mobiliário para Posto de Saúde dos Bairros Guarujá, Santa Catarina, São Miguel, Bela Vista e Coral, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, Memorial Descritivo e CD com Plantas e Vistas, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado o prazo final até 31/05/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais).

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 221/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 221/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.176.082/0001-80, com sede à Rua Av. Governador Ivo Silveira n.º 2.445, Loja 22 - Florianópolis/SC - cep: 88.085-001.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte de Passageiros, Delegações de Atletas, Professores e outros, à localidades que se fizerem necessárias, em nível Estadual e Interestadual, compreendendo:

A contratada vencedora deverá disponibilizar até 10(dez) Ônibus, 7(sete) Micro Ônibus, (2)duas Vans e 1(um) Ônibus Leito em um mesmo período em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do Contrato, fica prorrogado até 31/05/2014;

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 222/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 222/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: GEORGE DE BONA & CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.781.780/0001-42, com sede à Rua Amazonas n.º 394 - Lages/SC - cep: 88.509-210.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para locação de hora maquina. escavadeira, motoniveladora e retroescavadeira para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

4.3 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 212.900 (duzentos e doze mil e novecentos reais).

Lages, 17 de DEZEMBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 223/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 223/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob

n.º 00.434.177/0001-04, estabelecida à Rua Frei Rogério n.º 11 - Apto 1002, em Lages/SC - cep: 88.502-160.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para locação de hora maquina. escavadeira, motoniveladora e retroescavadeira para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 211/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 205.350,00 (duzentos e cinco mil e trezentos e cinquenta reais).

Lages, 17 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 224/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 224/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: RUTILLI SERVIÇOS, TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 17.663.317/0001-00, estabelecida à Rua Jose Waltrick Vieira n.º 555 em Lages/SC - cep: 88.509-420.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para locação de hora maquina. escavadeira, motoniveladora e retroescavadeira para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 210/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil reais).

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 225/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 225/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: DURAN LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 14.348.033/0001-31, estabelecida à Rua Caetano Vieira da Costa n.º 873 - sala 03 - Lages/SC.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para locação de hora maquina. escavadeira, motoniveladora e retroescavadeira para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 209/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 169.500,00 (cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais).

Lages, 19 de DEZEMBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 230/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 230/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: COMPACT PAVIMENTAÇÃO TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 14.637.072/0001-59, estabelecida à Rua Delfim Moreira, 219 - D - Chapecó/SC - CEP: 89.804-151.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para o Fornecimento de Massa Asfáltica Usinada a Quente para Aplicação a frio, para Manutenção de tapa buracos do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para execução: Fica prorrogada até a data de 31/05/2014;

2.2 - Do contrato: Fica prorrogado até a data de 31/05/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).

Lages, 18 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 237/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 237/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.434.177/0001-04, estabelecida à Rua Frei Rogério n.º 11 - Apto 1002, em Lages/SC - cep: 88.502-160.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Fornecimento de Cascalho com e sem Transporte para Aplicação no Perímetro Urbano em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 284.000,00 (duzentos e oitenta e quatro mil reais).

Lages, 18 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 248/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 248/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: SOMA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.135.450/0001-57, com sede à Rua Plácido

Damiani, 1200 - Lages, SC - CEP: 88.508-070.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços "por hora cheia trabalhada," de Miniescavadeira, com motorista e/ou operador devidamente habilitado(s), para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 249/2013.

4.200 (quatro mil e duzentas) horas de Miniescavadeira tipo Bobcat, modelo S-175, com motorista habilitado e ou operador devidamente habilitado, ano de fabricação acima de 2010, com dois equipamentos vassoura e capinadeira, no valor de R\$ 30,40 (trinta reais e quarenta centavos) por hora trabalhada;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

08/08/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 127.680,00 (cento e vinte e sete mil e seiscentos e oitenta reais).

Lages, 19 de DEZEMBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 263/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 263/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 83.483.230/0001-86, estabelecida à Av. Getulio Vargas n.º 408 - Joinville/SC - CEP: 89.202-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação de Equipamentos para Fornecimento de Cópias, Impressões e Digitalizações de Documentos com Manutenção de Toners, Cartuchos e Papéis, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) Prorrogado ate 31/12/2014.

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 264/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 264/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para Urbanização nas Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 58.325,00 (cinquenta e oito mil e trezentos e vinte e cinco reais).

Lages, 17 de DEZEMBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 265/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 265/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 10.515.077/0001-58, com sede à Rua Nilo Peçanha n.º 49 - Lages/SC - cep: 88.508-500.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para Urbanização nas Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 95.211,45 (noventa e cinco mil e duzentos e onze reais e quarenta e cinco centavos).

Lages, 18 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 266/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 266/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.192.605/0001-94, estabelecida à Av. 1º de Maio sem nº - em Lages/SC - CEP: 88.509-510 - fone: 32251919.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para Urbanização nas Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 106.499,00 (cento e seis mil e quatrocentos e noventa e nove reais).

Lages, 18 de DEZEMBRO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 277/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 277/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.218.312/0001-80, estabelecida na Av. Ilda Terezi-nha Pagani, 100 - Palhoça/SC - CEP:.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de 489,15 m³ de Muros em Pedra de Basáltica, com fornecimento de material, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 174.606,98 (cento e setenta e quatro mil e seiscentos e seis reais e noventa e oito centavos).

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 279/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 279/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.218.312/0001-80, estabelecida na Av. Ilda Terezi-nha Pagani, 100 - Palhoça/SC - CEP:.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de 445,00 m³ de Muros em Pedra Ornamental Arrumada, com fornecimento de material, para a Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

4.3 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 180.621,05 (cento e oitenta e seis mil e seiscentos e vinte e um reais e cinco centavos).

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 283/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 283/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: STANG & STANG LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.033.253/0014-98, estabelecida à Av. Dom Pedro II nº 967 - em Lages/SC - CEP: 88.509-000 - fone: 32230322.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de 200.000 (duzentos mil) litros de gasolina comum para uso nos Veículos e Máquinas da Frota pertencente ao Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Da Execução: Fica prorrogada até 31/05/2014;

Da Vigência: Fica prorrogada até 31/05/2014.

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 284/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 284/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.434.177/0001-04, estabelecida à Rua Frei Rogério n.º 11 - Apto 1002, centro em Lages/SC - CEP: 88.502-160.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Recomposição de Pavimentos de Paralelepípedos, Pedra Irregular, Lajota Sextavada e Paver, com fornecimento de material, em diversos locais do Município de Lages, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para execução: Fica prorrogada até a data de 31/05/2014;

2.2 - Do contrato: Fica prorrogado até a data de 31/05/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 499.740,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e setecentos e quarenta reais).

Lages, 18 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 310/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 310/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: LMHS SOLUÇÕES LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 09.159.727/0001-90, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 73 - Sala 01 - 2º andar, Lages/SC - CEP: 88.502-901 - fone: 30211407.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Execução: Fica prorrogada em mais 60 (sessenta dias);

2.3 Do Contrato, Fica prorrogado em mais 60 (sessenta dias);

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

27/12/2013 à 28/02/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 5.108,00 (cinco mil e cento e oito reais).

Lages, 23 de setembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 334/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 334/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC - CEP: 88.502-005.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 352/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;
2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR
R\$ 25.092,00 (vinte e cinco mil e noventa e dois reais).

Lages, 18 de dezembro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 335/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 335/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MARCIA DA CUNHA VENTURA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, 2510 - Lages/SC - CEP: 88.519-400 - fone:32238051.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 351/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 233.249,00 (duzentos e trinta e três mil e duzentos e quarenta e nove reais).

Lages, 18 de dezembro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 336/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 336/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONCREBLOC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 76.367.473/0001-93, com sede na Av. Dr. João Pedro Arruda, sem número - Lages/SC - CEP: 88.514-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 350/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 579,00 (quinhentos e setenta e nove reais).

Lages, 18 de dezembro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 337/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 337/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.302.396/0001-70, com sede na Rua Valdomiro Koeche, 320 - Lages/SC - CEP:88.520-450 - fone:32248616.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 353/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 348.839,80 (trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).

Lages, 18 de dezembro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 403/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 403/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: FOTOSENSORES TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 73.688.517/0001-99, estabelecida à Av. Rogaciano Leite, 1.040 - Fortaleza-CEP:60.810-786.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação e Implantação do Sistema Fotoeletrônico do Trânsito no Município de Lages, com fornecimento de material, em conformidade com as especificidades prescritas no Anexo II - Projeto Básico, Lista de Equipamentos, Especificações Técnicas dos Equipamentos e Lista dos locais de Instalação dos Equipamentos, Anexo III - Demonstração dos Equipamentos, e Planilha de Custos, copiados em CD-ROOM, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

48 meses da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 329.237,51 (trezentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos), mensais.

Lages, 19 dezembro de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 97/2103 - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 97/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MARCIA DA CUNHA VENTURA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, 2510 - Lages/SC - cep: 88.519-400 - fone:32238051.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 61/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 344.699,99 (trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Lages, SC, 18 de dezembro de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 98/2103 - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 98/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.302.396/0001-70, com sede na Rua Valdomiro Koeche, 320 - Lages/SC - fone:32248616.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 61/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 81.799,99 (oitenta e um mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Lages, SC, 18 de dezembro de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA**Decreto Nº 086/2013**

DECRETO Nº 086/2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.738/2012, de 19 de Novembro de 2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 215.000,00 (Duzentos e Quinze Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SEC. MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Adm. Geral

DOTAÇÃO 05

3.1.90.00.00.116 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

03.01 - SEC. MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.007 - Manutenção da Contabilidade

DOTAÇÃO 21

3.1.90.00.00.116 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

04.06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.06 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.062 - Manutenção da Secretaria de Educação

DOTAÇÃO 60

3.1.90.00.00.117 - Aplicação Direta R\$ 25.000,00

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.042 - Assistência ao Produtor Rural

DOTAÇÃO 206

3.1.90.00.00.116 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total: R\$ 215.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03.01 - SEC. MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Adm. Geral

DOTAÇÃO 08

3.3.90.00.00.116 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

03.01 - SEC. MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.007 - Manutenção da Contabilidade

DOTAÇÃO 22

3.3.90.00.00.116 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

04.06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.06 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.062 - Manutenção da Secretaria de Educação

DOTAÇÃO 61

3.3.90.00.00.117 - Aplicação Direta R\$ 15.000,00

DOTAÇÃO 62

4.4.90.00.00.117 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.042 - Assistência ao Produtor Rural

DOTAÇÃO 208

3.3.90.00.00.116 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total: R\$ 215.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 087/2013

DECRETO Nº 087/2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades

da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, o dia 24 de Dezembro de 2013 (terça-feira).

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde e coleta de lixo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 24/12/2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Retificação da Prorrogação ao Edital de Pregao Nº02/2014 - Hmhl

RETIFICAÇÃO DA PRORROGAÇÃO AO EDITAL DE PREGAO Nº02/2014 - HMHL
PROCESSO Nº02/2014

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Valter Vertterly, 239- Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que:

Onde lê-se: "Aquisição de medicamentos para o hospital"
Leia-se: "Contratação de serviços médicos especializados de exames de raio-x de qualquer natureza, com disponibilização de aparelho, para o Hospital Municipal Henrique Lage no ano de 2014"

Lauro Müller, 19 de Dezembro de 2013.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 1.015/2013

LEI Nº 1.015, DE 19 DE DEZEMBRO 2013
"INSERE MODIFICAÇÕES NA LEI MUNICIPAL Nº 878/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O Art. 1º da Lei nº 878, de 28 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação da presente Lei:

Fica ampliada a jornada de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais e alterado o vencimento para R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais) no exercício de atividades profissionais, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), programar, elaborar e avaliar os cardápios, observando o seguinte:

I - Adequação as faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas;

II - Respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e a sua vocação agrícola;

III - Utilização de produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos semi-elaborados e aos in-natura.

Parágrafo Único: Na elaboração de cardápios, o Nutricionista deverá desenvolver as seguintes atividades:

I - Calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ);

II - Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra e armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III - Estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado do PAE;

IV - Elaborar o Plano de Trabalho Anual do Programa de Alimentação Escolar (PAE) municipal, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;

V - Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive, provendo a consciência ecológica e ambiental;

VI - Interagir com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no exercício de suas atividades.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 19 de Dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 1.016/2013

LEI Nº 1.016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

Cria o Programa de Recuperação de Créditos Tributários LEOBERTENSES EM DIA - V, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica faz saber de todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA LEOBERTENSES EM DIA - V, objetivando a arrecadação de receita tributária para aplica - lá na melhoria do perímetro urbano e nas estradas municipais.

Art. 2º. A receita tributaria a que se refere esta lei, provirá da cobrança da dívida ativa tributária, ajuizada ou não, com os benefícios:

I- Dispensa de multa e juros, para pagamento à vista, até 01/03/2014.

II- Redução de 80% (oitenta por cento) da multa e juros par pagamento em cinco parcelas de igual valor, devendo o pagamento ocorrer:

a) Da primeira, até 01/03/2014;

b) Da segunda, até 01/04/2014;

c) Da terceira, até 01/05/2014;

d) Da quarta, até 01/06/2014;

e) Da quinta, até 01/07/2014;

III- Redução de 50% (cinquenta por cento) da multa e juro para pagamento em até 12 (doze) parcelas iguais, mensais, e sucessivas, não podendo ser inferior a R\$ 20,00 (vinte reais) a parcela, sendo a primeira 01/03/2014, condicionado o parcelamento À quitação dos tributos dos exercícios seguintes. A efetivação do referido parcelamento dar-se-à mediante pagamento, em rede bancária, da primeira parcela.

Parágrafo Único. Os Contribuintes cujos débitos estão ajuizados, devem comprovar o pagamento das custas processuais.

Art. 3º Os contribuintes que realizarem o parcelamento da dívida ativa, a que se refere este Programa, a partir do exercício de 2014, não será permitido reparcelamentos da mesma dívida nos próximos exercícios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Dezembro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 1.017/2013

LEI Nº 1.017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

“Autoriza a Concessão de Uso de Bem Imóvel Público Municipal e dá outras providências”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, por excepcional interesse público, autorizado a conceder, a título gratuito, ao Senhor Osnildo Schaefer Junior, inscrito no CPF: 101.563.759-07 e RG nº 5.115.866, o direito de uso sobre o Prédio em Alvenaria de 200 m² (duzentos metros quadrados), localizado a Rodovia SC 429, km 02, localidade de Arroio do Rancho, município de Leoberto Leal, para instalação de uma fábrica Confecção, e demais atividades correlatas a atividade principal.

Art. 2º. O concessionário fica impedido de transferir o direito de uso que lhe é concedido sob qualquer hipótese, sem autorização expressa do Poder Executivo Municipal, devendo arcar com todos os custos e despesas de manutenção e conservação do imóvel, inclusas despesas com água, luz e tributos.

Art. 3º. A concessão será formalizada através de Contrato Administrativo, que contemplará e disciplinará as condições de uso que será concedido sobre os bens municipais objeto desta Lei.

Art. 4º. A referida concessão, que tem por objetivo a geração de empregos neste Município, devendo o concessionário cumprir as seguintes condições:

I- Arcar com todos os custos e despesas de manutenção e conservação do imóvel;

II- Cumprir com zelo e presteza o Contrato de Concessão de Uso que disciplinará a utilização dos bens municipais;

III- Gerar no mínimo até 10 (dez) empregos diretos formais até o final do período contratual.

Art. 5º. O prazo de concessão será por prazo determinado de 01 (um) anos, a contar da assinatura do contrato de concessão, podendo ser renovado por igual período.

Art. 6º. A administração Municipal fiscalizará através do Conselho Municipal de Agricultura, periodicamente a utilização do bem objeto da concessão, ficando devidamente autorizado a rescindir o Contrato de Concessão nas hipóteses comprovada de falta de zelo, desvio de finalidade, mudança de objeto social, ou utilização prejudicial à comunidade local.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Leoberto Leal, 19 de Dezembro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO
Nº/2013

“Contrato de concessão de Uso de Bens Públicos Municipais”

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº20, inscrito no CNPJ sob o nº82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Sra. Prefeita Municipal TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado MUNICÍPIO e, O Senhor Senhor Osnildo Schaefer Junior, inscrito no CPF: 101.563.759-07 e RG nº 5.115.866, residente e domiciliado na Rua Evaldo Fischer, nº 188, Bairro Imigrantes - Guabiruba -SC, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, ajustam o presente CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, com base na autorização da Lei Municipal nº, de de 2006,

Cláusula Primeira - Do Objeto

O MUNICÍPIO concederá o uso do imóvel de propriedade do Município, Galpão pré-moldado medindo 200 m² (duzentos metros quadrados), que se encontra em bom estado de conservação, localizado na Rodovia n.º429, km 02, Arroio do Rancho, neste Município, com as seguintes medidas: Largura: 10m (dez metros), Comprimento: 20m (vinte metros), Altura Livre: 4m (quatro metros), Total de Área: 200m² (duzentos metros quadrados); 02 (dois) banheiros, que se encontra em bom estado de conservação; 01(uma) sala para escritório, que se encontra em bom estado de conservação;

Cláusula Segunda - Do Prazo

A presente Concessão de Direito Real de Uso é concedida pelo prazo de 01 (um) anos a contar da assinatura deste Contrato de Concessão, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Terceira - Da Revogação

Além de outros que o interesse público justificar, constituem motivos para revogação do presente termo:

I- O irregular e o não cumprimento de qualquer das disposições deste termo;

II- A paralisação do uso do imóvel no fim a que se destina, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;

III- O desatendimento das determinações regulamentares e de fiscalização;

IV- Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Administração Municipal e exarados em processo administrativo;

V- A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da manutenção deste termo.

Cláusula Quarta - Da Gratuidade

Esta Concessão de Uso é gratuita por ter como o propósito de geração de empregos e renda neste Município.

Cláusula Quinta - Da Destinação do Bem

A Concessionária utilizará o imóvel, exclusivamente, para os fins que se destina a concessão, ficando proibida de transferir à terceiros o direito de concessão de uso, sem anuência por escrito do Município.

Cláusula Sexta - Das Obrigações Específicas da Concessionária:

I - Cumprir e fazer cumprir os regulamentos de utilização e manutenção do imóvel;

II - Permitir aos encarregados da fiscalização do Município livre acesso ao imóvel em qualquer época mediante identificação e no horário comercial;

III - Usar o imóvel, exclusivamente, para o fim a que se destina;

IV - Manter o asseio, a higiene e a segurança do imóvel e das pessoas que o freqüentarem;

V - Desocupar o imóvel sem interpelação ou notificação, judicial ou administrativa.

Cláusula Sétima - Das Obrigações do Município

Incumbe ao Município:

I - Fiscalizar permanentemente o uso do bem;

II - Revogar a autorização, nos casos previstos em lei e na forma deste termo.

Cláusula Oitava - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga/SC para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda dos termos acima pactuados.

Leoberto Leal, de de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

OSNILDO SCHAEFER JUNIOR
Concessionário

Testemunhas:

Lei N.º 1.018/2013

LEI Nº 1.018, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	77.400,00
Função	26	Transporte	77.400,00
Sub-Função	782	Transportes Rodoviários	77.400,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	77.400,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	62.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	62.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	62.400,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	62.400,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	62.400,00
Projeto/ Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	5.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.000,00
Função	08	Assistência Social	5.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	5.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	5.000,00
Projeto/ Atividade	2.022	Assistência a Famílias Carentes	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			82.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	7.000,00
Função	04	Administração	7.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	7.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	7.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.400,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.400,00
Função	04	Administração	9.400,00
Sub-Função	122	Administração Geral	9.400,00
Programa	0012	Administração Geral	9.400,00
Projeto/ Atividade	2.032	Contribuição à Entidades Municipalistas	9.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	9.400,00
Modalidade de aplicação	50	Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos	9.400,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	9.400,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	20.000,00
Função	04	Administração	20.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	20.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	17.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	17.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	17.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	17.000,00
Programa	0005	Cultura Esporte e Turismo	17.000,00

Projeto/ Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esporte	17.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	17.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	17.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	17.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	17.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	16.000,00
Unidade Orçamentária	02	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA	16.000,00
Função	08	Assistência Social	16.000,00
Sub-Função	243	Assistência a Criança e ao Adolescente	16.000,00
Programa	0008	Assistência ao Menor com Responsabilidade	16.000,00
Projeto/ Atividade	2.026	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência	16.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	16.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	16.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	16.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	4.500,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	4.500,00
Função	08	Assistência Social	4.500,00
Sub-Função	241	Assistência ao Idoso	4.500,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	4.500,00
Projeto/ Atividade	2.024	Integração do Idoso	4.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.500,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.700,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.700,00
Função	26	Transporte	5.700,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	5.700,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.700,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	5.700,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.700,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.700,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.700,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.700,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	2.800,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	2.800,00
Função	20	Agricultura	2.800,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	2.800,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	2.800,00
Projeto/ Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	2.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.800,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.800,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.800,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			82.400,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 1.019/2013

LEI Nº 1.019, DE 19 DE DEZEMBRO 2013

"DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES, PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI FEDERAL 12.527 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, CRIA O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal de LEOBERTO LEAL, segundo o disposto nesta Lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º. Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, no Município de LEOBERTO LEAL, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º. O SIC - Sistema de Informação ao Cidadão, funcionará junto a Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, localizada na sede administrativa do Município de Leoberto Leal, na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20 - Centro, e será constituído por servidor ou servidores públicos municipais.

§ 2º. A Controladoria Interna Municipal compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso às informações.

Art. 3º. Fica criada Comissão de Avaliação de Informações - CAI, com objetivo de esclarecer dúvidas e qualificar informações ou documentos como sigilosos.

Parágrafo Único. A CAI será constituída por 03 Servidores indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo um Presidente, um Secretário e um Membro, podendo os componentes ser modificados de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Pública.

Art. 4º. O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
III - receber e registrar pedidos de acesso à informação;
IV - buscar com os responsáveis de cada área da administração a resposta acerca das solicitações apresentadas para encaminhá-las ao Cidadão.

Parágrafo Único. Compete ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão:

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que necessário, buscar com os responsáveis de cada área da administração a resposta acerca das solicitações apresentadas para encaminhá-las ao Cidadão.

II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e

III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, quando couber.

Art. 5º. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º. O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no site da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e no SIC.

§ 2º. O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão.

§ 3º. É facultado ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência física, desde que atendidos os requisitos do Artigo 6º.

§ 4º. Na hipótese do § 3o, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 6º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de CPF - Cadastro de Pessoa Física válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 7º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - descabidas ou não tenham ligação com a administração pública municipal; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão.

Parágrafo Único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 8º. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 9º. Recebido o pedido, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão terá o prazo máximo de até vinte dias para:

I - enviar a informação ao endereço informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 1º. Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II.

§ 2º. Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 3º. Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 2o, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 10. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 11. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo Único. Na hipótese do caput o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 12. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento da Municipal - GRM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão que o apreciará.

Parágrafo Único. O SIC - Serviço de Informação ao Cidadão disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 14. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município serão divulgadas, independente de requerimento, no site da Prefeitura Municipal devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§ 1º. Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereço e telefone das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos, eventos e obras de órgãos e entidades;

VI - resposta das solicitações dos cidadãos para conhecimento geral da população.

Art. 15. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC

- Serviço de Informação ao Cidadão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º. Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 2º. Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do município, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 16. A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito municipal será representada pelo Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

Art. 17. A autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 18. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º. Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais, infrações administrativas.

§ 2º. Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 19. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º. A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base

no inciso IV.

§ 3º. A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 20. O tratamento das informações pessoais e sigilosas obedecerá ao disposto na legislação federal (Lei.12.527/2011).

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 1.020/2013

LEI Nº 1.020, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 7º DA LEI Nº 812 DE 29 DE JUNHO DE 2011"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 7º da Lei nº 812 de 29 de Junho de 2011 passa a vigorar com a redação da presente Lei:

Aos ocupantes dos cargos mencionados, criado por esta Lei, será concedido o valor de R\$ 230,00 (Duzentos e Trinta Reais) mensais, a título de indenização de transporte, nos termos do Art. 82,II, da Lei 418/90.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 1.021/2013

LEI Nº 1.021, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISOS IV E V DO ART 1º DA LEI 781 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faço saber de todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º O inciso IV e V do Art 1º da Lei Nº 781 de 20 de dezembro de 2010, passam a vigorar com a redação da presente Lei:

I - Para os Motoristas de Veículos Escolares - R\$ 250,00

II - Para os Motoristas de Ônibus Escolar - R\$ 250,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 1.022/2013

LEI Nº 1.022. DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DENOMINAR PONTE".

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, S/C no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a denominar a Ponte, localizada na comunidade de Rio Veado, Município de Leoberto Leal de "PONTE RIO VEADO".

Art. 2º Justifica-se esta denominação, pelo fato de pertencer a Comunidade de Rio Veado”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 1.023/2013

LEI Nº 1.023 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

“AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DENOMINAR CAMPO DE FUTEBOL”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, S/C no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a denominar a Campo de Futebol de Campo, localizada na comunidade de Ribeirão dos Ovos, Município de Leoberto Leal de “ARENA SATURNO”.

Art. 2º Justifica-se esta denominação, pelo fato de ter somente um time de futebol de campo registrado na Comunidade e por ser um nome de tradição há muitos anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 1.024/2013

LEI Nº 1.024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

“AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DENOMINAR ACADEMIA AO AR LIVRE”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, S/C no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a denominar a Academia ao Ar Livre, localizada no Centro do Município de Leoberto Leal de “OLIVIA SPERBER KNAUL”.

Art. 2º Justifica-se esta denominação, pelo fato da Família Knaul, ser o proprietário do local onde foi construída a Academia ao Ar Livre.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Decreto N.º 110/2013

DECRETO Nº 110, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

“DECRETA RECESSO DE FINAL DE ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art.98, I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o recesso de natal e fim de ano aos servidores municipais do dia 19/12/2013 com retorno em 06/01/2014. Parágrafo único: O atendimento dos serviços essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º O Centro de Saúde Santa Paulina estará aberto nos dias 19, 20, 23, 26, 27 e 30 de dezembro de 2013 e nos dias 02 e 03 de janeiro de 2014, em expediente normal, com uma equipe de plantão designada pela chefia imediata.

Art. 3º A Unidade Básica de Saúde Santa Edwiges (Vargem dos Bugres) e a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida (Rio das Pedras) reiniciarão seus atendimentos a partir do dia 06/01/2014.

Art. 4º Na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos a coleta de lixo será realizada nos dias normais, ou seja, nas segundas-feiras (dias 23 e 30 de dezembro de 2013) com uma equipe designada pela chefia imediata. O caminhão pipa irá molhar as ruas se necessário todos os dias, através de uma equipe de plantão. Na oficina os funcionários também trabalharão em regime de plantão, para o abastecimento de veículos e consertos de carros da Secretaria de Saúde designados pela chefia imediata.

Art. 5º Caso haja necessidade, justificada por interesse público, calamidade pública, motivo fortuito ou de força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal



**Programa de
Gestão de Obras**

**Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil**

www.ciga.sc.gov.br

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Homologação - PL 078.2013 - PP 056.2013 - Medicamentos 2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório nº 0078/2013 - FMS
Pregão nº 0056/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0078/2013-FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão para Registro de Preço;
- Objeto: Aquisição de medicamentos de forma parcelada, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde
- Manutenção da Farmácia Programas e serviços da Secretaria.
- Empresa(s) Vencedora(s):
 - * A G KIENEN & CIA LTDA;
 - * AGLOM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA;
 - * ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
 - * ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
 - * ANGEOMED COM. DE PROD. MED. HOSP. LTDA;
 - * CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA;
 - * CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
 - * CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIA MEDICO HOSPITALAR;
 - * COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA;
 - * CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA;
 - * DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA;
 - * DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA;
 - * MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
 - * PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA;
 - * PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA;
 - * PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA;
 - * S& R DISTRIBUIDORA LTDA;
 - * VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
- Valor Homologado: R\$ 662.910,90

Luzerna (SC), 19 de dezembro de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
Gestor do FMS

Decreto 1732

DECRETO Nº 1732 de 16 de dezembro de 2013.
"EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O ANO DE 2014 PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE LUZERNA/SC"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna/SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art.1º- Fica editado o CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DE 2014, para as repartições públicas municipais de Luzerna(SC):

- I - 01 de janeiro, quarta-feira, Confraternização Universal (Feriado Nacional)
- II - 03 e 04 de março, segunda e terça-feira de Carnaval (Ponto Facultativo);
- III - 05 de março, quarta-feira de cinzas (ponto facultativo período

- da manhã);
- IV - 18 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (Feriado Nacional);
- V - 20 de abril domingo, Páscoa (Feriado Nacional);
- VI - 21 de abril, segunda-feira, Tiradentes (Feriado Nacional);
- VII - 01 de maio, quinta-feira, Dia do Trabalhador (Feriado Nacional);
- VIII - 19 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (Ponto Facultativo);
- IX - 20 de junho, sexta-feira, após Corpus Christi (Ponto Facultativo);
- X- 25 de agosto, segunda-feira, emancipação Político-Administrativa (Feriado Municipal);
- XI - 07 de setembro, domingo, Independência do Brasil (Feriado Nacional);
- XII- 12 de outubro, domingo, Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional);
- XIII-27 de outubro, segunda-feira, antecipação do Dia do Funcionário Público (Ponto Facultativo);
- XIV - 02 de novembro, domingo, Finados (Feriado Nacional);
- XV- 15 de novembro, sábado, Proclamação da República (Feriado Nacional);
- XVI - 24 de dezembro, quarta-feira, véspera de Natal (Ponto Facultativo);
- XVII - 25 de dezembro, quinta-feira, Natal (Feriado Nacional);
- XVIII- 31 de dezembro, quarta-feira, Véspera de Ano Novo (Ponto Facultativo).

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna/SC, 16 dezembro de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1734

DECRETO Nº 1734 de 19 de dezembro de 2013.
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.076 de 05/12/12,
DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 2.069 - Contribuição Patronal RPPS-SIMAE
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-42
Valor: R\$ 5.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de dezembro de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação - PL 077.2013 - PP 055.2013 - Copiadoras e Impressoras - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0077/2013 - PML

Pregão nº 0055/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0077/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto a locação de 10 (dez) máquinas copiadoras e 03 (três) impressoras coloridas, para serviços reprográficos com fornecimento de equipamentos digitais, com todos os suprimentos originais e manutenção, exceto papel, equipamento novo, sem franquia mínima de impressão, para atendimento à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, conforme especificações contidas no Anexo I do presente do presente edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUINAS E SUPRIMENTOS

- Valor total: R\$ 26.050,00

Luzerna (SC), 19 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PML Nº 136.13

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.136.13

MODALIDADE: Dispensa de Licitação PML nº.008/2013

COMPRADOR: MUNICÍPIO DE LUZERNA

VENDEDOR: WUNIBALDO KRUG E CÉLIA ELI KRUG

OBJETO: aquisição de imóvel rural situado na Linha Leãozinho com área de aproximadamente de 22.000,00 m² (vinte e dois mil metros quadrados) para a construção de casas populares aos munícipes de Luzerna/SC.

VALOR: R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)

DOTAÇÃO: As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Cod. Red.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Código da dotação	Descrição da Dotação
42	07.02	1.022	4.4.90.00.00.00.00.00	4.4.90.61.03.00.00.00	programa de habitação popular urbana
156	07.02	1.022	4.4.90.00.00.00.00.00	4.4.90.00.00.00.00.00	programa de habitação popular urbana
157	07.02	1.022	4.4.90.00.00.00.00.00	4.4.90.00.00.00.00.00	programa de habitação popular urbana

Luzerna/SC, 18 de dezembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA - SC

COMPRADOR

MOISÉS DIERSMANN

WUNIBALDO KRUG E CÉLIA ELI KRUG

VENDEDOR

Extrato do 1º Termo Aditivo - Contrato FMAS.001.13

EXTRATO DE CONTRATO

FMAS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fmas.001.13 - Primeiro Termo Aditivo

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

LOCADOR : HÉLIO MOTT

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, acrescentar parágrafos na CLAUSULA SEGUNDA dispondo sobre o reajuste do Contrato e o pagamento de despesas e tributos incidentes sobre o imóvel.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMAS

LOCATÁRIO

HELIO MOTT

LOCADOR

Extrato do Contrato FMAS.001.13

EXTRATO DE CONTRATO

FMAS 2013

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fmas.001.13

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.002/2013 de 28 de março de 2013.

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

LOCADOR : HÉLIO MOTT

OBJETO: contrato de locação de imóvel para fins não residenciais.

VALOR: R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais.

VIGÊNCIA: por 12 (doze) meses, a contar de 28 de março de 2013, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes.

DOTAÇÃO:

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.39.10 - Locação de Imóveis

Empenhamento Ordinário

Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Reduzido: 013 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 28 de março de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMAS

LOCATÁRIO

HELIO MOTT

LOCADOR

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Concurso Público 002/2013 - Retificado**EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES****RETIFICADO E REPUBLICADO**

(Retificação 001)

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO, de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO para provimento de vagas efetivas para empregos públicos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Luzerna, mediante as condições previstas neste Edital.

Capítulo I**1.0 DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
	Período de inscrições exclusivamente pela internet (on-line).	05/12/2013 a 06/01/2014
	Último dia para pagamento da taxa de inscrição de todos os candidatos.	07/01/2014
	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que solicitarem condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	06/01/2014
	Prazo final para protocolo e envio da certificação para prova de títulos	06/01/2014
	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os empregos. Convocação e divulgação do local das provas.	09/01/2014
	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições.	10 e 13/01/2014
	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações.	15/01/2014
	Aplicação das provas	19/01/2014
	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita no site Instituto O Barriga Verde(www.iobv.com.br) e pontuação da prova de títulos	20/01/2014

Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita e pontuação da prova de títulos.	21 e 22/01/2014
Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva no site do Instituto O Barriga Verde www.iobv.com.br	27/01/2014
Divulgação da classificação preliminar	28/01/2014
Recursos contra a classificação preliminar.	29 e 30/01/2014
Classificação final de todos os candidatos.	31/01/2014
Homologação final.	03/02/2014

1.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento para Realização do Concurso Público e do Instituto O Barriga Verde, sendo responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

Capítulo II**2.0 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

2.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, obedecidas as normas deste Edital.

2.2. O Concurso Público destina-se ao provimento de empregos efetivos para preenchimento do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Luzerna, de acordo com a Tabela constante no Capítulo III deste Edital.

2.3. O pessoal admitido mediante o presente Edital terá Regime Celetista e será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

2.4. A nomeação dos candidatos relacionados dentro do número de vagas deste certame atenderá os dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Luzerna, respeitada a ordem de classificação decrescente.

2.5. O Concurso Público terá validade para dois anos, a contar da publicação da homologação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

2.6. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2.7. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso Público.

2.8. A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-ão pela publicação de editais no Mural Oficial da Prefeitura Municipal e site www.luzerna.sc.gov.br e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br e no Diário Oficial do Município - DOM.

Capítulo III**3.0 DOS EMPREGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS PARA A NOMEAÇÃO**

3.1. A descrição dos empregos, vagas e cadastro de reserva, remuneração, carga horária e outras informações sobre os empregos constam do anexo I deste edital.

3.2. As atribuições dos empregos encontram-se no Anexo II do presente Edital e os conteúdos programáticos constam do Anexo

III.

3.3. São requisitos básicos que o candidato deverá comprovar quando da investidura em emprego público junto à Prefeitura Municipal de Luzerna:

- a) ter nacionalidade brasileira;
- b) ter idade mínima de 18 anos;
- c) estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;
- d) gozar de boa saúde, condição esta que será comprovada através de atestado médico, firmado por médico do trabalho credenciado pela Prefeitura de Luzerna, confirmando a capacidade física e mental para o exercício do emprego;
- e) não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum;
- f) possuir a escolaridade exigida na forma deste Edital e estar legalmente habilitado para o exercício do Emprego de Professor.
- g) possuir a escolaridade mínima exigida na forma deste Edital e para o exercício das funções e registro no órgão de classe quando o emprego exigir.
- h) não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado no ato de admissão;
- i) não ter sido dispensado em Concurso Público anterior nos últimos 3 (três) anos por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias intercalados de ausência;
- j) não ter sofrido ou estar sofrendo processo de sindicância.
- k) Para os empregos de professor o candidato deverá comprovar no momento da contratação sua condição de habilitado ou não-habilitado.

3.3.1. As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos na lei de criação do emprego e neste Edital de Concurso Público.

3.3.2. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados neste Capítulo e àqueles exigidos em lei, perderá o direito à investidura no referido emprego.

Capítulo IV

4.0 DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada após completo conhecimento do Edital, no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.2. Ao inscrever-se o candidato deverá optar por um dos empregos do Anexo I deste Edital, certificando-se do número do emprego e se atende aos requisitos exigidos.

4.4. A inscrição só poderá ser efetuada via internet, no endereço eletrônico www.iobv.com.br conforme período estabelecido no cronograma do Capítulo I deste edital.

4.5. O candidato deverá realizar uma única inscrição, seguindo os passos:

Acessar o endereço eletrônico www.iobv.com.br;

Ler atentamente o Edital certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;

Preencher o Requerimento de Inscrição, com seus dados pessoais, com o emprego desejado e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

Obrigatoriamente cadastrar um endereço de e-mail válido e cadastrar uma senha que deve ser guardada em local seguro, pois será sempre utilizada para consulta da área restrita do candidato. Imprimir o boleto e efetivar o pagamento do boleto da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil até a data do vencimento constante do boleto. Os pagamentos efetivados após a data de vencimento não serão considerados.

Para fazer uma nova inscrição deverá repetir todos os passos anteriores.

4.5.1. O valor da taxa de inscrição é de:

- a) R\$ 80,00 (oitenta reais) para os empregos de nível superior;
- b) R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o emprego de nível médio;
- c) R\$ 40,00 (quarenta reais) para empregos de nível fundamental.

4.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.7. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso Público.

4.8. O preenchimento do Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato e não pode ser alterado. Eventual mudança de endereço deverá ser comunicado ao IOBV até a data de publicação do resultado final do Concurso Público por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para o seguinte endereço: concursos@iobv.com.br. As alterações de endereço, após a data de publicação do resultado final do Concurso Público, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura Municipal de Luzerna.

4.9. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento obtido quando da inscrição, no endereço eletrônico www.iobv.com.br. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.10. Transcorridas 48 (quarenta e oito horas) após o pagamento do boleto bancário, o candidato poderá conferir, no endereço eletrônico do Instituto O Barriga Verde, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.11. Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

4.11.1. Não serão aceitos como comprovantes de pagamentos os agendamentos realizados via internet ou caixa eletrônico, onde não se mostre comprovada a efetiva quitação até a data de pagamento limite.

4.11.2. Uma vez efetivada a inscrição, em hipótese nenhuma haverá alteração de emprego.

4.12. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, para o mesmo período/horário, será considerada apenas a inscrição mais recente, efetivamente paga.

4.13. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.14. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação do Concurso Público. Assim sendo, o candidato antes de efetuar o pagamento da inscrição deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o emprego desejado.

4.15. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Luzerna não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

4.16. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

4.17. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.luzerna.sc.gov.br e www.iobv.com.br.

4.18. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Concurso Público no endereço www.iobv.com.br, onde estarão indicados o nome do candidato, o número da inscrição, o emprego para o qual está concorrendo e a data de nascimento. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação online.

Capítulo V

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 Aos candidatos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público desde que as atribuições da função pretendida sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores e a eles serão reservados o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas a serem preenchidas em cada emprego, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Decreto Federal 3.298/99 e Lei Federal 8.112/90, conforme discriminado neste Edital e seus Anexos;

5.2 Nos casos onde a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre as vagas de cada emprego resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que o resultado não ultrapasse o limite máximo de 20% (vinte por cento) para as vagas reservadas;

5.3 Para o atendimento do item anterior, o primeiro candidato portador de deficiência classificado em cada emprego no Concurso Público será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta na referida função, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte vagas providas na função.

5.4 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e suas alterações;

5.5 No ato da inscrição o candidato portador de deficiência, deverá declarar em campo específico do Formulário Eletrônico de Inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador;

5.6 O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação;

5.7 O candidato portador de deficiência deverá enviar via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para ou via SEDEX, para:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Avenida Luiz Bertoli, 233

CEP 89.190-000 - Taió - SC

Os seguintes documentos:

requerimento para concorrer às vagas reservadas (conforme formulário disponível no site anexo III);

Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência.

Cópia do comprovante de inscrição.

5.7.1 Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até a data prevista no cronograma do capítulo I deste edital.

5.8 O candidato portador de deficiência que não protocolar o requerimento e laudo médico conforme especificado no item 5.7, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário eletrônico de inscrição, neste caso a inscrição será revertida, para que o candidato concorra às demais vagas não reservadas;

5.9 Na realização da prova, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência, dentro das possibilidades da Executora do Concurso Público, somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência nas condições estabelecidas neste edital;

5.10 As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.298/99, particularmente em seu artigo 4º, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que

se refere ao conteúdo das provas, avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos;

5.11. Não haverá prova em braile, o candidato portador de deficiência visual deverá solicitar um fiscal leitor e/ou se for o caso solicitar prova ampliada, indicando o tamanho da fonte, entre 24, 26 e 28 pts. Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá todo o material de prova igualmente aos demais inscritos. O cartão resposta não terá ampliação.

5.12. O atendimento às condições solicitadas por candidato com deficiência ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.13 A homologação final do candidato como portador de deficiência se dará após a publicação dos resultados finais deste processo, quando os candidatos portadores de deficiência aprovados e classificados nas vagas respectivas, deverão submeter-se à avaliação médica ocupacional, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função pretendida, de acordo com a legislação em vigor, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Luzerna;

5.14 A homologação final do candidato inscrito como portador de deficiência, após a avaliação determinada deste Edital, se dará da seguinte forma:

5.15 Homologada como candidato portador de deficiência com direito à reserva de vaga, quando a deficiência não impede o normal desempenho de todas as atividades da função;

5.16 Homologada, sem direito à reserva de vagas, pelo fato de não ser considerado deficiente por não se enquadrar nos requisitos previstos no Decreto Federal 3.298/99, que caracterizam os portadores de deficiência. Neste caso o candidato continua inserido na classificação geral;

5.17 Não homologada em face da incompatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições da função a que concorre, ficando então o candidato excluído do Concurso Público em que se inscreveu.

5.18 Caso o candidato portador de deficiência seja considerado inapto para a função, será nomeado o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos portadores de deficiência ou por reprovação dos concorrentes é revertida para a classificação geral;

5.19 O candidato portador de deficiência que não realizar sua inscrição de acordo com as regras deste capítulo do Edital não poderá alegar esta condição em seu benefício, não sendo cabível qualquer recurso de sua condição neste caso.

5.20. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR AS PROVAS:

5.20.1. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá até a data determinada no cronograma do Capítulo I deste edital, enviar via e-mail para o endereço eletrônico concursos2013@iobv.com.br, ou via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para INSTITUTO O BARRIGA VERDE, situado à Avenida Luiz Bertoli, 233 - CEP 89.190-000 - Taió-SC, requerimento devidamente assinado pelo candidato (conforme formulário disponível no site Anexo III) indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos.

5.20.2. O pedido relativo ao item anterior - condições especiais não se constitui no pedido para concorrer a vagas reservadas a portadores de deficiência;

5.20.3. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do deferimento ou indeferimento de se sua inscrição através do acompanhamento das publicações no site www.iobv.com.br

5.20.4. Da Candidata Lactante: A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova além de requerer condição especial para realizar a prova, deverá comparecer ao local com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa de maior que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a

conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

Capítulo VI

6.0 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

6.1 O presente Concurso Público constará de avaliação de conhecimentos e habilidades dos candidatos através de prova escrita objetiva classificatória, prova de títulos e prova prática, dependendo do emprego e função de acordo com anexo I.

6.2. As provas serão realizadas no Município de Luzerna - SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

6.3. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Luzerna eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Concurso Público.

6.3.1. As provas práticas poderão ser antecipadas ou prorrogadas dependendo do número de inscritos, as datas e horários constarão de edital de convocação.

6.4. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS EMPREGOS

6.4.1. A prova escrita, para todos os empregos, constará da avaliação de conhecimentos teóricos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

6.4.1.1. Para todos os empregos constantes deste Edital, a prova escrita terá caráter classificatório devendo o candidato obter nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

6.4.2. As informações no tocante às áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada questão, encontram-se dispostas no quadro abaixo:

PROVA ESCRITA PARA O EMPREGO DE MOTORISTA II E OPERADOR DE MÁQUINAS II

PROVAS	DISCIPLINA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Prova Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
	Conteúdos Gerais e atualidades (conforme conteúdo programático)	05	0,40	2,00
	Matemática	05	0,40	2,00
Prova de Conhecimentos Específicos	Legislação Municipal e de Trânsito Conteúdos Específicos do Emprego	10	0,40	6,00
Total		25		10,00

PROVA ESCRITA AO EMPREGO DE NÍVEL MÉDIO (AUXILIAR DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA)

PROVAS	DISCIPLINA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Prova Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	0,25	2,50
	Conteúdos Gerais e atualidades (conforme conteúdo programático)	05	0,25	1,25
	Matemática	05	0,25	1,25
Prova de Conhecimentos Específicos	Legislação Constituição Federal, SUS e Municipal Conteúdos inerentes às atribuições do emprego	05 15	0,25	1,25 3,75
Total		40		10,00

PROVA ESCRITA PARA TODOS OS EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR (Professores)

PROVAS	DISCIPLINA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Prova Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	0,25	2,50
	Conteúdos Gerais e atualidades (conforme conteúdo programático)	05	0,25	1,25
	Legislação (LDB, CF, ECA, Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor - somente dos direitos e vantagens Título III e do regime disciplinar Título IV)	05	0,25	1,25
Prova de Conhecimentos Específicos	PCNs - Didática Geral. Tendências Pedagógicas, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento, Processo Ensino-Aprendizagem, e seus teóricos, avaliação, currículo-escolar e outros de acordo com conteúdo programático.	10	0,25	2,50
	Específicos da disciplina escolhida	10	0,25	2,50
	Total	40		10,00

6.4.3. Os programas das provas estão especificados no Anexo III deste edital.

6.4.4. DO HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.4.4.1. As provas escritas objetivas serão aplicadas no Centro de

Eventos antigo Seminário São João Batista, sito a Rua Frei João, 601 - Luzerna - SC, com a duração de 3 (três) horas, na data conforme cronograma do Capítulo I deste edital, de acordo com o cronograma abaixo:

Evento	Horário
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova	13h15
Fechamento dos portões (não sendo permitido o acesso a partir desse horário)	13h45
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e Início da resolução da prova	14h
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova	15h
6. Final da prova. Entrega Obrigatória do caderno de questões e cartão resposta (assinado)	17h

6.4.4.2. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

6.4.4.3 Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário determinado para fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso a prova escrita, desclassificado do Concurso Público.

6.4.5. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.4.5.1. As provas serão realizadas no Centro de Eventos antigo Seminário São João Batista, sito a Rua Frei João, 601 - Luzerna - SC.

6.4.5.2. A confirmação da data e as informações sobre horários, locais e distribuição dos empregos e alocação dos candidatos por sala serão divulgadas oportunamente por meio de edital próprio a ser publicado no mural oficial da Prefeitura e nos sites www.luzerna.com.br e www.iobv.com.br.

6.4.5.3. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, local e horários se constar o seu nome no edital de homologação e convocação.

6.4.5.4. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.com.br.

6.4.6 DO ACESSO A SALA DE PROVAS

6.4.6.1. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

- cujo nome conste da lista de homologação das inscrições;
- que se apresentar no portão até o horário estabelecido para seu fechamento; e
- estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, equivalem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reserva; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

6.4.6.2 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.4.6.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.4.6.4. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à

fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.4.7 NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A PROVA ESCRITA

6.4.7.1 O Instituto o Barriga Verde poderá, por motivos técnicos ou de força maior, retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e/ou horários, devendo o candidato acompanhar os avisos e publicações no site oficial do Concurso Público.

6.4.7.2 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento de identificação com foto, conforme alínea ☐c☐ do item 6.4.6.1. deste capítulo. A não apresentação impedirá o acesso do candidato ao local de prova e resultará na sua eliminação do Concurso Público.

6.4.7.3 Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

6.4.7.4. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta (não serão fornecidas canetas no local);

Documento de identificação com foto;

Original do comprovante de inscrição e do pagamento da taxa (guardado no bolso);

Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

6.4.7.5. É vedada, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como uso de máquinas de calcular, relógios (digitais ou analógicos) e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibido o fumo, ingestão de alimentos e guloseimas, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

6.4.7.6. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas.

6.4.7.7. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais devem ser acondicionados no início da prova, em local cujo fiscal de sala informará, desligados e retirados a bateria.

6.4.7.8 Os telefones celulares deverão permanecer desligados até a retirada do candidato das imediações do local de provas. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura-se como tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Concurso Público, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

6.4.7.9. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

6.4.7.10. Os candidatos só poderão ausentar-se da sala de provas para saída ao banheiro, ingestão de água, devendo obrigatoriamente ser acompanhados pelo fiscal de sala, sendo permitida a saída de um candidato por vez.

6.4.7.11. Os candidatos não deverão levar pertences pessoais para a sala de provas, caso seja inevitável os mesmos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

6.4.7.12. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Luzerna não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

6.4.7.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público, o Instituto o Barriga Verde, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nas folhas de respostas personalizadas, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.4.7.14. Os cadernos de provas serão disponibilizados apenas no dia da prova, para os candidatos que permanecerem em sala de provas até o encerramento final da prova. O caderno de prova não será disponibilizado de outra forma, nem mesmo ☐ on line ☐.

6.4.7.15. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacrar o envelope de provas.

6.4.7.16. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.4.7.17. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e cédula de identidade.

6.4.7.18. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

6.4.7.19. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

6.4.7.20. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso Público, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.4.7.21. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

6.4.7.21.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento para a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

6.4.7.21.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6.4.7.22. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pela Prefeitura Municipal de Luzerna, no mural oficial da Prefeitura e no site www.luzerna.com.br e www.iobv.com.br no dia seguinte da data da realização das provas.

6.4.8 DA RESOLUÇÃO DA PROVA

6.4.8.1. Para prestar a prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

6.4.8.2. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

substituir os Cadernos de Questões defeituosos; proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo; estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.4.8.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

6.4.8.4. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora

do local, data e horário determinados.

6.4.8.5. A Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento para a Realização do Concurso Público poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

6.4.8.6. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, e requerer tais condições nos termos deste edital.

6.4.8.7. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova aplicação de prova.

6.4.9 DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

6.4.9.1. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do cartão-resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

6.4.9.1.1. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Concurso Público.

6.4.9.2. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas constantes no mesmo e no Caderno de Questões. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão-resposta.

6.4.9.3. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato assinou ou preencheu corretamente o cartão-resposta.

6.4.9.4. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no cartão-resposta, em especial seu nome, número de inscrição e opção de emprego, e em seguida deverá assiná-lo.

6.4.9.5. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.5. Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova;
- f) Cujo cartão-resposta não esteja assinado pelo candidato.

6.6 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Concurso Público.

6.7 DA PROVA DE TÍTULOS

6.5.1. Haverá prova de títulos somente para os empregos conforme consta do "tipo de prova" no quadro do Anexo I deste Edital, sendo avaliados apenas os títulos dos candidatos que se classificarem na prova escrita objetiva, ou seja, àqueles que obterem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

6.5.2. Para participar da prova de títulos o candidato deverá postar via correios/sedex até a data estipulada no cronograma do capítulo I, os documentos listados no item abaixo (6.7.3), para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

PROVA DE TITULOS CONCURSO PÚBLICO LUZERNA 2013

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

89.190-000 - Taió - SC

6.5.3. No envelope o candidato anexará para cada emprego:

Cópia do boleto da taxa de inscrição.

Cópia autenticada em cartório do certificado enviado.

O envelope deve estar identificado com o remetente (dados do candidato), da seguinte forma:

Nome do Candidato:

Número de Inscrição:

Número do Emprego:

Endereço Completo:

Mantenha em seu poder o comprovante de postagem.

6.5.4. A prova de títulos tem caráter classificatório e aferirá a quantidade de pontos que o candidato apresentar através dos certificados.

6.5.5 A prova de títulos de caráter classificatório consistirá na valorização de títulos de formação profissional, que serão valorizados conforme o quadro abaixo:

TABELA DE TÍTULOS

	Títulos (concluídos)	Descrição	Pontuação
a.	Certificado de pós-graduação: a1. Somente será considerado válido o de maior pontuação e apenas 1 (um) quando apresentados 2 (dois) ou mais de mesma pontuação.	Doutorado	3,00
		Mestrado	2,00
		Especialização (mínimo 360 h/a)	1,00

6.5.5.1. O formulário de apresentação de títulos deverá OBRIGATORIAMENTE ser preenchido em letra de forma legível, digitado ou datilografado, sob pena de não serem avaliados os títulos. (excluído)

6.5.5.2. Cópias não autenticadas, não serão consideradas, nem mesmo coloridas ou digitalizadas.

6.5.5.3. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

6.5.5.4. Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

6.5.6 Constituem Títulos válidos para esse certame, somente os indicados, no item 6.5.6 e subitens, desde que devidamente comprovados, concluídos até a data estipulada e com afinidade com a área para a qual o candidato está se candidatando.

6.5.7. O(s) diploma(s) e/ou certificados dos títulos de pós-graduação, deverá (ão) ser expedido(s) por instituição oficial e/ou privada de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, serão aceitos apenas um certificado de cada, o segundo título não será pontuado como horas de curso.

6.5.8. Para os que concluíram e ainda não possuem o diploma e/ou certificado de cursos de pós-graduação, só serão aceitos atestados de conclusão de curso e declarações desde que em papel timbrado da instituição, com carimbo e assinatura, originais ou autenticados e acompanhado do histórico escolar.

6.5.9. Certificados de graduação não serão pontuados, pois já é requisito mínimo para assumir o emprego. A segunda graduação ou pós também não contará pontos nem mesmo como horas de curso.

6.5.10. Não serão recebidos títulos fora do prazo, local e horário estabelecido neste Edital, ou em desacordo com o disposto neste item.

6.5.11. Os documentos, em língua estrangeira, de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, com declaração expressa do tradutor.

6.5.12. Cursos sem carga horária definida sem número de registro do órgão emissor, não receberão pontuação.

6.5.13. Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o emprego.

6.5.14. A banca somente avaliará os certificados devidamente registrados no órgão expedidor.

6.5.15. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

6.5.16. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

6.5.17. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a pontuação dos títulos excedente. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso Público.

6.6 DA PROVA PRÁTICA

6.6.1. Serão submetidos à PROVA PRÁTICA, os candidatos aos empregos públicos de Motorista II e Operador de Máquinas II, com inscrição homologada e aos que se apresentem no horário e local indicados no edital de convocação para a prova prática.

6.6.2. A prova prática será realizada em data e local a ser divulgada em edital próprio de convocação, podendo ser realizada no mesmo dia da prova escrita objetiva ou ser antecipada para o dia imediatamente anterior a mesma, ou prorrogada em razão do número elevado de inscritos e/ou intempéries.

6.6.3. A nota da prova prática será definida através da seguinte fórmula $NPP = NPP \times 2$, ou seja nota da prova prática multiplicado por dois.

6.6.4. DAS DETERMINAÇÕES GERAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

6.6.4.1. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar para identificação, chamada e receber instruções, no local e no horário anunciado no edital de convocação, com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do comprovante de inscrição, do documento de identidade e trajados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática.

6.6.4.2. Os candidatos serão chamados por ordem alfabética, devendo assinar a lista de presença. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento ao local e horário de apresentação, por qualquer que seja o motivo, impedirá o acesso do candidato ao local da prova prática e caracterizará desistência, resultando na eliminação do Concurso. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado no edital de convocação.

6.6.4.3. Os equipamentos, veículos, máquinas, que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Luzerna, no estado em que se encontrarem.

6.6.4.4 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

6.6.4.5. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de realização e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

6.6.4.6. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato, que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

6.6.4.7. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os

demais candidatos.

6.6.4.8. O candidato ao assinar o termo de realização da prova prática atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias.

6.6.4.9. Caso haja mais de uma atividade proposta ou mais de um veículo/equipamento, disponibilizados para a realização da prova prática, haverá sorteio e o candidato ao se apresentar retirará da urna de sorteio a ficha do(s) atividade/veículo/equipamento(s) em que realizará(ão) a prova.

6.6.4.10. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado pela Banca Examinadora, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

6.6.4.11. Em razão de condições climáticas, a critério da Banca Examinadora e da Comissão de Concurso, a Prova Prática de Motorista poderá ser cancelada ou interrompida. Em caso de adiamento da prova, a nova data será marcada e divulgada através de Edital.

6.6.4.12. A prova prática terá peso 2 (dois), a nota da prova prática será estabelecida utilizando a seguinte fórmula $NPP = NPP \times 2$ (exemplo nota na prova prática 8,00 $\times 2 = 16,00$)

6.6.5. DA PROVA PRÁTICA PARA O EMPREGO DE MOTORISTA II

6.6.5.1. O candidato deve operar o veículo/equipamento de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo/equipamento deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

6.6.5.2. Para o emprego de motorista II, o exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

6.6.5.6. O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

6.6.5.7. Para realizar a prova prática os candidatos ao emprego de motorista II, deverão apresentar carteira de habilitação categoria "C", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

6.6.5.8. Se o candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

6.6.5.9. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

6.6.5.10. No caso da vaga de motorista, no ato da contratação, o candidato aprovado, deverá apresentar além da habilitação, cursos compatíveis com a função que irá exercer.

6.6.5.11. A prova prática será realizada conforme a habilitação do candidato.

6.8.6. DA PROVA PRÁTICA PARA O EMPREGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS II

6.8.6.3. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado pela Banca Examinadora, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

6.8.6.4. Para o emprego de Operador de Máquinas II, a prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do emprego, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

6.8.6.5. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso Público.

6.8.6.6. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/veículo utilizado.

6.8.6.7. Fatores a serem avaliados:

Verificação do equipamento;

Habilidades ao operar o equipamento;

Aproveitamento do Equipamento;

Produtividade;

Técnica/Aptidão/Eficiência.

6.8.6.8. Os candidatos partirão de 10 (dez) pontos, sendo que para cada falta cometida será descontado pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,00
Faltas Médias	0,50
Faltas Leves	0,25

6.8.6.8. Para realizar a prova prática os candidatos, deverão apresentar carteira de habilitação categoria "C", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

6.8.6.10. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

6.8.6.11. A prova prática poderá ser realizada em mais de um tipo de equipamento, sendo que todos os candidatos deverão ser avaliados em todos os tipos de equipamentos disponibilizados.

Capítulo VII

7.0 DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser efetuados no prazo máximo de dois dias úteis, contados após publicação o ato que motivou a reclamação.

7.1.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

do indeferimento da inscrição;

teor das questões e ou gabarito provisório;

prova de títulos;

da prova prática;

resultado da classificação.

7.2. O recursos deverão conter nome do candidato recorrente, nome do emprego, número de inscrição e assinatura do mesmo, os quais devem ser enviados via e-mail para o seguinte endereço: concursos@iobv.com.br, sendo que o recebimento do recurso será confirmado pelo Instituto O Barriga Verde através de protocolo.

7.3. O pedido de revisão deverá obedecer os seguintes requisitos: O candidato deverá preencher o formulário de recursos anexo VI, que deve ser digitado, assinado, digitalizado (escaneado) e enviado para o seguinte endereço eletrônico: concursos@iobv.com.br. ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia; ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando for o caso.

Os recursos serão válidos desde que sejam recebidos até as 18h00min do último dia previsto para a interposição de recursos. Não serão aceitos recursos enviados para outro endereço de e-mail, que não seja o acima descrito (concursos@iobv.com.br)

7.4. É de inteira responsabilidade do candidato enviar seu recurso

para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de protocolo enviado ao candidato.

7.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos e-mails com os recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

7.5. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam, independentemente de terem recorrido.

7.6. No caso de erro ou falha na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado.

7.7. O despacho dos recursos será publicado no endereço www.iobv.com.br, na área do candidato.

7.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito Edital.

7.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes não providos.

7.10. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

7.11. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

Capítulo VIII

8.0 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A média final dos candidatos será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

8.2. São considerados reprovados os candidatos que zerarem na área específica.

8.2.1. A nota final será dada aplicando-se as seguintes fórmulas:

8.3. São considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima de acordo com a tabela abaixo:

Tipo de emprego/prova	Nota mínima para aprovação	Fórmula para Nota Final	OBS.
Empregos com prova escrita e prática	Nota igual ou superior a 5,00 (cinco)	$NF = NPE + NPP$	NF = Nota Final NPE = Nota da Prova Escrita NPP = Nota da Prova Prática
Empregos com prova escrita e títulos	Nota igual ou superior a 5,00 (cinco)	$NF = NPE + NPT$	NF = Nota Final NPE = Nota da Prova Escrita NPT = Nota da Prova Títulos
Somente Prova Escrita	Nota igual ou superior a 5,00 (cinco)	$NF = NPE$	NF = Nota Final NPE = Nota da Prova Escrita

8.3.1 Ocorrendo empate na média final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 1.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º. da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

8.3.2. Para efeito do item anterior será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente Concurso Público.

8.4. Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

possuir maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

possuir maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;

possuir maior nota na prova prática (quando houver)

possuir maior pontuação na prova de títulos (quando houver) maior idade

sorteio

8.5 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Luzerna.

8.6 A classificação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal permanente da Prefeitura Municipal de Luzerna, devendo o candidato atender aos requisitos e à Prefeitura convocar dentro do prazo de validade do Concurso Público ou de sua prorrogação atendendo os dispositivos do RE/598.099/STF.

Capítulo IX

DO RESULTADO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA NOMEAÇÃO E POSSE

9.9. Do resultado e da Homologação

9.9.1. O resultado preliminar do Concurso Público contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos será publicado, em ordem decrescente de pontuação, nos sites www.iobv.com.br e www.luzerna.sc.gov.br, bem como estarão disponíveis no Mural de Atos da sede da Prefeitura de Luzerna, situada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, em Luzerna/SC.

9.9.2. O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será publicado no site www.iobv.com.br e, posteriormente homologado pelo Prefeito Municipal e publicado, em ordem crescente de classificação, em jornal de circulação diária no Município de Luzerna e no site www.luzerna.sc.gov.br bem como estará disponível no Mural de Atos da sede da Prefeitura de Luzerna.

9.9.3. Os candidatos aprovados poderão ser nomeados no período de validade do Concurso Público, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado seu endereço para fins de convocação, junto ao Setor de Desenvolvimento Humano da Prefeitura de Luzerna, sob pena de serem considerados desistentes

9.9. Da nomeação e da posse

9.9.1. Após a homologação, os candidatos poderão ser nomeados a qualquer tempo, durante a vigência deste Concurso, através de portaria publicada no Mural de Atos da sede da Prefeitura de Luzerna.

9.9.2. As providências relacionadas à convocação e contratação dos candidatos são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Luzerna

Capítulo X

10.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O foro para dirimir quaisquer questões relacionadas com Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, Santa Catarina.

10.2. Ficam delegadas competências ao IOBV para:

a) divulgar e prestar informações sobre o Concurso Público objeto deste Edital;

b) receber os requerimentos de inscrições;

c) deferir, indeferir e homologar as inscrições;

d) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar todas as etapas das provas;

e) receber e julgar os recursos previstos neste Edital;

10.3. É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura Municipal de Luzerna como do IOBV;

10.4. O IOBV poderá, por necessidade administrativa e/ou fato ou circunstância de natureza imprevisível alterar o local, as datas e os horários das provas e ou etapas do Concurso Público.

10.5. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Concurso Público.

10.6. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/

ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso Público, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

10.7. A Prefeitura Municipal de Luzerna e o Instituto O Barriga Verde não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público, seja na imprensa ou em outros sites eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.com.br

10.8. Os cadernos de provas escritas serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

10.9. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 6 (seis) meses após a homologação do Concurso Público, quando serão incinerados.

10.10. É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros das bancas selecionadora, executoras, examinadora ou organizadora deste Concurso Público.

10.11. Ficam impedidos de participarem do Concurso Público os parentes até 2º grau dos membros da Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento para a Realização do Concurso Público.

10.11.1 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro deverá afastar-se da comissão e ser substituído por outro a ser designado pelo Prefeito Municipal de Luzerna, através de Portaria.

10.12. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento para a Realização do Concurso Público, conjuntamente com o Instituto O Barriga Verde.

10.13. São partes integrantes deste edital os seguintes Anexos: Anexo I - Empregos e Vagas Anexo; II - Atribuições dos Empregos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV - Requerimento de Necessidades Especiais; Anexo V - Formulário para Interposição de Recursos;

Luzerna (SC), 29 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013**

ANEXO I

DOS EMPREGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA

A descrição dos empregos, remuneração, carga horária e outras informações sobre os empregos constam do Anexo I deste edital.

Nº. EMPREGO	EMPREGO	N. VAGAS	CARGA HORÁRIA /REMUNERAÇÃO ***	ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO **	TIPO DE PROVA
01	MOTORISTA II	01	44h - R\$ 1.396,23	Séries iniciais do ensino fundamental e CNH de categoria compatível. (categoria mínima C). caminhão.	Escrita Objetiva e prática
02	OPERADOR DE MÁQUINAS II	01	44h - R\$ 1.711,06	Séries iniciais do ensino fundamental e CNH de categoria compatível. (categoria C).	Escrita Objetiva e prática
03	AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	01	40h - R\$ 1.033,10	Ensino Médio completo e Curso Técnico em Informática	Escrita Objetiva
04	Professor de GEOGRAFIA	01	10h - R\$ 568,54	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente do Curso de Geografia - na modalidade de Licenciatura plena. (no concurso não pode estar cursando, por isso foi retirado)	Escrita Objetiva e títulos
05	Professor de HISTÓRIA	01	10h - R\$ 568,54	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente do Curso de História - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
06	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL	08	20h - R\$ 1.137,07	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente do Curso de Pedagogia - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
07	Professor SÉRIES INICIAIS	01	20h - R\$ 1.137,07	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente na modalidade de Licenciatura plena em Pedagogia.	Escrita Objetiva e títulos



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013**

**ANEXO II
ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS**

Auxiliar de Laboratório de Informática

ATRIBUIÇÕES: Realizar Monitoria em Laboratório de Informática, auxiliar os usuários prestando suporte em programas básicos; Auxiliar discentes no uso do Laboratório de Informática; Instalar softwares de interesse da Instituição, nos computadores da Escola; Auxiliar no uso de equipamentos de informática em eventos realizados pela Escola; Zelar e manter organizados os materiais e equipamentos dos laboratórios; Colaborar no planejamento, elaboração e avaliação dos projetos estruturais dos laboratórios; Auxiliar o corpo docente, no âmbito de sua área de competência, na elaboração de pareceres técnicos científicos, relativos à aquisição de novos equipamentos e materiais de consumo, assim como no diagnóstico das condições de operacionalidade do laboratório; Interpretar manuais de equipamentos; Operar equipamentos, regulando e monitorando o funcionamento dos mesmos e mantendo-os em condições de uso; Realizar outras atividades que lhe forem solicitadas pela Direção.

Operador de Máquinas II

ATRIBUIÇÕES: providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; operar máquinas como: trator, rolo compactador, perfuratriz, motoniveladora, trator de esteiras, pá carregadeira, retroescavadeira e outros equipamentos rodoviários; abrir valetas e cortar taludes; proceder a escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins.

Motorista II

ATRIBUIÇÕES: Conduzir e zelar pelos veículos de maior porte do Município, em conformidade à legislação de trânsito, que lhes são confiados, no atendimento dos serviços aos órgãos administrativos. Dirigir veículos dentro e fora do Município. Dirigir veículos automotores (caminhões, ônibus, utilitários), transportando pessoas e/ou materiais a locais determinados, observando a ordem de serviço; manter o veículo em condição de uso, verificando o nível do combustível, dos lubrificantes, comunicando a necessidade de consertos, reparos e outros, visando à manutenção e segurança; preencher relatórios de utilização do veículo, de acordo com o itinerário percorrido, horário e número de viagens para possibilitar o controle e programação dos serviços; atender às normas de segurança e higiene do trabalho; e executar atividades correlatas

PROFESSOR II - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Séries Iniciais, História, Geografia

Realizar o exercício da docência em classes de Educação Infantil, Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades da escola; cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar; elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino; executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de processos Concurso Públicos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento; atualizar-se em sua área de conhecimento; participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional; zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s); seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013**

competente; constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito; manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário; comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar; preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado; manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar; manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho; executar outras atividades afins e compatíveis com o emprego.

**ANEXO III
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Exceto atualidades.

Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado.

CONTEÚDO COMUM A TODOS OS EMPREGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

PROVAS	DISCIPLINA	CONTEÚDO
Prova de Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa Conteúdos Gerais e atualidades	Demonstrar domínio da língua escrita, Leitura e Interpretação de Textos Interpretação de texto; Alfabeto - Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Hiato, Dígrafo, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; encontros vocálicos; encontros consonantais; sílabas; tonicidade das sílabas. Noções de tempos verbais: presente, passado e futuro. Noções de pronomes pessoais e possessivos. Reconhecimento de frases corretas e incorretas. Temáticas atuais relevantes e amplamente divulgadas referente a acontecimentos no mundo, no Brasil, no Estado de Santa Catarina e no Município de Luzerna, História, Geografia, Ciências Naturais, cultura, artes, pluralidade, generalidades e conceitos do Brasil e do mundo, do Estado de Santa Catarina e do Município. Fatos da atualidade: nacionais e internacionais; Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MOTORISTA II

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013

Condução de veículos da espécie; manobras; conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção; sinalização de trânsito; manutenção do veículo. Outros inerentes à atribuições do emprego. Noções de Hierarquia e relações humanas no trabalho e noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho.

Prática de direção veicular: Condução de veículos da espécie; manobras; conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção; sinalização de trânsito; manutenção do veículo; direção e operação veicular de máquinas leves e pesadas motorizadas e não motorizadas.

OPERADOR DE MÁQUINAS II

Noções do Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito; Direção defensiva; Noções gerais de circulação e conduta; Noções de mecânica. Conhecimento a respeito de máquinas tipo: Esteira, trator de pneus, perfuratrizes, basculantes, escavadeiras, motoniveladoras, retro-escavadeira, escavadeira hidráulica e outras máquinas similares. Manuseio de volante, alavanca de comando, acionamento de pedais. Noções de proteção ao meio ambiente e cidadania. Direção defensiva. Mecânica básica. Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de Primeiros Socorros: papel do socorrista, parada cardiorespiratória, hemorragias, ferimentos, entorses, luxações e fratura, distúrbios causados pelo calor, choque elétrico, mordidas e picadas de animais, transporte de pessoas acidentadas, corpos estranhos no organismo. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Normas básicas de higiene, pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. EPIs – Equipamentos de Proteção Individual. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Lei Orgânica e [Estatuto do Servidor Público de Correia Pinto](#) e outras conteúdos inerentes as atribuições do emprego e a execução das atividades que o mesmo exige..

Prática de direção veicular: Condução de veículos da espécie; manobras; conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção; sinalização de trânsito; manutenção do veículo; direção e operação veicular de máquinas leves e pesadas motorizadas e não motorizadas.

CONTEÚDO COMUM A TODOS OS EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO E ENSINO SUPERIOR

PROVAS	DISCIPLINA	CONTEÚDO
Prova de Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	<p>Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.</p> <p>Bibliografia Sugerida: ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990. CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985. FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio.</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013

		Outras Gramáticas Normativas.
	Conteúdos Gerais e atualidades	<p>Fundamentos históricos e geográficos do Município, de Santa Catarina e do Brasil. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Luzerna.</p> <p>Bibliografia sugerida: Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados. Almanaque Abril 2013 Revistas História Santa Catarina</p>
	Legislação	<p>Lei Orgânica Municipal de Luzerna Estatuto do Servidor do Município de Luzerna Resolução 12 de 2001 da Anvisa Legislação da educação básica: Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Parâmetros curriculares nacionais; Resolução n.7/CNE, de 14/12/2010, Fixa diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos; Resolução/CD/FNDE n.4 de 27/02/2013, Política nacional de educação especial na perspectiva da Educação inclusiva; Decreto n. 7.611 de 17/11/2011, dispõe sobre a Educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);</p>

CONTEÚDO ESPECÍFICO

AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração. Correspondência Oficial, Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Noções de Protocolo, técnicas de arquivo. Noções de Hierarquia e relações humanas no trabalho e noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho; Comportamento organizacional (motivação, liderança, comunicação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, relações humanas). Ética Profissional; Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor. Uso de equipamentos de escritório. Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas. Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos. Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança, outros conteúdos inerentes ao emprego. Noções de ética e cidadania. Constituição Federal, [Estatuto do Servidor](#), Lei Orgânica Municipal e outros conceitos inerentes as atribuições do emprego.

CONTEÚDO ESPECÍFICO COMUM A TODOS OS EMPREGOS DE PROFESSOR

Trabalho e Educação; Legislação da Educação Básica e Profissional; Organização escolar brasileira: contexto histórico, político, cultural e sócio-econômico da sociedade brasileira; Psicologia da Aprendizagem: Vygotsky, Henri Wallon e Ausubel; Currículo e teorias do currículo; A Didática e a Prática do Educador; O trabalho docente. Docência e a identidade do professor profissional; Planejamento Educacional; As novas tecnologias e a Educação; Tendências pedagógicas, concepções filosóficas-políticas e a prática pedagógica. Pressupostos teóricos e legais da Educação Fundamental. Orientação vocacional e profissional. O trabalho pedagógico em equipes multidisciplinares. O projeto político-pedagógico da Escola: concepção, princípios e eixos norteadores.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013

O planejamento, a execução, o acompanhamento e a comunicação de pesquisas científicas na educação. O planejamento educacional numa perspectiva crítica da educação: importância, níveis e componentes. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Currículo integrado: concepção, planejamento, organização dos conteúdos, avaliação e a integração curricular. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões. A prática da avaliação no cotidiano escolar. A pedagogia de projetos. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade no processo de ensinar e de aprender. A dimensão técnica-política da prática docente. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino ; aprendizagem. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Avaliação. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando. Educação inclusiva. Gestão participativa na escola. Teorias de autores renomados na área da educação. História da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais de Séries Iniciais e Finais. Legislação Municipal (Lei Orgânica, [Estatuto do Servidor](#), Plano de Carreira do Magistério); Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Base da Educação, Resolução n. 7, de 14/12/2010 que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação infantil na perspectiva histórica-social; o papel social da educação infantil; educar e cuidar; a organização do tempo e do espaço na educação infantil; o brincar no espaço educativo; documentação pedagógica (planejamento, registro, avaliação); princípios que fundamentam a prática na educação infantil: pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da criança; as instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis, Literatura Infantil e seus teóricos.

SÉRIES INICIAIS

Didática e Metodologia do Ensino nos Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precusores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais. Métodos de alfabetização. A formação do pensamento lógico da criança. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem. A alfabetização nos diferentes momentos históricos. A função social da alfabetização. Avaliação. Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo.

GEOGRAFIA

PCNs. A história do pensamento geográfico; O ensino de Geografia; Os conceitos da geografia; Didática e metodologia de Geografia; O ensino de Geografia e a Cartografia; Objeto de ensino da Geografia; Diretrizes curriculares para o ensino de Geografia. Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; - Geografia Física dos Continentes; - Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; - Aspectos Econômicos; modo de produção; - Sistema Financeiro; - Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); - Endividamento interno e externo; - Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; - Sistemas de governo; - População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); - IDH; Urbanização; - Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática e robótica; - Efeito Estufa; El nino; Buraco na Camada de Ozônio e Chuva Ácida; - Ecossistemas e Biotecnologia. Espaço geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Orientação e representação espacial; Fusos horários; Ambiente natural: ocupação, preservação/conservação; Economia e sociedade: desigualdades mundiais; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização: diferenças regionais; Santa Catarina como lugar no/do mundo.

HISTÓRIA

PCNs. História; Ensino de História; Correntes historiográficas; Fontes históricas; Tempo histórico; Conceitos



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013

históricos; História e cultura afro-brasileira e indígena; Diretrizes curriculares para o ensino de História. - Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Conhecimentos e conceitos produzidos historicamente pela humanidade, presentes nos vários temas/conteúdos que compõem a História de Santa Catarina, História do Brasil, História da América e História Geral; Temporalidade, tempo/espaço, cultura, cotidiano, relações sociais e de poder, gênero, etnia, Imaginário, memória, identidade, relações de produção, ideologia.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

- 1) As referências bibliográficas e as páginas indicadas são meramente informativas e sugestivas a fim de que o candidato possa buscar uma fonte de pesquisa, o que não significa que todo o conteúdo das provas serão elaboradas apenas com base nestas referências.
- 2) O candidato deve realizar sua preparação tendo como base todo o conteúdo programático sugerido em cada emprego.
- 3) Neste Concurso Público será utilizado o novo acordo ortográfico.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013

ANEXO IV
REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2013 da Prefeitura Municipal de Luzerna, inscrição número _____, para o emprego de _____requer a Vossa Senhoria:

1) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Requerente



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013**

**ANEXO V
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - CONCURSO PÚBLICO 001/2013**

Tipo de Recurso:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1 – Contra indeferimento de inscrição | <input type="checkbox"/> 2 - Contra questão da prova ou gabarito provisório |
| <input type="checkbox"/> 3 – Contra a classificação | <input type="checkbox"/> 4 – Pontuação de Títulos |
| <input type="checkbox"/> 5 – Outro _____ | |

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Emprego:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Candidato

Edital de Processo Seletivo 008/2013 - Retificado**EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES**

Edital Retificado e republicado

Retificação 001

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, de acordo com a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999, torna pública a realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO para provimento de vagas temporárias para empregos públicos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Luzerna, mediante as condições previstas neste Edital.

Capítulo I**1.0 DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1	Período de inscrições exclusivamente pela internet (on-line).	05/12/2013 a 06/01/2014
2	Último dia para pagamento da taxa de inscrição de todos os candidatos.	07/01/2104
3	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que solicitarem condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	06/01/2014
4	Prazo final para protocolo e envio da certificação para prova de títulos via sedex/ar	06/01/2014
5	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os empregos. Convocação e divulgação do local das provas.	09/01/2014
6	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições.	10 e 13/01/2014
7	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações.	15/01/2014
8	Aplicação das provas	19/01/2014
9	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita no site Instituto O Barriga Verde(www.iobv.com.br) e pontuação da prova de títulos	20/01/2014

10	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita e pontuação da prova de títulos.	21 e 22/01/2014
11	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva no site do Instituto O Barriga Verde www.iobv.com.br	27/01/2014
12	Divulgação da classificação preliminar	28/01//2014
13	Recursos contra a classificação preliminar.	29 e 30/01/2014
14	Classificação final de todos os candidatos.	31/01/2014
15	Homologação final.	03/02/2014

1.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e do Instituto O Barriga Verde, sendo responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

Capítulo II**2.0 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

2.1. O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade do INSTITUTO O BARRIGA VERDE, obedecidas as normas deste Edital.

2.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas temporárias para preenchimento do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Luzerna, de acordo com a Tabela constante no Capítulo III deste Edital.

2.3. O pessoal admitido mediante o presente Edital terá Regime Celetista, através de contrato temporário e será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

2.4. A contratação dos candidatos será realizada de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Luzerna, respeitada a ordem de classificação decrescente.

2.5. O Processo Seletivo terá validade por um ano a contar da publicação da homologação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

2.6. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2.7. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

2.8. A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-ão pela publicação de Editais no Mural Oficial da Prefeitura Municipal e site www.luzerna.sc.gov.br e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br e no Diário Oficial do Município - DOM.

Capítulo III**3.0 DOS EMPREGOS, VAGAS TEMPORÁRIAS, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO**

3.1. A descrição dos empregos, vagas temporárias e cadastro de reserva, remuneração, carga horária e outras informações sobre os empregos constam do Anexo I deste Edital.

3.2. As atribuições dos empregos encontram-se no Anexo II do presente Edital e os conteúdos programáticos constam do Anexo III.

3.3. São requisitos básicos que o candidato deverá comprovar quando da contratação em emprego público junto à Prefeitura Municipal de Luzerna:

- a) ter nacionalidade brasileira;
- b) ter idade mínima de 18 anos;
- c) estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;
- d) gozar de boa saúde, condição esta que será comprovada através de atestado médico, firmado por médico do trabalho credenciado pela Prefeitura de Luzerna, confirmando a capacidade física e mental para o exercício do emprego;
- e) não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato de contratação através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum;
- f) possuir a escolaridade exigida na forma deste Edital e estar legalmente habilitado para o exercício do emprego de Professor.
- g) possuir a escolaridade mínima exigida na forma deste Edital e para o exercício das funções e registro no órgão de classe quando o emprego exigir.
- h) não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado no ato de admissão;
- i) não ter sido dispensado em Processo Seletivo anterior nos últimos 3 (três) anos por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias intercalados de ausência, através de declaração do empregador do período;
- j) não ter sofrido ou estar sofrendo processo de sindicância;
- k) Para os empregos de professor o candidato deverá comprovar no momento da contratação sua condição de habilitado ou não-habilitado.

3.3.1. As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos na lei de criação do emprego e neste Edital de Processo Seletivo.

3.3.2. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados neste Capítulo e àqueles exigidos em lei, perderá o direito à investidura no referido emprego.

Capítulo IV

4.0 DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada após completo conhecimento do Edital, no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.2. Ao inscrever-se o candidato deverá optar por um dos empregos do Anexo I deste Edital, certificando-se do número do emprego e se atende aos requisitos exigidos.

4.4. A inscrição só poderá ser efetuada via internet, no endereço eletrônico www.iobv.com.br, conforme período estabelecido no cronograma do Capítulo I deste Edital.

4.5. O candidato deverá realizar uma única inscrição, seguindo os passos:

Acessar o endereço eletrônico www.iobv.com.br;

Ler atentamente o Edital certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;

Preencher o Requerimento de Inscrição, com seus dados pessoais, com o emprego desejado e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

Obrigatoriamente cadastrar um endereço de e-mail válido e cadastrar uma senha que deve ser guardada em local seguro, pois será sempre utilizada para consulta da área restrita do candidato. Imprimir o boleto e efetivar o pagamento do boleto da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil até a data do vencimento constante do boleto. Os pagamentos

efetivados após a data de vencimento não serão considerados; Para fazer uma nova inscrição deverá repetir todos os passos anteriores.

4.5.1. O valor da taxa de inscrição é de:

- a) R\$ 30,00 (trinta reais) para os empregos de nível superior;
- b) R\$ 20,00 (vinte reais) para os empregos de nível fundamental;

4.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.7. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Processo Seletivo.

4.8. O preenchimento do Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato e não pode ser alterado. Eventual mudança de endereço deverá ser comunicado ao IOBV até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para o seguinte endereço: concursos@iobv.com.br. As alterações de endereço, após a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura Municipal de Luzerna.

4.9. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento obtido quando da inscrição, no endereço eletrônico www.iobv.com.br. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.10. Transcorridas 48 (quarenta e oito horas) após o pagamento do boleto bancário, o candidato poderá conferir, no endereço eletrônico do Instituto O Barriga Verde, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.11. Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

4.11.1. Não serão aceitos como comprovantes de pagamentos os agendamentos realizados via internet ou caixa eletrônico, onde não se mostre comprovada a efetiva quitação até a data de pagamento limite.

4.11.2. Uma vez efetivada a inscrição, em hipótese nenhuma haverá alteração de emprego.

4.12. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, para o mesmo período/horário, será considerada apenas a inscrição mais recente, efetivamente paga.

4.13. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.14. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação do Processo Seletivo. Assim sendo, o candidato antes de efetuar o pagamento da inscrição deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o emprego desejado.

4.15. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Luzerna não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

4.16. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

4.17. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, o que poderá ser feito sem prévio

aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.luzerna.sc.gov.br e www.iobv.com.br.

4.18. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.com.br, onde estarão indicados o nome do candidato, o número da inscrição, o emprego para o qual está concorrendo e a data de nascimento. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação online.

Capítulo V

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 De acordo com o Decreto Federal 3.298/99, como não há número de vagas aos empregos públicos a que se refere o presente Processo Seletivo, sendo apenas reserva técnica, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência.

5.2. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR AS PROVAS:

5.2.1. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá até a data determinada no cronograma do Capítulo I deste Edital, enviar via e-mail para o endereço eletrônico concursos2013@iobv.com.br ou via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para INSTITUTO O BARRIGA VERDE, situado à Avenida Luiz Bertoli, 233 - CEP 89.190-000 - Taió-SC, requerimento devidamente assinado pelo candidato (conforme formulário disponível no site Anexo III) indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos.

5.2.2. O pedido relativo ao item anterior - condições especiais não se constitui no pedido para concorrer a vagas reservadas a portadores de deficiência, pois sendo apenas reserva técnica, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência.

5.2.3. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do deferimento ou indeferimento de se sua inscrição através do acompanhamento das publicações no site www.iobv.com.br.

5.2.4. Da Candidata Lactante: A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova além de requerer condição especial para realizar a prova, deverá comparecer ao local com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa de maior que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

Capítulo VI

6.0 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

6.1 O presente Processo Seletivo constará de avaliação de conhecimentos e habilidades dos candidatos através de prova escrita objetiva classificatória, prova de títulos e prova prática, dependendo do emprego e função de acordo com Anexo I.

6.2. As provas serão realizadas no Município de Luzerna - SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

6.3. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Luzerna eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo.

6.3.1. As provas práticas poderão ser antecipadas ou prorrogadas dependendo do número de inscritos, as datas e horários constarão de Edital de Convocação.

6.4. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS EMPREGOS

6.4.1. A prova escrita, para todos os empregos, constará da avaliação de conhecimentos teóricos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma com 4 (quatro) alternativas,

das quais uma única será correta.

6.4.1.1. Para todos os empregos constantes deste Edital, a prova escrita terá caráter eliminatório devendo o candidato obter nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

6.4.2. As informações no tocante às áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada questão, encontram-se dispostas no quadro abaixo:

PROVA ESCRITA PARA O EMPREGO DE MOTORISTA

PROVAS	DISCIPLINA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Prova Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
	Conteúdos Gerais e atualidades (conforme conteúdo programático)	05	0,40	2,00
	Matemática	05	0,40	2,00
Prova de Conhecimentos Específicos	Legislação Municipal e de Trânsito Conteúdos Específicos do Emprego	10	0,40	6,00
Total		25		10,00

PROVA ESCRITA PARA TODOS OS EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR

(Professores - habilitados e não-habilitados)

PROVAS	DISCIPLINA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Prova Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
	Conteúdos Gerais e atualidades (conforme conteúdo programático)	05	0,40	2,00
	Legislação (LDB, CF, ECA, Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor - somente dos direitos e vantagens Título III e do regime disciplinar Título IV)	05	0,40	2,00
Prova de Conhecimentos Específicos	PCNs - Didática Geral. Tendências Pedagógicas, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento, Processo Ensino-Aprendizagem, e seus teóricos, avaliação, currículo-escolar e outros de acordo com conteúdo programático.	05	0,40	2,00
	Específicos da disciplina escolhida	05	0,40	2,00
Total		25		10,00

6.4.3. Os programas das provas estão especificados no Anexo III deste Edital.

6.4.4. DO HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.4.4.1. As provas escritas objetivas, serão aplicadas no Município de Luzerna, com a duração de 2 (duas) horas, na data conforme cronograma do Capítulo I deste Edital, de acordo com o cronograma abaixo:

Evento	Horário
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova	8h15
Fechamento dos portões (não sendo permitido o acesso a partir desse horário)	8h45
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e Início da resolução da prova	9h
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova	9h30
6. Final da prova. Entrega Obrigatória do caderno de questões e cartão resposta (assinado)	11h

6.4.4.2. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

6.4.4.3. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário determinado para fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso a prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

6.4.5. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.4.5.1. As provas serão realizadas no Centro de Eventos antigo Seminário São João Batista, sito a Rua Frei João, 601 - Luzerna - SC.

6.4.5.2. A confirmação da data e as informações sobre horários, locais e distribuição dos empregos e alocação dos candidatos por sala serão divulgadas oportunamente por meio de edital próprio a ser publicado no Mural Oficial da Prefeitura e nos sites www.luzerna.com.br e www.iobv.com.br.

6.4.5.3. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, local e horários se constar o seu nome no Edital de homologação e convocação.

6.4.5.4. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.com.br.

6.4.6 DO ACESSO A SALA DE PROVAS

6.4.6.1. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

- cujo nome conste da lista de homologação das inscrições;
- que se apresentar no portão até o horário estabelecido para seu fechamento; e
- estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, equivalem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

6.4.6.2 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.4.6.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.4.6.4. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.4.7 NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A PROVA ESCRITA

6.4.7.1 O Instituto o Barriga Verde poderá, por motivos técnicos ou de força maior, retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e/ou horários, devendo o candidato acompanhar os avisos e publicações no site oficial do Processo Seletivo.

6.4.7.2 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento de identificação com foto, conforme alínea "c" do item 6.4.6.1. deste capítulo. A não apresentação impedirá o acesso do candidato ao local de prova e resultará na sua eliminação do Processo Seletivo.

6.4.7.3 Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

6.4.7.4. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta (não serão fornecidas canetas no local);

Documento de identificação com foto;

Original do comprovante de inscrição e do pagamento da taxa (guardado no bolso);

Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

6.4.7.5. É vedada, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como uso de máquinas de calcular, relógios (digitais ou analógicos) e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibido o fumo, ingestão de alimentos e guloseimas, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

6.4.7.6. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas.

6.4.7.7. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais devem ser acondicionados no início da prova, em local cujo fiscal de sala informará, desligados e retirados a bateria.

6.4.7.8 Os telefones celulares deverão permanecer desligados até a retirada do candidato das imediações do local de provas. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura-se como tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

6.4.7.9. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

6.4.7.10. Os candidatos só poderão ausentar-se da sala de provas para saída ao banheiro, ingestão de água, devendo obrigatoriamente ser acompanhados pelo fiscal de sala, sendo permitida a saída de um candidato por vez.

6.4.7.11. Os candidatos não deverão levar pertences pessoais para a sala de provas, caso seja inevitável os mesmos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos

candidatos na sala de prova.

6.4.7.12. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Luzerna não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

6.4.7.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo, o Instituto O Barriga Verde, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nas folhas de respostas personalizadas, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.4.7.14. Os cadernos de provas serão disponibilizados apenas no dia da prova, para os candidatos que permanecerem em sala de provas até o encerramento final da prova. O caderno de prova não será disponibilizado de outra forma, nem mesmo ☐ on line ☐.

6.4.7.15. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacrar o envelope de provas.

6.4.7.16. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.4.7.17. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e cédula de identidade.

6.4.7.18. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

6.4.7.19. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

6.4.7.20. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.4.7.21. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição cujo pagamento tenha sido realizado até a data limite constante do Edital.

6.4.7.21.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento para Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

6.4.7.21.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6.4.7.22. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pela Prefeitura Municipal de Luzerna, no mural oficial da Prefeitura e no site www.luzerna.com.br e www.iobv.com.br no dia seguinte da data da realização das provas.

6.4.8 DA RESOLUÇÃO DA PROVA

6.4.8.1. Para prestar a prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

6.4.8.2. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no

sentido de:

substituir os Cadernos de Questões defeituosos;

proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo; estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.4.8.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

6.4.8.4. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

6.4.8.5. A Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

6.4.8.6. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, e requerer tais condições nos termos deste Edital.

6.4.8.7. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova aplicação de prova.

6.4.9 DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

6.4.9.1. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do cartão-resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

6.4.9.1.1. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

6.4.9.2. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas constantes no mesmo e no Caderno de Questões. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão-resposta.

6.4.9.3. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato assinou ou preencheu corretamente o cartão-resposta.

6.4.9.4. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no cartão-resposta, em especial seu nome, número de inscrição e opção de emprego, e em seguida deverá assiná-lo.

6.4.9.5. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.5. Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova;
- f) Cujo cartão-resposta não esteja assinado pelo candidato.

6.6 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

6.7 DA PROVA DE TÍTULOS

6.5.1. Haverá prova de títulos somente para os empregos conforme consta do "tipo de prova" no quadro do Anexo I deste Edital,

sendo avaliados apenas os títulos dos candidatos que se classificarem na prova escrita objetiva, ou seja, àqueles que obterem nota igual ou superior a 5,00 (cinco)

6.5.2. Para participar da prova de títulos o candidato deverá postar via correios/sedex até a data estipulada no cronograma do capítulo I, os documentos listados no item abaixo (6.7.3), para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

PROVA DE TÍTULOS SELETIVO LUZERNA 2013

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

89.190-000 - Taió - SC

6.5.3. No envelope o candidato anexará para cada emprego:

Cópia do boleto da taxa de inscrição.

O anexo V do edital devidamente preenchido em letra de forma ou digitado.

Cópias dos títulos relacionados no anexo V, devidamente autenticados (frente e verso) em cartório.

O envelope deve estar identificado com o remetente (dados do candidato), da seguinte forma:

Nome do Candidato:

Número de Inscrição:

Número do emprego:

Endereço Completo:

Mantenha em seu poder o comprovante de postagem.

6.5.4. A prova de títulos tem caráter classificatório e aferirá a quantidade de pontos que o candidato apresentar através dos certificados.

6.5.5. Não é de competência da prova de títulos averiguar se o candidato é ou não habilitado, ou se possui os requisitos mínimos exigidos para assumir o emprego. O candidato é responsável pelos dados informados no momento da inscrição e deverá comprová-los quando da convocação para assumir a vaga.

6.5.6 A prova de títulos de caráter classificatório consistirá na valorização de títulos de formação profissional, que serão valorizados conforme o quadro abaixo:

TABELA DE TÍTULOS

	Títulos (concluídos)	Descrição	Pontuação
a.	Certificado de pós-graduação: a1. Somente será considerado válido o de maior pontuação e apenas 1 (um) quando apresentados 2 (dois) ou mais de mesma pontuação. a2. Somente para as funções cuja exigência é nível superior completo (Habilitado).	Doutorado	4,00
		Mestrado	3,00
		Especialização (mínimo 360 h/a)	2,00
b.	Curso de Aperfeiçoamento na área de atuação. Período de outubro de 2011 à outubro de 2013.	0,10 (dez centésimos) a cada 40hs de curso, até no máximo 400hs	1,00

6.5.6.1. A pontuação máxima que o candidato poderá obter na prova de título é de 5,00 pontos (Exemplo: um doutorado 4,00 + 400h/a cursos 1,00 = 5,00)

6.5.6.2. O formulário de apresentação de títulos deverá

OBRIGATORIAMENTE ser preenchido em letra de forma legível, digitado ou datilografado, sob pena de não serem avaliados os títulos.

6.5.6.3. Cópias não autenticadas, não serão consideradas, nem mesmo coloridas ou digitalizadas.

6.5.6.4. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

6.5.6.5. Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

6.5.7. Constituem Títulos válidos para esse certame, somente os indicados, no item 6.5.6 e subitens, desde que devidamente comprovados, concluídos até a data estipulada e com afinidade com a área para a qual o candidato está se candidatando.

6.5.8. O(s) diploma(s) e/ou certificados dos títulos de pós-graduação, deverá (ão) ser expedido(s) por instituição oficial e/ou privada de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, serão aceitos apenas um certificado de cada, o segundo título não será pontuado como horas de curso.

6.5.9. Para os que concluíram e ainda não possuem o diploma e/ou certificado de cursos de pós-graduação, só serão aceitos atestados de conclusão de curso e declarações desde que em papel timbrado da instituição, com carimbo e assinatura, originais ou autenticados e acompanhado do histórico escolar.

6.5.10. Certificados de graduação não serão pontuados, pois já é requisito mínimo para assumir o emprego. A segunda graduação também não contará pontos nem mesmo como horas de curso.

6.5.11. Não serão recebidos títulos fora do prazo, local e horário estabelecido neste Edital, ou em desacordo com o disposto neste item.

6.5.12. Os documentos, em língua estrangeira, de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, com declaração expressa do tradutor.

6.5.13. Cursos sem carga horária definida sem número de registro do órgão emissor, não receberão pontuação.

6.5.14. Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o emprego.

6.5.15. Não serão aceitos como comprovante de conclusão de cursos de aperfeiçoamento, atestados de frequência. Declarações de conclusão só serão aceitas mediante apresentação do conteúdo programático, carga horária e número do registro no órgão emissor.

6.5.16. A banca somente avaliará os certificados devidamente registrados no órgão expedidor.

6.5.17. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

6.5.18. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

6.5.19. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a pontuação dos títulos excedente. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

6.6 DA PROVA PRÁTICA

6.6.1. Serão submetidos à PROVA PRÁTICA, os candidatos ao emprego de Motorista, com inscrição homologada e aos que se apresentem no horário e local indicados no edital de convocação para a prova prática.

6.6.2. A prova prática será realizada em data e local a ser divulgada em edital próprio de convocação, podendo ser realizada no mesmo dia da prova escrita objetiva ou ser antecipada para o dia imediatamente anterior a mesma, ou prorrogada em razão do número elevado de inscritos e/ou intempéries.

6.6.3. A nota da prova prática será definida através da seguinte

fórmula $NPP = NPP \times 2$, ou seja nota da prova prática multiplicado por dois.

6.6.4. DAS DETERMINAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

6.6.4.1. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar para identificação, chamada e receber instruções, no local e no horário anunciado no edital de convocação, com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do comprovante de inscrição, do documento de identidade e trajados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática.

6.6.4.2. Os candidatos serão chamados por ordem alfabética, devendo assinar a lista de presença. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento ao local e horário de apresentação, por qualquer que seja o motivo, impedirá o acesso do candidato ao local da prova prática e caracterizará desistência, resultando na eliminação do Processo Seletivo. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado no edital de convocação.

6.6.4.3. Os veículos que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Luzerna, no estado em que se encontrarem.

6.6.4.4 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

6.6.4.5. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de realização e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

6.6.4.6. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato, que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do processo seletivo antes de realizar seu teste.

6.6.4.7. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

6.6.4.8. O candidato ao assinar o termo de realização da prova prática atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias.

6.6.4.9. Os candidatos, para realizarem a prova prática serão chamados por ordem alfabética, devendo assinar a confirmação de presença, caso o candidato não se apresente na hora da chamada será considerado ausente e será desclassificado.

6.6.4.10. Caso haja mais de uma atividade proposta ou mais de um veículo/equipamento, disponibilizados para a realização da prova prática, haverá sorteio e o candidato ao se apresentar retirará da urna de sorteio a ficha do(s) atividade/veículo/equipamento(s) em que realizará(ão) a prova.

6.6.4.11. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado pela Banca Examinadora, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

6.6.4.12. Em razão de condições climáticas, a critério da Banca Examinadora e da Comissão de Supervisão e Acompanhamento para realização do Processo Seletivo, a Prova Prática de Motorista poderá ser cancelada ou interrompida. Em caso de adiamento da prova, a nova data será marcada e divulgada através de Edital.

6.6.4.13. A prova prática terá peso 2 (dois), a nota da prova prática será estabelecida utilizando a seguinte fórmula $NPP = NPP \times 2$ (exemplo nota na prova prática 8,00 $\times 2 = 16,00$)

6.6.4.14 O candidato deve operar o veículo/equipamento de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo/equipamento

deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

6.6.4.15. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

6.6.4.16. O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

6.6.5.17. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar carteira de habilitação categoria "D", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

6.6.5.18. Se o candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

6.6.5.19. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

6.6.5.20. O candidato aprovado para motorista deverá apresentar além da habilitação, cursos compatíveis com a função que irá exercer.

6.6.5.21. A prova prática será realizada conforme a habilitação do candidato.

Capítulo VII

7.0 DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser efetuados no prazo máximo de dois dias úteis, contados após publicação o ato que motivou a reclamação.

7.1.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

do indeferimento da inscrição;

teor das questões e ou gabarito provisório;

prova de títulos;

da prova prática;

resultado da classificação.

7.2. Os recursos deverão conter nome do candidato recorrente, nome do emprego, número de inscrição e assinatura do mesmo, os quais devem ser enviados via e-mail para o seguinte endereço: concursos@iobv.com.br, sendo que o recebimento do recurso será confirmado pelo Instituto O Barriga Verde através de protocolo.

7.3. O pedido de revisão deverá obedecer os seguintes requisitos: O candidato deverá preencher o formulário de recursos anexo VI, que deve ser digitado, assinado, digitalizado (escaneado) e enviado para o seguinte endereço eletrônico: concursos@iobv.com.br. ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia; ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando for o caso.

Os recursos serão válidos desde que sejam recebidos até as 18h00min do último dia previsto para a interposição de recursos. Não serão aceitos recursos enviados para outro endereço de e-mail, que não seja o acima descrito (concursos@iobv.com.br)

7.4. É de inteira responsabilidade do candidato enviar seu recurso

para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de protocolo enviado ao candidato.

7.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos e-mails com os recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

7.5. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam, independentemente de terem recorrido.

7.6. No caso de erro ou falha na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado.

7.7. O despacho dos recursos será publicado no endereço www.iobv.com.br, na área do candidato.

7.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito Edital.

7.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes não providos.

7.10. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

7.11. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

Capítulo VIII

8.0 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A média final dos candidatos será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

8.2. São considerados reprovados os candidatos que zerarem na área específica.

8.2.1. A nota final será dada aplicando-se as seguintes fórmulas:

8.3. São considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima de acordo com a tabela abaixo:

Tipo de emprego/prova	Nota mínima para aprovação	Fórmula para Nota Final	OBS.
Empregos com prova escrita e prática	5,00	$NF = NPE + NPP/3$	NF = Nota Final NPE = Nota da Prova Escrita NPP = Nota da Prova Prática
Empregos com prova escrita e títulos	5,00	$NF = NPE + NPT$	NF = Nota Final NPE = Nota da Prova Escrita NPT = Nota da Prova Títulos

8.3.1 Ocorrendo empate na média final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 1.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idosos nos termos do artigo 1º. da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

8.3.2. Para efeito do item anterior será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente Processo Seletivo.

8.4. Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

possuir maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
possuir maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
possuir maior nota na prova prática (quando houver)
possuir maior pontuação na prova de títulos (quando houver)
maior idade
sorteio

8.5. Os candidatos para o emprego público de professor serão

classificados por etapa de ensino/disciplina/modalidade em duas listas:

- Lista de classificação dos candidatos inscritos como Habilitados;
- Lista de classificação dos candidatos inscritos como Não Habilitados.

8.6 A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático na Prefeitura Municipal de Luzerna, devendo o candidato atender aos requisitos e à Prefeitura convocar dentro do prazo de validade do Processo Seletivo ou de sua prorrogação.

Capítulo IX

DA CONTRATAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE PRÉ-REQUISITOS

9.1. Os candidatos para o emprego de professor classificados serão contratados, obedecendo à ordem de classificação, na medida das necessidades da Administração Municipal de Luzerna, convocando-se inicialmente os integrantes da lista de candidatos habilitados e ao término desta, não havendo candidatos classificados em número suficiente ao número de vagas temporárias para o emprego, os integrantes da lista de candidatos não habilitados e para o emprego de motorista obedecendo à ordem de classificação.

9.1.1 Após a primeira chamada, a cada nova vaga disponibilizada, a Secretaria Municipal de Educação reiniciará a lista de chamada.

9.2. As providências relacionadas à convocação e contratação dos candidatos são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Luzerna

9.2.1. Ao chamar todos os professores aprovados nas disciplinas específicas (habilitados e não-habilitados), não tendo preenchidas as vagas, ficará a critério da Comissão aproveitar/chamar os remanescentes da lista dos classificados em Educação Infantil e Séries Iniciais para ocupar a vaga da disciplina específica.

9.3.4 O candidato classificado e convocado que não quiser ou não puder assumir a vaga, perderá todos os direitos sobre a primeira escolha, ficando, contudo, seu nome listado para as próximas escolhas, que ocorrerão durante o ano letivo conforme surgimento de vagas temporárias, de acordo com as eventuais necessidades da Rede Municipal de Ensino.

9.3.5. O candidato a ser contratado no ato da escolha de vagas temporárias receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados, no prazo de 48 horas. A sua não apresentação, a apresentação de forma incompleta ou tardia implicará na sua desclassificação.

9.3.6 O candidato classificado, que desistir de vaga temporária que tenha escolhido, deverá manifestar expressamente sua desistência de participação no processo seletivo, não podendo, posteriormente reivindicar qualquer outra vaga temporária no processo.

9.3.10 O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa ou por problema de ordem pedagógica e/ou administrativa causado pelo substituto; neste caso, desde que devidamente justificado e registrado em ata em reunião com a equipe gestora da Unidade Escolar.

9.3.11 Será mantida a lista classificatória para substituições de que trata esse Edital com o objetivo de atender a necessidades temporárias iniciais e para o decorrer do ano de 2014 e 2015, assim que novas vagas temporárias surgirem.

Capítulo X

10.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O foro para dirimir quaisquer questões relacionadas com Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, Santa Catarina.

10.2. Ficam delegadas competências ao IOBV para:

- divulgar e prestar informações sobre o Processo Seletivo objeto deste Edital;
- receber os requerimentos de inscrições;
- deferir, indeferir e homologar as inscrições;
- elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar todas as etapas das provas;

e) receber e julgar os recursos previstos neste Edital;

10.3. É vedada à inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura Municipal de Luzerna como do IOBV;

10.4. O IOBV poderá, por necessidade administrativa e/ou fato ou circunstância de natureza imprevisível alterar o local, as datas e os horários das provas e ou etapas do Processo Seletivo.

10.5. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

10.6. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a contratação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

10.7. A Prefeitura Municipal de Luzerna e o Instituto O Barriga Verde não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo, seja na imprensa ou em outros sites eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.com.br.

10.8. Os cadernos de provas escritas serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

10.9. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 6 (seis) meses após a homologação do Processo Seletivo, quando serão incinerados.

10.10. É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros das bancas selecionadora, executoras, examinadora ou organizadora deste Processo Seletivo.

10.11. Ficam impedidos de participarem do Processo Seletivo os parentes até 2º grau dos membros da Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento para Realização do Processo Seletivo.

10.11.1 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro deverá afastar-se da comissão e ser substituído por outro a ser designado pelo Prefeito Municipal de Luzerna, através de Portaria.

10.12. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento para Realização do Processo Seletivo, conjuntamente com o Instituto O Barriga Verde.

10.13. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos: Anexo I - Empregos e Vagas Anexo; II - Atribuições dos Empregos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Necessidades Especiais; Anexo V - Formulário para Interposição de Recursos; e Anexo VI - Formulário para apresentação de títulos;

Luzerna (SC), 29 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013

ANEXO I

DOS EMPREGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA

A descrição dos empregos, remuneração, carga horária e outras informações sobre os empregos constam do Anexo I deste Edital.

Nº. EMPREGO	EMPREGO	N. VAGAS	CARGA HORÁRIA /REMUNERAÇÃO ***	ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO **	TIPO DE PROVA
01	MOTORISTA I	RT *	44 h - R\$ 1.396,00	Séries iniciais do ensino fundamental e CNH de categoria compatível. (categoria mínima D). Ônibus e van escolar	Escrita Objetiva e prática
02	Professor de ARTES (habilitado)	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente em Curso de licenciatura em Artes Visuais; ou em Educação Artística na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
03	Professor de ARTES (não-habilitado)	RT	****	Cursando a partir da 6ª fase Curso de licenciatura em Artes Visuais; ou em Educação Artística na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
04	Professor de ARTES/MUSICA (habilitado)	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura em Artes Visuais; ou em Educação Artística do Curso Artes Visuais; ou em Educação Artística - na modalidade de Licenciatura plena e curso específico na área de artes/musica.	Escrita Objetiva e títulos
05	Professor de ARTES/MUSICA (não- habilitado)	RT	****	Cursando a partir da 6ª fase Curso Artes Visuais; ou em Educação Artística - na modalidade de Licenciatura plena e curso específico na área de artes/musica.	Escrita Objetiva e títulos
06	Professor de CIÊNCIAS (habilitado)	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente em Curso de Ciências, Ciências Biológicas ou Biologia - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013

07	Professor de CIÊNCIAS (não-habilitado)	RT	****	Cursando a partir da 6ª fase Curso de Ciências, Ciências Biológicas ou Biologia - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
08	Professor de EDUCAÇÃO ESPECIAL	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou outra habilitação concluída, porém todas com especialização ou habilitação em educação especial.	Escrita Objetiva e títulos
09	Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (habilitado)	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente e registro no CREF do Curso de Educação Física com registro no CREF - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
10	Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (não-habilitado)	RT	****	Cursando a partir da 6ª fase Curso de Educação Física com registro no CREF - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
11	Professor de GEOGRAFIA (habilitado)	RT	40h – R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente do Curso de Geografia - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
12	Professor de GEOGRAFIA (não-habilitado)	RT	****	Cursando a partir da 6ª fase Curso de Geografia - na modalidade de Licenciatura plena..	Escrita Objetiva e títulos
13	Professor de HISTÓRIA (habilitado)	RT	40h – R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente do Curso de História - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
14	Professor de HISTÓRIA (não-habilitado)	RT	****	Cursando a partir da 6ª fase Curso de História - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
15	Professor de LÍNGUA INGLESA	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura	Escrita Objetiva



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013

	(habilitado)			plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente do Curso de Letras - Habilitação em Inglês - na modalidade de Licenciatura plena.	e títulos
16	Professor de LÍNGUA INGLESA (não-habilitado)	RT	****	Cursando a partir da 6ª fase Curso de Letras - Habilitação em Inglês - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
17	Professor de LÍNGUA PORTUGUESA (habilitado)	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente do Curso de Letras - Habilitação em Português - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
18	Professor de LÍNGUA PORTUGUESA (não-habilitado)	RT	****	Cursando a partir da 6ª fase Curso de Letras - Habilitação em Português - na modalidade de Licenciatura plena	Escrita Objetiva e títulos
19	Professor de MATEMÁTICA (habilitado)	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente do Curso de Matemática - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
20	Professor de MATEMÁTICA (não-habilitado)	RT	****	Cursando a partir da 6ª fase Curso de Matemática - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
21	Professor de XADREZ (habilitado)	RT	20h - R\$ 1.137,07	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente e registro no CREF Curso de Educação Física com registro no CREF - na modalidade de Licenciatura plena e curso específico na área de xadrez.	Escrita Objetiva e títulos
22	Professor de XADREZ (não-habilitado)	RT	***	Cursando a partir da 6ª fase do Curso de Educação Física com registro no CREF - na modalidade de Licenciatura plena e curso específico na área de xadrez.	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013

23	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL (habilitado)	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente do Curso de Pedagogia - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
24	Professor EDUCAÇÃO INFANTIL (não-habilitado)	RT	****	Certificado de Conclusão do Magistério ou cursando a partir da 6ª fase Curso de Pedagogia - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos
25	Professor SÉRIES INICIAIS (habilitado)	RT	40h - R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente na modalidade de Licenciatura plena em Pedagogia.	Escrita Objetiva e títulos
26	Professor SÉRIES INICIAIS (não-habilitado)	RT	****	Certificado de Conclusão do Magistério ou cursando a partir da 6ª fase Curso de Pedagogia - na modalidade de Licenciatura plena.	Escrita Objetiva e títulos

* RT- Reserva Técnica. (Serão convocados primeiramente os candidatos classificados para os empregos Habilitados, caso as vagas não sejam preenchidas com os habilitados serão convocados os não habilitados)

** O candidato deverá no momento da contratação comprovar sua condição de habilitado ou não-habilitado sob pena de perder a vaga.

*** A carga horária constante deste Anexo é meramente exemplificativa, visando demonstrar o vencimento para a carga horária máxima, sendo que, a Administração Municipal reserva-se o direito da contratação conforme a necessidade de substituição de servidor em afastamento legal, complementação de carga horária ou regência de classe de aulas excedentes, não havendo, pois, número de vagas fixas, sendo a carga horária proporcional à necessidade, e os vencimentos também proporcionais à carga horária realizada, podendo essa ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

**** O candidato aprovado que não tiver concluído a graduação na área específica no momento da convocação será contratado como Professor Não-Habilitado e receberá conforme §7º do art.9º da Lei Complementar nº 033/03.

“Art. 9º - ...

§7º- O Professor Não Habilitado, atuando na Educação Infantil ou Ensino Fundamental, com Magistério, cursando Nível Superior na área ou disciplina ou com outra graduação receberá o equivalente a **78,44518%** do valor inicial de carreira de Professor II e o Professor Não Habilitado, atuando na Educação Infantil ou Ensino Fundamental, sem Magistério, cursando Nível Superior na área ou disciplina ou com outra graduação receberá o equivalente a **54,91163%** do valor inicial de carreira do Professor II.

40h - 78,44518% = R\$ 1783,96

40 h - 54,91163% = R\$ 1248,77



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013**

**ANEXO II
ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS**

Professor de Xadrez

ATRIBUIÇÕES: Desenvolver atividade de xadrez com os alunos da rede pública do Município de Luzerna; Coordenar o projeto de xadrez escolar alunos do Município de Luzerna; Auxiliar os alunos, orientando-os na prática do xadrez ministrando aulas teóricas e práticas, com regras e noções elementares, notação dos lances, análise, estratégia, tática, abertura, meio-jogo e final, com o objetivo de melhorar a atenção e a concentração, o julgamento, a imaginação e a antecipação, a memória, a vontade de vencer, a paciência e o autocontrole, o espírito de decisão e a coragem, a lógica matemática, o raciocínio analítico e sintético, a criatividade, a inteligência, a organização metódica do estudo e o interesse pelas línguas estrangeiras; Dar a cada aluno a oportunidade de evoluir segundo o seu próprio ritmo, valorizando assim a motivação pessoal do escolar, usando o xadrez como elemento socializador através de realização de campeonatos, treinamentos extraclasses, participando com os alunos de campeonatos; Dar treinamento específico aos alunos em horários inversos aos de sala de aula; Exercer outras tarefas correlatas.

PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, HISTÓRIA, GEOGRAFIA, LÍNGUA PORTUGUESA, INGLÊS, CIÊNCIAS, MATEMÁTICA, ARTES E EDUCAÇÃO FÍSICA (todos as especialidades abrangidas pelo edital)

Realizar o exercício da docência em classes de Educação Infantil, Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades da escola; cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar; elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino; executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento; atualizar-se em sua área de conhecimento; participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional; zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s); seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito; manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário; comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar; preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado; manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar; manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho; executar outras atividades afins e compatíveis com o emprego.

MOTORISTA I

ATRIBUIÇÕES: conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas; recolher os veículos à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada; promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus; auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas etc; auxiliar Portadores de Necessidades Especiais (PNEs), idosos,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013

peessoas doentes, no embarque e desembarque do veículo, bem como acomodação de cadeiras de rodas, muletas e outros; proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; Executar outras tarefas afins.

ANEXO III
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Exceto atualidades.
 Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado.

CONTEÚDO COMUM A TODOS OS EMPREGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO E COMPLETO

PROVAS	DISCIPLINA	CONTEÚDO
Prova de Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa Conteúdos Gerais e atualidades	Demonstrar domínio da língua escrita, Leitura e Interpretação de Textos Interpretação de texto; Alfabeto - Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Hiato, Dígrafo, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; encontros vocálicos; encontros consonantais;; sílabas; tonicidade das sílabas. Noções de tempos verbais: presente, passado e futuro. Noções de pronomes pessoais e possessivos. Reconhecimento de frases corretas e incorretas. Temáticas atuais relevantes e amplamente divulgadas referente a acontecimentos no mundo, no Brasil, no Estado de Santa Catarina e no Município de Luzerna, História, Geografia, Ciências Naturais, cultura, artes, pluralidade, generalidades e conceitos do Brasil e do mundo, do Estado de Santa Catarina e do Município. Fatos da atualidade: nacionais e internacionais; Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MOTORISTA

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Condução de veículos da espécie; manobras; conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção; sinalização de trânsito; manutenção do veículo. Outros inerentes à atribuições do emprego. Noções de Hierarquia e relações humanas no trabalho e noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013

CONTEÚDO COMUM A TODOS OS EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO E ENSINO SUPERIOR

PROVAS	DISCIPLINA	CONTEÚDO
Prova de Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	<p>Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial - novo acordo ortográfico.</p> <p>Bibliografia Sugerida: ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990. CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985. FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio. Outras Gramáticas Normativas.</p>
	Conteúdos Gerais e atualidades	<p>Fundamentos históricos e geográficos do Município, de Santa Catarina e do Brasil. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Luzerna.</p> <p>Bibliografia sugerida: Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados. Almanaque Abril 2013 Revistas História Santa Catarina</p>
	Legislação	<p>Lei Orgânica Municipal de Luzerna Estatuto do Servidor do Município de Luzerna Resolução 12 de 2001 da Anvisa Legislação da educação básica: Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Parâmetros curriculares nacionais; Resolução n.7/CNE, de 14/12/2010, Fixa diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos; Resolução/CD/FNDE n.4 de 27/02/2013, Política nacional de educação especial na perspectiva da Educação inclusiva; Decreto n. 7.611 de 17/11/2011, dispõe sobre a Educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013**

CONTEÚDO ESPECÍFICO

CONTEÚDO ESPECÍFICO COMUM A TODOS OS EMPREGOS DE PROFESSOR

Trabalho e Educação; Legislação da Educação Básica e Profissional; Organização escolar brasileira: contexto histórico, político, cultural e sócio-econômico da sociedade brasileira; Psicologia da Aprendizagem: Vygotsky, Henri Wallon e Ausubel; Currículo e teorias do currículo; A Didática e a Prática do Educador; O trabalho docente. Docência e a identidade do professor profissional; Planejamento Educacional; As novas tecnologias e a Educação; Tendências pedagógicas, concepções filosóficas-políticas e a prática pedagógica. Pressupostos teóricos e legais da Educação Fundamental. Orientação vocacional e profissional. O trabalho pedagógico em equipes multidisciplinares. O projeto político-pedagógico da Escola: concepção, princípios e eixos norteadores. O planejamento, a execução, o acompanhamento e a comunicação de pesquisas científicas na educação. O planejamento educacional numa perspectiva crítica da educação: importância, níveis e componentes. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Currículo integrado: concepção, planejamento, organização dos conteúdos, avaliação e a integração curricular. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões. A prática da avaliação no cotidiano escolar. A pedagogia de projetos. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade no processo de ensinar e de aprender. A dimensão técnica-política da prática docente. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino ; aprendizagem. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Avaliação. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando. Educação inclusiva. Gestão participativa na escola. Teorias de autores renomados na área da educação. História da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais de Séries Iniciais e Finais. Legislação Municipal (Lei Orgânica, [Estatuto do Servidor](#), Plano de Carreira do Magistério); Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Base da Educação, Resolução n. 7, de 14/12/2010 que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação infantil na perspectiva histórica-social; o papel social da educação infantil; educar e cuidar; a organização do tempo e do espaço na educação infantil; o brincar no espaço educativo; documentação pedagógica (planejamento, registro, avaliação); princípios que fundamentam a prática na educação infantil: pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da criança; as instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis, literatura infantil e seus teóricos.

SÉRIES INICIAIS

Didática e Metodologia do Ensino nos Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais. Métodos de alfabetização. A formação do pensamento lógico da criança. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem. A alfabetização nos diferentes momentos históricos. A função social da alfabetização. Avaliação. Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A escola como inclusiva, a abordagem bilíngue, a abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez, surdocegueira e deficiência múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual, recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa, orientação e mobilidade, Adequação postural e acessibilidade espacial, livro acessível e informática acessível. Programa educação inclusiva: Direito à diversidade/MEC, Programa de implantação das salas de recursos multifuncional/MEC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013

ARTES

Histórico do Ensino de Arte; A Arte e a Educação; Objetivos e conteúdos do ensino de Arte; Teoria e prática em Arte; Competências e Habilidades a serem desenvolvidas em Arte; Proposta Triangular; Procedimentos pedagógicos, recursos, estratégias e metodologia. Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Famosos e outros artistas.

ARTES/MUSICA

Conhecimentos Específicos: Concepções de ensino e aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar. Harmonização de melodias de canções; Classificação dos instrumentos musicais; Apreciação musical; História da Música Ocidental (da Idade Média ao séc. XXI); principais gêneros, estilos e compositores; História da música brasileira, do período do pré-descobrimento até os dias atuais; O folclore brasileiro e a música popular brasileira: aproveitamento na Educação Musical. Conjuntos instrumentais e vocais: sua formação e prática. A voz como recurso pedagógico na educação musical; Propostas metodológicas de atividades harmônicas, rítmicas e melódicas; Musicalização através da voz; O ensino coletivo da voz; O ensino de música no ensino básico; Contribuições da música na formação do indivíduo; A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.

CIÊNCIAS

Ciência e Tecnologia: A matéria e suas propriedades gerais e específicas. Diversidade de materiais. Substâncias e misturas. Transformações de matéria orgânica, de materiais e de substâncias. Recursos Naturais, a energia e os materiais elaborados. O Universo: O Sistema Solar e o Planeta Terra. Saúde e Qualidade de Vida: Influência da água e do ar na saúde. Alimentação equilibrada. Dietas. Desnutrição. Sexualidade e Reprodução Humana. Mudanças na adolescência. Drogas: lícitas e ilícitas. Os seres vivos no ambiente: Origem da vida, evolução dos seres vivos. Adaptação dos seres vivos. Sustentabilidade. Degradação Ambiental e as consequências das atividades humanas. Consumo Consciente. Reaproveitamento dos materiais e Reciclagem.

EDUCAÇÃO FÍSICA

PCNS. - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de: ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo. PC

ENSINO RELIGIOSO

O ensino religioso no Brasil: processo histórico e perspectivas. O Ser Humano e o Fenômeno Religioso: fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos das tradições religiosas; as tradições religiosas como elementos indissociáveis das culturas; religiões afro-brasileiras; o símbolo e o sagrado; o mito e o rito; os textos sagrados; a descrição das representações dos transcendentais nas tradições religiosas; síntese da história do budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo.

GEOGRAFIA

PCNs. A história do pensamento geográfico; O ensino de Geografia; Os conceitos da geografia; Didática e metodologia de Geografia; O ensino de Geografia e a Cartografia; Objeto de ensino da Geografia; Diretrizes



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013

curriculares para o ensino de Geografia. Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; - Geografia Física dos Continentes; - Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; - Aspectos Econômicos; modo de produção; - Sistema Financeiro; - Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); - Endividamento interno e externo; - Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; - Sistemas de governo; - População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); - IDH; Urbanização; - Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática e robótica; - Efeito Estufa; El Niño; Buraco na Camada de Ozônio e Chuva Ácida; - Ecossistemas e Biotecnologia. Espaço geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Orientação e representação espacial; Fusos horários; Ambiente natural: ocupação, preservação/conservação; Economia e sociedade: desigualdades mundiais; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização: diferenças regionais; Santa Catarina como lugar no/do mundo.

HISTÓRIA

PCNs. História; Ensino de História; Correntes historiográficas; Fontes históricas; Tempo histórico; Conceitos históricos; História e cultura afro-brasileira e indígena; Diretrizes curriculares para o ensino de História. - Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Conhecimentos e conceitos produzidos historicamente pela humanidade, presentes nos vários temas/conteúdos que compõem a História de Santa Catarina, História do Brasil, História da América e História Geral; Temporalidade, tempo/espço, cultura, cotidiano, relações sociais e de poder, gênero, etnia, Imaginário, memória, identidade, relações de produção, ideologia.

LINGUA INGLESA

A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia;

LINGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: verbais, não verbais, informativos, publicitários e literários. Concepções de linguagem. Língua, fala e discurso. Variação linguística: emprego da língua formal e informal. Funções da linguagem. Textualidade: coesão e coerência. A intertextualidade na leitura e na produção de textos. Tipologia textual. Aspectos morfosintáticos e semânticos da língua: emprego das classes de palavras, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, ocorrência de crase, pontuação gramatical e estilística. A semântica e a estilística da frase: noção de conotação, denotação, polissemia, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia. Figuras de linguagem. Gêneros literários. Estrutura da narrativa: tempo, espaço, ação, personagens, foco narrativo e tipos de discurso: direto, indireto e indireto-livre. A linguagem poética.

MATEMÁTICA

A história da Matemática. Razão e Proporção. Média aritmética e ponderada. Regra de três simples e composta, porcentagens e juros simples. Campos Numéricos: o sistema de numeração, números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais (identificação, propriedades e operações), números decimais, potência de 10, cálculo com radicais. Campos algébricos: expressões algébricas, polinômios, produtos notáveis, frações do 1º grau. Campos Geométricos: sistemas de medidas (comprimento, área, capacidades e massa). Ângulos: operações, ângulos complementares e suplementares opostos pelo vértice. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Trigonometria. Razões trigonométricas. Polígonos convexos (triângulos e quadriláteros). Relações métricas no triângulo. Relações métricas de um triângulo qualquer. Circunferência. Tratamento de informação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013

XADREZ

Conhecimentos Específicos: Concepções de ensino e aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; A importância de trabalhar jogos Cooperativos, conhecimento de práticas desportivas, xadrez. História do jogo de Xadrez. Lei ou regras do Xadrez (Federação Mundial de Xadrez). Organização de Eventos Esportivos e Culturais; Procedimentos pedagógicos, recursos, estratégias e metodologia. História do Xadrez. Peças e equipamentos. Regras do Jogo de Xadrez.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

- 1) As referências bibliográficas e as páginas indicadas são meramente informativas e sugestivas a fim de que o candidato possa buscar uma fonte de pesquisa, o que não significa que todo o conteúdo das provas serão elaboradas apenas com base nestas referências.
- 2) O candidato deve realizar sua preparação tendo como base todo o conteúdo programático sugerido em cada emprego.
- 3) Neste Processo Seletivo será utilizado o novo acordo ortográfico.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013**

**ANEXO IV
REQUERIMENTO**

Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 001/2013 da Prefeitura Municipal de Luzerna, inscrição número _____, para o emprego de _____ requer a Vossa Senhoria:

1) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Requerente



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013**

**ANEXO V
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PROCESSO SELETIVO 001/2013**

Tipo de Recurso:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1 – Contra indeferimento de inscrição | <input type="checkbox"/> 2 - Contra questão da prova ou gabarito provisório |
| <input type="checkbox"/> 3 – Contra a classificação | <input type="checkbox"/> 4 – Pontuação de Títulos |
| <input type="checkbox"/> 5 – Outro _____ | |

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Emprego::

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Candidato



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 008/2013**

**ANEXO VI
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO EM DUAS VIAS)**

Nome: _____

Número da Inscrição: _____ **Emprego:** _____

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo 006/2013 do Município de Luzerna/SC, requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados, acompanhados das respectivas cópias, devidamente autenticadas. Estou ciente de que só serão pontuados os títulos que atenderem a todas as disposições e normas editalícias.

	Títulos (concluídos)	Descrição	PT	Descrição	Nº A/Hs	Pontuação (para uso da banca examinadora)
a	Certificado de pós-graduação	Doutorado	4,00			
		Mestrado	3,00			
		Especialização (mínimo 360 h/a)	2,00			
b.	Curso de Aperfeiçoamento na área de atuação.	0,10 (dez décimos) a cada 40hs de curso, até no máximo 400hs ou 1,00 pontos para empregos de Professor. Período de outubro de 2011 à outubro de 2013	1,00			
				Total pontos cursos aperfeiçoamento		
				Pontuação alcançada (A + B)		

Observação: Os títulos deverão ser numerados em sequência de acordo com esta planilha. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

(Local e data) _____, ____ de _____ de 2013.

RECEBIDO EM : ____/____/____

Assinatura: _____

Assinatura do candidato

Retificação 001 - Concurso Público - 002

RETIFICAÇÃO 001

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2013

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO, de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, torna pública a retificação do edital conforme segue:

1. Por não existir Regime Jurídico único para os servidores públicos municipais de Luzerna, exclui-se de todo o conteúdo programático do anexo III, onde fala: Estatuto do Servidor Público Municipal.

2. Exclui-se por completo o item 6.5.5.1

6.5.5.1. O formulário de apresentação de títulos deverá OBRIGATORIAMENTE ser preenchido em letra de forma legível, digitado ou datilografado, sob pena de não serem avaliados os títulos. (excluído)

3. Os demais itens permanecem inalterados, devendo o edital ser republicado com as devidas alterações, o que não altera o cronograma de atividades.

Luzerna (SC), 17 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Retificação 001 - Processo Seletivo - 008

RETIFICAÇÃO 001

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 008/2013

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, de acordo com a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999, torna público a retificação do edital conforme segue:

1. Por não existir Regime Jurídico único para os servidores públicos municipais de Luzerna, exclui-se de todo o conteúdo programático do anexo III, onde fala: Estatuto do Servidor Público Municipal.

2. Os demais itens permanecem inalterados, devendo o edital ser republicado com as devidas alterações o que não altera o cronograma de atividades.

Luzerna (SC), 17 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Mafra**PREFEITURA****Lei Municipal Nº 3975**

LEI MUNICIPAL Nº 3975

DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

DENOMINA RUA DESPORTISTA EDILBERTO DE JESUS PADILHA (TIBUNGA) A RUA QUE INICIA NA RUA MÚSICO VALENTIM STALL, LADO ÍMPAR, E TERMINA NA RUA DO PORTÃO, LADO PAR, NO BAIRRO RESTINGA, NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominada Rua Desportista Edilberto de Jesus Padilha (Tibunga), a Rua que inicia na Rua Músico Valentim Stall, lado ímpar, e termina na Rua do Portão, lado par, no bairro Restinga, neste município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 17 de Dezembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 3973

LEI MUNICIPAL Nº. 3973

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2013.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar elemento de despesa no orçamento Municipal de 2013 até o valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), conforme descrição abaixo:

17 - Secretaria Municipal de Educação

01 - Administração e Gerência de Apoio ao Ensino

123610017.2.102000 - Apoio ao Ensino com Transporte Escolar

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 158 - R\$ 320.000,00

Art. 2º. As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

17 - Secretaria Municipal de Educação

01 - Administração e Gerência de Apoio ao Ensino

123610017.2.104000 - Apoio ao Ensino Através da Adequação da Rede Física e Equipamentos - Fundamental

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

(287) Fonte: 158 - R\$ 300.000,00

123650017.2.100000 - Manutenção e Administração da Secretaria de Educação

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

(303) Fonte: 158 - R\$ 20.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Mafra/SC, 18 de dezembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº. 3974

LEI MUNICIPAL Nº. 3974

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAFRA - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Maфра, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder Subvenção Social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maфра - APAE, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº. 898, de 30 de novembro de 1976, com sede à Rua Florianópolis, nº. 12, bairro Vila Ferroviária, Município de Maфра - SC, inscrita no CNPJ sob nº. 83.396.002/0001-79.

Art. 2º O Município de Maфра repassará à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maфра - APAE, o valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), com pagamento até o dia 20 de dezembro de 2013, em parcela única.

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá realizar a prestação de contas à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação do valor.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento
09.01. Secretaria da Fazenda e Planejamento
041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil - Contabilidade
3.3.50.00 Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
(58) Fonte 100

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maфра, 18 de dezembro de 2.013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 81.908.469/0002-06
CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 1352 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1353 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1369 R\$ 477,60
Nota Fiscal nº. 1372 R\$ 95,52

Nota Fiscal nº. 1373 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1374 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1375 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1379 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1380 R\$ 955,20
Nota Fiscal nº. 1383 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1384 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1387 R\$ 2.005,92
Nota Fiscal nº. 1382 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1398 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1399 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1400 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1401 R\$ 95,52
Nota Fiscal nº. 1408 R\$ 2.005,92

Valor Total: 6.781,92

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento cascalho à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Maфра (SC), 20 de dezembro de 2013
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

DOUGLAS RAMOS

Secretario Municipal da Fazenda e Planejamento

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 08.072.361/0001-55
INSTITUTO O BARRIGA VERDE
Nota Fiscal nº. 154 R\$ 7.372,00

Valor Total: R\$ 7.372,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela realização de Processo Seletivo para contratação de professores através da Secretaria Municipal de Educação. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Maфра (SC), 20 de dezembro de 2013
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

DOUGLAS RAMOS

Secretario Municipal da Fazenda e Planejamento

Lei Municipal Nº. 3972

LEI MUNICIPAL Nº. 3972

DE 20 DE NOVEMBRO DE 2.013.

ESTABELECE PRIORIDADE PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS E EXAMES LABORATORIAIS NA REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO OU PRIVADA EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Os pacientes com necessidades especiais atendidos pela rede de saúde do município ou privada têm prioridade nas consultas médicas.

Art. 2º - Os pacientes com necessidades especiais têm prioridade de agendamento e realização de exames laboratoriais na rede de saúde do município ou privada, levando-se em conta a complexidade de exame solicitado, sua especialidade e preparo, a critério do método responsável.

Art. 3º - Na rede de saúde do município ou privada em que ocorrer o atendimento, deverá ser fixado placa informativa com a seguinte mensagem:

LEI MUNICIPAL Nº. 3972

"PRIORIDADE DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO AGENDAMENTO DE CONSULTAS E EXAMES LABORATORIAIS".

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 20 de novembro de 2013

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal de Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 27/2013

RESOLUÇÃO Nº 27/2013

17 de dezembro de 2013

ARQUIVA O RELATÓRIO COM CONCLUSÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI PAGAMENTO DOS ESTAGIÁRIOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica arquivado o Relatório com as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 12 de 11 de julho de 2013.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 17 de dezembro de 2013.

VER. VICENTE DE PAULO BEZERRA SALIBA

Presidente

Resolução Nº 28/2013

RESOLUÇÃO Nº 28/2013

18 de dezembro de 2013

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17.12.2013.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - A Ementa da Resolução nº 26 de 17.12.2013 passa a

vigorar com a seguinte redação:

"CONSTITUI COMISSÃO PROCESSANTE EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 201/1967 E NA FORMA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO FEDERAL".

Art. 2º - O Art. 2º da Resolução nº 26 de 17.12.2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A Comissão ficou assim composta:

Presidente : Vereador Luis Alfredo Nader

Relatora : Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira

Vogal : Vereador João Acir Petters Padilha"

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 18 de dezembro de 2013

VER. VICENTE DE PAULO BEZERRA SALIBA

Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

Contrato 28/2014 - FMS

CONTRATO LOCAÇÃO Nº. 28/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E A SRA. SUELY MORSCH.

Por este instrumento particular de locação de imóvel que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, com CNPJ nº. 11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro nº. 2998, Centro, na cidade de Massaranduba (SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MARIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, e pela Gestora dos Fundos Municipais Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, brasileira, casada, residente e domiciliada neste município, CPF: 005.246.769-41 e RG: 1.988.587-3, doravante denominados LOCATÁRIOS, e de outro lado a Sra. SUELY MORSCH, brasileira, separada, residente e domiciliada neste município, CPF nº. 636.910.279-20, Cédula de Identidade nº. 2.174.645, doravante denominado LOCADOR, as partes de comum acordo celebram este contrato com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente contrato consiste na LOCAÇÃO DE UMA QUITINETE EM ALVENARIA COM ÁREA DE 40m², SITUADA NA RUA VICTOR BRAMORSKI, 1.341, - CENTRO, PARA USO DO (A) MÉDICO(A) DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO GOVERNO FEDERAL, em conformidade com o estabelecido no Edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2013, homologada em 10 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

a) Ceder o imóvel para o uso do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme descrito no objeto, nas condições em que se encontra;

b) Arcar com todas as despesas, no que se refere aos tributos municipais e demais taxas sobre o imóvel.

OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO:

a) Pagar o aluguel da seguinte forma: nota fiscal e/ou recibo emitido na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal e/ou recibo emitido na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;

b) Entregar o imóvel nas mesmas condições que recebeu.

c) Manter as dependências do imóvel conservadas e limpas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais), que serão pagos pelo LOCATÁRIO ao LOCADOR, em parcelas mensais de R\$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais).

3.2. Os pagamentos serão: nota fiscal e/ou recibo emitido na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal e/ou recibo emitido na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1. Os valores do presente contrato poderão ser reajustado anualmente com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) acumulado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. O presente instrumento terá validade de 12 meses com sua vigência a partir do dia 02 de janeiro de 2014, findando no dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por igual período, se for de interesse da Administração.

CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária descrita na ordem de compra

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. A rescisão do presente poderá ser:

7.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

7.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

7.1.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente contrato.

E por estarem justos e contratados firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

O presente contrato foi confeccionado nos moldes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, principalmente no que tange a

dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X da referida LEI.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

LOCATÁRIO

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

LOCATÁRIO

SUELY MORSCH

LOCADOR

Testemunhas:

ELAINE CRISTINA GUMS VICK

CPF: 019.781.789-05

VIVIANE HAFFEMANN GRABOWSKI

CPF:008.687.979-01

Contrato 29/2014 - FMS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 29/2014, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E A PESSOA FÍSICA "Dr. DANILO AVANCI ORNELAS CHAVES".

Por este instrumento particular, de Locação de Prestação de Serviço, que celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, com CNPJ nº. 11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro nº. 3025, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, expedido pelo órgão SSP/SC, e pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, CPF nº. 5.246.769-41 e Cédula de Identidade nº. 1.988.587-3, brasileiros, casados, residentes e domiciliados neste Município, doravante denominados CONTRATANTES, e de outro lado, a Dr. DANILO AVANCI ORNELAS CHAVES, Pessoa Física, com CPF nº. 224.318.768-02, Identidade nº. 7.175.247, expedida pelo Órgão SSP/SC, CRM/SC nº. 19.980, residente e domiciliado na Rua Presidente José Linhares, 93, Bairro Parque São Vicente, Mauá, Estado de São Paulo,, telefone de contato (48) 9968-9804, e-mail: danilo.avanci@hotmail.com, doravante denominado CONTRATADA, as partes de comum acordo tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O objetivo do presente contrato consiste na Locação de Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**- DA CONTRATADA**

a) Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;

b) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral;

c) Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável da Secretaria Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço;

d) O atendimento de urgência médica se dará no Pronto Atendimento de Massaranduba, nos dias de semana sempre das 19:00

às 7:00 horas (Período Noturno) ; sábados e domingos (Finais de Semana) e feriados 24 horas.

- DA CONTRATANTE

Pela locação dos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA mediante apresentação de nota avulsa de serviço, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da locação da prestação dos serviços, de acordo com cláusula terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela locação dos serviços prestados a CONTRATANTE, pagará a importância de R\$ 81,00 (Oitenta e um reais) por hora plantão, de acordo com o total de horas registradas nas planilhas de controle de horas/plantão.

CLÁUSULA- QUARTA -DO REAJUSTE

O valor da hora/plantão será reajustado na mesma data da revisão geral dos Servidores da Prefeitura Municipal de Massaranduba, de acordo com o Art. 1º. da Lei Municipal nº. 1137/2009.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente Contrato terá validade a partir de 02/01/2014, expirando-se em 31/12/2014, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

06.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2103 – Manutenção da UNIDADE HOSPITALAR

31903400 – Outras Despesas de Pessoal Dec. Contratos Terceirização

10200 – Receita de Impostos e Transf. Imp. Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O Presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

a) Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.

b) Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CONTRATANTE.

c) Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.

d) Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Massaranduba, 18 de dezembro de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

CONTRATANTE

MÁRIO FERNANDO REINKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DANILO AVANCI ORNELAS CHAVES

CPF nº. 224.318.768-02

CONTRATADA

Testemunhas:

1) ELAINE CRISTINA GUMSVICK 2) CARINA R. F. STOLF

CPF: 019.781.789-05

CPF: 031.659.379-66

Coontrato 44/2013

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 44/2013, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2009, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E A PESSOA FÍSICA "Dr. DANILO AVANCI ORNELAS CHAVES".

Por este instrumento particular, de Locação de Prestação de Serviço, que celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, com CNPJ nº. 11.231.203/0001-05, com sede a Rua 11 de Novembro nº. 3025, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, expedido pelo órgão SSP/SC, e pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, CPF nº. 5.246.769-41 e Cédula de Identidade nº. 1.988.587-3, brasileiros, casados, residentes e domiciliados neste Município, doravante denominados CONTRATANTES, e de outro lado, a Dr. DANILO AVANCI ORNELAS CHAVES, Pessoa Física, com CPF nº. 224.318.768-02, Identidade nº. 7.175.247, expedida pelo Órgão SSP/SC, CRM/SC nº. 19.980, residente e domiciliado na Rua Presidente José Linhares, 93, Bairro Parque São Vicente, Mauá, Estado de São Paulo,, telefone de contato (48) 9968-9804, e-mail: danilo.avanci@hotmail.com, doravante denominada CONTRATADA, as partes de comum acordo tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O objetivo do presente contrato consiste na Locação de Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

- DA CONTRATADA

a) Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;

b) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral;

c) Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável da Secretaria Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço;

d) O atendimento de urgência médica se dará no Pronto Atendimento de Massaranduba, nos dias de semana sempre das 19:00 às 7:00 horas (Período Noturno) ; sábados e domingos (Finais de Semana) e feriados 24 horas.

- DA CONTRATANTE

Pela locação dos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA mediante apresentação de nota avulsa de serviço, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da locação da prestação dos serviços, de acordo com cláusula terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela locação dos serviços prestados a CONTRATANTE, pagará a importância de R\$ 81,00 (Oitenta e um reais) por hora plantão, de acordo com o total de horas registradas nas planilhas de controle de horas/plantão.

CLÁUSULA- QUARTA - DO REAJUSTE

O valor da hora/plantão será reajustado na mesma data da revisão geral dos Servidores da Prefeitura Municipal de Massaranduba, de

acordo com o Art. 1º. da Lei Municipal nº. 1137/2009.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente Contrato terá validade a partir de 10/12/2013, expirando-se em 31/12/2013, podendo ser renovado mediante concordância das partes, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

31903400 - Outras Despesas de Pessoal Dec. Contratos Terceirização

10200 - Receita de Impostos e Transf. Imp. Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O Presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

a) Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.

b) Transferir o contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CONTRATANTE.

c) Interromper o fornecimento da locação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE.

d) Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de trinta dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Massaranduba, 17 de dezembro de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

CONTRATANTE

MÁRIO FERNANDO REINKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DANILO AVANCI ORNELAS CHAVES

CPF nº. 224.318.768-02

CONTRATADA

Testemunhas:

1) ELAINE CRISTINA GUMS VICK 2) CARINA R. F. STOLF
CPF: 019.781.789-05 CPF: 031.659.379-66

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato Aditivo Nº 7/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Aditivo Nº: 7/1

Licitação: Dispensa Nº.003/2013

Objeto: Primeiro termo aditivo referente acréscimo de valor referente aumento de quantidade no fornecimento de gêneros de alimentação para manutenção da copa da Câmara de Vereadores

de Massaranduba.

Fornecedor: MERCADO SPÉZIA LTDA EPP

Valor: R\$ 302,49 (Trezentos e dois reais e quarenta e nove centavos)

Data de Assinatura: 17/12/2013

Termino da Vigência: 31/12/2013.

Modelo

PREFEITURA

Extrato de Licitação

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 952/2013 - Modalidade Pregão Presencial n. 024/2013

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 024/2013, para prestação de serviços para realização de processo seletivo e concurso, para suprir as necessidades da secretaria municipal de educação, e da administração do Município de Modelo - SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e Lei 10520/2002, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 06/01/2013, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 19 de Dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Dispõe Sobre o Serviço de Inspeção Sanitária

LEI COMPLEMENTAR N º 189 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município. FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Serviço de Inspeção Sanitária Municipal, criado pela Lei nº 1.164 de 13 de setembro de 1996, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de produtos de origem animal atenderá aos critérios estabelecidos nas Leis Federais nº 1.283/50, nº 8.171/91 e Decreto Federal nº 5.741/2006, que regulam a matéria, em especial o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa.

CAPITULO II - DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º A inspeção sanitária das atividades que processam alimentos de origem animal será realizado pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM, da Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, de forma permanente ou periódica, nos locais:

I - estabelecimentos que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados de origem animal para beneficiamento ou industrialização.

II - propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal, em caráter complementar e com a parceria da Defesa Sanitária Animal, para identificar as causas de problemas sanitários detectados nas matérias-primas e/ou produtos no estabelecimento industrial.

§ 1º - A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais, considerado os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de área protegida de manejo sustentável.

§ 2º - Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica, cuja frequência de execução de inspeção será estabelecida em normas complementares, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 3º - Será obrigatória à indicação de um responsável técnico qualificado, em todos os estabelecimentos/loais em que sejam manufaturadas ou industrializadas bebidas e/ou alimentos de consumo humano de origem animal.

Art. 3º São princípios a serem observados na realização dos serviços de inspeção:

I - Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II - o controle das condições higiênicas, sanitárias e tecnológicas, de produção, manipulação, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos de origem animal, vegetal e seus derivados;

III - a fiscalização das condições de higiene das pessoas que trabalham nos estabelecimentos referidos no inciso anterior;

IV - a fiscalização e controle de todos os materiais utilizados na manipulação, acondicionamento e embalagem de produtos de origem animal e vegetal;

V - a disciplina dos padrões higiênicos, sanitários e tecnológicos dos produtos de origem animal.

VI - a fiscalização e o controle do uso dos aditivos empregados na industrialização dos produtos de origem animal, vegetal e seus derivados;

VII - a realização dos exames tecnológicos, microbiológicos, histológicos, físico-químicos, enzimáticos e dos caracteres organolépticos de matéria-prima e produtos, quando necessário, sendo o ônus atribuído à indústria ou ao produtor.

VIII - Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, das agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 4º O Município de Navegantes poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros municípios, o Estado de Santa Catarina e a União, bem como poderá participar de consórcio de

municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção Sanitária.

Parágrafo Único: - O Município de Navegantes poderá solicitar adesão do Sistema de Inspeção Municipal - SIM, ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa, possibilitando que os produtos inspecionados sejam comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º O controle sanitário dos produtos de origem animal após a etapa de elaboração, compreendido a armazenagem, o transporte, a distribuição e a comercialização até o consumo final - incluem-se restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecido na Lei no 8.080/1990 - será de responsabilidade da Vigilância Sanitária da Secretaria de Municipal Saúde.

Art. 6º Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitárias, gerando registros auditáveis.

Parágrafo Único: Será de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca e da Secretaria da Saúde a alimentação e a manutenção do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitárias.

Art. 7º O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade/produto, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

Parágrafo Único: O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização das instalações e equipamentos destinados à fabricação de produtos de origem animal para o preparo de produtos industrializados que em sua composição principal não haja produtos de origem animal, mas estes produtos não podem constar impressos ou carimbos oficiais de inspeção de que trata esta LEI.

Art. 8º A embalagem dos produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo Único: Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Art. 9º Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

Art. 10. A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em normas regulamentares específicas.

Art. 11. Serão editadas normas específicas para venda direta de produtos em pequenas quantidades, conforme estabelece o Decreto Federal nº 5.741/2006.

Art. 12. Para obter o registro do produto no Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M. o produtor, pessoa física ou jurídica, deverá apresentar requerimento instruído com os seguintes documentos: I - requerimento simples de registro do produto elaborado por empresa ou produtor autônomo dirigido ao Secretário da Agricultura contendo, obrigatoriamente, dados pessoais do interessado e descrição básica do produto;

II - Licença Ambiental Prévia ou Corretiva emitida pelo Órgão Ambiental competente;

III - Documentos das Autoridades Municipais de Urbanismo e Saúde Pública competentes atestando a viabilidade da instalação e funcionamento do estabelecimento.

IV - termo de compromisso indicando a adoção de boas práticas

de fabricação;

V - CNPJ ou a inscrição do produtor rural na Secretaria da Fazenda Estadual ou CPF no caso de pessoa física;

VI - planta baixa ou croqui das instalações, com layout dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a metragem espacial, fonte e forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos e roedores;

VII - memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados pelo produtor;

VIII - apresentação do rótulo do produto ou descrição dos dizeres de rotulagem para cada produto;

IX - boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

X - certificado de curso de boas práticas de fabricação e manipulação em instituição reconhecida;

XI - indicação do responsável técnico pela produção, que deverá ser devidamente habilitado junto ao respectivo conselho regional;

XII - para os produtos de origem láctea, exames certificadores de ausência de tuberculose e brucelose, a cada ano, para as propriedades livres das mesmas, e a cada seis meses para as propriedades diagnosticadas positivas;

XIII - licença sanitária expedida pela Vigilância Sanitária Municipal;

XIV - licença de funcionamento expedida pela Prefeitura Municipal;

XV - certidão negativa de tributos e taxas municipais;

XVI - comprovante de recolhimento da taxa de fiscalização conforme disposto no Código Tributário do Município.

§ 1º - Os estabelecimentos de pequeno porte e baixo impacto ambiental, definidos pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, poderão apresentar Licença Única de Instalação e Operação (LIO), dispensando-se a Licença Ambiental Prévia.

§ 2º - Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

§ 3º - Os documentos descritos nos itens XIII, XIV, XV e XVI deverão ser renovados anualmente, sob pena de revogação do registro no S.I.M.

§ 4º Os demais documentos deverão ser renovados sempre que houver alteração nos dados fornecidos ao S.I.M.

Art. 13. O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade/produto, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade antes do início da outra.

Art. 14. A pena de multa será cobrada em UFM, obedecendo-se aos seguintes critérios:

I - de 1 a 7 UFM nas infrações leves;

II - de 7 a 100 UFM nas infrações graves;

III - de 100 a 200 UFM nas infrações gravíssimas.

CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES

Art. 15. A infração ao disposto nesta lei sujeita o infrator às seguintes sanções:

I - a advertência formal, notificando o infrator da irregularidade quando este for primário.

II - multa, devendo a mesma ser aplicada em dobro no caso de reincidência. No caso de múltiplas reincidências a multa será aplicada conforme o número de reincidências registradas pela fiscalização.

III - apreensão e/ou condenação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulteradas ou falsificadas.

IV - suspensão da atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária.

V - apreensão dos aditivos e ingredientes não autorizados e/ou adulterados.

VI - apreensão de rotulagem impressa em desacordo com as condições legais;

VII - interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pelo órgão competente, a inexistência de condições técnicas e higiênico-sanitárias previstas na legislação vigente.

VIII - após a terceira reincidência será expedido pelos técnicos do S.I.M, Relatório de Certificação de Irregularidade Permanente, que será publicado pelo Município na imprensa local e, ensejará o cancelamento do registro do produto, que estiver em desacordo com as orientações da Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 1.º Para fins desta lei considera-se reincidência o cometimento de infração à legislação sanitária, duas ou mais vezes dentro do período de um ano, contado da data da fiscalização.

§ 2.º As multas previstas neste artigo e classificadas abaixo, atingirão o grau máximo, no caso de artifício, artil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e meios a seu alcance para cumprir a lei:

a) leves - aquelas em que o infrator for beneficiado por circunstância atenuante;

b) graves - aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

c) gravíssimas - aquelas em que for verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

§ 3.º A suspensão de que trata o inciso IV cessará quando sanado o risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de franquia de atividade à ação fiscalizadora.

§ 4.º A interdição de que trata o inciso VII poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 5.º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, o registro será automaticamente cancelado.

§ 6.º As penalidades previstas nos incisos deste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade da infração.

Art. 16. A pena de multa será cobrada em UFM, obedecendo aos seguintes critérios:

I - de 1 a 7 UFM nas infrações leves;

II - de 7 a 100 UFM nas infrações graves;

III - de 100 a 200 UFM nas infrações gravíssimas.

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 17. As infrações ao disposto nesta lei serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciando com a lavratura do auto de infração.

Parágrafo Único: Deverá constar do Auto de Infração a assinatura do autuado, ou na sua ausência ou recusa a observação correspondente ao fato e a entrega da referida peça fiscal ao protocolo da Prefeitura para as providências cabíveis.

Art. 18. Quando apesar da lavratura do auto de infração, subsistir obrigação para o infrator dar cumprimento, será feita intimação para que cumpra a obrigação, no prazo de 20 (vinte dias), contados da ciência, sob pena da aplicação das penalidades previstas nesta Lei.

§ 1.º A desobediência para cumprimento da obrigação e da determinação contida na intimação a que se refere o caput deste artigo, além de sua execução forçada, acarretará na imposição de multa diária de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da prestação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

§ 2.º As multas diárias mencionadas no parágrafo anterior são:

a) por infração leve 0,5 UFM

b) por infração grave 1 UFM

c) por infração gravíssima 3 UFM

Art. 19. Da decisão de aplicação de penalidade caberá recurso, em

que será assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único: Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o processo será julgado em primeira instância administrativa pelo responsável do S.I.M.

Art. 20. Os fiscais ficam responsáveis pelas afirmações que fizerem nas peças fiscais lavradas e nos atos decorrentes, bem como os servidores pelas alegações constantes nos documentos que expedirem, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 21. Das decisões condenatórias, poderá o infrator apresentar recurso voluntário à Junta de Recursos Fiscais, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da condenação. Após, o processo seguirá o rito do Processo Administrativo Tributário, previsto na Lei 1.445 de 27-12-90, e alterações posteriores (Código Tributário Municipal), inclusive, quanto à inscrição do débito em Dívida Ativa, se for o caso.

CAPÍTULO V - DAS TAXAS

Art. 22. Ficam instituídas taxas relativas à inspeção sanitária e vistoria, cujos valores constarão do Anexo Único que integra a presente Lei.

Art. 23. O fato gerador das taxas de que trata o artigo anterior é o exercício do poder de polícia, bem como a utilização efetiva ou potencial dos serviços de inspeção municipal postos à disposição dos estabelecimentos e produtores abrangidos pelas disposições desta Lei.

Art. 24. Contribuinte das taxas é a pessoa física ou jurídica que executar atividades sujeitas à inspeção sanitária e industrial prevista nesta lei.

Art. 25. Os valores das taxas constantes do Anexo Único desta lei serão revistos de acordo com o Código Tributário de Navegantes.

Art. 26. Esta lei complementar será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 27. Esta lei complementar entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA
ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR N º 189 DE 19/11/2013

DAS TAXAS DE REGISTRO E ANÁLISE:

I - Pelo Registro de Estabelecimentos

a) Abatedouros-frigoríficos; abatedouros de pequenos e médios animais; abatedouros de aves 4,5 UFM(anoal)

b) Charqueados; fábricas de conservas; fábricas de produtos suínos; fábricas de produtos gordurosos; entrepostos de carnes e derivados; fábrica de produtos não comestíveis; entrepostos frigoríficos 3 UFM(anoal)

c) Granjas; leiteiras; estábulos leiteiros; usinas de beneficiamento; fábricas de laticínio; entrepostos-usinas; entrepostos de laticínios; postos de laticínios; postos de refrigeração; postos de coagulação: 3 UFM(anoal);

d) Entrepostos de pescados; fábricas de conserva e filetagem de

pescados: 4 UFM (anoal);

e) Entrepostos de ovos; fábricas de conserva de ovos: 3 UFM (anoal);

f) Açougue e peixarias 3 UFM (anoal);

Portaria de Exoneração

PORTARIA Nº. 3663 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SABRINA DA COSTA DOMICIANO, matrícula Nº3923/03 do cargo de Monitora Educação Especial de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 06 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2013.

Portaria Licença Maternidade

PORTARIA Nº. 3662 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. FABIANE CRISTINA CARVALHO, matrícula nº. 16743/02, que exerce a função Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 06/12/2013 a 03/06/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06/12/2013 a 03/06/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 06 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2013.

Portaria Licença Saúde

PORTARIA Nº. 3624 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a FABIANE CRISTINA CARVALHO, sob matrícula nº 16743/02, no cargo de Monitória Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 22/08/2013 à 05/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de agosto de 2013 à 05 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 22 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de dezembro de 2013.

Aviso de Licitação Concorrência Nº 24/2013 Fmv AVISO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 24/2013 FMV

A Prefeitura do Município de Navegantes comunica que se encontra aberta licitação para Concessão de serviços públicos, na modalidade Concorrência Pública, regida pelas Leis nº 8.666/1993, 8.987/1995 e demais legislações indicadas no edital, autuada sob o nº 24/2013, pela combinação dos critérios da Melhor Técnica e do Menor Preço da Tarifa Pública. OBJETO: Seleção de empresa ou consórcio de empresas para Delegação da Concessão do Serviço para o Sistema Integrado de Transporte Coletivo Público de

Passageiros do Município de Navegantes. PRAZO DE EXCUÇÃO: 15 (quinze) anos. DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Os envelopes Nº 01 (um) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, Nº 02 (dois) PROPOSTA TÉCNICA e Nº 03 - PROPOSTA DE PREÇO - TARIFA ÚNICA deverão ser entregues na sede da Secretaria de Administração, sita na Rua João Emílio, nº 100 - Centro - Navegantes, até às 9h30 do dia 12 de fevereiro de 2014. A sessão pública de abertura do envelope Nº 01 (um) - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - terá início às 10h do dia 12 de fevereiro de 2014. Os interessados poderão ter acesso à íntegra do Edital, através da obtenção do CD - ROM correspondente, na sede da Secretaria de Administração, sita na Rua João Emílio, nº 100 - Centro - Navegantes, ou ainda, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes na internet, no endereço: <http://www.navegantes.sc.gov.br>, a partir do dia 20 de dezembro de 2013. No ato de aquisição do CD-ROM, os interessados deverão fornecer outro CDR, sem qualquer uso, para reposição aos cofres públicos.

Navegantes, 20 de dezembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito do Município de Navegantes.

Extrato Contrato 197/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 197/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : LAR PEQUENO ACONCHEGO LTDA EPP.

Valor : 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 13/11/2013 Término: 13/11/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 177/2013

Recursos : Dotação: 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INTERNAÇÃO EMERGENCIAL DE J.C NA INSTITUIÇÃO LAR PEQUENO ACONCHEGO, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL Nº 135.11.002678-4. CONTRATAÇÃO CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 177/2013.

Navegantes, 13 de novembro de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 257/2013

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 257/2013

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: Jair Hobus

Licitação: Dispensa 72/2011

Valor: R\$ 5.374,44

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00(135)

Objeto.: quinto Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo pactuado no contrato original.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 250/2013

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 250/2013

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: Luciano Rodrigues Daniel

Licitação: Dispensa 11/2012

Valor: R\$ 38.988,00
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00(135)

Objeto.: terceiro Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo pactuado no contrato original.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 251/2013

Prefeitura de Navegantes/SC
Contrato nº 251/2013
Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratado.: WALMIR KUOCHINSKI
Licitação: Dispensa 27/2012
Valor: R\$ 45.480,00
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00(135)

Objeto.: Terceiro Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo pactuado no contrato original.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 258/2013

Prefeitura de Navegantes/SC
Contrato nº 258/2013
Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratado.: Manfredo Krause
Licitação: Dispensa 86/2012
Valor: R\$ 18.000,00
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00(134)

Objeto.: O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo pactuado e índice de reajuste no contrato original.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 260/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 260/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : EQUIBRASIL LTDA EPP.
Valor : 100.320,00 (cem mil trezentos e vinte reais).
Vigência : Início: 18/12/2013 Término: 18/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2013
Recursos : Dotação: 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ELEVADOR ELÉTRICO, DEVIDAMENTE INSTALADO PARA ATENDIMENTO AOS EDUCANDOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL, NA LOCALIDADE DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2013.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 261/2013

Prefeitura de Navegantes/SC
Contrato nº 261/2013
Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratado.: SG Portal Imóveis Ltda
Licitação: Dispensa 55/2011
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0095

Objeto.: O Quinto Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo pactuado no contrato original.

Navegantes, 19 de dezembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Carta de Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 18 de dezembro de 2013

Ilma Sra
GABRIELA HESSEL DE LIMA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO -PROCESSO SELETIVO 004/2012

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo seletivo de Nº 004/2012, para o cargo de ODONTOLOGO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo seletivo

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,
ALESSANDRA MULLER
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 18 de dezembro de 2013

Ilma Sra
KAREN CRISTINE CARVALHO GONÇALVES (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO -PROCESSO SELETIVO 004/2012

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo seletivo de Nº 004/2012, para o cargo de TERAPEUTA OCUPACIONAL

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo seletivo

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emilio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 18 de dezembro de 2013

Ilma Sra
MERLI AMAURA MARTINS DO NASCIMENTO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO -PROCESSO SELETIVO 004/2012

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo seletivo de Nº 004/2012, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo seletivo

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller
Diretoria em Gestão de R.H.

NAVEGANTESPREV

Portaria Nº 043/2013 "Concede Pensão por Morte Em Cumprimento de Decisão Judicial

PORTARIA Nº 043 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM CARÁTER INTEGRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a decisão, proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos autos da ação ordinária nº 135.06.002504-6,

proposto por DEMERVAL ANTONIO PERA em face do Município de Navegantes, que determinou judicialmente o pagamento vitalício da Pensão por Morte de NADIA GORETE COUTO PERA.

RESOLVE:

I Conceder, em cumprimento a decisão judicial, a Pensão por Morte, em decorrência do falecimento em data de 21 de julho 1996 da servidora ativa NÁDIA GORETE COUTO PERA, portadora da cédula de identidade inscrita no CPF sob nº 414.996.899-34, ao dependente presumido, Sr. DEMERVAL ANTÔNIO PERA, portador da cédula de identidade RG nº 663.935 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 816.617.389-15.

II Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos da decisão judicial, observada a metodologia contida na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2013.07.00038, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de setembro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

ARILSON LUIZ MORAES
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2013.
ARILSON LUIZ MORAES
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 620/2013

Lei Complementar nº 620/2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contrato de concessão de uso de bem público, a título gratuito, de uma sala anexa ao Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição para instalação da sede da Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Nova Trento.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, parágrafo único da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de concessão de uso de bem público, a título gratuito, de uma sala com área de 70 m² (setenta metros quadrados), anexa ao Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, administrado pelo Poder Executivo Municipal nos termos da Lei Complementar nº 504, de 16 de março de 2011, para instalação da sede da Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Nova Trento, CNPJ nº 18.594.466/0001-28, atualmente estabelecida à Rua Santo Inácio, nº 202, Centro, Nova Trento/SC, pelo prazo de 5 (cinco)

anos, prorrogável com autorização legislativa.

Art. 2º O contrato deverá condicionar a manutenção da concessão à finalidade para a qual foi outorgada e à intransferibilidade da concessão, sob pena de extinção da concessão.

Art. 3º Como encargo pela concessão o concessionário fica obrigado à conservação e manutenção da área externa adjacente ao objeto da concessão de uso.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 04 de dezembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 621/2013

Lei Complementar nº 621/2013

Autoriza a implantação do NASF/MS1, cria cargos e vagas necessários a execução do presente programa.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Portaria Federal nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde; Portaria nº 1.828, de 27 de agosto de 201, do Ministério da Saúde; Lei Federal nº 8.856, de 01 de março de 1994, e; Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, em seus arts. 62 e incisos, e 94, inciso XII, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o NASF/MS1, (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da Atenção Básica, bem como sua resolubilidade, apoiando a inserção da estratégia de Saúde da Família na rede de serviços e o processo de territorialização e regionalização a partir da Atenção Básica.

§ 1º O NASF/MS1 (Núcleo de Apoio a Saúde da Família) será constituído por uma equipe composta por 08 (oito) profissionais cujas atividades estão inscritas no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), que são Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Nutricionista e Educador Físico, para atuarem em parceria com os profissionais das Equipes Saúde da Família – ESF, atuando diretamente no apoio às equipes e na Unidade na qual o NASF/MS1 está cadastrado, qual seja, na Unidade Sanitária Madre Paulina.

§ 1º Aos profissionais contratados por processo seletivo, de conformidade com a Lei Complementar nº 458/2010, que autorizou a implantação do NASF/SC, fica assegurado o direito de exercer o cargo atribuído, até o término do seu contrato.

§ 2º O NASF/MS1 deve atuar de forma integrada à rede de serviços de saúde a partir das demandas identificadas no trabalho conjunto com as Equipes Saúde da Família – ESF.

§ 3º A responsabilização compartilhada entre as equipes ESF e a equipe do NASF/MS1, na comunidade, prevê a revisão da prática do encaminhamento com base nos processos de referência e contra-referência, ampliando-a para um processo de acompanhamento longitudinal de responsabilidade da equipe de Atenção Básica / Saúde da Família, atuando no fortalecimento de seus atributos e no papel de coordenação do cuidado no SUS - Sistema Único de Saúde.

§ 4º O NASF/MS1 deve buscar instituir a plena integralidade do cuidado físico e mental aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, por intermédio da qualificação e complementaridade do trabalho das Equipes Saúde da Família – ESF.

Art. 2º - Ficam criados 08 (oito) cargos e as respectivas vagas, sob a forma de emprego público, para as atividades de Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Nutricionista e Educador Físico, sendo uma vaga para cada atividade.

§ 1º Os cargos, as vagas, a respectiva remuneração a carga horária, as atribuições sintéticas e genéricas passam a fazer parte integrante dos anexos I e II da presente Lei.

§ 2º A atividade de Fisioterapeuta será de 30 (trinta) horas semanais, em obediência ao art. 1º da Lei Federal nº 8.856, de 01 de março de 1994.

Art. 3º Os servidores admitidos pelo Município para o preenchimento das vagas dos empregos criados por esta Lei e descritos nos anexos I e II, serão contratados:

I – Pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto Lei nº 5.452/43);

II – Ao Regime Geral de Seguridade Social - INSS (art. 201, da CF);

III – Ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 7º, III, da CF).

Art. 4º A contratação dos servidores para o preenchimento das vagas dos empregos públicos criados por esta Lei obedecerá ao disposto no art. 7º e seu § 2º, e no art. 8º, ambos da Lei Municipal nº 2.239/2007.

Art. 5º Os profissionais que, na data de publicação desta Lei, estejam exercendo quaisquer das atividades descritas no art. 2º da presente Lei, e que tenham vínculo empregatício com o Município através do competente processo seletivo, poderão ser nomeados para ocuparem tais cargos, mediante ato administrativo do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de recursos repassados pelo Governo Federal, em parcelas mensais, para pagamento dos servidores, inclusive o valor para pagamento do 13º salário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 458/2010.

Fls.03 Lei Compl. 621/2013

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de dezembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário M. Administração e Finanças

ANEXO I

Lei Complementar nº 621/2013

Cargo	Vagas	Carga horária	Vencimento
Fisioterapeuta	01	30 hs. semanais	1.473,85
Farmacêutico	01	40 hs. semanais	1.813,97
Fonoaudiólogo	01	40 hs. semanais	1.813,97
Psicólogo	01	40 hs. semanais	1.813,97
Médico Ginecologista	01	20 hs. semanais	3.939,71
Médico Psiquiatra	01	20 hs. semanais	3.939,71
Nutricionista	01	40 hs. semanais	1.909,84
Educador Físico	01	20 hs. semanais	1.000,00

ANEXO II

lei Complementar nº 621/2013

Os requisitos para fins de admissão nos cargos abaixo relacionados e suas atribuições:

I – FISIOTERAPEUTA**Requisitos:**

- Idade: de 18 a 70 anos.
- Habilitação Profissional: Curso Superior na Área de Fisioterapia, com registro no Conselho da Categoria.

Atribuições Genéricas:

- Realizar atendimentos domiciliares em pacientes portadores de enfermidades crônicas e/ou degenerativas, pacientes acamados ou impossibilitados. Encaminhando à serviços de maior complexidade, quando julgar necessário;
- Prestar atendimento pediátrico a pacientes portadores de doenças neurológicas com retardo no DNPM (desenvolvimento neuropsicomotor), mal formações congênitas, distúrbios nutricionais, afecções respiratórias, deformidades posturais; pois com os procedimentos ou recursos fisioterápicos o número de hospitalizações pode ser reduzido, a progressão das lesões pode ser evitada ou acentuada e o desenvolvimento motor normal pode ser estimulado;
- Orientar os pais ou responsáveis, pois qualquer tratamento ou procedimento realizado em pediatria deve contar com a dedicação e a colaboração da família, para que este seja completo e eficaz;
- No pré-natal e puerpério, devido as modificações gravídicas locais e gerais, o fisioterapeuta pode atuar nestas fases da vida da mulher realizando condicionamento físico, exercícios de relaxamento e orientações de como a gestante deve proceder no pré e no pós parto para que ela possa retornar às suas atividades normalmente;
- Na prevenção de câncer, o profissional pode orientar quanto ao diagnóstico precoce: papa-nicolau e auto exame das mamas. Realizar procedimentos ou técnicas fisioterápicas afim de evitar as complicações da histerectomia e da mastectomia.
- Realizar programas de atividades físicas e psico-sociais com o objetivo de aliviar os sintomas dessa fase da vida da mulher, onde ela passa da fase reprodutiva para a não reprodutiva (climatério);
- Desenvolver atividades físicas e culturais para a terceira idade, para que o idoso consiga realizar suas atividades diárias de forma independente, melhorando sua qualidade de vida e prevenindo as complicações decorrentes da idade avançada;
- Orientar a família ou responsável, quanto aos cuidados com o idoso ou paciente acamado;
- Desenvolver programas de atividades físicas, condicionamento cardiorespiratório e orientações nutricionais para o obeso, prevenindo com isso a instalação de enfermidades relacionadas à obesidade;
- Em patologias específicas, como a Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes melitus, Tuberculose e Hanseníase – prescrever atividades físicas, principalmente exercícios aeróbicos, a fim de prevenir e evitar complicações decorrentes, prescrever exercícios/técnicas respiratórios para diminuir o tempo de internação hospitalar e prevenir deformidades que levam às incapacidades;
- E demais atividades próprias da função quando por exigência dos programas da ESF, devam ser implantadas.

II – FARMACEUTICO**Requisitos:**

- Idade: de 18 a 70 anos
- Habilitação Profissional: Curso Superior na Área de Farmácia, com registro no Conselho da Categoria.

Atribuições Genéricas:

- Coordenar e executar as atividades de Assistência Farmacêutica no âmbito da Atenção Básica/Saúde da Família;
- Auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica/Saúde da Família, assegurando a integridade e a intersetorialidade das ações de saúde;

- Promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso;
- Assegurar a dispensação adequada dos medicamentos na Atenção Farmacêutica na Atenção Básica/ Saúde da Família;
- Selecionar, programar, distribuir e dispensar medicamentos e insumos, com garantia da qualidade dos produtos e serviços;
- Receber, armazenar e distribuir adequadamente os medicamentos na Atenção Básica/ Saúde da Família;
- Acompanhar e avaliar a utilização de medicamentos e insumos, inclusive os medicamentos fitoterápicos, homeopáticos, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população;
- Subsidiar o gestor, os profissionais de saúde e as ESF com informações relacionadas à morbimortalidade associados aos medicamentos;
- Elaborar, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da Atenção/Assistência Farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade;
- Intervir diretamente com os usuários nos casos específicos necessários, em conformidade com a equipe de Atenção Básica/Saúde da Família, visando uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida;
- Estimular, apoiar, propor e garantir a educação permanente de profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família envolvidos em atividades de Atenção/Assistência Farmacêutica;
- Treinar e capacitar os recursos humanos da Atenção Básica/Saúde da Família para o cumprimento das atividades referentes à Assistência Farmacêutica.
- Participar como integrante e Palestrante do Grupo de Tabagismo, realizando palestras dando suporte a ESF do município.
- Participar dos Grupos de Hipertensos e Diabéticos, dando suporte a ESF e esclarecendo a população em relação a dúvidas medicamentosas.
- E demais atividades próprias da função quando por exigência dos programas da ESF, devam ser implantadas.

III – fonoaudiólogo**Requisitos:**

- Idade: de 18 a 70 anos
- Habilitação Profissional: Curso Superior na Área de Fonoaudiologia, com registro no Conselho da Categoria.

Atribuições Genéricas:

- Identificar, em conjunto com as Equipes Saúde da Família e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas;
- Identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações;
- Atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Internação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos;
- Acolher os usuários e humanizar a atenção;
- Desenvolver coletivamente, com vistas a intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras;
- Promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde;
- Elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades do NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, e outros veículos de informação;
- Avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implantação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores

previamente estabelecidos;

- Elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção do NASF;
- Elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas ESF e o NASF do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada.

IV – PSICÓLOGO

Requisitos:

- Idade: de 18 a 70 anos
- Habilitação Profissional: Curso Superior na Área de Psicologia, com registro no Conselho de Classe.

Atribuições Genéricas:

- Realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;
 - Apoiar a ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtorno mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos no CAPS, tentativa de suicídio, situações de violência intra familiar;
 - Discutir com a ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas;
 - Criar, em conjunto com a ESF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade;
 - Evitar prática que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatria e a medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;
 - Fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não- manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação com relação à loucura;
 - Desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial – conselhos tutelares, associações de bairro, grupos de auto – ajuda etc.;
 - Priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde em outros espaços na comunidade;
 - Possibilitar a integração dos agentes redutores de danos aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família; e
 - Ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parcerias no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.
- E demais atividades próprias da função quando por exigência dos programas da ESF, devam ser implantadas.

V- MÉDICO GINECOLOGISTA: CBO: 2231.32

Requisitos:

- Idade: de 18 a 70 anos
- Habilitação Profissional: Curso Superior na Área de Medicina, com especialização em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).

Atribuições Genéricas:

- Atender consultas de ginecologia e obstetrícia (pré natal e doenças da mulher em geral);
- Colher material para exame (preventivo de câncer);
- Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço e exercer outras atividades inerentes ao cargo, conforme regulamentação do CRM.

VI - MÉDICO PSIQUIATRA: CBO: 2251.33

Requisitos:

- Idade: de 18 a 70 anos
- Habilitação Profissional: Curso Superior na Área de Medicina, com especialização em Psiquiatria e registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).

- Efetuar acompanhamento clínico (ambulatorial e hospitalar) de pacientes portadores de doenças infecciosas e/ou parasitárias causadas por vírus e/ou bactérias;
- Realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a doenças infecciosas e/ou parasitárias;
- Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;
- Emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica;
- Manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e evolução da doença;
- Prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins;
- Coletar e avaliar dados bioestatísticos e sócio-sanitários da comunidade, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população;
- Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral;

VII – NUTRICIONISTA: CBO: 2237-10

Requisitos:

- Idade: de 18 a 70 anos
- Habilitação Profissional: Curso Superior em Nutrição e registro no Conselho Regional de Nutricionistas -CRN.
- Compor equipe multidisciplinar/profissional para cuidar de pacientes diabéticos, hipertensos e portadores de outras doenças crônico-degenerativas, orientando-as quanto à importância de dieta adequada;
- Trabalhar junto ao setor de vigilância epidemiológica, promovendo atividades para minimizar o grau de desnutrição infantil no Município;
- Supervisionar e elaborar cardápios nas unidades municipais de observação (SAMMDU etc.);
- Supervisionar a merenda escolar, contribuindo para a melhoria de sua qualidade; participar do planejamento da aquisição de produtos para a merenda escolar, além de acompanhar as licitações ligadas a este aspecto;
- Supervisionar e orientar o armazenamento dos alimentos no depósito geral;
- Assessorar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, participando de suas reuniões;
- Promover atividades para reciclagem do pessoal envolvido diretamente com a estocagem e preparação da merenda escolar, além de palestras e cursos voltados para dirigentes escolares, supervisores escolares/orientadores educacionais, professores e outros interessados em alimentação escolar e temas afins;
- Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço e exercer demais atividades inerentes ao cargo, conforme regulamentação do respectivo Conselho Regional de classe.

VIII – EDUCADOR FÍSICO: CBO: 2241-E1

Requisitos:

- Idade: de 18 a 70 anos
- Habilitação Profissional: Curso Superior Específico na Área e registro no Conselho Regional da Categoria.
- Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade;
- Veicular informação que visam à prevenção, minimização dos riscos e proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do auto cuidado;
- Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio de atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;
- Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/ Práticas Corporais nutrição e saúde juntamente com as ESF, sob a forma de co-participação acompanhamento supervisionado, discussão

de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;

- Articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;

- Contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social;

- Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais;

- Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde – ACS, para atuarem como facilitador-monitores no desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais;

- Supervisionar de forma compartilhada, e participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade;

- Promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território;

- Articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais;

- Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população.

Nova Trento, em 17 de dezembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 623/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 623/2013.

Altera, acrescenta artigos e parágrafos na Lei nº 1.284/1993, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, em conformidade com a Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação dada pela Lei federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 9º, da Lei Municipal nº 1.284, de 1º de outubro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 9º Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco membros, escolhidos pela população para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha, nos termos do Art. 1º da Lei nº 12.696/2012."

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, em conformidade com as alterações do Art. 139, da Lei nº 8.069/90, pela Lei nº 12.696/2012, ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 2º Acrescenta inciso VII, ao artigo 13 da Lei nº 1.284, de 1º de outubro de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação: VII - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 3º Fica acrescentado o Art. 20º "A" a Lei nº 1.284, de 1º de outubro de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.20 "A" No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato, doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 4º O art. 24, § 3º, da Lei nº 1.284, de 1º de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. ()

§ 3º Os eleitos serão nomeados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando posse para a função de conselheiro tutelar no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha."

Art. 5º Fica acrescentado o Art.31 "A" a Lei nº 1.284, de 1º de outubro de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31 A O Conselho Tutelar funcionará em local designado pela Prefeitura Municipal, oferecendo plenas condições de funcionamento, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8 às 12h e das 13h30min às 17h, inclusive com serviço de plantão diário das 17h às 8h e aos sábados, domingos e feriados, plantão de 24h.

Art. 6º Ficam acrescentados os §§ 2º e 3º ao Art. 34 da Lei nº 1.284, de 1º de outubro de 1993, conforme disposições na Lei Federal nº 12.696/2012:

"§ 2º Ficam assegurados aos Conselheiros Tutelares, além dos direitos previstos no "caput" do Artigo 34, da Lei nº 1284/93, os seguintes direitos:

I - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

II - licença-maternidade;

III - licença-paternidade;

IV - gratificação natalina.

§ 3º Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º Os conselheiros em exercício no Município de Nova Trento/SC, cumprirão mandato até 09 de janeiro de 2016, para alinhamento com as eleições nacionais de 2014, exceto se houver disposição diversa em lei federal sobre a matéria.

Art. 8º Para efeitos de contribuição previdenciária o Conselho Tutelar estará sujeito ao Regime Geral de Previdência Social.

Fls.02 Lei Compl. 623/2013

Art. 9º Para efeito de aplicação dos direitos sociais garantidos na presente lei, ficam os Conselheiros Tutelares sujeitos aos ditames da Lei nº 1.284/1993.

Art. 10 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de dezembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 624/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 624/2013

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel que especifica e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, em especial o Art. 12, Parágrafo Único da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar em favor do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel de uma área de 495,00m² (quatrocentos e noventa e cinco metros quadrados), de propriedade do Município, objeto da matrícula nº 17.518, devidamente

registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista, com as seguintes medidas e confrontações: Frente (Leste): mede 16,50 metros, no acompanhamento da Rua Salvador Gessele; Fundos (Oeste): mede 16,50 metros, com área remanescente da propriedade Prefeitura Municipal de Nova Trento (Matr. Nº 7.934); Lado Direito (Sul): mede 30,00 metros, área remanescente da propriedade Prefeitura Municipal de Nova Trento (Matr.º 7.934); e Lado Esquerdo (Norte): mede 30,00 metros, com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Matr. 11.710).

Parágrafo Único: O imóvel descrito na Caput deste artigo, é destinado exclusivamente à construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 2º O prazo da presente cessão será de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel em anexo, que faz parte integrante da presente lei, podendo ser prorrogado por Termo Aditivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 001/2013

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.925.025/0001-60, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. GIAN FRANCECO VOLTOLINI, portador do RG nº 3.573.471/SSP/SC, CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado CEDENTE, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rodovia SC 401, nº 4600, Km 5, Saco Grande, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.951.229/001-76, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, com sede na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.509.770/0001-88, , neste ato representada pelo Secretário de Estado Senhor JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 109.269 e do CPF nº 049.355.369-49, residente e domiciliado neste Estado, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso de terreno do Município de Nova Trento, localizado no centro da cidade à Rua Salvador Gessele, com a finalidade de construção pela CESSIONÁRIA do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DO CESSIONÁRIO E DA CEDENTE, DA CONSERVAÇÃO DO BEM E DOS FINS DO SEU USO

A CESSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo para a construção de um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O CEDENTE deverá providenciar os equipamentos, materiais permanentes e recursos humanos necessários ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social de acordo com as leis, regras e diretrizes estipuladas pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A CESSIONÁRIA, através de projetos realizados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, providenciará aquisição parcial de equipamentos e mobiliários destinados ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O CEDENTE se compromete a assumir a responsabilidade de apoiar na organização de acordo com as diretrizes da Política Nacional da Assistência Social, com a finalidade de prevenir situações de risco social e

vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento de potencialidades e atendimento integral as famílias.

SUBCLÁUSULA QUARTA - O CEDENTE responsabilizar-se-á pela oferta de serviços, programas e projetos que fortaleçam vínculos familiares e comunitários e demais programas de transferência de renda, de acordo com nível de complexidade do equipamento social construído.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Fica estabelecido que todas as despesas concernentes ao imóvel, inclusive aquelas referentes às taxas e impostos, que venham a sofrer na vigência deste termo, e demais outras indispensáveis à manutenção e conservação do bem, correrão por conta do CEDENTE.

SUBCLÁUSULA SEXTA - A CESSIONÁRIA obriga-se a manter em perfeito estado de conservação o imóvel, e usá-lo exclusivamente para os fins estabelecidos nesta cláusula e cláusula primeira deste Termo, para que ao final do prazo de vigência do presente o mesmo seja entregue em boas condições.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - É obrigação do CEDENTE a apresentação da consulta de viabilidade da construção do equipamento social à CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA MODALIDADE DA CESSÃO
A presente cessão de uso é feita em caráter gratuito.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante atendimento na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto na Cláusula Segunda e suas respectivas subcláusulas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Fica desde já autorizado às partes rescindir de pronto a presente cessão caso seja dado fim ao imóvel cedido diverso do disposto na cláusula segunda do presente, não cabendo qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência da cessão de uso, o bem cedido

deverá ser devolvido à CEDENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação pelo CEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo inicia na data da sua assinatura e termina em 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura, ou até eventual rescisão ou denúncia

por qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao CEDENTE. Fica estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O CEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do Estado no prazo e na forma do art. 13, do Decreto Estadual nº 307, de 4 de junho de 2003.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis-SC, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo, podendo, os casos omissos, ser resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por assim estarem de pleno acordo, as partes subscritoras do presente Termo obrigam-se ao seu total e irrenunciável cumprimento, o qual lido e achado conforme, e lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, vão assinadas pelos partícipes, e pelas 2 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, para publicação e execução.

Nova Trento, em 17 de dezembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal de Nova Trento
CEDENTE

JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA
Secretário de Estado
CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:
NOME: JULIANO GULINI
CPF: 040.187.199-14

NOME: JANAINA BARAUNA
CPF: 061.554.599-83

Lei Complementar Nº 622/2013

Lei Complementar Nº 622/2013

Altera o número de vagas dos cargos constantes no Anexo I das Leis nº 2.239/2007 e Lei Complementar nº 273/2009 do Programa Social Estratégia Saúde da Família –ESF e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere a Lei, faz saber a todos os habitantes do município de Nova Trento que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Ficam criadas 4 (quatro) vagas, sendo 01 (uma) para cada cargo, identificados no Anexo I da Lei nº 2.239/2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I – Lei nº 2.239/2007

I – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

EMPREGOS	VAGAS ATUAIS	ALTERAÇÃO DE VAGAS	TOTAL VAGAS	CARGA HORÁRIA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	33	-----	33	40h semanais
AUXILIAR EMFERMAGEM	04	01	05	40h semanais
CIRURGIÃO-DENTISTA	04	01	05	40h semanais
ENFERMEIRO	04	01	05	40h semanais
MÉDICO	04	01	05	40h semanais

Art.2º Fica criada 01 (uma) vaga, no cargo identificado no Anexo I da Lei Complementar nº 273/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I – Lei Complementar nº 273/2009

I – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

EMPREGOS	VAGAS ATUAIS	ALTERAÇÃO DE VAGA	TOTAL VAGAS	CARGA HORÁRIA
Auxiliar de Consultório Odontológico	04	01	05	40h semanais

Art. 2º As despesas provenientes com a execução da presente Lei, estão contempladas no orçamento fiscal vigente, através de recursos oriundos do Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Nº 2.513/2013

Lei nº 2.513/2013

INSTITUI NORMAS SOBRE A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES DESTINADAS A REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito do Município de Nova Trento, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A realização em caráter temporário de feiras e eventos comerciais, com vendas a varejo, somente poderão funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, a qual será expedida após requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei e demais normas aplicáveis a matéria.

§ 1º consideram-se feiras e eventos comerciais, as instalações

destinadas à comercialização de produtos, bens ou serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitários ou dividido em estandes individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinando.

§ 2º Cada estande deverá ter área mínima de 20 m² (vinte metros quadrados), devendo ser comprovado através de planta do local onde será realizada a feira ou evento.

§ 3º O disposto no § 1º, não se aplica:

I - às feiras anexas ou realizadas em função de eventos patrocinados, incentivados ou estimulados pelo Município, desde que os produtos, bens ou serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento;

II - às feitas de artesanato organizadas pelas Associações estabelecidas no Município e inerentes a esta atividade;

III - aquelas promovidas por entidades de caráter filantrópico e sem fins lucrativos;

IV - as feiras de artigos religiosos, quando promovidas na área comercial do bairro do Vigolo.

V - as feiras de gêneros alimentícios;

VI - as feiras de flores, mudas e plantas ornamentais;

§ 4º Para efeitos do enquadramento do inciso I do § 3º deste artigo, caracteriza-se como evento qualquer acontecimento de interesse especial, como: espetáculos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, feiras de automotores, além de outros considerados de interesse turístico, assim certificados e reconhecidos pelo Conselho Municipal de Turismo.

Art. 2º As feiras e eventos comerciais de que trata o art. 1º, somente poderão ser realizadas nos espaços privados, dentro do Zoneamento destinado a área comercial e ou industrial, definidos na Lei Complementar nº 266/2009 (Plano Diretor do Município), devendo o imóvel oferecer condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecido nesta e nas demais legislações pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 1º A feira ou evento comercial somente poderá ser realizado por empresa promotora de eventos, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, a qual será responsável direta pela feira ou evento.

§ 2º Cada unidade comercial que pretenda estabelecer-se para comercializar produtos na feira ou evento comercial deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Prefeitura Municipal, independente daquela obtida pela promotora da feira ou evento, a qual será expedida de acordo com as disposições desta lei complementar e outras legislações pertinentes, sendo vedada a licença à pessoa física.

Art. 3º Para obter a licença de funcionamento e localização, toda unidade comercial, além da empresa promotora, deverá encaminhar requerimento à Secretaria da Fazenda, instruído com os seguintes documentos e providências:

I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

II - sendo empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembléia geral que elegeu a diretoria;

III - cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda;

IV - cartão de inscrição municipal na Secretaria da Fazenda do Município, como também a comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, ou comprovação de estar isento da inscrição.

V - certidão de Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

VI - certidão negativa de débito federais, estaduais e municipais da empresa, comprovando a regularidade fiscal do INSS e FGTS;

VII - o pagamento da respectiva taxa para a concessão da licença requerida, que será de 1.400 (um mil e quatrocentas) UFM (Unidade Fiscal Municipal) para a empresa promotora e de 350 (trezentas e cinquenta) UFM (Unidade Fiscal Municipal) para a empresa participante;

VIII - havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma no local, o comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD, ou entidade respectiva;

IX - aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto a localização, funcionamento, acessos e eventuais interferência na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;

X - comprovação de disponibilização de estacionamento próprio no local, com área correspondente ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área edificada, ou utilizada para a comercialização;

XI - alvará de funcionamento expedido pelo corpo de bombeiros, acompanhado de laudo técnico;

XII - sanitários dentro do local destinado ao público consumidor, em número suficientes e que atenda aos fins de ocupação pela feira ou evento, de acordo com o estabelecido pelo órgão municipal responsável;

XIV - alvará expedido pela Policial Civil e registro da feira ou evento junto a Polícia Militar;

XV - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apresentação das apólices quitadas;

XVI - comprovantes de compra, produção e origem dos bens, serviços e produtos a serem comercializados;

XVII - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato ou registro ou autorização pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

§ 1º Nos casos das feiras ou eventos realizados por empresa especializada, exigir-se-á a comprovação do recolhimento do Imposto Sobre Serviço - ISS relativos aos serviços prestados.

§ 2º A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento.

§ 3º A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria, no local, das instalações pelos órgãos competentes, com relação às exigências estabelecidas nesta LEI.

Art. 4º Quanto a realização de feiras ou eventos comerciais, além das exigências elencadas no art. 3º, as empresas promotoras deverão apresentar:

I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização da feira ou evento;

II - certidão atualizada, com prazo máximo de 15 (quinze) dias, da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade e demais taxas municipais;

III - cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial, caso haja relação locatícia;

Art. 5º O horário e os dias de funcionamento das feiras ou eventos comerciais será de segundas as sextas feiras das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas;

§ 1º Não será permitido o funcionamento da feira ou eventos comerciais nos sábados domingos ou feriados, salvo prévio acordo firmado entre os promotores da feira com a Câmara de Dirigentes Lojistas do Município, do Sindicato do Comércio Varejistas e do Sindicato do Empregados no Comércio Varejista.

Art. 6º No alvará de licença deverá constar, entre outros, o local, período e horário de funcionamento.

Art. 7º O Município, após satisfeitas todas as exigências de cunho legal, terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, para liberar o alvará de funcionamento da feira ou evento comercial.

Art. 8º O funcionamento de feira e eventos que não tiverem cumprido as exigências, documentos, ou realizados em desacordo com esta lei, sujeitará o infrator, ou seja, a empresa promotora, e ou, as unidades comerciais participantes, à imediata interdição do local, apreensão dos bens e ao pagamento de multa no valor de 10.000 (dez mil) UFM (Unidade Fiscal Municipal), ficando impedido para realização de novos eventos pelo prazo de (2) anos, contados a partir da constatação da infração.

Art. 9º Esta lei entra em vigor a partir da datas de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, SC, 11 de dezembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Nº 2.514/2013

Lei nº 2.514 / 2013

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar nº 610, de 19/12/2012 (Lei Orçamentária), Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), para reforço de dotação, conforme identificação abaixo:

03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Proj/Ativ.: 2.003 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
Elemento: (6)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

04 - Secretaria Municipal da Educação
01 - Secretaria Municipal da Educação
Proj/Ativ.: 2.005 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: (17)3.1.90.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Proj/Ativ.: 2.006 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil
Elemento: (37)3.1.90.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Elemento: (38)3.1.90.00.00.00.00.01.0018 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Proj/Ativ.: 2.007 - Funcionamento e Manutenção do Transporte

Escolar

Elemento: (27)3.1.90.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Elemento: (31)3.3.90.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento

01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 2.011 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Elemento: (68)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Elemento: (71)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

14 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento

01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento

Proj/Ativ.: 2.015 - Funcionamento e Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Turístico

Elemento: (89)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Elemento: (92)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento

01 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento

Proj/Ativ.: 2.017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo M. de Saúde

Elemento: (2)3.1.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

Proj/Ativ.: 2.024 - Funcionamento e Manutenção do Fundo M. de Saúde - Hospital

Elemento: (11)3.1.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial dentro do orçamento fiscal vigente, do Município, conforme identificação abaixo:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Proj/Ativ.: 2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento: (1)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Elemento: (3)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Proj/Ativ.: 2.004 - Funcionamento e Manutenção da Casa da Cidadania

Elemento: (11)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Elemento: (12)3.1.91.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Elemento: (13)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Elemento: (14)4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

04 - Secretaria Municipal da Educação
01 - Secretaria Municipal da Educação
Proj/Ativ.: 2.005 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: (18)3.1.90.00.00.00.00.01.0018 - Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00

Órgão: 06 - Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento
Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

Proj/Ativ.: 2.027 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento - Lixo
Elemento: (54)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
Elemento: (55)4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento
01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 1.002 - Construção de Pontes, Pontilhões e Bueiros
Elemento: (67)4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 145.000,00

Proj/Ativ.: 1.003 - Pavimentação de Vias Urbanas
Elemento: (65)4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

02 - Fundo Municipal de Defesa Civil
Proj/Ativ.: 2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil
Elemento: (74)3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 14.000,00
Elemento: (76)4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

11 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Nova Trento
01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Nova Trento

Proj/Ativ.: 2.013 - Manutenção do Programa da Criança e do Adolescente Assistido
Elemento: (83)3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00
Elemento: (84)3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas-Oper.Intra-Orçamentárias R\$ 500,00
Elemento: (85)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 32.000,00
Elemento: (86)4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

14 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento
01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento
Proj/Ativ.: 1.046 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de vias Públicas no Morro da Cruz
Elemento: (87)4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 26.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Nº 2.515/2013

Lei nº 2.515/2013

Institui a "Tarifa Social da Água" - TSA no âmbito do Município de Nova Trento.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte LEI,

Art. 1º Fica instituída por esta Lei a "Tarifa Social da Água" - TSA, a qual consiste no valor equivalente à 60% (sessenta) por cento do valor da tarifa normal, até o consumo mensal de 10 m3 (dez metros cúbicos), para os usuários que se ajustem aos critérios estabelecidos nesta lei.

Parágrafo Único. A unidade residencial beneficiada com a "Tarifa Social da Água" - TSA que venha a exceder o volume mensal de 10 m3 (dez metros cúbicos), arcará o consumo excedente pelo valor do metro cúbico da tarifa normal.

Art. 2º A tarifa instituída nesta lei destina-se exclusivamente a unidades habitacionais unifamiliares, utilizadas apenas para fins residenciais, às famílias de baixa renda cadastradas no cadastro único do programa social do governo federal denominado "Bolsa Família".

Art. 3º Os beneficiários da "Tarifa Social da Água" - TSA também farão jus à redução no valor da ligação de água, a qual será cobrada no mesmo percentual da tarifa.

Art. 4º Para ter direito à tarifa instituída nesta lei, o interessado deverá atender aos seguintes requisitos:

I - ser titular de cadastro único do programa social do governo federal denominado "Bolsa Família", mediante comprovante de cadastramento ou recadastramento devidamente atualizado, fornecido pela Secretaria Municipal de Habitação e Bem Estar Social;

II - não possuir débito(s) junto ao SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto de Nova Trento;

Art. 5º O direito ao benefício da "Tarifa Social da Água" - TSA deverá ser requerido diretamente pelo interessado junto ao SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto de Nova Trento.

Fls.02 Lei nº 2.515/2013

Art. 6º A concessão do benefício previsto nesta lei terá a mesma validade do exercício e sua prorrogação fica condicionada ao recadastramento anual, em data a ser estabelecida pelo SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto de Nova Trento, sempre no mês de janeiro de cada ano, sob pena de cessação automática.

Art. 7º O beneficiário da "Tarifa Social da Água" - TSA fica responsável pela comunicação imediata ao SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto de Nova Trento em caso de mudança de domicílio, seja para fins de cessação, seja para fins de transferência do benefício.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 10 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Nº 2.516/2013

LEI Nº 2.516 / 2013

Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações e aporte de contrapartida municipal para implementar o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - MCMV-E, através de Entidade Organizadora, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, regulamentado pela Resolução do Conselho Curador do FDS nº 194/2012 e Instrução Normativa nº 14/2013 do Ministério das Cidades, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Trento faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o Projeto, promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para viabilizar a execução do programa habitacional para atendimento aos munícipes de baixa renda, implementados por intermédio da Entidade Organizadora Federação das Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina - FECOOHASC, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, regulamentado pela Resolução do Conselho Curador do FDS nº 194/2012 e Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 14/2013, operacionalizados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - MCMV-E, mediante aprovação da Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Para implementar o programa, fica o Poder Executivo, na condição de Agente Fomentador, autorizado a doar o imóvel situado à Estrada Geral, s/nº, Bairro Ponta Fina Sul, neste Município, inscrito sob a matrícula nº15.693 do Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista, para a Entidade Organizadora FECOOHASC - Federação das Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina, para a construção de empreendimento residencial nos moldes preconizados pelas normas do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, regulamentado pelo Conselho Curador do FDS, cujas unidades deverão ser obrigatoriamente transferidas, ao término das obras para as famílias devidamente selecionadas pela Entidade Organizadora, bem como autorizado a oferecer este bem em garantia de alienação fiduciária para o Sistema Financeiro de Habitação.

§ 1º Os beneficiários, atendendo as normas do Programa MCMV-E, não poderão ser proprietários de imóveis residenciais no município e nem detentores de financiamento ativo no Sistema Financeiro de Habitação em qualquer parte do país, bem como não terem sido beneficiados com outros programas de habitação e não terem renda superior a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) ou conforme determinado pelo Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, vinculado ao Ministério das Cidades.

§ 2º Os beneficiários finais selecionados pela Entidade Organizadora deverão atender às regras do Programa Minha Casa, Minha Vida -Entidades.

Fls.02 Lei nº 2.516/2013

Art. 3º Os critérios para a escolha das famílias a serem beneficiadas,

sem prejuízo dos demais critérios fixados no Programa MCMV-E, pela Entidade Organizadora, são os seguintes:

- I Cadastro prévio no CADÚNICO;
- II Estudo socioeconômico que comprove a baixa renda da família, utilizando-se os critérios do Fundo de Desenvolvimento Social;
- III Residir no Município de Nova Trento há pelo menos 2 (dois) anos, na forma especificada em regulamento.

Parágrafo único. Sempre que o número de interessados for maior do que a quantidade de unidades habitacionais, a Entidade Organizadora deverá utilizar-se dos critérios de prioridades: mães chefes de família, pessoas idosas ou portadoras de necessidades especiais, famílias residentes em áreas de risco ou aluguel social.

Art. 4º O beneficiário deverá utilizar o bem recebido em doação exclusivamente para fins residenciais, sendo vedada qualquer negociação a título gratuito ou oneroso, seja aluguel, venda ou alienação, antes da liquidação do contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, e pelo prazo de 10 (dez) anos após a liquidação, vedação esta que exclui o órgão financiador.

Art. 5º Fica a Entidade Organizadora FECOOHASC obrigada a iniciar a construção das unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda no imóvel referido no artigo 2º desta Lei, no prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do respectivo contrato com a Caixa Econômica Federal, sob pena de reversão da doação sem ônus para o Município de Nova Trento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento/SC, 17 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Nº 2.517/2013

LEI Nº 2.517/2013.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AJUDA FINANCEIRA AOS MÉDICOS DO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS" QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ajuda financeira no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês para cada médico vinculado ao Programa do Governo Federal "Mais Médicos" que atuar no Município de Nova Trento, visando custear suas despesas com alimentação e moradia.

§1º A vigência da ajuda financeira será limitada ao período em que o médico vinculado ao Programa "Mais Médicos" atuar no Município de Nova Trento e será proporcional aos dias efetivamente trabalhados em cada mês.

§2º O valor da ajuda financeira poderá ser corrigida anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo com base na inflação acumulada apurada pelo INPC dos últimos doze meses.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos do Orçamento do Fundo Municipal da Saúde, financiado com recursos repassados pelo Governo Federal com a seguinte classificação:

1001.10.301.0004.2021 - Ações de Atenção Básica

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2013.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Nº 2.518/2013

LEI Nº 2.518/2013
DISCIPLINA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS POR SERVIDORES MUNICIPAIS.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a credenciar servidores municipais e membros do Conselho Tutelar para, excepcionalmente, dirigirem veículos do Município quando em viagem a serviço da municipalidade.

Art. 2º O credenciamento de que trata o artigo 1º desta lei só poderá ser realizado a servidores municipais com habilitação para dirigir veículos automotores mediante a apresentação de cópia da sua carteira de habilitação e da carteira de identidade.

Art. 3º O uso de veículos por servidores credenciados deverá ser objeto de controle mediante registro do veículo, usuário, data e horário da saída e do retorno.

Art. 4º Eventuais infrações de trânsito com aplicação de multa serão de responsabilidade do servidor credenciado usuário do veículo.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº 150/2013

DECRETO Nº 150/2013
Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura para o exercício de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 608/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 610/2012:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
03.01	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
	REDUÇÃO	
(9)3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	113.000,00
(10)4.4.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	22.000,00
04.01	Secretaria Municipal da Educação	
2.005	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	
(26)4.4.90.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	40.000,00
2.007	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	
(29)3.1.91.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas-Operações Intra orçamentárias	10.000,00
14.01	Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico	
2.015	Funcionamento e Manutenção do Desenvolvimento Turístico	
(91)3.3.50.00.00.00.01.0000	Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	5.000,00
(93)4.4.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	3.376,25
	SUPLEMENTAÇÃO	
03.01	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
(6)3.1.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	135.000,00
04.01	Secretaria Municipal da Educação	
2.005	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	
(17)3.1.90.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	40.000,00
2.007	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	
(31)3.3.90.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	10.000,00
14.01	Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico	
2.015	Funcionamento e Manutenção do Desenvolvimento Turístico	
(89)3.1.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	6.876,25

	Aplicações Diretas- Ope- rações Intra orçamen- tárias	1.500,00
(90)3.1.91.00.00.00.01.0000		

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de novembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal Adm. e Finanças

Decreto Nº 158/2013

DECRETO Nº 158/2013

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, para o exercício de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 608/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 610/2012:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
12.01	Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento	
2.017	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
	REDUÇÃO	
(5)3.3.50.00.00.00.01.0002	Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos	1.000,00
(6)3.3.90.00.00.00.01.0002	Aplicações Diretas	35.000,00
(10)4.4.90.00.00.00.01.0002	Aplicações Diretas	256,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
2.017	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
(3)3.1.90.00.00.00.01.0002	Aplicações Diretas	16.256,00
(4)3.1.91.00.00.00.01.0002	Aplicações Diretas- Operações Intra orçamentárias	20.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de novembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal Adm. e Finanças

Decreto Nº 160/2013

DECRETO Nº 160/2013

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura para o exercício de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 608/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 610/2012:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
04.01	Secretaria Municipal da Educação	
2.006	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil	
	REDUÇÃO	
(42)3.3.90.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	20.000,00
09.01	Secretaria M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	
2.011	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
(69)3.1.91.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas- Operações Intra Orçamentárias	10.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
04.01	Secretaria Municipal da Educação	
2.006	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil	
(37)3.1.90.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	20.000,00

09.01	Secretaria M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	
2.011	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
(68)3.1.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas- Operações Intra Orçamentárias	10.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de novembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal Adm. e Finanças

Decreto Nº 163/2013

DECRETO Nº 163/2013

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura para o exercício de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 608/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 610/2012:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
04.01	Secretaria Municipal da Educação	
2.005	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	
	REDUÇÃO	
(24)3.3.90.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	8.380,88
(26)4.4.90.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	11.619,12
2.006	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil	

(42)3.3.90.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	20.000,00
09.01	Secretaria M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	
2.011	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
(69)3.1.91.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas- Operações Intra Orçamentárias	8.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
04.01	Secretaria Municipal da Educação	
2.005	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	
(20)3.1.91.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas-Operações Intra orçamentárias	20.000,00
2.006	Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil	
(40)3.1.91.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas-Operações Intra orçamentárias	20.000,00
09.01	Secretaria M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	
2.011	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
(71)3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas- Operações Intra Orçamentárias	8.000,00

Fls. 02 Decreto nº 163/2013

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de novembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal Adm. e Finanças

Decreto Nº 165/2013

DECRETO Nº 165/2013

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, para o exercício de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 608/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 610/2012:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
12.01	Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento	
2.017	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
	REDUÇÃO	
(20)4.4.90.00.00.00.01.0064	Aplicações Diretas	17.449,58
	SUPLEMENTAÇÃO	
2.017	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
(7)3.3.90.00.00.00.01.0064	Aplicações Diretas	17.449,58

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de novembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal Adm. e Finanças

Decreto Nº 173/2013

DECRETO Nº 173/2013

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento, para o exercício de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 608/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 610/2012:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
14.01	Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico	
2.015	Funcionamento e Manutenção do Desenvolvimento Turístico	
	REDUÇÃO	
(92)3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	160,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
2.015	Funcionamento e Manutenção do Desenvolvimento Turístico	
(90)3.1.91.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas-Operações Intra orçamentárias	160,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal Adm. e Finanças

Decreto Nº 175/2013

DECRETO Nº 175/2013

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura para o exercício de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 608/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 610/2012:

0301. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
03.01	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
	REDUÇÃO	
(9)3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	22.316,06
(10)4.4.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	2.983,94
04.01	Secretaria Municipal da Educação	
2.005	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	
(24)3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	2.500,00
2.007	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	
(27)3.1.90.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	2.500,00
05.01	Secretaria Municipal do Desporto e Lazer	
2.009	Funcionamento e Manutenção do Esporte é Vida	
(51)4.4.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	384,00
(47)3.1.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	2.800,00
06.01	Secretaria M. da Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento	
2.010	Func. e Manut. da Secretaria M. Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento	
(58)3.3.50.00.00.00.01.0000	Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos	2.000,00
(59)3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	15.372,54
(60)4.4.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	627,46
2.027	Func. e Manut. da Secretaria M. Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento - Lixo	
(55)4.4.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	500,00
09.01	Secretaria M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	

2.011	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
(68)3.1.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	500,00
(73)4.4.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	320,94
	SUPLEMENTAÇÃO	
03.01	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
(6)3.1.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
(7)3.1.91.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas-Operações Intra orçamentárias	9.000,00
(98)3.3.91.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas-Operações Intra orçamentárias	6.300,00
04.01	Secretaria Municipal da Educação	
2.005	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	
(20)3.1.91.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas-Operações Intra orçamentárias	2.500,00
2.007	Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar	
(29)3.1.91.00.00.00.01.0001	Aplicações Diretas	2.500,00
05.01	Secretaria Municipal do Desporto e Lazer	
2.009	Funcionamento e Manutenção do Esporte é Vida	
(50)3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	3.184,00
06.01	Secretaria M. da Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento	
2.010	Func. e Manut. da Secretaria M. Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento	
(56)3.1.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	18.000,00
2.027	Func. e Manut. da Secretaria M. Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento - Lixo	
(53)3.1.91.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas-Operações Intra orçamentárias	500,00

09.01	Secretaria M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	
2.011	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
(69)3.1.91.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas-Operações Intra-orçamentárias	500,00
(71)3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	320,94

Fls.03 – Decreto nº 175/2013

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal Adm. e Finanças

Decreto Nº 177/2013

DECRETO Nº 177 / 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 94, inciso VIII da lei Orgânica Municipal, e, em especial a Lei Nº 2.514, de 17/12/13, DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), para reforço de dotação, conforme identificação abaixo:

03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Proj/Ativ.: 2.003 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
Elemento: (6)3.1.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

04 - Secretaria Municipal da Educação
01 - Secretaria Municipal da Educação
Proj/Ativ.: 2.005 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: (17)3.1.90.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Proj/Ativ.: 2.006 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil
Elemento: (37)3.1.90.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Elemento: (38)3.1.90.00.00.00.01.0018 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Proj/Ativ.: 2.007 - Funcionamento e Manutenção do Transporte

Escolar

Elemento: (27)3.1.90.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Elemento: (31)3.3.90.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento

01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 2.011 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Elemento: (68)3.1.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Elemento: (71)3.3.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

14 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento

01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento
Proj/Ativ.: 2.015 - Funcionamento e Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Turístico

Elemento: (89)3.1.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Elemento: (92)3.3.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento

01 - Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento

Proj/Ativ.: 2.017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo M. de Saúde

Elemento: (2)3.1.90.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

Proj/Ativ.: 2.024 - Funcionamento e Manutenção do Fundo M. de Saúde - Hospital

Elemento: (11)3.1.90.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial dentro do orçamento fiscal vigente, do Município, conforme identificação abaixo:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Proj/Ativ.: 2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento: (1)3.1.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Elemento: (3)3.3.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Proj/Ativ.: 2.004 - Funcionamento e Manutenção da Casa da Cidadania

Elemento: (11)3.1.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Elemento: (12)3.1.91.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Elemento: (13)3.3.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Elemento: (14)4.4.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

04 - Secretaria Municipal da Educação

01 - Secretaria Municipal da Educação

Proj/Ativ.: 2.005 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: (18)3.1.90.00.00.00.01.0018 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Órgão: 06 - Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento
Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

Proj/Ativ.: 2.027 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento - Lixo
Elemento: (54)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
Elemento: (55)4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento
01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 1.002 - Construção de Pontes, Pontilhões e Bueiros
Elemento: (67)4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 145.000,00

Proj/Ativ.: 1.003 - Pavimentação de Vias Urbanas
Elemento: (65)4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

02 - Fundo Municipal de Defesa Civil
Proj/Ativ.: 2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil
Elemento: (74)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00
Elemento: (76)4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

11 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Nova Trento
01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Nova Trento

Proj/Ativ.: 2.013 - Manutenção do Programa da Criança e do Adolescente Assistido
Elemento: (83)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Elemento: (84)3.1.91.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas-Oper.Intra-Orçamentárias R\$ 500,00
Elemento: (85)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00
Elemento: (86)4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

14 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento
01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento
Proj/Ativ.: 1.046 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de vias Públicas no Morro da Cruz
Elemento: (87)4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº 1.051/2013

PORTARIA Nº 1051 /2013

Abre Processo Disciplinar Administrativo.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º- Instaurar, com base no Ofício nº 197/2013, de 27 de novembro de 2013, do Secretário Municipal de Educação e Esportes, Luiz Carlos Orsi, Processo Disciplinar Administrativo, para apurar a conduta da professora Caroline Fabris, em atividade na Creche Ciranda Cirandinha, do Distrito de Claraíba, no que diz respeito as reclamações dos pais, em relação ao tratamento da funcionária, direcionado especialmente a algumas crianças que freqüentam esta Unidade Escolar, conforme relatório anexo.

Art. 2º - Designar os membros da Comissão de Processo Disciplinar Administrativo, nomeados pela Portaria nº 433 de 11 de Maio de 2012, para a abertura do Processo Disciplinar Administrativo, encarregada de apurar e sanar os fatos relatados no Art. 1º, desta Portaria, com detalhadamente nos documentos anexos.

Art. 3º - O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão é de até 60 (sessenta dias), contados a partir desta data.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças.

Resultado Final de Homologação - PP 080/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2013

HOMOLOGAÇÃO: 18/12/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO / FUNDO DE SAÚDE

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios, utensílios e Gás de Cozinha para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição - HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, para o ano de 2014, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA. (CNPJ nº 75.812.115/0001-80) - Valor estimado de R\$ 46.222,50 (Quarenta e seis mil, duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos);

COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VOLTOLINI LTDA. (83.715.383/0001-01) - Valor estimado de R\$ 48.078,93 (Quarenta e oito mil, setenta e oito reais e noventa e três centavos).

Vigência: até 31/12/2014.

Nova Trento/SC, 18 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato 137/2013

CONTRATO Nº 137/2013 - PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 160/2012

Origem: Processo Licitatório nº 093/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 032/2011. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Endereço: Rua Nereu Ramos, 164, Centro, 88270-000, CNPJ nº 08.858.200/0001-91. Contratada: SLS HOSPITALAR SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua: Schiller, nº 47, Sala 01, Bairro Floresta, cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.620.279/0001-60. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, sem fornecimento de peças, para o HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO (HIC). O valor total é de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais). Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 19 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato 138/2013

CONTRATO Nº 138/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Endereço: Rua Nereu Ramos, 164, Centro, 88270-000, CNPJ nº 08.858.200/0001-91. Contratada: SYSTEMA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua João Mosele, 58, centro, cidade de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ sob nº 01.487.225/0001-87. Objeto do Contrato: Licença de uso e prestação de manutenção através do presente contrato à CONTRATANTE, aos módulos do programa Systema H2005, que se encontram implantados no HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO de Nova Trento/SC. O valor total é de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais). Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 19 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato 139/2013

CONTRATO Nº 139/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Endereço: Rua Nereu Ramos, 164, Centro, 88270-000, CNPJ nº 08.858.200/0001-91. Contratada: RTC COMERCIO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. -ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua: Virgílio Espíndola, nº 321, Sala 02, Centro, cidade de São José/SC, inscrita no CNPJ sob nº 12.663.664/0001-10. Objeto do Contrato: Prestar serviços de assistência técnica dos equipamentos através do presente contrato à CONTRATANTE, para o seguinte Equipamento: 01 Processador de Filmes, Marca Vision Line, Modelo VS-450, que se encontra implantado no HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO de Nova Trento/SC. O valor total é de R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais). Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 19 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato 140/2013

CONTRATO Nº 140/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Endereço: Rua Nereu Ramos, 164, Centro, 88270-000, CNPJ nº 08.858.200/0001-91.

Contratada: SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIODIAGNÓSTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua: Cid Silva Cesar, nº 600, Sta. Felícia, cidade de São Carlos/SP, inscrita no CNPJ sob nº 50.429.810/0001-36. Objeto do Contrato: Prestação de Serviços de Dosimetria Pessoal no HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO de Nova Trento/SC. O valor total é de R\$ 775,80 (Setecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos). Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 19 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato 147/2013

CONTRATO Nº 147/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 128/2013, Pregão Presencial Nº 082/2013. Homologação: 19/12/2013. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: COMERCIAL MULTIVILLE LTDA.ME., estabelecida a Rua Bento Gonçalves, 186, Bairro Glória, cidade de Joinville/SC, CEP 89216-110, inscrita no CNPJ nº 06.220.022/0001-43. Objeto do Contrato: o presente contrato tem por objeto aquisição parcelada de Material de Limpeza, Gêneros Alimentícios e Gás de Cozinha, para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes do anexo I, que são parte integrante deste edital, para o Ano de 2014. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 175.535,50 (Cento e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Vigência até 31/12/2014.

Nova Trento, 19 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato 148/2013

CONTRATO Nº 148/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 128/2013, Pregão Presencial Nº 082/2013. Homologação: 19/12/2013. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA., estabelecida a Rua Hipólito Boiteux, 15, Bairro Centro, cidade de Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ nº 75.812.115/0001-80. Objeto do Contrato: o presente contrato tem por objeto aquisição parcelada de Material de Limpeza, Gêneros Alimentícios e Gás de Cozinha, para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes do anexo I, que são parte integrante deste edital, para o Ano de 2014. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 17.257,00 (Dezesseite mil, duzentos e cinquenta e sete reais). Vigência até 31/12/2014.

Nova Trento, 19 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Contrato 149/2013

CONTRATO Nº 149/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 121/2013, Pregão Presencial Nº 077/2013. Homologação: 18/12/2013. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: AUTO POSTO VOLTOLINI LTDA., inscrita no CNPJ Nº 75.294.082/0001-23, estabelecida na Rua Hipólito Boiteux, 70, Bairro Centro, cidade de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de Combustíveis (Gasolina Comum, Etanol, Diesel S-10 e Arla 32), para uso na Frota Municipal

de Nova Trento (Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde), para o ano de 2014, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I. O valor total estimado deste contrato é de Prefeitura Municipal: R\$ 541.370,00 (Quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta reais). - Fundo Municipal de Saúde: R\$ 165.680,00 (Cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais). Vigência até 31/12/2014.

Nova Trento, 20 de dezembro de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Lei Nº 490 de 10 de Dezembro de 2013

Lei nº 490 de 10 de dezembro de 2013

APROVA O "LOTEAMENTO BRUNO SANAGIOTTO" DA CIDADE DE NOVO HORIZONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, QUE A Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o "BRUNO SANAGIOTTO", sito na cidade de Novo Horizonte -SC, proveniente de área urbana, com área total de 47.722,27m², de propriedade de MM INCORPORADORA E LOTEADORA, matriculado no registro de imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC sob nº 16.563, com confrontações ao NORTE; Com parte do lote rural nº161 de GerriSanagioto na ext. de 192,351m e com os lotes urbanos nº01, 02, 03 e 04 ambos do Loteamento Macedo e com a Rodovia SC 468 na ext. de 110,563m;

SUL; Com parte dos mesmos lotes rurais nº162 e 163 de GerriSanagiotto na ext. de 30,00m, com parte dos mesmos lotes rurais nº162 e 163 de GerriSanagiotto na ext. de 30,00m, com parte dos mesmos lotes rurais nº162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 15,00m e com parte dos lotes rurais nº162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 312,855m;

LESTE; Com a Rodovia SC 468 na ext. de 174,801m;

OESTE; Com parte do mesmo lote rural nº161 de GerriSanagiotto na ext. de 29,299m, com parte dos mesmos lotes rurais nº162 e 163 de GerriSanagiotto na ext. de 22,729m, com parte dos mesmos lotes rurais nº162 e 163 de GerriSanagiotto na ext. de 40,00m, com parte dos mesmos lotes rurais nº162 e 163 de GerriSanagiotto na ext. de 10,00m e com parte dos mesmos lotes rurais nº162 e 163 de GerriSanagiotto na ext. de 50,886m, passando a ter as seguintes confrontações:

QUADRA Nº32

1 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 845,41M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 36,398m
SUL; Com o lote urbano nº02 na ext. de 36,00m
LESTE; Com a Faixa de Domínio da SC 468 na ext. de 20,799m
OESTE; Com parte do lote urbano nº10 e com o lote urbano nº11 na ext. de 26,168m

2 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 540,00 M2

NORTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 36,00m
SUL; Com o lote urbano nº03 na ext. de 36,00m
LESTE; Com a Faixa de Domínio da SC 468 na ext. de 15,00m

OESTE; Com parte do lote urbano nº09 e com parte do lote urbano nº10 na ext. de 15,00m

3 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 540,00 M2

NORTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 36,00m
SUL; Com o lote urbano nº04 na ext. de 36,00m
LESTE; Com a Faixa de Domínio da SC 468 na ext. de 15,00m
OESTE; Com parte do lote urbano nº08 e com parte do lote urbano nº09 na ext. de 15,00m

4 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 1.705,03 M2

NORTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 36,00m
SUL; Com o lote urbano nº05 na ext. de 23,507m e com parte dos lotes rurais nº162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 33,278m
LESTE; Com a Faixa de Domínio da SC 468 na ext. de 40,635 e com o lote urbano nº05 na ext. de 19,212m
OESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 13,931m, com o lote urbano nº07 na ext. de 13,043m e com o lote urbano nº08 na ext. de 9,331m

5 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 399,61 M2

NORTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 23,507m
SUL; Comparte dos lotes rurais nº162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 23,507m
LESTE; Com a Faixa de Domínio da SC 468 na ext. de 19,212
OESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 19,212m

6 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 604,73 M2

NORTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 42,985m
SUL; Comparte dos lotes rurais nº162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 44,118m
LESTE; Com parte do lote urbano nº04 na ext. de 13,931m
OESTE; Com a Rua B na ext. de 13,885m

7 - LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 551,92 M2

NORTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 41,925m
SUL; Como lote urbano nº06 na ext. de 42,985m
LESTE; Com parte do lote urbano nº04 na ext. de 13,043m
OESTE; Com a Rua B na ext. de 13,00m

8 - LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 535,09 M2

NORTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 39,219m
SUL; Como lote urbano nº07 na ext. de 41,925m
LESTE; Com parte do lote urbano nº04 na ext. de 9,331m e com parte do lote urbano nº03 na ext. de 4,18m
OESTE; Com a Rua B na ext. de 13,00m

9 - LOTE URBANO Nº09 COM ÁREA TOTAL DE 465,36 M2

NORTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 32,374m
SUL; Como lote urbano nº08 na ext. de 39,219m
LESTE; Com parte do lote urbano nº02 e com parte do lote urbano nº03 na ext. de 14,692m
OESTE; Com a Rua B na ext. de 13,00m

10 - LOTE URBANO Nº10 COM ÁREA TOTAL DE 376,38 M2

NORTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 25,53m
SUL; Como lote urbano nº09 na ext. de 32,374m
LESTE; Com parte do lote urbano nº01 e com parte do lote urbano nº02 na ext. de 14,692m
OESTE; Com a Rua B na ext. de 13,00m

11 - LOTE URBANO Nº11 COM ÁREA TOTAL DE 405,30 M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Como lote urbano nº10 na ext. de 25,53m
 LESTE; Com parte do lote urbano nº01 na ext. de 22,603m
 OESTE; Com a Rua B na ext. de 20,00m

QUADRA Nº33**1 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 25,00m

2 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com a Rua B na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 25,00m

3 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº02 na ext. de 15,00m
 SUL; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 12,00m

4 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 12,00m

5 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 12,00m

6 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 12,00m

7 - LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 386,58M2

NORTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m
 SUL; Com parte dos lotes rurais nº162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua B na ext. de 12,886m
 OESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 12,886m

8 - LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 386,58M2

NORTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,00m
 SUL; Com parte dos lotes rurais nº162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 12,886m
 OESTE; Com a Rua C na ext. de 12,886m

9 - LOTE URBANO Nº09 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 12,00m
 OESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m

10 - LOTE URBANO Nº10 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 12,00m
 OESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m

11 - LOTE URBANO Nº11 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº10 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 12,00m
 OESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m

12 - LOTE URBANO Nº12 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº14 na ext. de 15,00m
 SUL; Com o lote urbano nº11 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 12,00m
 OESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m

13 - LOTE URBANO Nº13 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte do lote urbano nº12 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com a Rua C na ext. de 25,00m

14 - LOTE URBANO Nº14 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte do lote urbano nº12 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 25,00m

QUADRA Nº34**1 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 25,00m

2 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com a Rua C na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 25,00m

3 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº02 na ext. de 15,00m
 SUL; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 12,00m

4 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 12,00m

5 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 12,00m

6 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 12,00m

7 - LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 386,58M2

NORTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m
 SUL; Com parte dos lotes rurais nº162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua C na ext. de 12,886m
 OESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 12,886m

8 - LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 386,58M2

NORTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,00m
 SUL; Com parte dos lotes rurais nº162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 12,886m
 OESTE; Com a Rua D na ext. de 12,886m

9 - LOTE URBANO Nº09 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 12,00m
 OESTE; Com a Rua D na ext. de 12,00m

10 - LOTE URBANO Nº10 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 12,00m
 OESTE; Com a Rua D na ext. de 12,00m

11 - LOTE URBANO Nº11 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº10 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 12,00m
 OESTE; Com a Rua D na ext. de 12,00m

12 - LOTE URBANO Nº12 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº14 na ext. de 15,00m
 SUL; Com o lote urbano nº11 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 12,00m
 OESTE; Com a Rua D na ext. de 12,00m

13 - LOTE URBANO Nº13 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte do lote urbano nº12 na ext. de 15,00m

LESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com a Rua D na ext. de 25,00m

14 - LOTE URBANO Nº14 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte do lote urbano nº12 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 25,00m

QUADRA Nº35**01 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 367,50M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 21,00m
 SUL; Com o lote urbano nº02 na ext. de 21,00m
 LESTE; Com a Rua D na ext. de 17,50m
 OESTE; Com parte da Área Pública na ext. de 17,50m

02 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 367,50M2

NORTE; Com o lote urbano nº01 ext. de 21,00m
 SUL; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 21,00m
 LESTE; Com a Rua D na ext. de 17,50m
 OESTE; Com parte da Área Pública na ext. de 17,50m

03 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 381,00M2

NORTE; Com parte da Área Pública na ext. de 9,00m e com o lote urbano nº02 na ext. de 21,00m
 SUL; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua D na ext. de 12,70m
 OESTE; Com parte dos lotes rurais nºs162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 12,70m

04 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 381,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua D na ext. de 12,70m
 OESTE; Com parte dos lotes rurais nºs162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 12,70m

05 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 381,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua D na ext. de 12,70m
 OESTE; Com parte dos lotes rurais nºs162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 12,70m

06 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 383,58M2

NORTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m
 SUL; Com parte dos lotes rurais nºs 162 e 163 de ArtidorSanagiotto na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua D na ext. de 12,786m
 OESTE; Com parte dos lotes rurais nºs162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 12,786m

07 - LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte dos lotes rurais nºs162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com parte dos lotes rurais nºs162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 25,00m

08 - LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 SUL; Com parte dos lotes rurais nºs162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 15,00m
 LESTE; Com parte da Área Pública ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 25,00m

QUADRA Nº36**1 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 401,39M2**

NORTE; Com parte do lote rural nº161 de GerriSanagiotto na ext. de 30,001m
 SUL; Com o lote urbano nº02 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua D na ext. de 13,477m
 OESTE; Com uma Área Verde na ext. de 13,282m

2 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº03 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº04 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com a Rua D na ext. de 14,00m
 OESTE; Com uma Área Verde na ext. de 14,00m

3 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº02 na ext. de 15,00m
 SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 LESTE; Com a Rua D na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 25,00m

4 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº02 na ext. de 15,00m
 SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 25,00m

5 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com uma Área Verde na ext. de 15,00m
 SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 25,00m

6 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com uma Área Verde na ext. de 15,00m
 SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com uma Área Verde na ext. de 25,00m

QUADRA Nº37**1 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 416,03M2**

NORTE; Com parte do lote rural nº161 de GerriSanagiotto na ext. de 30,001m
 SUL; Com o lote urbano nº02 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua C na ext. de 13,965m
 OESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 13,77m

2 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº03 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº04 na ext. de 15,00m

LESTE; Com a Rua C na ext. de 14,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 14,00m

3 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº02 na ext. de 15,00m
 SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 LESTE; Com a Rua C na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 25,00m

4 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº02 na ext. de 15,00m
 SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 25,00m

5 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº07 na ext. de 15,00m
 SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 25,00m

6 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº07 na ext. de 15,00m
 SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 25,00m
 OESTE; Com a Rua D na ext. de 25,00m

7 - LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº05 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº06 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 14,00m
 OESTE; Com a Rua D na ext. de 14,00m

8 - LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 410,18M2

NORTE; Com parte do lote rural nº161 de GerriSanagiotto na ext. de 30,001m
 SUL; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 13,77m
 OESTE; Com a Rua D na ext. de 13,575m

QUADRA Nº38**1 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 430,67M2**

NORTE; Com parte do lote urbano nº02 e parte do lote urbano nº03 Ambos do Loteamento Macedo na ext. de 30,001m
 SUL; Com o lote urbano nº02 na ext. de 30,00m
 LESTE; Com a Rua B na ext. de 14,453m
 OESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 14,258m

2 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 30,00m
 SUL; Com o lote urbano nº03 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº04 na ext. de 15,00m
 LESTE; Com a Rua B na ext. de 14,00m
 OESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 14,00m

3 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº02 na ext. de 15,00m
 SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m

LESTE; Com a Rua B na ext. de 25,00m
OESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 25,00m

4 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº02 na ext. de 15,00m
SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
LESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 25,00m
OESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 25,00m

5 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº07 na ext. de 15,00m
SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
LESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 25,00m
OESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 25,00m

6 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº07 na ext. de 15,00m
SUL; Com a Rua A na ext. de 15,00m
LESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 25,00m
OESTE; Com a Rua C na ext. de 25,00m

7 - LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2

NORTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m
SUL; Com o lote urbano nº05 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº06 na ext. de 15,00m
LESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 14,00m
OESTE; Com a Rua C na ext. de 14,00m

8 - LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 424,82M2

NORTE; Com parte do lote rural nº161 de GerriSanagiotto , com parte do lote urbano nº03 e com o lote urbano nº04 ambos do loteamento Macedo na ext. de 30,001m
SUL; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m
LESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 14,258m
OESTE; Com a Rua C na ext. de 14,063m

QUADRA Nº39

1 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 528,47 M2

NORTE; Com parte do lote urbano nº01 do loteamento Macedo e com uma Marginal na ext. de 19,527m
SUL; Com o lote urbano nº02 na ext. de 29,834m
LESTE; Com a Faixa de Domínio da Rodovia SC 468 na ext. de 18,532m
OESTE; Com a Rua B na ext. de 26,124m

2 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 503,65 M2

NORTE; Com o lote urbano nº01na ext. de 29,834m
SUL; Com o lote urbano nº03 na ext. de 37,319m
LESTE; Com a Faixa de Domínio da Rodovia SC 468 na ext. de 15,166m
OESTE; Com a Rua B na ext. de 15,892m

3 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 588,80 M2

NORTE; Com o lote urbano nº02na ext. de 37,319m
SUL; Com a Rua A em duas Ocasões na ext. de 12,451m e 31,613m
LESTE; Com a Faixa de Domínio da Rodovia SC 468 na ext. de 15,166m
OESTE; Com a Rua B na ext. de 11,535m

1 - ÁREA PÚBLICA COM ÁREA TOTAL DE 840,00M2

NORTE; Com a Rua A na ext. de 24,00m
SUL; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 9,00m e com parte dos lotes rurais nºs 162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 15,00m
LESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 17,50m e com o lote urbano nº02 na ext. de 17,50m
OESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 25,00m e com parte dos lotes rurais nºs 162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 10,00m

1 - ÁREA VERDE COM ÁREA TOTAL DE 3.104,04 M2

NORTE; Com parte do lote rural nº161 de GerriSanagiotto na ext. de 71,489m
SUL; Com o lote urbano nº05 na ext. de 15,00m, com o lote urbano nº06 na ext. de 15,00m, com a Rua A na ext. de 15,00m e com parte dos lotes rurais nºs 162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 30,00m
LESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 13,282m, com o lote urbano nº02 na ext. de 14,00m e com o lote urbano nº06 na ext. de 25,00m
OESTE; Com parte do lote rural nº161 de GerriSanagiotto na ext. de 28,038m e com parte dos lotes rurais nºs 162 e 163 de GerriSanagiotto e Leda Sanagiotto na ext. de 24,00m.

Art. 2º - Fazem parte integrante da presente Lei as Plantas do Loteamento, o Memorial Descritivo, a cópia da Matrícula do Imóvel no Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste sob nº 16.563, a ART do Responsável Técnico e o requerimento do Autor do Loteamento.

Art. 3º - O Loteamento ora aprovado deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste, em consonância com o disposto na legislação vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 10 de dezembro de 2013.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Lei Nº 491 de 13 de Dezembro de 2013

Lei nº 491 de 13 de dezembro de 2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

20.00 - Gabinete do Prefeito

20.01 - Gabinete do Prefeito

Atividade 2.002 - Manutenção da Administração Superior

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.011 - Manutenção Central da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.011 - Manutenção Central da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.013 - Manutenção Projeto Talentos
Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANNOS

Atividade 2.023 - Manutenção do Departamento de Transportes
Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANNOS

Atividade 2.023 - Manutenção do Departamento de Transportes
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANNOS

Atividade 2.028 - Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 120.000,00

Art. 2º -Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.015 - Manutenção do Ensino Médio
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.016 - Manutenção do Ensino Superior
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.017 - Manutenção APAE
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANNOS

Atividade 1.005 - Apoio a Implantação de Indústrias
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANNOS

Atividade 1.005 - Apoio a Implantação de Indústrias

Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 1.011 - Gestão de Recursos Hídricos e Ambiental
Elemento de Despesa 3.3.50-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 1.011 - Gestão de Recursos Hídricos e Ambiental
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 1.011 - Gestão de Recursos Hídricos e Ambiental
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 1.012 - Manutenção do Programa de Poços Artesianos
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.025 - Manutenção do Programa de Reflorestamento
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 1.008 - Realização de eventos/feiras livres
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 120.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

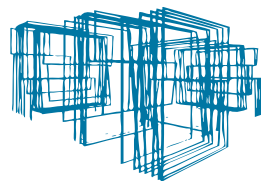
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

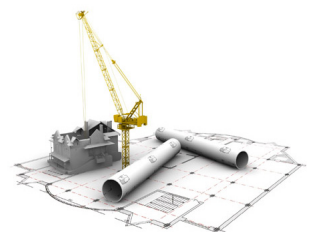
Novo Horizonte - SC, em 13 de dezembro de 2013.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato Editais

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 0027/2013

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de Serviços na área Médica (Clínica Geral), 40 (quarenta) horas semanais, visando o atendimento de toda a população do Município de Ouro Verde - SC. Sessão do prego: Às 09h05min dia 08 de janeiro de 2014. Obt. De informações e Edital: Secretaria Geral de Ad: - Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 18 de dezembro de 2013. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 0028/2013

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. Objeto Aquisição de forma parcelada de matérias de consumo e limpeza para as Secretarias de Administração, Agricultura, Infra-Estrutura, setor rodoviário, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal e Secretaria de Saúde para o exercício de 2014. Sessão de lances e Habilitação: Às 08h10min do dia 14 de janeiro de 2014. Obtenção do Edital: Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007. Ouro Verde (SC), 19 de dezembro de 2013. Rosane Minetto Selig. Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 0029/2013

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Objeto: Aquisição de forma parcelada de Materiais de Expediente e escolar para as Secretarias do Município sendo: Administração, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal e Secretaria de Saúde para o exercício de 2014. Sessão de lances e Habilitação: Às 08h10min dia 15 de janeiro de 2014. Obt. Informações e Edital: Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 19 de dezembro de 2013. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.924, de 16 de Dezembro de 2013

LEI Nº 3.924, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
DESAFETA BEM PÚBLICO E AUTORIZA PERMUTA. Área Verde. Aririu. Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar da destinação de Área Verde uma fração de terreno, denominado de área "A", com a seguinte descrição:

a) Área "A" localizada em Aririu, neste município de Palhoça, designado por Área Verde 15 do loteamento "NOVA PALHOÇA", com área de 5.602,91 m² (cinco mil, seiscentos e dois metros e noventa e um centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 1.179,58 metros, com as quadras 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51,53, 54, 55, 56, 60, 61, 63, 64, 65 e 66 de J.A. Construções Ltda. , fundos em vários lances, todos em linha reta, o primeiro medindo 17,92 metros , o segundo com 18,73 metros, o terceiro com 14,57 me-tros, o quarto com 20,64 metros, todos com a Servidão Alfredo dos Santos , o quinto com 10,53 metros, o sexto com 5,40 metros, o sétimo com 11,28 metros, o oitavo com 43,01 metros, o nono com 20,97 metros, o décimo com 20,49 metros, o décimo primeiro com 10,75 metros, o décimo segundo com 21,44 metros, o décimo terceiro com 15,00 metros, o décimo quarto com 16,53 me-tros, o décimo quinto com 22,84 metros , o décimo sexto com 18,38 metros, o décimo sétimo com 9,17 metros, o décimo oitavo com 15,21 metros , o décimo nono com 12,12 metros, o vigé-simo com 13,03 metros, o vigé-simo primeiro com 63,24 metros, o vigésimo segundo com 53,80 metros, o vigésimo terceiro com 31,82 metros, o vigésimo quarto com 43,59 metros , o vigésimo quinto com 19,39 metros, o vigésimo sexto com 22,01 metros, o vigésimo sétimo com 18,14 metros, o vigésimo oitavo com 21,67 metros, o vigésimo nono com 22,47 metros, o trigésimo com 13,32 metros, o trigésimo primeiro com 20,04 metros, o trigésimo segundo com 20,12 metros, o o trigésimo terceiro com 22,20 metros, o trigésimo quarto com 24,18 metros, o trigésimo quinto com 21,44 metros, o trigésimo sexto com 18,31 metros, o trigésimo sétimo com 20,29 metros, o trigésimo oitavo com 18,37 metros, o trigésimo nono com 25,42 metros, o quadragésimo com 9,94 metros, o quadragésimo primeiro com 30,78 metros, o quadragésimo segundo com 14,31 metros , o quadragésimo terceiro com 20,91 metros, o quadragésimo quarto com 18,46 metros, o quadragésimo quinto com 22,47 metros, o quadragésimo sexto com 24,34 metros, o quadragésimo sétimo com 31,16 metros, o quadragésimo oitavo com 17,14 metros, o quadragésimo nono com 15,99 metros, o quinquagésimo com 19,01 metros, o quinquagésimo primeiro com 18,76 metros, o quinquagésimo segundo com 30,57 metros, o quinquagésimo terceiro com 41,49 metros, o quinquagésimo quarto com 22,65 metros, todos com terras de Jacinto Al-fredo dos Santos, lado direito medindo 3,89 metros, com a Área de Preservação Permanente, lado esquerdo medindo 4,18 metros, com a Área Verde 10, registrado sob Matrícula nº 44.894, Livro 2 -JA, Fls. 033, ano 2008, no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, conforme cro-qui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a afetar como Área Verde uma fração de terreno, denominado de Área "B", com a seguinte descrição:

a) Área "B" localizada em Pachecos, neste Município, com área de 5.602,91 m² (cinco mil seiscientos dois metros e noventa e um centímetros quadrados) , distante 205,00 metros da esquina formada pela Rua Antonio da Bicota com a Rua Alfredo João dos Santos, com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao Sul em três lances, o primeiro medindo 6,00 me-tros, o segundo medindo 12,90 metros, extremado com a Rua Alfredo João dos Santos, o terceiro lance 34,94 metros extrema com Maria Olindina dos Santos; Fundos ao Norte medindo 40,89 metros com Área Remanescente, Lado Direito ao Oeste em quatro lances o primeiro medindo 23,67 metros, o segundo medindo 49,43 metros, o terceiro medindo 35,77 metros e o quarto me-dindo 16,57 metros todos extremam com a Área Verde 15 do loteamento "NOVA PALHOÇA", Lado Esquerdo ao Leste medindo 120,70 metros, extrema com Fulvio João da Silva, registrado sob Matrícula nº 47.961, Livro 2 -JS, Fls. 135, ano 2005, no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, conforme croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar a Área "A", pre-vista no artigo 1º pela Área "B", prevista no artigo 2º, ambos desta Lei, conforme consta em a-nexo.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado a caracterizar o imóvel dado em permuta, denominado como Área "B" como bem público de uso comum, designado como Área Verde.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1700 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br
(Lei nº 3.924, de 16 de dezembro de 2013)

REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PALHOÇA

LIVRO Nº 2-IN

Ricardo Wiethorn - Oficial Designado

FLS: 274
ANO: 2007

MATRÍCULA Nº 42.873

Data: 22 de Agosto de 2007

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Um terreno situado no bairro Cidade Universitária Pedra Branca, neste município, designado por **ÁREA VERDE 8** do Loteamento Nova Pedra Branca, localizado no lado ímpar da Rua da Pedra na esquina formada pela RUA DA PEDRA com a RUA DANIELA, com a área de 13.767,34 (treze mil, setecentos e sessenta e sete metros e trinta e quatro centímetros quadrados), partindo do marco 1, situado no limite com RUA DA PEDRA, definido pela coordenada geográfica de Latitude 27°37'05,31" Sul e Longitude 48°40'45,78" Oeste, Datum SAD-69 e pela coordenada plana UTM 6.942.935,716 m Norte e 729.004,972 m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; deste, confrontando neste trecho com RUA DA PEDRA, no quadrante Nordeste, seguindo com desenvolvimento de 1,25 m e raio de 2,00 m chega-se ao marco 2, deste, confrontando neste trecho com RUA DA PEDRA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 96,09 m e azimute plano de NW56°35'17"SE chega-se ao marco 3, deste confrontando neste trecho com RUA DA PEDRA, no quadrante Nordeste, seguindo com desenvolvimento de 1,28 m e raio de 2,00 m chega-se ao marco 4, deste confrontando neste trecho com RUA DA PEDRA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 3,94 m e azimute plano de NW20°01'57"SE chega-se ao marco 5, deste confrontando neste trecho com FAIXA SANITÁRIA, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 6,51 m e azimute plano de NE64°17'54"SW chega-se ao marco 6, deste confrontando neste trecho com FAIXA SANITÁRIA, no quadrante Sudeste, seguindo com desenvolvimento de 132,42 m e raio de 231,00 m chega-se ao marco 7, deste confrontando neste trecho com FAIXA SANITÁRIA, no quadrante Sudeste, seguindo com desenvolvimento de 47,23 m e raio de 231,00 m chega-se ao marco 8, deste confrontando neste trecho com FAIXA SANITÁRIA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 47,01 m e azimute plano de SW12°30'53"NE chega-se ao marco 9, deste confrontando neste trecho com FAIXA SANITÁRIA, no quadrante Sudoeste, seguindo com desenvolvimento de 4,10 m e raio de 6,00 m chega-se ao marco 10, deste confrontando neste trecho com FAIXA SANITÁRIA, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 98,88 m e azimute plano de SE26°40'24"NW chega-se ao marco 11, deste confrontando neste trecho com RUA DANIELA, no quadrante Sudoeste, seguindo com desenvolvimento de 1,34 m e raio de 2,00 m chega-se ao marco 12, deste confrontando neste trecho com FAIXA SANITÁRIA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 53,42 m e azimute plano de SW11°44'07"NE chega-se ao marco 13, deste confrontando neste trecho com RUA DANIELA, no quadrante Noroeste, seguindo com desenvolvimento de 2,65 m e raio de 2,00 m chega-se ao marco 14, deste confrontando neste trecho com RUA DA PEDRA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 56,00 m e azimute plano de SW87°31'32"NE chega-se ao marco 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.892.316/0001-08, com sede a Avenida Ilza T. Pagani, nº 280, nesta Cidade.

TÍTULO AQUISITIVO: Registro neste Cartório sob nº R-1-40.552, fls. 138 do livro 2/HZ/O oficial:

AV.1/42.873 - Palhoça, em 22 de Agosto de 2007.

Procede-se a presente averbação para constar a abertura de matrícula do imóvel acima descrito, conforme requerimento do Diretor de Infra-estrutura e Urbanismo desta Cidade, Fábio Coelho, em data de 17 de agosto de 2007.

Arquivo: fls. 022 Livro 10/07, do fls.

O oficial:

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica de ficha a que se refere, extraída nos termos do Art. 19 § 1º da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 1973.

Palhoça, de 12 MAR 2009 de 20.

p/ O Oficial



BMX63379

6.10
1.00
7.10



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
 FONE/FAX: (48) 3279-1700 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br
 (Lei nº 3.924, de 16 de dezembro de 2013)

Certidão de inteiro Teor
 Certifico a pedido da parte interessada que, a Matrícula número 44.894, datada de 17 de Abril de 2008, conforme imagem abaixo:

REGISTRO GERAL
 LIVRO Nº 2-JA

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PALHOÇA

FES: 033
 ANO: 2008

Ricardo Wietorn - Oficial Designado

MATRÍCULA Nº 44.894

Data: 17 de Abril de 2008

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Um terreno situado em Aririu, neste município de Palhoça, designado por Área Verde 15 do loteamento "NOVA PALHOÇA", com área de 5.602,91 m² (cinco mil, seiscentos e dois metros e noventa e um centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 1.179,58 metros, com as quadras 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65 e 66 de J.A. Construções Ltda., fundos em vários lances, todos em linha reta, o primeiro medindo 17,92 metros, o segundo com 18,73 metros, o terceiro com 14,57 metros, o quarto com 20,64 metros, todos com a Servidão Alfredo dos Santos, o quinto com 10,53 metros, o sexto com 5,40 metros, o sétimo com 11,28 metros, o oitavo com 43,01 metros, o nono com 20,97 metros, o décimo com 20,49 metros, o décimo primeiro com 10,75 metros, o décimo segundo com 21,44 metros, o décimo terceiro com 15,00 metros, o décimo quarto com 16,53 metros, o décimo quinto com 22,84 metros, o décimo sexto com 18,38 metros, o décimo sétimo com 9,17 metros, o décimo oitavo com 15,21 metros, o décimo nono com 12,12 metros, o vigésimo com 13,03 metros, o vigésimo primeiro com 63,24 metros, o vigésimo segundo com 53,80 metros, o vigésimo terceiro com 31,82 metros, o vigésimo quarto com 43,59 metros, o vigésimo quinto com 19,39 metros, o vigésimo sexto com 22,01 metros, o vigésimo sétimo com 18,14 metros, o vigésimo oitavo com 21,67 metros, o vigésimo nono com 22,47 metros, o trigésimo com 13,32 metros, o trigésimo primeiro com 20,04 metros, o trigésimo segundo com 20,12 metros, o trigésimo terceiro com 22,20 metros, o trigésimo quarto com 24,18 metros, o trigésimo quinto com 21,44 metros, o trigésimo sexto com 18,31 metros, o trigésimo sétimo com 20,29 metros, o trigésimo oitavo com 18,37 metros, o trigésimo nono com 25,42 metros, o quadragésimo com 9,94 metros, o quadragésimo primeiro com 30,78 metros, o quadragésimo segundo com 14,31 metros, o quadragésimo terceiro com 20,91 metros, o quadragésimo quarto com 18,46 metros, o quadragésimo quinto com 22,47 metros, o quadragésimo sexto com 24,34 metros, o quadragésimo sétimo com 31,16 metros, o quadragésimo oitavo com 17,14 metros, o quadragésimo nono com 15,99 metros, o quinquagésimo com 19,01 metros, o quinquagésimo primeiro com 18,76 metros, o quinquagésimo segundo com 30,57 metros, o quinquagésimo terceiro com 41,49 metros, o quinquagésimo quarto com 22,65 metros, todos com terras de Jacinto Alfredo dos Santos, lado direito medindo 3,89 metros, com a Área de Preservação Permanente, lado esquerdo medindo 4,18 metros, com a Área Verde 10.

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.892.316/0001-08, com sede a Avenida Ilza Terezinha Pagani, nesta Cidade.

TÍTULO AQUISITIVO: Matriculado neste Cartório sob nº 42.393, fls. 113 do livro 271d.

O Oficial: *[Assinatura]*

AV. 1744.894 - Palhoça, em 17 de Abril de 2008.

Procede-se a presente averbação com o intuito de abertura das matrículas do loteamento NOVA PALHOÇA nos termos do requerimento da empresa proprietária; dou fé.

O Oficial: *[Assinatura]*

EM BRANCO

REGISTRO DE IMÓVEIS
PALHOÇA/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1700 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br
(Lei nº 3.924, de 16 de dezembro de 2013)

Certidão de inteiro Teor

Certifico a pedido da parte interessada que, a Matrícula número 47.961, datada de 17 de Agosto de 2009, conforme imagem abaixo:

REGISTRO GERAL

LIVRO Nº 2-JS

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PALHOÇA

Ricardo Wethorn - Oficial Designado

FLS: 135

ANO: 2009

MATRÍCULA Nº 47.961

Data: 17 de Agosto de 2009

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Um terreno situado em Pachecos, neste município de Palhoça, com área de 46.856,38 m² (quarenta e seis mil oitocentos e cinquenta e seis metros e trinta e oito centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Partindo do vértice V-01, distante 205,00 metros da esquina formada pela Rua Antonio da Bicota com a Rua Alfredo João dos Santos, lado par, com ângulo interno de 88º27'24", em linha reta, medindo 23,67 metros, encontrando o vértice V-02, confronta com a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V02) com ângulo interno de 180º26'51", em linha reta medindo 49,43 metros, encontrando o vértice V-03, confronta a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V03) com ângulo interno de 179º43'24", em linha reta medindo 95,89 metros, encontrando o vértice V-04, confronta a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V04) com ângulo interno de 179º37'14", em linha reta medindo 185,29 metros, encontrando o vértice V-05, confronta com a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V05) com ângulo interno de 180º04'41", em linha reta medindo 189,36 metros, encontrando o vértice V-06, confronta com a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V06), com ângulo interno de 179º51'40", medindo 117,63 metros, encontrando o vértice V-07, confronta com a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V07) com ângulo interno de 180º11'49", em linha reta medindo 151,11 metros, encontrando o vértice V-08, confronta com a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V08) com ângulo interno de 180º08'54", em linha reta medindo 73,60 metros, encontrando o vértice V-09, confronta com a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V09) com ângulo interno de 180º20'12", em linha reta medindo 115,86 metros, encontrando o vértice V-10, confronta com a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V10) com ângulo interno de 179º59'26", em linha reta medindo 84,27 metros, encontrando o vértice V-11, confronta com a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V11) com ângulo interno de 180º59'12", em linha reta medindo 41,90 metros, encontrando o vértice V-12, confronta com a Área Verde nº 15 e parte com a Área de APP, do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V12) com ângulo interno de 92º54'22", em linha reta medindo 44,31 metros, encontrando o vértice V-13, confronta com o Canal do D.N.O.S. (anteriormente Dotel Silvano Raulino), dali (V13) com ângulo interno de 85º33'12", em linha reta medindo 597,88 metros, encontrando o vértice V-14, confronta com terras de Prima Realty Engenharia Construções e Incorporação, Ltda., (anteriormente João José da Silva), dali (V14) com ângulo interno de 179º56'53", em linha reta medindo 304,59 metros, encontrando o vértice V-15, confronta com terras de Fulvio João da Silva, (anteriormente João José da Silva), dali (V15) com ângulo interno de 180º15'29", em linha reta medindo 100,83 metros, encontrando o vértice V-16, confronta com terras de Fulvio João da Silva, (anteriormente João José da Silva), dali (V16) com ângulo de 180º12'49" em linha reta medindo 139,82 metros, encontrando o vértice V-17, confronta com terras de Fulvio João da Silva, (anteriormente João José da Silva), dali (V17) com ângulo interno de 91º16'27", em linha reta medindo 34,94 metros, encontrando o vértice V-18, confronta com terras de Maria Olíndina dos Santos, (anteriormente Servidão), dali (V18) com ângulo interno de 88º27'24" em linha reta medindo 12,90 metros, encontrando o vértice V-19, confronta com a Rua Alfredo João dos Santos, (anteriormente Servidão), dali (V19) com ângulo interno de 271º32'36", em linha reta medindo 6,00 metros, confronta com a Rua Alfredo João dos Santos, (anteriormente Servidão), encerrando assim esta descrição, o imóvel contém área de APP (área de preservação permanente) na faixa de 30,00 metros ao longo do Canal do D.N.O.S., onde o imóvel confronta, com área de 1.314,37m².

PROPRIETÁRIOS: JACINTO ALFREDO DOS SANTOS, brasileiro, casado, cédula de identidade 1.162.895-2, aposentado, CPF nº 416.361.559-87 e sua mulher OLÍNDINA CAITANA DOS SANTOS, brasileira, cédula de identidade 2.063.920, do lar, CPF nº 715.926.369-34, casados pelo RCUB antes da vigência da lei continua...



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1700 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br
(Lei nº 3.924, de 16 de dezembro de 2013)

CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA Nº

47961

FLS.

135v

6.515/77, residentes a Rua Alfredo João dos Santos, Pachecos, Palhoça SC.
TÍTULO AQUISITIVO: Matriculado neste Cartório sob nº 15.846, fls. 014 do
livro 2/CJ.
O oficial:

MAR

AV. 1/47.961 - Palhoça, em 17 de Agosto de 2009.
Conforme requerimento dos proprietários, datado de 12 de junho de 2009,
Memorial Descritivo, Planta topográfica assinada por todos os confrontantes,
e demais documentos, em atendimento ao art. 212 e seguintes da Lei nº 6.015/73
alterado pela Lei nº 10.931/2004, foi o imóvel da matrícula 15.846, fls. 014
do livro 2/CJ, **RETIFICADO CONSENSUALMENTE**, passando a ter as
características e confrontações constantes desta matrícula. Arquivo: Fls.
003 Livro 2/001; dou fé.
O oficial:

MAR

AV. 2/47.961 - Palhoça, em 10 de Setembro de 2009.
Conforme revisão feita no processo de Retificação Consensual, do registro
anterior, faço a seguinte retificação: o nome correto do proprietário é
JACINTHO DOS SANTOS e não como constou, permanecendo inalteradas as demais
qualificações, dou fé.
O oficial:

NLE

EM BRANCO

FICA INUTILIZADO O ESPAÇO EM BRANCO DESTA
MATRÍCULA, PASSANDO O REGISTRO/AVERBAÇÃO 3 PARA A FOLHA DE
CONTINUAÇÃO Nº 2. PALHOÇA, 27 de abril de 2011.

Adriana Maria da Rosa de Bem
Escritorinha Substituta

EM BRANCO**EM BRANCO**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1700 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br
(Lei nº 3.924, de 16 de dezembro de 2013)

REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE PALHOÇA

Folhas: 2

LIVRO 2-JS

Sebastião David Correa Tourinho - Oficial Titular

Ano: 2011

MATRÍCULA Nº 47.961 (CONTINUAÇÃO)

Data: 27 de abril de 2011

R. 3/47.961 - COMPRA E VENDA, sobre a totalidade do presente imóvel, conforme escritura pública, lavrada em 21/03/2011, as fls. 066 do livro 254, pelo Cartório Distrital de Barreiros - Comarca de São José SC, protocolada neste Ofício sob nº 87.409 em 27/04/2011. TRANSMITENTES: JACINTHO DOS SANTOS e OLINDINA CAITANA DOS SANTOS, já qualificados. ADQUIRENTE: **RABATZ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF 13.307.286/0001-02, com sede em Rua Tenente Silveira, nº 200/906, Centro, Florianópolis SC. VALOR: R\$ 650.000,00, que para efeitos fiscais, foi avaliado em R\$548.082,70. CONDIÇÕES: As da escritura. Foram apresentadas ao tabelião todos os documentos exigidos pela Lei Federal nº 7.433/85 e Decreto nº 93.240/86. ITBI: Pago junto ao banco do Brasil, no valor de R\$10.976,62, autenticação nº 1.361.18E.C18.8C9.20, em 21/03/2011. FRJ nº 0000.50020.0649.9619, junto ao banco do Brasil, no valor de R\$434,00, autenticação nº F.D28.E03.411.85C.3DF, em 21/3/2011. Emolumentos: R\$868,00. Selo de fiscalização: CDD-61819 - R\$1,00. mr. Dou fé. Palhoça, 27 de abril de 2011. Adriana Maria da Rosa de Bem - Escrevente Substituta.

AV. 4/47.961 - INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA, conforme requerimento datado de 07/04/2011 e escritura pública constante do R-3, o imóvel desta matrícula possui a inscrição imobiliária nº 01.03.057.8184.000. Arquivo: fls. 069, livro 16/11. Emolumentos: R\$66,65. Selo de fiscalização: CDD-61822 - R\$1,00. mr. Dou fé. Palhoça, 27 de abril de 2011. Adriana Maria da Rosa de Bem - Escrevente Substituta.

EM BRANCO**EM BRANCO**

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - CNPJ nº 11.680.646/0001-83. Rua Amaro Ferreira de Macedo, 1280
Centro Palhoça-SC - CEP: 88.130-280 Fone/Fax: (48) 3242-4522. Fones: 3342-5284 - 3242-3388 - 3242-3389





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1700 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br
(Lei nº 3.924, de 16 de dezembro de 2013)

MEMORIAL DESCRITIVO

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL Matrícula 47.961

Um terreno situado em Pachecos, neste Município de Palhoça, com área de 46.856,38 m² (quarenta e seis mil oitocentos e cinquenta e seis metros e trinta e oito centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Partindo do vértice V-01, distante 205,00 metros da esquina formada pela Rua Antonio da Bicota com a Rua Alfredo João dos Santos, lado par, com ângulo interno de 88°27'24", em linha reta, medindo 23,67 metros, encontrando o vértice V-02, confronta com Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V02) com ângulo interno de 180°26'51", em linha reta medindo 49,43 metros, encontrando o vértice V-03, confronta a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V03) com ângulo interno de 179°43'24", em linha reta medindo 95,89 metros, encontrando o vértice V-04, confronta a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V04) com ângulo interno de 179°37'14", em linha reta medindo 185,29 metros, encontrando o vértice V-05, confronta com Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V05) com ângulo interno de 180°04'41", em linha reta medindo 189,36 metros, encontrando o vértice V-06, confronta com a Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V06), com ângulo interno de 179°51'40", medindo 117,63 metros, encontrando o vértice V-07, confronta com Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V07) com ângulo interno de 180°11'49", em linha reta medindo 151,11 metros, encontrando o vértice V-08, confronta com Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V08) com ângulo interno de 180°08'54", em linha reta medindo 73,60 metros, encontrando o vértice V-09, confronta com Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V09) com ângulo interno de 180°20'12", em linha reta medindo 115,86 metros, encontrando o vértice V-10, confronta com Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V10) com ângulo interno de 179°59'26", em linha reta medindo 84,27 metros, encontrando o vértice V-11, confronta com Área Verde nº 15 do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V11) com ângulo interno de 180°59'12", em linha reta medindo 41,90 metros, encontrando o vértice V-12, confronta com Área Verde nº 15 e Prte com área de APP, do Loteamento Nova Palhoça, (anteriormente Antonio Salum), dali (V12) com ângulo interno de 92°54'22", em linha reta medindo 44,31 metros, encontrando o vértice V-13, confronta com Canal do D.N.O.S. (anteriormente Dotel Silvano Raulino) dali (V13) com ângulo interno de 85°33'12", em linha reta medindo 597,88 metros, encontrando o vértice V-14, confronta com terras de Prima Realty Engenharia Construções e Incorporação, Ltda., (anteriormente João José da Silva) dali (V14) com ângulo interno 179°56'53", em linha reta medindo 304,59 metros, encontrando o vértice V-15, confronta com terras de Fulvio João da Silva, (anteriormente João José da Silva), dali (V15) com ângulo interno de 180°15'29", em linha reta medindo 100,83 metros, encontrando o vértice V-16, confronta com terras de Fulvio João da Silva, (anteriormente João José da Silva), dali (V16) com ângulo interno de 180°12'49" em linha reta medindo 139,82 metros, encontrando o vértice V-17, confronta com terras de Fulvio João da Silva, (anteriormente João José da Silva), dali (V17) com ângulo interno de 91°16'27", em linha reta medindo 34,94 metros, encontrando o vértice V-18, confronta com terras de Maria Olindina dos Santos, (anteriormente Servidão), dali (V18) com ângulo interno de 88°27'24" em linha reta medindo 12,90 metros, encontrando o vértice V-19, confronta com a Rua Alfredo João dos Santos, (anteriormente Servidão), dali (V19) com ângulo interno de 271°32'36", em linha reta medindo 6,00 metros, confronta com a Rua Alfredo João dos Santos, (anteriormente Servidão), encerrando assim esta descrição, o imóvel contém área de APP (área de preservação permanente) na faixa de 30,00 metros ao longo do Canal do D.N.O.S., onde o imóvel confronta, com a área de 1.314,37m².

Área a Desmembrar da Matrícula 47.961 - Um terreno situado em Pachecos, neste Município de Palhoça, com área de 5.602,91 m² (cinco mil seiscentos dois metros e noventa e um centímetros quadrados), distante 205,00 metros da esquina formada pela Rua Antonio da Bicota com a Rua Alfredo João dos Santos, com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao Sul em três lances, o primeiro medindo 6,00 metros, o segundo medindo 12,90 metros, extremado com a Rua Alfredo João dos Santos, o terceiro lance 34,94 metros extrema com Maria Olindina dos Santos; Fundos ao Norte medindo 40,89 metros com Área Remanescente, Lado Direito ao Oeste em quatro lances o primeiro medindo 23,67 metros, o segundo medindo 49,43 metros, o terceiro medindo 35,77 metros e o quarto medindo 16,57 metros todos extremam com a Área Verde 15 do loteamento "NOVA PALHOÇA", Lado Esquerdo ao Leste medindo 120,70 metros, extrema com Fulvio João da Silva.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1700 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

(Lei nº 3.924, de 16 de dezembro de 2013)

Área a Remanescente da Matrícula 47.961 -Um terreno situado em Pachecos, neste Município de Palhoça, com área de 41.253,47 m² (quarenta e um mil duzentos e cinquenta e três metros e quarenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao Sul medindo 40,89 metros extrema com a Área a Desmembrar; Fundos ao Norte medindo 44,31 metros, confronta com o Canal do DNOS, Lado Direito ao Oeste em nove lances o primeiro medindo 43,55 metros, o segundo medindo 185,29 metros o terceiro medindo 189,36 metros o quarto medindo 117,63 metros, o quinto medindo 151,11 metros o sexto medindo 73,60 metros o sétimo medindo 115,86 metros, o oitavo medindo 84,27 metros o nono medindo 41,91 metros todos extremam com a Área Verde 15 do loteamento “NOVA PALHOÇA”, Lado Esquerdo ao Leste em três lances o primeiro medindo 100,83 metros o segundo medindo 304,59 metros o terceiro medindo 597,87 metros, extrema com terras de Prima Realty Construções e Incorporações Ltda e Fulvio João da Silva. O imóvel contém área de APP (área de preservação permanente) na faixa de 30,00 metros ao longo do Canal do D.N.O.S. , onde o imóvel confronta, com a área de 1.314,37m².

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Um terreno situado em Aririu, neste município de Palhoça, designado por Área Verde 15 do loteamento “NOVA PALHOÇA”, com área de 5.602,91 m² (cinco mil, seiscentos e dois metros e noventa e um centímetro quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 1.179,58 metros, com as quadras 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51,53, 54, 55, 56, 60, 61, 63, 64, 65 e 66 de J.A. Construções Ltda. , fundos em vários lances, todos em linha reta, o primeiro medindo 17,92 metros , o segundo com 18,73 metros, o terceiro com 14,57 metros, o quarto com 20,64 metros, todos com a Servidão Alfredo dos Santos , o quinto com 10,53 metros, o sexto com 5,40 metros, o sétimo com 11,28 metros, o oitavo com 43,01 metros, o nono com 20,97 metros, o décimo com 20,49 metros, o décimo primeiro com 10,75 metros, o décimo segundo com 21,44 metros, o décimo terceiro com 15,00 metros, o décimo quarto com 16,53 metros, o décimo quinto com 22,84 metros , o décimo sexto com 18,38 metros, o décimo sétimo com 9,17 metros, o décimo oitavo com 15,21 metros , o décimo nono com 12,12 metros, o vigésimo com 13,03 metros, o vigésimo primeiro com 63,24 metros, o vigésimo segundo com 53,80 metros, o vigésimo terceiro com 31,82 metros, o vigésimo quarto com 43,59 metros , o vigésimo quinto com 19,39 metros, o vigésimo sexto com 22,01 metros, o vigésimo sétimo com 18,14 metros, o vigésimo oitavo com 21,67 metros, o vigésimo nono com 22,47 metros, o trigésimo com 13,32 metros, o trigésimo primeiro com 20,04 metros, o trigésimo segundo com 20,12 metros, o o trigésimo terceiro com 22,20 metros, o trigésimo quarto com 24,18 metros, o trigésimo quinto com 21,44 metros, o trigésimo sexto com 18,31 metros, o trigésimo sétimo com 20,29 metros, o trigésimo oitavo com 18,37 metros, o trigésimo nono com 25,42 metros, o quadragésimo com 9,94 metros, o quadragésimo primeiro com 30,78 metros, o quadragésimo segundo com 14,31 metros , o quadragésimo terceiro com 20,91 metros, o quadragésimo quarto com 18,46 metros, o quadragésimo quinto com 22,47 metros, o quadragésimo sexto com 24,34 metros, o quadragésimo sétimo com 31,16 metros, o quadragésimo oitavo com 17,14 metros, o quadragésimo nono com 15,99 metros, o quinquagésimo com 19,01 metros, o quinquagésimo primeiro com 18,76 metros, o quinquagésimo segundo com 30,57 metros, o quinquagésimo terceiro com 41,49 metros, o quinquagésimo quarto com 22,65 metros, todos com terras de Jacinto Alfredo dos Santos, lado direito medindo 3,89 metros, com a Área de Preservação Permanente, lado esquerdo medindo 4,18 metros, com a Área Verde 10.

Palhoça , 26 de junho de 2012

Responsável Técnico

JRN Emp. Imob. Ltda

Lei Nº 3.926, de 16 de Dezembro de 2013

LEI Nº 3.926, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

FUNREBOM. Altera Lei nº 1.958, de 08 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a Segurança contra sinistros em edificações, cria o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica acrescido o Parágrafo único ao artigo 12 da Lei nº 1.958, de 08 de dezembro de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 12 ()

Parágrafo único. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Doação ou Termo de Cessão de Uso para fins de disponibilização de materiais, embarcações, equipamentos e viaturas para Organização de Bombeiros Militar que atende o Município, adquiridos com recursos provenientes da conta especial denominada: Funrebom - Fundo Municipal de Reequipamento do corpo □de Bombeiros previstas no artigo 4º desta Lei” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de dezembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.927, de 16 de Dezembro de 2013

LEI Nº 3.927, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONVÊNIO. Grupo Abelhas Operárias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Grupo Abelhas Operárias, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 95.887.154/0001-53, com sede na Av. Prefeito Nelson Martins, s/nº, Centro, neste Município, tem por objetivo conceder benefício material como forma de proteção social aos usuários atendidos e ampliar o universo de informações úteis sobre saúde, espiritualidade e direitos as gestantes e pessoas carentes, através de orientações e encaminhamento, para satisfazer as necessidades fundamentais dos usuários, conforme Plano de Trabalho proposto, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º A despesa decorrente da presente Lei, correrão à conta do orçamento vigente do Município: Órgão - 11, Projeto/Atividade - 1.022 Incentivo a Indústria e o Comércio, Elemento - 3.3.50.00.00.00.00.0.10000 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de dezembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.601, de 13 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 1.601, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

INSTITUI E REGULAMENTA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO A GESTÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Institui e Regulamenta a Comissão de Acompanhamento a Gestão Muni-cipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e nomear os membros.

Art.2º A Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil têm por finalidade oferecer subsídios no acompanhamento e monitoramento da execução do Programa Bolsa Família, na perspectiva da garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

I - A Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem as seguintes competências:

- a) Monitorar e acompanhar a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família no cumprimento do Art. 2º da Portaria/MDS/nº 256, de 19 de março de 2010;
- b) Acompanhar a Coordenação e Comitê Gestor do Programa Bolsa Família no cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- c) Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família no cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- d) Acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras Políticas Públicas Sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- e) Acompanhar a oferta por parte do Governo Municipal dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;
- f) Apreçar o Plano de Aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família- IGD PBF;
- g) Apreçar o Relatório Anual de Gestão do Programa Bolsa Família;
- h) Apreçar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual Físico Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, por meio do Índice de Gestão Descentralizada Municipal para o Programa Bolsa Família;
- i) Acompanhar a listagem dos beneficiários, principalmente se as estimativas do município estão sendo atendidas;
- j) Criar canal de denúncias, acompanha-las e apura-las junto com a coordenação do Programa Bolsa Família;
- k) Acompanhar os indicadores referentes ao trabalho infantil no município;
- l) Fiscalizar e acompanhar se o fluxo de identificação e atendimento ao trabalho infantil estão ocorrendo no município, integrando os atendimentos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- m) Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;
- n) Acionar, por meio do CMAS/SC, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

II - São membros da Comissão de Acompanhamento ao Programa Bolsa Família - PBF e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI:

- a) Bruna Schweitzer Delduque Melo
- b) Sabrina Francisco
- c) Francelise da Fonseca Schneider
- d) Luciana Maria da Silva
- e) Nanci Cecília de Oliveira Veras

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 13 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.602, de 13 de Dezembro de 2013.
DECRETO Nº 1.602, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

TEMPORADA DE VERÃO. Disciplina a temporada de Verão da Região Sul do Município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso da competência privativa que regulamenta o art. 34 da Lei Complementar nº 018/02, resolve

DECRETAR:

Art. 1º A Temporada de Verão 2013/2014 terá vigência de 16 de dezembro de 2013 até 16 de março de 2014.

I - Serão designados fiscais de Tributos, de Obras e Postura e Vigilância Sanitária para realizar os trabalhos de fiscalização durante a vigência de temporada de verão;

II - Os fiscais designados terão o benefício de 20 (vinte) dias de folga que poderão ser gozadas até 90 (noventa) dias após o término da temporada, sob consentimento da chefia direta;

III - A carga horária dos fiscais de Obras e Postura e Tributos, deverá ser cumprida unicamente na Secretaria do Sul de segunda a sexta-feira em horário flexível das 08:00 até às 19:00 horas;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3637/2013
PORTARIA Nº 3637/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JAZAM SANTOS, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, bem como Processo Seletivo 009/FMP/2013, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina Di-reito Tributário, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 07/10/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3638/2013
PORTARIA Nº 3638/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LINDAURA ROSA ESPINDOLA, matrícula nº. 800635, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 02/09/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 09 (nove) anos, 07 (sete) meses e 27 (vinte e sete) dias,

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3639/2013
PORTARIA Nº 3639/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) VALDETE MARIA, matrícula nº. 800422, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 02/09/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 15 (quinze) anos, 01 (um) mês e 01 (um) dia.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 10 (dez) dia.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3640/2013

PORTARIA Nº 3640/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ROSIMERE NOEMIA WAGNER DA SILVA, matrícula nº. 800399, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 26/07/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 07 (sete) anos, 07 (sete) meses e 03 (três) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 01 (um) ano, 06 (seis) meses e 18 (dezoito) dias.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3641/2013

PORTARIA Nº 3641/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA JOSE AVILA, matrícula nº. 800557, ocupante da categoria funcional de Supervisor Escolar, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 13/11/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 03 (três) meses e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3642/2013

PORTARIA Nº 3642/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA DE FÁTIMA MAREGA DE VALGAS, matrícula nº. 800714, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 13/11/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos e 22 (vinte e dois) dias.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3643/2013

PORTARIA Nº 3643/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ADRIANA TRUPPEL, matrícula nº. 300004, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo Auxiliar, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 04/11/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 01 (um) ano, 03 (três) meses e 13 (treze) dias.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3644/2013

PORTARIA Nº 3644/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JANE TEREZINHA LIMA MUL-BERSTEDT, matrícula nº. 200012, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Finanças, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 21/11/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos e 06 (seis) meses.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3645/2013

PORTARIA Nº 3645/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA DO CARMO MIRANDA, matrícula nº. 800068, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, lotado (a) na Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 18/11/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 09 (nove) anos, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias,

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3646/2013

PORTARIA Nº 3646/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) BERTOLDO SALLES, matrícula nº. 500229, ocupante da categoria funcional de Operador de Máquinas, lotado (a) na de Infraes-estrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 12/11/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 17 (dezesete) anos, 06 (seis) meses e 02 (dois) dias,

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3647/2013

PORTARIA Nº 3647/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) VALDIRA SILVA DE ESPINDOLA, matrícula nº. 190033, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 21/11/2013.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 14 (quatorze) dias,

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3591/2013.

PORTARIA Nº. 3591/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Antonio Jose Bicca	24	20	21/12/2013 a 31/01/2014
Degelane Cordova Duarte	24	40	21/12/2013 a 31/01/2014
Fabiana Witt	10	16	21/12/2013 a 31/01/2014
Fernando Mauricio da Silva	40	32	21/12/2013 a 31/01/2014
Luzinete Carpin Niedzieluk	40	32	21/12/2013 a 31/01/2014
Rosana Rosa Silveira	10	24	21/12/2013 a 31/01/2014

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3592/2013.

PORTARIA Nº. 3592/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	PARA
400310	Rosangela Madalena	R\$ 400,00

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3593/2013.

PORTARIA Nº. 3593/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PATRICIA WITZEL TAPADA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 25/11/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3594/2013.

PORTARIA Nº. 3594/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANAINA GERUSA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMAS/2013, para ocupar o cargo de Monitor, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/11/2013 a 25/11/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3595/2013.

PORTARIA Nº. 3595/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA MARIA SCHWINDEN, matrícula nº. 800606, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 18/11/2013 à 18/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3596/2013.

PORTARIA Nº. 3596/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PEDRO ANTONIO KREUCH, matrícula nº. 500182, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 19/08/1996 a 19/08/2001, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 10/12/2013 à 10/03/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3597/2013.

PORTARIA Nº. 3597/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELAINE CRISTINA DE SOUZA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3598/2013.
PORTARIA Nº. 3598/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GIANE GONTARSKI DE LIMA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3599/2013.
PORTARIA Nº. 3599/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GIEDRY SANTOS OLIVEIRA, titular do cargo de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3600/2013.
PORTARIA Nº. 3600/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CLAYTON MARTINS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3601/2013.
PORTARIA Nº. 3601/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO KARINE ARRUDA FLORES, titular do cargo de Odontologa, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3602/2013.
PORTARIA Nº. 3602/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CARLA GREICY LAMIN, titular do cargo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3603/2013.

PORTARIA Nº. 3603/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RUBY STEINMETZ FILHO, matrícula nº. 300221, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 19/05/2003 a 19/05/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 22/11/2013 à 22/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3604/2013.

PORTARIA Nº. 3604/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILMAR PLACIDINO ELEUTERIO, matrícula nº. 500034, titular do cargo de Técnico em Agrimensura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/01/1992 a 04/01/1997, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/12/2013 à 02/01/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3605/2013.

PORTARIA Nº. 3605/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CATARINA MARIA NUNES, matrícula nº. 400018, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/08/2001 a 05/08/2006, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 05/08/2006 a 05/08/2011, por 02 (dois) meses, a com e-feitos a contar de 02/12/2013 à 02/03/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3606/2013.

PORTARIA Nº. 3606/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONE ZELIA DE SOUZA PEREIRA, matrícula nº. 300107, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/03/1999 a 10/03/2004, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/12/2013 à 02/01/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3607/2013.

PORTARIA Nº. 3607/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NILZA MARIA DE SOUZA PEDRO, matrícula nº. 300118, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/03/2003 a 15/03/2008, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 15/03/2008 a 15/03/2013, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 25/11/2013 à 25/04/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3608/2013.

PORTARIA Nº. 3608/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA TEREZA DE FÁTIMA SELL, ma-trícula nº. 400007, titular do cargo de Bioquímico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/02/1996 a 03/02/2001, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/12/2013 à 02/01/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3609/2013.

PORTARIA Nº. 3609/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CESSAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES do servidor JULIANO RODRIGUES BRASIL, matrícula nº. 500899, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3610/2013.

PORTARIA Nº. 3610/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ELUZAH MATEUS FERRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro

de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/09/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular José M. dos Santos, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3611/2013.

PORTARIA Nº. 3611/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comprem a Conselho de Incentivo Fiscal e Social - CONCIFIS, de acordo com a Lei nº. 123 /2012.

Artigo 2º - O referido conselho será presidido pelo LUCIANO DALLA POZZA.

Membros do Poder Executivo

NOME	CARGO
Alberto Prim	Secretaria de Desenv. Da Indústria, Com. E Turismo
Estefano Hugo Broering Junior	Fiscal de Tributos
Luciano Dalla Pozza	Procurador do Município
Marcos Cardoso Cantos	Secretário da Receita e Regularização Fundiária
Sherem Abreu	Executivo Fiscal

Entidades Indicadas

NOME	CARGO
Adriano Mattos	Representante da ACIP
Fábio Coelho	Vereador
Mariah Terezinha Nascimento Pereira	Representante do Ensino Superior
Raul Roberto Weiss	Representante do CDL

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3612/2013

PORTARIA Nº. 3612/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade aos servidores, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	DE	A contar de
260091	Antonio A. da Cruz de Barros	Médico	50%	01/11/2013
251760	Leonardo Ghizzo	Médico	80%	01/11/2013
251763	Lidia Friedrich Cassali	Médico	80%	01/11/2013
251758	Lilian Scharf Patel	Médico	80%	01/11/2013
260090	Luiza Bento da Silva Bertolino	Médico	50%	01/11/2013
260086	Maria Cristina R. Pereira	Médico	80%	01/11/2013
251762	Mário Marques	Médico	80%	01/11/2013
260089	Rafael Porto Costa	Médico	50%	01/11/2013

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3613/2013.

PORTARIA Nº. 3613/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora MARIA DE FATIMA COELHO DA SILVEIRA, matrícula nº. 800771, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 185 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com efeitos a contar de 11/08/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3614/2013.

PORTARIA Nº. 3614/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 17 de outubro de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	PARA
800533	Cristina da Silva Soares	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3615/2013.

PORTARIA Nº. 3615/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	PARA
400088	Gilberto Giacomini	R\$ 800,00
400116	Janete Ferreira Pinheiro	R\$ 800,00

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
300152	Rose Magaly Martins	R\$ 500,00	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3616/2013.

PORTARIA Nº. 3616/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Aparecida da Luz	ASG	60	22/10/13	I – M 65-9, II – M 75-5
Alba Terezinha da Silva	Professor	30	26/10/13	I -
Ana Cristina de Jesus dos Santos	ASG	60	21/10/13	I – M 54-5, II – M 54-4
Bianca Luchi Bartuchski	Fiscal de Vigilância Sanitária	60	21/10/13	I – F 32-1
Claudia A. E. Sanntag	Professor	180	24/10/13	I – Z 33
Cristina Cordova	Professor	20	23/10/13	I – Z 54-0
Dineia Odete de Souza	Professor	03	02/10/13	I – M 54-2, II – S 93-4, III – F 41-2
Dineia Odete de Souza	Professor	03	21/10/13	I – M 54-2, II – S 93-4, III – F 41-2
Dineia Odete de Souza	Professor	10	10/11/13	I – M 54-2, II – S 93-4, III – F 41-2
Divania Comelli Gonçalves	ASO	30	25/10/13	I – Z 54-0, II – Z 30-2
Fernanda Rosa da Silva	Técnico em Enfermagem	04	14/10/13	
George Emanuel de Souza	Vigia	10	24/10/13	I – Z 54-0
Gilberto da Silva	Professor	60	25/10/13	I – J 11
Ilson Ferreira da Silva	Professor	90	03/10/13	I – Z 54-0
Indianara Fátima Galupo	Merendeira	10	21/10/13	I – S 93-4
Ivanilma G. S. Tinoco	ASG	60	25/10/13	I – I 80
Jane Lucia Souza	Professor	60	28/10/13	I – F 41-2
Josiane Gonçalves	ACS	11	18/10/13	I – Z 76-3
Jucielene Edite T. Rodrigues	ASO	03	08/10/13	I – J 03, II – M 65

Jucielene Edite T. Rodrigues	ASO	05	21/10/13	I – J 03, II – M 65
Kátia Cristina da Silva	ACS	40	21/10/13	I – M 75
Laudelina M. de Souza Furtado	Professora	15	22/10/13	I – I 10, II – F 43
Luana Gambatto Bezerra	ACS	07	24/10/13	I – Z 76-3
Luana Magali Patrício	Professor	10	18/10/13	I – Z 54-0
Luciamara Maria Bernardo Teixeira	Bioquímica	10	21/10/13	I – Z 54-0
Luciamara Maria Bernardo Teixeira	Bioquímica	07	30/10/13	I – Z 54-0
Luciare Maria da Silva	ASG	05	14/10/13	I – G 43
Maria Carmo Raupp	Professor	60	30/09/13	I – F 32-9
Maria da Graça Vieira Cascaes	Técnico em Enfermagem	120	03/11/13	I – M 54, II – M 75
Maria Goreti da Silva	Merendeira	05	22/10/13	I – M 25-5
Marisete Trentin Pertussati	Professor	60	25/10/13	I – F 32-1, II – F 41-3
Marlete Vargas Portela	ASO	90	20/11/13	I – M 19, II – M 16
Mauro Cesar Machado	ASO	15	02/10/13	I –
Mauro Cesar Machado	ASO	15	16/10/13	I –
Medianeira Castro	Professor	90	25/10/13	I – M 54-5, II – M 54-2
Milton Jose Pacheco	ASO	90	23/10/13	I – Z 54-0
Ondina dos Santos B. de Sá Lima	Professor	30	18/10/13	I – Z 54-0
Patricia Witzel Tapada	ASO	100	18/06/13	I – F 19-1
Patricia Witzel Tapada	ASO	54	30/10/13	I – F 19-1
Rosilene da Silva Khunnen	Assistente Administrativo	14	19/10/13	I – C 73
Sabrina Hasse Felisberto	Professor	180	22/10/13	I – Z 33
Sandra Teresinha Gomes	ASG	90	22/09/13	I – I 63
Sueli Lucia da Silveira	ASG	30	13/10/13	I – Z 76-3
Susana Angélica da Silva	ASG	60	28/11/13	I – F 71
Telis dos Santos Custodio	Merendeira	20	23/10/13	I – F 32
Vera Lucia Galvão	ASO	03	09/10/13	I – Z 76-3, II – J 03
Vera Lucia Lostada	Professor	45	16/10/13	I – Z 54-0

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3617/2013.

PORTARIA Nº. 3617/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeitos a contar de 25/11/2013.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
200416	Marcelo Pereira de Castilhos	805244817

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3618/2013.

PORTARIA Nº. 3618/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3536 de 03 de setembro de 2013, que Contratou em Caráter Tem-porário como Professor ACT o servidor DANIEL CAMARGO THOMAZ, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a habilitação que deverá ser Habilitado com Graduação, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3619/2013.

PORTARIA Nº. 3619/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA GARCIA, matrícula nº. 800491, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/11/2013 à 28/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3620/2013.

PORTARIA Nº. 3620/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora HELENA MARIA DE ESPINDOLA, matrícula nº. 800218, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período até o final do ano, a contar de 25/10/2013, de acordo com às folhas 27 e 28.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3621/2013.

PORTARIA Nº. 3621/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora GLAUCIA FERREIRA DA ROSA, matrícula nº. 800903, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 11, item 03.

Até o final do ano, a contar de 16/11/2013, de acordo com às folhas 12

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3622/2013.

PORTARIA Nº. 3622/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR as Portarias, que Contratou por Tempo Determinado as servidoras abaixo relacionadas, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2013 a 31/01/2014.

MATRICULA	SERVIDOR	PORTARIA
129897	ARTHUR DONIZETE ROVARIS	0856
802684	BENTA OLGA DE FRAGA	2596
129826	DIEGO FELIPE ZANIN	0858
129827	FÁBIO SEBASTIÃO RIBEIRO	0866
129825	GEORGE WASHINGTON DE ALMEIDA JUNIOR	0859
210115	GUSTAVO GONZAGA DE AZEVEDO	1323
210293	LUANA PEREIRA DOS PASSOS	2217
129823	LUIZ ALBERTO CAR-SOSO	0861
129830	LUIZ DAVI ROSAR	0863
210105	NEY HAMILTON DE OLIVEIRA FILHO	1327
210254	RAQUEL SANTANA DOS PASSOS	2218
210228	RAQUEL ZENIRMA MARTINS	2220
129995	RENATO BACK	0855
129940	RENATO RACHADEL	0867
210252	ROSA ARCELINA DA SILVEIRA	2219

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3623/2013.

PORTARIA Nº. 3623/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2818 de 03 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SUELI ZAMORA SONOKI, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/11/2013 a 13/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3624/2013.

PORTARIA Nº. 3624/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ODILON MAURILIO DOS SANTOS, matrícula nº. 500338, titular do cargo de Engenheiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 19/06/2003 a 19/06/2008, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 07/01/2014 à 07/04/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3625/2013.

PORTARIA Nº. 3625/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2459 de 22 de julho de 2013, que Alterou a Carga Horária do servidor ALTAIR ALTAMIRO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deverá ser até 31/01/2013, e não como consta na refe-rida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3626/2013.

PORTARIA Nº. 3626/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA ANTONIA MOURA CIRINO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Frei Damião, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/11/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3627/2013.

PORTARIA Nº. 3627/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIETA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 24/10/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3628/2013.

PORTARIA Nº. 3628/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FÁTIMA REGINA DEMÉTRIO FRIT-ZEN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40

(quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 24/09/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário da Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3629/2013.

PORTARIA Nº. 3629/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ODÉZIA LINDER DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Grupo Escolar Francisca Raimunda F. da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/11/2013 a 13/12/2013, face ao impedimento da titular Sabrina H. Felisberto, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3630/2013.

PORTARIA Nº. 3630/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JAQUELINE LEANDRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/11/2013 a 14/12/2013. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA faz-se necessário tendo em vista, o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3631/2013.
PORTARIA Nº. 3631/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CARMEM LUCIA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/11/2013 a 11/12/2013, face ao impedimento da titular Irinesia A. S. Vieira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3632/2013.
PORTARIA Nº. 3632/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MAURECI DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/10/2013 a 14/12/2013, face ao impedimento da titular Edson R. da Silvveira Jr., que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3633/2013.
PORTARIA Nº. 3633/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSANIA MARIA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/10/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3634/2013.
PORTARIA Nº. 3634/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 23/10/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3635/2013.
PORTARIA Nº. 3635/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ZELIA ROSA DE MORAES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Aprender Brincando, da Administração

Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/10/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3636/2013.

PORTARIA Nº. 3636/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SABRINA AMORIM DE SIMAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2013 a 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3649/2013.

PORTARIA Nº. 3649/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CLAUDIMAR DETOFOL MARCIÓ, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3650/2013.

PORTARIA Nº. 3650/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RITA DE CASSIA DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMAS/2013, para ocupar o cargo de Monitor, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/12/2013 a 02/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3651/2013.

PORTARIA Nº. 3651/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JOSIELLY PINHEIRO WESTPHAL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicóloga, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3652/2013.

PORTARIA Nº. 3652/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR as Portarias, que Contratou por Tempo Determinado como Professor (ACT) os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

Matrícula	Nome	Cargo	Motivo	De	Para
129924	Adriana das G. Alfredo da Silva Almeida	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	23/03/2014
210031	Ana Carolina Xavier	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	16/02/2014
129781	Andreza de Oliveira Martins	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	24/01/2014
129642	Angelita da Rosa Mauricio	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	04/01/2014
129766	Camila Carvalho	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	17/03/2014
129685	Claudia Aparecida Fernandes Sonntag	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	05/04/2014
129577	Claudia Ivonete de Amorim	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	16/05/2014
129910	Cleusa Sueli Pereira Galvani	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	30/01/2014
129898	Cristiane da Silva	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	23/03/2014
210130	Daniela de Almeida	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	18/02/2014
128965	Dayane Virtuoso do Nascimento	Professora	Auxílio Doença	02/09/2013	s/ término
210323	Elaine Cristina de Souza	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	09/01/2014
210008	Fernanda Ramos Gaspar	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	18/04/2014
129248	Helaine Terezinha Henrique	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	11/01/2014
129659	Irene Anibaete da Rosa	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	09/05/2014
129832	Jucieli Martins Schafer Thiesen	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	16/03/2014
129855	Juliana Barcelos	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	28/03/2014
210040	Luiz Roberto Ribeiro Junior	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	09/01/2014
129789	Madelaine Battanoli Zborowski	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	31/12/2013
210247	Maria Cristina Martins	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	24/12/2013
210006	Maria Luiza Ramos da Silva	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	31/03/2014
129579	Michelly Lucia Soares de Abreu	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	11/05/2014
129903	Patricia Paim dos Santos	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	31/01/2014

129689	Raquel Peres de Melo	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	18/01/2014
128799	Raquel Santos Medeiros do Amaral	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	20/12/2013
129785	Rosemeri Cunha Zimmermann	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	31/12/2013
129651	Sabrina Hasse Felisberto	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	19/04/2014
129704	Sandra Lima de Carvalho	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	01/03/2014
129165	Schayani Silveira	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	07/01/2014
129626	Scheila Schmied	Professora	Licença Maternidade	15/12/2013	04/04/2014
129636	Valdemar Silveira Filho	Professora	Auxílio Doença	15/12/2013	01/01/2014
129971	Cleonice Amaral Silveira	Colaborador	Auxílio Doença	15/12/2013	25/01/2014
128804	Cleonice Maria Steimbach	Colaborador	Licença Maternidade	15/12/2013	27/01/2014
802588	Evelise da Silva Vieira	Merendeira	Licença Maternidade	16/12/2013	03/01/2014
802614	Lilian Rose Paulão Aliardi	Merendeira	Auxílio Doença	16/12/2013	01/01/2014
801912	Fabiana Regina de Oliveira	Merendeira	Auxílio Doença	16/12/2013	18/01/2014
802637	Eliane Aparecida Kletenberg	Merendeira	Auxílio Doença	16/12/2013	01/01/2014
802657	Aline da Silva	A.S.O.	Licença Maternidade	16/12/2013	04/01/2014
802648	Adriana Libertina dos Passos Barcelos	A.S.O.	Auxílio Doença	16/12/2013	01/01/2014
802551	Gabriela Regina Marolino de Jesus	A.S.O.	Auxílio Doença	16/12/2013	31/12/2013
802596	Patricia Ferreira	A.S.O.	Auxílio Doença	16/12/2013	25/01/2014
802699	Sonia Maria da Rosa	A.S.O.	Auxílio Doença	16/12/2013	01/02/2014

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
 Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
 Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
 Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3653/2013.

PORTARIA Nº. 3653/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SHEILA SCHLICKMANN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL**Dispensa de Licitação Nº005/2013 Aquisição de Um Terreno**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

1. OBJETO: Aquisição de um terreno situado nesta cidade, distante 69,62 metros da esquina formada pela Rua T-05 com a Rua L-05, designado por Lote nº 04, da quadra nº 21, do Loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 520,49m², com as seguintes medidas e confrontações: frente medindo 12,00 metros, com a Rua T-05, fundos medindo 21,58 metros, com os lotes 09 e 10, de um lado medindo 32,45 metros, com Área Verde, e de outro lado medindo 31,00, com o Lote 05, de propriedade de Patrick Sestrem .

2.EMPRESA CONTRATADA: Patrick Sestrem.

3.FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei de Licitações nº 8.666/93.

4.VALOR DO DESEMBOLSO DO CONTRATADO: Fica estipulado o valor de R\$ 546.514,50 (quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos).

5.JUSTIFICATIVA: A presente Dispensa de Licitação visa a aquisição do terreno acima descrito tendo em vista que o imóvel de propriedade do Sr. Patrick Sestrem ser vizinho dos terrenos já pertencentes a esta Câmara Municipal, facilitando a construção de um prédio anexo, com o intuito de ampliação da sede legislativa.

Diante das razões ora expostas e com fundamento no inciso X, do artigo 24, da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, resolve dispensar a realização do processo licitatório para a aquisição do imóvel supracitado.

Palhoça, 18 de dezembro de 2013.

VEREADOR NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

IPPA**Portaria 081/2013**

PORTARIA Nº 081/2013

Dispõe sobre no art. 5º da L.C. 096/2010, no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA

Palhoça, 11 de dezembro de 2013

GUSTAVO HAEMING GERENT

Diretor Executivo - IPPA

Portaria 082/2013

PORTARIA Nº 082/2013

Nomeia Andrea Mara H. L. Pléticos, para exercer a função de responsável pelo setor de Análises de Benefícios; Cleusa de Albuquerque Martins, para exercer a função de responsável pelo setor administrativo-financeiro e Verlanis Buratto, para exercer a função de responsável pelo setor de Recursos Humanos. Dispõe sobre o art. 122 da L.C. 096/2010.

Palhoça, 11 de dezembro de 2013

GUSTAVO HAEMING GERENT

Diretor Executivo - IPPA

Extrato de Contrato Nº 007/2013

TERMO ADITIVO Nº 007/2013

2º termo aditivo ao contrato de prestação de serviços Nº 004/2011

PARTES: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos De Palhoça - Ippa E Pc 10 Comércio de Equipamento de Informática Ltda.

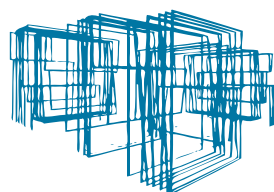
OBJETO:

- Prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, passando o novo período contratual para 08/12/2013 a 08/12/2014.
- Reajuste do valor contratual, de acordo com a cláusula XI do contrato, tendo como indexador o INPC, passando o valor contratual para R\$ 1.681,91 (hum mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos) mensais.

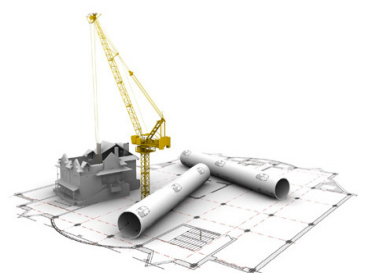
DATA: 06/12/2013

GUSTAVO HAEMING GERENT

Diretor Executivo do IPPA.



Programa de
Gestão de Obras



Papanduva

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 052, de 18.12.2013 - Altera Dispositivos da Lei Complementar N. 008, de 03 de Dezembro de 2003 e Dá Outras Providências.

Lei Complementar nº 052, de 18 de dezembro de 2013.

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 008, de 03 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Eu, sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. A Lei Complementar n. 008, de 03 de dezembro de 2003, alterada pela Lei Complementar nº 039, de 17 de junho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 50. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido de todas as vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

§ 1o O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no § 1o do art. 124.

§ 2o O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

Art. 54. As reposições e indenizações ao erário, inclusive aquelas decorrentes do pagamento de multas por infração de trânsito, devidamente atualizadas, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§1o O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

§2o Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

§3o Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento a decisão liminar, a tutela antecipada ou a sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.

§4º Sempre que o servidor não optar pela quitação a vista, haverá desconto mensal, diretamente na folha de pagamento, até total liquidação do débito.

§5º O procedimento de identificação do condutor para pagamento das multas de trânsito, inclusive quanto ao registro junto ao DETRAN, será regulamentado por Decreto.

Art. 64. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. Os adicionais e vantagens temporárias, percebidas pelo servidor, integrarão, pela média de janeiro a dezembro, o cálculo da gratificação natalina.

Art. 99. Após cada quinquênio de exercício, no serviço público municipal, nas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, ao servidor que a requerer, conceder-se-á licença-prêmio de 90 (noventa) dias consecutivos, remunerada pela média das doze remunerações anteriores ao início do gozo, percebidas pelo servidor.

§ 1º. Somente será computado para fins de concessão do benefício mencionado neste artigo, o tempo de serviço prestado por servidor público municipal efetivo, assim considerado aquele admitido por concurso, ainda que em estágio probatório.

§ 2º. Terão os mesmos direitos e vantagens os servidores efetivos, ocupantes de cargo em comissão quando o comissionamento abranger 05(cinco) anos ininterruptos.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 18 de dezembro de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Lei Nº 1999, de 13 de Dezembro de 2013.

Lei nº 1999, de 13 de dezembro de 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a receber por doação área de terras que especifica e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Eu, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação área de terras de propriedade dos Senhores José Farias, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob o n. 226.917.589-15 e sua esposa Rosita Farias, brasileira, aposentada, escrita no CPF sob o n. 767.274.329-53, residentes e domiciliados na Localidade de Guarani, neste Município de Papanduva/SC, imóvel este devidamente matriculado sob o n. 2.101, Livro Geral 2, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC.

Art. 2º. A área de que trata o artigo anterior num total de 977,99m² (novecentos e setenta e sete metros e noventa e nove décimos quadrados), não edificada, parte integrante de uma área maior no total de 302.990,00m² (trezentos e dois mil, novecentos e noventa metros quadrados), está situada na Localidade de Guarani, Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina e possui as seguintes confrontações:

A poligonal tem início no marco O=PP, que faz divisa com terrenos de JOÃO DELVITO TERTULIANO, segue com o rumo de 76°06'02"SE e percorre 30,60 metros que faz divisa com terrenos de JOÃO DELVITO TERTULIANO, até o marco 1; segue com o rumo de 2°52'08"SO e percorre 36,97 metros que faz divisa com terrenos de ESTRADA MUNICIPAL, até o marco2, segue com o rumo de 63°24'47"NO e percorre 31,15 metros que faz divisa com terrenos de JOSÉ FARIAS, até o marco 3; segue com o rumo de 0°00'47"NO e marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo a ser recebida por doação, mediante termo de doação dos proprietários, será utilizada para fins da construção de uma unidade de saúde.

Art. 3º. O Município, após a competente autorização, regularizará a documentação junto aos órgãos competentes para a devida

escrituração, promovendo posteriormente o devido Cadastro Imobiliário no Patrimônio Público Municipal.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a aplicação desta Lei correrão exclusivamente pelo município donatário, com dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 13 de dezembro de 2013.

DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA
Secretário da Administração

Lei Nº 2000, de 13 de Dezembro de 2013 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Mu

Lei nº 2000, de 13 de dezembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Papanduva.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Eu, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Papanduva, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão 02 - Poder Executivo

Unidade 09 - Secretaria de Infraestrutura

26.782.0026.2035 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários.

44.90.52.34.00.00 - Máquinas, Veículos e Equipamentos diversos.

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei n. 1976, de 30 de abril de 2013.

§1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas no previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 13 de dezembro de 2013.

DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA
Secretário da Administração

Lei Nº 2002, de 18 de Dezembro de 2013, Que Dispõe Sobre a Concessão de Incentivos Econômicos Como Estímulo

Lei nº 2002, de 18 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a concessão de incentivos econômicos como estímulo à implantação de instalações de indústria e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e Ele, sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Esta Lei autoriza a concessão de incentivos econômicos à indústria em virtude de aprovação dos pedidos apresentados junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, de acordo com a política de incentivos contida na Lei Complementar n. 46, de 21 de junho de 2013.

Art. 2º. Fica autorizada a concessão de incentivos econômicos, como estímulo ao desenvolvimento para instalação da empresa Ritali Ferens Schadek - Me, com atuação no ramo madeireiro, localizada na estrada Horto Florestal, nº 457, neste Município, CNPJ nº. 18.813.601/0001-89, consistente na doação de um posto de transformação de energia elétrica, até o valor de R\$ 26.980,00 (vinte e seis mil novecentos e oitenta reais).

Parágrafo único. Os materiais mencionados neste artigo serão fornecidos diretamente pelo Município, cuja aquisição respeitará as normas próprias da despesa pública.

Art. 3º. Os benefícios de que trata esta Lei serão concedidos durante o exercício de 2014, mediante assinatura, pelo beneficiário, de Termo de Adesão, onde constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo para cumprimento, as penalidades e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, nos termos da Lei Complementar n. 46, de 21 de junho de 2013.

Art. 4º. O não cumprimento dos encargos da doação impõe a revogação da doação com a reversão dos bens, que será exercitada pelo Município no caso de a donatária desviar as finalidades do incentivo, ficando condicionada alternativamente a:

I - reversão do bem doado ao Município; ou,

II - o ressarcimento dos valores relativos aos bens recebidos, devidamente corrigidos monetariamente pelo INPC do IBGE, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Termo de Adesão.

Parágrafo único. A revogação da doação, por descumprimento dos encargos, proceder-se-á independente de notificação.

Art. 5º. O disposto nesta Lei não prejudica as disposições contidas na Lei Complementar n. 46, de 21 de junho de 2013, que contém as normas gerais sobre a concessão de incentivos econômicos.

Art. 6º. Para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 18 de dezembro de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Lei Nº 2003, de 18 de Dezembro de 2013

Lei nº 2003, de 18 de dezembro de 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER AJUDA PECUNIÁRIA AOS MÉDICOS DO PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL "MAIS MÉDICOS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e Ele, sanciona a seguinte
L E I

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ajuda pecuniária no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, aos profissionais vinculados ao Programa do Governo Federal "Mais Médicos" que atuarem no Município de Papanduva, visando custear despesas com alimentação e moradia.
§ 1º. A vigência da ajuda pecuniária será limitada ao período em que o Profissional vinculado ao Programa do Governo Federal "Mais Médicos" atuar no Município de Papanduva.

§ 2º. O pagamento da ajuda pecuniária de que trata esta lei, será realizado com recursos financeiros Federais destinados ao Bloco de Atenção Básica - Piso de Atenção Básica - PAB - Variável - para assistência ao Programa "Mais Médicos" e/ou com recursos do tesouro municipal em cada exercício ocorrentes.

Art. 2º. Compete à Secretaria Municipal da Saúde a formalização relativamente à contratação dos profissionais médicos, respeitadas as condições do Programa Federal Mais Médicos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 18 de dezembro de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Lei Nº 2001, de 13 de Dezembro de 2013. "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Papanduva Para o Exercício de 2014".

Lei nº 2001, de 13 de dezembro de 2013.

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Papanduva para o exercício de 2014".

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, sanciona à seguinte

LEI

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de PAPANDUVA para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 41.300.430,00 (quarenta e um milhões, trezentos mil e quatrocentos e trinta reais), sendo R\$ 27.014.930,00 (vinte e sete milhões, catorze mil e novecentos e trinta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 14.285.500,00 (catorze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 2º. A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

Administração Direta

RECEITAS 41.227.430,00
RECEITAS CORRENTES 37.147.430,00
RECEITAS DE CAPITAL 4.080.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA 4.672.000,00

Total da Administração Direta 36.555.430,00

Administração Indireta

RECEITAS 4.745.000,00
RECEITAS CORRENTES 3.104.950,00
RECEITAS DE CAPITAL 50.000,00
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 1.590.050,00

Total da Administração Indireta 4.745.000,00

TOTAL GERAL: 41.300.430,00

Art. 3º. A Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Direta

01 - Legislativa 1.750.000,00
04 - Administração 3.749.100,00
06 - Segurança Pública 391.000,00
08 - Assistência Social 1.985.500,00
10 - Saúde 8.800.000,00
12 - Educação 9.758.000,00
13 - Cultura 160.000,00
15 - Urbanismo 3.499.330,00
16 - Habitação 20.000,00
20 - Agricultura 802.500,00
22 - Indústria 170.000,00
23 - Comércio e Serviços 25.000,00
26 - Transporte 3.690.000,00
27 - Desporto e Lazer 280.000,00
28 - Encargos Especiais 1.320.000,00
99 - Reserva de Contingência 50.000,00

Total da Administração Direta 36.450.430,00

Administração Indireta

09 - Previdência Social 3.500.000,00
17 - Saneamento 1.245.000,00
99 - Reserva de Contingência 105.000,00

Total da Administração Indireta 4.850.000,00

TOTAL GERAL: 41.300.430,00

POR SUBFUNÇÕES

Administração Direta

031 - Ação Legislativa 1.750.000,00
 122 - Administração Geral 3.424.100,00
 123 - Administração Financeira 325.000,00
 181 - Policiamento 201.000,00
 182 - Defesa Civil 190.000,00
 241 - Assistência ao Idoso 42.500,00
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 209.000,00
 242 - Assistência ao Portador de Deficiência 15.000,00
 244 - Assistência Comunitária 1.719.000,00
 301 - Atenção Básica 8.175.000,00
 302 - Assistência Hospitalar Ambulatorial 424.000,00
 304 - Vigilância Sanitária 131.000,00
 305 - Vigilância Epidemiológica 70.000,00
 306 - Alimentação e Nutrição 252.000,00
 361 - Ensino Fundamental 6.531.000,00
 362 - Ensino Médio 110.000,00
 364 - Ensino Superior 50.000,00
 365 - Educação Infantil 2.685.000,00
 366 - Educação de Jovens e Adultos 220.000,00
 392 - Difusão Cultural 160.000,00
 451 - Infra-Estrutura Urbana 1.330.000,00
 452 - Serviços Urbanos 2.169.330,00
 481 - Habitação Rural 15.000,00
 482 - Habitação Urbana 5.000,00
 541 - Preservação e Conservação Ambiental 25.000,00
 601 - Promoção da Produção Vegetal 12.500,00
 606 - Extensão Rural 765.000,00
 661 - Promoção Industrial 170.000,00
 691 - Promoção Comercial 20.000,00
 695 - Turismo 5.000,00
 782 - Transporte Rodoviário 3.690.000,00
 812 - Desporto Comunitário 280.000,00
 843 - Serviço da Dívida Interna 950.000,00
 846 - Outros Encargos Especiais 280.000,00
 999 - Reserva de Contingência 50.000,00
 Total da Administração Direta 36.450.430,00

Administração Indireta

122 - Administração Geral 1.520.000,00
 272 - Previdência do Regime Estatutário 3.225.000,00
 999 - Reserva de Contingência 105.000,00
 Total da Administração Indireta 4.850.000,00

TOTAL GERAL: 41.300.430,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA

Administração Direta

DESPESAS CORRENTES 29.421.430,00
 DESPESAS DE CAPITAL 6.979.000,00
 RESERVA DE CONTINGENCIA 50.000,00
 Total da Administração Direta 36.450.430,00

Administração Indireta

DESPESAS CORRENTES 4.457.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL 288.000,00
 RESERVA DE CONTINGENCIA 105.000,00

Total da Administração Indireta 4.850.000,00

TOTAL GERAL: 41.300.430,00

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Administração Direta

01 - PODER LEGISLATIVO 1.750.000,00
 02 - PODER EXECUTIVO 25.900.430,00
 05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 8.800.000,00

Total da Administração Direta 36.450.430,00

Administração Indireta

04 - IPREPAV 3.600.000,00
 03 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO 1.250.000,00

Total da Administração Indireta 4.850.000,00

TOTAL GERAL: 41.300.430,00

Art. 4º. Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Art. 5º. Os Recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

ORÇAMENTO CONSOLIDADO

01 - Reserva de Contingência 155.000,00

TOTAL GERAL: 155.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º. Os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal a partir de 20/12/2014 para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 6º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro do mesmo projeto atividade, utilizando como fonte de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 7º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de

convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeitos de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. Fica, também, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação e outros ajustes com Entidades do Governo Federal, do Governo Estadual e outros Municípios, de qualquer dos Poderes, mediante seus respectivos representantes legais, para a realização de obras, serviços e cessão de servidores municipais para terem exercício nesses órgãos, sempre que presente o interesse público, com remuneração do órgão ou da origem, conforme ajustado.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à cessão de servidores municipais para o Poder Judiciário, Delegacia de Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar ou Voluntários e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião e CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.

Art. 13. As contabilidades do Fundo de Assistência Social e Fundo da Criança e do Adolescente passarão a integrar a contabilidade Orçamentária, sendo vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento de geral do município, fazendo parte do Orçamento Municipal como Uni Comunitário.

Art. 14. Fica autorizado o poder executivo municipal a firmar convênios com as entidades privadas sem fins lucrativos nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social.

Art. 15. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro.

Art. 16. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 13 de dezembro de 2013.
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA
Secretário da Administração

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 055/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 055/2012, de 22/06/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 055/2012 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 073/2012, tendo em vista que a execução do referido contrato foi paralisado em 22 de agosto de 2012, devido a falta de regularidade de pagamento das etapas executadas, conforme ofício de notificação emitida pela contratada à contratante. Com a regularização dos pagamentos em atraso pela contratante,

a contratada emitiu novo ofício de retomada das obras e solicitando a prorrogação de prazo para a conclusão do objeto. Considerando os fatos supra citados fica, prorrogado a vigência do contrato 07/2012 para a data de 08 julho de 2013. Contratado: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP.

Papanduva, 08 de março de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 050-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 050/2012, de 18/06/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 050/2012 objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 068/2012, tendo em vista que a necessidade de manter vigente o referido contrato por mais 30 (trinta) dias, ficando assim os veículos descritos no contrato supra citado com seguro vigente, contratado com a empresa GENTE SEGURADORA S/A até a data de 18 de julho de 2013, com a exceção dos veículos descritos nos itens 03, 31 e 32. Considerando os fatos supra citados fica, prorrogado a vigência do contrato 50/2012 para a data de 18 julho de 2013. O valor deste termo aditivo é de R\$ 2.871,40 (dois mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta centavos). Contratado: GENTE SEGURADORA S/A.

Papanduva, 18 de Junho de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 040-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 40/2013 objeto do Processo Licitatório na modalidade Convite nº 023/2013, tendo em vista que houve a necessidade da busca de documentos em arquivos que a administração anterior deixou em lugares dispersos e desorganizados. Houve também a necessidade de averiguação in loco de obras executadas pela administração anterior. Fatos estes, que demandaram tempo não previsto no planejamento inicial dos serviços. Considerando os fatos supra citados fica prorrogado a vigência do contrato 40/2013, para mais 60 (sessenta) dias, correspondendo a data de 30 de setembro de 2013, podendo, mediante solicitação justificada e fundamentada e acordo das partes ser prorrogado por igual período, ou seja, mais 60 (sessenta) dias. Contratado: HERMORGES BALENA AUDITORIA S.S LTDA.

Papanduva, 29 de Julho de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 065/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 065/2012, de 30/7/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo financeiro de R\$ 6.512,00 (seis mil, quinhentos e doze reais) tendo em vista a necessidade de readequação do projeto original para a qual segue anexado a justificativa técnica da empresa solicitante, para a execução de pavimentação com paralelepípedos, bocas de

lobo com tampas e placas de sinalização na Rua Eugênio Sidorack, neste município, bem como o parecer de vistoria e planilha de verificação de valores, executado pelo engenheiro municipal. O valor do presente aditivo corresponde a 0,977% do contrato original. Contratado: AWS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

Papanduva, 30 de abril de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 003-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 003/2013, de 13/02/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 02 - gasolina comum, de 1,601%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 749.421 03/05/2013 e NF 755.721 de 17/05/2013 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Gasolina Comum, de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos). Contratado: Auto Posto Pirâmide LTDA.

Papanduva, 22 de maio de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 004/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 004/2013, de 13/02/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 de 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento), nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 208.052 06/02/2013 e NF 211.721 de 06/03/2013 da Petrobrás Distribuidora S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Óleo diesel Comum, de R\$ 2,07 (dois reais e sete centavos) para R\$ 2,19 (dois reais e dezenove centavos). Contratado: SAFRA DIESEL LTDA.

Papanduva, 07 de março de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 015/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 015/2013, de 13/02/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 de 9,04%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 994368 27/11/2013 e NF 996409 de 30/11/2013 da Petrobrás Distribuidora S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Óleo diesel S10, de R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) para R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos). Contratado: SAFRA DIESEL LTDA.

Papanduva, 04 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 069-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 069/2013, de 14/05/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo na quantidade para o item 01 - concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ em 115 (cento e quinze) toneladas o que corresponde a 25% a mais em relação ao registro inicial, permanecendo o mesmo valor unitário registrado que é de R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais) a tonelada. O presente aditamento corresponde a um acréscimo financeiro de R\$ 19.320,00 (dezenove mil, trezentos e vinte reais) ao registro inicial. Contratado: Asfalto Paula Freitas Ltda - ME.

Papanduva, 04 de setembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 003-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 003/2013, de 13/02/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 02 - gasolina comum, de 4,497%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 835.354 01/11/2013 e NF 850.047 de 05/12/2013 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Gasolina Comum, de R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos) para R\$ 2,91 (dois reais e noventa e um centavos). Contratado: Auto Posto Pirâmide LTDA.

Papanduva, 11 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 004-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 004/2013, de 13/02/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 de 8,6%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 994395 27/11/2013 e NF 997102 de 02/12/2013 da Petrobrás Distribuidora S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Óleo diesel Comum, de R\$ 2,19 (dois reais e dezenove centavos) para R\$ 2,378. Contratado: SAFRA DIESEL LTDA.

Papanduva, 04 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 003-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 003/2013, de 13/02/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 02 - gasolina comum, de 1,75%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 853.945 14/12/2013 e NF 855.616 de 18/12/2013 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Gasolina Comum, de R\$ 2,91 (dois reais e noventa e um centavos) para R\$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos). Contratado: Auto Posto Pirâmide LTDA.

Papanduva, 19 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Nº 906/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 906 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2013, no valor de R\$ 268.536,74 (Duzentos e sessenta e oito mil quinhentos e trinta e seis reais com setenta e quatro centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 02 ENSINO REGULAR
Proj./Atividade 1.009 Ampl.Constr.Reforma Rede Física Ensino Básico
4.4.90.00.00.00.00.00 0695(20) Aplicações Diretas R\$ 13.340,00
Proj./Atividade 1.013 Aquisição de Ônibus e Veículos
4.4.90.00.00.00.00.00 0695(24) Aplicações Diretas R\$ 29.000,00
Órgão: 12 SECRETARIA DE TURISMO
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE TURISMO
Proj./Atividade 2.024 Manutenção do Departamento de Turismo
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(76) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS
Proj./Atividade 1.052 Pavim. E Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas
4.4.90.00.00.00.00.00 0100(133) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Proj./Atividade 2.048 Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras
3.1.90.00.00.00.00.00 0100(108) Aplicações Diretas R\$ 66.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(111) Aplicações Diretas R\$ 70.196,74
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

TOTAL R\$ 268.536,74

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 ENSINO REGULAR

Proj./Atividade 1.014 Construção de Quadra Poliesportiva Coberta

4.4.90.00.00.00.00.00 0695(26) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 1.015 Impl. Ampliação de Laboratórios de Informática

4.4.90.00.00.00.00.00 0695(28) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 2.010 Manutenção do Ensino Básico

3.3.50.90.00.00.00.00 0695(32) Transferências a Inst Priv R\$ 17.000,00

Proj./Atividade 2.016 Manutenção de Outros Níveis de Ensino

3.3.90.00.00.00.00.00 0695(49) Aplicações Diretas R\$ 5.340,00

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Proj./Atividade 1.004 Aquisição de Veículo e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(01) Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Proj./Atividade 2.003 Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Assessorias

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(06) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj./Atividade 2.007 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(13) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA DE ESPORTE

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Proj./Atividade 1.021 Construção de Equipamentos Esportivos

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(57) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Proj./Atividade 1.051 Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(130) Aplicações Diretas R\$ 11.660,00

Proj./Atividade 1.054 Ampliação e Reforma da Garagem Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(137) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Proj./Atividade 2.049 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(114) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão: 13 ENCARGOS GERAIS

Unidade: 01 ENCARGOS GERAIS

Proj./Atividade 0.055 Manutenção dos Encargos Especiais

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(142) Aplicações Diretas R\$ 30.416,74

3.2.90.00.00.00.00.00 0100(143) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(144) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00 0100(145) Aplicações Diretas R\$ 65.950,00

Órgão: 14 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade: 01 FIA

Proj./Atividade 2.035 Manutenção do FIA

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(146) Aplicações Diretas R\$ 13.170,00

TOTAL R\$ 268.536,74

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal Nº 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal Nº. 832/2012 de 12 de julho de 2012, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei Nº 860/2012 de 14 de dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres (SC), 04 de dezembro de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria de Administração e Finanças, em 04 de dezembro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 907/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 907 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2013, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminada:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade 1.028 Aquis. Equip. Veículos Infra-Estrutura da Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00 0696(4) Aplicações Diretas , R\$ 16.000,00

Proj./Atividade 2.030 Manutenção do PSF/PACS

3.3.71.00.00.00.00.00 0064(9) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL 36.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo

discriminadas:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00 0064(12) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0696(16) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

TOTAL R\$ 36.000,00

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal Nº 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal Nº. 832/2012 de 12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

de julho de 2012, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei Nº 860/2012 de 14 de dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres (SC), 04 de dezembro de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria de Administração e Finanças, em 04 de dezembro de 2013

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 908/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 908 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

"DESAFETA A DESTINAÇÃO DA ÁREA ORIGINÁRIA DO LOTEAMENTO MACHADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É desafetada a destinação originária de Área Verde e transpassada para a categoria de Área de Uso Institucional a área do loteamento Machado, identificada como "Área Verde", matriculada sob o nº 63.378 do Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio com as seguintes características e confrontações:

"Uma terreno urbano, situado no loteamento "Machado", em Curralinhos, distrito e Município de Passo de Torres, com área de sete mil, novecentos e trinta e nove metros e dez decímetros quadrados (7.939,10m²), situado na quadra número três (03), destinada para Área verde de utilidade pública, com as seguintes medidas e confrontações: - frente ao Norte na extensão de 46,85 metros, com terras de Michael Fedor Wilhelm Weinschenk e Werner Hunsche, ao Sul na extensão de 101,50 metros, com os lotes números um (01), dois (02), três (03) e quatro (04), da mesma quadra, ao Leste na extensão de 65,00 metros, com terras de Michael Fedor Wilhelm Weinschenk e Werner Hunsche e ao Oeste com a Rodovia SC - 450."

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres (SC), 04 de dezembro de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria de Administração e Finanças, em 04 de dezembro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 909/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 909 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

"INSTITUI O SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei cria o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que regulará a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal produzidos no Município de Passo de Torres destinados ao consumo humano dentro dos limites de sua área geográfica nos termos do art. 23 inciso II e VIII da Constituição Federal, e em consonância com a Lei Federal nº 7889 de 23 de dezembro de 1989.

Art. 2º - São considerados passíveis de beneficiamento a elaboração das seguintes matérias-primas, seus derivados e subprodutos.

a) Os animais de todas as espécies destinados ao abate;

b) produtos apícolas;

c) ovos;

d) leite,

e) peixes e afins.

Art. 3º - O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ficará subordinado a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 4º - O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) será composto por

Médicos Veterinários e auxiliares com capacitação técnica, tantos quantos se fizeram necessários, sendo um Médico Veterinário o coordenador responsável pelos trabalhos de fiscalização.

§ 1º Os profissionais poderão ser terceirizados.

§ 2º A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente está autorizada a firmar termos de cooperação técnica para execução da presente lei.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente poderá firmar convênio com a Secretaria do Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura, e ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento possibilitando assim a comercialização dos produtos, de que trata o artigo 2º, em todo o Estado de Santa Catarina.

Art. 6º - A fiscalização e inspeção sanitária de que trata esta lei far-se-á:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

a) nos estabelecimentos industriais especializados e nas propriedades rurais com instalações adequadas para o abate de animais e seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para consumo;

b) nos estabelecimentos industriais e nas propriedades rurais em condições de processar o pescado;

c) nas usinas de beneficiamento de leite e nas propriedades rurais com instalações e condições de receber, manipular e beneficiar o leite e seus derivados;

d) nos entrepostos de ovos e nas fábricas de produtos derivados;

e) nos entrepostos de mel e seus derivados;

f) nos entrepostos, que de modo geral, recebem, manipulam, armazenam, conservam ou acondicionam produtos de origem animal;

g) nas propriedades;

h) nas casas atacadistas.

Art. 7º - Os estabelecimentos industriais e entrepostos de produtos de origem animal somente poderão funcionar mediante prévio registro, na forma do regulamento desta lei na forma das legislações federal e estadual.

Art. 8º - A fiscalização e a inspeção de que trata a presente lei serão exercidas em caráter periódico ou permanente, segundo a necessidade do serviço.

Parágrafo Único - A concessão de fiscalização e inspeção federal ou estadual isenta, bem como impede o estabelecimento de solicitar a inspeção municipal a não ser que o mesmo venha a comercializar seus produtos somente dentro da área do município de Passo de Torres.

Art. 9º - Poderá ser cobrada a taxa de inspeção dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), nos termos da legislação tributária vigente e do regulamento desta lei.

Art. 10 - As infrações às normas vigentes previstas nesta lei, no seu respectivo regulamento, ou na legislação pertinente, sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis, são passíveis de:

I - advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo ou má fé;

II - multa, no caso de reincidência, dolo ou má fé;

III - apreensão e inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim que se destine ou forem adulterados;

IV - Interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos, ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

Parágrafo Único - A interdição poderá ser levantada ou retirada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção, a critério do SIM.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 11 - O regulamento dos atos complementares sobre a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos referidos nesta lei, serão criados através de Decreto Municipal e homologado pelo Poder Legislativo, especificado para este fim:

a) a classificação dos estabelecimentos;

b) a higiene dos estabelecimentos;

c) as obrigações dos proprietários, seus responsáveis ou prepostos;

d) a inspeção Ante-mortem e Post-mortem dos animais destinados ao abate;

e) a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal, perante as diferentes fases de industrialização e transporte;

f) as instalações dos estabelecimentos;

g) as penalidades a serem aplicadas por infrações cometidas;

h) quaisquer outros detalhes que se tornem necessários para maior eficiência dos trabalhos de fiscalização e inspeção sanitária.

Art. 12 - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente lei serão cobertos por verbas constantes no orçamento municipal.

Art. 13 - Fica criado através desta lei a equipe técnica a qual responderá pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM), constante de 01 (um) Médico Veterinário (Coordenador do SIM) e 02 (dois) Técnicos em Nível Médio, com formação na área afim, como inspetores.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Fica revogada a Lei nº 706 de 25 de agosto de 2010.

Passo de Torres (SC), 11 de dezembro de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de dezembro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Passos Maia

PREFEITURA

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0027/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: VAGNER VISOLI

OBJETO: Prestação de serviço na elaboração, gestão, implantação, prestação de contas e acompanhamento do movimento financeiro de Convênios e projetos com atuação voltada, principalmente, para órgãos Federais e Estaduais com objetivos de promover a melhoria da infraestrutura e patrimonial e dos serviços públicos oferecidos a população através da Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0003/2013 AO CONTRATO 0014/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: JAIR PERTILE ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0002/2013 AO CONTRATO 0015/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: PASSOSMAIENSE TUR LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 16 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0003/2013 AO CONTRATO 0016/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: TRANSPORTES COLETIVOS PASSOS MAIA LTDA

ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 16 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0001/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO:.. Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 09 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0098/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: J. G. MED CLINICA MEDICA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ME

OBJETO:.. Contratação de serviços médicos (Clínico Geral) para prestar atendimento nas Unidades de Saúde do Município de Passos Maia

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Extrato de Convênio

EXTRATO DE CONVÊNIO

Extrato de Convênio nº 011/2013

Concedente: Município de Passos Maia

Conveniente: Associação de Moradores da Comunidade Madre Cristina

Objeto: O presente convênio tem como objeto o repasse financeiro por parte do CONCEDENTE em favor da CONVENIENTE, cuja quantia deverá ser utilizada obrigatoriamente na realização de eventos natalinos municipais relativos ao natal de 2013, nos exatos moldes previstos no Plano de Aplicação dos Recursos apresentado pela conveniente.

Valor: Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais), cuja quantia será depositada em parcela única na Conta

Corrente n. 15.307-9, Cooperativa nº 3066, Sicoob Valcredi/SC, de titularidade da conveniada, no exercício em curso.

Vigência: O prazo de vigência do presente convênio inicia-se na data de sua assinatura, vigorando até o dia 31 de dezembro de 2013. A vigência deste convênio poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da conveniente, fundamentada em razões concretas que justifiquem, desde que aceita pela concedente.

Passos Maia, 19 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 936,55 (novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Destinação: IGD - SUAS

Data liberação: 18/12/2013

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 6.614,00 (seis mil seiscentos e quatorze reais)

Destinação: 10º PARCELA MERENDA ESCOLAR.

Data liberação: 18/12/2013

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 16-2013

CONCEDE FÉRIAS.

Mara Regina Hermes Petter, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa,

Considerando a concessão de férias constante na Portaria nº 4-2013 e posterior convocação do servidor em férias constante na Portaria nº 6-2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Geovane Petter, ocupante de cargo efetivo de Contador, no período de 23 de dezembro de 2013 a 07 de janeiro de 2014, referente ao período aquisitivo de 04/01/2012 a 03/01/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 19 de dezembro de 2013.

MARA REGINA HERMES PETTER

Presidente da Câmara Municipal

Portaria Nº 17-2013

CONCEDE FÉRIAS.

Mara Regina Hermes Petter, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa,

Considerando a concessão de férias constante na Portaria nº 5-2013 e posterior convocação do servidor em férias constante na Portaria nº 7-2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor César Claudir da Silva, ocupante de cargo efetivo de Técnico Legislativo, no período de 23 de dezembro de 2013 a 07 de janeiro de 2014, referente ao período aquisitivo de 04/01/2012 a 03/01/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 19 de dezembro de 2013.

MARA REGINA HERMES PETTER

Presidente da Câmara Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 193, de 18 de Dezembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 193, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

cria novas vagas para o cargo de Atendente de Serviços Administrativos Gerais.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto - SC, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam criadas, no quadro de pessoal da Administração Pública, 2 (duas) vagas para o cargo de provimento efetivo de Atendente de Serviços Administrativos Gerais, nível ATM-01, Atividades de Nível Médio - Serviços Administrativos, totalizando 4 (quatro) vagas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
18 de dezembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.730, de 18 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.730, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o empenhamento, liquidação e pagamento de despesas referente faturas de energia elétrica e de água/esgoto em aberto.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a empenhar, liquidar e a pagar, inclusive com acréscimos legais (atualização monetária, multa e juros de mora), despesas relativas a faturas de energia elétrica e de consumo de água não liquidadas e pagas, unidade consumidora de energia elétrica nº 46023846, e consumo de água matrícula nº 00014992132, nos valores nominais abaixo descritos:

I - Faturas de Energia Elétrica:

Vencimento	Valor
02/09/2013	25,63
02/10/2013	27,06
02/11/2013	19,27
02/12/2013	10,02

II - Faturas de Água:

Vencimento	Valor
13/09/2013	29,92
13/10/2013	31,10
13/11/2013	29,92
13/12/2013	29,92

§ 1º Os valores constantes das tabelas deste artigo são nominais e, para pagamento, deverão ser acrescidos de atualização monetária, multa e juros de mora, na forma legal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista na Lei de Orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.920, de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 3.920, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012:
DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0203 - Secretaria de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 1201 - Ensino para Todos
Atividade: 4033 - Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 0122.55

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação apurado até 30 de novembro de 2013 na fonte de recursos 0122.55 (Transporte Escolar Estadual).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
11 DE DEZEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 290, de 06 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 290, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013
REVOGA LICITAÇÃO Nº 009/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o certame restou frustrado, RESOLVE:
RESOLVE:

Art. 1º Determina a repetição de licitação 009/2013, modalidade tomada de preços, em razão do certame ter sido declarado fracassado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 06 de dezembro de 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 294, de 13 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 294, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.
CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AO SERVIDOR CELSO ANTONIO BURYK, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo de Expediente nº 055/2012, e de acordo com o que dispõe o § 5º do art. 2º da EC 41/2004,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Abono de Permanência ao servidor CELSO ANTONIO BURYK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, com efeitos a partir 13 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 293 de 13 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 293 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.
EXONERA, A PEDIDO, ELEDIANE FATIMA GAIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, ELEDIANE FATIMA GAIO, brasileira, solteira inscrita no CPF sob nº 049.806.289-90, Residente na Rua Paulino Nora, s/n, Bairro São José, Pinheiro Preto-SC, do cargo de provimento em comissão de Assistente de Coordenação de Serviços Administrativos, Lotada na Secretaria de Saúde E Bem Estar Social (setor do CRAS) a partir de 10 de dezembro de 2013..

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de dezembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal, 13 de dezembro de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 258, de 19 de Dezembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 258, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A DATA BASE DE REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, ALTERA O § 4º DO ART. 53 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 74/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º As remunerações dos servidores públicos do Município, das autarquias e fundações públicas municipais e do Poder Legislativo Municipal, serão revistas anualmente, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, no mês de março, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões.

Art. 2º A revisão geral anual de que trata o art. 1º observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II - definição do índice em lei específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

IV - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

V - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. O índice a que se refere o inciso II deste artigo será apurado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 3º O período de apuração do índice mencionado no Parágrafo Único do artigo anterior, para o reajuste em março de 2014, será o apurado entre o período de janeiro de 2013 à fevereiro de 2014, excepcionalmente, para ajuste do período e, nos anos seguintes, de março à fevereiro.

Art. 4º As disposições desta Lei aplicam-se aos servidores públicos do Município, das autarquias e fundações públicas municipais e servidores do Poder Legislativo Municipal, inclusive aos inativos e pensionistas.

Art. 5º O parágrafo 4º do art. 53 da Lei Complementar 74/2001, alterado pela Lei Complementar nº 224/2011, passa a ter a seguinte redação:

"§4º A revisão geral da remuneração dos servidores públicos será anual e ocorrerá no mês de março."

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
19 de dezembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.609 de 19 de Dezembro de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.609 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE COMODATO DE VEÍCULO E TRATOR COM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a celebrar CONTRATO DE COMODATO com o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, objetivando a cessão por parte do Município de Pomerode, de um VEÍCULO VW/GOL ROLLING STONES, GASOLINA, ANO E MODELO 1995, CATEGORIA OFICIAL, COR BRANCA, PLACA LWU 7914, CHASSI 9BWZZ377STO33383 e, um TRATOR TRA/TR.RODAS, M.A. MASSEY-FERGUSON, DIESEL, ANO MODELO 2001, CATEGORIA OFICIAL, COR AMARELA, PLACA MBM4406, CHASSI 86053600, na forma e nas condições constantes da Minuta do CONTRATO DE COMODATO, em anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O Contrato de Comodato, autorizado pela presente lei, terá a vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser modificado através de Termo Aditivo, renovado, prorrogado ou rescindido antecipadamente, mediante acordo entre as partes contratantes.

Art. 3º Com a cessão do VEÍCULO e TRATOR ao SAMAE, ficará este responsável pela manutenção, respondendo o Presidente da Autarquia, quando não informado o condutor/operador, pelas infrações de trânsito que eventualmente recaírem sobre os mesmos.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 19 de dezembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.610, de 19 de Dezembro de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.610, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR FINANCIAMENTO DO PMAT - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS, DO BNDES JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES junto à Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observadas as disponibilidades legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo provendo, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso

I, alínea "b", e parágrafo 3º da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados com os recursos provenientes do BNDES e com os recursos próprios de contrapartida, quando for o caso, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5º Fica revogada a Lei Municipal nº 2.237, de 13 de julho de 2010.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 19 de dezembro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.611, de 19 de Dezembro de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.611, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO ALPINO GERMÂNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei ordinária:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2013, ao Grupo Folclórico Alpino Germânico, inscrito no CNPJ sob nº 79.364.097/0001-71, com sede na Rua XV de Novembro, 525, Pomerode/SC, no valor de até R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos

reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades do grupo folclórico, objetivando, a prestação de serviços culturais à comunidade pomerodense.

Art. 2º O Grupo Folclórico Alpino Germânico, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 01 de novembro de 2013 com efeitos até 31 de dezembro de 2013.

Município de Pomerode, 19 de dezembro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.612, de 19 de Dezembro de 2013

LEI ORDINÁRIA Nº 2.612, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO POMERANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2013, ao Grupo Folclórico Pomerano, inscrito no CNPJ sob nº 79.364.279/0001-42, com sede na Rua Hermann Weege, 2727, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades do grupo folclórico, objetivando, a prestação de serviços culturais à comunidade pomerodense.

Art. 2º O Grupo Folclórico Pomerano, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 01 de novembro de 2013 com efeitos até 31 de dezembro de 2013.

Município de Pomerode, 19 de dezembro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.613 de 19 de Dezembro de 2013

LEI ORDINÁRIA Nº 2.613 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no

uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente a dotação do orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal Para Criança e o Adolescente por destinação de recursos no valor de R\$ 4.464,71 (quatro mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais com setenta e um centavos), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Projeto/Atividade: 008.0243.0160-2046 - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 - Recursos Ordinários

R\$ 4.464,71

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional especial no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal Para Criança e o Adolescente por destinação de recursos, na importância de R\$ 4.464,71 (quatro mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais com setenta e um centavos), por conta do produto oriundo da anulação parcial de que trata o art. 1º, desta Lei, conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Projeto/Atividade: 008.0243.0160-2046 - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Elemento: 335000.00 - TRANSFERÊNCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários

R\$4.464,71

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional especial por conta do superávit financeiro do exercício de 2012 da Unidade Gestora Fundo Municipal Para Criança e o Adolescente por destinação de recursos, na importância de R\$80.559,57 (oitenta mil quinhentos e cinquenta e nove reais com cinquenta e sete centavos), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Projeto/Atividade: 008.0243.0160-2046 - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Elemento: 335000.00 - TRANSFERÊNCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 - Recursos Ordinários

R\$80.559,57

Art. 4º Altera a redação do objetivo do projeto / atividade do Fundo Municipal para a criança e Adolescente de Pomerode incluindo "contribuição social para a ABEFAM-Associação pelo Bem Estar da Fam.no valor de R\$ 23.905,18, APP da Escola B.M.Almirante Barroso no valor de R\$ 3.669,50, APP da E.B.M.Dr.Amadeu da Luz no valor de R\$ 12.755,00, Associação Cultural Musical Grupo TXAI no valor R\$ 8.694,60, Orbitato-Inst.de Estudos em Arq.Modas Desing no valor de R\$ 9.000,00, Associação Cultural Desportiva de Artes Marciais no valor de R\$ 9.000,00, Associação Formigueiro Esporte Clube no valor de R\$ 9.000,00 e Associação Desportiva Social ao Esporte Amador de Pomerode no valor de R\$ 9.000,00.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 19 de dezembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

Extrato Concurso

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2013

EDITAL Nº 001

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna publico que estão abertas, no período de 23 de dezembro de 2013 a 22 de janeiro de 2014, as inscrições para o provimento efetivo de vagas nos seguintes cargos: Agente de Defesa Civil, Agente de Manutenção, Auxiliar de Saúde Bucal, Fisioterapeuta, Vigia, Médico, Motorista, Motorista de Ambulância, Odontólogo, Operador de Miniescavadeira, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira, Operador de Trator de Esteiras, Operador de Trator Agrícola, Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem e Tesoureiro. A prova objetiva e a prova prática (Operador de Máquinas) serão aplicadas no dia 2 de fevereiro de 2014, com início às 9h e às 13h30min, respectivamente. Inscrições somente pela internet, no portal www.sbauditoria.com.br. Íntegra do Edital ou outras informações, na Prefeitura Municipal, ou na internet nos portais www.sbauditoria.com.br e www.ponteserrada.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada - SC, em 19 de dezembro de 2013.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal.

Extrato Processo Seletivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2013

EDITAL Nº 001

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna publico que estão abertas, no período de 23 de dezembro de 2013 a 22 de janeiro de 2014, as inscrições para o provimento, em caráter temporário, de vagas nos seguintes cargos: Agente de Serviços Gerais, Agente Comunitário de Saúde, Professor Substituto de Educação Infantil, Professor Substituto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor Substituto de Artes, Professor Substituto de Ciências, Professor Substituto de Educação Física, Professor Substituto de Geografia, Professor Substituto de História, Professor Substituto de Língua Inglesa, Professor Substituto de Língua Portuguesa e Professor Substituto de Matemática. A prova objetiva será aplicada no dia 2 de fevereiro de 2014, com início às 9h. Inscrições somente pela internet, no portal www.sbauditoria.com.br. Íntegra do Edital ou outras informações, na Prefeitura Municipal, ou na internet nos portais www.sbauditoria.com.br e www.ponteserrada.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada - SC, em 19 de dezembro de 2013.

Eduardo Coppini

Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.173/2013

DECRETO Nº 1. 173, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os representantes a seguir relacionados, para compor o Conselho da Cidade de Porto Belo - CONCIBELO:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

a) Poder Executivo:

Titular: Adilson Machiavelli

1º Suplente: Luciano Pedro Estevão

2º Suplente: Rodrigo Schultz

Titular: Roberto Bayer Battistotti

1º Suplente: Valmor Guerreiro Filho

2º Suplente: Edemir Furtado

b) Poder Legislativo:

Titular: Frank Max Marques

1º Suplente: Joel Orlando Lucinda

2º Suplente: João Paulo Serpa

Titular: Estevão Bertemes Guerreiro

1º Suplente: Jonas Amadeu Raulino

2º Suplente: Eduardo de Prado

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Segmento dos Trabalhadores:

Titular: Jaluza Wille de Freitas

1º Suplente: Reginaldo da Silva Hamann

2º Suplente: Paolo Giuliano Livi

b) Segmento dos Empresários:

Titular: Alexandre Stodieck

1º Suplente: Marcelo Pasqualini Martins

2º Suplente: Edson Luiz Fantini

c) Segmento dos Movimentos Populares

Titular: Laura Adair Terezinha Couto Antonow

1º Suplente: Luiz Carlos Furtado

2º Suplente: José Joceli de Aquino

d) Segmento das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa:

Titular: Rosane Posanke

1º Suplente: Pedro Paulo de Souza Maciel

2º Suplente: Arno Baron

e) Segmento das ONG'S:

Titular: Soleci Silva Ferreira

1º Suplente: Lucia Curriln Japp

2º Suplente: Eduardo Adércio Pinheiro

Art. 2º Fica designado como Presidente do Conselho da Cidade do Município de Porto Belo o Sr. Adilson Machiavelli.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 953/2011 e 1.070/2013.

Porto Belo, aos 12 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Decreto Nº 1.174/2013

DECRETO Nº 1. 174, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL 2.120, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º - A reposição geral anual é formada pela revisão geral anual no percentual de 5,8375% mais o aumento real que totaliza o percentual de 6,18%.

Art. 2º - A diferença entre a revisão geral anual no percentual de 5,8375% e do percentual total de 6,18% considera-se aumento real a ser concedido aos servidores públicos do Poder Executivo, excetuando-se os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Procurador Geral, Presidentes de Fundação e Consultor Jurídico, que perceberão somente a revisão no percentual de 5,8375%.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Decreto Nº 1.175/2013

DECRETO Nº 1.175, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando as festividades de final de ano,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nos dias 23, 24, 30 e 31 de dezembro do corrente ano, exceto nas Secretarias Municipais de Saúde e Saneamento Básico, Educação, Obras, Transportes e Serviços Públicos e Fundação Municipal de Turismo, além dos departamentos de Compras e Contabilidade, e nos setores de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Fundação do Meio Ambiente.

Art. 2º. Os cronogramas de trabalho seguirão o estabelecido pelas respectivas secretarias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.209/2013

LEI Nº 4.209, de 13 de dezembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Prestação de Serviços Ambulatoriais em Urgência e Emergência, com a finalidade de repassar recursos financeiros provenientes do Ministério da Saúde, referente realização de procedimentos da Atenção Básica à população de Porto União - SC, com o Hospital de Caridade São Braz de Porto União - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Prestação de Serviços Ambulatoriais em Urgência e Emergência, com a finalidade de repassar recursos financeiros provenientes do Ministério da Saúde, referente realização de procedimentos da Atenção Básica à população de Porto União - SC, com o Hospital de Caridade São Braz de Porto União - SC.

Art. 2º O valor do Convênio será fixado até o limite de:

I- R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais, para realização de consultas médicas e prestação de serviços ambulatoriais em urgência e emergência, com recursos da Dotação Orçamentária 09.01.20 71.33.90.00.00.00.00.0454(26) - Fundo Municipal de Saúde/Manutenção dos Serviços de Média e Alta Complexidade/Aplicações Diretas/MAC-Média e Alta Complexidades;

II- R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para o repasse de recursos financeiros provenientes do Ministério da Saúde, recebidos pelo Conveniente, para o pagamento de procedimentos da Atenção Básica efetuados pelo Conveniado, de conformidade com os valores da Tabela SIA/SUS, sendo que estas despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária 09.01.2066.33.90.00.00.00.0 0.0450(30) - Fundo Municipal de Saúde/Manutenção da Atenção

Básica/Aplicações Diretas/PAB - Piso da Atenção Básica; III- R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) mensais, para realização de cirurgias eletivas triadas e aprovadas pelo Conveniente, de conformidade com as quantidades e valores descritos na Tabela III- Cirurgias Eletivas, com recursos da Dotação Orçamentária 09.01.2066.33.90.103(10) - Fundo Municipal de Saúde/Manutenção da Atenção Básica/Aplicações Diretas/15% Transferência de Impostos.

Art. 3º O Convênio tem por objetivo repassar ao Hospital de Caridade São Braz, recursos financeiros no valor total de até R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), por mês.

Art. 4º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados de 1º de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 4.210/2013

LEI Nº 4.210, de 13 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a retirada de veículos e carcaças abandonados nas vias públicas do Município de Porto União - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Disciplina o uso de vias públicas por veículos de propulsão humana, animal, motorizado ou não, e em condições de visível abandono, apresentando as características elencadas nesta Lei, razão pela qual serão considerados abandonados e, portanto, sujeitos a ser removidos os que encontrados nas seguintes condições:

I- veículos motorizados ou não, estacionados em via pública sem placas de identificação;

II- veículos motorizados ou não, apresentando uma ou mais das seguintes características:

a) sem identificação do número do chassi;
b) sem identificação do número do motor;
c) com registro de comunicação de venda no sistema informatizado do DETRANET, BIN (Base de Identificação Nacional), DETRAN, com identificação do comprador ou não.

III- veículos motorizados ou não, que apresentem débitos fiscais registrados no sistema DETRANET ou BIN (Base de Identificação Nacional), impostos, multas, taxas entre outros;

IV- veículos motorizados ou não, caracterizando visível estado de abandono, com aparência externa e/ou interna identificadas a olho nu pelo mal estado de conservação;

V- veículos de propulsão humana ou animal, encontrados em qualquer uma das condições do inciso IV deste artigo;

Parágrafo único. Consideram-se abandonados, para efeitos desta Lei, os veículos carcaças que apresentarem visível estado de depreciação ou estejam impossibilitados de deslocamento com segurança pelos próprios meios.

Art. 2º Os veículos motorizados ou não, encontrados em via pública nas condições constantes do caput do Art. 1º, serão removidos para pátio devidamente credenciado pelo Município, e levados em hasta pública, decorrido o prazo de 90 (noventa) dias após o seu recolhimento, se não for procurado pelo seu proprietário ou por seu representante legal.

§ 1º São Agentes da Autoridade de Trânsito competentes para lavrar o auto de identificação de características de abandono e remoção da via pública:

I- Agentes de Trânsito;

II- Policiais Militares;

III- Fiscais de Tributos e Fiscais de Posturas do Município.

§ 2º Os Agentes da Autoridade de Trânsito deverão fixar "adesivo" no veículo motorizado ou não, encontrado nas condições constantes do caput do Art. 1º da presente Lei, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias o proprietário ou responsável faça a remoção, devendo constar:

I- número da Notificação e/ou do Auto de Infração;

II- data da Notificação e/ou do Auto de Infração;

III- data limite para retirada do veículo motorizado ou não, pelo proprietário ou responsável.

§ 3º Fica dispensada a Notificação dos proprietários ou dos responsáveis nos casos enquadrados no inciso III do Art. 1275 da Lei Federal 10.406/02.

§ 4º Removido ao pátio devidamente credenciado pelo Município, o veículo abandonado só poderá ser retirado mediante o cumprimento das seguintes condições:

I- em até 60 (sessenta) dias da data da apreensão, por quem se apresente como proprietário ou possuidor ou representante legal do veículo, devidamente identificado pelos meios em direito admitido ou por procurador devidamente credenciado e habilitado através de procuração pública, trazendo provas de que o equipamento, objeto, veículo abandonado é de sua propriedade;

II- mediante pagamento do transporte do veículo do local da apreensão até o pátio concessionário e o pagamento das despesas de guarda;

III- em caso do equipamento objeto ser um veículo automotor, além dos pagamentos contidos no inciso II acima, será exigido o pagamento das multas, caso tiver registro, seguro obrigatório e demais taxas devidas;

IV- em caso de veículo automotor com registro de venda comunicada, somente será transferida a propriedade;

V- em caso de impossibilidade de recuperação, o veículo somente será liberado após a respectiva baixa junto ao Órgão de Trânsito competente;

VI- o veículo apreendido somente será retirado do pátio sobre guinchos plataforma ou sobre carroceria, vedado o uso de cordas, correntes ou cambão.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a nomear Comissão de Leilão de Veículos, equipamentos ou outros apreendidos.

Parágrafo único. Em não sendo arrematado em leilão, o veículo/sucata/equipamento será vendido a preço de sucata para empresa

de reciclagem de ferro velho.

Art. 4º Os recursos obtidos com o leilão desses objetos/veículos/carcaças serão utilizados para investimentos e manutenção de sinalização de trânsito, campanhas educativas para o trânsito e outras despesas decorrentes da manutenção do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias para a efetiva aplicação da presente LEI.

Art. 6º A Administração Pública, através do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, deverá dar ampla divulgação à presente Lei nos meios de comunicação do Município, 30 (trinta) dias antes da sua vigência.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua promulgação.

Porto União (SC), 13 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.211/2013

LEI Nº 4.211, de 13 de dezembro de 2013.

Declara de Utilidade Pública o Instituto Memórias do Contestado - CNPJ nº 11.084.536/0001-59.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Memórias do Contestado - CNPJ nº 11.084.536/0001-59.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 362/2013

DECRETO Nº 362, de 17 de dezembro de 2013.

Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II, do § 3º, do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II, do § 3º, do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição

Federal.

Art. 2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I- observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II- divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III- utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV- fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V- desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 4º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

- I- informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- II- dados processados - dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;
- III- documento - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- IV- informação sigilosa - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
- V- informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- VI- tratamento da informação - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
- VII- disponibilidade - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- VIII- autenticidade - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- IX- integridade - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- X- primariedade - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
- XI- informação atualizada - informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e
- XII- documento preparatório - documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art. 5º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe

permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 6º Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Não se sujeitam ao disposto neste Decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Município, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

Art. 7º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:

- I- às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e
- II- às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, cujo sigilo sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, na forma do §1º, do art. 7º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CAPÍTULO III DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades promoverem, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão implementar em seus sítios na Internet seção específica para a divulgação das informações de que trata o caput.

§ 2º Serão disponibilizados nos sítios na Internet dos órgãos e entidades, conforme padrão estabelecido pela regulamentação municipal:

- I- banner na página inicial, que dará acesso à seção específica de que trata o § 1º; e
- II- barra de identidade do Governo Municipal, contendo ferramenta de redirecionamento de página para o Portal da Transparência Municipal.

§ 3º Deverão ser divulgadas, na seção específica de que trata o § 1º, informações sobre:

- I- estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;
- II- programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
- III- repasses ou transferências de recursos financeiros;
- IV- execução orçamentária e financeira detalhada;
- V- licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- VI- remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que

estiverem na ativa, de maneira individualizada;
VII- respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e
VIII- contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

§ 4º As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

§ 5º A divulgação das informações previstas no § 3º não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação.

Art. 9º Os sítios na Internet dos órgãos e entidades deverão em cumprimento às normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Administração e Esporte, atender aos seguintes requisitos, entre outros:

- I- conter formulário para pedido de acesso à informação;
- II- conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- III- possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- IV- possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- V- divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- VI- garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;
- VII- indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade; e
- VIII- garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO IV

DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Seção I

Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 10. Os órgãos e entidades deverão criar Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que será ao encargo da Ouvidoria Municipal, com o objetivo de:

- I- atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II- informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III- receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

- I- o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II- o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e
- III- o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

Art. 11. O SIC será instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público.

Parágrafo único. Todos os pedidos referentes às unidades descentralizadas deverão ser direcionados ao SIC.

Seção II

Do Pedido de Acesso à Informação

Art. 12. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e na unidade física do SIC do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos contidos nesse artigo.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 13. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I- nome do requerente;
- II- número de documento de identificação válido;
- III- especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV- endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 14. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I- genéricos;
- II- desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III- que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 15. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Seção III

Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 16. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, no prazo de até vinte dias:

- I- enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II- comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III- comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV- indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V- indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o órgão ou entidade deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio

que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 17. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 18. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 19. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o órgão ou entidade, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento DAM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

Art. 20. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- I- razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II- possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e
- III- possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§ 1º As razões de negativa de acesso à informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e o código de indexação do documento classificado.

§ 2º Os órgãos e entidades disponibilizarão formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação.

Art. 21. O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

Seção IV Dos Recursos

Art. 22. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior a que adotou a decisão, que deverá apreciá-la no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Parágrafo único. Desprovido o recurso de que trata o caput, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do órgão ou entidade, que deverá se manifestar em cinco dias contados do recebimento do recurso.

Art. 23. No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o requerente poderá apresentar reclamação no prazo de dez dias à autoridade de monitoramento de que trata o art.

40, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias, contado do recebimento da reclamação.

Parágrafo único. O prazo para apresentar reclamação começará trinta dias após a apresentação do pedido.

Art. 24. Desprovido o recurso de que trata o parágrafo único do art. 22, ou infrutífera a reclamação de que trata o art. 23, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, ao Prefeito Municipal, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias, contado do recebimento do recurso.

§ 1º O Prefeito Municipal poderá determinar que o órgão ou entidade preste esclarecimentos.

§ 2º Provido o recurso, o Prefeito Municipal fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo órgão ou entidade.

Art. 25. No caso de negativa de acesso à informação, ou às razões da negativa do acesso de que trata o caput do art. 22, desprovido o recurso pelo Prefeito Municipal o requerente poderá apresentar, no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os procedimentos previstos no Capítulo VI.

CAPÍTULO V DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO Seção I Da Classificação de Informações quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 26. São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Município, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- I- pôr em risco o direito individual do cidadão ou contribuinte;
- II- pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- III- prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;
- IV- comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações.

Art. 27. A informação em poder dos órgãos e entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Município, poderá ser classificada no grau ultrassecreto, secreto ou reservado.

Art. 28. Para a classificação da informação em grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

- I- a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Município; e
- II- o prazo máximo de classificação em grau de sigilo ou o evento que defina seu termo final.

Art. 29. Os prazos máximos de classificação são os seguintes:

- I- grau ultrassecreto: vinte e cinco anos;
- II- grau secreto: quinze anos; e
- III- grau reservado: cinco anos.

Parágrafo único. Poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, observados os prazos máximos de classificação.

Art. 30. As informações que puderem colocar em risco a segurança dos Servidores e seus cônjuges e filhos serão classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Art. 31. A classificação de informação é de competência:

I- no grau ultrassecreto, das seguintes autoridades:

- a) Prefeito Municipal;
- b) Vice-prefeito;

II- no grau secreto, das autoridades referidas no inciso I do caput, dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; e

III- no grau reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II do caput.

§ 1º É vedada a delegação da competência de classificação nos graus de sigilo ultrassecreto ou secreto.

§ 2º O dirigente máximo do órgão ou entidade poderá delegar a competência para classificação no grau reservado a agente público que exerça função de direção, comando ou chefia.

§ 3º É vedada a subdelegação da competência de que trata o § 2º.

§ 4º Os agentes públicos referidos no § 2º deverão dar ciência do ato de classificação à autoridade delegante, no prazo de noventa dias.

Seção II

Dos Procedimentos para Classificação de Informação

Art. 32. A decisão que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada no Termo de Classificação de Informação - TCI, conforme modelo contido no Anexo, e conterá o seguinte:

- I- código de indexação de documento;
- II- grau de sigilo;
- III- categoria na qual se enquadra a informação;
- IV- tipo de documento;
- V- data da produção do documento;
- VI- indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação;
- VII- razões da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 28;
- VIII- indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, observados os limites previstos no art. 29;
- IX- data da classificação; e
- X- identificação da autoridade que classificou a informação.

§ 1º O TCI seguirá anexo à informação.

§ 2º As informações previstas no inciso VII do caput deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

Art. 33. A autoridade ou outro agente público que classificar informação no grau ultrassecreto ou secreto deverá encaminhar cópia do TCI à Comissão Mista de Reavaliação de Informações no prazo de trinta dias, contado da decisão de classificação ou de ratificação.

Art. 34. Na hipótese de documento que contenha informações classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado, ficando assegurado o acesso às partes não classificadas por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da parte sob sigilo.

Art. 35. Os órgãos e entidades poderão constituir Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS, com as seguintes atribuições:

- I- opinar sobre a informação produzida no âmbito de sua atuação para fins de classificação em qualquer grau de sigilo;
- II- assessorar a autoridade classificadora ou a autoridade hierarquicamente superior quanto à desclassificação, reclassificação ou reavaliação de informação classificada em qualquer grau de sigilo;

III- propor o destino final das informações desclassificadas, indicando os documentos para guarda permanente, observado o disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e

IV- subsidiar a elaboração do rol anual de informações desclassificadas e documentos classificados em cada grau de sigilo, a ser disponibilizado na Internet.

Seção III

Da Desclassificação e Reavaliação da Informação Classificada em Grau de Sigilo

Art. 36. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, além do disposto no art. 28, deverá ser observado:

- I- o prazo máximo de restrição de acesso à informação, previsto no art. 29;
- II- o prazo máximo de quatro anos para revisão de ofício das informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto, previsto no inciso I do caput do art. 47;
- III- a permanência das razões da classificação;
- IV- a possibilidade de danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso irrestrito da informação; e
- V- a peculiaridade das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.

Art. 37. O pedido de desclassificação ou de reavaliação da classificação poderá ser apresentado aos órgãos e entidades independente de existir prévio pedido de acesso à informação.

Parágrafo único. O pedido de que trata o caput será endereçado à autoridade classificadora, que decidirá no prazo de trinta dias.

Art. 38. Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação pela autoridade classificadora, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da negativa, ao Prefeito Municipal ou à autoridade com as mesmas prerrogativas, que decidirá no prazo de trinta dias.

§ 1º Nos casos em que a autoridade classificadora esteja vinculada à autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista, o recurso será apresentado ao dirigente máximo da entidade.

§ 2º Desprovido o recurso de que tratam o caput e o § 1º, poderá o requerente apresentar recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão.

Art. 39. A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos, se houver, e de campo apropriado no TCI.

Seção IV

Disposições Gerais

Art. 40. As informações classificadas como documentos de guarda permanente que forem objeto de desclassificação serão encaminhadas ao Arquivo Municipal, ao arquivo permanente do órgão público, da entidade pública ou da instituição de caráter público, para fins de organização, preservação e acesso.

Art. 41. As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação em qualquer grau de sigilo nem ter seu acesso negado.

Art. 42. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 43. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la, sem prejuízo das atribuições de agentes públicos autorizados por lei.

Art. 44. As autoridades do Poder Executivo Municipal adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações classificadas em qualquer grau de sigilo.

Parágrafo único. A pessoa natural ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o Poder Público, executar atividades de tratamento de informações classificadas, adotarão as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações.

Art. 45. O Poder Executivo Municipal publicará anualmente, até o dia 1º de junho, em sítio na Internet:

- I- rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses;
- II- rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá conter:
 - a) código de indexação de documento;
 - b) categoria na qual se enquadra a informação;
 - c) indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação; e
 - d) data da produção, data da classificação e prazo da classificação;
- III- relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso a informação recebidos, atendidos e indeferidos; e
- IV- informações estatísticas agregadas dos requerentes.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades deverão manter em meio físico as informações previstas no caput, para consulta pública em suas sedes.

CAPÍTULO VI DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

Art. 46. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, instituída nos termos do § 1º do art. 35 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, será integrada pelos titulares dos seguintes órgãos:

- I- Gabinete do Prefeito;
- II- Secretaria Municipal de Administração e Esporte;
- III- Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade;
- IV- Controle Interno;
- V- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- VI- Assessoria Jurídica.

Parágrafo único. Cada integrante indicará suplente a ser designado por ato do Presidente da Comissão.

Art. 47. Compete à Comissão Mista de Reavaliação de Informações:

- I- rever, de ofício ou mediante provocação, a classificação de informação no grau ultrassecreto ou secreto ou sua reavaliação, no máximo a cada quatro anos;
- II- requisitar da autoridade que classificar informação no grau ultrassecreto ou secreto esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral, da informação, quando as informações constantes do TCI não forem suficientes para a revisão da classificação;

III- decidir recursos apresentados contra decisão proferida:

- a) pelo Prefeito Municipal, em grau recursal, a pedido de acesso à informação ou as razões da negativa de acesso à informação; ou
 - b) pelo Vice-Prefeito ou autoridade delegada conforme § 2º do Art. 31, em grau recursal, a pedido de desclassificação ou reavaliação de informação classificada; e
- IV- estabelecer orientações normativas de caráter geral a fim de suprir eventuais lacunas na aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. A não deliberação sobre a revisão de ofício no prazo previsto no inciso I do caput implicará a desclassificação automática das informações.

Art. 48. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada noventa dias, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente.

Parágrafo único. As reuniões serão realizadas com a presença de no mínimo 5 (cinco) integrantes.

Art. 49. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações deverá apreciar os recursos previstos no inciso III do caput do art. 47, impreterivelmente, até a terceira reunião ordinária subsequente à data de sua autuação.

Art. 50. A revisão de ofício da informação classificada no grau ultrassecreto ou secreto será apreciada em até três sessões anteriores à data de sua desclassificação automática.

Art. 51. As deliberações da Comissão Mista de Reavaliação de Informações serão tomadas:

- I- por maioria absoluta, quando envolverem as competências previstas no inciso I do caput do art. 47;
- II- por maioria simples dos votos, nos demais casos.

Parágrafo único. O Gabinete do Prefeito poderá exercer, além do voto ordinário, o voto de qualidade para desempate.

Art. 52. A Secretaria de Administração e Esporte exercerá as funções de Secretaria-Executiva da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, cujas competências serão definidas em Regimento Interno.

Art. 53. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações aprovará, por maioria absoluta, Regimento Interno que disporá sobre sua organização e funcionamento.

Parágrafo único. O Regimento Interno deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, no prazo de noventa dias após a instalação da Comissão.

CAPÍTULO VII DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 54. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades:

- I- terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a contar da data de sua produção; e
- II- poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 10.406,

de 10 de janeiro de 2002, e na Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.

Art. 55. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art. 56. O consentimento referido no inciso II do caput do art. 54 não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

- I- à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;
- II- à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;
- III- ao cumprimento de decisão judicial;
- IV- à defesa de direitos humanos de terceiros; ou
- V- à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 57. A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o art. 54 não poderá ser invocada:

- I- com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado;
- II- quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Art. 58. O dirigente máximo do órgão ou entidade poderá, de ofício ou mediante provocação, reconhecer a incidência da hipótese do inciso II do caput do art. 57, de forma fundamentada, sobre documentos que tenha produzido ou acumulado, e que estejam sob sua guarda.

§ 1º Para subsidiar a decisão de reconhecimento de que trata o caput, o órgão ou entidade poderá solicitar a universidades, instituições de pesquisa ou outras entidades com notória experiência em pesquisa historiográfica a emissão de parecer sobre a questão.

§ 2º A decisão de reconhecimento de que trata o caput será precedida de publicação de extrato da informação, com descrição resumida do assunto, origem e período do conjunto de documentos a serem considerados de acesso irrestrito, com antecedência de no mínimo trinta dias.

§ 3º Após a decisão de reconhecimento de que trata o § 2º, os documentos serão considerados de acesso irrestrito ao público.

§ 4º Na hipótese de documentos de elevado valor histórico, destinados à guarda permanente, caberá ao dirigente máximo, ou à autoridade responsável pelo arquivo do órgão ou entidade pública que os receber, decidir, após seu recolhimento, sobre o reconhecimento, observado o procedimento previsto neste artigo.

Art. 59. O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentos previstos no Capítulo IV e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

- I- comprovação do consentimento expresso de que trata o inciso II do caput do art. 54, por meio de procuração;
- II- comprovação das hipóteses previstas no art. 57;
- III- demonstração do interesse pela recuperação de fatos históricos de maior relevância, observados os procedimentos previstos no art. 58; ou
- IV- demonstração da necessidade do acesso à informação

requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Art. 60. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 1º A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

Art. 61. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

CAPÍTULO VIII

DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 62. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:

- I- cópia do estatuto social atualizado da entidade;
- II- relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e
- III- cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo Municipal, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.

§ 1º As informações de que trata o caput serão divulgadas em sítio na Internet da entidade privada e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede.

§ 2º A divulgação em sítio na Internet referida no §1º poderá ser dispensada, por decisão do órgão ou entidade pública, e mediante expressa justificativa da entidade, nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos que não disponham de meios para realizá-la.

§ 3º As informações de que trata o caput deverão ser publicadas a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congêneres, serão atualizadas periodicamente, e ficarão disponíveis até cento e oitenta dias após a entrega da prestação de contas final.

Art. 63. Os pedidos de informação referentes aos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres previstos no art. 62 deverão ser apresentados diretamente aos órgãos e entidades responsáveis pelo repasse de recursos.

CAPÍTULO IX

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 64. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- I- recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II- utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
- III- agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;
- IV- divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso

indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V- impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI- ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII- destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Município.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas.

§ 2º Para fins do disposto na Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, infrações administrativas deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios estabelecidos na referida LEI.

§ 3º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 65. A pessoa natural ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no art. 64, estará sujeita às seguintes sanções:

I- advertência;

II- multa;

III- rescisão do vínculo com o Poder Público;

IV- suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar ou firmar convênio com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput.

§ 2º A multa prevista no inciso II do caput será aplicada sem prejuízo da reparação pelos danos e não poderá ser:

I- inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) nem superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de pessoa natural; ou

II- inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nem superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no caso de entidade privada.

§ 3º A reabilitação referida no inciso V do caput será autorizada somente quando a pessoa natural ou entidade privada efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV do caput.

§ 4º A aplicação da sanção prevista no inciso V do caput é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública.

§ 5º O prazo para apresentação de defesa nas hipóteses previstas neste artigo é de dez dias, contado da ciência do ato.

CAPÍTULO X

DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI

Seção I

Da Autoridade de Monitoramento

Art. 66. O dirigente máximo de cada órgão ou entidade designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para exercer as

seguintes atribuições:

I- assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

II- avaliar e monitorar a implementação do disposto neste Decreto e apresentar ao dirigente máximo de cada órgão ou entidade, relatório anual sobre o seu cumprimento, encaminhando-o ao Prefeitura Municipal;

III- recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;

IV- orientar as unidades no que se refere ao cumprimento deste Decreto; e

V- manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão de autoridade competente, observado o disposto no art. 23.

Seção II

Das Competências Relativas ao Monitoramento

Art. 67. Compete à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste Decreto:

I- definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição no sítio na Internet e no SIC dos órgãos e entidades, de acordo com o § 1º do art. 12;

II- promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação;

III- promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

IV- monitorar a implementação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 45;

V- preparar relatório anual com informações referentes à implementação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a ser encaminhado à Câmara Municipal;

VI- monitorar a aplicação deste Decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos; e

VII- definir, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração e Esporte, Controle Interno e Ouvidoria Pública Municipal, diretrizes e procedimentos complementares necessários à implementação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 68. Compete à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, Controle Interno e Ouvidoria Pública Municipal, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste Decreto, por meio de ato conjunto:

I- estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público, fixando prazo máximo para atualização; e

II- detalhar os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações no âmbito do SIC.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 69. Os órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no caput, deverá observar os prazos e condições previstos neste Decreto.

§ 2º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no caput, será mantida a classificação da informação, observados os prazos e disposições da legislação precedente.

Art. 70. A publicação anual de que trata o art. 45 terá início em junho de 2014.

Art. 71. Aplica-se subsidiariamente a Lei nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, aos procedimentos previstos neste Decreto.

Art. 72. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 363/2013

DECRETO Nº 363, de 17 de dezembro de 2013.

Prorroga por 90 (noventa) dias a Situação de Emergência no Município de Porto União, declarada pelo Decreto nº 290, de 30 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso XVII, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI, do Artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO a continuidade dos efeitos dos alagamentos provocados por chuvas intensas e concentradas ocorridas nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2013, atingindo todo o território do Município, principalmente no interior;

CONSIDERANDO a recomendação do Conselho Municipal da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, o qual reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de emergência, conforme a Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto nº 290, de 30 de setembro de 2013, que declarou em situação de emergência as áreas do Município de Porto União - SC, afetadas por alagamentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 30 de dezembro de 2013, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 825/2013 - RH

PORTARIA Nº 825, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio de 60 dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Evanilde de Fátima da Silva Berton.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 826/2013 - RH

PORTARIA Nº 826, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 23 de dezembro de 2013, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Tatiane Thonia da Luz, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 827/2013 - RH

PORTARIA Nº 827, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 017/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Carla Renata Stasiak de Camargo, que exerce as funções do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 828/2013 - RH

PORTARIA Nº 828, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 019/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Carlos Gualberto Gomes, que exerce as funções do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 829/2013 - RH

PORTARIA Nº 829, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 055/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Daiane Alves, que exerce as funções do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades vinculada à Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 830/2013 - RH

PORTARIA Nº 830, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 040/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Fabiana Benassi Carneiro, que exerce as funções do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto ao CREAS, vinculado à Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 831/2013 - RH

PORTARIA Nº 831, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 102/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Liara Aparecida Cruz, que exerce as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 832/2013 - RH

PORTARIA Nº 832, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, Termo Aditivo do Contrato de Trabalho nº 163/2012, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Eurides dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 833/2013 - RH

PORTARIA Nº 833, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 005/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Fernanda Rech Gomes Gregol, que exerce as funções do cargo de Médico (Dermatologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 834/2013 - RH

PORTARIA Nº 834, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 018/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Inês Aparecida Karas, que exerce as funções do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 835/2013 - RH

PORTARIA Nº 835, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Termo Aditivo nº 001/2013, do Contrato de Trabalho nº 164/2012, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Patrycia Candido, que exerce as funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 836/2013 - RH

PORTARIA Nº 836, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 003/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Natália Saty Kliemann, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 837/2013 - RH

PORTARIA Nº 837, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 021/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de José Carlos Marques Budal, que exerce as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 838/2013 - RH

PORTARIA Nº 838, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 21 de fevereiro de 2014, o Termo Aditivo nº 001/2013 do Contrato de Trabalho nº 078/2012, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Sibelle Senff, que exerce as funções do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores

efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 839/2013 - RH

PORTARIA Nº 839, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 053/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Giovane Alves, que exerce as funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 840/2013 - RH

PORTARIA Nº 840, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 049/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Márcio dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Departamento de Urbanismo, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 841/2013 - RH

PORTARIA Nº 841, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 137/2013, de Éder Rodrigues dos Santos, que exerce as funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Pedreira do Rio Bonito, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 842/2013 - RH

PORTARIA Nº 842, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 103/2013, de Elisandro da Silva, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 843/2013 - RH

PORTARIA Nº 843, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 067/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Wellington Sérgio Chaves, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 844/2013 - RH

PORTARIA Nº 844, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 043/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Fernando Cardoso André, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Departamento de Urbanismo, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 845/2013 - RH

PORTARIA Nº 845, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 126/2013, de João Carlos de Cairos, que exerce as funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 846/2013 - RH

PORTARIA Nº 846, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Termo Aditivo nº 002/2013 do Contrato de Trabalho nº 093/2011, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Fernando Antonio Kurten Jung, que exerce as funções do cargo de Arquiteto, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público, em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Planejamento, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 847/2013 - RH

PORTARIA Nº 847, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 105/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Silvio Moreira de Castilho, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 848/2013 - RH

PORTARIA Nº 848, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Rosana Aparecida Rubbo, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de dezembro de 2013.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 849/2013 - RH

PORTARIA Nº 849, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Altair Ribeiro, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura

Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 850/2013 - RH

PORTARIA Nº 850, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Cordovan Frederico de Melo Neto, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 851/2013 - RH

PORTARIA Nº 851, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Dalmir Estigarribia, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 852/2013 - RH

PORTARIA Nº 852, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 028/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Deiwerson Damasceno dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esportes, deste município.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 853/2013 - RH

PORTARIA Nº 853, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Evelin Aparecida Pereira, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 854/2013 - RH

PORTARIA Nº 854, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Jessé Marcelo Guviazdecki, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 855/2013 - RH

PORTARIA Nº 855, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Jorge Sérgio Schwartz, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 856/2013 - RH

PORTARIA Nº 856, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Rubens Ientz Junior, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 857/2013 - RH

PORTARIA Nº 857, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Terezinha Eliane da Cruz Rabuske, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 858/2013 - RH

PORTARIA Nº 858, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Thiago Grossklaus, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 859/2013 - RH

PORTARIA Nº 859, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 30 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de José Cláudio Walkiu, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 860/2013 - RH

PORTARIA Nº 860, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 27 de dezembro de 2013, referente ao período aquisitivo de maio de 2007 a maio de 2012, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos

e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Sandra Angelina Martini de Lima, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 861/2013 - RH

PORTARIA Nº 861, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Juliana Base, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "02", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2013.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 862/2013 - RH

PORTARIA Nº 862, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 21 de janeiro de 2014, o Contrato de Trabalho nº 167/2013, de Roseli dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em virtude do ajuste de conduta firmado com o Ministério Público, em manter plantão em um Núcleo de Educação Infantil durante o período de férias conforme o calendário escolar e férias dos servidores efetivos.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC,

retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2013.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 863/2013 - RH

PORTARIA Nº 863, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 05 de fevereiro de 2014, o Termo Aditivo nº 001/2013 do Contrato de Trabalho nº 056/2013, de Misleine Wolf, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em virtude do ajuste de conduta firmado com o Ministério Público, em manter plantão em um Núcleo de Educação Infantil durante o período de férias conforme o calendário escolar e férias dos servidores efetivos.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleos de Educação Infantil Arco Íris, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2013.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 864/2013 - RH

PORTARIA Nº 864, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 035/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Bianca Regina Jerônimo Lustosa, que exerce as funções do cargo de Telefonista/Recepcionista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades vinculada ao Gabinete do Prefeito, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 865/2013 - RH

PORTARIA Nº 865, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 132/2013, de Alex Schorr, que exerce as funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 866/2013 - RH

PORTARIA Nº 866, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 045/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Alison Adilson Chaves, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 867/2013 - RH

PORTARIA Nº 867, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 060/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Julio César Lopes, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 868/2013 - RH

PORTARIA Nº 868, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 061/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Márcio Pedro Opautchak, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 869/2013 - RH

PORTARIA Nº 869, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 024/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Marcos Vinicius dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 870/2013 - RH

PORTARIA Nº 870, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 104/2013, de Vanderson Tiago Bellaver, que exerce as funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 871/2013 - RH

PORTARIA Nº 871, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 136/2013, de Adilson José Marino, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 872/2013 - RH

PORTARIA Nº 872, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 026/2013, de Claviana Reisdorfer Heimann, que exerce as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 873/2013 - RH

PORTARIA Nº 873, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20022150.1.00021/13-0, datada de 20 de agosto de 2013, do servidor NESTOR DOMINGOS GIACOMINI, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 6.780 dias, ou seja, 18 (dezoito) anos, 07 (sete) meses e 00 (zero) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de Contribuição/Aproveitado
- 04/06/1975 05/04/1976	aOrcali Serviços de Segurança Ltda	00a 10m 02d
- 05/04/1976 25/02/1987	aBanco Bradesco SA	10a 10m 20d
- 01/11/1987 01/09/1988	aGiaconelli Móveis e Madeiras Ltda - ME	00a 10m 01d
- 01/06/1991 27/08/1992	aGiaconelli Móveis e Madeiras Ltda - ME	01a 00m 27d
- 01/02/1993 30/09/1994	aInd. e Comerc. de Móveis de Bastiani Ltda-ME	01a 08m 00d
- 01/02/1997 09/04/1997	aEme-Ene Ind e Comércio de Tintas Ltda- ME	00a 02m 09d
- 01/02/1998 02/05/1998	aNélvio Ivan Giacomini - ME	00a 03m 02d
- 01/09/1988 30/11/1990	aContribuinte Individual	02a 02m 29d
- 01/01/1991 31/07/1991	aContribuinte Individual	00a 07m 00d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 874/2013 - RH

PORTARIA Nº 867, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 060/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Julio César Lopes, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro

de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 875/2013 - RH

PORTARIA Nº 875, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Ivonete de Fátima Húpalo ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 876/2013 - RH

PORTARIA Nº 876, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 05/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, da servidora Cleide Maria Rosa Gregório ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 877/2013 - RH

PORTARIA Nº 877, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Diva Soares dos Santos de Souza ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 878/2013 - RH

PORTARIA Nº 878, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, da servidora Arlete Tabaca Cardoso, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 879/2013 - RH

PORTARIA Nº 879, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2012, da servidora Vilma Teresinha Bulek, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 880/2013 - RH

PORTARIA Nº 880, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de junho de 2007 a junho de 2012, do servidor Mauro Ferreira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 881/2013 - RH

PORTARIA Nº 881, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de junho de 2007 a junho de 2012, do servidor Eugênio

Celso Ferreira de Deus, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 882/2013 - RH

PORTARIA Nº 882, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, da servidora Eloisa Bradoski Wojciechowski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 883/2013 - RH

PORTARIA Nº 883, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/08/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Célia Regina Plautz Buch ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 884/2013 - RH

PORTARIA Nº 884, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/08/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, do servidor Odair Borges Muniz ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 885/2013 - RH

PORTARIA Nº 885, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, da servidora Elizabeth Aparecida Mazeika ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 886/2013 - RH

PORTARIA Nº 885, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Márcia Isabel Ludke Brixner ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 887/2013 - RH

PORTARIA Nº 887, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2005 a fevereiro de 2010, da servidora Cláudia Reisdorfer Schorr ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 888/2013 - RH

PORTARIA Nº 888, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, da servidora Berenice Aparecida Guerelus Gonçalves ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 889/2013 - RH

PORTARIA Nº 889, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, da servidora Zilda Leoni Farber ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 890/2013 - RH

PORTARIA Nº 890, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de setembro de 2006 a setembro de 2011, da servidora Fabiana de Oliveira Santos ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 891/2013 - RH

PORTARIA Nº 891, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2012, da servidora Luciana dos Santos Leite ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 892/2013 - RH

PORTARIA Nº 892, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de julho de 2007 a julho de 2012, da servidora Adriana Raquel Fogaça ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 893/2013 - RH

PORTARIA Nº 893, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de agosto de 2007 a agosto de 2012, da servidora Cristina Prehvitze Carneiro ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 894/2013 - RH

PORTARIA Nº 894, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Lindarcir Chaves Leandro ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 895/2013 - RH

PORTARIA Nº 895, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2013, da servidora Silmara Talamini ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 896/2013 - RH

PORTARIA Nº 896, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/06/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de maio de 2006 a maio de 2011, da servidora Mariana Bona Grim Kreling ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 897/2013 - RH

PORTARIA Nº 897, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/06/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, do servidor Aloir Rodrigues Calisto ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 898/2013 - RH

PORTARIA Nº 898, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de julho de 2008 a julho de 2013, da servidora Vera Rita Zangrande Marinho ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 899/2013 - RH

PORTARIA Nº 899, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/11/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Sirlei Helena Krysiak Schor ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 900/2013 - RH

PORTARIA Nº 900, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/11/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago

na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de agosto de 2006 a agosto de 2011, da servidora Franciele Galvão dos Santos ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 901/2013 - RH

PORTARIA Nº 901, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/11/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2012, da servidora Eroni Natália Guimarães de Brito ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 902/2013 - RH

PORTARIA Nº 902, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº

2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/11/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de julho de 2007 a julho de 2012, da servidora Maria Zapotoczny Wohl ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 903/2013 - RH

PORTARIA Nº 903, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/11/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, da servidora Rute dos Santos Renner ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 904/2013 - RH

PORTARIA Nº 904, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/11/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2013, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, da servidora Marlena Aparecida Pereira Pacheco ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 905/2013 - RH

PORTARIA Nº 905, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado José Cícero Ferreira de Carvalho, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 10h (dez) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados no Concurso Público Municipal, para atender o bom andamento dos serviços essenciais de saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2013.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 906/2013 - RH

PORTARIA Nº 906, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor efetivo Márcio Luiz Herzog, ocupante do cargo de Médico (Otorrinolaringologista), de 5h (cinco) horas semanais para 30h (trinta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para suprir as necessidades do Sistema Municipal de Saúde e para realização de procedimentos cirúrgicos em Casa Hospitalar credenciada pelo SUS.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 435, de 01 de junho de 2009.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2013.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 907/2013 - RH

PORTARIA Nº 907, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Suzan Cristiane de Castro Faustino do emprego público de Agente Comunitário de Saúde - PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de dezembro de 2013.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 908/2013 - RH

PORTARIA Nº 908, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Jussara Neppel, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 909/2013 - RH

PORTARIA Nº 909, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 31 de dezembro de 2013, o contrato de trabalho de Luiza Aparecida de Assis Oliveira, das funções do cargo de Médico (psiquiatra), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 910/2013 - RH

PORTARIA Nº 910, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de março de 2014, o Contrato de Trabalho nº 002/2013, com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Dércio Luís Kliemann, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver servidores efetivos para o cargo e até que os candidatos aprovados em concurso público em andamento, assumam a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 911/2013 - RH

PORTARIA Nº 911, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável por Licitações da Secretaria Municipal de Educação, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Divansir José Berton, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2013.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 912/2013 - RH

PORTARIA Nº 912, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Susana Sievers, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de dezembro de 2013.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 913/2013 - RH

PORTARIA Nº 913, de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de janeiro de 2014, o termo aditivo do Contrato de Trabalho nº 166/2013 com vencimento em 31 de dezembro de 2013, de Renato Anton, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Eusébio Kuhsler que entrará em férias por 30 dias.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas

atividades junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 053/2013

PORTARIA Nº 053, de 16 de dezembro de 2013.
Dispõe sobre Disponibilização.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DISPONIBILIZAR, pelo período de 20 (vinte) horas semanais, o servidor efetivo RALF BUSE, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a desempenhar suas funções junto à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CI-DASC, para fins de emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, no âmbito do Município de Porto União, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.207, de 11 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

Dispensa de Licitação 007/2013 Educação

Prefeitura Municipal de Porto União - SC
Comissão Permanente de Licitações
Processo Licitatório 051/2013 - EDUCAÇÃO
Dispensa de Licitação 007/2013
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Porto União, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, incisos I e IV, da Lei n.º 8.666/93, conforme consta do Processo Licitatório 051/2013 - EDUCAÇÃO, declarou a dispensa de licitação 007/2013, objetivando contratação da empresa para executar, em caráter emergencial, a reforma da cobertura do edifício do Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, uma vez que em 04/12/2013 por volta das 13h 52 m ocorreu um vendaval na região, destelhando a cobertura e rompendo uma tubulação de água do reservatório, com capacidade de 15.000 litros, inundando o referido Núcleo de Educação. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado.

Porto União SC, 11 de dezembro de 2013.
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 092/2013

Extrato de Retificação do Edital de Chamada Pública 002/2013 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 050/2013 - EDUCAÇÃO
Extrato de Retificação do Edital de Chamada Pública 002/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 050/2013 - EDUCAÇÃO, conforme consta a seguir: altera-se a redação do item 3 do edital. Permanece inalterada a data e hora da realização do certame. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 18 de dezembro de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 061/2013 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 061/2013 - FAS
Partes: Município de Porto União e a empresa Mercado Koserá Ltda - ME.

Objeto: a aquisição de material de artesanato para a equipe CRAS RURAL VOLANTE.
Valor total de R\$ 9.847,80 (Nove mil e oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 022/2013 Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 19 de Dezembro de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME.
Contratada.

Extrato de Contrato 120/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 120/2013 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e a empresa Escobrinq Ltda - EPP
Objeto: aquisição de móveis para a Secretaria Municipal de Educação e móveis escolares e mobiliários sob medida para os Núcleos de Educação Infantil localizados na Área Industrial e no Bairro São Francisco.
Valor total de R\$ 27.974,80 (Vinte e sete mil e novecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.
Base legal: Pregão Presencial 028/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ESCOBRINQ LTDA - EPP.
Contratada.

Extrato de Contrato 121/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 121/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Brinqmóveis Ltda - ME

Objeto: aquisição de móveis para a Secretaria Municipal de Educação e móveis escolares e mobiliários sob medida para os Núcleos de Educação Infantil localizados na Área Industrial e no Bairro São Francisco.

Valor total de R\$ 15.535,00 (Quinze mil e quinhentos e trinta e cinco reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 028/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

BRINQMÓVEIS LTDA - ME

Contratada.

Extrato de Contrato 122/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 122/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Ltda - EPP

Objeto: aquisição de móveis para a Secretaria Municipal de Educação e móveis escolares e mobiliários sob medida para os Núcleos de Educação Infantil localizados na Área Industrial e no Bairro São Francisco.

Valor total de R\$ 16.332,30 (Dezesseis mil e trezentos e trinta e dois reais e trinta centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 028/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Ltda - EPP

Contratada.

Extrato de Contrato 123/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 123/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Luis Kaminski - ME

Objeto: aquisição de móveis para a Secretaria Municipal de Educação e móveis escolares para os Núcleos de Educação Infantil localizados na Área Industrial e no Bairro São Francisco.

Valor total de R\$ 7.910,90 (Sete mil e novecentos e dez reais e noventa centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 028/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Luis Kaminski - ME

Contratada.

Extrato de Contrato 124/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 124/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Altevir Augusto Dembinski - ME

Objeto: aquisição de móveis para a Secretaria Municipal de Educação e móveis escolares e mobiliários sob medida para os Núcleos de Educação Infantil localizados na Área Industrial e no Bairro São Francisco.

Valor total de R\$ 10.404,00 (Dez mil e quatrocentos e quatro reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 028/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Altevir Augusto Dembinski - ME

Contratada.

Extrato de Contrato 125/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 125/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Móveis Kerber Ltda - ME

Objeto: aquisição de móveis para a Secretaria Municipal de Educação e móveis escolares e mobiliários sob medida para os Núcleos de Educação Infantil localizados na Área Industrial e no Bairro São Francisco.

Valor total de 24.981,00 (Vinte e quatro mil e novecentos e oitenta e um reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 028/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Móveis Kerber Ltda - ME

Contratada.

Extrato de Contrato 126/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 126/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a Construtora João Lorensini & Filho Ltda.

Objeto: contratação de empresa em caráter emergencial, para

executar a reforma da cobertura do edifício do Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, uma vez que em 04/12/2013 por volta das 13h 52 m ocorreu um vendaval na região, destelhando a cobertura e rompendo uma tubulação de água do reservatório, com capacidade de 15.000 litros, inundando o referido Núcleo de Educação.

Valor total: R\$ 14.015,90 (quatorze mil quinze reais e noventa centavos)

Vigência: será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período.

Base legal: Dispensa de Licitação 007/2013 EDUCAÇÃO e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 19 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Construtora João Lorensini & Filho Ltda.

Contratada.

Extrato de Contrato Aditivo 127/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 127/2013 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 002/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por 12 (doze) meses.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 20 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 183/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 183/2013

Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 200/2012

Partes: Município de Porto União e Décio Pacheco & Cia Ltda.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior para mais 90 (noventa) dias.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rescisão de Contrato 008/2013

RESCISÃO DE CONTRATO 008/2013

CONTRATO 158/2013

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de Prestação de Serviços nº 158/2013, datado de 24 de setembro de 2013 entre o Município de Porto União e Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda, inscrita no CNPJ 00.805.922/0007-61 visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao

Processo Licitatório nº 099/2013, Modalidade de Pregão Presencial nº 070/2013, ficam liberadas as partes signatárias.

Porto União SC, 19 de dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda

Termo de Homologação do Pregão Presencial 022/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 033/2013 - FAS

Pregão Presencial 022/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Mercado Kosera Ltda - ME

Porto União SC, 19 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 028/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 049/2013 - EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 028/2013 - EDUCAÇÃO

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Escobrinq Ltda - EPP

Brinqmóveis Ltda - ME

Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Ltda - EPP

Luis Kaminski - ME

Altevir Augusto Dembinski - ME

Móveis Kerber Ltda - ME

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Convênio Nº 037/2013

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

HOSPITAL DE CARIDADE SÃO BRAZ DE PORTO UNIÃO

CONVÊNIO Nº 037/2013

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União, Estado de Santa Catarina e o Hospital de Caridade São Braz de Porto União – SC, para a prestação de serviços ambulatoriais em urgência e emergência, com a finalidade de repassar recursos financeiros provenientes do Ministério da Saúde, referente realização de procedimentos da Atenção Básica.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Porto União, com sede na cidade de Porto União, Rua Padre Anchieta, 126, Centro, com registro no CNPJ sob o n.º 83.102.541/0001-58, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ANÍZIO DE SOUZA, brasileiro, residente e domiciliado em Porto União – SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2.548, portador do RG nº 325.323 – SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONVENIENTE, e de outro lado, o Hospital de Caridade São Braz, entidade Privada Filantrópica, sob forma da Lei, com registro no CNPJ nº 65.604.395/0001-94, com Estatuto arquivado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, na cidade

de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. AYRTON RODRIGUES MARTINS, brasileiro, residente e domiciliado em Porto União – SC, portador do RG nº 764.476/SC e CPF nº 076.884.239-53, doravante denominado CONVENIADO, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.209, de 13 de dezembro de 2013, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

O presente Convênio tem como objeto a prestação de serviços hospitalares de Urgência e Emergência, serviços ambulatoriais, realização de consultas médicas especializadas e exames, suplementação do valor da tabela SUS na realização de procedimentos cirúrgicos hospitalares em caráter eletivo, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 3.969, de 20 de dezembro de 2011 e repasses de recursos financeiros do Ministério da Saúde referentes a procedimentos ambulatoriais da Atenção Básica, sendo estes apenas considerados os de média complexidade, integrante da rede de serviços do Sistema Único de Saúde em regime de parceria com o Poder Público Municipal, de conformidade com a capacidade instalada e disponibilidades discriminadas nas fichas de cadastro hospitalar e ambulatorial, mediante contraprestação pecuniária pelo Conveniente, de acordo com os seguintes procedimentos e quantidades:

I- Exames e Respectivos Valores

Tipo de Exame	Quantidade	Valor Unitário (R\$)
U.S. Pélvica Ginecológica	10	48,00
U.S. Abdômem Total	10	90,00
U.S. Obstétrica	50	60,00
U.S. Transvaginal	10	60,00
Videolaringoscopia	08	120,00
Colonoscopia	08	40,00 + 160,00 (hospital + honorários)
Endoscopia Digestiva	10	40,00 + 90,00 (hospital + honorários)
Tomografia Abdômem Total	02	360,00
Tomografia Adômem Superior	02	240,00
Tomografia Crânio	03	216,00
Tomografia Tórax	02	240,00
Tomografia Ouvido	02	240,00
Tomografia Seios da Face	02	220,00
Tomografia Pelve – Bacia	02	240,00
Tomografia Coluna (dorsal – lombar – cervical)	02	216,00
Tomografia Articulações (braço – perna – joelho)	02	216,00
Mamografia	10	96,00
Urodinâmica	02	300,00
Cistoscopia	02	300,00
Urofluxometria	02	80,00
Radiografia Simples	15	40,00
Radiografia Dinâmica e Panorâmica	15	50,00
Biópsia Hepática	02	480,00
Consultas Especializadas em Ortopedia/Traumatologia	160	42,00
Consultas Especializadas em Urologia	05	42,00

Consultas Gerais (de-mais especialidades)	40	42,00
---	----	-------

II- Procedimentos Ambulatoriais (sem limite de quantidade) Com anestesia:

Cod.	Procedimentos
040-0	Consulta Médica
041-8	Consulta Médica com Terapia (Medicamento)
042-6	Atendimento Clínico c/ observação 24 horas
050-7	Sutura/Exerese Ungueal
052-3	Proc. ou peq. cirurg. ap. genital fem. ou gestação/Cauterização
058-2	Procedimento peq. cirurgia aparelho auditivo e via aéreas
060-4	Procedimento ou peq. cirurgia aparelho urinário
062-0	Cirurgia ambulatorial da pele, sub cutânea e mucosa
063-9	Cirurg. amb. ap. digest., órgãos anexos e parede do abdômen
065-5	Cirurgia ambulatorial do aparelho genital feminino/curetagem
072-8	Cirurgia ambulatorial do sistema osteoarticular
073-6	Cirurgia ambulatorial do aparelho urinário
080-9	Consulta ortopédica com tratamento provisório
081-7	Tto. artic. espáculo-umeral e umero c/ imob. gessada
083-3	Tto. em cotovelo c/ imobilização gessada
085-0	Tto. em antebraço c/ imobilização gessada
087-6	Tto. em punho c/ imobilização gessada
089-2	Tto. em ossos do carpo e falange c/ imobilização gessada
091-4	Tto. em coluna vertebral c/ imobilização gessada
092-2	Tratamento em costela
094-9	Tratamento em Esterno
095-7	Tto. em artic. acromio-clavicular/esterno-clavicular/clavícula/omoplata
097-3	Tto. em articulação coxo-femural c/ imobilização gessada
098-1	Tto. em joelho com imobilização gessada
100-7	Tto. em ossos da perna ou coxa c/ imobilização gessada
102-3	Tto. em tornozelo c/ imobilização gessada
104-0	Tto. em tarso, metatarso e pododactilos c/ imobilização gessada

Sem Anestesia

Cod.	Procedimentos
040-0	Consulta Médica
041-8	Consulta Médica com Terapia (Medicamento)
042-6	Atendimento Clínico c/ observação 24 horas
050-7	Sutura/Exerese Ungueal
052-3	Proc. ou peq. cirurg. ap. genital fem. ou gestação/Cauterização
058-2	Procedimento peq. cirurgia aparelho auditivo e via aéreas
062-0	Cirurgia ambulatorial da pele, sub cutânea e mucosa
065-5	Cirurgia ambulatorial do aparelho genital feminino
072-8	Cirurgia ambulatorial do sistema osteoarticular
080-9	Consulta ortopédica com tratamento provisório
081-7	Tto. artic. espáculo-umeral e umero c/ imob. gessada
083-3	Tto. em cotovelo c/ imobilização gessada
085-0	Tto. em antebraço c/ imobilização gessada
087-6	Tto. em punho c/ imobilização gessada
089-2	Tto. em ossos do carpo e falange c/ imobilização gessada
091-4	Tto. em coluna vertebral c/ imobilização gessada
092-2	Tratamento em costela
095-7	Tto. em artic. acromio-clavicular/esterno-clavicular/clavícula/omoplata
097-3	Tto. em articulação coxo-femural c/ imobilização gessada
098-1	Tto. em joelho com imobilização gessada
100-7	Tto. em ossos da perna ou coxa c/ imobilização gessada

102-3	Tto. em tornozelo c/ imobilização gessada
104-0	Tto. em tarso, metatarso e pododactilos c/ imobilização gessada
077-9	Honorários de anestesia quando necessário (crianças, def. mentais)

III. Cirurgias Eletivas

Tipo de Cirurgia	Quantidade	Valor Unitário (R\$) conforme Lei Municipal nº 3.969/2011	Valor Unitário (R\$) Complemento Materiais Cirúrgicos	Valor Total (R\$) Por Procedimento
Ginecológica	05	306,91	0,0	306,91
Urológica - REP	01	278,00	920,00	1.198,00
Urológica - Incont	01	200,20	0,0	200,20
Ortopédica	05	280,80	0,0	280,80
Hérnias	08	246,37	0,0	246,37
Vesícula	08	345,49	0,0	345,49
Oftalmológica	01	289,35	0,0	289,35

O Valor Unitário conforme Lei Municipal nº 3.969, de 20/12/2011, remunera em 45% o valor total da AIH/SUS (Autorização para Internação Hospitalar), com a finalidade de complementar os custos hospitalares, cirurgião principal, cirurgiões auxiliares e anestesio-logistas.

O Valor Unitário Complemento Materiais Cirúrgicos, tem a finalidade de complementar a remuneração de materiais cirúrgicos utilizados para o procedimento Ressecção Endoscópica de Próstata. Os respectivos valores definidos na Tabela acima poderão ser alterados em função do tipo de procedimento dentro de cada especialidade, sem alteração do valor total do presente Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor Mensal

O Conveniente pagará ao Conveniado, de acordo com a quantidade de procedimentos executados, autorizados e triados pelo Conveniente, de conformidade com os valores discriminados na Tabela I – Exames e Respectivos Valores e Tabela II – Procedimentos Ambulatoriais, até o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais, para a realização de consultas médicas e prestação de serviços ambulatoriais em urgência e emergência, com recursos da Dotação Orçamentária 09.01.2071.33.90.00.00.00.0454(26) – Fundo Municipal de Saúde/Manutenção dos Serviços de Média e Alta Complexidade/Aplicações Diretas/MAC-Média e Alta Complexidades; até o limite de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para o repasse de recursos financeiros provenientes do Ministério da Saúde, recebidos pelo Conveniente, para o pagamento de procedimentos da Atenção Básica efetuados pelo Conveniado, de conformidade com os valores da Tabela SIA/SUS, sendo que estas despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária 09.01.2066.33.90.00.00.00.00.0450(30) – Fundo Municipal de Saúde/Manutenção da Atenção Básica/Aplicações Diretas/PAB – Piso da Atenção Básica; até o limite de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) mensais, para realização de cirurgias eletivas triadas e aprovadas pelo Conveniente, de conformidade com as quantidades e valores descritos na Tabela III – Cirurgias Eletivas, com recursos da Dotação Orçamentária 09.01.2066.33.90.103(10) – Fundo Municipal de Saúde/Manutenção da Atenção Básica/Aplicações Diretas/15% Transferência de Impostos.

Parágrafo único. A entidade conveniada fica proibida de emitir AIH's (Autorização de Internamento Hospitalar – SUS), referentes aos serviços objetos do presente Convênio, exceto para os casos de procedimentos cirúrgicos descritos na Tabela III – Cirurgias Eletivas, cujos valores referem-se a complemento de custeio

médico-hospitalar do Sistema Único de Saúde - SUS.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do valor e Liberação dos Recursos
O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por mês, em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome do Hospital de Caridade São Braz de Porto União – SC.

CLÁUSULA QUARTA – Da execução dos serviços
Os serviços ora conveniados referidos na Cláusula Primeira serão executados pelo Conveniado com sede à Rua Frei Rogério, 579, em Porto União - SC, com Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão competente e sob a responsabilidade do Diretor Clínico, indicado em ficha cadastral que permanecerá, mediante protocolo, arquivada junto à Secretaria Municipal de Saúde. Caso ocorra a substituição do Diretor Clínico, a referida ficha cadastral será alterada com a devida informação.

CLÁUSULA QUINTA – Da assistência ambulatorial
I – a assistência ambulatorial compreende os procedimentos de média complexidade, conforme a situação fática do Conveniado;
II – os encaminhamentos para os serviços eletivos ambulatoriais serão feitos pelo órgão responsável da Conveniente, que deverá ser regulamentada entre as partes;
III – as partes estabelecerão normas para definir o fluxo de atendimento, sua comprovação, a realização de exames subsequentes, o local de revisão das contas ambulatoriais e outros procedimentos necessários ao ágil relacionamento com o Conveniado e a satisfação do usuário.

CLÁUSULA SEXTA – Das obrigações do conveniado
Os serviços serão prestados por profissionais do estabelecimento Conveniado, sendo que os exames não contemplados no presente Convênio somente poderão ser realizados mediante substituição por quantidades de outros exames previstos, sem majoração de custo.

§ 1º Para os efeitos deste Convênio consideram-se profissionais do Estabelecimento Conveniado aqueles integrantes do Corpo Clínico, conforme Regimento Interno da Entidade.

§ 2º O profissional que faz parte do Corpo Clínico do Hospital não poderá recusar-se a atender pacientes encaminhados pelo Sistema Municipal de Saúde, em situação de urgência ou emergência.

§ 3º O Conveniado se compromete ainda a:
I- não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
II- atender aos pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
III- afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante deste Convênio;
IV- esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos, quando solicitado pelo mesmo;

V- respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviço de saúde, este devendo fazê-lo expressamente (por escrito), salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
VI- garantir o sigilo dos dados e informações dos pacientes;
VII- possuir o serviço de Controle de Infecção Hospitalar em funcionamento;
VIII- possuir Comissão de Ética Médica.

CLÁUSULA SÉTIMA – Dos compromissos do Conveniente
I- providenciar a publicação do extrato deste Convênio no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC, ou do Estado;

II- pagar os serviços executados, nos termos da Cláusula Nona.

CLÁUSULA OITAVA – Dos critérios de reajuste
Os preços ora estipulados não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA NONA – Da prestação de contas e das condições de pagamento
A prestação de Contas e as condições de pagamento serão feitas conforme o exposto abaixo:
o conveniado apresentará mensalmente ao Conveniente, até o 30 (trigésimo) dia útil do mês de referência à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados;
o pagamento deverá ser efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
as contas hospitalares rejeitadas pelo Conveniente serão devolvidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ao Conveniado para as correções cabíveis, que deverão ocorrer também no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a devolução;
ocorrendo erro ou falha nas contas por culpa do Conveniente, este garantirá ao Conveniado, o pagamento no prazo avençado neste Convênio, pelo valor do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, sendo a diferença superior efetivamente paga;
caso os pagamentos ambulatoriais já tenham sido efetuados, fica o Conveniente autorizado a debitar, no mês seguinte, o valor pago indevidamente, frente aos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da denúncia
Constituem motivos para denúncia do presente Convênio pelo Conveniente o não cumprimento de qualquer de suas Cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei de Licitações e Contratos (8.666/93).

Parágrafo único. Em caso de denúncia de qualquer das partes neste Convênio, e caso a interrupção dos serviços possam causar prejuízo à população, em comum acordo entre o Conveniente e Conveniado, observar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer à rescisão, mediante notificação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da transmissão de documentos
A troca eventual de documentos e cartas entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da publicidade
Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo MUNICÍPIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da legislação aplicável à execução do convênio
A legislação aplicável à execução deste Convênio é composta pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.080/90 a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.472/96.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Dos casos omissos
Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da vigência e da prorrogação
O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados da data de 1º de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Das alterações
Qualquer alteração do presente Convênio será objeto de Termo Aditivo, observadas as Cláusulas deste Convênio e em especial a Cláusula Primeira, Tabela III – Cirurgias Eletivas e a forma da legislação referente a Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– Do foro
Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes e seus órgãos competentes.

E, por estarem justos e conveniados, de pleno acordo com as Cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Porto União (SC), 13 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

JAIR GIRALDI
Secretário Municipal de Saúde

AYRTON RODRIGUES MARTINS
Presidente do Hospital de
Caridade São Braz

Testemunhas:
1.NOME: DARCI FERREIRA DA COSTA FILHO
CPF nº 353.408.789-53

2.NOME: RICARDO DRAGONI
CPF nº 420.445.539-553

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Editais de Processo Licitatório Nº 69/2013 Pregão Presencial Nº 40/2013

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2013
E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 08 (oito) de janeiro de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Uniforme Escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, devidamente matriculados no Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2014, constando quantitativos, tamanhos e valores no Anexo I deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
CLAUDIO SARTORI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nr. 154/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 154/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: EQUIPLAN GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa Gráfica para a confecção de materiais gráficos, com o objetivo de atender as atividades de divulgação dos eventos do cinquentenário do Município de Presidente Castello Branco (SC). VALOR: R\$ 4.457,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais).

VIGÊNCIA: 16/12/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****Lei 5.427**

LEI Nº 5.427, de 12 de dezembro de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR ACORDO PROPOSTO PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo com a Receita Federal do Brasil.

Art. 2º- O valor acordado que será pago à Receita Federal do Brasil é de R\$ 176.245,20 (cento e setenta e seis mil reais, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

§ 1º- O valor acordado será pago em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no dia 30 de setembro de 2012 e as demais no dia 30 (trinta) de cada mês.

§ 2º- As parcelas terão o valor fixo de R\$ 979,14 (novecentos e setenta e nove reais e quatorze centavos).

§ 3º- Caso a data de pagamento venha a incidir nos dias de sábado, domingo ou feriado, fica o Poder Executivo autorizado a realizar o pagamento no primeiro dia útil subsequente.

Art. 3º- O pagamento descrito no art. 2º da presente Lei dá a quitação total do débito ao município.

Art. 4º- Os encargos decorrentes desta Lei serão suportados pela dotação orçamentária consignada sob nº 07.01.2.021.3.3.90.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

12 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto 3762

DECRETO Nº 3762, de 06 de dezembro de 2013.

"HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 114/2013".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Edital da Chamada Pública Nº 114/2013 de 18 de novembro de 2013.

Parágrafo único - 2ª Chamada pública da Agricultura Familiar para alimentação nas unidades de Rede Municipal de Ensino. Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3782

DECRETO Nº 3782, de 16 de dezembro de 2013.

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇO Nº 148/2012."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pela Tomada de Preço Nº 148/2012 de 16.08.2012.

Parágrafo Único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em virtude do Memorando Interno nº 016 de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

16 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto 3789

DECRETO Nº 3789 de 17 de dezembro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 109/2013, de 21.11.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ILHA SERVICE INFORMÁTICA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3789/2013

Pregão Presencial Nº 109/2013 de 21.11.2013.

Objeto da licitação: Aquisição de servidor e computadores para o Geoprocessamento. Secretarias de: Administração e Fazenda.

Participante:

- ILHA SERVICE INFORMÁTICA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- ILHA SERVICE INFORMÁTICA.

Decreto 3793

DECRETO Nº 3793 de 18 de dezembro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 123/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3233/2013, o resultado da Carta Convite nº 123/2013 de 10.12.13, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

18 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3793/2013

Carta Convite nº 123.2013 de 10.12.2013.

Objeto da Licitação: contratação de serviços e materiais de iluminação pública em diversas ruas da cidade.

Participante: CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP
MERCOLUX LTDA;
SEMATEL SERV. DE MANUT. E INDT. ELÉTRICAS LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP

Decreto 3794

DECRETO Nº 3794, de 18 de dezembro de 2013.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 100.000,00 (cento mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

2.001 Manutenção da Câmara de Vereadores

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 100.000,00 (cento mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

2.001 Manutenção da Câmara de Vereadores

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00 Aplicações diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de dezembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 1.489/2013

PORTARIA Nº. 1.489/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora JULIANA TRISTAO CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR (40h), conforme certidão de nascimento n.º 0042562 17 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de PEDRO HENRIQUE PASSIG CAMARGO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

Dispensa de Licitação 124/2013

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 124/2013

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA DE LIXO NO MÊS DE SETEMBRO DE 2013, NO PERÍODO DE CHEIAS.

Valor: R\$ 77.473,53 (setenta e sete mil e quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e três centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 18 de dezembro de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Resumos dos Aditivos do Mês 11/2013

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO Nº 142/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 289/2012

Concorrência nº 124/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ÂNGELO CECHEZ, BARRA ITROUPAVA EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu

término em 19 de dezembro de 2013.

Rio do Sul, 18 de outubro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO Nº 143/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 290/2012

Concorrência nº 124/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ITAJAÍ, BARRA ITROUPAVA EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 19 de dezembro de 2013.

Rio do Sul, 18 de outubro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO Nº 144/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 291/2012

Concorrência nº 124/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA TRAVESSA EMÍLIO TREVISANI, BARRA ITROUPAVA EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 19 de dezembro de 2013.

Rio do Sul, 18 de outubro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 11º TERMO ADITIVO Nº 145/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 063/2006

Tomada de Preços nº 071/2006
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.
Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMAS
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, com o seu término em 25 de novembro de 2013 para o modulo de Nota Fiscal Eletrônica e 23 de dezembro para o modulo de Educação.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 12º TERMO ADITIVO Nº 146/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 063/2006

Tomada de Preços nº 071/2006
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.
Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMAS

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, com o seu término em 30 de novembro de 2013 para o módulo de Nota Fiscal Eletrônica.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 147/2013 – DO CONTRATO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇO NR. 264/2012

Concorrência nº 054/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: ENGEDAL CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA CONCLUSÃO DE UMA PONTE ESTAÍDA, LIGANDO OS BAIRROS RAINHA AO BELA ALIANÇA

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 362 (trezentos e sessenta e dois) dias, com o seu término em 19 de maio de 2014.

Rio do Sul, 22 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

2ª ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 148/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2013

INTERESSADO: SECRETARIAS MUN. DE OBRAS

Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e treze (2013), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TONET MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., estabelecida na Rua XV de Novembro, 1.070, bairro Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.653.918/0003-30, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu Sócio Administrador, Sr. Valdecir Tonet, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 006/2013 de 12/02/2013, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 07	
Fornecedor: Tonet Materiais de Construção Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 21,30 (vinte e um reais e trinta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cimento CP IV, com 50 kg.	21,30

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um

só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
VALDECIR TONET
Sócio Administrador
mk

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 149/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 146/2013

Dispensa nº 116/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE MELHORIAS NAS UNIDADES HABITACIONAL NO BAIRRO BARRA DO TROMBUDO EM RIO DO SUL

Da Supressão: Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 8.184,18 (oito mil e cento e oitenta e quatro reais e dezoito centavos), conforme planilha e justificativa anexa, tendo o valor total de R\$ 306.534,47 (trezentos e seis mil e quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

Rio do Sul, 25 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Resumos dos Contratos do Mês 11/2013

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS Nº 145/2013

Pregão Presencial nº 074/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: IPM INFORMÁTICA LTDA

Objeto: sistema de gestão pública e serviços, que deverá estar desenvolvida em ambiente Web, incluindo serviços de instalação, migração de dados, parametrização, implantação, treinamento, provimento de datacenter para emissão de Nfe-s, manutenção legal e corretiva e suporte técnico

Valor: R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), sendo R\$ 30.416,66 (trinta mil e quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) subdividindo-se em:

R\$ 201.287,37 software Prefeitura. R\$ 16.773,95 mensais;

R\$ 3.300,74 software Fundo de Assistência Social, R\$ 275,06 mensais;

R\$ 1.849,87 software Fundo da Infância e Adolescência, 154,16 mensais;

R\$ 3.300,74 software Fundo Municipal de Saúde, R\$ 275,06 mensais;

R\$ 4.570,25 software Fundo Municipal de Cultura, R\$ 380,85 mensais;

R\$ 4.570,25 software Fundo Municipal de Desportos, R\$ 380,85 mensais;

R\$ 94.864,90 valores pertinentes a licença de uso, suporte técnico operacional e provimento de datacenter para alocação dos sistemas, R\$ 7.905,40 mensais;

R\$ 38.752,00 valores pertinentes aos serviços técnicos de atendimento local ou via conexão remota, a serem realizados para atender as demandas não cobertas pelo contrato, R\$ 3.229,33 mensais;

R\$ 12.503,98 valores pertinentes aos serviços técnicos de customização e personalização dos sistemas, para atender a demandas específicas do município, R\$ 1.042,00 mensais;

R\$ 0,00 valores pertinentes ao deslocamento nos serviços de

suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.
 Prazo de Execução: 12 (doze) meses.
 Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
 Recurso: Próprios/Caixa
 Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
 Rio do Sul/SC, 22 de novembro de 2013.
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 147/2013

Convite nº 087/2013
 Contratante: Município de Rio do Sul/SC
 Contratada: CERVALE - Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda

Objeto: aquisição e instalação de um transformador trifásico de força (novo), com potência de 112,5 KVA, tensão primária 25 KV, tensão secundária 380/220 Vca - 60 Hz, sist. refrigeração a Óleo e a retirada do transformador existente, vem como os aspectos de montagem da instalação e a interpretação do memorial descritivo anexo, localizado na Al. Bela Aliança, 825, Jardim América, na Cia. do Corpo de Bombeiros
 Valor: R\$ 28.806,29 (vinte e oito mil oitocentos e seis reais e vinte e nove centavos)
 Prazo de Execução: 30 (trinta) dias.
 Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
 Recurso: Próprios/Funreborn
 Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
 Rio do Sul/SC, 26 de novembro de 2013.
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO Nº 148/2013

Pregão Presencial nº 108/2013
 Contratante: Município de Rio do Sul/SC
 Contratada: ABASE Sistemas e Soluções Ltda

Objeto: sistema de gestão pública "educação" e serviços, que deverá estar desenvolvida em ambiente Web, incluindo serviços de instalação, migração de dados, parametrização, implantação, treinamento, provimento de datacenter.
 Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
 Prazo de Execução: 30 (trinta) dias.
 Condições de Pagamento: 05 (quinto) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
 Recurso: Próprios
 Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
 Rio do Sul/SC, 26 de novembro de 2013.
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 149/2013

Pregão Presencial nº 100/2013
 Contratante: Município de Rio do Sul/SC
 Contratada: AVS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

Objeto: prestação de serviços de Limpeza, Higienização e Conservação, a serem executados em 15 centros educacionais da Rede

Municipal, conforme as especificações constantes no Termo de Referência
 Valor: R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), sendo R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) mensais.
 Prazo de Execução: conforme Termo de Referência.
 Condições de Pagamento: 10 (décimo) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
 Recurso: Próprios
 Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 27 de novembro de 2013.
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul

Portaria Nº 1471/RH

PORTARIA Nº. 1471/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	LOTAÇÃO
ADRIANA DE MIRANDA LIMA ERHARDT	Secretaria Municipal de Saúde
IARA PALADINO MAIA	Secretaria Municipal de Administração
KATIA REGINA BIEGING NOGUEIRA	Secretaria Municipal de Agricultura
LEONILTO ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA	Secretaria Municipal de Saúde
MICHEL RESENDES	Secretaria Municipal de Administração
SAMANTA BERNARDO DUARTE	Gabinete do Prefeito
SILMARA SARAI DA SILVA	Secretaria Municipal de Educação
VEREDIANA REGINA PASSIG	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de dezembro de 2013.
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
 Secretário Municipal de Administração
 Csvf

Portaria Nº 1480/RH

PORTARIA Nº. 1480/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, DIEGO ALAN THOMASZECKI para exercer o

cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 1484/RH

PORTARIA Nº. 1484/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, PALOMA FABIOLA BORBA para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Resumos das Atas de Registro de Preços do Mês 11/2013

2ª ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 148/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2013
INTERESSADO: SECRETARIAS MUN. DE OBRAS

Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e treze (2013), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TONET MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., estabelecida na Rua XV de Novembro, 1.070, bairro Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.653.918/0003-30, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu Sócio Administrador, Sr. Valdecir Tonet, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 006/2013 de 12/02/2013, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 07

Fornecedor: Tonet Materiais de Construção Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 21,30 (vinte e um reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cimento CP IV, com 50 kg.	21,30

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO VALDECIR TONET
Prefeito de Rio do Sul Sócio Administrador
mk

Salto Veloso

PREFEITURA

Portaria Nº. Dp0400/2013

PORTARIA Nº. DP0400/2013

CLAUDEMIR CESCO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. ANA PAULA SARTOREL, da função de Professora - 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCO
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0401/2013

PORTARIA Nº. DP0401/2013

CLAUDEMIR CESCO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. EDUARDO MAURICIO SONDA, da função de Motorista Classe II, 40 horas semanais, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0402/2013

PORTARIA Nº. DP0402/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. EMANUELE BATTISTI, da função de Nutricionista, 30 horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0403/2013

PORTARIA Nº. DP0403/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. VERONI RAQUEL FRANCIOSI, da função de Auxiliar de alimentação e Nutrição, 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0404/2013

PORTARIA Nº. DP0404/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. JULIANO PEREIRA, da função de Professor - 20 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0405/2013

PORTARIA Nº. DP0405/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica revogada a Portaria nº DP00112/2011 de 15 de fevereiro de 2011.

Artigo 2º. Fica retificado o período aquisitivo da Portaria nº DP00426/2011 de 19 de dezembro de 2011 para 01/10/2010 a 30/09/2011.

Artigo 3º. Fica retificado o período aquisitivo da Portaria DP0039/2013 de 02 de janeiro de 2013 para 01/10/2011 a 30/09/2012.

Artigo 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0407/2013

PORTARIA Nº. DP0407/2013

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. JOVILDE DE BASILIANI FERNANDES, pelo período de 02/12/2013 a 02/02/2014, conforme atestados médicos e perícias médicas partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 20 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0408/2013

PORTARIA Nº. DP0408/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. JANICE DOS SANTOS, da função de Atendente de Creche, 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0409/2013

PORTARIA Nº. DP0409/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. CAMILA DONADEL, da função de Atendente de Creche, 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0410/2013

PORTARIA Nº. DP0410/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. LÉIA REGINA BEHREND, da função de Atendente de Creche, 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0411/2013

PORTARIA Nº. DP0411/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. CARLA LOCATELLI, da função de Atendente de Creche, 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0412/2013

PORTARIA Nº. DP0412/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. BARBARA VITALI, da função de Atendente de Creche, 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0413/2013

PORTARIA Nº. DP0413/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. SIMONE SCHAEFFER, da função de Atendente de Creche, 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0414/2013

PORTARIA Nº. DP0414/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. ANA LUCIA DE MEDEIROS, da função de Atendente de Creche, 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp406/2013

PORTARIA Nº. DP406/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor OZANAN MIKAEL VIVAN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2012 a 31/03/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 20 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCO

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 073, 18 de Dezembro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

DECRETO Nº 073, 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre o Expediente de Natal e Final de Ano e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e considerando que os dias 25 dezembro e 01 de janeiro são Feriados Nacionais,

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais, nos dias 24 e 31 /12/2013, em virtude da realização das Festas de Natal e Ano Novo.

Parágrafo único. Haverá plantão permanente de ambulância/enfermeira na Unidade Central de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de dezembro de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 76/2013 - CV Nº 76/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de Assessoria Jurídica ao poder Executivo do Município de Santa Rosa do Sul/SC, exercício 2014. Com recebimento da documentação e proposta até às 15:45Hs do dia 30/12/2013, com abertura 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Lei Municipal 1179

LEI Nº 1179 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 224.180,96 (duzentos e vinte e quatro mil cento e oitenta reais e noventa e seis centavos).

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município				
77	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.812,77

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do depto de administração				
141	0100	3.1.71.00.00.0000	Transf. A Cons. Públicos	258,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do depto de administração				
145	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.932,22

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do depto de administração				
149	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.007000 Contribuição para Associações de Municípios				
176	0100	3.1.50.00.00.0000	Transf. A Inst. Priv. Sem fins lucrativos	9.082,72

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041220009.2.004000 Manutenção das atividades do depto de fazenda				
228	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.390,79

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
256	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.497,71

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123650018.2.013000 Manutenção de Creche				
317	0118	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.750,72

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 Fundeb				
123610018.2.0103000 Manutenção das atividades de ensino fundamental - FUNDEB				
332	0118	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 Fundeb				
123610018.2.0103000 Manutenção das atividades de ensino fundamental - FUNDEB				
339	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.793,79
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 Fundeb				
123610018.2.0103000 Manutenção das atividades de ensino fundamental - FUNDEB				
335	0119	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	34.719,20
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 Fundeb				
123650018.2.0090000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
371	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.267,15
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.0320000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
397	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	14.630,47
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.0330000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
427	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.188,49
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.0340000 Man. Ampl. e adm. dos serviços de administração e distribuição de água potável				
462	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	443,98
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025002 Agentes Comunitários de Saúde				
1028	0164	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	11.616,60
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede básica de saúde				
492	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.362,10
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025003 Saúde da Família				
492	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.280,63
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025003 Saúde da Família				
1029	0164	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	268,53
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082430028.2.0480000 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar				
653	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.678,83
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028001 Centro de Referência Social - CRAS				
662	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.343,83
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028003 Assistência Social				
717	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.887,35

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028003 Assistência Social				
721	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
766	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	12.975,08

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 77.748,08 (setenta e sete mil setecentos e quarenta e oito reais e oito centavos), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município				
81	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.812,77

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.021000 Manutenção das atividades do setor de cultura				
103	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.220,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esporte				
127	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.929,76

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041230009.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos				
222	0100	3.2.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.327,88

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041230009.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos				
225	0100	4.6.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20,82

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental				
245	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	19,55

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.015000 Merenda escolar educação infantil				
251	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	400,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
259	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	403,87

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123630018.2.019000 Apoio ao Ensino Médio				
315	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.250,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
338	0119	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.911,20

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				

123610018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB				
362	0119	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	29.140,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
377	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	980,29
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
386	0119	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.668,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
430	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.282,90
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.034000 Manut. ampl. e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
465	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	451,76
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede básica de saúde				
514	0100	3.3.71.00.00.0000	Transferências a consórcios públicos	2.100,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082430028.2.030000 Manutenção das atividades do PETI				
604	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.597,40
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082430028.2.030000 Manutenção das atividades do PETI				
607	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	38,79
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028001 Centro de Referência Social - CRAS				
665	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.308,97
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025002 Agentes Comunitários de Saúde				
486	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.129,19
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede básica de saúde				
1030	0164	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	11.885,13
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103040025.2.042000 Vigilância Sanitária				
576	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	16,90
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
205110048.2.041000 Implantação e manutenção de rede de distribuição de água nas comunidades do interior				
756	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	492,22

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
770	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.360,68

Art. 3º. Para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, fica aberto crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, por conta dos recursos de excesso arrecadação da Receita do FUNDEB, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências da União

1724.00.00.00.00 Transferências de Convênios

1724.01.00.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB

1724.01.01.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB

0118 – Transferências do FUNDEB – Magistério

Art. 4º. Para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, fica aberto crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, por conta dos recursos de excesso arrecadação da Receita do FUNDEB, no valor de R\$ 131.432,88 (cento e trinta e mil quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1720.00.00.00.00 Transferência Intergovernamental

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.01.00.00.00 Participação nas Receitas da União

1724.01.02.00.00 Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios

0100 – Recursos Próprios

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 18 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Publicação

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000000340/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 17/2013, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FARMACÊUTICA, PSICOLOGO, MEDICO, FISIOTERAPEUTA PARA A UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE. . Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 02/01/14, até às 18:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 18:05 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves. Santa Terezinha do Progresso (SC), 18/12/13. Jacob Gilmar Junges - Prefeito Municipal.

Publicação

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 931/2013 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para PRESTACAO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM ESTACAO DE TRATAMENTO DE AGUA - ETA, NO PERIMENTRO URBANO DO MUNICIPIO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 02/01/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 08:05 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 18/12/13.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal.

Publicação

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 932/2013 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, OLEO LUBRIFICANTE, MATERIAIS DIVERSOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, CONSERTO DE PNEUS

PARA OS VEICULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE O EXERCICIO DE 2014. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 10:00 horas do dia 02/01/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 10:05 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 18/12/13.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal.

Publicação

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 341/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 18/2013, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES PARA ATENDER PACIENTES DO MUNICIPIO, CONFORME ENCAMINHAMENTOS DA SECRETARIA DE SAUDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 02/01/14, até às 13:30 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:00 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 18/12/13.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3306/2013

LEI Nº 3306, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013
INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI Nº 1398/2005, QUE DISPÕES SOBRE AS NORMAS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. O artigo 20 da Lei nº 1398, de 27 de setembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20

V -

VII -

VIII - 5,0 % (cinco por cento), após decorridos 90 (noventa) dias da publicação desta lei, para os serviços descritos do item 21 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;

IX - 5,0 % (cinco por cento), para os demais casos.”(NR)

Art. 2º. Fica revogado o art. 19-B da Lei nº 1398, de 27 de setembro de 2005.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei Nº 3307/2013

LEI Nº 3307, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013
AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE A TRANSFERIR RECURSOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, autorizado repassar à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo Único - o valor de que trata o caput, será repassado em parcela única.

Art. 2º. O repasse será utilizado para pagamento de parte da dívida contraída pelo município junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, dívida contraída para a execução de obras de esgotamento sanitário da Bacia do Rio São Bento, pelo SAMAE.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei Nº 3308/2013

LEI Nº 3308, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
ALTERA A LEI Nº 1771, DE 19 DE MARÇO DE 2007, QUE ALTERA DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONCERNENTES ÀS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 219 do Título III do Livro Primeiro do Código Tributário do Município de São Bento do Sul, alterado pela Lei nº 1771, de 19 de março de 2007, passa a ter a seguinte redação:

.....

“Art. 219. A Taxa de Fiscalização para o Comércio Ambulante ou Eventual é devida por tipo de atividade e calculada com base nos elementos fixados na seguinte Tabela:

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO AMBULANTE OU EVENTUAL

TIPO DE COMÉRCIO	FORMA	VALOR EM UFM		
		DIA	MÊS	ANO
I - Alimentos preparados, inclusive sucos, refrescos e refrigerantes.	a) trailers	12	50	250
	b) quiosques e barracas	10	30	180
	c) carrinhos, tabuleiros, balaios e outros	7	21	126
II – Frutas, verduras e flores	a) barracas, quiosques e trailers	12	50	250
	b) tabuleiros	10	30	180
	c) cestos, balaios e assemlhados	7	21	126
	d) veículos de tração animal	12	50	250
	e) veículos automotores	12	50	250
III – Jornais e revistas	a) bancas e outros	7	21	126
IV – Tecidos e confecções	a) bancas e outros	240	960	-
V – Jóias e outros artigos de luxo	a) bancas e outros	240	960	-
VI – Utensílios de uso doméstico	a) bancas e outros	240	960	-
VII – Brinquedos e armazinhos, miudezas e outros artigos	a) barracas	240	960	-
	b) outros	240	960	-
VIII – Gêneros e produtos alimentícios	a) bancas	12	50	250
	b) outros	12	50	250

§ 1º O tributo será calculado pela taxaçoão mais elevada, acrescentando-se 10% (dez por cento), sobre a taxaçoão referente a cada uma das restantes modalidades, quando a atividade de que trata este artigo referir duas ou mais modalidades especificadas na tabela acima.

§ 2º A utilizaçoão de vias e logradouros públicos na prática das atividades ambulante ou de caráter eventual implica no pagamento da Taxa de Fiscalizaçoão prevista na Seçoão VII, independentemente da licença concedida pelo Município.” (NR).”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicaçoão.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Lei Nº 3309/2013

LEI Nº 3309, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL SOBRE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica concedida revisão geral anual aplicável aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal, conforme previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º. Fica concedido o percentual de 8,46% (oito vírgula quarenta e seis por cento), correspondente ao período de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2013, aos subsídios dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal, deduzindo-se o percentual de 1,21% (um vírgula vinte e um por cento), já aplicado aos subsídios a partir do dia 01 de setembro de 2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicaçoão, com seus efeitos retroativos a 01 de maio de 2013.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0397/2013

DECRETO Nº 0397, 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, para reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

(14) 3.3.90.32.00.00.00.00.0264 - Material de Distrib. Gratuita

R\$ 60.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

(20) 3.3.90.39.00.00.00.00.0264 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 398/2013

DECRETO Nº 0398, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

(2) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais

R\$ 2.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(165) 3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vant. Fixas - PC

R\$ 33.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC

R\$ 2.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - FUNDEB - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(534) 3.1.90.16.00.00.00.00.0019 - Outras Desp. Variáveis - PC

R\$ 9.171,35

(168) 3.3.90.18.00.00.00.00.0018 - Aux. Financ. Estudantes

R\$ 23.828,65

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3914/2013

PORTARIA Nº 3914, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 014/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 014/2013.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

EDERVAL JOSÉ NEIDERT - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT - Representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3915/2013

PORTARIA Nº 3915, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,
R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 17 de dezembro de 2013, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo

de contribuição à segurada OLANDA BATISTA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe E, matrícula nº 20200, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7762/2013, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2013.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3916/2013

PORTARIA Nº 3916, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
DESIGNA SERVIDORES

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 99 parágrafo 1º da Lei nº 1718/2006,

DETERMINA:

Art. 1º - Ficam designados os servidores Roberta Linzmeier, José Ervino Zimmer e Edriangela Martins Wiggers Galkowski, para sob a presidência da primeira, integrarem a comissão para instaurar, instruir, relatar e emitir parecer no processo Administrativo de Revisão de Benefícios Previdenciário nº 8097/2013, em virtude da publicação da Lei Municipal nº 2985/2012, referente ao enquadramento no plano de carreiras do magistério municipal dos servidores abaixo nominados:

ANA STHAL SLOMINSKI
ANESIA MARIA CIESLINSKY
ARACY MARIA ERZINGER
DEISE DA CONCEIÇÃO SILVA
ELEONORA HUTTL
ELI SETLICK
ELIA QUINT KOENIG
HERTHA KROLL
IRACI FERREIRA PEREIRA
LIANE MALEWSCHIK MAFRA
LIANE MARIA KLITZKE
LUCIA BECKERT
LUCY GOMY

LUDGARDIS HINKE SCHVETLER
LUZIA GADOTTI MOSER
MADALENA MACHADO GAUZISKI
MARIA CELINA CAVALHEIRO FRAGOSO
MARIA ELITA SOARES ALVES PFUTZENREUTER
MARIA GIACOMINI BEIER

MARIA LUCILDA SEIDEL
MARIA ZELIA GONSCHOROWSKY
MARIA ZORANDY GOMES MUNHOS PEREIRA
MARLENE NOGUEIRA DE LIMA CERNIAK
MARLIZ IZABEL FAGUNDES
NADIR RIBAS GONSCHOROWSKY
RENILDA ALZIRA BINNER LIEBL
ROMILDA ANTON MALLON
RUDIA PISKE
SILIANE MARILIN KOCH SCHUBERT

VICTORIA RUDA
VILMA TEREZINHA MULLER BELLO
WOLFGANG EISELT
ZENAIDE MUHLBAUER MAES
ZILA DAVID DE LIMA

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, admitindo-se sua prorrogação por igual período.

Art. 3º O procedimento de revisão de benefício seguirá o disposto no art. 99 e seus parágrafos da Lei nº 1.718/06 e no que couber o disposto na Lei nº 228, de 28/12/2001.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 17/2013 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2013

OBJETO: Aquisição de passagens (Vale Transporte) para servidores públicos do Fundo Municipal de Saúde pelo período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014., conforme art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Reunidas Turismo S.A.

VALOR: R\$ 15.607,60

São Bento do Sul, 21 de janeiro de 2013.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

DEODATO RAUL HRUSCHKA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitação - Pregão Nº 377/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 377/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 14 de janeiro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 11 de dezembro de 2013.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 17/2013 FMS**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Aquisição de passagens (Vale Transporte) para servidores públicos do Fundo Municipal de Saúde pelo período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014.

II - Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento das passagens (vale transporte) se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e se justifica diante da inviabilidade de competição existente em realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores municipais usuários das mesmas

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de consultas dos pacientes usuários das mesmas.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é o praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Saúde, Deodato Raul Hruschka.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor Departamento Compras

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 019/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e o Sr. MAURO ALEXANDRE RIBEIRO.

DO OBJETO: Locação de um imóvel (sala comercial) nº 13, sendo com área de 75 m2, no Edifício Léo Franz, situado na Rua Henrique Schwarz nº61, Centro neste Município, para abrigar o Almoxarifado de Medicamentos do Fundo Municipal da Saúde, de acordo com a Dispensa de Licitação nº 21/2013.

DO VALOR: R\$ 10.740,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.2013.

São Bento do Sul, 28 de janeiro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MAURO ALEXANDRE RIBEIRO, como Locador.

Extrato de Contrato Nº 091/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecedor de Materiais Odontológicos que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no

fornecimento de resinas odontológicas, para o Fundo Municipal de Saúde, constante dos seguintes itens: 10 e 11, conforme Convite nº 40/2013.

DO VALOR: R\$ 5.647,20- valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 05 de junho de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 092/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. FRANCIELE MARIANE DOS SANTOS.

DO OBJETO: Consiste na contratação de 480 horas de profissional para ministrar aulas/oficina de manicure e pedicure, no CRAS Serra Alta e CRAS Centenário, para oficina socioeducativa visando ampliar competências contribuir para o fortalecimento de autonomia e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social/ fortalecimento de vínculos, conforme Convite nº 57/2013.

DO VALOR: R\$ 3.998,40 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, a contar de 01.03.2013

São Bento do Sul, 12 de março de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria Assistência Social do Município.

FRANCIELE MARIANE DOS SANTOS, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 071/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 071/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 049/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa P. R. K. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 09 de julho de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 52/2012. Considerando o objeto do Contrato nº 049/2012, que consiste na ampliação e reformas das Unidades Básicas de Saúde (UBSs): 25 de Julho e Alpino, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos.

Considerando as condições climáticas, as emergências surgidas na reforma e por motivo de organização interna dos serviços do Posto de Saúde, sendo que alguns serviços somente puderam ser executados fora do período de funcionamento do mesmo, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos: Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 20 de abril de 2013 e com término em 19 de junho de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 09 de maio de 2013 e com término em 08 de julho de 2013. As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 09 de julho de 2012, Termo Aditivo nº 079/2012 de 19 de novembro de 2012, Termo Aditivo nº 103/2012 de 18 de dezembro de 2012 e Termo Aditivo nº 027/2013 de 19 de fevereiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de abril de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

P. R. K. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 104/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 104/2013

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços referente á Seguro Total e Contra Terceiros de Veículos do Fundo Municipal de Saúde nº 034/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S/A, em 20 de ABRIL de 2012, conforme Edital de Pregão Presencial nº 35/2012.

Considerando o objeto do Contrato de nº 034/2012 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde;

Considerando a aquisição dos veículos Celta - placas MMK - 1823 e MMJ - 8823, faz-se necessário a inclusão na Apólice de Seguros da Empresa Contratada o Seguro de Cobertura contra Terceiros dos veículos, nos seguintes termos:

Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 527,34 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos), para pagamento à vista, de acordo com o Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 20 de abril de 2012, Termo Aditivo nº 069/2013 de 15 de abril de 2013 e Termo Aditivo nº 083/2013 de 20 de maio de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de julho de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S/A, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 174/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 174/2013

7º ADITIVO DO CONTRATO Nº 145/2006

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LANCHONETE 23 DE SETEMBRO LTDA, firmado em 26 de abril de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública nº 1637/64/2006.

Majorar para R\$ 5.043,76 (cinco mil, quarenta e três reais e setenta e seis centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala representada por lanchonete-restaurant, dispensa, cozinha e demais instalações, com área total de 199,23 m², situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013 à 30 de abril de 2014.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 26 de abril de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

LANCHONETE 23 DE SETEMBRO LTDA, como Permissionária.

Extrato de Termo Aditivo Nº 176/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 176/2013

7º ADITIVO DO CONTRATO Nº 147/2006

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BANCA BETI LTDA, firmado em 26 de abril de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública nº 1637/64/2006.

Majorar para R\$ 751,72 (setecentos e cinquenta e um reais e setenta e dois centavos) mensais, o valor referente a permissão

onerosa de 01 (uma) sala no andar térreo destinado a exploração de banca de revistas num total de 26,11 m², junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013 à 30 de abril de 2014.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 26 de abril de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

BANCA BETI LTDA, como Permissionária.

Extrato de Termo Aditivo Nº 322/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 322/2013

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 090/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, conforme Edital de Tomada de Preços nº 47/2013, em 12 de MARÇO de 2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 090/2013, que consiste na pavimentação asfáltica da Rua Mathias Nossol com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projeto de terraplenagem, drenagem pluvial e sinalização viária, e conforme Contrato de Repasse nº 366.418-77/2011/Ministério das Cidades/Caixa;

Considerando os problemas encontrados na execução da obra, como deslizamento de taludes, no qual dificultou a execução dos serviços programados, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 13 de outubro de 2013 e com término em 12 de dezembro de 2013.

Permanece a vigência do Contrato, a contar de 12 de março de 2013 e a terminar em 30 de dezembro de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 12 de março de 2013, Termo Aditivo nº 120/2013 de 15 de abril de 2013 e Termo Aditivo nº 254/2013 de 07 de agosto de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2013.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 323/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 323/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 251/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 06 de AGOSTO de 2013, conforme Edital de Concorrência Pública nº 172/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 251/2013, que consiste no recapeamento parcial da Rua Benjamin Constant, localizada no Bairro Centro, em São Bento do Sul, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projetos e contrato de empréstimo entre Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC / Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nº 2011008600;

Considerando a ocorrência de intempéries climáticas (chuva) e alterações de projeto (inclusão de uma lombada na via junto com sonorizador para alerta de mudança de sentido) que causaram atraso na execução da obra, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e aditar valor no referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I, II e IV e Art. 65,

parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:
Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 07 de outubro de 2013 e com término em 06 de novembro de 2013.

Permanece a vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 06 de agosto de 2013 e com término em 05 de fevereiro de 2014.

Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 8.409,00 (oito mil, quatrocentos e nove reais), conforme planilha anexa, para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de agosto de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2013.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 324/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 324/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 090/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, conforme Edital de Tomada de Preços nº 47/2013, em 12 de MARÇO de 2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 090/2013, que consiste na pavimentação asfáltica da Rua Mathias Nossol com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projeto de terraplenagem, drenagem pluvial e sinalização viária, e conforme Contrato de Repasse nº 366.418-77/2011/Ministério das Cidades/Caixa;

Considerando os problemas e situações encontradas durante a execução da obra na parte de drenagem, camadas da pavimentação e locação da obra, há a necessidade de acrescentar materiais e serviços para não haver problemas futuros, conforme serviços especificados em planilha anexa, faz-se necessário aditar o referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, para nos seguintes termos:

Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 78.399,66 (setenta e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 12 de março de 2013, Termo Aditivo nº 120/2013 de 15 de abril de 2013, Termo Aditivo nº 254/2013 de 07 de agosto de 2013 e Termo Aditivo nº 322/2013 de 02 de outubro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2013.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 341/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 341/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Produtos de nº 280/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SUPERMERCADO FRONTAL, em 29 de AGOSTO de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 230/2013.

Considerando o objeto do Contrato de nº 280/2013, que consiste na aquisição de alimentação escolar para as Unidades Escolares correspondente ao 2º Semestre nas Unidades Escolares, conforme item 5;

Considerando que o valor contratual não será utilizado até o término do Contrato 280/2013 em 30 de novembro de 2013, faz-se necessário suprimir o valor do Contrato em 25% (vinte e cinco por

cento), referente à Despesa (99), suprimindo do referido Contrato o valor de R\$ 20.147,42 (vinte mil, cento e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), conforme art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93;

Considerando que ainda teria um saldo de produtos não utilizados dentro da vigência do Contrato 280/2013 em 30 de novembro de 2013, faz-se necessário exceder o limite do art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, sendo necessário suprimir mais R\$ 8.825,66 (oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos), referente à Despesa (99), em comum acordo entre Contratante e Contratada, com base no art. 65, parágrafo 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 28.973,08 (vinte e oito mil, novecentos e setenta e três reais e oito centavos), referente ao seguinte item: 5.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de agosto de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2013.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

SUPERMERCADO FRONTAL, como Contratada.

Retificação Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 316/2013

1.0 - O Edital de Concorrência Pública n. 316/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1.1 - Fica suprimida a expressão "(Planilha)" do Anexo VI do edital;

1.2 - Fica inserida a palavra "vigente" na alínea "a" do Anexo VI do edital, que passa a vigorar com a seguinte redação: "a) desconto de _____% (_____ por cento) sobre os custos internos, baseado na tabela de preços vigente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina";

1.3 - Fica inserida a palavra "vigente" na alínea "c" do Item 7.1.1.7 do edital, que passa a vigorar com a seguinte redação: "c) Na formulação deste quesito, as agências deverão obrigatoriamente utilizar-se dos valores da Tabela Referencial de Preços vigente do SINAPRO-SC (Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina), sem descontos.";

1.4 - Fica incluído o Item 7.1.2, com a seguinte redação:

"7.1.2. Capacidade de Atendimento: textos em que a licitante apresentará:

a) relação nominal dos principais clientes atuais da licitante, com a especificação do início de atendimento de cada um deles;

b) a quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que serão colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se as áreas de estudo e planejamento, criação, produção de rádio e TV, produção gráfica, mídia e atendimento;

c) as instalações, a infraestrutura e os recursos materiais que serão colocados à disposição para a execução do contrato;

d) a sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas pela licitante, na execução do contrato, incluídos os prazos a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia;

e) a discriminação das informações de comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que colocará regularmente à disposição da licitada, sem ônus adicional, durante a execução do contrato."

1.5 - Nos subitens 7.1.1.1, 7.1.1.2, 7.1.1.3 e 7.1.1.5, ficam suprimidas as exigências quanto a número de linhas ("com 30 linhas"), constando apenas a exigência "até 03 (três) páginas";

1.6 - Fica substituída a palavra "superior" por "inferior" no subitem

7.1.1.9, que passa a vigorar com a seguinte redação: "7.1.1.9. O Plano de Comunicação Publicitária apresentado no Envelope nº 01 deverá ser numerado em ordem seqüencial, com fonte tipográfica "arial", tamanho 12 (doze), no canto inferior direito da página, não sendo permitida a utilização de carimbo numerador. Os anexos, que deverão estar ao final da proposta, não deverão conter a respectiva numeração."

1.7 - Fica substituída a expressão "Edital de Concorrência n. 178/2013" nas Cláusulas Primeira e Segunda do Anexo VII do edital, pela expressão "Edital de Concorrência n. 316/2013";

2.0 Da Primeira Sessão de que trata o Item 13.8 do edital:

2.1 - Os envelopes contendo as Propostas Técnica (envelopes nºs 01, 02 e 03) e de Preços (envelope n. 04) serão recebidos até as 09hs do dia 23 de janeiro de 2014 ou, se não houver expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, no Departamento de Protocolo, no seguinte endereço: Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, São Bento do Sul, Departamento de Compras.

2.2 - As Propostas Técnicas serão abertas na sala de reuniões/Auditório da Prefeitura Municipal São Bento do Sul, situado na Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, São Bento do Sul, Departamento de Compras, 15 (quinze) minutos após o horário máximo fixado para o seu recebimento (subitem 2.1 acima), no dia 23/01/2014, obedecidos os trâmites do procedimento licitatório contemplados na Lei nº 8.666/93, com as alterações previstas na Lei nº 12.232/2010, e neste Edital.

As demais disposições do Edital de Concorrência Pública n. 316/2013 que não conflitem com as presentes alterações, continuam em pleno vigor, surtindo todos os seus efeitos legais e jurídicos.

São Bento do Sul/SC, 19 de dezembro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel Nº 02/2013 EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 02/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso de uma área de 662,12m² (seiscentos e sessenta e dois metros e doze décimos quadrados), adquirida pelo CEDENTE, localizada no Bairro Schramm, na cidade de São Bento do Sul/SC, fazendo frente para rua sem nome, por 27,27 metros, fundos com Braulio Baum, por 27,29 metros lado direito com Heinz Walter Zulauf & Cia Ltda, por 23,81 metros, lado esquerdo novamente com Heinz Walter Zulauf & Cia Ltda, por 24,75 metros, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 24.361, ao ESTADO DE SANTA CATARINA para o fim específico de construção pela CESSIONÁRIA de 1 (uma) Cozinha Comunitária, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

DO VALOR: A presente cessão de uso é feita em caráter gratuito.
DA VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal e cedente.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA, como Secretário de Estado e cessionário.

Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel Nº 03/2013

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 03/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso de uma área de 972,50m² (novecentos e setenta e dois metros e cinquenta décimos quadrados), adquirido pelo CEDENTE localizada no Bairro Schramm, na cidade de São Bento do Sul/SC, fazendo frente para uma rua sem nome, por duas linhas quebradas de 18,97 e 2,30 metros, e com o terreno do Município de São Bento do Sul, por 36,77 metros, fundos com o Loteamento Wunderwald, por 55,75 metros, lado direito com Zélia Baum, Osmair José Baum, Oscar Baume Ilário Baum, por 18,30 metros, lado esquerdo novamente com Zélia Baum, Osmair José Baum, Oscar Baume Ilário Baum, por 16 metros, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 28.704, ao ESTADO DE SANTA CATARINA para o fim específico de construção pela CESSIONÁRIA de 1 (uma) Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

DO VALOR: A presente cessão de uso é feita em caráter gratuito.
DA VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2013.

ASS: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal e cedente.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA, como Secretário de Estado e cessionário.

São Domingos

PREFEITURA

Decreto Nº 1388, de 16 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1388, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Municipal nº 1.732 de 16/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no Orçamento de 2013 da unidade Prefeitura Municipal e Fundo de Saúde, nas seguintes programações de despesas:

04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.368.1005.2.042 – Manutenção das Atividades da Educação Básica				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	21	0.1.0001.0	120.000,00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$

31900000	Aplicações Diretas	5	0.1.0002.0	30.000,00
----------	-----------------------	---	------------	-----------

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, decorrerá da anulação parcial das modalidades a seguir descritas:

04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
27.812.1011.2.010 – Manutenção das Atividades Desportivas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	37	0.1.0000.0	3.000,00

06.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
27.695.1009.2.034 – Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	50	0.1.0000.0	27.000,00

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
15.452.1009.2.013 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	67	0.1.0000.0	20.000,00

11.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.1007.2.015 – Manutenção das Atividades do Fundo de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	96	0.1.0000.0	70.000,00

12.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2.014 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	102	0.1.0000.0	30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos(SC), 16 de dezembro de 2013.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1389, de 16 de Dezembro de 2013.

Torna sem efeito o Decreto nº 1386, de 06 de dezembro de 2013, o qual admitiu servidora aprovada em processo seletivo simplificado 001/2013.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada e nº 045, de 06/11/12, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 com base no Edital de Publicação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2013 e homologação através do Edital nº 006/2013, de 22/11/13; e: Considerando que a Lei Complementar 043 de 26/07/12 art. 3º VI, menciona que o candidato terá o no prazo de cinco dias, prorrogável por igual período, para providenciar a documentação

necessária, assinar a contratação e entrar em exercício. Considerando que a candidata Fátima Marin Guerini Zarembski, admitida pelo Decreto nº 1386, de 06 de dezembro 2013, solicitou a desistência do emprego.

Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1386, de 06 de dezembro de 2013, de admissão de Fátima Marin Guerini Zarembski no emprego de Agente Comunitário de Saúde (ACT), equipe 002 micro área 004, pelo fato da mesma ter solicitado a desistência do emprego conforme o requerimento sob nº de protocolo 2370 de 10/12/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2013.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1390, de 18 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1390, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2013 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.706, de 17/12/12 e pela Lei Municipal nº 1.710 de 22/01/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) na seguinte programação de despesa:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.368.1005.2.042 Manutenção das Atividades da Educação Básica				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	26	01.0022.55	28.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 28.000,00 da Fonte de Recursos 01.0022.55 – Transferências de Convênios da Educação (Transporte Escolar Estadual).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de dezembro de 2013.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1391, de 18 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1391, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2013 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.706, de 17/12/12 e pela Lei Municipal nº 1.710 de 22/01/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) na seguinte programação de despesa:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.361.1005.2.009 Manutenção da Alimentação Escolar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	13	01.0060.00	1.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 1.000,00 da Fonte de Recursos 01.0060.00 – Transferências de Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1392, de 18 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1392, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.706, de 17/12/12 e pela Lei Municipal nº 1.710 de 22/01/13;

DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas as modalidade de aplicação e adicionado o valor de R\$ 3.636,90 (três mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa centavos) no Orçamento do da entidade Prefeitura, pelo excesso de arrecadação, nas seguintes modalidades de aplicação e fontes de recursos:

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.368.1005.2.042 – Manutenção das Atividades da Educação Básica				

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	132	01.0062.00	1.818,45
44900000	Aplicações Diretas	133	01.0062.00	1.818,45

Art. 2º Para suprir a demanda desta suplementação, serão utilizados os recursos da fonte 0.1.0062.00 - Outras transferências de recursos do FNDE, não previstas no orçamento original.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1393, de 18 de Dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE PRAZO DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DETERMINA EXPEDIENTE INTERNO NO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de encerramento das atividades administrativas, financeiras, contábeis, tributárias, entre outras, dado ao final do exercício de 2013;

Considerando o Ofício n. 15/2013, do Banco do Brasil S.A., onde comunica os horários de atendimento ao público nos dias 24 e 30 de dezembro e fechamento no dia 31 de dezembro;

Considerando a necessidade de tempo hábil para as conciliações bancárias;

Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o dia 27 de dezembro de 2013 (sexta-feira), como último dia útil para o recolhimento de taxas, impostos e contribuições municipais.

Art. 2º Fica determinado expediente interno no Centro Administrativo Municipal, nos dias 23, 26, 27 e 30 de dezembro de 2013 e, 02 e 03 de janeiro de 2014, com exceção do Setor de Licitações e Contratos no que diz respeito as sessões de licitação já agendadas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 18 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1394, de 18 de Dezembro de 2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando as festividades natalinas e de final de ano;

Considerando os preparativos para comemorar estas festas e a reunião familiar que acontece nestas datas;

Considerando a necessidade de encerramento das atividades administrativas, financeiras, contábeis, tributárias, entre outras, dado ao final do exercício de 2013;

Considerando que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público, pois os serviços essenciais continuarão a ser realizados;

DECRETA:

Art. 1º Fica facultado o ponto dos servidores públicos municipais nos dias 24 e 31 de dezembro de 2013, durante todo o período de expediente, nos órgãos públicos municipais à exceção da Secretaria Municipal de Saúde que deverá garantir o atendimento a toda população de forma adequada.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Ata de Reunião da Comissão de Licitações

No dia 19 de dezembro de 2013, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 080/2013, Modalidade Tomada de Preço PREFE n. 016/2013, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL E RECEBIMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO. O processo foi amplamente divulgado, porém, participou do certame apresentando envelopes n. 01 e 02 protocolados sob o n. 230/2013, somente a empresa CONTINENTAL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 04.328.816/0001-08, a qual não credenciou representante. A proponente não comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 4.9 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes n. 01 e 02, sendo rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Ato contínuo, procedeu-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo constatado pela Comissão de Licitações que a participante apresentou todos os documentos exigidos pelo Edital, sendo esta declarada HABILITADA. Assim, pelo fato de que: a) a empresa CONTINENTAL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 04.328.816/0001-08 fora a única participante deste certame e que, tendo sido devidamente habilitada, não possui interesse na interposição de eventual recurso nesta fase do certame; b) que se trata de serviço de natureza contínua e essencial à saúde e à ordem pública; c) que o atual contrato para prestação dos aludidos serviços encerra-se em 31 de dezembro do corrente ano e; d) que, caso restasse aberto o prazo recursal haveria atraso na contratação, uma vez que nas datas de 24 e 31 deste mês não haverá expediente (Decreto n. 1394 de 18/12/2013) decide a Comissão de Licitações por dar seguimento ao certame, efetuando a abertura do envelope n. 02 - Proposta de Preços da proponente habilitada, restando a licitante VENCEDORA do certame com o valor global de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). A empresa receberá cópia da presente ata, ficando ciente de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e posteriormente à Autoridade Competente para deliberação. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM) para conhecimento de todos os interessados. Nada mais.

São Domingos, SC, 19 de dezembro de 2013.

ANA CLAUDIA B. F. DA LUZ

Presidente da Comissão de Licitações

PAULA NATANA COMACHIO

Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO

Membro da Comissão

LENIZE KLEIN LATREILLE

Membro da Comissão

Dados e Texto de Termo Aditivo

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 094 DE 04/12/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/12/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 018/2013 Modalidade: Tomada de Preços n. 003/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, da CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO e do ANEXO I do Contrato PREFE 035, de 08 de maio de 2013.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA. EPP

CPF/CNPJ: 00.849.426/0001-14

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 28/02/2014

Dados e Texto de Termo Aditivo

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO: PREFE N. 096 de 04/12/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n 001/2013, Pregão Presencial n. 001/2013

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 53,44

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n.28.784-B

CONTRATADA: Águia Corretora de Seguros

CPF/CNPJ: 81.340.994/0001-97

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 29/01/2014

Dados e Texto de Termo Aditivo

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N 104 DE 11/12/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/12/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 028/2011 Modalidade: Pregão Presencial n. 017/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda - Da vigência do contrato para locação e manutenção de copiadoras e impressoras incluindo fornecimento de equipamentos, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças de reposição e todo o material necessário à execução dos serviços, exceto papel, com fornecimento de software de gerenciamento e bilhetagem para emissão de relatórios para atender as necessidades das secretarias e fundos do Município.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Color Sul Impressoras e Suprimentos Ltda.

CPF/CNPJ: 07.806.780/0001-00

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2014

Dados e Texto de Termo Aditivo

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

TERMO ADITIVO: PREFE N. 107 DE 11/12/2013 - 1º Termo Aditivo ao Contrato PREFE n. 003 de 02 de janeiro de 2013.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/12/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA do Contrato PREFE n. 003 de 02 de janeiro de 2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: IntelliBR Sistemas Ltda

CPF/CNPJ: CNPJ n. 08.982.125/0001-79

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

Dados e Texto de Termo Aditivo

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 097, DE 04/12/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/12/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 002/2012 Modalidade: Concorrência n. 001/2012

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste alteração da Cláusula Terceira do contrato PREFE n. 28 de 21 de março de 2012.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Acordar Treinamentos Ltda.

CPF/CNPJ: 12.927.815/0001-08

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 16/12/2014

Dados e Texto de Termo Aditivo

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 095 DE 04/12/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/12/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 004/2012/2011 Modalidade: Concorrência n. 003/2012

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste alteração da qualificação DA CONTRATADA constante no preâmbulo do Contrato firmado entre as partes, assim como na alteração da Cláusula Terceira do contrato PREFE n. 21, de 14 de março de 2012.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Rosangela Thiesen - ME

CPF/CNPJ: 01.418.444/0001-04

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 12/05/2014

Dados e Texto de Termo Aditivo

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE n. 102/2013 de 10/12/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da alteração da Cláusula Segunda - Da vigência do Contrato PREFE n. 001 de 02 de janeiro de 2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADOS: José Ortiz e Jaci da Parecida Ortiz

CPF/CNPJ: 031.965.009/00 e nº 040.676.319-44

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014.

Dados e Texto de Termo Aditivo

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 098 DE 06/12/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/12/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 034/2013 Modalidade: Tomada de Preços n. 007/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Do Prazo do Contrato PREFE 048 de 20/08/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda

CPF/CNPJ: 02.898.145/0001-87

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 05/05/2014

Dados e Texto do Termo Aditivo

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 020 DE 11/12/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/12/2013

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA do contrato FMS n. 004 de 02 de janeiro de 2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: CPL Assessoria e Desenvolvimento Ltda.

CPF/CNPJ: 00.462.389/0001-97

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

São João do Sul**PREFEITURA****Licitação Nº 101/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 101/2013

Modalidade - Tomada de Preços nº 008/2013

Objeto: CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO (PADRÃO FNDE), COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 980,40M², ANEXA A E.E.B. VILA VELHA II NA COMUNIDADE DE VILA CONCEIÇÃO.

Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até as 13h:30 minutos do dia 06/01/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 14h:00 minutos do dia 06/01/2014. A entrega do Edital e anexos deverá ser efetuada necessariamente na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às quintas feiras das 13h:00 as 19h:00 e nas sextas feiras das 07h:00 as 13h:00. Informações pelo Fone: (0**48) 3539-0113.

São João do Sul - SC, em 20 de Dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Licitação Nº. 035/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

LICITAÇÃO Nº. 035/2013

Modalidade - Dispensa de licitação Nº. 017/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NUM TOTAL DE 6 (SEIS) PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E 3 (TRÊS) PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO.

EMPRESA: JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI - ME

VIGÊNCIA: 16/12/2013 Á 07/02/2014

VALORES DO OBJETO: R\$ 3.800,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 16 de Setembro de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Licitação Nº. 098/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 098/2013

Modalidade - Dispensa nº. 021/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BEM COMO PROFISSIONAIS DE ENSINO SUPERIOR E MÉDIO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, NUM TOTAL DE 12 (DOZE) PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E 9 (NOVE) PROFISSIONAIS DOS NÍVEIS MÉDIO E FUNDAMENTAL.

CONTRATADO: JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 16/12/2013 à 07/02/2014

VALOR DO OBJETO: R\$ 7.700,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 16 de Dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Extrato dos Contratos Administrativos de Serviço Temporário

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2013.

CONTRATO Nº 179/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: AURELIA MICHEL RAUPP

OBJETO: Prestação de serviços na função de Fonoaudióloga na Secretaria Municipal de Educação, neste município com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 05/11/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: 564,96

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.005/2009

São João do Sul, em 05 de novembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

CONTRATO Nº 180/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JOELMA SILVEIRA LAUREANO DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na Secretaria Municipal de Educação, neste município com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 19/11/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: 423,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.005/2009

São João do Sul, em 19 de novembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA

No Edital nº. 001/2013 do Processo Seletivo nº 001/2013, no Anexo I - Cronograma do Processo.

Onde se lê:

Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas - 28 e 29/01/2013

Leia-se:

Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas - 28 e 29/01/2014

SÃO JOÃO DO SUL 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

SUSÂNIA SCARIOT BENDO CECHINEL

Secretária Municipal de Educação

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA

No Edital nº. 001/2013 do Processo Seletivo nº 002/2013, no Anexo I - Cronograma do Processo.

Onde se lê:

Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas - 28 e 29/01/2013

Leia-se:

Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas - 28 e 29/01/2014

SÃO JOÃO DO SUL 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

REJANE ELÍBIO BORBA

Secretária Municipal de Saúde

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
ERRATA

Edital nº. 001/2013 do Processo Seletivo nº 001/2013.

Fica alterado o prazo para entrega da documentação descrita nas alíneas "d", "f" e "g" do item 2.1 para o momento da contratação, sendo condição obrigatória para tanto.

Os pontos por títulos serão computados por simples declaração (anexo V) dos candidatos no ato da validação da inscrição, sendo devidamente conferidos com a entrega dos originais no momento da contratação, sendo que a falsa declaração é motivo de desclassificação do candidato do certame.

São João do Sul, 19 de dezembro de 2013.

SUSÂNIA SCARIOT BENDO CECHINEL
Secretária Municipal de Educação

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2013

ANEXO V**DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE E TÍTULOS**

Nome: _____

Endereço: _____

Cargo: _____

Nº. de Inscrição: _____

Carteira de Identidade Nº.: _____

Ensino Fundamental:	() Sim	() Não
Ensino Médio:	() Sim	() Não
Graduação:	() Sim	() Não
Pós - Graduação:	() Sim	() Não
Mestrado:	() Sim	() Não
Doutorado:	() Sim	() Não
Reg. no órgão fiscalizador:	() Sim	() Não

Data: ____/____/____

Assinatura

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
ERRATA

Edital nº. 001/2013 do Processo Seletivo nº 002/2013.

Fica alterado o prazo para entrega da documentação descrita na alínea "f" do item 4.1 para o momento da contratação, sendo condição obrigatória para tanto.

Os pontos por títulos serão computados por simples declaração (anexo V) dos candidatos no ato da validação da inscrição, sendo devidamente conferidos com a entrega dos originais no momento da contratação, sendo que a falsa declaração é motivo de desclassificação do candidato do certame.

SÃO JOÃO DO SUL, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

REJANE ELÍBIO BORBA
Secretária Municipal de Saúde

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2013

ANEXO V**DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE E TÍTULOS**

Nome: _____

Endereço: _____

Cargo: _____

Nº. de Inscrição: _____

Carteira de Identidade Nº.: _____

Ensino Médio:	() Sim	() Não
Graduação:	() Sim	() Não
Pós - Graduação:	() Sim	() Não
Mestrado:	() Sim	() Não
Doutorado:	() Sim	() Não
Reg. no órgão fiscalizador:	() Sim	() Não
Data: ____/____/____		

Assinatura

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
ERRATA

Edital n.º 001/2013 do Processo Seletivo n.º 002/2013.

Fica cancelado o Processo Seletivo referente ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, para adequação conforme Lei Federal vigente.

SÃO JOÃO DO SUL, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
REJANE ELÍBIO BORBA
Secretária Municipal de Saúde

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
ERRATA

Edital nº. 001/2013 do Processo Seletivo nº 003/2013.

Fica alterado o prazo para entrega da documentação descrita na alínea "g" do item 4.1 para o momento da contratação, sendo condição obrigatória para tanto.

Os pontos por títulos serão computados por simples declaração (anexo V) dos candidatos no ato da validação da inscrição, sendo devidamente conferidos com a entrega dos originais no momento da contratação, sendo que a falsa declaração é motivo de desclassificação do candidato do certame.

SÃO JOÃO DO SUL, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2013

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE E TÍTULOS

Nome: _____
Endereço: _____
Cargo: _____
Nº. de Inscrição: _____ Carteira de Identidade Nº.: _____

Ensino Fundamental:	() Sim	() Não
Ensino Médio:	() Sim	() Não
Graduação:	() Sim	() Não
Pós - Graduação:	() Sim	() Não
Mestrado:	() Sim	() Não
Doutorado:	() Sim	() Não
Reg. no órgão fiscalizador:	() Sim	() Não
Data: ____/____/____		

Assinatura

São José

PREFEITURA

Contrato/Ct: Nº 208/2013

Contrato/CT: nº 208/2013

Contrato/CT: nº 208/2013 - CR 004/2012 - Processo 051/2012 - Contratado: Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas Continente Ltda - EPP. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico Laboratório Clínico aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 004/2012. Valor Global: R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais). Prazo: Vigência por 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 01 de agosto de 2013.

Contrato/Ct: Nº 209/2013

Contrato/CT: nº 209/2013

Contrato/CT: nº 209/2013 - CR 004/2012 - Processo 051/2012 - Contratado: Laboratório Bioclínico São José Ltda. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico Laboratório Clínico aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 004/2012. Valor Global: R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais). Prazo: Vigência por 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 01 de agosto de 2013

Contrato/Ct: Nº 266/2013

Contrato/CT: nº 266/2013

Contrato/CT: nº 266/2013 - CR 004/2012 - Processo 051/2012 - Contratado: Laboratório Santa Filomena Ltda - EPP. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de

Diagnóstico Laboratório Clínico aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 004/2012. Valor Global: R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais). Prazo: Vigência por 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 03 de outubro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 267/2013

Contrato/CT: nº 267/2013

Contrato/CT: nº 267/2013 - CR 004/2012 - Processo 051/2012 - Contratado: Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas São José S/S ME. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico Laboratório Clínico aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 004/2012. Valor Global: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Prazo: Vigência por 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 03 de outubro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 268/2013

Contrato/CT: nº 268/2013

Contrato/CT: nº 268/2013 - CR 004/2012 - Processo 051/2012 - Contratado: Empresa Lima & Catânio Ltda - ME. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico Laboratório Clínico aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 004/2012. Valor Global: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Prazo: Vigência por 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 03 de outubro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 269/2013

Contrato/CT: nº 269/2013

Contrato/CT: nº 269/2013 - CR 004/2012 - Processo 051/2012 - Contratado: Empresa São Gerônimo e Associados Laboratório de Análises Clínicas Ltda. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico Laboratório Clínico aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 004/2012. Valor Global: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Prazo: Vigência por 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 03 de outubro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 339/2013

Contrato/CT: nº 339/2013

Contrato/CT: nº 339/2013 - TP 015/2013 - Processo 263/2013 - Contratado: CONE Construções LTDA. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para fornecimento de mão de obra e material para reforma do antigo posto policial da polícia militar localizado na Rua Presidente Nereu Ramos, nº 1068, Campinas, São José/SC. Valor Total: R\$ 48.563,21 (quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos). Prazo: O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias, e o prazo de execução será de 60 (sessenta) dias. Data da Assinatura do Contrato: 03 de dezembro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 340/2013

Contrato/CT: nº 340/2013

Contrato/CT: nº 340/2013 - PR 122/2013 - Processo 318/2013 - Contratado: POSTMIX Soluções Gráficas LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de documentos de cobrança (carnês) de imposto predial e territorial urbano (IPTU),

para o exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de São José. Valor Total: R\$ 47.080,00 (quarenta e sete mil e oitenta reais). Prazo: O prazo de vigência contratual será até 31 de dezembro de 2013. Data da Assinatura do Contrato: 04 de dezembro de 2013.

Termo Aditivo/TA Nº 002/2012-01

Termo Aditivo/TA nº 002/2012-01 - DL 002/2012 - Processo 3876/2012 - Locador: Antonio Garcia. Objeto: Locação de salas com área de 584,50 m², pertencentes ao prédio localizado a Rua: Domingos Pedro Hermes, nº 14, Barreiros, São José/SC, para utilização da Secretaria de Saúde. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 002/2012 por mais 12 (doze) meses, retroagindo seus efeitos ao dia 01/01/2013 até 31/12/2013. Reajuste: Fica reajustado o valor mensal do contrato originário para R\$ 4.247,60 (quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos). Data da assinatura: 20 de junho de 2013.

Ata de Registro de Preços Nº 027/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2013 - PR 034/2013 - Processo 054/2013 - Fornecedor: Marconi Kirch EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de preservativos femininos para o programa DST/AIDS da Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento. Data da assinatura: 28 de maio de 2013. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 089/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2013 - PE 043/2013 - Processo 264/2013 - Fornecedores: Valdeli Cecílio dos Santos EPP (Item 01); e HBJ Comércio de Materiais de Construção LTDA ME (Itens 02 ao 13). Objeto: Registro de preço para eventual fornecimento de materiais de construção para serem utilizados pela Defesa Civil do Município de São José em situações de emergência. Valor por Item: Item 01 - R\$ 144.560,00 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais); Itens 02 ao 13 - R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais). Valor Total: R\$ 409.560,00 (quatrocentos e nove mil, quinhentos e sessenta reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura: 20 de novembro de 2013. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 096/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2013 - PE 050/2013 - Processo 301/2013 - Fornecedores: Racine Comercial LTDA (Lote 08); HP & E Comercial LTDA EPP (Lote 11); Elisvandia Mattos Donini - ME (Lotes 01,02 e 07); e Futura Comércio de Materiais Educacionais LTDA - ME (Lotes 03 a 06,09 e 10). Objeto: Contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de brinquedos e jogos para atender os centros de educação infantil do Município de São José, através do Programa Brasil Carinhoso. Valor por Item: Lotes 01, 02 e 07 - R\$ 165.048,56 (cento e sessenta e cinco mil, quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos); Lotes 03 a 06, 9 e 10 - R\$ 80.673,02 (oitenta mil, seiscentos e setenta e três reais e dois centavos); Lote 08 - R\$ 194.499,90 (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos); e Lote 11 - R\$ 23.239,80 (vinte e três mil, duzentos e trinta e nove reais e oitenta centavos). Valor Total: R\$ 463.461,28 (quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura: 20 de novembro de 2013. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.784, de 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.784, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

Determina Ponto Facultativo no Município nos dias 24 e 31 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 (vinte e quatro) horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Fica determinado Expediente Interno em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, nos dias 23, 26, 27 e 30 de dezembro de 2013, excetuando-se os órgãos constantes no parágrafo único, do art. 1º, deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 041/2013, Concorrência Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 002/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/01/2014, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2013, CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2013, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA FINS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital de Processo Seletivo Nº 002.3/2013 - ICSL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.3/2013

PROCESSO SELETIVO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO Nº 002/2013

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, EDITAL Nº 002/2013, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

O GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, do município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa



Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 89, de 24 de outubro de 2007, considerando a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 002/2013, bem como o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa, a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem-no,

TORNA PÚBLICA a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 002/2013, para contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, conforme classificação constante dos quadros a seguir:

1 - FUNÇÕES DE NÍVEL FUNDAMENTAL

1.1 - Instrutor de Artesanato - Alfabetizado e conhecimento nas áreas de confecção de peças de cerâmica, pintura em madeira, tapeçaria, pintura em tecido, pintura em tela, trabalhos em palha de milho e trigo, cipó, bordados, aplicações em tecidos, confecção de bijuterias e outros:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
001	Marli S. Wallerius	183.12	1º LUGAR

1.2 - Instrutor de Música 02 instrumentos - Alfabetizado e conhecimento nas áreas de violão e cavaquinho:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
010	Josué A. Garcias	436.87	1º LUGAR

1.3 - Instrutor de Música 02 instrumentos - Alfabetizado e conhecimento nas áreas de guitarra e viola caipira:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
005	Alexandro Stocco	176.75	1º LUGAR

1.4 - Instrutor de Música 02 instrumentos - Alfabetizado e conhecimento nas áreas de violino e violoncelo:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
011	Rafael Silvestre de Vargas	193.75	1º LUGAR

1.5 - Instrutor de Música 02 instrumentos - Alfabetizado e conhecimento nas áreas de gaita e teclado:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
003	Gilvani Alves Ferreira	288.25	1º LUGAR

1.6 - Instrutor de Música 02 instrumentos - Alfabetizado e conhecimento nas áreas de bateria e fanfarra:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
014	Rafael Lazzaretti	162.37	1º LUGAR

2 - FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO

2.1 - Instrutor de Artes Cênicas I - Ensino médio completo e conhecimento na área de Teatro:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
012	Jefferson De Marchi	5.0	1º LUGAR

2.2 - Instrutor de Artes Cênicas II - Ensino médio completo e conhecimento nas áreas de Dança Contemporânea, Dança Clássica e Popular:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
009	Serlei de Fátima C. Cunico	187.12	1º LUGAR
006	Bianca Bortot Cadore	10.37	2º LUGAR

2.3 - Instrutor de Artes Cênicas II - Ensino médio completo e conhecimento na área de Dança Étnica - Alemã:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
002	Marcia Luiza Joris Schultz	79.50	1º LUGAR

2.4 - Instrutor de Artes Cênicas II - Ensino médio completo e conhecimento na área de Dança Étnica - Italiana:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
004	Rosana Echer	20.0	1º LUGAR

2.5 - Instrutor de Artes Cênicas II - Ensino médio completo e conhecimento nas áreas das seguintes danças: Hip-Hop, Dança de Rua, Jazz:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
007	Bianca Bortot Cadore	35.80	1º LUGAR

2.6 - Instrutor de Artes Visuais - Ensino médio completo e conhecimento na área de atuação, conforme edital de abertura:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
013	Magda D.V Tecchio	164.50	1º LUGAR

2.7 - Maestro de Canto e Coral - Ensino médio completo e conhecimento na área de atuação:

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
008	Julian Teixeira	148.0	1º LUGAR

3. A partir desta homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto físico e mentalmente para o cargo, mediante exame médico oficial, o Instituto Cultural de São Lourenço preencherá as vagas conforme necessidade.

4. Para fins de admissão, o candidato quando convocado para o preenchimento da vaga deverá, no prazo de três dias úteis, apresentar à Gerência de Recursos Humanos e Capacitação do município de São Lourenço do Oeste/SC, os documentos descrito no edital de abertura do Processo Seletivo nº 002/2013, sob pena de perder a vaga, passando para o chamamento do próximo classificado.

5. Demais informações, no edital de abertura do presente Processo

Seletivo.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de dezembro de 2013.
ALTAMIR JORGE LEMES DA ROSA
Gerente Executivodo Instituto Cultural de São Lourenço

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 038/2013 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2013 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 038/2013 - Pregão Presencial Nº 031/2013.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, CONFORME DETERMINAÇÃO DO PMAQ - PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA E GUIA DE SINALIZAÇÃO DAS UNIDADES E SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

FORNECEDOR: FABIANO DOS REIS 01835091962 - CNPJ: 15.216.080/0001-94.

VALOR: R\$ 17.943,00 (dezesete mil novecentos e quarenta e três reais).

TOTAL: R\$ 17.943,00 (dezesete mil novecentos e quarenta e três reais).

DATA DE ASSINATURA: 13/12/2013.

VIGÊNCIA: 13/12/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais 18/12/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 18/12/2013 até 18/12/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		42.174,13
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	30.331,13
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	6,57
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6,57
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	3,94
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	1,64
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	0,99
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	569,92
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	569,92
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	18.865,27
4.1.7.2.1.34.02.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD-PBF	3.365,27
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PTMC -II	6.500,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PVMC	9.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	10.889,37
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	10.889,37
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	11.844,31
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	11.844,31
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	7.106,59
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.737,72
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-1,31
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-1,31
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-1,31

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/12/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 397/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 397/2013

Exonera ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 012/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 398/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 398/2013

Exonera ALDO ERHARDT do cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ALDO ERHARDT do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 006/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 399/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 399/2013

Exonera JAISON SOARES DA SILVA do cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JAISON SOARES DA SILVA do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 040/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 400/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 400/2013

Exonera JOSÉ FRANCISCO COELHO do cargo de Operador de Máquina II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JOSÉ FRANCISCO COELHO do cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 046/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 401/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 401/2013

Exonera TEREZINHA KUHN HAMES do cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o

disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar TEREZINHA KUHN HAMES do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 004/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 402/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 402/2013

Exonera RICARDO KRETZER do cargo de Operador de Máquina III.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar RICARDO KRETZER do cargo de Operador de Máquina III, contrato de trabalho nº. 003/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 403/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 403/2013

Exonera EDITE HACK do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar EDITE HACK do cargo de Agente Comunitário de Saúde, contrato de trabalho nº. 036/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 30/12/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 404/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 404/2013

Exonera CHRISTIANE MARRERO CATALÃO do cargo de Médica Pediatra.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CHRISTIANE MARRERO CATALÃO do cargo de Médica Pediatra, contrato de trabalho nº. 022/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 30/12/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 405/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 405/2013

Exonera FLÁVIO AUGUSTO VIEIRA CARDOSO do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FLÁVIO AUGUSTO VIEIRA CARDOSO do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, contrato de trabalho nº. 002/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 30/12/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 406/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 406/2013

Exonera MARIA DA GRAÇA RAICHE do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARIA DA GRAÇA RAICHE do cargo de Agente Comunitário de Saúde, contrato de trabalho nº. 037/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 30/12/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 407/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 407/2013

Exonera OTÁVIO AUGUSTO MARTINS DE CAMPOS do cargo de Médico Clínico Geral - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar OTÁVIO AUGUSTO MARTINS DE CAMPOS do cargo de Médico Clínico Geral - ESF, contrato de trabalho nº. 023/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 30/12/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 408/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 408/2013

Exonera PATRÍCIA SUELI MANOEL MARIANO do cargo de Técnica em Enfermagem.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar PATRÍCIA SUELI MANOEL MARIANO do cargo de Técnica em Enfermagem, contrato de trabalho nº. 033/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 30/12/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 409/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 409/2013

Autoriza a disposição da servidora MÁRCIA HELENA NEVES para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 12, § I, da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a disposição da servidora MÁRCIA HELENA NEVES para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

§1º - A servidora permanecerá a disposição durante o ano de 2014.

§2º - O ônus caberá ao Órgão de origem, mediante ressarcimento, cessando caso haja rompimento do pagamento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 410/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 410/2013

Concede Férias ao servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA, ocupante do cargo de Procurador Municipal, o tempo remanescente de férias referente ao período aquisitivo de 2011/2012, que gozará a partir de 23/12/2013 a 17/01/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Aviso de Licitação 107.2013

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 107/2013

MODALIDADE: Pregão Presencial

OBJETO: Aquisição de um Carro para transporte de Urna Funerária e um Refrigerador para a Casa Mortuária do Município de São Pedro de Alcântara, conforme Termo de Referência no anexo I deste Edital.

TIPO: Menor Preço por Item.

DATA DE ABERTURA: 27/01/2014 às 08:45h. (Para credenciamento)

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R 203

São Pedro de Alcântara, 19/12/2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Schroeder

PREFEITURA

Anulação Pregão Presencial Registro de Preços Nº 104/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 104/2013 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 225/2013
Data do Processo: 14/11/2013

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para revelação de fotos para a Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Procon, Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 11 / 2013

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 18 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Anulação Pregão Presencial Registro de Preços Nº 104/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC****PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 104/2013 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 225/2013
Data do Processo: 14/11/2013

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para revelação de fotos para a Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Procon, Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 11 / 2013

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 18 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Dispensa Nº 97/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 97/2013 - DL
	Processo Nr.: 243/2013 Data: 19/12/2013

Folha: 1/1

Fornecedor: BETHA SISTEMAS LTDA Endereço: RUA JOÃO PESSOA, Nº 134, 1º ANDAR Cidade: Criciúma - SC CNPJ: 00.456.865/0001-67	Código: 8088 Inscrição Estadual: 253.086.027
Objeto da Compra: Contratação do sistema para oferecer aos cidadãos Transparência na Gestão Pública, com publicação de dados da Contabilidade, Compras, Folha e Tributos em conformidade a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 para a Prefeitura Municipal de Schroeder, Fundo Municipal da Saúde, Fundo Municipal da Infância e Adolescência, Fundo Municipal da Assistência Social e Fundo Municipal da Habitação e Interesse Social.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	Sistema para Transparência na Gestão Pública, com publicação de dados da Contabilidade, Compras, Folha e Tributos em conformidade a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.	MÊS	202,30	606,90

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Para cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

19/12/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

Valor da Despesa: 606,90 (seiscentos e seis reais e noventa centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Inexigibilidade 01/2013-Habitação

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE SCHROEDER	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2013 - IL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 1/2013 Data: 19/12/2013
Folha: 1/2	

Fornecedor: BETHA SISTEMAS LTDA Endereço: RUA JOÃO PESSOA, Nº 134, 1º ANDAR Cidade: Criciúma - SC CNPJ: 00.456.865/0001-67	Código: 8088 Inscrição Estadual: 253.086.027
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para informatização do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para 01 usuário no Sistema de Contabilidade e Compras e Licitações com alterações legais e manutenções corretivas se houverem, do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	Sistema de Contabilidade Pública - 01 usuário	MÊS	107,89	1.294,68
2	12,00	Sistema de Compras e Licitações - 01 usuários	MÊS	72,51	870,12

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

JUSTIFICATIVA

Devido a todos os sistemas das municipalidades serem contratados da empresa Betha Sistemas LTDA, e para haver total compatibilidade entre todas as entidades e emissão de relatórios consolidados.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2013 - IL**

Processo Nr.: 1/2013
Data: 19/12/2013

Folha: 2/2

19/12/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

Valor da Despesa: 2.164,80 (dois mil cento e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Inexigibilidade Nº 18/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 18/2013 - IL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 244/2013 Data: 19/12/2013
Folha: 1/2	

Fornecedor: BETHA SISTEMAS LTDA Endereço: RUA JOÃO PESSOA, Nº 134, 1º ANDAR Cidade: Criciúma - SC CNPJ: 00.456.865/0001-67	Código: 8088 Inscrição Estadual: 253.086.027
Objeto da Compra: Contratação do sistema de tesouraria - betha tesouraria para o setor financeiro, com 02 licenças de acesso simultâneo para Entidade Município de Schroeder, e 01 licença de usuário para as Entidades Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	Betha Tesouraria - Prefeitura - 2 Usuários Simultâneos	MÊS	176,57	2.118,84
2	12,00	Betha Tesouraria - Saúde - 1 Usuário	UN	70,63	847,56
3	12,00	Betha Tesouraria - Social - 1 Usuário	UN	70,63	847,56

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

JUSTIFICATIVA

O Sistema Betha Tesouraria é um módulo dependente do sistema de contabilidade Betha Sapo. Para melhoria do funcionamento da Tesouraria, é indispensável a instalação do sistema para que os pagamentos através de bancos sejam realizados de forma integrada e automática.

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 18/2013 - IL**

Processo Nr.: 244/2013
Data: 19/12/2013

Folha: 2/2

19/12/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

Valor da Despesa: 3.813,96 (três mil oitocentos e treze reais e noventa e seis centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato do Contrato Nº. 298/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 298/2013 - PMS

Processo nº. 240/2013-PMS – Dispensa nº. 95/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC.

Objeto: Contratação de software desenvolvido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA): Programa de Gestão Tributária (PGT) com os módulos: REGIN, Simples Nacional para o Município de Schroeder/SC.:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR R\$ TOTAL
01	software desenvolvido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA): Programa de Gestão Tributária (PGT) com os módulos: REGIN, Simples Nacional: -Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); -Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;	12	Meses	660,00	7.920,00
TOTAL R\$					7.920,00

Valor do contrato: R\$ 7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais).

Data da Assinatura: 19/12/2013 – Vigência: 01/01/2014 até 31/12/2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 299/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 299/2013 - PMS

Inexigibilidade de Licitação nº. 17/2013-PMS - Processo nº 241/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC.

Objeto: Contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para utilização do Diário Oficial dos Municípios para divulgação dos atos processuais e administrativos do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Utilização do Diário Oficial dos Municípios para divulgação dos atos processuais e administrativos	12	Meses	470,00	5.640,00
TOTAL R\$					5.640,00

Valor do contrato: R\$ 5.640,00 (Cinco mil, seiscentos e quarenta reais).

Data da Assinatura: 19/12/2013 – Vigência: 01/01/2014 até 31/12/2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal



Extrato do Contrato Nº. 300/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 300/2013 - PMS

Dispensa nº. 93/2013-PMS - Processo nº 238/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottkar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em Serviço de Manutenção de Iluminação Pública, no Município de Schroeder/SC, para o período até 31 de dezembro de 2013, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Empresa especializada em serviço de manutenção de 2.545 pontos(responsabilidade da Empresa vencedora pela segurança e equipamentos necessários) de iluminação pública, mensal de rotina e de emergência na área urbana e rural do Município, compreendendo a destinação final das lâmpadas retiradas do sistema.	01	Unid.	2.725,00	2.725,00
TOTAL R\$					2.725,00

Valor do contrato: R\$ 2.725,00 (dois mil setecentos e vinte e cinco reais)

Data da Assinatura: 19/12/2013 – Vigência: 31/12/2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 301/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 301/2013 - PMS

Dispensa nº. 94/2013-PMS - Processo nº 239/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottkar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em Serviço de Manutenção de Iluminação Pública, no Município de Schroeder/SC, para o período até 31 de dezembro de 2013, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Empresa especializada em serviço de manutenção de 2.545 pontos(responsabilidade da Empresa vencedora pela segurança e equipamentos necessários) de iluminação pública, mensal de rotina e de emergência na área urbana e rural do Município, compreendendo a destinação final das lâmpadas retiradas do sistema.	01	Unid.	5.450,00	5.450,00
TOTAL R\$					5.450,00

Valor do contrato: R\$ 5.450,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 19/12/2013 – Vigência: 01/01/2014 até 31/01/2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal



Extrato do Contrato Nº. 302/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 302/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 243/2013-PMS - Dispensa de Licitação nº. 97/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.801-530.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação do sistema para oferecer aos cidadãos Transparência na Gestão Pública, com publicação de dados da Contabilidade, Compras, Folha e Tributos em conformidade a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 para a Prefeitura Municipal de Schroeder, Fundo Municipal da Saúde, Fundo Municipal da Infância e Adolescência, Fundo Municipal da Assistência Social e Fundo Municipal da Habitação e Interesse Social, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Sistema para Transparência na Gestão Pública, com publicação de dados da Contabilidade, Compras, Folha e Tributos em conformidade a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.	03	Mês	202,30	606,90
TOTAL R\$					606,90

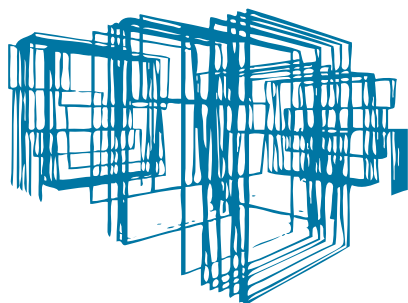
Valor do contrato: R\$ 606,90 (seiscentos e seis reais e noventa centavos).

Data da Assinatura: 19/12/2013 – Vigência: 01/01/2004 até 31/03/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Serra Alta

PREFEITURA

Cronograma de Desembolso



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
CNPJ: 80.622.319/0001-98
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS



DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - EXERCÍCIO 2014 (Art. 8º da Lei Complementar 101/00)													
Unidades Gestoras	MESES												TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Entidade 1 - Prefeitura													
02.01 - Gabinete do Prefeito	40.051,33	42.584,03	55.106,72	42.287,64	44.356,81	44.276,56	44.040,34	39.539,00	37.680,84	37.804,26	40.642,18	66.630,29	535.000,00
03.01 - Departamento de Administração	101.812,72	108.250,99	140.084,37	107.497,53	112.757,50	112.553,51	111.953,01	100.510,35	95.786,82	96.100,56	103.314,71	169.377,93	1.360.000,00
04.01 - Departamento de Contabilidade	22.458,69	23.878,89	30.900,96	23.712,69	24.872,98	24.827,98	24.695,52	22.171,40	21.129,45	21.198,65	22.790,01	37.362,78	300.000,00
04.03 - Departamento de Finanças	45.057,74	47.907,03	61.995,06	47.573,59	49.901,41	49.811,13	49.545,38	44.481,37	42.390,95	42.529,80	45.722,46	74.959,08	601.875,00
Transferências ao Fundo Municipal de Saúde	188.515,63	200.436,68	259.379,13	199.041,59	208.780,91	208.403,18	207.291,31	186.104,18	177.358,13	177.939,04	191.296,70	313.618,86	2.518.165,34
Transferências a Câmara Mun. De Vereadores	56.491,09	60.063,38	77.726,23	59.645,32	62.563,83	62.450,64	62.117,45	55.768,47	53.147,60	53.321,68	57.324,47	93.979,84	754.600,00
05.01 - Departamento de Educação	295.955,28	314.670,43	407.205,61	312.480,23	327.770,24	327.177,23	325.431,67	292.169,50	278.438,84	279.350,83	300.321,36	492.357,88	3.953.329,10
05.02 - Departamento de Cultura	14.785,30	15.720,28	20.343,14	15.610,85	16.374,71	16.345,09	16.257,88	14.596,17	13.910,22	13.955,78	15.003,42	24.597,16	197.500,00
05.03 - Departamento de Esportes	11.229,34	11.939,45	15.450,48	11.856,35	12.436,49	12.413,99	12.347,76	11.085,70	10.564,72	10.599,33	11.395,00	18.681,39	150.000,00
07.01 - Departamento de Agricultura	167.167,50	177.738,58	230.006,18	176.501,46	185.137,87	184.802,92	183.816,96	165.029,13	157.273,51	157.788,64	169.633,63	278.103,62	2.233.000,00
08.01 - Departamento de Transportes	125.647,00	133.592,47	172.878,02	132.662,62	139.153,95	138.902,19	138.161,12	124.039,76	118.210,44	118.597,63	127.500,61	209.029,19	1.678.375,00
08.02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos	62.510,02	66.462,92	86.007,68	66.000,32	69.229,79	69.104,54	68.735,85	61.710,40	58.810,29	59.002,92	63.432,19	103.993,08	835.000,00
09.01 - Reserva de Contingência	3.743,11	3.979,82	5.150,16	3.952,12	4.145,50	4.138,00	4.115,92	3.695,23	3.521,57	3.533,11	3.798,33	6.227,13	50.000,00
11.02 - Fundo de Infância e Adolescência	2.245,88	2.387,88	3.090,10	2.371,27	2.487,30	2.482,80	2.469,54	2.217,14	2.112,94	2.119,87	2.279,00	3.736,28	30.000,00
11.03 - Fundo de Assistência Social	58.994,11	62.724,68	81.170,14	62.288,10	65.335,93	65.217,72	64.869,77	58.239,47	55.502,48	55.684,26	59.864,42	98.143,92	788.035,00
(-) Contas de Interferências - Transf. Fundo Min. Saúde	-245.006,72	-260.500,06	-337.105,35	-258.686,91	-271.344,74	-270.853,83	-269.408,76	-241.872,65	-230.505,72	-231.260,73	-248.621,17	-407.598,70	-3.272.765,34
TOTAL DESPESAS - Entidade 1 - Prefeitura	951.658,02	1.011.837,45	1.309.388,63	1.004.794,77	1.053.960,48	1.052.053,65	1.046.440,72	939.484,62	895.333,08	898.265,63	965.697,32	1.583.199,73	12.712.114,10
Entidade 2 - Fundo Municipal de Saúde													
10.01 - Fundo Municipal de Saúde	208.250,62	221.419,64	286.532,54	219.878,49	230.637,39	230.220,12	228.991,85	205.586,72	195.925,07	196.566,80	211.322,83	346.450,43	2.781.782,50
Entidade 3 - Câmara de Vereadores													
01.01 - Câmara Municipal de Vereadores	56.895,34	60.493,20	78.282,44	60.072,15	63.011,55	62.897,55	62.561,97	56.167,56	53.527,93	53.703,26	57.734,69	94.652,36	760.000,00
TOTAL DAS DESPESAS - MÊS	1.216.803,98	1.293.750,29	1.674.203,61	1.284.745,41	1.347.609,42	1.345.171,32	1.337.994,54	1.201.238,90	1.144.786,08	1.148.535,69	1.234.754,84	2.024.302,52	16.253.896,60
TOTAL DAS DESPESAS - BIMESTRE	2.510.554,27	2.958.949,02	2.692.780,74	2.539.233,44	2.293.321,77	3.259.057,36	16.253.896,60						

SERRA ALTA, SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH
 Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
 Contadora - CRC/SC 23.683/0-4

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	2.510.554,27	2.958.949,02	2.692.780,74	2.539.233,44	2.293.321,77	3.259.057,36	16.253.896,60
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.503.074,69	2.454.676,95	2.584.470,23	2.449.999,48	2.232.627,10	2.994.048,15	15.218.896,60
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	152.224,44	200.014,58	151.634,33	236.752,27	108.179,80	161.719,58	1.010.525,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	86.847,72	149.654,95	96.608,52	183.118,26	74.480,55	79.290,00	670.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	62.102,41	124.824,65	57.915,21	144.829,32	36.195,21	49.133,20	475.000,00
4.1.1.1.2.01.00.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rui	31.088,79	62.699,08	31.739,44	91.128,66	7.052,33	11.291,70	265.000,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Ordinário	18.644,90	55.594,74	19.106,22	54.652,84	4.229,42	6.771,88	159.000,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - Educação	7.777,39	23.190,53	7.895,55	22.797,63	1.764,14	2.824,76	66.250,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - Saúde	4.666,50	13.913,81	4.737,67	13.678,19	1.058,77	1.695,06	39.750,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer	31.013,62	32.125,57	26.175,77	53.700,66	29.142,88	37.841,50	210.000,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - C	8.571,35	8.942,33	9.275,31	8.914,56	8.431,78	12.864,67	57.000,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - E	3.712,22	3.872,89	3.080,40	3.860,96	3.651,82	5.571,71	23.750,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - S	2.227,31	2.323,72	1.848,24	2.316,59	2.191,07	3.343,07	14.250,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - C	9.901,65	10.191,98	7.183,09	23.165,13	8.920,93	9.637,22	69.000,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - E	4.125,70	4.246,65	2.992,95	9.652,14	3.717,06	4.015,50	28.750,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - S	2.475,39	2.548,00	1.795,78	5.791,28	2.230,22	2.409,33	17.250,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	24.745,31	24.830,30	38.693,31	38.288,94	38.285,34	30.156,80	195.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natur	24.745,31	24.830,30	38.693,31	38.288,94	38.285,34	30.156,80	195.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natu	14.849,73	14.897,77	23.215,43	22.972,78	22.970,72	18.093,57	117.000,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natu	6.184,76	6.207,82	9.673,67	9.572,60	9.571,67	7.539,48	48.750,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natu	3.710,82	3.724,71	5.804,21	5.743,56	5.742,95	4.523,75	29.250,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	49.990,39	37.040,03	22.664,65	33.792,00	31.059,22	15.978,71	190.525,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	37.148,64	8.790,09	7.124,46	6.255,05	27.827,94	11.553,82	98.700,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitári	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,65	10.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/I	31.122,02	4.334,91	1.985,19	969,78	365,53	1.222,57	40.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	2.943,29	1.371,85	2.055,94	2.201,94	2.946,03	3.680,95	15.200,00
4.1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Pút	0,00	0,00	0,00	0,00	21.433,05	3.566,95	25.000,00
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construç	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,33	1.083,35	6.500,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de P	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	12.841,75	28.249,94	15.540,19	27.536,95	3.231,28	4.424,89	91.825,00
4.1.1.2.2.21.00.00.00.00	Taxa de Serviços Cadastrais	3.419,25	6.881,76	4.262,72	7.192,39	1.397,69	1.846,19	25.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	8.127,52	18.641,31	9.656,29	17.793,11	1.829,81	2.151,96	58.200,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.294,98	2.726,87	1.621,18	2.551,45	3,78	426,74	8.625,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	15.386,33	13.319,60	32.361,16	19.842,01	2.640,03	66.450,87	150.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complem	15.386,33	13.319,60	32.361,16	19.842,01	2.640,03	66.450,87	150.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.078,57	11.179,97	40.863,73	7.481,02	10.089,91	11.806,80	88.500,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO D	7.078,57	11.179,97	40.863,73	7.481,02	10.089,91	11.806,80	88.500,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminaçê	6.495,24	10.596,64	40.280,40	6.897,69	9.506,58	11.223,45	85.000,00
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,35	3.500,00
4.1.2.2.0.99.01.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas - Princi	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,35	3.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	14.408,89	15.258,42	16.210,28	146.962,36	36.689,89	22.470,16	252.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	14.408,89	15.258,42	16.210,28	146.962,36	36.689,89	22.470,16	252.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	14.408,89	15.258,42	16.210,28	146.962,36	36.689,89	22.470,16	252.000,00

SANTA CATARINA

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimetais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração Dep. Bancários	3.565,49	3.756,32	5.707,74	137.930,52	29.924,19	15.615,74	196.500,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Remuneração - FUNDEB	737,20	673,38	3.515,07	1.035,14	868,53	670,68	7.500,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remuneração - PAB	791,09	1.195,81	1.042,83	382,74	606,15	481,38	4.500,00
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Remuneração - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	17.458,30	2.238,28	303,42	20.000,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Remuneração - CIDE	0,00	0,00	0,00	439,18	36,17	24,65	500,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Remuneração - FNAS	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Remuneração - AFB	0,00	0,00	0,00	16.495,65	1.745,09	1.759,26	20.000,00
4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Remuneração - Habitação	0,00	0,00	0,00	592,89	212,88	194,23	1.000,00
4.1.3.2.5.01.13.00.00.00	Remuneração - QSE	0,00	0,00	0,00	721,89	228,40	49,71	1.000,00
4.1.3.2.5.01.14.00.00.00	Remuneração - PVMC	0,00	0,00	0,00	309,24	120,53	70,23	500,00
4.1.3.2.5.01.23.00.00.00	Remuneração - IGD SUAS	0,00	0,00	0,00	100.644,77	23.039,49	11.315,74	135.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração - Outros Recursos Vincular	1.703,87	1.553,80	816,51	-482,61	495,34	413,09	4.500,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração Depósitos Bancários não Vir	10.843,40	11.502,10	10.502,54	9.031,84	6.765,70	6.854,42	55.500,00
4.1.3.2.5.02.02.00.00.00	Remuneração - Cta Movimento FMS	0,00	0,00	0,00	4.499,49	133,39	367,12	5.000,00
4.1.3.2.5.02.04.00.00.00	Remuneração - Alvará Sanitário	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração - Outros Recursos não Vin	10.760,07	11.418,77	10.419,21	4.449,02	6.548,98	6.403,95	50.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	268,21	40.694,78	31.441,95	2.142,28	9.434,06	6.018,72	90.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	268,21	40.694,78	31.441,95	2.142,28	9.434,06	6.018,72	90.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	41.410,89	50.341,06	54.212,28	38.780,50	41.777,77	53.477,50	280.000,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	166,67	1.166,67	166,67	166,67	166,67	166,65	2.000,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,65	1.000,00
4.1.6.0.0.03.99.00.00.00	Outros serviços de Transporte	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	1.396,26	0,00	1.288,10	6.125,86	0,00	1.189,78	10.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públ	1.396,26	0,00	1.288,10	6.125,86	0,00	1.189,78	10.000,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	0,00	0,00	9.422,32	-6.422,32	0,00	0,00	3.000,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	32.272,79	32.706,70	32.320,85	32.757,44	31.758,97	38.183,25	200.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Pai	5.633,03	9.626,35	8.688,75	5.189,49	7.757,92	13.104,46	50.000,00
4.1.6.0.0.46.00.00.00.00	Serviços de Cemitérios	1.108,81	1.008,01	1.492,26	130,03	1.260,88	0,01	5.000,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.271.262,82	2.112.553,68	2.256.486,09	2.006.740,82	2.001.539,49	2.704.338,70	13.352.921,60
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT	2.263.429,49	2.104.504,08	2.244.542,22	1.995.824,58	1.991.650,89	2.696.505,34	13.296.456,60
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.473.862,72	1.264.746,67	1.436.032,53	1.180.222,38	1.116.804,34	1.803.347,96	8.275.016,60
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	1.349.100,85	1.107.368,29	1.304.079,97	1.026.085,50	966.945,03	1.495.219,46	7.248.799,10
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos	1.605.679,07	1.318.207,24	1.575.534,51	1.216.515,44	1.144.819,64	1.769.268,20	8.630.024,10
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do FPM - ordinário	954.924,90	784.034,66	937.108,31	723.405,20	678.550,41	1.078.756,58	5.156.780,06
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do FPM - Educação	418.176,48	343.341,04	410.374,32	316.790,44	297.147,79	460.621,47	2.246.451,54
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do FPM - Saúde	232.310,40	190.736,89	227.976,03	175.987,20	165.075,08	229.706,90	1.221.792,50
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação F	-278.644,37	-229.022,76	-271.439,31	-211.318,90	-199.662,75	-274.011,91	-1.464.100,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do ITR - Ordinário.	161,18	57,06	45,73	185,62	2.439,93	110,48	3.000,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do ITR - Educação	67,16	23,79	19,07	77,34	1.016,59	46,05	1.250,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do ITR - Saúde	38,95	13,80	11,05	69,64	589,84	26,72	750,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUN	-53,71	-19,01	-15,23	-61,87	-813,35	-36,83	-1.000,00

SANTA CATARINA

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimetais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no	22.119,86	18.202,82	0,00	20.950,83	22.601,49	0,00	83.875,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploraçã	17.050,74	17.454,39	18.883,34	18.708,04	18.751,15	19.152,34	110.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróle	17.050,74	17.454,39	18.883,34	18.708,04	18.751,15	19.152,34	110.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saú	64.172,36	82.056,53	67.167,19	79.343,36	76.887,66	236.055,40	605.682,50
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - PAB	13.111,81	13.111,81	13.444,86	14.956,24	15.826,88	14.802,40	85.254,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - PACS	17.674,74	14.625,14	14.625,14	15.515,57	15.123,41	22.436,00	100.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - PSF	11.353,19	21.775,56	13.134,04	16.104,06	16.529,08	16.104,07	95.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - SB	4.263,49	5.421,48	4.452,98	3.384,48	4.679,32	4.558,25	26.760,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - AFB	3.107,97	6.922,82	-430,79	3.200,00	4.000,00	3.200,00	20.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - ECD Epidemic	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Vigilância San	617,80	3.666,37	3.666,37	5.177,87	3.435,96	3.435,63	20.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - MAC	1.543,36	4.033,35	5.774,59	3.505,14	4.793,01	5.350,55	25.000,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.668,50	153.668,50
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - PMAQ Bucal	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,65	25.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Brasil Sorrider	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Soci	19.841,55	25.118,90	18.412,09	17.778,35	17.460,97	16.923,14	115.535,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Edu	24.530,74	33.581,86	28.323,24	39.140,43	37.592,83	36.830,90	200.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	20.363,13	11.562,28	14.853,17	15.432,59	16.775,33	16.013,50	95.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	9.632,31	3.748,03	5.539,89	5.539,89	5.539,88	30.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	2.280,79	5.555,56	14.001,47	11.111,13	11.111,05	50.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - C	2.500,57	2.499,89	2.499,89	2.499,89	2.499,89	2.499,87	15.000,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - I	1.041,90	1.041,62	1.041,62	1.041,62	1.041,62	1.041,62	6.250,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - S	625,14	624,97	624,97	624,97	624,97	624,98	3.750,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deso	-833,52	-833,30	-833,30	-833,30	-833,30	-833,28	-5.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	622.164,65	667.150,69	634.353,15	648.947,55	694.698,55	709.125,41	3.976.440,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	615.464,65	660.450,69	627.653,15	642.247,55	687.998,55	702.425,41	3.936.240,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Ordinário	423.994,84	445.608,20	425.034,68	433.810,88	474.863,65	496.687,75	2.700.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	176.664,50	185.670,09	177.097,81	180.754,51	197.859,83	206.953,26	1.125.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	109.647,23	113.187,83	105.779,93	103.385,04	118.627,09	124.372,88	675.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUI	-142.191,97	-149.198,72	-142.408,85	-140.275,83	-159.936,35	-165.988,28	-900.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Ordinário	28.346,02	43.951,97	40.994,93	42.891,45	34.785,96	19.029,67	210.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	11.810,92	18.313,31	17.081,19	17.871,43	14.494,10	7.929,05	87.500,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	7.848,93	8.811,12	8.532,03	9.064,38	9.176,59	9.066,95	52.500,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do F	-9.447,57	-14.648,98	-13.663,37	-14.295,47	-11.602,22	-6.342,39	-70.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Or	5.594,06	5.567,14	5.903,84	5.781,12	6.264,70	7.069,14	36.180,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Ed	2.330,86	2.319,64	2.459,94	2.408,80	2.610,28	2.945,48	15.075,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Sa	1.398,50	1.391,79	1.475,97	1.445,28	1.566,18	1.767,28	9.045,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUI	-1.865,00	-1.856,03	-1.968,28	-1.927,37	-2.044,59	-2.398,73	-12.060,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Esta	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,33	1.333,35	8.000,00
4.1.7.2.2.22.00.00.00.00	Transf. da Cota Parte Compen. Finan. (25%	6.700,00	6.700,00	6.700,00	6.700,00	6.700,00	6.700,00	40.200,00
4.1.7.2.2.33.10.00.00.00	Transf. Estado - Farmacia Basica	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.7.2.2.33.30.00.00.00	Transf. Estado - ESF	4.200,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	25.200,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMEN	167.402,12	172.606,72	174.156,54	166.654,65	180.148,00	184.031,97	1.045.000,00

SANTA CATARINA

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimetais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 60%	100.941,21	104.079,47	105.272,49	100.314,30	108.423,77	110.968,76	630.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 40%	66.460,91	68.527,25	68.884,05	66.340,35	71.724,23	73.063,21	415.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	7.833,33	8.049,60	11.943,87	10.916,24	9.888,60	7.833,36	56.465,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Enti	7.833,33	8.049,60	11.943,87	10.916,24	9.888,60	7.833,36	56.465,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas d	0,00	216,27	4.110,54	3.082,91	2.055,27	0,01	9.465,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio Trânsito Prefeitura	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio Radio Patrulha	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio Polícia Civil	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,65	10.000,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio Polícia Militar	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.420,87	24.634,46	33.621,57	11.140,23	24.916,18	34.216,69	144.950,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	6.500,30	10.440,16	10.361,55	4.644,50	5.388,08	16.415,41	53.750,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.820,36	6.803,66	2.178,74	2.064,27	2.967,86	11.665,11	27.500,00
4.1.9.1.1.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Imp. Propriedade Ter	810,89	5.918,06	1.181,20	750,28	2.134,53	10.705,04	21.500,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinár	0,00	3.522,37	472,84	421,95	1.236,56	6.346,28	12.000,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educaç	0,00	1.467,77	196,74	175,69	515,03	2.644,77	5.000,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	0,00	879,66	118,89	106,57	310,39	1.584,49	3.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	486,67	28,91	235,66	27,61	43,50	77,65	900,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educaçã	202,91	12,01	98,18	11,46	18,10	32,34	375,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	121,31	7,34	58,89	7,00	10,95	19,51	225,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melh	176,14	52,27	164,21	480,66	0,00	126,72	1.000,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributo	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos T	4.679,94	3.636,50	8.182,81	2.580,23	2.420,22	4.750,30	26.250,00
4.1.9.1.3.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.409,22	1.601,09	2.650,85	1.101,12	973,89	2.513,83	11.250,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - C	1.445,55	642,39	1.526,57	596,23	584,33	1.204,93	6.000,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - E	602,33	267,66	636,07	248,42	243,46	502,06	2.500,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - S	361,34	160,60	381,62	149,08	146,10	301,26	1.500,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - O	0,00	318,27	63,95	64,43	0,00	303,35	750,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ec	0,00	132,61	26,65	26,84	0,00	126,40	312,50
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - S	0,00	79,56	15,99	16,12	0,00	75,83	187,50
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Mel	1.069,63	1.639,66	4.759,84	648,43	912,00	970,44	10.000,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Trib	1.201,09	395,75	772,12	830,68	534,33	1.266,03	5.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.792,66	316,50	377,50	1.049,22	655,19	808,93	6.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,65	1.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,65	1.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	2.625,99	149,83	210,83	882,55	488,52	642,28	5.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	2.625,99	149,83	210,83	882,55	488,52	642,28	5.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.117,87	12.284,62	19.293,23	9.150,44	7.827,77	16.326,07	71.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	6.117,87	12.284,62	19.293,23	9.150,44	7.827,77	16.326,07	71.000,00
4.1.9.3.1.06.00.00.00.00	Receita da Div. Ativa do Imposto s/ Exporta	3.573,98	7.889,89	13.035,02	7.023,59	5.682,04	13.795,48	51.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	2.144,40	4.523,96	7.788,08	4.147,98	3.409,09	7.986,49	30.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	893,46	1.884,97	3.245,08	1.728,27	1.420,53	3.327,69	12.500,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	536,12	1.130,87	1.946,89	1.037,13	852,42	1.996,57	7.500,00

SANTA CATARINA

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimetais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinário	0,00	210,06	32,98	66,12	0,00	290,84	600,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	0,00	87,52	13,74	27,55	0,00	121,19	250,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	0,00	52,51	8,25	16,54	0,00	72,70	150,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	1.710,56	3.561,40	5.424,88	1.293,52	1.312,40	1.697,24	15.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributo:	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.010,04	1.593,18	3.589,29	-3.703,93	11.045,14	666,28	14.200,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.010,04	1.593,18	3.589,29	-3.703,93	11.045,14	666,28	14.200,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	7.479,58	504.272,07	108.310,51	89.233,96	60.694,67	265.009,21	1.035.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	102.717,00	81.801,47	55.401,13	260.080,40	500.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	102.717,00	0,00	32.729,56	114.553,44	250.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	102.717,00	0,00	32.729,56	114.553,44	250.000,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	81.801,47	22.671,57	145.526,96	250.000,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	81.801,47	22.671,57	145.526,96	250.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.479,58	4.272,07	5.593,51	7.432,49	5.293,54	4.928,81	35.000,00
4.2.3.0.0.70.00.00.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	7.479,58	4.272,07	5.593,51	7.432,49	5.293,54	4.928,81	35.000,00
4.2.3.0.0.70.02.00.00.00	Amortizações de Empréstimos - Em Cont	7.479,58	4.272,07	5.593,51	7.432,49	5.293,54	4.928,81	35.000,00
TOTAL GERAL:		2.510.554,27	2.958.949,02	2.692.780,74	2.539.233,44	2.293.321,77	3.259.057,36	16.253.896,60

SERRA ALTA, 19/12/2013

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS

Contadora - CRC/SC 23.683/0-4

Siderópolis

PREFEITURA

Demonstrativo do Desdobramento da Receita Em Metas Bimestrais de Arrecadação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2014 (LRF - ARTIGO 8º.)													
Unidades Gestoras	Meses												TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Camãra Municipal	104.166,67	104.166,67	104.166,67	104.166,67	104.166,67	104.166,67	104.166,67	104.166,67	104.166,67	104.166,67	104.166,67	104.166,67	1.250.000,00
Fundo de Saúde	405.250,00	405.250,00	405.250,00	405.250,00	405.250,00	405.250,00	405.250,00	405.250,00	405.250,00	405.250,00	405.250,00	405.250,00	4.863.000,00
Fundação de Cultura	18.166,67	18.166,67	18.166,67	18.166,67	18.166,67	18.166,67	18.166,67	18.166,67	18.166,67	18.166,67	18.166,67	18.166,67	218.000,00
Fundo de Assist.Social	80.916,67	80.916,67	80.916,67	80.916,67	80.916,67	80.916,67	80.916,67	80.916,67	80.916,67	80.916,67	80.916,67	80.916,67	971.000,00
TOTAL	608.500,00	608.500,00	608.500,00	608.500,00	608.500,00	608.500,00	608.500,00	608.500,00	608.500,00	608.500,00	608.500,00	608.500,00	7.302.000,00

Prefeitura Municipal de Siderópolis, 20 de Dezembro de 2013


Helio Roberto Cesa
Prefeito Municipal


Moises de Mattia
Contador
CRC/SC 036331/O-9


Wilson Scaini
Secretário de Finanças


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - 2014 (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
REC. CORRENTES	1.866.565,77	1.886.586,58	2.070.244,97	2.280.666,35	2.793.650,23	2.440.826,89	2.351.886,94	2.139.305,44	2.148.285,06	2.119.014,91	2.424.444,32	2.755.522,53	27.277.000,00
Receita Tributária	108.187,92	129.127,52	139.597,32	197.181,21	748.590,60	275.704,70	260.000,00	240.805,37	177.986,58	157.046,88	209.395,97	216.375,84	2.860.000,00
Rec. de Contribuição	10.971,54	14.420,04	12.576,94	20.353,83	11.904,55	9.698,27	30.379,44	15.435,37	25.368,11	21.318,94	16.286,13	11.286,85	200.000,00
Receita Patrimonial	15.491,27	12.674,01	20.240,43	21.097,64	22.674,31	23.101,52	19.179,08	15.843,95	14.263,72	12.714,23	12.783,08	12.936,76	203.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	3.915,51	3.691,53	4.425,19	4.143,12	4.408,53	4.226,21	4.320,49	4.251,81	4.072,43	4.270,16	4.106,19	4.168,83	50.000,00
Transf. Correntes	1.668.965,63	1.674.639,83	1.843.740,65	1.986.073,61	1.933.237,19	2.072.857,04	1.804.145,84	1.808.215,16	1.869.069,14	1.857.229,29	2.112.966,47	2.419.860,15	23.051.000,00
Outras Rec. Correntes	59.033,90	52.033,66	49.664,45	51.816,84	72.835,05	55.239,14	233.862,09	54.753,78	57.525,09	66.435,30	68.906,48	90.894,11	913.000,00
REC. DE CAPITAL	369,06	0,00	2.319,00	0,00	2.807,02	6.557,94	1.344,04	309,71	1.362,72	2.986,02	495,53	4.448,96	23.000,00
Oper. de Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Capital	369,06	0,00	2.319,00	0,00	2.807,02	6.557,94	1.344,04	309,71	1.362,72	2.986,02	495,53	2.448,96	21.000,00
Outras Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. INTRA ORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.866.934,84	1.886.586,58	2.072.563,97	2.280.666,35	2.796.457,26	2.447.384,83	2.353.230,99	2.139.615,15	2.149.647,78	2.122.000,93	2.424.939,86	2.759.971,49	27.300.000,00
BIMESTRE	3.753.521,42		4.353.230,32		5.243.842,08		4.492.846,13		4.271.648,71		5.184.911,34		27.300.000,00

Prefeitura Municipal de Siderópolis, 20 de Dezembro de 2013


Helio Roberto Cesa
Prefeito Municipal


Moises de Mattia
Contador
CRC/SC 036331/O-9


Wilson Scaini
Secretário de Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE


DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - 2014 (LRF ART. 8º)

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho
RECEITAS	1.866.934,84	1.886.586,58	2.072.563,97	2.280.666,35	2.796.457,26	2.447.384,83	2.353.230,99
- Metas de Receita	1.866.934,84	1.886.586,58	2.072.563,97	2.280.666,35	2.796.457,26	2.447.384,83	2.353.230,99
DESPESAS	1.866.934,84	1.886.586,58	2.072.563,97	2.280.666,35	2.796.457,26	2.447.384,83	2.353.230,99
DESPESAS CORRENTES	1.703.325,42	1.721.254,98	1.890.934,18	2.080.799,45	2.551.388,86	2.232.907,49	2.147.004,86
- Pessoal e Encargos Sociais	1.056.779,49	1.067.903,37	1.173.175,97	1.290.972,44	1.582.936,17	1.385.343,53	1.332.047,69
- Juros e Encargos da Dívida	27.354,36	27.642,29	30.367,24	33.416,36	40.973,73	35.859,12	34.479,57
- Outras Despesas Correntes	619.191,57	625.709,31	687.390,97	756.410,65	927.478,96	811.704,85	780.477,59
DESPESAS DE CAPITAL	161.557,84	163.258,43	179.352,25	197.360,68	241.995,37	211.787,90	203.640,16
- Investimentos	106.849,13	107.973,84	118.617,77	130.527,97	160.047,91	140.069,66	134.681,01
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida	54.708,71	55.284,59	60.734,48	66.832,71	81.947,47	71.718,24	68.959,15
Reserva de Contingência	2.051,58	2.073,17	2.277,54	2.506,23	3.073,03	2.689,43	2.585,97
Especificação	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL GERAL	
RECEITAS	2.139.615,15	2.149.647,78	2.122.000,93	2.424.939,86	2.759.971,49	27.300.000,00	
- Metas de Receita	2.139.615,15	2.149.647,78	2.122.000,93	2.424.939,86	2.759.971,49	27.300.000,00	
DESPESAS	2.139.615,15	2.149.647,78	2.122.000,93	2.424.939,86	2.759.971,49	27.300.000,00	
DESPESAS CORRENTES	1.952.109,31	1.961.262,72	1.936.038,72	2.212.429,50	2.518.100,53	24.907.556,00	
- Pessoal e Encargos Sociais	1.211.130,33	1.216.809,31	1.201.159,79	1.372.638,54	1.562.283,38	15.453.180,00	
- Juros e Encargos da Dívida	31.349,67	31.496,67	31.091,59	35.530,25	40.439,14	400.000,00	
- Outras Despesas Correntes	709.629,31	712.956,75	703.787,34	804.260,70	915.378,01	9.054.376,00	
DESPESAS DE CAPITAL	185.154,61	186.022,80	183.630,34	209.845,59	238.838,02	2.362.444,00	
- Investimentos	122.455,27	123.029,46	121.447,17	138.785,08	157.959,74	1.562.444,00	
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
- Amortização da Dívida	62.699,34	62.993,34	62.183,18	71.060,51	80.878,29	800.000,00	
Reserva de Contingência	2.351,23	2.362,25	2.331,87	2.664,77	3.032,94	30.000,00	

Prefeitura Municipal de Siderópolis, 20 de Dezembro de 2013


Helio Roberto Cesa
 Prefeito Municipal


Moises de Mattia
 Contador
 CRC/SC 036331/O-9


Wilson Scaini
 Secretário de Finanças

Sombrio

PREFEITURA

Decreto 227/2013

DECRETO Nº. 227, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
DECRETA PONTO FACULTATIVO, NOS DIAS QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990, e

Considerando as comemorações alusivas ao Natal e fim de ano;

DECRETA:

Art.1º. Fica estabelecido Ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Sombrio, nos dias 24, 30 e 31 de Dezembro de 2013.

Art. 2º. Os serviços e atividades consideradas essenciais de coleta de lixo e vigilância, funcionarão normalmente, e, em escala de plantão.

Art. 3. Todos os serviços e atividades prestados pelo Poder Público Municipal, retornam normalmente no dia 02 de janeiro de 2014, em horário especial de verão já estabelecido pelo Decreto nº 193, de 22 de outubro de 2013.

Art. 4. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 16 de dezembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 228/2013

DECRETO Nº. 228, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o art. 22, § 3º da Lei no 1415 de 20 de maio de 2003, combinado com as disposições contidas na Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, e considerando o art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário especial para o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação (Administração) do Município de Sombrio - SC, fixando turno único de trabalho.

§ 1º O horário de trabalho na Secretaria Municipal de Educação (Administração), será das 13h00 as 19h00, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 02 de janeiro de 2014 até o dia 31 de janeiro de 2014.

§ 3º As unidades Escolares e CEIs vinculadas a Secretaria municipal de Educação, ficam excluídos do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 16 de dezembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 274/2013

PORTARIA Nº 274 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais amparado pelo item VI, do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, DE 06 DE ABRIL DE 1990, em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003 E Lei 2114, de 13 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Conceder Adicional de Assiduidade, não cumulativo, aos servidores de Cargo de provimento efetivo, na estrutura Administrativa do Município de Sombrio - SC, no Valor de R\$ 300.00 (trezentos reais). como segue:

NOME	MATRICULA
Abeloni Martns da Silveira	1243
Adroaldo Souza de Luca	2553
Adroaldo Souza do Nascimento	6506
Ailton Gonçalves	2863
Anselmo Pagani	3043
Antonio Romualda	2871
Arcangelo Romulo Alberton	3822
Avelino dos Santos	2572
Carlos Augusto Brito dos Santos	2571
Carlos Tadeu Colares	4567
Chesman Pereira Emerim	5283
Darci Teixeira	3612
Deoclesio Pereira Severino	5683
Douglas da Silva	6474
Enedir Pereira Brigido	4343
Enio Bento da Silva	4229
Eoclides Rocha Gonçalves	6536
Flavio Felinto Raupp	1092
Francisco da Silva Correa	1232
Jair da Rosa Albino	3614
João Carlos Rocha da Silva	2564
Joelcio Cardoso Colares	5202
José Alencar Macedo	4808
José Alex Martins	4226
José Antonio de Souza Quadros	2707
Joventino de Melo	2743
Luiz Carlos Santos Teixeira	2872
Marino da Silva	3827
Milton César Raupp Coelho	1234
Nilton da Silva Fermiano	3831
Paulo Roberto Nunes de Matos	5266
Pedro Rabelo Barbosa	2568
Sandro Maciel Silveira	3603
Santos Machado Porto	4929
Silvio Maciel Silveira	3562
Valdecir João Silvério	2865
Valmir Coelho Pereira	696
Vilmar de Andrade	2560
Zeferino Barros Machado	4212
Zilberto de Araujo Generoso	3832

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de dezembro de 2013.

Município de Sombrio-SC, 17 de dezembro de 2013.
ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Sec. Mun. de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 20/2013

Resolução Nº 20/2013

Inclui Dispositivo ao Artigo 88 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores

A Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul, por deliberação do Plenário, resolve:

Art. 1º O Artigo 88 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbé do Sul, fica acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 88 São deveres do Vereador:

h) O Vereador deverá apresentar-se à Câmara Municipal na hora regimental trajando camisa social e gravata e a Vereadora vestindo traje social, sob pena de não ser considerada a presença na sessão.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de dezembro de 2013
VEREADOR FERNANDO PIZZOLO MANENTI
Presidente

Publicada a presente Resolução na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

LUIZ JOSÉ WARNIER
Agente Legislativo

Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2701, de 20 de Dezembro de 2013-o Anexo Encontra-Se a Disposição Na Sede da Prefeitura de Timbó

LEI Nº 2701, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a Lei nº 2.599, de 17 de outubro de 2012, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2013. LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Anexo III, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações - Produto _ Unidade de Medida - Meta - Valor - Fonte de Recursos, da Lei nº 2.599, de 17 de novembro de 2012, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 20 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 732, de 14 de Novembro de 2013

PORTARIA No 732, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

Amplia a carga horária efetiva de servidoras ocupantes do cargo efetivo de Professor-Educação Infantil, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º AMPLIAR a carga horária efetiva de Servidoras ocupantes do cargo efetivo de Professor, lotadas na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil, a contar desta data, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Marly Adam	20h/a	40h/a
Monika Stange Zimmermann	20h/a	40h/a
Jossineide Aparecida Bonin Uller	20h/a	40h/a
Ivone Roepke Trainotti	20h/a	40h/a

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 733, de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA No 733, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Sergio Luiz Nones, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 11 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal SERGIO LUIZ NONES, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 117, de 20 de março de 1997, a contar de 11 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 734, de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA No 734, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE
(Fundo Municipal de Trânsito)

Cargo: Auxiliar Operacional (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Estevão Zuchi Neto (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público)	23/07/95	083.955.689-67	44h	18/11/2013 a 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 735, de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA No 735, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Gilmar João Turazzi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Soldador, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal GILMAR JOÃO TURAZZI, do cargo de provimento efetivo de Soldador, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1199, de 1º de agosto de 2006, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 736, de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA No 736, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidor contratado temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidor contratado temporariamente para o cargo de Professor – Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo 2013, ou seja, a contar desta data, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA SEMANAL		
NOME	DE	PARA
Marcel Luis Agostini	44h/a	20h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de novembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 737, de 19 de Novembro de 2013

PORTARIA No 737, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE
(Fundo Municipal de Trânsito)

Cargo: Auxiliar Operacional (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Lucas Stolf (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público)	28/06/92	075.412.739-70	44h	19/11/2013 a 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de novembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 741, de 28 de Novembro de 2013

PORTARIA No 741, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013

Designa membros para comporem a Comissão de Fiscalização do Desenvolvimento dos Projetos Executivos do Centro Integrado de Cultura-CIC.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Fiscalização do Desenvolvimento dos Projetos Executivos do Centro Integrado de Cultura-CIC, conforme segue:

- a) JORGE REVELINO FERREIRA - Diretor Presidente FCT;
- b) DARCIZIO BONA - Vice-Prefeito
- c) JARBAS DALLABRIDA - Diretor de Departamento da FCT
- d) LUCIANA HARTMANN - Engenheira Civil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No SEMFA-D0526, de 29 de Novembro de 2013

PORTARIA No SEMFA-D0526, de 29 de novembro de 2013

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – SEOS

NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Edegar Lombardi	Auxiliar Operacional I	QUATRO (4) dias	17/10/2013	RH13-0306

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de novembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0527, de 29 de Novembro de 2013

PORTARIA No SEMFA-D0527, de 29 de novembro de 2013

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada

pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados no Fundo Municipal de Saúde de Timbó - FMS, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ – FMS				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Nilva Prim Tolardo	Auxiliar Operacional I	NOVE (9) dias	06/11/2013	RH13-0307
Edna Insauriaga Cardozo Tomelin	Enfermeira	HUM (1) dia	25/10/2013	RH13-0043

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0528, de 29 de Novembro de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0528, de 29 de Novembro de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para servidores do Fundo Municipal de Saúde de Timbó – FMS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados no Fundo Municipal de Saúde de Timbó - FMS, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Carlos Roberto Brancher	SP-54	SP-55	03/10/2013	RH05-0319
Marlene Aparecida Bueno Krauchuki	SG-22	SG-23	25/10/2013	RH04-0365
Michelle Tamara Zilse Stolfi	SP-27	SP-28	10/10/2013	RH09-0215

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de novembro de 2.013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0529, de 29 de Novembro de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0529, de 29 de novembro de 2.013

Concede Progressão Funcional para servidora ocupante de cargo efetivo de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, à Servidora ocupante de cargo efetivo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Elisangela Milbratz	C-27	D-27	04/10/2013	RH05-0068

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de novembro de 2.013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0530, de 29 de Novembro de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0530, de 29 de novembro de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Donzila Bagattoli	D-34	D-35	22/10/2013	RH03-0091a
Elisa Suely Maas Bona	D-29	D-30	14/10/2013	RH07-0064
Elisangela Milbratz	D-27	D-28	04/10/2013	RH05-0046
Neusa Maria Bock Horst	C-22	C-23	18/10/2013	RH09-0135

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de novembro de 2.013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0531, de 29 de Novembro de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0531, de 29 de novembro de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para Professor do Ensino Fundamental.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação – Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REF. SALARIAL ANTERIOR	REF. SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Cleidenir Teske	D-28	D-29	15/10/2013	RH00-0086
Edson Matos Santiago	D-13	D-14	04/10/2013	RH09-0098
Queli Cristina Bona Busarello	D-14	D-15	04/10/2013	RH09-0116
Rita Fiamoncin Valcanaia	D-18	D-19	04/10/2013	RH05-0104
Rubia Luiza Adam Girardi	D-29	D-30	03/10/2013	RH00-0141
Sandra Aparecida Ferrari	D-18	D-19	18/10/2013	RH05-0380
Sergi Frederico Mengarda	D-22	D-23	25/10/2013	RH02-0683

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de novembro de 2.013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria Nº 742, de 28 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 742, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013

Revoga a Portaria nº 673, de 02 de outubro de 2013, que autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria do Servidor Público Municipal Rubens Luiz Packer.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

Considerando-se o requerimento de Desaverbação de Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, intentado pelo Servidor Público Municipal Rubens Luiz Packer,

RESOLVE:

Art.1º REVOGAR a Portaria nº 673, de 02/10/2013, que autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria do Servidor Público Municipal Rubens Luiz Packer, conforme Processo RH13-0253.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de novembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 738, de 19 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 738, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Querem Hapuque Gomes Silva	471/2013	20/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de novembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 739, de 21 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 739, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

Instaura Sindicância Administrativa nº 06/2013, para apurar fatos constantes no memorando expedido pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, em 24 de outubro do corrente e demais documentos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 06/2013, para apurar fatos constantes no memorando expedido pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, em 24 de outubro do corrente e demais documentos, referente ao Bole-
tim de Ocorrência nº 00295-2013-03292, comunicado em 15 de outubro do corrente, referente a danos em retroescavadeira, ocorrido em garagem localizada no Jardim Botânico.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 089, de 1º de fevereiro do corrente, alterada pela Portaria nº 337, de 02 de maio do corrente, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 21 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 740, de 21 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 740, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Bernadete Vinharski	724/2013	02/12/2013
Giovana Tillmann Hinsching	726/2013	02/12/2013
Odete Lucolli Schmitt	664/2013	02/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Extrato Contrato 2013.176 Fct

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/176

AUTORIZANTE: Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Leoni Produções e Edições Musicais Ltda.

OBJETO: Apresentação artística/show (MUSICAL) do cantor "LEONI", sob a responsabilidade e representação exclusiva da CONTRATA, acompanhado de todos os músicos e demais componentes da equipe (inclusive de natureza técnica e de produção) junto ao Parque Central, como evento cultural da FUNDAÇÃO.

VALOR: R\$ 36.345,93 (trinta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos).

DATA DA ASSINATURA: 16/12/2013.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Contrato Tpa

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato - 20/2013

Pregão Presencial 11/2013

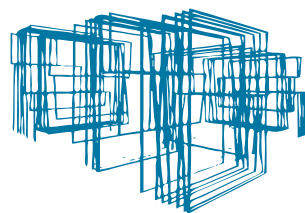
Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratado: TPA Telecomunicações Ltda.

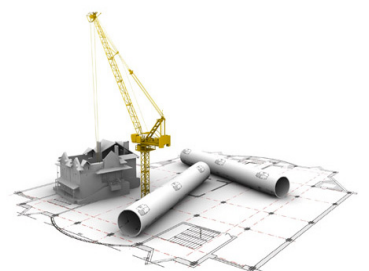
Objeto: Fornecer "LINK INTERNET IP DEDICADO, que permite a conexão da rede local de computadores e desta à Internet com velocidade e banda garantida de 2.048 kbps - velocidade de download e 2.048 kbps de velocidade de upload. Fornecimento de acesso local através de fibra ótica com uma velocidade de download de 10.240 kbps e velocidade de upload de 10.240 kbps para interligar a Câmara Municipal de Timbó e a Prefeitura Municipal de Timbó. Hospedagem de website com 5 Gb de espaço no diretório para armazenamento, 100 Mb de banco de dados e 50 Gb de transferência mensal de dados. Possibilidade para cadastro de até 20 e-mails

Valor: O valor total do contrato é de R\$ 17.685,00 (dezessete mil seiscentos oitenta e cinco reais)

Assinado: 16/12/2013 pela Câmara Municipal de Timbó (Rubens Borchardt- Presidente) e TPA Telecomunicações Ltda. (Fabiano Busnardo)



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Três Barras

PREFEITURA

Lei Nº 3.104 de 16 de Dezembro de 2013

LEI Nº 3.104 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

ESTABELECE RENÚNCIA DE RECEITA DOS IMPOSTOS DO SAMASA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica estabelecida a renúncia de receita do Município dos impostos devidos pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental - SAMASA, relativamente aos recursos originários do Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto de Renda - IR, retidos pela Autarquia em face de serviços prestados por empresas com as quais mantém contrato.

Parágrafo único. A arrecadação dos recursos previsto no caput deste artigo será efetuada pelo SAMASA.

Art. 2º. Os recursos objeto da renúncia e arrecadados pelo SAMASA nos termos do artigo anterior, serão depositados pelo SAMASA diretamente no Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB e serão utilizados para investimentos em atividades fins da Autarquia.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC.,
em 16 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 131/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2013

Edital de Pregão Presencial nº 97/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a aquisição de SÊMEN BOVINO utilizado na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC.

Entrega das propostas até às 14h do dia 09 de janeiro de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

Lei 2181/2013

Lei nº 2.181/13, de 20 de dezembro de 2013.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBE DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a finalidade de repassar contribuição financeira a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Turvo, Ermo, Meleiro, Morro Grande e Timbé do Sul, CNPJ nº 11.367.626/0001-57, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), durante o exercício de 2014, visando o pagamento dos bombeiros comunitários profissionais e a manutenção de suas atividades.

Parágrafo Único. A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 20 de dezembro de 2013.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

ROBERTO CARLOS PATEL
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2182/2013

Lei nº. 2.182/13, de 20 de Dezembro de 2013.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a conceder subvenção social ao Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ 86.513.124/0001-96, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), pagos em 12 parcelas mensais, durante o exercício de 2014, sendo que em Janeiro a parcela será de R\$ 13.333,37 (treze mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos) e as parcelas de Fevereiro a Dezembro serão no valor de R\$ 13.333,33(treze mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos, objetivando o pagamento de despesas com medicamentos, produtos alimentícios, energia, telefones, informatização, material de limpeza e higienização, pequenas reformas de mobiliário e estrutural.

Art. 2º. A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação

orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 20 de dezembro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2183/2013

Lei nº. 2.183/13, de 20 de Dezembro de 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM AUXILIO ALIMENTAÇÃO E AUXILIO MORADIA AOS PROFISSIONAIS MÉDICOS DISPONIBILIZADOS AO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO "PROGRAMA MAIS MÉDICOS" PARA O BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com auxilio moradia e auxilio alimentação até a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a cada profissional médico disponibilizado ao Município, através do Programa do Governo Federal "Mais Médicos".

§ 1º. A concessão do auxilio referido no artigo 1º, visa atender ao compromisso firmado no Termo de Adesão efetuado entre o Município e o Ministério da Saúde.

§ 2º. A vigência do auxilio será limitado ao período em que o profissional vinculado ao Programa do Governo Federal "Mais Médicos" atuar no Município de Turvo.

Art. 2º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 20 de dezembro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 327/2013

PORTARIA Nº 327/13, de 16 de Dezembro de 2013.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora KATIA FERNANDES RIBEIRO POSSAMAI, CPF nº 034.612.669-06, matrícula nº 1206, exercendo o Cargo em Caráter Efetivo de Professor II, no

período de 18 de Dezembro de 2013 a 16 de Abril de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de dezembro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Notificação de Repasse 37/2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Convênio nº 764422/2011

Objeto: Pavimentação asfáltica da rodovia de acesso às comunidades de Ponte Alta e Rio Aparecida

Origem dos Recursos: Ministério da Integração Nacional

Valor da 2ª Parcela: R\$ 638.000,00

Data do recebimento da 2ª parcela: 05/12/2013

Turvo/SC, 05 de dezembro de 2013.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



www.ciga.sc.gov.br

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Divulgação do Local da Prova Relativo ao

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL n. 001/2013

**EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO LOCAL DA PROVA RELATIVO AO
PROCESSO SELETIVO n°. 001/2013, PARA PREENCHIMENTO DE
VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL DO PODER
EXECUTIVO DE VARGEÃO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão (SC), no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina a legislação em vigor, FAZ SABER aos que interessar possa, que a prova escrita será obrigatória para todos os candidatos/cargos, independente de qualquer outra condição, sob pena de eliminação sumária da seleção, será realizada no dia 21 de dezembro de 2013, na cidade de Vargeão, das 08:30 às 10:30, junto à Escola Municipal Fortunato Danielli, sito a Rua 1º de Maio, centro, Vargeão - Santa Catarina.

Na data prevista para a realização das provas, os candidatos deverão apresentar-se no mínimo meia hora antes do horário determinado para o início das provas, portando documento hábil de identificação (original) com foto, ficha de inscrição e de, pelo menos, uma caneta esferográfica, de cor azul ou preta com tubo transparente.

O local da realização das provas será aberto aos candidatos meia hora antes do início das provas objetivas.

Maiores informações ou a íntegra do Edital de Processo Seletivo Simplificado poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Vargeão, sito a Rua 7 de setembro, 477, centro, no Município de Vargeão, Estado de Santa Catarina. ou pelo fone (49) 34340148, ou www.vargeão.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão (SC), em 18 de dezembro de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Edital de Homologação das Inscrições do Edital de**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL n. 001/2013**

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO n.º. 001/2013, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL DO PODER EXECUTIVO DE VARGÊÃO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargêão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina o item 6.3 do Edital de Processo Seletivo n. 001/2013, e demais disposições legais, **RESOLVE** proceder a Homologação das inscrições, conforme segue:

I - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
Nº Insc.	Nome do Candidato
008	IRACEMA BARBOSA DE RAMOS

CARGO: SERVENTE	
Nº Insc.	Nome do Candidato
001	TAYNARA JANAINA MENEZES
006	TAIS ANDREIA COLLA MASCARELLO
007	SANDRA APARECIDA DOS SANTOS LIMA NUNES

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS	
Nº Insc.	Nome do Candidato
002	FRANCIELI MASCARELLO DE RAMOS
003	MARITANIA FROZZA
004	MARIA SALETE CORÁ BARBIERI
005	LEDANIR LURDES RIGO SPONCHIADO
009	RENATA PASQUALI
010	DILVANE MARIA BELLO BRANDALISE
011	MAIARA CARLA VALMORBIDA
012	MORGANA BRUNETTO
013	ROSENILDA MOREIRA MACHADO
014	ROMIELI CAMBRUSSI DA SILVA
015	CLECIANE SALETE MARTINI*
016	LISIANE BRAGA MORAES
017	VERONICA ZAPPE
018	EDINA DE FATIMA NEVES
019	ELAINE CALAIS MASCARELLO
020	LUCIANE GOLIN
021	ELIN REGINA REOLÃO
022	CRISTIANE RIGO GOBERTE
023	MARITÂNIA LUCIA MIOTELI

024	KATIANE ROSA
025	DILVANA ESTEL MARQUES
026	MARIZETE CARDOSO DA SILVA
027	ANA SABINA PAGNUSSATTO
028	ROSELI FATIMA DE OLIVEIRA*
029	SIMONE APARECIDA DANIEL
030	LENICE DE MATOS LANDO
031	MARINES SILVEIRA NIELSSON
032	ANA CLAUDIA DAMIAN

II - INSCRIÇÕES DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS	
Nº Insc.	Nome do Candidato
015	CLECIANE SALETE MARTINI*
028	ROSELI FATIMA DE OLIVEIRA*

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão
(SC), em 18 de dezembro de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei Nº 982/2013, de 18 de Dezembro de 2013

LEI Nº 982/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído para estudantes universitários domiciliado, com seu núcleo familiar, correspondendo (pai, mãe e filho ou tutores legais) residentes no município.

Art. 2º - O subsídio, através de pagamento direto em conta bancária do estudante, terá vigência semestral, apontando-se nominalmente os estudantes beneficiários subsidiados pelo Município, e deverá ficar disponível no portal de transparência a relação de nomes de estudantes, contendo número do título de eleitor e endereço da sua residência do núcleo familiar.

Art. 3º Condição, para o estudante beneficiar-se do subsídio de que trata esta Lei, deve comprovar, demonstrar inequivocamente, antecipadamente ou durante o recebimento do benefício, conforme o caso dos incisos seguintes:

I - prestar informação a cada semestre, para atualização dos dados pessoais para cadastro do estudante beneficiário do Programa na Secretaria de Educação do Município;

II - residir seu núcleo familiar (pai, mãe, filhos ou tutores legais) no Município de Vargem Bonita a tempo mínimo de 08 (oito) anos;

III - ser eleitor do Município de Vargem Bonita;

IV - apresentar atestado de frequência mínima do estudante a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas do curso, cada trimestre, caso não tiver a frequência estipulada, não será beneficiado por esta Lei;

V - estar disponível, no mínimo 30% (trinta por cento) no tempo de férias das aulas, atenderem convocação para colaborar em planejamentos e execução de serviços sociais ou comunitários geridos pela Prefeitura Municipal e APAE do Município, quando necessário;

VI - não estar cursando a tempo superior do previsto na grade curricular do curso com exceção de caso de Licença Maternidade ou afastamento por motivo de doença devidamente comprovado com atestado médico;

VII - enviar a Prefeitura comprovante de pagamento da mensalidade dos cursos, todos os meses;

VIII - Estar frequentando o primeiro curso superior.

Art. 4º - O valor a ser repassado pelo Município ao estudante, a título de subsídio é de R\$ 200,00 (duzentos reais) podendo o Chefe do Poder Executivo reajustar, por decreto, o presente valor, com base em índice oficial de correção, observado a disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei terão previsão orçamentária própria do Município.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor após sua publicação para o exercício de 2014 e seguintes.

Vargem Bonita, 18 de dezembro de 2013.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 18 de dezembro de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 074 de 18 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 074 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL QUE ESPECIFICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO PÚBLICA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

CONSIDERANDO a necessidade de disposição de espaço para implantação da estação de tratamento de esgoto da Cidade de Vargem Bonita, conforme indicado em estudo técnico integrante do projeto de saneamento básico e com fundamento no DECRETO-LEI Nº 3.365, de 21 de junho de 1941 especificamente nos artigos 2º e 5º inciso "d" "e" "h" DECRETA:

Artigo 1º FICA DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA o imóvel, suas acessões existentes, a seguir descritos; bem como ficam declarados de utilidade pública os acessos ao imóvel descrito, e os imóveis do seu entorno necessários ao acesso pelo serviço de agrimensura e delimitação, as áreas do entorno necessárias a passagem de redes de energia elétrica, telefonia, adução de água, esgoto, combustível e outros serviços públicos.

I - imóvel rural, sem benfeitorias, com área a ser localizada e delimitada de até 26.630,37 m² (vinte e seis mil, seiscentos e trinta metros quadrados com trinta e sete centímetros) dentro de área maior de 84.700,00 m² (oitenta e quatro mil e setecentos metros quadrados) localizado próximo a Vila Brasília na cidade de Vargem Bonita, objeto da matrícula 3.155, do Registro de Imóveis de Cantanduvas, com as seguintes confrontações de registro: ao NORTE com terras de Amarildo Antonio Giasson; ao SUL com o Rio Setenta; ao OESTE com terras de Navilio Roque Favretto, tendo como adquirentes ANILTO DIAS e MARIA DORACI DIAS.

Artigo 2º O valor do bem ora descrito será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme as avaliações em anexo.

Artigo 3º As medidas e confrontações apontadas são as constantes nos registros imobiliários devendo serem aferidas e retificadas por trabalho de agrimensura, pelo qual delimitar-se-ão as exatas características geográficas e dimensões do imóvel.

Artigo 4º O Presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina,
em 18 de dezembro de 2013.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita de Vargem Bonita

Registrada e publicada nesta Secretaria em 18/12/2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.705/13

DECRETO Nº 10.705/13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 23.300,00 (vinte e três mil e trezentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração

02 - Encargos Especiais

2.017 - Amortização e Encargos da Dívida

4.6..90.00.00.00.00.0.1.0000.000000 Aplicações Diretas
23.300,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 23.300,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Decreto Nº 10.693/13

DECRETO Nº 10.693/13, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
Aprova Projeto de Loteamento denominado EUGÊNIO FANTIN II ETAPA e dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XXIV, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais e,

Considerando o que consta do processo administrativo nº 006257, protocolado em 10/08/2000, tendo por objeto pedido de aprovação do Loteamento Eugênio Fantin II Etapa, formulado por IVANIR SANTO FANTIN e SIRLEI TEREZINHA F. FANTIN;

Considerando que o loteador, segundo informa o referido processo administrativo e conforme parecer exarado pela Secretaria de Planejamento deste Município, cumpriu as exigências preliminares para a aprovação do loteamento;

Considerando que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do

preenchimento dos requisitos legalmente estatuídos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

Considerando ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável;

Considerando que o Decreto Municipal nº 7.907/03, que Aprova Projeto de Loteamento denominado EUGÊNIO FANTIN II ETAPA, e dá outras providências; resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 6.257/00, o novo Parecer Técnico e a Comunicação Interna nº 125/13, formulado pela Secretaria Municipal de Planejamento;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado, dentro de uma área total de 30.606,48 m² (trinta mil, seiscentos e seis metros e quarenta e oito décimos quadrados) conforme matrícula atualizada RG 26.797, o projeto de loteamento de propriedade de IVANIR SANTO FANTIN e SIRLEI TEREZINHA F. FANTIN, denominado Loteamento Eugênio Fantin II Etapa, com área total loteada de 12.267,39 m² (doze mil, duzentos e sessenta e sete metros e trinta e nove décimos quadrados), área em lotes de 7.836,62 m² (sete mil, oitocentos e trinta e seis metros e sessenta e dois décimos quadrados), área total em ruas de 2.964,25 m² (dois mil, novecentos e sessenta e quatro metros e vinte e cinco décimos quadrados), área institucional de 626,52 m² (seiscentos e vinte e seis metros e cinquenta e dois décimos quadrados), área verde de 840,00 m² (oitocentos e quarenta metros quadrados), área de Remanescente de 18.339,09 (dezoito mil, trezentos e trinta e nove metros e nove décimos quadrados); conforme processo administrativo, nº 006257, protocolado na Assessoria de Planejamento desta Prefeitura Municipal em 10 de agosto de 2000.

Art. 2º A aprovação do loteamento não exige o responsável pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com as Leis nº 6.766/79 e nº 4771/65 e Lei Complementar Municipal nº 62/08, e demais disposições legais.

Parágrafo Único - O loteador deverá apresentar no Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com o Processo Administrativo nº 006257, protocolado na Assessoria de Planejamento desta Prefeitura Municipal em 10 de agosto de 2000, os respectivos Termos de Cauçionamento e de Compromisso para serem devidamente averbados no registro do loteamento.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.697/13

DECRETO Nº 10.697/13, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 10.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.698/13

DECRETO Nº 10.698/13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 - Aplicações Diretas 180.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 - Aplicações Diretas 120.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 300.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.699/13

DECRETO Nº 10.699/13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 5.825,00 (cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração
02 - Encargos Especiais
2.012 - Inativos FASM Patronal
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 Aplicações Diretas 5.825,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 5.825,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Resolução Nº 009/13

RESOLUÇÃO Nº 09/2013.
Dispõe sobre a nomeação da Comissão para apuração de Processos Administrativos em desfavor de Conselheiros Tutelares.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais sobre a Lei nº 181/13, do dia 17 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º) Nomear os conselheiros de direito, Governamental: LUCIANE SANTOS e VALDENICE MARIA SCHNEIDER, e Não Governamental: MARCO ANDRÉ SERIGUELLI e MARILDA V. PELISSARO.

Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

KATIANI GUARACI DE MORAIS
Presidente do CMDCA

Portaria Nº 0864/13
PORTARIA nº 0864/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Memorando nº 398/13 do Secretário de Administração;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, o gozo de férias do servidor DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 05 de novembro de 2012 até 04 de novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2013.

Videira, 17 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0865/13
PORTARIA nº 0865/13
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.993/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a NEIVA BERTOTTO, Zeladora, de 1º de fevereiro de 2014 até 1º de maio de 2014, referente ao quinquênio de 1º de fevereiro de 2006 até 31 de janeiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2014.

Videira, 18 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação Nº 28/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2013 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2013 - PMV
HOMOLOGAÇÃO: 19/12/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS, TELEMÁTICOS E ADICIONAIS À PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, CONFORME O ART. 24, VIII DA LEI 8.666/93.

CONTRATADA: ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

VALOR: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso VIII da Lei de Licitações.

Videira - SC, 19 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 256/2013

Contrato nº: 256/2013

Data de Assinatura: 02/12/2013

Fornecedor : CLÍNICA MÉDICA SANTA TEREZA LTDA

Valor : R\$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 60/2013-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE UROLOGIA PARA ATENDIMENTO NO PAME - 24 HORAS E NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA.

Extrato do Contrato Nº 257/2013

Contrato nº: 257/2013

Data de Assinatura: 02/12/2013

Fornecedor : DRESCH E CIA LTDA

Valor : R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 153/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CORTE A DISCO DE FERRO E CONCRETO PARA SER UTILIZADO EM OCORRÊNCIAS PARA SALVAMENTO DE VÍTIMAS PELO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.

Extrato do Contrato Nº 258/2013

Contrato nº: 258/2013

Data de Assinatura: 02/12/2013

Fornecedor : ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 2.799,00 (dois mil e duzentos e noventa e nove reais)

Licitação : Dispensa de Licitação nº 27/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA REVISÃO DAS 1.500 HORAS DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, FROTA 219, DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Extrato do Contrato Nº 259/2013

Contrato nº: 259/2013

Data de Assinatura: 04/12/2013

Fornecedor : CIRURGICA ERECHIM LTDA

Valor : R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 62/2013-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO PORTÁTIL PARA ATENDER OS PACIENTES COM DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato do Contrato Nº 260/2013

Contrato nº: 260/2013
Data de Assinatura: 06/12/2013
Fornecedor : PALAZZO CONSTRUTORA LTDA
Valor : R\$ 17.360,00 (dezessete mil e trezentos e sessenta reais)
Licitação : Tomada de Preços nº 07/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE PISOS EM SALAS DE AULA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOAQUIM AMARANTE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Extrato do Contrato Nº 261/2013

Contrato nº: 261/2013
Data de Assinatura: 09/12/2013
Fornecedor : CLARISSE GELINSKI RICCI MEI
Valor : R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 155/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM SERVIÇO DE DECORAÇÃO PARA DECORAR O GINÁSIO MUNICIPAL PADRE BRUNO POKOLM PARA O EVENTO "CONCERTO EM TEMPO DE NATAL" A SER REALIZADO PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

Extrato do Contrato Nº 262/2013

Contrato nº: 262/2013
Data de Assinatura: 12/12/2013
Fornecedor : PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
Valor : R\$ 25.350,00 (vinte e cinco mil e trezentos e cinquenta reais)
Licitação : Tomada de Preços nº 02/2013-FMAS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Extrato do Contrato Nº 263/2013

Contrato nº: 263/2013
Data de Assinatura: 26/12/2013
Fornecedor : PALAZZO CONSTRUTORA LTDA
Valor : R\$ 168.420,99
Licitação : Tomada de Preços nº 06/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DA COZINHA, SUBSTITUIÇÃO DE PISOS NAS SALAS DE AULA, REFORMA DA COBERTURA E PINTURA GERAL DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FIDÉLIS FANTIN, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Ata Nº 181/13

01	Ata nº 181 - Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e treze reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, em reunião plenária, às quatorze horas, no Departamento de Ação Social, sito na Rua Lauro Muller, 288(duzentos e oitenta e oito), Bairro: Alvorada. Para deliberar o seguinte assunto de pauta: 1) Criação de comissão para apuração de processos administrativos em desfavor dos conselheiros tutelares; 2) Férias dos conselheiros tutelares e substitutos 3) Orientação do Preenchimento do livro ponto 4) Denúncia envolvendo conselheiros tutelares; 5) Outros. A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Senhora Katiani Guaraci de Moraes fez a acolhida dos membros e deu início a discussão da pauta sendo o primeiro assunto 1) Criação de comissão para apuração de processos administrativos em desfavor dos conselheiros tutelares; Sendo que foi deliberado sobre a criação de comissão para apuração dos processos administrativos, que iniciará em janeiro de dois mil e quatorze, com a composição de conselheiros governamentais e não governamentais, ficando assim formado por; Governamental: Luciane Santos, Valdenice Maria Schneider, e não governamental: Marco André Serighelli e Marilda V. Pelissaro e apoio técnico do Poder Executivo, através de um representante da área jurídica, a Sra. Patrícia. Ficando ainda acordado que serão divididos os processos entre os representantes, de forma paritária. 2) Férias dos conselheiros tutelares e substitutos; Sendo que conforme Legislação Municipal esta prevê a substituição de cada conselheiro tutelar, no gozo das férias, por um membro suplente para cada titular, ou seja, cada um conselheiro seria substituído por um suplente diferente, conforme lista de aprovação, diante de tal situação os conselheiros tutelares optaram por cobrirem as férias, sem convocação do substituto, os quais enviarão até o dia dezoito do corrente mês um documento com a assinatura de todos os membros, dispensando a convocação do substituto.3) Orientação do Preenchimento do livro ponto; Onde os conselheiros foram orientados quanto ao preenchimento diário do livro ponto, já que, algumas folhas não estavam sendo devidamente preenchidas. 4) Denúncia envolvendo conselheiros tutelares; Fora apresentado uma denúncia em relação a atuação da conselheira Juliana, onde também fora mencionado os nomes dos conselheiros Rosa e Eduardo. Diante da denúncia por uma senhora de que cada um dos conselheiros lhe orientava de forma diferente e que a conselheira Juliana fazia ameaças sobre a possibilidade de enviar a polícia na casa denunciante, por descumprimento. Nesta ocasião os conselheiros, Rosa, Eduardo e Juliana fizeram suas considerações sobre o caso, ficando perceptível que houve incidência por duas vezes por parte da mãe da criança, quanto à infrequência escolar de sua filha, havendo a necessidade de ser chamada por duas vezes até o conselho para os devidos esclarecimentos, neste momento, também foram orientados de que deveria haver uma melhor comunicação entre os conselheiros, a fim de orientar a família adequadamente, e ficando acordado também que o presidente do referido conselho entraria em contato com a família para esclarecimentos. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Senhora Katiani, agradeceu a parceria de todos neste ano de dois mil e treze e desejou um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Katiani Guaraci de Moraes, lavrei a presente ata que, após aprovada, vai assinada por todos os participantes. Videira, 17 (dezessete) de dezembro de 2013 (dois mil e treze)._____
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	

55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 197/2013

Ata de Registro de Preços nº: 197/2013

Data de Assinatura: 02/12/2013

Fornecedor : FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 59/2013-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TIRAS PARA TESTE DE GLICOSE PARA SER UTILIZADO PELO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DIABETES MELITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 198/2013

Ata de Registro de Preços nº: 198/2013

Data de Assinatura: 03/12/2013

Fornecedor : JULIO SILVESTRI FILHO ME

Valor: R\$ 64.150,00 (sessenta e quatro mil e cento e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 154/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÕES NAS



MOTONIVELADORAS FROTAS 61, 65, 66, 170 E 179

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 199/2013

Ata de Registro de Preços nº: 199/2013

Data de Assinatura: 03/12/2013

Fornecedor : TRATOR ESPERANÇA COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA

Valor: R\$ 7.180,00 (sete mil e cento e oitenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 154/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÕES NAS MOTONIVELADORAS FROTAS 61, 65, 66, 170 E 179

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 200/2013

Ata de Registro de Preços nº: 200/2013

Data de Assinatura: 09/12/2013

Fornecedor : FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS PEÇAS LTDA

Valor: R\$ 1.192,80 (um mil, cento e noventa e dois reais e oitenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2013-FMAS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTRO DE ÓLEO, PARA USO NAS MANUTENÇÕES DOS VEÍCULOS QUE ATENDEM OS PROGRAMAS E PROJETOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 201/2013

Ata de Registro de Preços nº: 201/2013

Data de Assinatura: 09/12/2013

Fornecedor : MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Valor: R\$ 1.593,90 (um mil e quinhentos e noventa e três reais e noventa centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2013-FMAS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTRO DE ÓLEO, PARA USO NAS MANUTENÇÕES DOS VEÍCULOS QUE ATENDEM OS PROGRAMAS E PROJETOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 202/2013

Ata de Registro de Preços nº: 202/2013

Data de Assinatura: 09/12/2013

Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor: R\$ 5.831,50 (cinco mil e oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 26/2013-FMAS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA CASA LAR MENINO JESUS, CRAS, CREAS, IDOSOS E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 202/2013

Ata de Registro de Preços nº: 202/2013

Data de Assinatura: 09/12/2013

Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor: R\$ 5.831,50 (cinco mil e oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 26/2013-FMAS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA CASA LAR MENINO JESUS, CRAS, CREAS, IDOSOS E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 203/2013

Ata de Registro de Preços nº: 203/2013

Data de Assinatura: 09/12/2013

Fornecedor : MÓVEIS BOM PREÇO LTDA

Valor: R\$ 4.304,00 (quatro mil e trezentos e quatro reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 26/2013-FMAS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA CASA LAR MENINO JESUS, CRAS, CREAS, IDOSOS E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 204/2013

Ata de Registro de Preços nº: 204/2013

Data de Assinatura: 09/12/2013

Fornecedor : SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

Valor: R\$ 697,96 (seiscentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 26/2013-FMAS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA CASA LAR MENINO JESUS, CRAS, CREAS, IDOSOS E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 205/2013

Ata de Registro de Preços nº: 205/2013

Data de Assinatura: 11/12/2013

Fornecedor : INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRI-NENSE LTDA

Valor: R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 64/2013-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE CÂMARAS VERTICAIS E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 206/2013

Ata de Registro de Preços nº: 206/2013

Data de Assinatura: 16/12/2013

Fornecedor : CARBONI VEÍCULOS LTDA

Valor: R\$ 41.500,00 (quarenta e um mil e quinhentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 65/2013-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO FURGÃO E TIPO PASSEIO, ZERO QUILOMETRO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 207/2013

Ata de Registro de Preços nº: 207/2013

Data de Assinatura: 16/12/2013

Fornecedor : DE MARCO LTDA

Valor: R\$ 78.750,00 (setenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 65/2013-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO FURGÃO E TIPO PASSEIO, ZERO QUILOMETRO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 208/2013

Ata de Registro de Preços nº: 208/2013

Data de Assinatura: 17/12/2013

Fornecedor : PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

Valor: R\$ 16.464,30 (dezesesseis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 156/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, AGRICULTURA E DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 209/2013

Ata de Registro de Preços nº: 209/2013

Data de Assinatura: 17/12/2013

Fornecedor : PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

Valor: R\$ 29.322,40 (vinte e nove mil e trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 156/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, AGRICULTURA E DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 210/2013

Ata de Registro de Preços nº: 210/2013

Data de Assinatura: 18/12/2013

Fornecedor : VIDEMANG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA

Valor: R\$ 2.026,80 (dois mil e vinte e seis reais e oitenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 157/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE CONES, FITAS E BANDEIRAS PARA USO NAS SINALIZAÇÕES EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 210/2013

Ata de Registro de Preços nº: 210/2013

Data de Assinatura: 18/12/2013

Fornecedor : VIDEMANG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA

Valor: R\$ 2.026,80 (dois mil e vinte e seis reais e oitenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 157/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE CONES, FITAS E BANDEIRAS PARA USO NAS SINALIZAÇÕES EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 074/13

LEI COMPLEMENTAR N. 074 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 049/2009 E LEI COMPLEMENTAR N. 022/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o Grupo III, do Anexo IV, da Lei Complementar n. 049/2009, passando a exigir como habilitação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF, o Certificado/Diploma de conclusão do Ensino Fundamental.

Art. 2º - Fica alterada a nomenclatura e a habilitação do Cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF passando, o referido Anexo, a

vigorar com as alterações constantes no Anexo III da presente Lei Complementar.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 19 de dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO I

NÚMERO DE VAGAS, CARGOS, TABELA SALARIAL E HABILITAÇÃO

NÚMERO DE VAGAS	CARGOS/FUNÇÃO	SALÁRIO UNITÁRIO	HABILITAÇÃO
...
23	Agente Comunitário de Saúde – ESF	...	Portador de Certificado/Diploma de Conclusão do ensino fundamental.
	TOTAL		

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Lei Nº 0872

LEI N. 0872 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER ALIENAÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pelo preço mínimo de R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais):

I - O veículo MOTONIVELADORA, MARCA FIAT ALLIS, MODELO FG-85ª, N. SÉRIE 85D0386, MOTOR CUMINS MODELO C.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 19 de dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal de Vitor Meireles

Classificação Provisória Professores Acts 2014

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA AO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2013

A Secretária de Educação do Município de Vitor Meireles / SC, Senhora EDENIR

BRANGER FRANÇA, no uso de suas atribuições e no cumprimento do Edital de

Processo Seletivo nº 003/2013, divulga a classificação provisória dos candidatos:

50 - PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SERIES INICIAIS (1º AO 5º ANO)

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	Formação	Tempo de	Prova		Nota Prova	Nota
			Serviço	Específico	Gerais		Final
1	000014	3	1,0	4,95	3,30	8,25	12,25
2	000017	3	1,8	3,30	3,30	6,60	11,40
3	000032	3	1,4	3,30	2,40	5,70	10,10
4	000018	3	0,2	3,85	2,70	6,55	9,75
5	000011	2	1,2	3,85	2,40	6,25	9,45

6	000002	3	0,6	2,75	3,00	5,75	9,35
7	000012	3	0,6	3,85	1,80	5,65	9,25
8	000021	3	0,8	2,75	2,40	5,15	8,95
9	000025	2	0,8	2,75	3,30	6,05	8,85
10	000010	2	0,0	4,40	2,40	6,80	8,80
11	000004	3	0,4	2,75	2,10	4,85	8,25
12	000008	2	0,4	3,85	1,80	5,65	8,05
13	000013	2	0,0	3,85	2,10	5,95	7,95
14	000023	3	0,4	2,75	1,80	4,55	7,95
15	000026	0	0,0	4,40	3,00	7,40	7,40
16	000009	0	0,0	4,40	3,00	7,40	7,40
17	000022	0	0,0	3,30	3,60	6,90	6,90
18	000029	0	0,2	3,30	3,00	6,30	6,50
19	000015	0	0,0	3,85	2,10	5,95	5,95
20	000024	0	0,0	3,30	2,40	5,70	5,70
21	000001	0	0,0	2,75	2,10	4,85	4,85
22	000007	0	0,0	2,75	1,80	4,55	4,55
23	000016	3	0,2	REPROVADO			
24	000019	3	0,0	REPROVADO			
25	000030	2	0,0	FALTOU			
26	000028	0	0,2	FALTOU			
27	000031	0	0,0	CARTÃO-RESPOSTA ANULADO			

43 - PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	Formação	Tempo de	Prova		Nota Prova	Nota
			Serviço	Específico	Gerais		Final
1	000014	3	1,0	5,50	3,30	8,80	12,80
2	000032	3	1,4	4,95	2,40	7,35	11,75
3	000021	3	0,6	5,50	2,40	7,90	11,50
4	000025	2	0,8	4,95	3,30	8,25	11,05
5	000023	3	0,4	5,50	1,80	7,30	10,70
6	000004	3	0,4	4,95	2,10	7,05	10,45
7	000011	2	1,2	4,40	2,40	6,80	10,00
8	000018	3	0,2	3,85	2,70	6,55	9,75
9	000012	3	0,6	3,85	1,80	5,65	9,25
10	000016	3	0,2	3,85	2,10	5,95	9,15
11	000013	2	0,0	4,95	2,10	7,05	9,05
12	000010	2	0,0	4,40	2,40	6,80	8,80
13	000008	2	0,4	3,85	1,80	5,65	8,05
14	000019	3	0,0	3,85	1,20	5,05	8,05
15	000026	0	0,0	4,95	3,00	7,95	7,95
16	000030	2	0,0	FALTOU			

73 - PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	Formação	Tempo de	Prova		Nota Prova	Nota
			Serviço	Específico	Gerais		Final

1	000005	3	2,0	4,40	2,70	7,10	12,10
2	000006	0	0,0	4,40	3,60	8,00	8,00
3	000003	0	0,4	4,40	2,10	6,50	6,90
4	000020	0	0,0	3,30	1,50	4,80	4,80
5	000027	0	0,0	CARTÃO-RESPOSTA ANULADO			

19 - PROFESSOR - ARTES

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	Formação	Tempo de	Prova		Nota Prova	Nota Final
			Serviço	Específico	Gerais		
1	000017	3	1,8	4,95	3,30	8,25	13,05
2	000033	2	0,6	3,85	2,40	6,25	8,85
3	000002	0	0,6	3,30	3,00	6,30	6,90

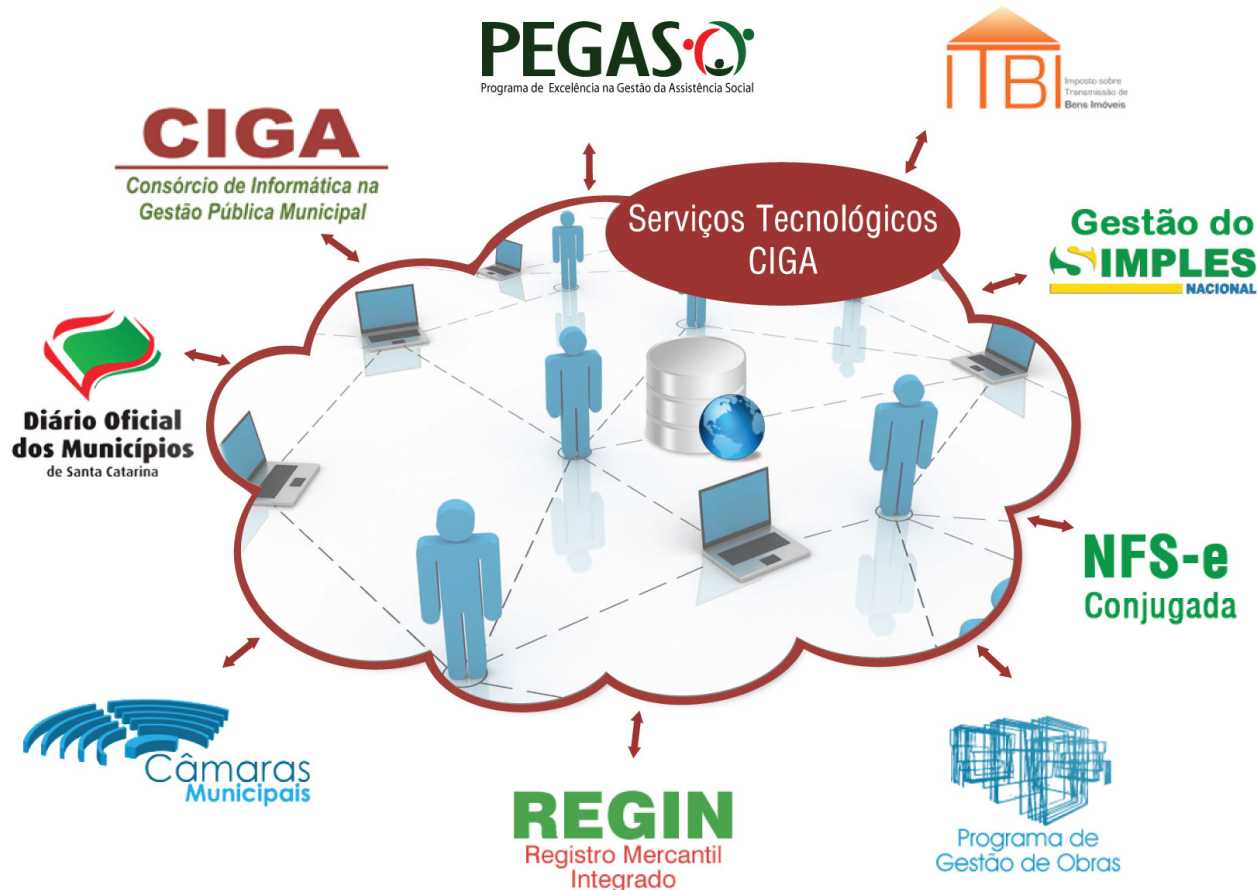
Vitor Meireles, 19 de dezembro de 2013.

EDENIR BRANGER FRANÇA

Secretária de Educação

PAULO ROBERTO DE FREITAS

Presidente da Comissão


www.ciga.sc.gov.br
**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Xavantina

PREFEITURA

PP 72/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2013 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa do ramo de produções artísticas para contratação de bandas e dupla sertaneja para animação do 50º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Xavantina, que serão realizados nos dias 11 de janeiro de 2014 a 02 de fevereiro de 2014, conforme Lei Municipal 1.346, de 17 de dezembro de 2013 e especificações constantes no item 10 deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Global.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 07/01/2014.

Abertura: dia 07/01/2014, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 20 de dezembro de 2013.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Associações

FECAM

Edital Nº 05/2013 - "Prêmio Município Sustentável - 2014"

EDITAL Nº 05/2013

Institui o "Prêmio Município Sustentável - 2014"

O Prefeito do Município de Gaspar, Pedro Celso Zuchi e Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, no uso de suas atribuições torna público o "Prêmio Município Sustentável - 2014", que utiliza o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) em 2014, a ser realizado de acordo com as normas estabelecidas no presente Edital.

DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL (IDMS)

O IDMS é uma medida que avalia o nível de desenvolvimento sustentável de um município, considerando o equilíbrio no desenvolvimento das dimensões Sociocultural, Ambiental, Econômica e Político-Institucional.

O objetivo do IDMS não é comparar o desenvolvimento sustentável entre municípios de um estado ou de uma região, e sim, possibilitar que os municípios utilizem o IDMS como uma ferramenta de monitoramento dos indicadores e de planejamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

DO OBJETO

O Prêmio Município Sustentável é promovido pela Federação Catarinense de Municípios - FECAM, em parceria com as 21 Associações de Municípios do Estado e tem por objetivo valorizar os municípios catarinenses que possuem o melhor IDMS, apurados

conforme as definições da metodologia descrita no Anexo I deste edital e visando:

Desenvolver a cultura do planejamento, do monitoramento e da formulação de políticas públicas baseadas nas informações estruturadas que integram o SIDMS;

Orientar os municípios à executarem políticas públicas que visam o desenvolvimento sustentável;

Estimular os municípios a elevarem o nível dos seus indicadores, possibilitando que ao longo dos anos haja o avanço no desenvolvimento sustentável dos municípios;

DA PARTICIPAÇÃO

Participam deste prêmio os 293 municípios do Estado de Santa Catarina que possuem dados disponíveis para apuração do IDMS/2014.

Os municípios de Balneário Rincão e Pescaria Brava instalados em janeiro de 2013, somente participarão do IDMS na próxima edição.

DO CRITÉRIO DE PREMIAÇÃO

A premiação é dividida em categorias, nas quais, serão considerados os municípios destaques no índice geral, nas dimensões e nas subdimensões do IDMS, conforme os seguintes critérios:

Os cinco (5) municípios melhores classificados no Índice geral de Desenvolvimento Municipal Sustentável;

Os cinco (5) municípios que obtiveram o maior crescimento no valor do IDMS/2014 em comparação ao IDMS/2012 (apenas no índice geral). Nesta apuração são consideradas até seis casas após a vírgula. Em caso de empate, são premiados todos os municípios que tiveram suas taxas de crescimento iguais.

O município melhor classificado em cada uma das dimensões: Sociocultural, Econômica, Ambiental e Político-Institucional;

O município melhor classificado em cada uma das subdimensões: Educação, Saúde, Cultura, Habitação, Participação Social, Gestão Pública e Finanças Públicas.

Os vinte e um (21) municípios melhores classificados no IDMS das suas respectivas Associações de Municípios do Estado;

Categorias do prêmio:

Categoria de Premiação	Posições Premiadas	Nº de prêmios
Índice Geral Estadual	1º ao 5º lugar	5
Evolução do Índice Geral (2012/2014)	1º ao 5º lugar	5
Índice Geral Regional	1º lugar regional	21
Índice Dimensão Sociocultural	1º lugar	1
Índice Dimensão Econômica	1º lugar	1
Índice Dimensão Ambiental	1º lugar	1
Índice Dimensão Político-Institucional	1º lugar	1
Índice da Educação	1º lugar	1
Índice da Saúde	1º lugar	1
Índice da Cultura	1º lugar	1
Índice da Habitação	1º lugar	1
Índice da Participação Social	1º lugar	1
Índice da Gestão Pública	1º lugar	1
Índice das Finanças Públicas	1º lugar	1
Total de Prêmios		42

DO CRONOGRAMA

Para a apuração do IDMS e composição dos municípios premiados, serão executados as seguintes etapas:



Coleta de Dados, período de 01/10/2013 a 11/01/2014
Geração do IDMS/2014, período de 14/01/2014 a 18/01/2014
Auditoria no IDMS/2014, período de 21/01/2014 a 25/01/2014
Revisão do IDMS/2014 conforme os apontamentos da auditoria, período de 28/01/2014 a 31/01/2014
Homologação e publicação do IDMS/2014: 01/02/2014
Composição dos municípios premiados: 05/02/2014
Premiação: 12/02/2014 (XII Congresso Catarinense de Municípios)

DA HOMOLOGAÇÃO

As categorias de premiação foram aprovadas pelo Conselho Executivo da FECAM de acordo com este edital.
Os resultados finais são homologados e publicados pelo Conselho Executivo da FECAM no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

DA PREMIAÇÃO

Os municípios serão premiados com o Troféu Mérito Municipalista, conforme as categorias de premiação definidas por este Edital.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A classificação dos municípios estará disponível na internet por meio da publicação no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS) no endereço <http://indicadores.fecam.org.br>, a partir de 04/02/2014.

A FECAM reserva-se o direito de divulgar o "Prêmio Município Sustentável" na mídia e em materiais de produção própria como informativos, revistas, notícias e websites.

DOS ANEXOS

ANEXO I – Metodologia de Apuração dos Índices de Desenvolvimento Municipal Sustentável está disponível na internet pelo endereço: <http://indicadores.fecam.org.br>.

O presente Edital, foi submetido e aprovado em reunião do Conselho Executivo da FECAM nesta data.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de GASPAR

Presidente da FECAM

GRANFPOLIS

Resolução Nº 05/2013

RESOLUÇÃO Nº 005/2013

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - GRANFPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art 5º da Resolução 004/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, de acordo com a classificação abaixo identificada:

01.01 - SECRETARIA EXECUTIVA	R\$ 850.000,00
04.121.0001.1.001 - Construção da Sede da Granfpolis	R\$ 850.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0080	R\$ 850.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 19 de dezembro 2013.

CESAR SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Florianópolis

Presidente

Consórcios

ARIS

Convocação Processo Seletivo

Ofício/Diretor Geral nº 388/2013

Florianópolis, 17 de dezembro de 2013.

Ilmo(a). Senhor(a)
Jacqueline Alexandre Martins
Engenheira Sanitarista

Referente: Convocação para celebração de contrato administrativo.

Vimos, cordialmente, informá-lo da sua convocação realizada pela ARIS referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, retificado em 26 de abril de 2013, para a vaga da Unidade Regional de Chapecó.

Data final para apresentação dos documentos: 05 dias úteis contados da ciência da convocação.

Após a entrega dos documentos a ARIS fixará data para treinamento e início dos trabalhos, a fim de ambientá-lo às regras e aos projetos desenvolvidos.

Cordialmente,
ADIR FACCIO
Diretor Geral

Deliberação Nº 014/2013

DELIBERAÇÃO N. 014/2013

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água prestados pela Águas de Guaramirim.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 01-10/2013, de 21 de outubro de 2013, no qual a Águas de Guaramirim, requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado em anexo ao procedimento administrativo n. 272/2013 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 20,87%, com base no IGP-M, conforme solicitado pelo diretor da Águas de Guaramirim, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 272/2013;
 2. Fica também autorizado à Águas de Guaramirim, reajustar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
 3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela Águas de Guaramirim aos usuários;
 4. A Águas de Guaramirim deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município;
- Florianópolis, 18 de dezembro de 2013.

ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

Deliberação Nº 014/2013

DELIBERAÇÃO N. 015/2013

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos prestados pelo SAMAE de Jaraguá do Sul.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 486/2013/Samae, no qual a autarquia requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 7,68%, conforme solicitado pelo diretor Presidente da autarquia SAMAE de Jaraguá do Sul e conforme parecer técnico da diretoria de regulação da ARIS;
2. Fica também autorizado à autarquia, reajustar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão sua cobrança a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela autarquia aos usuários;
4. A autarquia deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município;

Florianópolis, 19 de dezembro de 2013.

ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

Deliberação Nº 014/2013

DELIBERAÇÃO N. 015/2013

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos prestados pelo SAMAE de Jaraguá do Sul.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 486/2013/Samae, no qual a autarquia requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 7,68%, conforme solicitado pelo diretor Presidente da autarquia SAMAE de Jaraguá do Sul e conforme parecer técnico da diretoria de regulação da ARIS;
 2. Fica também autorizado à autarquia, reajustar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
 3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão sua cobrança a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela autarquia aos usuários;
 4. A autarquia deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município;
- Florianópolis, 19 de dezembro de 2013.

ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

Deliberação Nº. 012/2013

DELIBERAÇÃO N. 012/2013

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água prestados pela Águas de Corupá.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 001/2013, de 22 de novembro de 2013, no qual a Águas de Corupá, requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado em anexo ao procedimento administrativo n. 275/2013 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 29,95%, com base no IGP-M, compreendido no período de março/2010 a novembro/2013, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 275/2013;
2. Fica também autorizado à Águas de Corupá, reajustar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela Águas de Corupá aos usuários;
4. A Águas de Corupá deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município;

Florianópolis, 16 de dezembro de 2013.

ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

Deliberação Nº. 013/2013

DELIBERAÇÃO N. 013/2013

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo SAMAE do município de Rio Negrinho.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o pedido por e-mail, de 20 de novembro de 2013, no qual o SAMAE do município de Rio Negrinho, requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado em anexo ao procedimento administrativo n. 276/2013 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 5,58%, com base no INPC, conforme solicitado pelo diretor do SAMAE do município de Rio Negrinho, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 276/2013;
2. Fica também autorizado ao SAMAE o município de Rio Negrinho, reajustar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pelo SAMAE do município de Rio Negrinho aos usuários;
4. O SAMAE do município de Rio Negrinho deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água e esgoto, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município;

Florianópolis, 16 de dezembro de 2013.

ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

CIDEMA

Extrato de Contrato

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 09/2013

CONTATANTE: Consórcio Intermunicipal de Desenv. Econ. Social e Meio Amb. - CIDEMA

CONTATADA: Fiat Automóveis S/A

OBJETO: 03 veículos passeios Fiat, modelo Uno Mille Fire Economy, zero km, 4 portas, ano 2013

VALOR: R\$ 71.550,00

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 01/2013, Pregão Eletrônico
PROJETO: Estruturação do CIDEMA para adesão ao SUASA

CINCO**Resolução Nº 0038 _2013**

Resolução nº 038/2013

Estima Receita e fixa as Despesas do Consórcio Integrado do Contestado – CINCO para o exercício de 2014.

A Assembléia Geral do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, realizada no dia 18 de dezembro de 2013, na cidade de Macieira, aprovou e eu, Presidente do CINCO, publico o Orçamento Anual do CINCO para o exercício de 2014, em atendimento ao disposto no art. 23, VIII, c, do Contrato do Consórcio.

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Anual do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO para o exercício de 2014, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 1.227.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil reais).

Art. 2º - A Receita será realizada com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	1.138.000,00
Receita Tributária.....	R\$	12.000,00
Receita Patrimonial.....	R\$	3.600,00
Receita de Serviços.....	R\$	245.400,00
Transferências Correntes	R\$	877.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	89.000,00
Alienação de Bens.....	R\$	10.000,00
Transferências de Capital	R\$	79.000,00
TOTAL	R\$	1.227.000,00

Art. 3º - A Receita foi estimada com base na memória de cálculo, a referência das arrecadações dos três últimos exercícios, sendo que os valores foram ajustados conforme as ações previstas para execução no próximo exercício. A Receita está classificada de conformidade com a Portaria Conjunta nº 3, de 14 de outubro de 2008, e suas alterações, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º - A despesa foi fixada de acordo com as ações contidas no Plano Plurianual de Investimentos e na Resolução das Diretrizes Orçamentária. A Despesa será realizada de conformidade com a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, classificando-a por Função, Subfunção e Programa. E pela Portaria nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 5º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Resolução, obedecendo a classificação segundo a natureza, distribuída da seguinte maneira.

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.095.000,00
Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$	457.500,00
Outras Despesas Correntes.....	R\$	637.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	130.000,00
Investimentos.....	R\$	130.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	R\$	2000,00
Reserva de Contingência.....	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	1.227.000,00

Art. 6º - Os Recursos da Reserva de Contingência no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), estão fixados de conformidade com o estabelecido nas Metas Fiscais da resolução das diretrizes orçamentárias.

Art. 7º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, através de resolução.

Art. 8º - O Presidente do consórcio está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – O superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 9º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 10 - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Superávit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 11 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso.

Art. 13 - Durante o exercício de 2014 o CINCO poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Resolução, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento do Consórcio.

Art. 14 - Fica estabelecido o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Art. 15 - Fica o CINCO autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, sendo que seus efeitos serão produzidos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito de Fraiburgo

Presidente do CINCO



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Resolução Nº 0038 _2013 - Anexo 1**CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO****ANEXO ROA 2014**

Pág. 1

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	Manutenção (Ano)	1	410.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CINCO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.500,00	-	2.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.500,00	-	2.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	260.000,00	260.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	110.000,00	110.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0292 - Alienação de Bens	10.000,00	-	10.000,00
Total			20.000,00	390.000,00	410.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 2

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.002	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILH	Manutenção (Ano)	1	240.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.500,00	-	2.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.500,00	-	2.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	140.000,00	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	80.000,00	80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	10.000,00	10.000,00
Total			10.000,00	230.000,00	240.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 3

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	CULTURA	13
Subfunção	DIFUSÃO CULTURAL	392
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	Manutenção (Ano)	1	30.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	25.000,00	25.000,00
Total			5.000,00	25.000,00	30.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 4

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	URBANISMO	15
Subfunção	INFRAESTRUTURA URBANA	451
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	Manutenção (Ano)	1	10.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	6.000,00	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	2.000,00	2.000,00
		Total	2.000,00	8.000,00	10.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ANEXO ROA 2014

Pág. 5

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	URBANISMO	15
Subfunção	SERVIÇOS URBANOS	452
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	Manutenção (Ano)	1	120.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	15.000,00	-	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	80.000,00	80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	20.000,00	20.000,00
		Total	20.000,00	100.000,00	120.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 6

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	SANEAMENTO	17
Subfunção	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	512
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção (Ano)	1	30.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.500,00	-	2.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.500,00	-	2.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
Total			5.000,00	25.000,00	30.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 7

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	GESTÃO AMBIENTAL	18
Subfunção	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	541
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Manutenção (Ano)	1	160.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	20.000,00	20.000,00
Total			10.000,00	150.000,00	160.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 8

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	AGRICULTURA	20
Subfunção	EXTENSÃO RURAL	606
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	Manutenção (Ano)	1	200.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	-	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	150.000,00	-	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	20.000,00	-	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	2.000,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	6.000,00	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	2.000,00	2.000,00
Total			190.000,00	10.000,00	200.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 9

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	COMERCIO E SERVIÇOS	23
Subfunção	PROMOÇÃO COMERCIAL	691
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL	Manutenção (Ano)	1	-

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	-	-	-
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	-	-
Total			-	-	-

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ANEXO ROA 2014

Pág. 10

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	COMERCIO E SERVIÇOS	23
Subfunção	TURISMO	695
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	Manutenção (Ano)	1	20.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	15.000,00	15.000,00
Total			5.000,00	15.000,00	20.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 11

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	01-02
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Encargos Especiais (ano)	1	3.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	-	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	1.000,00	1.000,00
		Total	2.000,00	1.000,00	3.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 12

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	01-02
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Encargos Especiais (ano)	1	2.000,00

II - Descrição das Ações

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	500,00	-	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	500,00	-	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	1.000,00	1.000,00
Total			1.000,00	1.000,00	2.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2014**

Pág. 13

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2014**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99-00
Unidade	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99-99
Função	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99
Subfunção	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999
Programa	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Encargos Especiais (ano)	1	2.000,00

II - Descrição das Ações

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	1.000,00	1.000,00
Total			1.000,00	1.000,00	2.000,00

CIS/AMFRI**Resolução N.º 007/2013**

RESOLUÇÃO N.º 007/2013

PROMOVE AJUSTES NO ORÇAMENTO VIGENTE

O Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e de conformidade com o disposto no artigo 2.º da resolução 005/2012,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam suplementados os seguintes itens orçamentários:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 06 FMS de Itajaí

Despesa: 13 3.1.90.00 Aplicações Diretas. R\$ 1.500,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R\$ 1.500,00

Artigo 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução utilizar-se-á o resultado das seguintes anulações:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 06 FMS de Itajaí

Despesa: 13 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.219,15

Despesa: 15 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 280,85

Artigo 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 19 de Dezembro de 2013.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

JEAN CARLOS COELHO

CONTADOR CRC/SC N.º 028.914/O-6

CIS/AMUNESC**Resolução 185/2013**

Resolução nº 185/2013

Dispõe sobre as regras de transição durante a transformação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina de consórcio privado, associação civil, para consórcio público, sob a forma de associação pública.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISNORDESTE/SC), atendendo ao disposto no art. 63, I, do Contrato de Consórcio Público, diante da deliberação tomada em Assembleia Geral do CISNORDESTE/SC, resolve:

Considerando a decisão da Assembleia Geral, tomada em 17/09/2013, de proceder à adaptação do CIS/AMUNESC aos termos da Lei Federal nº 11.107/05, transformando-o de consórcio privado para consórcio público, agora sob a forma de associação pública;

Considerando a celebração do Protocolo de Intenções do consórcio público que altera a natureza jurídica e dispõe sobre seu funcionamento;

Considerando a ratificação legal do Protocolo de Intenções pelos municípios então consorciados, e a respectiva celebração do novo

Contrato de Consórcio Público;

Considerando o disposto no art. 70 do Contrato de Consórcio Público, dispondo sobre as regras gerais no processo de transformação;

Considerando a necessidade de discriminar as datas relativas ao processo de transformação, bem como do momento de adequação dos contratos de trabalhos entre o CISNORDESTE/SC e seus agentes, ponderando-se que, pelo princípio da razoabilidade, deve-se estabelecer prazo certo para a efetivação das rescisões contratuais e das admissões necessárias à continuidade dos serviços prestados pelo consórcio, especialmente para garantir a perfeita execução das tarefas relativas ao encerramento do exercício e início das atividades do exercício vindouro;

Considerando a necessidade de regulamentar especificidades do processo de transformação e de dar referência segura sobre as consequências dessa transformação.

Art. 1º Fica definido o prazo de transição da transformação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina de consórcio privado, associação civil, para consórcio público, sob a forma de associação pública, tendo seu início no dia 30/09/2013 e seu término em 30/09/2015.

Art. 2º Fica reconhecido o dia 04 de novembro do ano de 2013 como a data de constituição do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina na condição de consórcio público de direito público, sob a forma de associação pública.

§ 1º A data definida no caput deste artigo refere-se à data da publicação da terceira lei de ratificação do Protocolo de Intenções, relativa ao Município de Corupá (SC), cumprindo assim o disposto no parágrafo único do art. 3º do Protocolo de Intenções.

§ 2º A partir da data definida no caput deste artigo, deverão ser obedecidos:

I - A utilização da sigla CISNORDESTE/SC como referência ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina;

II - A expedição de atos administrativos e a celebração de contratos administrativos e convênios em estrita obediência às normas de direito público e às regras dispostas no Contrato de Consórcio Público;

III - A definição do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) como órgão oficial de publicidade do CISNORDESTE/SC, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br;

IV - A cessação do registro de atos em Registro Civil de Pessoas Jurídicas e o arquivamento definitivo dos atos já registrados naquele órgão.

Art. 3º Fica estabelecida a data de 28 de fevereiro de 2014 como data da rescisão de todos os contratos de trabalho dos empregados do CIS/AMUNESC, a serem realizadas nos termos da legislação aplicável ao regime jurídico pelo qual foram admitidos os empregados.

Parágrafo único. As contratações de empregados públicos passíveis de serem realizadas sem prévio concurso público, nos termos do art. 34, § 1º, do Contrato de Consórcio Público, inclusive a recontração de empregados admitida na alínea a do art. 70 do Contrato de Consórcio Público, poderão ser efetivadas a partir do dia 1º de março de 2014.

Art. 4º Ficam ratificados os atos administrativos praticados pelo CIS/AMUNESC, como resoluções, editais de licitação pública, inclusive editais de credenciamento, contratos administrativos, desde que tenham sido editados ou produzidos em consonância com a legislação aplicável à Administração Pública.

Art. 5º O Conselho Administrativo deverá designar, no prazo de 120 dias, comissão especial para realizar o inventário dos bens do CIS/AMUNESC, a fim identificar o patrimônio e segregar a participação de cada ente consorciado, atribuição que deverá ser concluída em até 180 dias da data da designação.

§ 1º É permitida a contratação de terceiros para realização de auditoria e prestação de serviços de apoio aos trabalhos atribuídos à comissão especial prevista no caput deste artigo.

§ 2º A comissão especial deverá elaborar relatório final detalhado, capaz de instruir a Assembleia Geral a respeito da instituição de cota financeira a ser paga pelos novos entes federativos que vierem a se consorciar, bem como da adequada alocação do patrimônio existente aos atuais entes consorciados.

Art. 6º Fica instituído mandato provisório para o Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, no período de transição de dezembro 2013 a dezembro 2014, quando haverá eleição respeitando o art. 22 e art. 25 do Contrato de Consórcio Público.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC.

Joinville, 12 de dezembro de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Presidente do CISNORDESTE/SC

Contrato Consórcio Público

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os municípios adiante discriminados, tendo celebrado o Protocolo de Intenções de transformação do CIS/AMUNESC em consórcio público, nos termos da Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, mantida a denominação, alterando-se a sigla para CISNORDESTE/SC, tendo ainda ratificado por lei o referido Protocolo de Intenções, celebram o presente Contrato de Consórcio Público, cujas cláusulas decorrem dos termos do Protocolo de Intenções antes celebrado e ratificado.

Para tanto, os representantes legais dos entes federativos subcrevem o presente instrumento.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I

DO CONSORCIAMENTO

Art. 1º Constituem o presente Contrato de Consórcio Público os municípios de:

I - O MUNICÍPIO DE ARAQUARI/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 08.345.495/0001-00, com sua sede na Prefeitura Municipal de Araquari, situada na Rua Coronel Almeida, 60, Bairro Centro, CEP 89.245-000, telefone (47) 3447-7777, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Pedro Woitexem, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 129.350-3 e do CPF/MF nº. 171.523.059-00;

II - O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 95.945.509/0001-80, com sua sede na Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul, situada na Av. Amandio Cabral, nº 457, Bairro Centro, CEP 89.247-000, telefone (47) 3448-1043, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademar Henrique Borges, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 2.274.414-2 e do CPF/MF nº. 855.394.659-20;

III - O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.830/0001-57, com sua sede na Prefeitura Municipal de Barra Velha, situada na Av. Governador Celso Ramos, n. 200, Bairro Centro, CEP 88.390-000, Telefone: (47) 3446-7700, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Claudemir Matias Francisco, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 2.292.721 e do CPF/MF nº. 682.498.619-49;

IV - O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.749/0001-77, com sua sede na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, situada na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Bairro Centro, CEP 89.294-000, telefone (47) 3632-2266, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rubens Blaszkowski, brasileiro, casado,

portador da cédula de identidade RG nº. 918.450-13 e do CPF/MF nº. 379.515.489-87;

V - O MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.467/0001-70, com sua sede na Prefeitura Municipal de Corupá, situada na Av. Getúlio Vargas, nº 443, Bairro Centro, CEP 89.278-000, telefone (47) 3375-6500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Tamanini, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 646.476 e do CPF/MF nº. 381.110.559-00;

VI - O MUNICÍPIO DE GARUVA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.848/0001-59, com sua sede na Prefeitura Municipal de Garuva, situada na Av. Celso Ramos, nº 1.614, Bairro Centro, CEP 89.248-000, telefone (47) 3445-8202, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Chaves, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 595.643-9 e do CPF/MF nº. 248.236.869-34;

VII - O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 11.293.409/0001-60, com sua sede na Prefeitura Municipal de Guaramirim, situada na Rua Vinte e Oito de Agosto, nº 2.043, Bairro Centro, CEP 89.270-000, telefone (47) 3373-0247, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lauro Frohlich, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 304.572 e do CPF/MF nº. 247.165.969-15;

VIII - O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 81.140.303/0001-00, com sua sede na Prefeitura Municipal de Itapoá, situada na Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000, telefone (47) 3443-8800, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 873.994-3 e do CPF/MF nº. 230.944.279-87;

IX - O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.459/0001-23, com sua sede na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situada na Rua Walter Marquardt, nº 1111, Bairro Barra do Rio Molha, CEP 89.259-700, telefone (47) 2106-8000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dieter Janssen, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 151.812-13 e do CPF/MF nº. 710.479.219-87;

X - O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.483/0001-62, com sua sede na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, nº 2765, Bairro Centro, CEP 89.108-000, telefone (47) 3379-4600, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mário Fernando Reinke, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 488.606-2 e do CPF/MF nº. 399.964.099/53;

XI - O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sua sede na Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Bairro Centro, CEP 83860 000, telefone (41) 3632-1136, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gilberto Dranka, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 5.396.234-4 e do CPF/MF nº. 017.768.369-44;

XII - O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.756/0001-79, com sua sede na Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situada na Av. Richard S. de Albuquerque, nº 200, Bairro Centro, CEP 89.295-000, telefone (47) 3646-3600, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Alcides Grohskopf, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 480.513 e do CPF/MF nº. 293.012.549-72;

XIII - O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 08.281.643/0001-62, com sua sede na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Bairro Centro, CEP 89.280-902, telefone (47) 3631-6003, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fernando Tureck, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 2.923.561 e do CPF/MF nº.

033.667.519-40;

XIV - O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 95.954.442/0001-83, com sua sede na Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú, situada na Rua José Bonifácio Pires, nº 45, bairro Centro, CEP 88.395-000, telefone (47) 3458-0010, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rovani Delmonego, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 1.991.027 e do CPF/MF nº. 683.007.609-97;

XV - O MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sua sede na Prefeitura Municipal de Schroeder, situada na Rua Mal. Castelo Branco, nº 3201, Bairro Centro, CEP 89.275-000, telefone (47) 3374-6500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Osvaldo Jurck, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 597.443-7 e do CPF/MF nº. 310.472.469-53. Art. 2º Os municípios que tenham firmado o Protocolo de Intenções e que vierem a ratificá-lo por lei no prazo de dois anos contados de sua assinatura ingressarão automaticamente no consórcio, devendo-se proceder a competente consolidação do texto no Contrato de Consórcio Público.

§ 1º Ultrapassado o prazo de ratificação legal do Protocolo de Intenções, a admissão do ente federativo no consórcio dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

§ 2º É permitido o ingresso ao consórcio de novos entes federativos que não tenham subscrito o protocolo de intenções, mediante pedido formal do respectivo chefe do poder executivo para fins de aprovação pela Assembleia Geral.

§ 3º O pedido de ingresso de novo ente federativo ao consórcio deverá vir acompanhado da lei autorizativa específica, devidamente publicada, em que tenha sido aprovado o Contrato de Consórcio Público vigente.

TÍTULO II

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E OBJETIVOS

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 3º O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISNORDESTE/SC) é constituído sob a forma de associação pública de direito público, de natureza autárquica, integrando a administração indireta de todos os entes consorciados, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, da Lei Federal nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), da Lei Federal nº 8.142/90 e demais normas pertinentes, pelo presente Contrato de Consórcio Público e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo único. A criação da associação pública e consequente aquisição da nova personalidade jurídica do CISNORDESTE/SC, nos termos definidos no caput deste artigo, dar-se-á a partir da vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 4º O CISNORDESTE/SC é constituído pelos municípios subscritores deste Contrato de Consórcio Público, nos termos do Anexo I.

§ 1º É vedada a ratificação com reserva que implique em consorciamento parcial do ente.

§ 2º A representação do Município no CISNORDESTE/SC dar-se-á pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 5º O CISNORDESTE/SC terá sede na Rua Max Colin, nº 1843, bairro América, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Parágrafo Único. A Assembleia Geral poderá deliberar pela mudança da sede, desde que venha a se estabelecer dentro da área de

atuação do consórcio.

Art. 6º A área de atuação do consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 7º O CISNORDESTE/SC terá duração indeterminada.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 8º O CISNORDESTE/SC tem por finalidade a realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de políticas de saúde pública, destacando-se os seguintes objetivos, sem prejuízo daqueles que vierem a ser estabelecidos em Assembleia Geral:

I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de governo e quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - realizar ações, regular e prestar serviços de saúde, ambulatoriais, hospitalares ou de auxílio-diagnóstico, diretamente ou através de terceiros, garantido o cumprimento dos princípios aplicáveis à Administração Pública e, especialmente, as diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde (SUS);

III - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar aos cidadãos dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS, de maneira eficiente e eficaz;

IV - fomentar o estabelecimento de novos serviços de saúde nos municípios consorciados e a manutenção dos existentes, respeitando as redes de saúde estabelecidas;

V - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

VI - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população, inclusive mediante assessoria aos órgãos públicos de saúde da administração direta dos municípios consorciados;

VII - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, inclusive apoiar os serviços e campanhas do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde ou das secretarias municipais de saúde;

VIII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CISNORDESTE/SC;

IX - planejar e realizar ações conjuntas de vigilância em saúde, em especial a vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador;

X - elaborar estudos acerca das condições epidemiológicas da região, oferecendo alternativas de ações conjuntas e de monitoramento;

XI - contratar ou administrar bens para uso compartilhado dos entes consorciados, bem como medicamentos, serviços ou materiais da área da saúde;

XII - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e a utilização adequada dos serviços oferecidos por meio do consórcio, inclusive com ações de capacitação de recursos humanos em saúde pública;

XIII - apoiar a instituição e o funcionamento de escolas de formação, treinamento e aperfeiçoamento na área de saúde, ou de estabelecimentos congêneres;

XIV - estabelecer relações de parceria com outros consórcios públicos de saúde que, por sua localização no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas.

Parágrafo Único. Para cumprir os seus objetivos o CISNORDESTE/SC poderá:

I - contratar ou receber em doação ou cessão de uso bens e direitos relevantes ao exercício de suas atribuições;

II - firmar convênios, contratos, acordos ou outros instrumentos congêneres, e receber doações, auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos públicos ou da iniciativa privada, preferencialmente de entidades sem fins econômicos;

III - regular e prestar os serviços previstos neste artigo, direta ou indiretamente;

IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados das quais decorrerão contratos firmados por cada um deles;

V - efetuar licitação pública para contratação de serviços e bens a serem empregados na prestação de serviços aos municípios consorciados;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93;

VII - prestar serviços a instituições privadas, mediante cobrança de preços públicos, desde que, comprovadamente, a prestação de tais serviços não afete a execução das atividades precípuas do consórcio;

VIII - firmar contrato de gestão ou termo de parceria com entidades do terceiro setor;

XIX - instituir fundo público de saúde, de caráter meramente contábil, com objetivo de identificar e vincular as transferências de recursos realizadas no âmbito do SUS.

TÍTULO III

DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 9º Os entes consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos de saúde, podendo delegar parcial ou integralmente a prestação de serviços de saúde prevista no artigo 8º, nos termos do Contrato de Programa

TÍTULO IV

DOS CONTRATOS DE PROGRAMA, DE RATEIO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CAPÍTULO I

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 10. Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parcela dos objetivos dispostos no artigo 8º, serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio.

Parágrafo único. O contrato de programa deverá:

- I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;
- II - atender às normas e diretrizes do Sistema Único de Saúde;
- III - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;
- IV - regular as condições e limites da gestão associada de serviços públicos de saúde.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 11. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio, e disciplinarão a transferência de recursos para custear as despesas de manutenção deste.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º O rateio das despesas administrativas do consórcio entre os consorciados será deliberado e aprovado em Assembleia Geral, devendo, sempre que possível, individualizar as despesas do consórcio executadas em favor de cada consorciado.

§ 5º O saldo financeiro apurado ao final do exercício poderá ser utilizado para abatimento no contrato de rateio do exercício seguinte.

CAPÍTULO III

DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 12. O consórcio poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integre a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Parágrafo Único. Poderá ser celebrado contrato de prestação de serviços sempre que o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

TÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 13. Constituem direitos dos entes consorciados:

- I - participar da Assembleia Geral por meio de proposições, debates e deliberação através do voto, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
- II - exigir dos demais consorciados e do próprio CISNORDESTE/SC o pleno cumprimento das regras estipuladas nos estatutos, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
- III - retirar-se do consórcio com a ressalva de que sua retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio e/ou demais entes consorciados;
- IV - concorrer aos cargos do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, bem como votar na eleição dos mesmos;
- V - serem beneficiários das ações e serviços prestados pelo consórcio, obedecidas as normas técnicas e financeiras pertinentes.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 14. Constituem deveres dos entes consorciados:

- I - cumprir as obrigações operacionais e financeiras assumidas com o consórcio, sob pena de suspensão e posterior exclusão;
- II - ceder, quando necessário, agentes públicos ao CISNORDESTE/SC para execução das funções previstas nos estatutos;
- III - participar das Assembleias Gerais sempre que convocados;
- IV - incluir em suas leis orçamentárias dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do CISNORDESTE/SC, deva ser assumidas por meio de contrato de rateio;
- V - acatar as decisões da Assembleia Geral e deliberações do Conselho Administrativo e Fiscal, bem como as determinações técnicas e administrativas da Direção Executiva.

TÍTULO VI

DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. O consórcio é organizado por este Contrato de Consórcio Público, decorrente da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções.

§ 1º Fica dispensada a celebração de novo Contrato de Consórcio Público quando do ingresso de novos municípios aprovados pela Assembleia Geral.

§ 2º O consórcio regulamentará em Regimento Interno as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

Art. 16. O CISNORDESTE/SC terá a seguinte estrutura:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho Administrativo;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Colegiado de Saúde;
- V - Diretoria Executiva.

Seção I Assembleia Geral

Art. 17. A Assembleia Geral, instância máxima do consórcio, é órgão colegiado composto pelos chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados.

§ 1º Os Vice-Prefeitos poderão participar da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 2º Na ausência do Chefe do Poder Executivo, o Vice-Prefeito assumirá a representação na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 3º A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio.

§ 4º A Assembleia Geral extraordinária, quando convocada em substituição à convocação do Presidente do consórcio, será presidida, por ordem, pelo Vice-Presidente, pelo Presidente do Conselho Fiscal do consórcio ou por qualquer um dos representantes legais dos municípios consorciados que participarem à Assembleia Geral.

Art. 18. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, para deliberar sobre as normas orçamentárias, prestação de contas, planos de trabalho e eleição de seus conselhos Administrativo e Fiscal, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º A Assembleia Geral reunir-se-á:

- I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;
- II - em segunda convocação, quinze minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§ 2º As convocações serão realizadas por meio de publicação no órgão oficial de publicações do consórcio, com antecedência mínima de cinco dias úteis.

Art. 19. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo Único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do consórcio ou ao ente consorciado.

Art. 20. Compete à Assembleia Geral:

- I - eleger os membros dos conselhos Administrativo e Fiscal;
- II - aprovar o ingresso no consórcio de município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição e daqueles que não tenham subscrito o Protocolo de Intenções e que tenham solicitado o ingresso;
- III - aprovar as alterações no Contrato de Consórcio Público;
- IV - deliberar sobre a mudança da sede do consórcio;
- V - deliberar sobre a transferência de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio, bem como sobre as cotas de serviços a serem contratadas por cada consorciado;
- VI - aprovar:
 - a) o orçamento anual do consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;
 - b) as diretrizes orçamentárias, política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;
 - c) o plano de atividades;

- d) o relatório anual de atividades;
- e) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;
- f) a realização de operações de crédito;
- g) a alienação e a oneração de bens imóveis do consórcio;
- VII - admitir e demitir o Diretor Executivo do consórcio;
- VIII - contratar serviços de auditoria externa;
- IX - aprovar a extinção do consórcio;
- X - aplicar penalidades aos entes consorciados;
- XI - homologar a revisão geral anual dos empregados públicos do consórcio;
- XII - aprovar o aumento real da remuneração dos empregados públicos;
- XIII - deliberar sobre assuntos gerais do consórcio.

Parágrafo único. As alterações ao Contrato de Consórcio Público aprovadas pela Assembleia Geral que requeiram a ratificação por lei dos entes consorciados passarão a vigorar após o número mínimo de ratificações legais exigidas para a constituição do consórcio.

Art. 21. O quórum de deliberação da Assembleia Geral será de:

- I - unanimidade de votos de todos os consorciados para as competências dispostas nos incisos III e IX do artigo anterior;
- II - maioria simples dos consorciados presentes para as demais deliberações.

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso, as votações poderão ser efetivadas por aclamação.

Seção II Conselho Administrativo

Art. 22. O Conselho Administrativo é órgão de direção do consórcio, assim constituído:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário.

§ 1º Os membros do Conselho Administrativo serão escolhidos em Assembleia Geral para o mandato de dois anos, podendo seus membros ser reeleitos por mais um período.

§ 2º Nenhum dos membros do Conselho Administrativo perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 3º Os membros do Conselho Administrativo não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome do consórcio, mas assumirão as responsabilidades pela prática de atos ilegais ou contrários às disposições contidas nos estatutos do consórcio.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho Administrativo apenas os chefes do Poder Executivo dos municípios regulares com as obrigações contratuais.

§ 5º Os membros do Conselho Administrativo reunir-se-ão ordinariamente em periodicidade trimestral, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias sempre que necessário.

Art. 23. Compete ao Conselho Administrativo:

- I - deliberar sobre os assuntos gerais do Consórcio não atribuídos à Assembleia Geral;
- II - aprovar e modificar o Regimento Interno do Consórcio, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;
- III - analisar o plano de atividades e a proposta orçamentária anual, em consonância com os objetivos e as prioridades sugeridas pelo Colegiado de Saúde, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral;
- IV - definir a política patrimonial e financeira e os programas de investimentos do Consórcio;
- V - indicar à Assembleia Geral o nome do profissional para assumir o cargo de Diretor Executivo, vedada a indicação de cônjuge, companheiro (a) ou parente, até o terceiro grau, de qualquer membro do Conselho Administrativo, bem como determinar o afastamento do Diretor Executivo ou sugerir à Assembleia Geral sua demissão no caso de ocorrência de falta grave;
- VI - analisar o relatório anual das atividades e submetê-lo à Assembleia Geral;

VII - propor à Assembleia Geral, para aprovação, as percentagens e valores dos contratos de rateio a serem celebrados com os municípios consorciados;

VIII - autorizar a alienação dos bens móveis do Consórcio;

IX - autorizar o provimento dos empregos públicos previstos no anexo II deste Contrato de Consórcio Público, as contratações temporárias para atendimento de excepcional interesse público e a contratação de estagiários;

X - conceder a revisão geral anual dos empregados públicos do consórcio, submetendo-a à homologação pela Assembleia Geral;

XI - Propor a concessão de aumento real da remuneração dos empregados públicos;

XII - deliberar sobre a suspensão da prestação de serviços aos municípios que deixarem de cumprir com suas obrigações firmadas em contrato de programa ou contrato de rateio;

XVII - estabelecer a remuneração ou o valor dos preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso e outorga de bens públicos sob administração do Consórcio.

Art. 24. O Presidente do Conselho Administrativo responderá como Presidente do Consórcio, a quem compete:

I - representar o CISNORDESTE/SC ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores ad negotia e ad judicia;

II - presidir a Assembleia Geral e manifestar o voto de qualidade e de Minerva, caso necessário;

III - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

IV - celebrar convênios e acordos congêneres;

V - prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;

VI - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

VII - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e os recursos financeiros do consórcio;

VIII - aceitar a cessão de servidores, onerosa ou gratuita, do ente consorciado ao consórcio;

IX - convocar as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

X- zelar pelos interesses do consórcio, exercendo as demais competências que não tenham sido outorgadas a outro órgão do consórcio.

Parágrafo Único. As competências arroladas neste artigo poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

Seção III

Conselho Fiscal

Art. 25. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do consórcio, será composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de dois anos, admitida uma reeleição.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Fiscal deve coincidir com o do Conselho Administrativo.

§ 2º O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.

§ 3º Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho Fiscal apenas os chefes do Poder Executivo dos municípios regulares com as obrigações contratuais.

§ 5º Os membros do Conselho Fiscal reunir-se-ão ordinariamente em periodicidade semestral, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias sempre que necessário.

Art. 26. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar a execução orçamentária do consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras do consórcio e propor à Assembleia Geral a contratação de auditorias;

III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Art. 27. O Conselho Fiscal poderá convocar os membros do Conselho Administrativo e da Diretoria Executiva para prestar esclarecimentos ou tomar providências quando houver evidências de irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

Seção IV

Colegiado de Saúde

Art. 28. O Colegiado de Saúde é órgão consultivo, integrado pelos Secretários Municipais de Saúde dos municípios consorciados, cabendo:

I - propor o plano de trabalho e as metas a serem alcançadas pelo consórcio;

II - sugerir as atividades a serem exercidas pelo consórcio de acordo com as demandas apuradas nos municípios;

III - fomentar a transferência da execução de serviços de saúde da administração direta dos municípios ao consórcio, nos casos em que este prestar tais serviços;

IV - promover a interação entre as atividades de saúde prestadas no âmbito dos municípios e no consórcio.

§ 1º O Colegiado de Saúde será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.

§ 2º Nenhum dos membros do Colegiado de Saúde perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

Art. 29. O Colegiado de Saúde reunir-se-á, preferencialmente, uma vez por mês, para discutir sobre as tarefas de sua competência.

Seção V

Diretoria Executiva

Art. 30. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do consórcio e será constituída por um Diretor Executivo, um Assessor Jurídico, um Coordenador de Assistência à Saúde, um Coordenador Administrativo e Financeiro, pelos gerentes de áreas e pelos empregados públicos do consórcio, nos termos do Anexo II deste Contrato de Consórcio Público.

Art. 31. Compete ao Diretor Executivo:

I - promover a execução das atividades do consórcio;

II - colher e avaliar as sugestões apontadas pelo Colegiado de Saúde e promover sua execução no âmbito do consórcio;

III - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo;

IV - elaborar o plano de trabalho e a proposta orçamentária anual;

V - elaborar o relatório anual de atividades;

VI - elaborar os balancetes mensais para ciência do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;

VII - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao consórcio para ser apresentada pela Assembleia Geral ao Órgão Concessor;

VIII - promover os atos de transparência do consórcio;

IX - movimentar em conjunto com o Presidente do consórcio, as contas bancárias e os recursos financeiros;

X - autorizar a abertura de licitações públicas e celebrar os contratos administrativos, respeitados os limites do orçamento do consórcio aprovado pela Assembleia Geral;

XI - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;

XII - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral;

XIII - providenciar todas as diligências solicitadas pela Assembleia Geral e pelos conselhos Administrativo e Fiscal;

XIV - propor à Assembleia Geral a requisição de servidores públicos municipais para serem cedidos ao consórcio.

Art. 32. Compete ao Coordenador de Assistência à Saúde administrar os projetos e atividades relacionadas aos objetivos do consórcio, prestar contas sobre os andamentos dos projetos ao Diretor

Executivo e apoiar a execução das atribuições deste.

Art. 33. Compete ao Coordenador Administrativo e Financeiro organizar e executar a gestão administrativa do consórcio, em especial a relativa à assessoria jurídica, aos recursos humanos, aos processos burocráticos, aos processos de licitação pública e de contratos administrativos, à gestão do patrimônio, à execução financeira e orçamentária, à contabilidade pública e ao controle interno, bem como auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

TÍTULO VII
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
CAPÍTULO I
DOS EMPREGADOS PÚBLICOS
Seção I
Regime Jurídico

Art. 34. O Regime Jurídico de Trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e regidos, subsidiariamente, pelo que estabelece este Contrato de Consórcio Público.

§ 1º Os empregos públicos de Diretor Executivo, de Coordenador de Assistência à Saúde, de Coordenador Administrativo e Financeiro, de Assessor Jurídico, de Gerente Financeiro, de Gerente de Controle e Avaliação, de Gerente Assistencial e de Gerente de Regulação são de livre admissão e demissão.

§ 2º O provimento dos empregos públicos permanentes dar-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º Os empregados do consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 4º Os empregados públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Seção II
Quadro de Empregados

Art. 35. O quadro de pessoal do consórcio é composto por até oito empregados públicos de livre admissão e demissão e por até 49 empregados permanentes, na conformidade do Anexo II deste Contrato de Consórcio Público.

§ 1º O emprego público de Diretor Executivo do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão de serviços de saúde ou em administração pública, com formação de nível superior, vedada a admissão de cônjuge, companheiro (a) ou parente, até o terceiro grau, de qualquer membro do Conselho Administrativo.

§ 2º O emprego público de Coordenador de Assistência à Saúde do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão de serviços de saúde, com formação de nível superior.

§ 3º O emprego público de Coordenador Administrativo e Financeiro do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em administração pública, com formação de nível superior.

§ 4º Fica vedada a admissão de cônjuge, companheiro (a) ou parente, até o terceiro grau, de qualquer membro do Conselho Administrativo, do Diretor Executivo, do Coordenador de Assistência à Saúde e do Coordenador Administrativo e Financeiro para os empregos públicos de livre admissão e demissão.

§ 5º A qualificação, denominação, referência salarial inicial, número de vagas, carga horária semanal e atribuições dos empregos públicos é a definida no Anexo II deste Contrato de Consórcio Público.

§ 6º As atribuições dos empregos públicos, sempre que necessário e de interesse do consórcio, poderão ser alteradas ou adequadas, mediante aprovação da Assembleia Geral.

§ 7º Aos empregos públicos com jornada de trabalho prevista no

Anexo II como de 40 horas, fica autorizada a diminuição da jornada com a respectiva redução proporcional da remuneração, em uma ou mais vagas do quadro de empregos, devendo ser considerada a jornada reduzida quando da abertura de concurso público para seleção e contratação de empregados do consórcio.

§ 8º Os empregados públicos não têm direito à estabilidade no serviço público.

Art. 36. É facultado ao consórcio público conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes, respeitando a legislação federal acerca do tema e as condições a serem disciplinadas em Regimento Interno.

Seção III
Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público

Art. 37. Fica autorizada a contratação temporária de empregados públicos, para fins de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos seguintes casos:

I - assistência a situações de calamidade pública ou de estado de emergência;

II - a vacância do emprego permanente, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público;

III - nos casos de licença ou afastamento do exercício de emprego permanente, desde que reste comprovada a necessidade de substituição do empregado licenciado ou afastado.

Parágrafo Único. A duração do contrato temporário será limitada a um ano, vedada a prorrogação.

Art. 38. A seleção de empregado a ser contratado temporariamente, sempre que possível, será feita mediante processo seletivo simplificado, divulgado por meio de edital.

Parágrafo Único. A contratação de empregado temporário prescindirá do processo seletivo nos casos em que não for possível aguardar sua realização, mediante justificativa.

Art. 39. A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial inicial para o respectivo emprego.

Seção IV
Remuneração

Art. 40. Os valores iniciais dos salários dos empregos são os constantes no Anexo II deste Contrato de Consórcio Público, assegurada a revisão geral anual.

Art. 41. Fica assegurada a revisão geral anual de salários, sempre no mês de maio de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente do consórcio, devendo ser submetida à homologação da Assembleia Geral.

§ 2º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais.

Art. 42. A Assembleia Geral poderá conceder aumento real da remuneração dos empregados do consórcio, única e exclusivamente com o objetivo de revisar os valores para adequá-los à realidade do mercado, mediante justificativa.

§ 1º Entende-se por realidade de mercado, a média salarial paga aos empregados que exerçam atividades semelhantes àquelas previstas no Anexo II, considerando-se a área de abrangência da região do município em que estiver sediado.

§ 2º O aumento real da remuneração poderá ser concedido em percentuais diferenciados para cada categoria de empregados públicos.

Art. 43. Conceder-se-á promoção funcional dos empregados públicos em função do tempo de serviço e em função de nova titulação,

consubstanciada em progressão vertical na tabela de referências salariais.

§1º A progressão vertical por tempo de serviço, designada de triênio, será concedida à razão de duas referências salariais a cada três anos de efetivo exercício do emprego público, contados da data de admissão.

§ 2º A progressão vertical por nova titulação decorre da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, aplicando-se de modo cumulativo, com observância dos seguintes critérios: I - progressão de uma referência salarial para cada curso de capacitação ou extensão, de nível superior ou médio, com um mínimo de 80 (oitenta) horas/aula, limitados a três progressões e desde que reconhecida à pertinência do curso para o desempenho das atividades do empregado;

II - progressão de duas referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de nível superior, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que ocupa e seja pertinente às atribuições desse emprego;

III - progressão de duas referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de especialização ou equivalente, correlato com o emprego que ocupa;

IV - progressão de quatro referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego que ocupa;

V - progressão de cinco referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego que ocupa.

§ 3º Para as progressões definidas nos incisos II a V deste artigo, somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo considerados títulos àqueles constantes como requisitos para a admissão no emprego público.

§ 4º O direito ao aumento da referência salarial é devido a partir do mês seguinte ao protocolo da solicitação da progressão por nova titulação, mediante comprovação por meio da expedição do respectivo título, pelo empregado público, da nova titulação auferida, podendo ser averbadas as titulações obtidas antes do ingresso no emprego público, vedado o pagamento retroativo.

§ 5º É vedada a progressão por nova titulação do empregado durante os primeiros 90 dias de exercício do emprego, considerados como de avaliação na função.

§ 6º É vedada nova progressão por titulação no interstício de dois anos.

§ 7º O empregado aprovado em concurso público para novo emprego do quadro de pessoal perceberá a remuneração estabelecida para a referência salarial inicial do novo emprego, mantidas as referências salariais adquiridas por promoção funcional devida em função de tempo de serviço e em função de nova titulação.

§ 8º O Conselho Administrativo poderá instituir bolsas de estudo aos empregados para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação, limitados a um curso de graduação ou de pós-graduação, lato sensu ou stricto sensu, por empregado, além de um outro curso, de extensão, de até 360 (trezentas e sessenta) horas, hipótese em que o empregado requerente fica obrigado a manter o vínculo trabalhista com o consórcio por tempo mínimo equivalente a 2/3 (dois terços) do tempo gasto para concluir o curso, contado a partir do término deste, admitido, no caso de demissão do empregado, a seu pedido, o reembolso proporcional das despesas realizadas.

Art. 44. Conceder-se-ão as seguintes indenizações aos empregados do consórcio:

I - a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, a ser regulamentada por Resolução expedida pelo Presidente do consórcio.

II - a título de deslocamento, ao empregado que deslocar-se a

serviço do consórcio utilizando-se de veículo próprio, totalmente segurado, a ser regulamentada por Resolução expedida pelo Presidente do consórcio.

§ 1º Fica criado o regime de adiantamento de despesas, a ser regulamentado por Resolução específica, consistente na entrega de numerário ao empregado responsável pela realização da despesa, devendo ser prestado contas da totalidade dos recursos recebidos no prazo de 30 dias da entrega do numerário.

§ 2º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias originalmente cobertas por diárias.

Art. 45. Será concedido vale transporte, na forma da legislação federal, ao empregado que o requerer, para deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa.

Art. 46. Será concedido ao empregado com carga horária semanal superior a 20 horas, o auxílio refeição, a ser regulamentado por Resolução expedida pelo Presidente do Consórcio.

Art. 47. A Assembleia Geral poderá aprovar a concessão aos empregados, com a participação financeira destes, de auxílio para o custeio de plano de saúde.

Art. 48. Ao empregado público permanente a que tenha sido delegada função de direção, chefia, assessoramento, ou atribuição específica de emprego público diverso, respeitada a qualificação mínima, é devida gratificação pelo seu exercício, no percentual de 30% (trinta por cento) do salário do emprego público correspondente à função delegada.

§ 1º Cessada a função de direção, chefia, assessoramento, ou atribuição específica de outro emprego público, extingue-se automaticamente a referida gratificação, sem qualquer incorporação ou direito adquirido.

§ 2º É vedada a acumulação de gratificação prevista neste artigo.

Art. 49. Fica criada a Premiação pelo Cumprimento de Metas, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do salário base do empregado público.

§ 1º A referida gratificação será atribuída em função do alcance das metas de desempenho funcional, dentro de cada período de seis meses, consoante critérios a serem estabelecidos em ato do Conselho Administrativo do consórcio público e homologado pela Assembleia Geral.

§ 2º Caso alcançadas as metas e condições estabelecidas em regulamento, a premiação será concedida em parcela única, devida no mês posterior à comprovação do alcance das metas fixadas, não se incorporando à remuneração do empregado público sob nenhuma circunstância.

§ 3º Poderão ser criados níveis progressivos de desempenho para fins da concessão da Premiação pelo Cumprimento de Metas, a fim de incentivar a eficiência no serviço público, sempre limitado ao percentual fixado no caput deste artigo.

§ 4º Não será concedida a premiação prevista neste artigo nos casos em que o empregado público tenha auferido avaliação insuficiente em Avaliação Periódica de Desempenho.

Seção V

Avaliação Periódica de Desempenho

Art. 50. A Avaliação Periódica de Desempenho, a ser regulamentada em Regimento Interno, será realizada através de comissão instituída para tal finalidade, para todos os empregados permanentes, observando-se os critérios de eficiência, responsabilidade, assiduidade, pontualidade, relacionamento pessoal, e penalidades disciplinares.

Seção VI

Da cessão de servidores dos entes consorciados ao consórcio

Art. 51. Os entes consorciados poderão ceder agentes públicos ao consórcio, na forma e condição da legislação de cada ente consorciado.

§ 1º Os agentes públicos cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário.

§ 2º Na hipótese de o ente consorciado assumir o ônus da cessão do agente público, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio, restando vedada a concessão de gratificações, adicionais ou quaisquer outras formas de remuneração pelo consórcio, salvo as de caráter indenizatório.

§ 3º Na hipótese da cessão do agente público dar-se com ônus para o consórcio, fica instituída gratificação equivalente à remuneração devida ao respectivo emprego público para o qual o agente fora designado, fazendo jus aos adicionais e gratificações aplicáveis aos demais empregados do consórcio, sem que, contudo, tais pagamentos configurem vínculo novo do agente público cedido.

CAPÍTULO II DAS CONTRATAÇÕES

Art. 52. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 53. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no órgão oficial de publicação do consórcio.

TÍTULO VIII DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54. O consórcio obedecerá, relativamente à execução das receitas e das despesas, ao disposto na Constituição da República, às normas gerais de direito financeiro e ao disposto neste Contrato de Consórcio Público, devendo programar suas atividades financeiras por meio de orçamento anual, aprovado em Assembleia Geral e expedido por meio de resolução, abrangendo:

I - orçamento anual, fixando as despesas e estimando as receitas, efetivas e potenciais;

II - as diretrizes orçamentárias, política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;

III - as orientações a serem repassadas aos municípios consorciados para fazer constar em seus respectivos orçamentos a transferência de recursos financeiros mediante contrato de rateio e contrato de prestação de serviços.

Art. 55. Constituem patrimônio do consórcio os bens materiais e imateriais.

§ 1º Os bens materiais do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e inalienáveis, salvo, neste último caso, os bens objeto de desafetação.

§ 2º Os bens imateriais do consórcio são protegidos por lei, mediante registro nos órgãos competentes.

Art. 56. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos serviços prestados aos consorciados, de acordo com os contratos de prestação de serviços;

III - as transferências de valores realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde;

IV - a receita da cobrança de preços públicos pela prestação de serviços a terceiros;

V - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

VI - os saldos do exercício;

VII - as doações e legados;

VIII - o produto de alienação de seus bens livres;

IX - o produto de operações de crédito;

X - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

Art. 57. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com

as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar Federal nº 101/00.

CAPÍTULO II DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 58. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelos consórcios e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.

Art. 59. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do consórcio os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e no contrato de rateio.

TÍTULO IX DA RETIRADA, DA EXCLUSÃO E DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO CAPÍTULO I DA RETIRADA

Art. 60. Cada consorciado poderá se retirar do CISNORDESTE/SC, desde que denuncie sua decisão num prazo nunca inferior a 180 dias, sem prejuízo das obrigações e direitos até sua efetiva retirada.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

Art. 61. Serão excluídos do consórcio os entes consorciados que:

I - tenham deixado de incluir em suas leis orçamentárias as dotações devidas ao consórcio assumidas em contrato de rateio;

II - incorram em situação de inadimplência por prazo superior a 90 dias referente às obrigações assumidas em contrato de rateio ou em contrato de prestação de serviços;

III - deixem de ratificar as possíveis alterações ao Contrato de Consórcio Público aprovadas em Assembleia Geral.

§ 1º A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão pelo prazo de sessenta dias, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

§ 3º A exclusão do ente consorciado exige processo administrativo no qual lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 62. A alteração e a extinção de Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao consórcio.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, os servidores públicos cedidos ao consórcio público retornarão aos seus órgãos de origem e os empregados públicos terão seus contratos de trabalho rescindidos.

§ 4º A destinação do patrimônio do consórcio, em caso de extinção, será decidida em Assembleia Geral.

§ 5º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

TÍTULO X

DOS ATOS NORMATIVOS

CAPÍTULO I

DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 63. Serão expedidas por meio de Resolução do Presidente, sem prejuízo das demais atribuições previstas no Contrato de Consórcio Público:

I - as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

II - as normas específicas de regulamentação do consórcio em que se tenha delegado a competência ao Presidente.

Art. 64. As decisões de competência do Diretor Executivo serão expedidas por meio de Portaria.

Art. 65. É condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do consórcio a respectiva publicação no órgão oficial de publicação.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 66. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de execução do orçamento e prestação de contas.

Art. 67. A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a execução dos objetivos do consórcio;

III - transparência, pelo que não se poderá negar ao Poder Executivo ou Legislativo de ente consorciado o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

IV - eficiência, assentada na qualidade dos serviços prestados, agilidade e custo reduzido.

V - respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

VI - respeito aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde.

Art. 68. Os casos omissos ao presente Contrato de Consórcio Público serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas normas aplicáveis aos consórcios públicos.

Art. 69. As normas do presente Contrato de Consórcio Público entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 70. No processo de transformação do CISONORDESTE/SC em consórcio público, deverão ser obedecidos, desde que técnica e juridicamente possíveis:

a) a manutenção dos empregados atuais, sendo facultada a rescisão dos contratos de trabalho e imediata recontração nos casos de empregos públicos em comissão, mantido, nesse caso, o tempo de serviço para fins de aplicação da progressão a que se refere o art. 43, § 1º, deste Contrato de Consórcio Público;

b) a rescisão dos contratos de trabalhos dos empregados exercentes de funções acometidas aos empregos permanentes, admitida a recontração em caráter temporário, nos termos do art. 37 deste Contrato de Consórcio Público, devendo-se promover a realização de concurso público para seleção e contratação dos novos empregados;

c) a identificação do patrimônio do CISONORDESTE/SC e sua respectiva segregação aos atuais entes consorciados, admitida a instituição de cota financeira a ser paga pelos novos entes federativos que vierem a se consorciar, nos termos definidos pela Assembleia Geral;

d) a manutenção das rotinas administrativas e de prestação de serviços aos entes consorciados, salvo aquelas incompatíveis com

as novas normas de direito público estabelecidas na legislação e neste Contrato de Consórcio Público.

§ 1º Para fins de aplicação das regras transitórias, considerar-se-á como prazo limite para o processo de transformação o prazo estabelecido no art. 2º, § 1º, deste Contrato de Consórcio Público, contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

§ 2º Encerrado o prazo de transformação, os municípios então consorciados ao CISAMUNESC que deixarem de ratificar o Protocolo de Intenções serão excluídos do consórcio.

§ 3º Ficam recepcionados os atos normativos e administrativos editados ou firmados pelo CISAMUNESC até a conclusão do processo de transformação, desde que estejam em harmonia com as normas de direito público e os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

Art. 71. Fica estabelecido o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer demandas envolvendo o consórcio CISONORDESTE/SC.

Joinville, 10 de dezembro de 2013.

Anexo I

Municípios subscritores do Contrato de Consórcio Público

I - O MUNICÍPIO DE ARAQUARI/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 08.345.495/0001-00, com sua sede na Prefeitura Municipal de Araquari, situada na Rua Coronel Almeida, 60, Bairro Centro, CEP 89.245-000, telefone (47) 3447-7777, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Pedro Woitexem, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 129.350-3 e do CPF/MF nº. 171.523.059-00;

II - O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 95.945.509/0001-80, com sua sede na Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul, situada na Av. Amandio Cabral, nº 457, Bairro Centro, CEP 89.247-000, telefone (47) 3448-1043, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademar Henrique Borges, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 2.274.414-2 e do CPF/MF nº. 855.394.659-20;

III - O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.830/0001-57, com sua sede na Prefeitura Municipal de Barra Velha, situada na Av. Governador Celso Ramos, n. 200, Bairro Centro, CEP 88.390-000, Telefone: (47) 3446-7700, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Claudemir Matias Francisco, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 2.292.721 e do CPF/MF nº. 682.498.619-49;

IV - O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.749/0001-77, com sua sede na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, situada na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Bairro Centro, CEP 89.294-000, telefone (47) 3632-2266, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rubens Blaszkowski, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 918.450-13 e do CPF/MF nº. 379.515.489-87;

V - O MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.467/0001-70, com sua sede na Prefeitura Municipal de Corupá, situada na Av. Getúlio Vargas, nº 443, Bairro Centro, CEP 89.278-000, telefone (47) 3375-6500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Tamanini, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 646.476 e do CPF/MF nº. 381.110.559-00;

VI - O MUNICÍPIO DE GARUVA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.848/0001-59, com sua sede na Prefeitura Municipal de Garuva, situada na Av. Celso Ramos, nº 1.614, Bairro Centro, CEP 89.248-000, telefone (47) 3445-8202, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Chaves, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 595.643-9 e do CPF/MF nº. 248.236.869-34;

VII - O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, pessoa jurídica de direito

público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 11.293.409/0001-60, com sua sede na Prefeitura Municipal de Guaramirim, situada na Rua Vinte e Oito de Agosto, nº 2.043, Bairro Centro, CEP 89.270-000, telefone (47) 3373-0247, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lauro Frohlich, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 304.572 e do CPF/MF nº. 247.165.969-15;
VIII - O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 81.140.303/0001-00, com sua sede na Prefeitura Municipal de Itapoá, situada na Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000, telefone (47) 3443-8800, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 873.994-3 e do CPF/MF nº. 230.944.279-87;

IX - O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.459/0001-23, com sua sede na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situada na Rua Walter Marquardt, nº 1111, Bairro Barra do Rio Molha, CEP 89.259-700, telefone (47) 2106-8000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dieter Janssen, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 151.812-13 e do CPF/MF nº. 710.479.219-87;

X - O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.483/0001-62, com sua sede na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, nº 2765, Bairro Centro, CEP 89.108-000, telefone (47) 3379-4600, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mário Fernando Reinke, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 488.606-2 e do CPF/MF nº. 399.964.099/53;

XI - O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR, pessoa 76.002.666/00001-40, com sua sede na Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Bairro Centro, CEP 83860000, telefone (41) 3632-1136, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gilberto Dranka, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 5.396.234-4 e do CPF/MF nº. 017.768.369-44;

XII - O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.756/0001-79, com sua sede na Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situada na Av. Richard S. de Albuquerque, nº 200, Bairro Centro, CEP 89.295-000, telefone (47) 3646-3600, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Alcides Grohskopf, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 480.513 e do CPF/MF nº. 293.012.549-72;

XIII - O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 08.281.643/0001-62, com sua sede na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Bairro Centro, CEP 89.280-902, telefone (47) 3631-6003, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fernando Tureck, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 2.923.561 e do CPF/MF nº. 033.667.519-40;

XIV - O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 95.954.442/0001-83, com sua sede na Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú, situada na Rua José Bonifácio Pires, nº 45, bairro Centro, CEP 88.395-000, telefone (47) 3458-0010, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rovani Delmonego, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 1.991.027 e do CPF/MF nº. 683.007.609-97;

XV - O MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sua sede na Prefeitura Municipal de Schroeder, situada na Rua Mal. Castelo Branco, nº 3201, Bairro Centro, CEP 89.275-000, telefone (47) 3374-6500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Osvaldo Jurck, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 597.443-7 e do CPF/MF nº. 310.472.469-53.

Subscrição do Contrato de Consórcio Público

MUNICÍPIO DE ARAQUARI/SC

SR. JOÃO PEDRO WOITEXEM

Prefeito Municipal

MUN. DE BAL. BARRA DO SUL/SC

SR. ADEMAR HENRIQUE BORGES

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BARRA VELHA/SC

SR. CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

SR. RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC

SR. LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GARUVA/SC

SR. JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC

SR. LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

SR. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC

SR. DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA/SC

SR. MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PIÊN/PR

SR. GILBERTO DRANKA

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO/SC

SR. ALCIDES GROHSKOPF

Prefeito Municipal

MUN. DE SÃO BENTO DO SUL/SC

SR. FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC

SR. OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MUN. DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ/SC

Sr. Rovani Delmonego

Prefeito Municipal

Anexo II

Quadro de Empregos Públicos do CISNORDESTE/SC

Denominação	Nº de Vagas	Tipo	Sigla	Referência salarial inicial	Salário Inicial	Carga horária semanal	Escolaridade Mínima	Qualificação especial
Diretor Executivo	1	Em comissão	CDE	75	7.896,72	40h	Ensino Superior Completo	
Assessor Jurídico	1	Em comissão	CAJ	30	2.417,85	20h	Bacharel em Direito	Registro no órgão de classe competente
Coordenador Administrativo e Financeiro	1	Em comissão	CAF	48	4.320,47	40h	Ensino Superior Completo	
Coordenador de Assistência à Saúde	1	Em comissão	CAS	48	4.320,47	40h	Ensino Superior Completo	
Gerente Financeiro	1	Em comissão	CGG	30	2.417,85	40h	Ensino Superior Completo	
Gerente de Controle e Avaliação	1	Em comissão	CGC	30	2.417,85	40h	Ensino Superior Completo	
Gerente Assistencial	1	Em comissão	CGA	30	2.417,85	40h	Ensino Superior Completo	
Gerente de Regulação	1	Em comissão	CGR	30	2.417,85	40h	Ensino Superior Completo	
Contador	1	Permanente	PCN	30	2.417,85	20h	Bacharel em Contabilidade	Registro no órgão de classe competente
Técnico em Contabilidade	1	Permanente	PTC	30	2.417,85	40h	Ensino Técnico em Contabilidade	Registro no órgão de classe competente
Controlador Interno	1	Permanente	PCI	30	2.417,85	20h	Ensino Superior Completo	
Apoio Logístico	1	Permanente	AL	10	1.051,80	40h	Ensino Médio Completo	
Auxiliar Administrativo	3	Permanente	PAX	15	1.310,73	40h	Ensino Médio Completo	
Médico	10	Permanente	PM	50	4.583,59	20h	Bacharel em Medicina	Registro no órgão de classe competente
Assistente Administrativo	2	Permanente	AAD	20	1.633,41	40h	Ensino Médio Completo	
Enfermeiro	5	Permanente	PE	40	3.410,62	40h	Bacharel em Enfermagem	Registro no órgão de classe competente
Farmacêutico	2	Permanente	PF	40	3.410,62	40h	Bacharel em Farmácia	Registro no órgão de classe competente
Técnico em Enfermagem	10	Permanente	PTE	20	1.633,41	40h	Ensino Técnico em Enfermagem	Registro no órgão de classe competente
Administrador	1	Permanente	PA	40	3.410,62	40h	Bacharel em Administração	Registro no órgão de classe competente
Videofonista	10	Permanente	PVF	20	1.633,41	30h	Ensino Médio Completo	
Zelador	1	Permanente	PZ	5	824,11	40h	Ensino Fundamental	
Motorista	1	Permanente	PMT	20	1.633,41	40h	Ensino Médio Completo	Carteira Nacional de Habilitação categoria "B"

Atribuições dos Empregos Públicos

Diretor Executivo: promover a execução das atividades e a gestão do consórcio, realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos,

elaborar as normas orçamentárias e realizar o planejamento das atividades do consórcio a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral; responsabilizar-se pela prestação de contas e pelo relatório de atividades a serem submetidos ao Presidente do consórcio, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao consórcio para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do consórcio; executar a gestão administrativa e financeira do consórcio dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do consórcio; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Colegiado de Saúde; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho Administrativo a requisição de servidores públicos para servir ao consórcio.

Coordenador de Assistência à Saúde: administrar os projetos e atividades relacionadas aos objetivos do consórcio, gerenciar os empregados públicos da área da saúde, prestar contas sobre os andamentos dos projetos ao Diretor Executivo e apoiar a execução das atribuições deste.

Coordenador Administrativo e Financeiro: organizar e executar a gestão administrativa do consórcio, em especial a relativa à assessoria jurídica, aos recursos humanos, aos processos burocráticos, aos processos de licitação pública e de contratos administrativos, aos atos administrativos e normativos, à gestão do patrimônio, à execução financeira e orçamentária, à contabilidade pública e ao controle interno, bem como auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

Assessor Jurídico: elaborar projetos de documentos normativos do consórcio, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do consórcio.

Gerente de Financeiro: desempenhar atividades de gerenciamento na área financeira, supervisionando compromissos assumidos e faturamento (contas a pagar e a receber), elaborando fluxos de caixa contendo receitas e despesas, efetuando aplicações/resgate e captações financeiras, fiscalizando remessas de documentos e apresentando relatórios detalhados das operações executadas, a fim de demonstrar com praticidade e clareza o capital de giro.

Gerente de Controle e Avaliação: executar o faturamento, auditoria, controle e avaliação dos serviços prestados por terceiros ao consórcio e aos consorciados, realizar atendimentos, orientações e treinamento dos prestadores de serviços e dos órgãos de saúde dos municípios consorciados, programar e controlar as cotas física-orçamentárias dos consorciados em relação aos prestadores de serviços, acompanhar as alterações nas normas de contratação de serviços no SUS, inclusive quanto ao preço tabelado, elaborar relatórios gerenciais de produção, coordenar o sistema gerencial de autorização e regulação

Gerente de Regulação coordenar os serviços de regulação da assistência de consultas, exames ou internações; participar da definição das diretrizes e regras básicas de funcionamento da regulação, assim como do processo de construção e pactuação dos processos regulatórios; coordenar a equipe de trabalho; instituir escala de trabalho; Participar das capacitações da equipe de profissionais; analisar relatórios emitidos pelo sistema e pela equipe; avaliar as atividades em conjunto com a equipe, visando o planejamento e reorientação das ações da regulação assistencial.

Gerente Assistencial: planejar, organizar, coordenar, acompanhar e avaliar o trabalho desenvolvido com racionalidade para que a assistência prestada atinja seus objetivos; mobilizar e comprometer sua equipe na organização e produção de serviços que atendam

às necessidades da população, valorizando as habilidades existentes no corpo profissional e potencializando as suas contribuições. Contador: supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio, elaborar e publicar os balanços, balancezes e demais relatórios patrimoniais e financeiros; executar outras tarefas afins.

Técnico em Contabilidade: responsabilizar-se pela organização dos serviços de contabilidade, em geral, realizando lançamento contábil, verificando e confirmando o fechamento diário, emitindo notas de empenho, levantamento da despesa contabilizada, bem como acompanhar as receitas transferidas, buscando fornecer elementos necessários ao controle e apresentação da situação econômica e financeira do consórcio.

Controlador Interno: realizar a fiscalização e auditoria dos atos do consórcio, elaborar relatórios de controle interno, prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão do consórcio, instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis aos consórcios, e demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna.

Assistente Administrativo: coordenar, acompanhar e controlar a execução das atividades da área, distribuindo os trabalhos, orientando quanto à forma de realizá-los, analisando os resultados e inserindo alterações, a fim de atender prazos e padrões de qualidade; participar da elaboração do orçamento do consórcio, realizando levantamento dos projetos a serem executados no período, materiais, instrumentos, equipamentos e mão-de-obra a ser empregada, projetando e calculando desembolso a cada mês, consolidando em planilhas e apresentando para aprovação da Diretoria, a fim de possibilitar a previsão de necessidades para o período; elaborar e implantar normas, procedendo ao levantamento, verificando a viabilidade de implantação através da repercussão nas áreas, criando instrumentos de controle e prestando orientação, a fim de padronizar procedimentos; elaborar estudos sobre atividades da área, verificando fluxo de rotinas, praticidade e eficácia, alterando e acompanhando novos procedimentos, a fim de aumentar a qualidade dos serviços prestados; prestar assessoramento técnico, organizando e coordenando trabalhos, instruindo empregados, acompanhando resultados e cumprimento de objetivos, a fim de otimizar procedimentos; emitir pareceres em assuntos relacionados com seu campo de atividade, analisando problemas, verificando variáveis e implicações, consultando normas, bibliografia pertinente, a fim de possibilitar uma solução adequada a questão; efetuar o controle e planejamento dos programas e sistemas, controle de dados, informações, relatórios, análises de interesse da unidade e atividades específicas a nível médio; executar outras tarefas compatíveis com as previstas no emprego.

Auxiliar Administrativo: executar os serviços de complexidade mediana relativos a suporte operacional nas atividades administrativas, tais como almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, processos de compras e licitações, contratos, controle de documentos de pessoal, recursos humanos, contabilidade, serviços de saúde, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos. Apoio Logístico: receber, registrar, protocolar, despachar, classificar e arquivar documentos e volumes; redigir correspondências de natureza simples; realizar serviços de digitação, datilografia e controle diversos; recepcionar pessoas procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber recados e encaminhá-los a pessoas ou setores procurados; requisitar serviços de reprografia; transmitir e receber fax e e-mail.

Médico: exercer as atividades privativas de médico, além de

prestar atendimentos médicos agendados ou não, de urgência ou de emergência, priorizando a gravidade do caso. Orientar pacientes, familiares, profissionais da área de saúde. Realizar procedimentos de diagnósticos e tratamento utilizando recursos de medicina preventiva e terapêutica de perícias e elaborar documentos médicos, tais como laudos, pareceres e diagnósticos. Zelar pelo uso correto dos materiais utilizados. Realizar regulação das necessidades assistenciais quando atuando em Central de Regulação. Realizar exames quando for especialista na área. Realizar serviços de auditoria e autorização quando lhe for delegada esta função. Obriga-se ainda às determinações das normas legais pertencentes ao exercício da medicina e do Conselho Regional de Medicina.

Administrador: apoiar tecnicamente projetos e atividades desenvolvidos em quaisquer unidades organizacionais, planejando, programando, coordenando, controlando, avaliando resultados e informando decisões, para aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial; participar da análise e acompanhamento do orçamento e de sua execução físico-financeira, efetuando comparações entre as metas programadas e os resultados atingidos, desenvolvendo e aplicando critérios, normas e instrumentos de avaliação; propor, executar e supervisionar análises e estudos técnicos, realizando pesquisas, entrevistas, observação local, utilizando organogramas, fluxogramas e outros recursos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas e métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos; elaborar, rever, implantar e avaliar, regularmente, instruções e manuais de procedimentos, coletando e analisando informações para racionalização e atualização de normas e procedimentos; elaborar critérios e normas de padronização, especificação, compra, guarda, estocagem, controle e alienação, baseando-se em levantamentos e estudos, para a correta administração dos sistemas de materiais; elaborar e aplicar critérios, planos, normas e instrumentos para recrutamento, seleção, treinamento e demais aspectos da administração de pessoal, dando orientação técnica, acompanhando, coletando e analisando dados, redefinindo metodologias, elaborando formulários, instruções e manuais de procedimentos, participando de comissões, ministrando aulas e palestras a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes a sua área de atuação; realizar estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Consórcio; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

Enfermeiro: responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle dos aspectos administrativos e técnicos voltados à efetividade das ações de saúde na área de enfermagem, respeitadas a formação, legislação profissional e os regulamentos do serviço; realizar controle, avaliação e auditoria nos serviços de saúde; prestar assistência.

Farmacêutico: responsável pelos serviços de coordenação e gerência em farmácia, dispensação de medicamentos e correlatos, realização de licitações de medicamentos, controle e avaliação dos serviços prestados de acordo com as normas de assistência e atenção farmacêutica.

Técnico em Enfermagem: responsável por atividades de nível intermediário, relacionados à execução de atividades técnicas de enfermagem em hospitais e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios. Prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro. Desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica. Organizar ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos. Executar outras tarefas afins.

Videofonista: atender solicitações via telefone e on-line dos

estabelecimentos solicitantes; Registrar informações adicionais colhidas do solicitante, segundo instrumentos próprios; Prestar informações gerais ao solicitante; Auxiliar o médico regulador nas suas tarefas; Registrar os dados e preencher planilhas e formulários específicos do serviço no sistema; Cumprir os protocolos de acesso aos serviços ambulatoriais; Atender às recomendações do médico regulador.

Zeladoria: executar tarefas de zeladoria, limpeza em geral; varrer espanar, lavar, encerar e lustrar as dependências, móveis, utensílios e instalações diversas; mantendo-lhes as condições de higiene e conservação. Prepara café e chá; servindo-os quando solicitado. Zela pela conservação dos ambientes. Zela pelo material de uso diário e permanente, tendo o cuidado de não desperdiçar materiais e utensílios diversos. Faz a limpeza de jardins e outras áreas externas fazendo a coleta do material. Responsável pelo destino adequado dos resíduos.

Motorista: Vistoria o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; recebe os passageiros parando o veículo junto aos mesmos ou esperando-os em pontos determinados e auxiliando-os no embarque, para conduzi-los aos locais devidos; dirige o veículo acionando os comandos e observando a sinalização e o fluxo do trânsito; zela pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente para garantir a segurança dos passageiros, dos transeuntes e de outros veículos; controla a carga e descarga das mercadorias, comparando-as aos documentos de recebimento ou de entrega e orientando a sua arrumação no veículo, para evitar acidentes; zela pela manutenção do veículo, providenciando limpeza, ajustes e reparos necessários, para assegurar suas condições de funcionamento; pode efetuar reparos de emergência no veículo, bem como lavar o mesmo; pode dirigir outros veículos de transporte em caráter profissional; auxilia nos trabalhos de carga e descarga do veículo.

Tabela de Referências Salariais

Referência	Salário (R\$)
1	678,00
2	711,90
3	747,50
4	784,87
5	824,11
6	865,32
7	908,58
8	954,01
9	1.001,71
10	1.051,80
11	1.099,13
12	1.148,59
13	1.200,28
14	1.254,29
15	1.310,73
16	1.369,72
17	1.431,36
18	1.495,77
19	1.563,08
20	1.633,41
21	1.698,75
22	1.766,70
23	1.837,37
24	1.910,86
25	1.987,30
26	2.066,79
27	2.149,46
28	2.235,44
29	2.324,86

30	2.417,85
31	2.502,48
32	2.590,06
33	2.680,72
34	2.774,54
35	2.871,65
36	2.972,16
37	3.076,18
38	3.183,85
39	3.295,28
40	3.410,62
41	3.512,94
42	3.618,33
43	3.726,88
44	3.838,68
45	3.953,84
46	4.072,46
47	4.194,63
48	4.320,47
49	4.450,08
50	4.583,59
51	4.698,18
52	4.815,63
53	4.936,02
54	5.059,42
55	5.185,91
56	5.315,56
57	5.448,44
58	5.584,66
59	5.724,27
60	5.867,38
61	5.984,73
62	6.104,42
63	6.226,51
64	6.351,04
65	6.478,06
66	6.607,62
67	6.739,77
68	6.874,57
69	7.012,06
70	7.152,30
71	7.295,35
72	7.441,25
73	7.590,08
74	7.741,88
75	7.896,72
76	8.054,65
77	8.215,75
78	8.380,06
79	8.547,66
80	8.718,62
81	8.849,39
82	8.982,14
83	9.116,87
84	9.253,62
85	9.392,42
86	9.533,31
87	9.676,31
88	9.821,46
89	9.968,78
90	10.118,31
91	10.270,08
92	10.424,13
93	10.580,50

94	10.739,20
95	10.900,29
96	11.063,80
97	11.229,75
98	11.398,20
99	11.569,17
100	11.684,86
101	11.801,71
102	11.919,73
103	12.038,93
104	12.159,32
105	12.280,91
106	12.403,72
107	12.527,76
108	12.653,03
109	12.779,56
110	12.907,36
111	13.036,43
112	13.166,80
113	13.298,47
114	13.431,45
115	13.565,77
116	13.701,42
117	13.838,44
118	13.976,82
119	14.116,59
120	14.257,76

Ata 3ª Assembléia Extraordinária Prefeitos Císnordeste

ATA DA 3ª ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DE PREFEITOS DO CIS/AMUNESC

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões da AMUNESC, sito a Rua Max Colin, nº. 1843, América, reuniram-se em 3ª Assembléia Extraordinária, os seguintes representantes dos municípios consorciados: Mário Fernando Reinke - Prefeito Municipal de Massaranduba; Rovani Delmonego - Prefeito Municipal de São João de Itaperiú; Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal de Schroeder; João Pedro Woitexem - Prefeito Municipal de Araquari; Alcides Grohskopf - Prefeito Municipal de Rio Negrinho; Lauro Frohlich - Prefeito Municipal de Guaramirim; Paulo Roberto Schwarz - Vice-prefeito de Garuva; Sebastião Vendelino Kons - Vice-prefeito de Campo Alegre; Ingo Strack - Vice-prefeito de Piên; Loriano Costa - Vice-prefeito de Corupá todos convocados dentro dos moldes estatutários. A presente reunião também contou com a participação do Secretário Municipal da Saúde de Joinville - Armando Pereira Dias Júnior, do Secretário Municipal da Saúde de Rio Negrinho - Pablo Ricardo Ribeiro, do Secretário da Saúde de Barra Velha - Nelson Feder Jr e da equipe técnica do Consórcio: Ana Maria Groff Jansen - Coordenadora Técnica/Administrativa, Marcia Regina Ebert - Secretária Administrativa e Patrícia Duarte da Silva - Assistente Financeira. O Presidente, Sr. Mário Fernando Reinke cumprimentou os presentes agradecendo a presença de todos e de imediato conduziu para os assuntos de pauta: 1º assunto: Assinatura do Contrato de Consórcio Público: A Coordenadora Técnica/Administrativa do CIS/AMUNESC, Sra. Ana Maria Jansen tomou a palavra dizendo que dos 17 (dezessete) municípios consorciados, 15 (quinze) já ratificaram o Protocolo de Intenções nas câmaras de vereadores e encaminharam ao consórcio a publicação a lei de ratificação. Lembrou que conforme preconiza o protocolo de intenções aprovado, o consórcio para se transformar em público necessita de no mínimo 3 (três) leis publicadas. Sendo assim, os prefeitos dos municípios consorciados podem

assinar o Contrato de Consórcio Público, cujas cláusulas decorrem dos termos do Protocolo de Intenções antes celebrado e ratificado. Após análise, o Contrato de Consórcio Público foi aprovado e subscrito por todos e os representantes legais dos entes federativos presentes. Deliberado que os chefes do poder executivo dos municípios consorciados ao CISNORDESTE/SC ausentes na Assembleia poderão subscrever o Contrato de Consórcio Público. Na sequência foi apresentada a Resolução que dispõe sobre as regras de transição durante a transformação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina de consórcio privado, associação civil, para consórcio público, sob a forma de associação pública, sendo: "O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISNORDESTE/SC), atendendo ao disposto no art. 63, I, do Contrato de Consórcio Público, diante da deliberação tomada em Assembleia Geral do CISNORDESTE/SC, considerando a decisão da Assembleia Geral, tomada em 17/09/2013, de proceder à adaptação do CIS/AMUNESC aos termos da Lei Federal nº 11.107/05, transformando-o de consórcio privado para consórcio público, agora sob a forma de associação pública; considerando a celebração do Protocolo de Intenções do consórcio público que altera a natureza jurídica e dispõe sobre seu funcionamento; considerando a ratificação legal do Protocolo de Intenções pelos municípios então consorciados, e a respectiva celebração do novo Contrato de Consórcio Público; considerando o disposto no art. 70 do Contrato de Consórcio Público, dispondo sobre as regras gerais no processo de transformação; considerando a necessidade de discriminar as datas relativas ao processo de transformação, bem como do momento de adequação dos contratos de trabalhos entre o CISNORDESTE/SC e seus agentes, ponderando-se que, pelo princípio da razoabilidade, deve-se estabelecer prazo certo para a efetivação das rescisões contratuais e das admissões necessárias à continuidade dos serviços prestados pelo consórcio, especialmente para garantir a perfeita execução das tarefas relativas ao encerramento do exercício e início das atividades do exercício vindouro; Considerando a necessidade de regulamentar especificidades do processo de transformação e de dar referência segura sobre as consequências dessa transformação resolve: Art. 1º Fica definido o prazo de transição da transformação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina de consórcio privado, associação civil, para consórcio público, sob a forma de associação pública, tendo seu início no dia 30/09/2013 e seu término em 30/09/2015. Art. 2º Fica reconhecido o dia 04 de novembro do ano de 2013 como a data de constituição do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina na condição de consórcio público de direito público, sob a forma de associação pública. § 1º A data definida no caput deste artigo refere-se à data da publicação da terceira lei de ratificação do Protocolo de Intenções, relativa ao Município de Corupá (SC), cumprindo assim o disposto no parágrafo único do art. 3º do Protocolo de Intenções. § 2º A partir da data definida no caput deste artigo, deverão ser obedecidos: I - A utilização da sigla CISNORDESTE/SC como referência ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina; II - A expedição de atos administrativos e a celebração de contratos administrativos e convênios em estrita obediência às normas de direito público e às regras dispostas no Contrato de Consórcio Público; III - A definição do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) como órgão oficial de publicidade do CISNORDESTE/SC, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br; IV - A cessação do registro de atos em Registro Civil de Pessoas Jurídicas e o arquivamento definitivo dos atos já registrados naquele órgão. Art. 3º Fica estabelecida a data de 28 de fevereiro de 2014 como data da rescisão de todos os contratos de trabalho dos empregados do CIS/AMUNESC, a serem realizadas nos termos da legislação aplicável ao regime jurídico pelo qual foram admitidos os empregados. Parágrafo único. As contratações de empregados públicos passíveis de serem realizadas sem prévio concurso público, nos termos do art. 34, § 1º, do Contrato de Consórcio Público, inclusive a recontração de empregados admitida na alínea a do

art. 70 do Contrato de Consórcio Público, poderão ser efetivadas a partir do dia 1º de março de 2014. Art. 4º Ficam ratificados os atos administrativos praticados pelo CIS/AMUNESC, como resoluções, editais de licitação pública, inclusive editais de credenciamento, contratos administrativos, desde que tenham sido editados ou produzidos em consonância com a legislação aplicável à Administração Pública. Art. 5º O Conselho Administrativo deverá designar, no prazo de 120 dias, comissão especial para realizar o inventário dos bens do CIS/AMUNESC, a fim identificar o patrimônio e segregar a participação de cada ente consorciado, atribuição que deverá ser concluída em até 180 dias da data da designação. § 1º É permitida a contratação de terceiros para realização de auditoria e prestação de serviços de apoio aos trabalhos atribuídos à comissão especial prevista no caput deste artigo. § 2º A comissão especial deverá elaborar relatório final detalhado, capaz de instruir a Assembleia Geral a respeito da instituição de cota financeira a ser paga pelos novos entes federativos que vierem a se consorciar, bem como da adequada alocação do patrimônio existente aos atuais entes consorciados. Art. 6º Fica instituído mandato provisório para o Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, no período de transição de dezembro 2013 a dezembro 2014, quando haverá eleição respeitando o art. 22 e art. 25 do Contrato de Consórcio Público. Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC". Após todos os esclarecimentos, a Resolução foi aprovada por unanimidade dos presentes. 2º assunto: Eleição dos três membros do Conselho Administrativo e três do Conselho Fiscal para o ano de 2014: Por unanimidade dos presentes, o atual Presidente, Mário Fernando Reinke foi reconduzido ao cargo de Presidente do CISNORDESTE/SC para o período de mais um ano. Foram eleitos: Conselho Administrativo: Presidente: Prefeito de Massaranduba, Mário Fernando Reinke; Vice-presidente: Prefeito de Garuva, José Chaves e Secretário, Prefeito de Piên, Gilberto Dranka. Conselho Fiscal: Prefeito de Rio Negrinho, Alcides Grohskopf; Prefeito de Schroeder, Osvaldo Jurk e Prefeito de Corupá, Luiz Carlos Tamanini. O prefeito de Rio Negrinho, Sr. Alcides Grohskopf foi escolhido Presidente do Conselho-Fiscal entre seus membros. Dito que as funções dos prefeitos conselheiros encontram-se descritas no protocolo de intenções e no contrato de consórcio público. 3º assunto: Aprovar o nome da Diretoria Executiva para 2014: Por unanimidade dos presentes, a Sra. Ana Maria Groff Jansen foi reconduzida a Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC. 4º assunto: Aprovar o Plano de Atividades do CIS/AMUNESC para 2014: Foi apresentado o Plano de Atividades do CIS/AMUNESC para 2014. Entre as principais metas estão: Qualificar e valorizar os recursos humanos do Consórcio e desenvolver um processo formal de integração; Adequar a gestão organizacional do Consórcio, mediante ações inovadoras e flexíveis, às demandas externas e internas, em consonância com os princípios estabelecidos pelo SUS - Sistema Único de Saúde e pela legislação que rege as instituições públicas; Fortalecer a imagem institucional do Consórcio e a comunicação com seus vários públicos; Operacionalizar canais efetivos de feedback com os usuários dos serviços e Secretarias Municipais de Saúde (SMS); Assegurar a sustentação econômico-financeira do Consórcio; Ampliar o número de atendimentos e serviços oferecidos; Adequar o sistema informatizado de atendimento dos usuários do Consórcio para a gestão de resultados; Assegurar atendimento de qualidade e humanizado; Implantar um sistema de suprimentos; Desenvolver parcerias com outros Consórcios; Registrar o conhecimento existente na organização; Fomentar a cultura de inovação. Após análise, o Plano foi aprovado pelos presentes (o planejamento detalhado encontra-se anexo a presente ata). 5º assunto: Aprovar a Proposta Orçamentária Anual - Estimativa de Receitas e fixação das Despesas do CISNORDESTE para o exercício de 2014 (inclusive as percentagens e valores de rateio e de administração do Consórcio para 2014: A Assistente Financeira do CISNORDESTE/SC, Patrícia Duarte da Silva tomou a palavra e fez a apresentação da estimativa de Receitas e a Fixação das Despesas do CISNORDESTE/SC para o exercício de 2014. As Receitas estimadas e Despesas fixadas estão na ordem de R\$

5.845.370,12 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta reais e doze centavos). Explicou que a despesa será realizada conforme a classificação funcional programática, categorias econômicas e fonte de recursos sendo: Administração - Manutenção das Atividades do Consórcio: R\$ 656.537,01 (seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e um centavo) e Saúde - Assistência Hospitalar e Ambulatorial: R\$ 5.188.833,11 (cinco milhões, cento e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e onze centavos). Após todos os esclarecimentos, o orçamento e estimativa de despesas foram aprovados para o ano de 2014. 6º assunto: Outros assuntos: Contrato de Rateio: Para apreciação dos presentes foi apresentado o contrato de rateio que tem como objetivo a execução dos serviços públicos de saúde previstas no Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, especialmente aqueles relativos ao agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, todos eles executados direta ou indiretamente pelo CISNORDESTE/SC em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE. Após todos os esclarecimentos, o Contrato de Rateio foi aprovado por unanimidade de todos. Foi entregue aos presentes um volume do Informativo dos 15 anos de fundação do CISNORDESTE/SC. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente desejou a todos um Feliz Natal e um Ano Novo de saúde e sucessos. Eu, Marcia Regina Ebert lavrei a presente ata.

Joinville, 12 de dezembro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

MARCIA REGINA EBERT

Presidente do CISNORDESTE/SC

Secretária Administrativa

CIS/AMUREL

Ata da Assembleia Geral Ordinária - 06/12/2013

06.12.2013 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL - CIS/AMUREL Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às 10h15min, em segunda chamada, reuniram-se no Salão Garibaldi do Laguna Tourist Hotel, para Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos: Jaime Wensing, Prefeito Municipal de Armazém; Sr. João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão; Sr. Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal; Sr. José Schotten, Prefeito Municipal de São Martinho; Sr. Ademir da Silva Matos, Prefeito Municipal de Braço do Norte; Sr. Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí; Sr. Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba; Sra. Dilcei Heidemann, Prefeita Municipal de Santa Rosa de Lima; Sr. Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero; Sr. Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará e Sr. Everaldo dos Santos, Prefeito Municipal de Laguna. Participaram ainda, o Coordenador Administrativo do CISAMUREL, o Sr. Edson Nunes, o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, e o Assessor Jurídico, Dr. Fábio Borges. Após saudar os presentes, o Presidente do CISAMUREL, Sr. Jorge Leonardo Nesi, efetuou a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - O Presidente do CIS/AMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 06 de dezembro de 2013, às 10h00min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 10h15min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, no Laguna Tourist Hotel, localizado na Avenida Castelo Branco, s/nº, Laguna (SC). Na pauta

do dia, em discussão as seguintes matérias: I - Aprovação da ata da assembleia anterior (cópia entregue); II - Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 5º bimestre de 2013; III - Assuntos diversos. Tubarão (SC), 25 de novembro de 2013. Jorge Leonardo Nesi, Presidente do CISAMUREL. Em seguida colocou para aprovação o item I da pauta, a ata da AGO realizada no dia 31.10.2013, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos Prefeitos antes desta assembleia, a qual foi aprovada por todos. Na sequência, item II, Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 5º bimestre de 2013. O Presidente informou aos presentes que devido à ausência justificada da contadora do CIS, a senhorita Patrícia Vieira Martins, este item ficará para a próxima assembleia, junto com os registros contábeis do 6º bimestre, já consolidados no balanço anual de 2013. Passou-se ao item III da pauta, Assuntos Diversos, e o Coordenador Administrativo, Sr. Edson Nunes, informou a todos que, após 60 dias de testes, já estávamos utilizando um novo sistema informatizado no CIS/Prefeituras/Prestadores, tudo via web e sem qualquer custo, diferente do anterior onde desembolsávamos R\$ 1.300,00 mês. Quanto a licitação de medicamentos, o extrato do edital seria publicado nos jornais locais no final de semana dia 08 e no DOM e Diário Oficial da União e do Estado de Santa Catarina no dia 09/12, segunda-feira, sendo que a mesma vai ser realizada no dia 20 de dezembro, na Amurel, com a participação de 08 (oito) municípios. Continuando, o Presidente pediu ao Dr. Fábio Borges, assessor jurídico do CIS, que informasse sobre o andamento do processo de credenciamento do exame EX COMPLEX e o mesmo disse que está verificando o modelo de licitação que poderemos adotar para contratação no começo do ano de 2014, já que não dá para contratar diretamente hoje. Por fim, o Presidente colocou em pauta a eleição e posse do Conselho Deliberativo, gestão 2014, conforme art. 37 do Protocolo de Intenções, que prevê sua realização na última assembleia ordinária do ano. Como não teve chapa inscrita e após alguns encaminhamentos efetuados, por consenso chegou-se a seguinte composição, posteriormente aclamada por todos para o mandato de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014, ficando assim constituída: PRESIDENTE, O Prefeito Municipal de Armazém, o Sr. JAIME WENSING; 1º VICE-PRESIDENTE, O Prefeito Municipal de Grão Pará, o Sr. AMILTON ASCARI e 2º VICE-PRESIDENTE, o Prefeito Municipal de Tubarão, o Sr. JOÃO OLÁVIO FALCHETTI. A posse será realizada automaticamente no dia 1º de janeiro de 2014, valendo a presente ata como Termo de Posse. Após, os eleitos foram saudados com uma efusiva salva de palmas. Para finalizar, a palavra foi deixada livre e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes, e determinou a este coordenador administrativo que lavrasse a presente ata, que segue assinada nas formas de costume, e deu por encerrada a assembleia.